



Eurídice Furtado Monteiro

ENTRE OS SENHORES DAS ILHAS E AS DESCONTENTES
Ausência e Emergência de Mulheres no Campo Político em Cabo Verde

Tese de Doutoramento

Orientação Científica

Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos
Professora Doutora Cecília MacDowell Santos

Coimbra, 2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ilustração da Capa: Neurídice.



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Eurídice Furtado Monteiro

ENTRE OS SENHORES DAS ILHAS E AS DESCONTENTES
Ausência e Emergência de Mulheres no Campo Político em Cabo Verde

Tese de Doutoramento,
na especialidade de “Pós-Colonialismos e Cidadania Global”,
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
para obtenção do grau de Doutora.

Orientação Científica

Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos
Professora Doutora Cecília MacDowell Santos

Apoio

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Coimbra, 2012

A Neurídice

AGRADECIMENTOS

Esta tese inaugura uma nova etapa na minha jornada pessoal e académica. Desta maneira, aproveito esta extraordinária oportunidade para agradecer vivamente a várias pessoas e instituições que me acompanharam ao longo deste percurso:

Ao Prof. Boaventura de Sousa Santos e à Profa. Cecília MacDowell Santos, um agradecimento especial, pela orientação científica, pelo incentivo e pela abertura com que sempre me acolheram ao longo destes anos;

À Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC, e ao Centro de Estudos Sociais, CES-UC, pelas condições de acolhimento, pelo ambiente académico e pelos momentos de partilha de saberes e emoções; em particular à Lassalette, ao Pedro Rodrigues, à Maria J. Carvalho, ao Acácio Machado, à Ana Correia e ao José Almeida;

À Paula Meneses, à Margarida Calafate Ribeiro e ao António Sousa Ribeiro pelo intenso debate nos seminários do doutoramento e pelas aprendizagens para além do convencional;

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia, FCT, pelo suporte financeiro;

À Universidade de Cabo Verde, UNICV, pelo acolhimento nas jornadas de pesquisa;

Ao *African Studies Center at Boston University*, ASC-BU, pelo acolhimento como pesquisadora visitante, entre Setembro e Dezembro de 2010;

Ao Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, CEG-UL, especialmente ao Prof. Ilídio do Amaral;

Às pessoas entrevistadas que partilharam as suas experiências, ideias e projectos;

Às pessoas que facilitaram o meu acesso a diferentes instituições e informações durante as diversas fases da pesquisa empírica;

Aos/às investigadores/as dos estudos caboverdianos, como Cláudio A. Furtado, Marcelo Galvão, Gabriel Fernandes, Crisanto Barros, Eurides Costa, António Correia e Silva, Iolanda Évora, Roselma Évora, Elisa Andrade, Suzano Costa, Victor Barros, José

Semedo, Manuel Brito-Semedo, Olavo Bilac Cardoso, Ângela Coutinho, Leão Pina, Abel Djassi Amado, Daniel Costa, José Carlos Gomes dos Anjos, Leopoldo Amado, Carmelita Silva, Adilson Semedo, Carla Semedo, Pires Laranjeira, Pedro Gois, Carla Cardoso e Clementina Furtado;

Ao Arlindo, ao César, ao Odair, ao Bruno, ao Raul, ao Zé Manel, à Ivone, à Katia e ao André;

Ao Celso, ao Migo, ao Pedro Pina, ao Gonçalo e ao Luís;

Ao Ricardo Carvalho e à Catarina Martins;

Ao Afonso Zinga e à Marquinha Zinga;

À Hélia e à Teresa;

Ao Cristiano Naene, à Dulceneia Posser, ao António T. e à Patty Nkrumah;

À República das Marias do Loureiro;

À minha família e colegas, em diversas ilhas do país e da diáspora;

À minha irmã Cris, companheira desta e de outras jornadas;

À minha filha Neury, *nha kretxeu*;

E um adeus a Coimbra, com um beijo de saudade caboverdianamente...

ÍNDICE

Lista de Siglas.....	13
Resumo.....	15

Introdução

Campo Político como Ilha-Metrópole: Do Moderno ao Pós-colonial

1. O Mito de Origem Mestiça: Identidades e Alteridades	17
2. Arranjos Sociais Alternativos: Transgressão Histórica	26
3. Relações Culturais na Estruturação do Campo Político.....	30
4. Objectivos, Hipóteses e Organização da Tese.....	34

PARTE i

TRAVESSIAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Capítulo 1

Perspectivas Feministas e Pós-coloniais sobre as Mulheres na Política

1. A Questão da Cidadania: Visões Feministas.....	45
1.1. Trilhos Teóricos para uma Política da Presença.....	45
1.2. Género e Democracia	50
1.3. Paradigma da Interseccionalidade: Lendo a Matriz de Dominação.....	57
1.4. Contexto Histórico Global e Abordagens Pós-coloniais	60
2. Descentramento do Género: A Crítica Pós-colonial	63
2.1. A Aritmética da Democracia: O Contexto Cultural Faz a Diferença?	73
2.1.1. As Mulheres em África: Participação e Democracia	79

Capítulo 2

A Questão Colonial e Nacional: Entre Feminismos e Pós-colonialismos

1. Sexismo e Racismo numa Encruzilhada Atlântica	83
1.1. A Matriz da Relação Colonial Patriarcal	85
1.2. A Crítica Feminista Pós-colonial	87

2. Mulheres, Colonialismos e Pós-colonialismos.....	92
2.1. A Política da Identidade e as Margens da Nação	97

Capítulo 3

Ponte Entre Epistemologia e Metodologia: Tecer a Multi-Localização Empírica e Identitária

1. Orientação Metodológica	105
2. As Técnicas de Pesquisa	107
2.1. Pesquisa Documental.....	108
2.2. Entrevistas Semidirectivas	109
2.3. Observação Directa.....	111
2.4. Análise Crítica do Discurso.....	113
3. Auto-Reflexividade.....	114

PARTE ii

ILHAS SOCIOLOGICAS OU LINHAS ABISSAIS?

Capítulo 4

Cabo Verde: As Representações de Género e Raça do Arquipélago de Crioulidade

1. O Colonialismo Português em Cabo Verde	120
1.1. Senhor-Pai-Europa e Escrava-Mãe-África: A Invenção de Cabo Verde	120
1.2. Ainda a Retórica da Excepcionalidade Caboverdiana?.....	121
1.3. Mestiçagem, Identidade Nacional e Subalternização das Mulheres.....	122
1.4. Mulheres Sujeitos Históricos: Colonizadoras e Colonizadas.....	126
2. História e Ficção.....	131
2.1. Entre <i>O Escravo</i> e <i>O Senhor das Ilhas</i> : Género, Raça e Política.....	131
3. Em Busca do Pai: Mestiço em Tempo Pós-colonial	143

Capítulo 5

Heranças Coloniais e Margens da Nação: Sexismo, Racismo e Regionalismo na Caboverdianidade

1. Ambiguidades e Tensões no Discurso Caboverdiano.....	148
1.1. Da Cultura: Entre Claridade, Africanidade e Crioulidade.....	148
1.2. A Cor da Classe: Transmutações Raciais e Sociais.....	165
1.3. A Aventura Sexual: O Silêncio da Violência e a Violência do Silêncio.....	173
1.3.1. «Musa Crioula»: Sensualidade, Erotismo e Moralismo	189

1.3.2. As Outras <i>Badias</i> : Alteridade, Colonialidade e Racismo Encoberto	193
---	-----

PARTE iii
PARADIGMAS REINVENTADOS

Capítulo 6
Quem Governa? Da Ausência à Emergência
de Mulheres no Campo Político

1. Genealogia do Poder: Do Colonial ao Pós-Colonial	206
2. Relação de Poder e Participação Política de Mulheres	209
2.1. Quem Pode Falar?	201
2.2. A Política da Paridade: Intersecções e Margens	218
2.2.1. A <i>Polis</i> de Eva: Trajectórias e Perspectivas de Mulheres no Poder.....	233

Capítulo 7
***No Women's Land*: Sistema de Representação Parlamentar**
num Espaço Arquipelágico

1. A Ordem Jurídica: Igualdade Entre Homens e Mulheres	247
1.1. Direitos das Mulheres, Revisão Constitucional e Código Eleitoral	248
2. A Ordem Política na Era do Procedimentalismo.....	255
2.1. Sistema Eleitoral.....	255
2.1.1. Círculos Eleitorais e Fórmula de Conversão dos Votos.....	258
2.2. Recrutamento Legislativo	268
2.3. A Prospectiva da Paridade de Homens e Mulheres nas Candidaturas	271
3. A Ordem Cultural: Lugares das Mulheres.....	277
3.1. Jogos de Poder: A Vontade Inabalável das Mulheres	279

Capítulo 8
Os Caminhos da Legislação contra a Violência de Género:
Políticas, Instituições e Cidadania

1. Iniciativa Legislativa contra a Violência de Género	290
1.1. Entre Público e Privado: Mobilização Social e Política	291
1.2. Comissão Especializada: O Sistema Jurídico-Penal	295
1.3. Parlamento: Debate na Generalidade	296
1.4. Factores da Adopção da Lei contra a Violência de Género	301
2. Despacho de Suspensão das Alunas Grávidas da Escola.....	305

Conclusão
Género e Democracia:
Que Saída Pós-colonial?

1. Elite Pós-Colonial Caboverdiana	315
2. Que Política da Presença?	316
3. Pistas para o Futuro	323
Referências Bibliográficas	323
Anexos: Governo da Paridade	365

LISTA DE SIGLAS

AM	Assembleia Municipal
AMJ	Associação de Mulheres Juristas de Cabo Verde
AN	Assembleia Nacional
BO	Boletim Oficial de Cabo Verde
CECV	Código Eleitoral de Cabo Verde
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres
CM	Câmara Municipal
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CNDHC	Comissão Nacional de Direitos Humanos e Cidadania
CNOMCV	Comissão Nacional Organizadora das Mulheres de Cabo Verde
CRCV	Constituição da República de Cabo Verde
GAV	Gabinete de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica
ICIEG	Instituto Caboverdiano para Igualdade e Equidade de Género (extinto Instituto da Condição Feminina [ICF])
IDEA	<i>International Institute for Democracy and Electoral Assistance</i>
IDSR	Inquérito Demográfico sobre Saúde Reprodutiva
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPU/UIP	<i>Inter-Parliamentary Union / Union Interparlementaire</i>
JPAI	Juventude do Partido Africano da Independência de Cabo Verde
JpD	Juventude para Democracia
LOAN	Lei Orgânica da Assembleia Nacional
MORABI	Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento
MpD	Movimento para Democracia
OMCV	Organização das Mulheres de Cabo Verde
ONGs	Organizações não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PCD	Partido da Convergência Democrática
PM	Primeiro Ministro
PMI/PF	Protecção Materno-Infantil/Planeamento Familiar
PNADHC	Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos e a Cidadania
PNCVBG	Plano Nacional de Combate contra a Violência de Género
PNIEG	Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género
PTS	Partido do Trabalho e da Solidariedade
PRD	Partido da Renovação Democrática
PSD	Partido Social-Democrata
RAN	Regimento da Assembleia Nacional
RAVVD	Rede de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica
RMPCV	Rede de Mulheres Parlamentares Caboverdianas
REDEMEC	Rede de Mulheres Economistas
UCID	União Caboverdiana Independente e Democrata

ENTRE OS SENHORES DAS ILHAS E AS DESCONTENTES

Ausência e Emergência de Mulheres no Campo Político em Cabo Verde

Resumo

Nas últimas décadas, as diversas perspectivas em torno da representação política das mulheres em democracia tendem a questionar simultaneamente a problemática da desigualdade de oportunidades de género e das mulheres na conquista do poder e o exercício do poder político pelas mulheres. Porque é que as mulheres devem ingressar na esfera do poder que é masculino, agressivo e excludente? Será que, para ascender ao poder político, as mulheres devem adaptar-se ao modelo dominante masculino, têm de adoptar as regras do jogo impostas pelos homens, ou devem engendrar um modo diferente de fazer política? Será que, na política, as mulheres fazem a diferença? Ou são mais do Mesmo, em defesa dos interesses da classe dominante? Será que o aumento da representação descritiva das mulheres no poder se traduz numa maior representação substantiva dos interesses das mulheres, enquanto um grupo heterogéneo? E, por fim, será que a participação política das mulheres se limita à estrutura do poder? Para além destas questões, as perspectivas feministas pós-coloniais introduziram a dimensão cultural e a economia política na análise da participação diferencial de género e das mulheres na esfera pública e política.

Esta tese desenvolve-se em torno deste conjunto de preocupações, tomando como realidade empírica o caso de Cabo Verde, particularmente no que se refere aos vinte anos de democracia multipartidária (1991-2011). É de fundamental importância referir que, a partir de 2008, com a primeira experiência de governação paritária, a exigência da paridade entrou na ordem do dia no arquipélago, tornando-se matéria de debate público e político. Desde logo, as questões relativas à representação política das mulheres redefiniram-se no sentido de se comparar as diferenças matriciais entre os órgãos de nomeação política (Governo) e de eleição (Parlamento e Autarquias Locais). Por conseguinte, o organismo estatal para a igualdade de género recolocou em debate a possibilidade de se adoptar uma medida legislativa – a lei da paridade – para corrigir a disparidade da participação política de homens e mulheres na vida pública e na tomada de decisões, nomeadamente no campo político.

Os resultados obtidos permitem tirar algumas ilações fundamentais para ampliar as abordagens feministas, a partir de uma perspectiva pós-colonial, sobre esta matéria. Em primeiro lugar, constata-se a existência de uma multiplicidade de obstáculos no acesso das mulheres ao poder, abarcando desde as desigualdades sociais, regionais e de género, a organização das estruturas partidárias, os processos político-eleitorais, os dispositivos culturais discriminatórios, a ineficácia das medidas de acção positiva no seio dos partidos políticos e o centralismo dos mecanismos estatais de promoção da igualdade de género. Em segundo lugar, verifica-se que, devido ao elitismo político e às dinâmicas socioculturais dominantes, aquelas que têm acesso ao poder – sobretudo ao executivo – tendem a pertencer maioritariamente ao grupo das mulheres privilegiadas, próximas das estruturas partidárias, dos grandes centros geográficos e de famílias com elevado capital social, político e cultural. Por esta razão, uma maior representação descritiva das mulheres nos órgãos de poder político não se traduz necessariamente numa maior representação substantiva dos interesses das mulheres. Na verdade, o caso caboverdiano precisa de um olhar atento, na medida em que o próprio campo político se constitui histórica e socialmente como uma espécie de ilha-metrópole, cujo distanciamento em relação ao espaço da comunidade requer uma abordagem crítica e incisiva.

BETWEEN THE LORDS OF THE ISLANDS AND THE DISCONTENTED: Absence and Emergence of Women in the Political Field in Cape Verde

Abstract

In recent decades, the various perspectives around the political representation of women in democracy tend to question both the problem of unequal gender opportunities in the assertion of power and the exercise of political power by women. Why should women enter the sphere of power that is masculine, aggressive and excluding? In order to ascend to political power must women adapt themselves to the dominant male model and adopt the rules of the game imposed by men or should women take a different approach to doing politics? Do women make a difference in politics? Or are they just *more of the same* working in defense of the ruling class interests? Will an increase in women representation in power result in a greater and more substantive representation of women's interests as a heterogeneous group? And finally, will women's political participation be limited to the power structure? In addition to these issues, postcolonial feminist perspectives introduced the cultural dimension and the political economy in the analysis of the differential gender participation and women in public and political sphere.

This thesis considers the above mentioned questions, focusing on the empirical reality of Cape Verde, particularly taking in consideration the twenty years of multiparty democracy (1991-2011). It is very important to note that, since 2008, with the first experience in parity governance (men and women), the demand for such parity, which came on the agenda in the archipelago, became a matter of public and political debate. Hence, the issues of political representation of women were redefined to compare the differences between the matrix of political nominations, namely in Government, and the election' processes (Parliament and Local Authorities). Therefore, the State agency for gender equality brought back the discussion about the need to adopt a legislative measure - law of parity - to correct the disparity in political participation between men and women, in public life and decision-making, particularly in the political field.

The attained results allow us to draw some key conclusions to broaden the feminist standpoints on this matter, from a postcolonial perspective. First, we encountered the existence of a multiplicity of obstacles to women's access to power, ranging from social, regional and gender inequalities, the organization of party structures, political and electoral processes, cultural discrimination, the ineffectiveness of the measures of positive action within the political parties and the centralization of state mechanisms to promote gender equality. Furthermore, due to political elitism and dominant socio-cultural dynamics, those who have access to power – particularly executive power - tend to belong to a majority group of privileged women, with close ties to the party structures, and from families originating from major geographic centers and with a high social, political and cultural capital. For this reason, greater descriptive representation of women in political power does not necessarily translates itself into a greater substantive representation of women's interests. In fact, the Cape Verdean case needs a watchful eye, particularly in view of the fact that the very political field is historically and socially constituted as an island-metropolis, whose distance in relation to the community space requires a critical and incisive approach.

CAMPO POLÍTICO COMO ILHA-METRÓPOLE: DO MODERNO AO PÓS-COLONIAL

1. O MITO DE ORIGEM MESTIÇA: IDENTIDADES E ALTERIDADES

A autoridade e o poder eram brancos,
a subserviência e a obediência eram negros.

As Ilhas Afortunadas, Basil Davidson.

O belo era branco.

Notas Atlânticas, Jean-Yves Loude.

Rei ta manda, naviu ta nega?
(Maridu ta manda, mudjer ka ta seta.)¹

Tenpu di Tenpu, T. V. da Silva.

Falar de pós-colonialismo em Cabo Verde, especialmente através de uma análise da participação das mulheres na estrutura do poder, exige alguma inovação teórica. A primeira dificuldade prende-se com o campo empírico. Trata-se de uma sociedade problemática quanto à questão colonial e pós-colonial. Sendo assim, para uma análise sociopolítica do espaço caboverdiano, torna-se importante uma contextualização deste arquipélago-problema, procurando apreender a historicidade e a mitografia fundacional da caboverdianidade, mas também desvelar esta ideologia dominante que conforma o próprio campo político como uma espécie de ilha-metrópole, cuja “dinâmica política e sociocultural se torna cada vez mais dependente e tributária dos valores da civilização ocidental” (Silveira, 2005: 9). Nesta medida, o campo político constitui-se como um espaço-centro da organização política – tal como a ideia de metrópole imperial –, “de onde irradiam princípios, leis, fundamentos, modelos, saber e poder” (Ribeiro, 2004: 27). Na esteira da reflexão histórica de Zelinda Cohen, pode-se perceber que, quanto à dinâmica política contemporânea, existe uma relação de colonialidade entre o campo

¹ Advinha popular: o rei mandou mas o navio nem se moveu, i.e., o marido ordenou mas a esposa não obedeceu.

político e a comunidade, que, “enquanto área de recepção, acatamento e submissão do que é decidido, ordenado e imposto no centro [...], constitui-se no espaço periférico” (Cohen, 2007: 16-17). Por isso, é crucial examinar o caso deste arquipélago, que requer uma abordagem do modo como as rupturas e continuidades coloniais no Estado de cariz moderno ocidental se reflectem na participação das mulheres na vida pública.

Recorde-se, desde logo, que Cabo Verde foi frequentemente apresentado como uma «colónia modelo»² (Neto, 2009), i.e., um extraordinário exemplo de excelência do colonialismo português.³ Evidentemente, uma das temáticas mais controversas no debate teórico e pragmático em torno da caboverdianidade, desde o período colonial à pós-independência, tem sido o papel da mestiçagem na transformação social e cultural no arquipélago. Ainda hoje, a retórica da excepcionalidade caboverdiana sedimenta-se numa «narrativa de amor luso-tropical» (Rothwell, 2011: 129). Segundo a mitografia dominante, as ilhas estavam desabitadas aquando do seu achamento, entre 1460 e 1462. E assim, a partir do encontro entre Europa e África num meio pequeno, sem o tipo de casa-grande afastada da senzala e sem o trauma das grandes plantações, surgiria um povo diferente, com uma nova cultura, enquanto “adaptação de motivos europeus” ou expressão de “uma experiência românica nos trópicos” (Baltasar Lopes, 1947a). Tal mistificação do processo histórico assenta-se numa narrativa romanceada no contexto da colonização europeia, marcada igualmente pela escravatura sexual, cujo presumível impulso aventureiro de homens brancos europeus (Senhor-Pai-Europa) se sobrepôs à suposta passividade de mulheres escravas negras africanas (Escrava-Mãe-África).

² Lendo o processo identitário caboverdiano, em *Colónia Mártir Colónia Modelo*, Sérgio Neto (2009) reforça a ideia da especificidade caboverdiana, mostrando que o arquipélago foi um paradigma da colonização portuguesa, tendo sido ostentado como um exemplo de integração plurirracial e pluricultural nos trópicos. Essa ideia, veiculada pela propaganda colonial do Estado Novo, teria sido internamente apropriada pela elite intelectual caboverdiana. Tratava-se, assim, da invenção de um «pequeno Brasil» ou uma «pequena Europa», assente, respectivamente, na exaltação da mestiçagem e no elogio da civilização ocidental.

³ Em “Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo e Inter-identidades”, Boaventura de Sousa Santos (2006) defende que, por um lado, a identidade moderna ocidental é produto do colonialismo e, por outro, a identidade dos países de língua oficial portuguesa espelha a especificidade do colonialismo português. Com base em razões de economia política, o autor propôs o conceito operatório de «colonialismo subalterno» para dar conta de uma subalternização do colonialismo português em relação ao colonialismo hegemónico da Inglaterra. Este conceito operatório revelaria a própria complexidade das relações imperiais, a diversidade das experiências coloniais e a pluralidade dos processos inter-identitários, reabrindo assim um debate em torno do colonialismo português que marcou historicamente uma vasta zona de contacto.

Essa miscigenação étnico-cultural constituiu-se, desde a década de 1930, como característica fundacional da comunidade arquipelágica caboverdiana. À volta de uma revista moderna, *Claridade* (1936-1960), que se apropriou prontamente da teoria da identidade brasileira de Freyre (*Casa-Grande & Senzala* [1933]), abriu-se um dos grandes debates sobre a caboverdianidade, destacando-se, para além do poeta Jorge Barbosa, alguns ensaístas caboverdianos e portugueses, como Baltasar Lopes, Manuel Lopes, João Lopes, Félix Monteiro, José Osório de Oliveira, Pedro de Sousa Lobo, Henrique Teixeira de Sousa ou Manuel Ferreira. Deste modo, à luz dos pressupostos teóricos elaborados por ideólogos brasileiros, como Gilberto Freyre, Nina Rodrigues ou Artur Ramos, defendia-se que, em Cabo Verde, o contacto entre duas culturas – “uma mais adiantada (a europeia) e outra mais atrasada (a africana)” (Baltasar Lopes, 1947a: 18) – teria dado depois origem a “um espectacular caso aculturativo nos trópicos” (Manuel Ferreira, 1986: 36), “salvo uma ou outra ilha sociológica destinada a desaparecer” (Baltasar Lopes, 2010 [1956]: 239). Tais ressalvas pesavam sobre as ilhas de Santiago e de Fogo, embora mais gravemente sobre àquela, a maior e a primeira ilha povoada no arquipélago, a qual ocupou, por isso, a posição de entreposto nas rotas transatlânticas do tráfico negreiro, tendo-se doravante a sede do poder político constituído nessa ilha.⁴

Com estes pressupostos, impunha-se o mito de origem comum.⁵ Ao mesmo tempo, a partir de uma leitura culturalista, que identificasse a história das ilhas do

⁴ Em síntese, segundo António Correia e Silva (2005: 397-398), a tese dos claridosos pressupunha: a) a ideia da evolução de “uma sociedade escravocrata, com tensões inerentes a uma forte bipolaridade social e racial, opondo o negro-escravo ao branco-senhor, para uma sociedade na qual tende a predominar o mestiço”; b) “a diluição progressiva e suave da cultura africana”; c) “a democracia social”. Nesta base, “Santiago e Fogo, se bem que em maior grau aquela ilha, representariam este fundo arcaico e atrasado do qual parte a viagem evolutiva da sociedade caboverdiana rumo à mestiçagem, ao passo que as ilhas do Norte (Santo Antão, São Nicolau e São Vicente) seriam a caboverdianidade realizada pela mulatização e pela democratização social.” E desse modo, com base num “evolucionismo [...] indisfarçável”, tratava-se da defesa de “uma sociedade de harmonia e de síntese das contradições coloniais”, que seria “um caso acabado de experiência luso-tropical bem-sucedida.”

⁵ Os estudos de José Carlos G. Anjos (2002), Gabriel Fernandes (2002 e 2006) e António Correia e Silva (2005) denunciam, entretanto, que essa imagética do arquipélago alimentava uma diferença interna [uma espécie de *colonialismo interno* (Casanova, 2007)], porque se tratava da elevação de uma parte do território colonizado. Isso era visível nos textos literários e ensaísticos da geração da *Claridade*, influenciada pela doutrina luso-tropical. Ultimamente, com uma recente intensificação do debate crítico quanto à relação entre o luso-tropicalismo estadonovista e a caboverdianidade, as interpretações sobre a questão da especificidade do colonialismo português e a questão da especificidade da colonização caboverdiana reanimaram o debate idiossincrático caboverdiano, considerando, desta vez, as abordagens pós-coloniais e transnacionais (cf. Gois, 2011).

Norte/Barlavento com a do arquipélago, fixaram-se as divisões e tensões entre ilhas. Assim, em rigor, a *Claridade*, que ainda hoje se mantém viva, foi uma corrente cultural regionalista que, com pretensões interpretativas universalizantes, tentou impor, com relativa eficácia, um local da cultura hegemónica no universo insular – uma região ou ilha modelo –, extrapolando essa experiência social para todo o espaço arquipelágico. Isto, por sua vez, produziu a inferiorização e exclusão das ilhas do Sul/Sotavento, projectadas como uma certa margem geográfica, agrária, cultural, sociológica e política, que seria ostensivamente estigmatizada, no discurso erudito dos intelectuais claridosos. E isso indicará um tipo de «racismo sem raça» na ideologia da caboverdianidade.

Embora comparando com a formação social do nordeste brasileiro, a explicação evolucionista dos teóricos da *Claridade* não se fundamentava na História, limitando-se às exíguas e vagas informações etnográficas de determinadas ilhas, com a pretensão de as mesmas representarem todo o universo arquipelágico. Tal debate, eminentemente etnocêntrico, apontava indícios de racismo, estruturando as estratégias de dominação cultural e política, de resto utilizadas tanto no arquipélago como nas restantes colónias portuguesas em África. Assim, o pensamento mestiço claridoso edificava-se a partir de uma dupla alteridade: no plano externo, o Outro africano; no plano interno, o Outro santiaguense. Embora, de forma polémica, nesse projecto histórico político-cultural de edificação de uma imagética mestiça e, conseqüentemente, de hierarquização cultural, persistia uma clara convergência entre as características fenotípicas e a categorização intelectual, comportamental ou moral dos diferentes grupos regionais. Paradoxalmente, o arquipélago era ostentado como uma unidade étnico-cultural.

É nesta linha de ideias que Santiago foi enunciada como a “ilha mais negra” do arquipélago (cf. Amaral, 2007: 215) e, por isso mesmo, considerada como um caso à parte. Relativamente à herança africana, constata-se que o discurso do tempo claridoso apontava em dois sentidos: por um lado, a ideia de que no arquipélago teria ocorrido a “diluição de África”, num processo de “esfacelamento de culturas não europeias” (Baltasar Lopes, 2010 [1956]: 239); por outro, em flagrante discurso contraditório, a imputação do elemento «afro-negro» à ilha de Santiago (João Lopes, 1936; José Osório

de Oliveira, 1936). Num artigo intitulado “Apontamento”, no programa inicial da geração claridosa, João Lopes (1936: 9) estabelecia uma espécie de bipolaridade e uma divisão civilizacional entre duas culturas, que resultariam das diferenças ecossistémicas num quadro arquipelágico de dualidade económico-agrícola: o regime de latifúndio aplicado à ilha de Santiago e o regime de minifúndio aplicado às outras ilhas. Nesta sequência, segundo este autor:

O patriarcalismo agrário de S. Tiago, com os característicos *morgadios*, servidos por grandes propriedades, criou um tipo de civilização semelhante às zonas brasileiras de economia escravocrata à sombra das casas-grandes com os engenhos. Tipo feudal-agrícola. Menor compensação e reciprocidade entre as duas classes, os senhores – *os brancos* – e os escravos.

E assim, rebatendo a teoria freyriana, segundo a qual o mundo luso-tropical emergia da inter-relação entre «casa-grande e senzala», João Lopes (1936: 9) afirmava que tal prodígio não teria ocorrido no caso santiaguense, corroborando, por essa via, do discurso colonial racialista, para sustentar que foi precisamente por causa do regime de latifúndio que a ilha de Santiago “não beneficiou na mesma medida dos seus irmãos das outras ilhas das consequências da miscigenação e da interpenetração de culturas que marcaram a acção do colonizador português.”

Em contrapartida, para fundamentar a sua diferenciação bipolar do arquipélago, o ensaísta João Lopes (1936) defendia complementarmente que, uma vez “colonizadas por gente modesta, sem grandes recursos para aquisição de vasta mão-d’obra escrava, não havendo depósitos que lhes facultassem a compra imediata de escravos, as ilhas de Barlavento particularizaram-se, transformando-se todos, senhores e escravos, numa família. A profunda interpenetração dos dois tipos étnicos obedeceu à necessidade de obviar à escassez do capital escravo. Daí a miscigenação em grande.” Na esteira do ideário da elite intelectual insular, sempre sob a capa do registo racialista, o ensaísta português José Osório de Oliveira (1936: 4) rematava, peremptoriamente, que “o habitante de Sant’Iago é o de menor desenvolvimento intelectual, por ser mais puramente africano, por ser menor nessa ilha a obra de miscigenação, por aí ainda influir o ‘éthos’ da África negra.” Deste modo, debaixo de uma máscara identitária homogeneizadora, assente na exaltação das pretensas virtualidades da mestiçagem,

seriam impostos os termos de distinção social, cultural e política dos agrupamentos regionais e, concomitantemente, do silenciamento dessas diferenças no arquipélago.

Não é de modo algum despropositado pensar que a hiperlucidez da *Claridade* já deixava transparecer o essencial do pensamento racialista e do espírito dessa época, através de uma imagem idealizada e uma pretensa unidade em contraposição ao continente africano. Ao mesmo tempo, estabeleciam-se divisões internamente, i.e., as ditas “ilhas sociológicas” (Baltasar Lopes, 2010 [1956]: 239). Tratava-se, portanto, de uma espécie de racialização das diferentes ilhas do arquipélago. É deste modo que os *sanpadjudus*, especialmente os da ilha de São Vicente, passariam a ocupar uma posição modelar no imaginário claridoso, em contraposição aos *badius* da ilha de Santiago. Surpreendentemente, a partir desse pensamento racialista ou culturalista dos claridosos, opunha-se uma certa imagem erótica de *mulatas*, sobretudo da ilha de São Vicente, ao retrato exótico e boçal de *badias* ou negras, particularmente da ilha de Santiago. Isso notava-se, inclusive, na poética do claridoso Jorge Barbosa (2002) ou nos contos e crônicas jornalísticas de Maria Helena Spencer (2005), curiosamente ambos mestiços de tez muito clara, nascidos na cidade da Praia, ilha de Santiago, mas que nem por isso deixavam de colocar em evidência uma interiorização dos preconceitos rracicos e, por conseguinte, de alinhar com a sua intensiva reprodução ideográfica. Daí a violência não apenas verbalizada, mas também simbólica e generalizada, que foram transpostas sintomaticamente para o campo da exotização da imagem de *badius/badias*, mormente pela via depreciativa e estereotipada da sua representação (desde a cor da pele, a textura do cabelo, a estatura ou o modo de ser, agir e falar) e da sua constante inserção em territórios racializados, como os subúrbios urbanos ou o interior profundo (quase sempre) da ilha de Santiago. Isso indicia que sobretudo o interior profundo – povoado inicialmente por escravos fujões – seria o tal “compartimento estaque” (João Lopes, 1936), com os seus vilarejos nas montanhas ou *quilombos* (usando um termo brasileiro).

Entretanto, partindo da premissa de que a modéstia de recursos nas ilhas do Barlavento era uma forte condicionante para a total inexistência da discriminação e distinção social e racial, João Lopes (1936), Baltasar Lopes (2010 [1956]), Gabriel

Mariano (1991b [1959]) e Manuel Ferreira (1985) defendiam que nas ilhas haveria uma exemplar harmonia/democracia racial e social, ainda que na situação colonial de matriz escravocrata e perante a indigenização de parte do povo induzido à emigração forçada para as roças coloniais em África, sendo até mais harmoniosa/perfeita do que no Brasil de Gilberto Freyre. No prefácio do livro *A Aventura Crioula*, Baltasar Lopes (*apud* Ferreira, 1985: 15-16) afirmava que “Cabo Verde é um caso mais significativo do que o Brasil, sempre apontado como paradigma do processo de criação de sociedades tropicais resultantes da expansão portuguesa [...]. [Na medida em que, no arquipélago], a condição de pequeníssima nau conferiu maior *pureza* ao resultado da interacção das forças de cultura em presença.” Nesta linha de pensamento sobre a mestiçagem, “mesmo considerando o fenómeno brasileiro, tido vulgarmente como padrão não só nos sistemas de interpenetração de culturas mas também na convivência racial”, o ensaísta português Manuel Ferreira (1985: 8 e 36-46) reificava a ideia do arquipélago enquanto “primeiro caldeirão de ensaio de miscegenação euro-africana”, reforçando assim o mito da “originalidade do homem caboverdiano.” Por conseguinte, segundo o ensaísta:

As diferenças ali verificadas [...] decorrem duma sociedade de tipo capitalista. [...] o problema da cor, o da origem racial, deixou literalmente de ter significação no Arquipélago, de tal sorte que a doméstica expressão ‘gente branco’ e aspectos derivativos: ‘casa de gente branco’ e até ‘cheiro de gente branco’ (cheiro bom, a coisa limpa; cheiro agradável, de bem estar), são designações não aplicadas exclusivamente a portugueses ou a gente de tez clara oriunda ou não das ilhas, mas sim a todo e qualquer que, mercê de capacidades pessoais ou importância económica adquirida, alcance uma posição de destaque, tenha ele a cor que tiver, ainda mesmo quando a de azeviche. [...] a expressão ‘gente preto’ equivale a gente pobre, humilde, condenada a voos rasos, liberta da vinculação à natureza da pele. [...] sejam os mulatos, sejam os negros passam a ser ‘gente branco’ à medida que vão ascendendo à burguesia.⁶

Nos anos cinquenta, na senda desta vertente hermenêutica mas com alguma subversão da teoria freyriana relativamente ao “mundo que o português criou”, Gabriel Mariano (1991a [1959]) defendia a ideia do “mundo que o mulato criou”, para ilustrar

⁶ Quanto à opressão de classe em contextos coloniais, Frantz Fanon (2002: 9) já tinha realçado, em particular, a sua articulação com a questão racial. Para este autor, nas colónias a infraestrutura económica era também uma superestrutura. Segundo Fanon, “la cause est consequence : on est riche parce que blanc, on est blanc parce que riche.” Por isso, o autor entendia que a abordagem marxista deveria ser ligeiramente alargada sempre que tratasse do problema colonial.

que, em Cabo Verde, o protagonista teria sido o «mulato» (e não o português), num processo aristocratizante do «funco» (Senzala?) para o «sobrado» (Casa-Grande?), i.e., o “laboratório exacto” da síntese de culturas e o espaço onde se ocasionou a “apropriação de elementos da cultura portuguesa” seria o «funco» (e não o «sobrado»). Assim, teria sido um processo de baixo para cima, ao contrário do Brasil na teoria freyriana. Paralelamente às presunções interpretativas sobre a propagação meramente “material ou biológica do mestiço, cujo veículo seria unicamente o sexo”, Gabriel Mariano (1991b [1959]: 71) punha a tónica na ascensão económica e na “conquista definitiva de posições, a transmutação de poderes, acompanhada do prestígio intelectual do mestiço caboverdiano.” Nesta análise sobre o papel da mestiçagem na definição do “especialíssimo caso caboverdiano”, Mariano assegurava, com uma ironia condescendente com a gesta dos varões que, se calhar, “não houve representante de classe social portuguesa que não tenha dormido com uma negra ou com uma mulata.”

Em 1960, no último número da revista *Claridade*, num artigo intitulado “A Originalidade Humana de Cabo Verde”, o ensaísta português Pedro de Sousa Lobo asseverava que “o branco foi o primeiro a tomar para si a mulher negra, já acicatado pelas necessidades sexuais, já atraído pelas seduções femininas de mulher de cor.” Com este tom colonial e sexista, o último número da revista *Claridade* ficaria marcado por uma revitalização da mitologia luso-tropical, uma constatação de que a “*predisposição* do português para o cruzamento de raças nunca foi superada por qualquer outro povo” e um intenso elogio ao “grande sociólogo Gilberto Freyre” (Lobo, 1960: 65). Porém, realce-se que, numa crítica contundente, Freyre (1962: 237-241) já havia desferido um duro golpe aos claridosos, aviltando uma “gente que, procurando ser europeia, repudia as suas origens africanas.” Isso sucedera na sequência da sua estadia no arquipélago, ao serviço do regime salazarista, tendo o próprio recusado a ideia de Cabo Verde como um exemplo singular no mundo luso-tropical. Depois, num tom de profundo desabafo e num registo eminentemente crítico, quanto às impressões africanizantes de Gilberto Freyre acerca do arquipélago, Baltasar Lopes (2010 [1956]: 237) expressava um certo desapontamento da elite insular com o sociólogo brasileiro: “Para quê não falar claro? O Messias desiludiu-nos.” Não obstante, o discurso claridoso manteria uma intensa

relação com o luso-tropicalismo e a ideologia colonial estadonovista. E, apesar de um ou outro radicalismo, a revista claridosa ficaria presa para sempre à pátria colonial.

Entre uma retórica da emancipação e um elogio da colonização, os teóricos da *Claridade* deixariam indícios de ambivalências e instabilidades no contexto repressivo estadonovista. Por isso, Manuel Ferreira (*apud* Laban, 1992) admitiria que a *Claridade* havia rasurado o «pai/Portugal», embora não o tenha combatido. Na opinião de José L. H. Almada (2005a: 126), “para além de significar a não nomeação do opressor”, a *Claridade* coadjuvava para a “ocultação do facto colonial, interpretado e politicamente reduzido, em regra, ao irrefutável abandono pela Metrópole do caboverdiano ao seu destino atroz face à natureza madrasta, bem como na mitigação e/ou negação dos conflitos de classe [...] e dos preconceitos racialistas e culturalistas eurocêntricos.”

Em conclusão, embora a corrente claridosa tenha exaltado uma perspectiva falaciosa de harmonia racial e social, num discurso paradoxalmente excludente e racialista, nota-se, actualmente, uma forte tendência para a celebração da diversidade social e cultural no arquipélago e na sua vasta diáspora. Todavia, mesmo no actual contexto de exaltação da diferença e do pluralismo, persistem resquícios de racialismo, sexismo e regionalismo, não obstante assistir-se também, nos dias que correm, a uma acentuada tendência de ruptura com o paradigma ainda dominante, tanto em termos epistemológicos, como em termos sociais, económicos, culturais e políticos (cf. Anjos, 2002; Fernandes, 2002 e 2006). Na esteira disso, é curioso observar que, apesar do fim do colonialismo político e da progressiva intensificação do debate sobre a cultura e sociedade caboverdiana, regista-se ainda hoje no «pensamento mestiço caboverdiano» uma espécie de bifurcação entre a ideia de Europa e de África. Parece que, de igual modo, existe um consenso tácito para dissimular os preconceitos racionais, herdados do pensamento colonial e da *praxis* política, ainda que não se tenham cessado, outrossim, as dinâmicas culturais de demarcação dos espaços na óptica de territórios racializados. Tudo isso torna-se ainda mais complexo quando se analisa a participação política das mulheres nos órgãos de alta representação no arquipélago, principalmente através de uma abordagem da interseccionalidade de género, classe e região.

2. ARRANJOS SOCIAIS ALTERNATIVOS: TRANSGRESSÃO HISTÓRICA

[...] em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor [...].

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando?

“Enegrecer o Feminismo”, Sueli Carneiro.

É relevante registar que a elite insular, da década de 1930, condicionada tanto pela sua formação ideológica e posição classista como pela repressão estadonovista⁷, tivera dificuldade em introduzir no debate a violência de uma história de escravatura e de colonização. Pelo contrário, conforme já se mostrou, os claridosos ficaram entre uma retórica da emancipação e um elogio da colonização, invisibilizando o que sempre dividira a sociedade, i.e., a linha da cor, transmutada em desigualdade classista. E, por isso, numa crítica contra a “dinâmica automutiladora” e o “esquecimento selectivo da África”, no ideário claridoso de branqueamento do arquipélago, Gabriel Fernandes (2002: 29 e 37-39) advertiu para o facto de que se a ligação entre os senhores e as escravas teria constituído como um dos principais eixos de transformação do cenário sociocultural nas ilhas significaria que o protagonismo das escravas ultrapassava os limites da esfera privada e íntima para atingir o âmago de uma cultura.

Não obstante a visão crítica da funcionalização identitária de Gabriel Fernandes, o autor manteve uma perspectiva heteronormativa em torno do processo identitário, secundando-a com a assunção da presumível fragilidade das mulheres brancas coloniais e a aparente passividade das escravas. Em última instância, esclareceu que, por ter sido uma colonização essencialmente masculina, visto que as mulheres portuguesas foram em menor número, os senhores manteriam uma ligação sexual e afectiva com as suas inimigas/escravas. Curiosamente, esta tentativa de leitura humanista traçou um cenário bastante romântico, onde a situação faria da “escrava/amante não um ancoradouro dos

⁷ Recorde-se que Salazar já havia inaugurado a Colónia Penal do Tarrafal, na ilha de Santiago, em Abril de 1936, para encarcerar os opositores do regime salazarista em Portugal. O campo de Tarrafal encerrou em 1954, tendo sido reaberto em 1961, com a denominação de Campo de Trabalho do Chão Bom, para encarcerar prisioneiros oriundos das antigas colónias portuguesas, após o 4 de Fevereiro angolano, que deu início à luta de libertação.

impulsos sexuais do senhor branco, mas sim uma legítima parceira.” E assim, a escrava seria o “elemento fundante da miscigenação biológica”, de igual modo que contribuiria para uma “intensificação da interação sociocultural entre brancos e negros.” Sendo assim, tal como no Brasil, também contrariamente ao que aconteceria nos Estados Unidos, em Cabo Verde não haveria uma segregação étnica. Pelo contrário, haveria uma “tímida mas progressiva aproximação entre os pólos de interação social.” Todavia, ficou por abordar a resistência das escravas que preferiram fugir para o interior.

[...] o perfil dos primeiros povoadores: homens brancos, solteiros ou casados, perspicazes e audaciosos o suficiente para driblar as medidas régias e, servindo-se de um ponto estratégico de ancoragem, incrementar seus negócios paralelos com as costas da Guiné. Tendo assumido esse traço de aventura, a colonização praticamente deixou de contar com o elemento feminino (branco), como parcela frágil, para se centrar no varão. Disso terá havido significativa repercussão em toda a estrutura social caboverdiana [...]. O cruzamento do homem branco com escrava negra, seja por constituir elemento fundante da miscigenação biológica, seja por contribuir para a intensificação da interação sociocultural entre brancos e negros, surge como uma das principais máquinas propulsoras da sociedade crioula. A ausência de mulher branca fez da escrava/amante não um ancoradouro dos impulsos sexuais do senhor branco, mas sim uma legítima parceira, cujo protagonismo suplanta todos os limites de um fórum de relações privado e íntimo para atingir o âmago de uma cultura. [...] a partir do envolvimento com suas escravas, eles foram obrigados a nítidos reajustamentos existenciais que também contribuíram para uma significativa porosidade do quadro de dominação racial em Cabo Verde. Muitos sentiram-se compelidos a alforiar a escrava/amante para não fazer escravo seu próprio filho, resolvendo um grave problema de foro íntimo. Neste cenário, registou-se uma acentuada flexibilização dos mecanismos de conformação e delimitação de posições e condições sociais, traduzida numa tímida mas progressiva aproximação entre os pólos de interação social. [...] a visibilidade do grupo dominado começa a surgir a partir de uma dinâmica de quebra de laços de vassalagem que, paradoxalmente, não se deveu à força do colono, mas à sua fragilização.

Tal contacto racial e cultural entre os senhores e as escravas, para Elisa Andrade (1996), teria consagrado menos por causa de um “eventual espírito multirracial que caracterizaria fundamentalmente o colono português” do que devido às “necessidades fundamentais que uniam os dois sexos, em circunstâncias que as mulheres brancas escasseavam.” Donde, segundo a autora, a conformação de uma interligação complexa entre a dominação colonial e a dominação sexual das mulheres africanas, submetidas largamente ao concubinato. A permissividade e promiscuidade sexual da instituição escravocrata e o estilo de vida senhorial da época teriam tido forte impacto no tecido social caboverdiano. No entender do historiador António Carreira (1977: 21-32), não

só a aventura colonial se configuraria em termos masculinos, como consubstanciaria uma estrutura familiar normativa de matriz patrilinear no arquipélago caboverdiano:

[...] em 1513, havia apenas 4 mulheres brancas solteiras! A mulher europeia não emigrava para África; e quando foi com o seu homem fê-lo raramente. Por outro lado, a presença da mulher branca nunca constituiu embaraço para que o homem da mesma etnia fixado nas ilhas se ligasse a uma ou mais mulheres africanas. As uniões de homem branco e mulher preta foram, pois, correntes e socialmente aceites de forma geral. Não se olhava à função ou cargo que ele desempenhava. Daí o surto de inúmeros descendentes bastardos de capitães-mores, de governadores, de altos funcionários régios, de ministros da Igreja, etc. [...] Nas ilhas esse tipo de ligações foi mais ou menos aceite pela comunidade sem grande constrangimento, embora em muitos casos as mulheres aspirassem à regularização das situações através do casamento, canónico ou civil. [...] E esse comportamento era, naturalmente, imitado pelos escravos e pelos libertos [...]. A mãe-solteira [...] ficou consagrada como realidade sociológica [...]. Pode dizer-se que existe uma poligamia de facto, que não de direito.

Com relação à população escrava, segundo António Correia e Silva (2001b), “predominavam as uniões livres e de facto, sem qualquer reconhecimento da Igreja.” Contudo, a “sociedade tolerava-as sem grande relutância.” E desse modo, embora a Igreja condenasse moralmente as “situações de concubinato e mancebia”, para os seus senhores “constituíam preciosas oportunidades de engrossar os seus plantéis com novos escravos crioulos.” Nesta sequência, segundo o autor, tudo indicaria que na vida prática “as uniões de escravos não só apresentavam um *deficit* de institucionalização, como também se afiguravam pouco estáveis. Por isso, a célula familiar básica entre os escravos era constituída pela mãe e pelos filhos, sendo o homem variável e marginal.” E, sendo assim, “o que figura no registo histórico como unidade familiar identificável e reconhecida é o grupo mãe-filhos. A leitura da descendência entre os escravos faz-se apenas pela linha feminina, contrastando com a filiação acentuadamente patrilinear das famílias dos terratenentes.” Portanto, tratariam de “famílias matricêntricas, nas quais a presença do pai é ténue quando não inexistente: ‘mater certa, pater incertus’.” Assim, na opinião de Correia e Silva, sem ignorar a condição real de vida da massa escrava que “estimulava uniões breves e efémeras”, pode concluir-se que este grupo social e histórico, “do ponto de vista das alianças matrimoniais ou meramente conjugais, estava muito longe de possuir um comportamento completamente endogâmico” (Correia e Silva, 2001b: 324-326). Daí, o modelo institucional seria a família nuclear ocidental.

Para além disso, António Correia e Silva (2001b: 326-329) apontou para o papel central exercido pelas mulheres negras e mulatas em função do uso da sua “sexualidade e afectividade”, pese embora o facto dessa mesma relevância ser mitigada em contexto escravocrata e de religiosidade cristã. Para as escravas que não fugiram do cativoiro, esta lógica falocêntrica conduziria a uma mobilidade pessoal e social na subalternidade.

As escravas amancebavam-se ou mesmo casavam-se com homens de posição social superior à delas, a começar pelos antigos escravos tornados livres pela alforria [...]. Em carta de 1701 [...], o rei impõe aos escravocratas a obrigação de venderem as suas escravas aos seus maridos ou pretendentes forros pelo preço determinado pelas justiças da terra [...]. [Contudo], esta lei não era aplicável quando o marido era escravo e a mulher forra [...]. Na sociedade escravocrata as relações sexuais e afectivas são frequentemente utilizadas como um dos mais eficazes ‘expedientes’ de realização das estratégias de ascensão. Assim, não foram raros os casos das escravas que se amancebaram de forma estável e duradoura com os seus próprios senhores, obtendo deste facto posições materiais e simbólicas importantes no seio da fazenda. [Para além da dimensão puramente individual e sincrónica, tais estratégias de ascensão social das mulheres escravas] continham também objectivos intergeracionais, cujos efeitos eram diferidos no tempo. Dormindo com homens brancos, ricos e poderosos, as escravas ‘limpavam’ o seu estigmatizante sangue negro, dando origem a crianças mulatas, beneficiadoras do apoio dos pais e, por isso, de maiores possibilidades de virem a libertar-se do cativoiro [...]. Ao dizermos isso apartamo-nos, implicitamente, da ideia tradicional, que não vê nestas relações mais do que meras manifestações de domínio sexual do homem sobre a mulher, do escravocrata sobre a escrava, do branco sobre a negra, do sujeito sobre o objecto [...]. [Consequentemente], mesmo entre as malhas apertadas, criadas pela escravatura, algumas das escravas retomavam a iniciativa, utilizando os atributos de inteligência, criatividade, beleza e sedução, [...] [sendo muito importante] descortinar nestes actos de foro íntimo uma lógica social subjacente.

Ao contrário do modelo de comportamento socialmente imposto, o sistema escravocrata teria sido, paradoxalmente, complacente com práticas transgressivas no tocante aos preceitos religiosos e morais. Este processo histórico, a montante e a jusante, teria tido consequências imprevisíveis, traduzidas num pesado fardo para a sociedade em geral e para as mulheres em particular. Por conseguinte, em termos históricos e estruturais, as ilhas caboverdianas ficariam marcadas por uma espécie de plasticidade parental, constatando-se no geral, ainda hoje, uma fraca presença da figura do pai na vida familiar e, consequentemente, a subestimação ou relativa valorização do papel e do valor social das mulheres, mormente pela via da sua excessiva sobrecarga no que respeita às responsabilidades relativamente à gestão e manutenção da família. E, por isso, para melhor se entender as questões de género e as relações de poder entre

homens e mulheres no arquipélago, o foco do debate sobre a sociedade e a cultura centra-se actualmente na abordagem crítica dos papéis sociais e das experiências das mulheres numa sociedade complexa submetida a um tipo ideal patriarcal, corroborado e disseminado, principalmente, nos termos da moral e religiosidade cristã dominante neste espaço insular da costa ocidental africana.

3. RELAÇÕES CULTURAIS NA ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO POLÍTICO

Cabo Verde é um caso de regionalismo africano que, feliz ou infelizmente, tende a sê-lo cada vez menos, na medida em que a sua dinâmica política e sociocultural se torna cada vez mais dependente e tributária dos valores da civilização ocidental, tanto os que são importados e incorporados diariamente, como aqueles que estão inscritos no código genético da sua existência como entidade humana [...].

A Democracia em Cabo Verde, Onésimo Silveira.

[...] as elucubrações e considerações teóricas de Onésimo Silveira visam um claro fim prático, designadamente a fundamentação doutrinária de uma hegemonia barlaventista centrada na cidade do Mindelo e respaldada na sua alegada maior europeidade, em contraste com a rival santiaguense, alegadamente mais africana [...]. É inequivocamente neste contexto político-cultural que se inserem a neo-claridosidade e o discurso europeizante do celebrado intelectual mindelense. “Funcionalização Político-ideológica...”, José Luís H. Almada.

Nos primeiros tempos da independência, a clara opção barlaventista dos dirigentes da altura, com a marginalização quase ostensiva dos naturais de Santiago [...] assumiu proporções que alguns chegaram a considerar escandalosas. Houve períodos em que os cabeças de lista [do partido único] de todos os círculos eleitorais da ilha de Santiago eram do Barlavento; que o sector urbano da Praia do PAIGC/CV não integrava nenhum natural de Santiago.

Um Demorado Olhar Sobre Cabo Verde, Jorge Querido.

[...] há uma política pensada para reduzir São Vicente e tornar a ilha dependente da capital do país, [na ilha de Santiago]. “Trabalhamos para a República de Santiago”, Onésimo Silveira.

É bem conhecida a ideia de Cabo Verde como um extraordinário exemplo de democracia no continente africano. Considera-se, também, que a estabilidade política do país se deve à existência de uma Nação «crioula», edificada antes da independência

nacional, i.e., antes da emergência de um Estado soberano. Assim, ao contrário do que acontece na maioria dos países africanos, evidencia-se a existência de uma harmonia social e uma sedimentação da homogeneidade étnico-cultural da sociedade insular. Contudo, começaram recentemente a surgir fortes críticas contra esta visão de uma totalidade homogénea, emergindo dessa corrente crítica a ideia de que, afinal, a elite intelectual contemporânea tão-somente procede à reformulação do antigo conceito de mestiçagem dentro do conceito de nação, ocasionando, por um lado, a transmutação definicional e conceptual que aponta para a ausência de diferenças étnico-culturais e, por outro, a ascensão triunfal do caso caboverdiano como um exemplo paradigmático no continente africano (Anjos, 2002; Vieira, 2005: 399). Para Francine Vieira, tal como no tempo colonial, subsiste uma tendência para a utilização da abordagem culturalista, adoptando a auto-definição identitária de uma elite como se fosse um facto sociológico estabelecido. Segundo ainda a mesma autora, o valor simbólico da representação da homogeneidade cultural, produzida pela cristalização da mestiçagem, funciona como mito criador da sociedade caboverdiana (Vieira, 2005: 387).

Tendo em consideração esse valor simbólico ou até a significação política dessa representação identitária, os estudos recentes ressaltam ainda que a caboverdianidade foi engendrada a partir do ponto de vista eurocêntrico, em oposição às outras antigas colónias portuguesas em África, assentando num processo que recorreu à criação de uma estratégia identitária para a ascensão social de uma pequena elite insular. Para além do carácter arbitrário da invenção de essências nacionais, tais como a caboverdianidade (Anjos, 2003: 579), a utilização da noção de invenção da identidade caboverdiana, a partir da importação de modelos teóricos explicativos, revela ainda a inadequação das representações da realidade social (Anjos, 2002; Fernandes, 2002; Vieira, 2005).

Em consequência, Anjos (2002) reconhece que a elite funda a sua dominação sobre a fractura entre os modelos simbólicos importados e a cultura local. De acordo com este autor, a sociedade caboverdiana encontra-se actualmente estruturada sob a dominação de uma elite que, através da manipulação de códigos político-culturais ocidentais, efectua uma mediação entre o sistema internacional e a população local.

Nesta perspectiva crítica, este mesmo autor denuncia que as contraposições assentes em critérios raciais e/ou étnicos desaparecem internamente, ao mesmo tempo que as distâncias culturais ainda se reforçam, criando uma elite destacada pelo desempenho e pela manipulação de códigos dominantes ocidentais. A abordagem deste autor sugere que subsiste ainda uma imaginação arquipelágica elitista, eurocêntrica [e sexista], fundamental para a estruturação e legitimação das relações de poder, e que é convertida em oportunidades concretas a nível administrativo ou estatal. Num dos argumentos deste estudo crítico, defende que Cabo Verde pode ser englobado no grupo das nações africanas cuja elite – embora antes tenha questionado a superioridade racial e cultural europeia e empreendido uma longa luta armada contra o imperialismo europeu e pela libertação nacional – recorre hoje a um conjunto de códigos ocidentais como principais instrumentos de dominação interna (Anjos, 2002: 14-15 e 2004: 274).

É neste sentido que, por exemplo, quanto à persistência do estatuto oficial das línguas coloniais, nos países africanos outrora colonizados, Kwame A. Appiah (1997: 20-21) chama a atenção para o facto de que “essas línguas estrangeiras, cujo domínio havia marcado a elite colonial, tenham-se transformado em marcas de *status*, preciosas demais para serem abandonadas pela classe que herdou o Estado colonial.” Daí Myers-Scotton (1993) fala de *elite closure*, ou seja, retrata a estratégia de demarcação do acesso a uma elite, pela via da fluência da eurofonia (língua oficial). Na mesma linha, Étienne Balibar (1997: 61-62) refere que “L’héritage du colonialisme est en réalité une combinaison fluctuante d’extériorisation continuée et d’«exclusion intérieure».”

Seguramente, o Estado caboverdiano manteve algumas continuidades com o passado colonial, principalmente por causa da participação directa de caboverdianos na administração colonial. De igual modo, é certo que, em Cabo Verde, a estruturação e legitimação institucional do Estado – que não desperdiçou essa história da experiência administrativa desde o período colonial – tem dependido de uma forte reprodução e renovação da elite insular burocrática cosmopolita (Furtado, 1997; Correia e Silva, 2001c; Anjos, 2002; Barros, 2012). Também é verdade que, desde os primórdios da colonização, o arquipélago tem sido palco de intensas lutas políticas pelo controlo

administrativo ou estatal (Cohen, 2001 e 2007; Cabral, 2002; Domingues, 2001), as quais têm impulsionado uma intensa e permanente modificação dos espaços e dos critérios de recrutamento aos serviços públicos (Anjos, 2002; Fernandes, 2002). Para Correia e Silva (2001c: 55-56), a própria configuração do político e suas manifestações enraízam-se historicamente, sendo que “a política constitui, neste particular contexto histórico, a legitimação de uma relação de poder de uma elite sobre a sociedade, relação essa mediada pelo Estado, através de projectos de atendimento social.”

Trata-se de um caso de interessante e surpreendente complexidade, que permite compreender a reprodução cultural, permitindo igualmente entender a estratificação e as classificações de género, classe ou região. De modo particular, no arquipélago, uma vez estabelecida a distinção entre o público e o privado, nota-se a conformação de um espaço público e político nitidamente masculino e masculinizado, numa cumplicidade histórica com o sistema colonial, traduzindo a hegemonia de um certo padrão cultural que continua a condicionar o acesso e o exercício do poder e da cidadania. Portanto, o campo político afigura-se um espaço privilegiado para uma abordagem das intensas e complexas lutas políticas, com raízes seculares. O interesse deste trabalho reside na problematização – a partir da complexidade do mosaico insular – da inclusão política de sujeitos historicamente excluídos, através de uma abordagem sociopolítica que privilegie o exercício da cidadania. Isto implica uma abordagem crítica aos agentes, instituições e orientações simbólico-ideológicas que atravessam o campo político.

Esta tese pretende estabelecer um exercício dialógico entre sociedade, cultura e política, relendo analiticamente os textos ensaísticos e literários, desde o movimento claridoso ao movimento contemporâneo da «crioulidade». Assim, persegue o objectivo primeiro de compreender a intensa inter-relação entre a representação da identidade nacional e a representação das mulheres no arquipélago caboverdiano. Para esta análise crítica, e usando de empréstimo o título do romance de Maria Isabel Barreno (*O Senhor das Ilhas* [1994]), o presente trabalho pretende apreender a complexidade de temáticas como mestiçagem, crioulização, nação «crioula» ou hibridismo. Assim, com base num quadro histórico, relacional e contextual, que se funda numa arqueologia sociocultural

e num mapeamento geopolítico do arquipélago, pretende-se perceber a ausência e a emergência de mulheres no campo político, no período da democracia multipartidária (1991-2011). Desde já, uma ideia basilar é a de que as mulheres podem ser incluídas na política mas de uma certa forma que as subordina. Para além disso, torna-se importante examinar o modo como as rupturas e continuidades coloniais no Estado se reflectem na representação do poder pelas mulheres.⁸ Deste modo, e aplicando uma *sociologia das ausências* (Santos, 2006), pretende-se olhar e perceber tanto a lógica de subalternização das mulheres no político, mas também o silenciamento do que outras mulheres fazem fora do sistema institucional formal da política que, em certo sentido, é remetido para outras margens do político pelas mulheres na estrutura do poder oficial. Portanto, esta tese procura indagar a dialéctica de inclusão/exclusão dos grupos sociais subalternos e oprimidos, como as mulheres, enquanto um colectivo social heterogéneo.

4. OBJECTIVOS, HIPÓTESES E ORGANIZAÇÃO DA TESE

Este trabalho é dedicado à análise crítica da cidadania das mulheres num mundo intensamente interligado, mas também marcado pelo fim das grandes narrativas e pela fragmentação de identidades em que emergem preocupações com a representação do pluralismo e da diversidade, trazendo assim novos desafios democráticos. Para além de em termos teóricos ser privilegiada uma abordagem de algumas das principais linhas do debate actual sobre a política da identidade e da participação política das mulheres nas democracias contemporâneas, secundadas por uma abordagem analítica da ideia de arquipélago de «crioulidade», este trabalho direcciona-se para a análise do papel das mulheres no Parlamento, no Governo e nas Autarquias Locais, ao longo dos vinte anos do sistema multipartidário cabo-verdiano, destacando a experiência de governação paritária no arquipélago. Partindo da tensão entre representação política e política da identidade, o objectivo desta tese inscreve-se em dois sentidos: por um lado, a inclusão política de sujeitos historicamente excluídos; por outro, a qualidade da democracia.

⁸ A «representação» é vista em dois sentidos: 1) numa acepção política, como forma de assumir o lugar do outro («falar por»); numa visão estética, como forma de encenação («re-presentar») (cf. Pitkin, 1967; Spivak, 1994).

Com esta abordagem crítica, a principal interrogação que se coloca incide, de modo particular, sobre a forma como a inclusão política de mulheres pode contribuir para uma redefinição da cidadania e do poder político, bem como para o incremento da legitimidade democrática. Neste aspecto, este trabalho procura conjugar três eixos de análise: i) o acesso de mulheres às instâncias formais de representação política; ii) os modos de representação do político; iii) o exercício da representação pelas mulheres. Em suma, a partir de uma análise pós-colonial contextualizada, este trabalho pretende examinar, por um lado, a presença de mulheres na política e, por outro, a qualidade da sua participação, observando os efeitos de ambas na democracia caboverdiana.

Relativamente às hipóteses de trabalho, revendo os momentos fundacionais da gestação de uma sociedade insular e da invenção de um arquipélago de «crioulidade», um primeiro bloco analítico prende-se com a premissa teórica de que a colonização e a miscigenação tiveram um impacto similar e distinto dentro e além das fronteiras de género, classe e região. Em face disso, supõe-se que as representações intelectualizadas em torno do arquipélago de «crioulidade» continuem a dissimular as desigualdades estruturantes e históricas da sociedade, que são elementos fundamentais à estruturação e à legitimação das relações de poder nas ilhas. Neste bloco, as hipóteses são:

- (1) O fim do colonialismo político não conduziu ao termo das relações coloniais de dominação e exploração, que sustentam a distribuição desigual do poder.
- (2) As camadas dominantes reproduzem o modo ideológico da naturalização das diferenças como um exercício de poder.
- (3) A discriminação cultural assenta ainda hoje em caracteres físicos. Contudo, a ideologia do branqueamento institucional incide mais gravemente sobre – e entre – as mulheres, o que reforça as formas de exclusão na estrutura do poder.

O segundo bloco analítico propõe uma articulação com o anterior, procurando detectar se persistem desigualdades de género na arena política ou se existe uma relação entre a densidade feminina no poder e a representação de questões relacionadas com

os problemas que atingem as mulheres, enquanto parte de um colectivo heterogéneo. Aqui, as hipóteses de trabalho são:

- (4) A racionalidade moderna que determina os critérios de recrutamento político assenta fundamentalmente em distinções de género, social e regional, apesar da sua função simultânea de promoção da igualdade.
- (5) O aumento da representação descritiva das mulheres na esfera da decisão política possibilitará a alteração substantiva das prioridades e opções políticas.
- (6) O sistema partidário exerce uma forte influência nas relações sociais entre as mulheres que se encontram no campo político. Mas, uma vez que compartilham interesses e perspectivas, procuram criar sinergias que superem as divergências partidárias e contribuam para a abertura de novos espaços de intensas partilhas, em articulação com as diferentes redes locais, nacionais e globais de mulheres.
- (7) A inclusão política de mulheres, tendo em consideração a diversidade e o pluralismo deste colectivo, manifesta potencialidades para uma redefinição da cidadania e do poder político.

A tese que a seguir se apresenta está dividida em três partes reveladoras da complexa e intensa articulação entre os discursos e as práticas políticas no âmbito local, nacional e global. A primeira parte, “Travessias Teóricas e Metodológicas”, é formada por dois capítulos teóricos e um capítulo fundamentalmente metodológico. A segunda parte, “Ilhas Sociológicas ou Linhas Abissais?”, é composta por mais dois capítulos, nos quais se apresentam analiticamente os debates socioculturais caboverdianos, que servem de enquadramento histórico e estrutural à problemática desta tese. Por fim, a terceira parte, “Paradigmas Reinventados”, é constituída por três capítulos sobre a análise da participação política das mulheres caboverdianas no período democrático.

No Capítulo 1, intitulado “Perspectivas Feministas e Pós-coloniais sobre as Mulheres na Política”, pretende-se compreender a tensão entre a representação política e a política da identidade, principalmente pela via da revisitação de um conjunto de

perspectivas teóricas sobre o descentramento do género como categoria de análise e em torno dos actuais desafios do paradigma da interseccionalidade relativamente à participação política das mulheres nas democracias contemporâneas.

No Capítulo 2, intitulado “A Questão Colonial e Nacional: Entre Feminismos e Pós-colonialismos”, trata-se de depreender as linhas teóricas sobre a configuração das representações e estruturas sexuais e raciais de poder ao longo do trânsito colonial. Seguindo alguns dos debates teóricos contemporâneos que se debruçam sobre a ideia de hiper-masculinidade do imperialismo, este capítulo procura compreender como o processo histórico do colonialismo implicou a masculinização da autoridade colonial e, por conseguinte, a feminização da submissão colonial. Por fim, uma articulação entre nação e cidadania desvela a masculinização do discurso nacionalista e, em particular, o seu impacto na configuração institucional do Estado nacional em tempo pós-colonial.

No Capítulo 3, intitulado “Ponte Entre Epistemologia e Metodologia: Tecer a Multi-Localização Empírica e Identitária”, pretende-se retratar a metodologia utilizada, apresentando os procedimentos de recolha e de análise dos dados, com recurso às entrevistas semidirectivas, observação directa, pesquisa documental e análise crítica do discurso. Primeiramente, as entrevistas privilegiaram não apenas as mulheres políticas (Deputadas, Ministras, Secretárias de Estado e Autarcas), mas igualmente as lideranças partidárias e outros responsáveis políticos, as lideranças das organizações femininas nacionais/locais e do organismo estatal para a igualdade entre homens e mulheres e, por fim, a intelectualidade caboverdiana. Em particular, as narrativas das mulheres foram fundamentais para a compreensão das suas trajectórias e perspectivas quanto à participação nas instâncias do poder político, tentando desconstruir simultaneamente a versão dominante que tende a mantê-las como o pano de fundo da história e a face oculta do poder. Contrariamente à visão homogeneizadora, as narrativas ilustraram a diversidade e o pluralismo deste colectivo. Relativamente à observação, incidiu sobre o processo eleitoral e a dinâmica parlamentar (em plenário e em comissão), procurando examinar o funcionamento das instituições políticas, sobretudo a interdependência entre o poder legislativo e o poder executivo. Quanto à pesquisa documental, abarcou

um vasto conjunto de materiais impressos e digitais. Todos os dados recolhidos para este trabalho foram submetidos à análise crítica do discurso, no sentido de captar a relação dialéctica entre discurso e sociedade. Uma última nota, que importa realçar neste capítulo, prende-se com a dupla condição de observadora e de caboverdiana em pesquisa no arquipélago de origem, sendo de destacar uma certa familiaridade com o contexto político e cultural em estudo. De igual modo, revelou-se crucial o domínio da «língua oficial» e de algumas variantes da «língua materna». Em todo o caso, as nuances da identidade da pesquisadora em si implicaram a utilização de diferentes estratégias de aproximação às pessoas e de acesso aos dados.

No Capítulo 4, intitulado “Cabo Verde: As Representações de Género e Raça do Arquipélago de Crioulidade”, a preocupação central prende-se com a sistematização das representações de raça e género, através das narrativas em torno da mestiçagem caboverdiana e da «crioulização». É certo que a caracterização do arquipélago de «crioulidade» que tem vindo a ser feita ao longo dos anos, salvo alguns períodos de excepção, se estriba no ideário luso-tropical, refundando vários paradoxos da história de um povo. É verdade também que, mesmo nos estudos recentes sobre o arquipélago, de modo crítico ou com algumas hesitações/ambiguidades, se encara ou se reformula a inter-relação entre a teoria do luso-tropicalismo e a ideologia da caboverdianidade. Por isso, este capítulo, de forma crítica, discorre também sobre os meandros da gestação e evolução da Nação «crioula», incidindo sobre algumas ideias veiculadas, principalmente quanto às experiências das mulheres caboverdianas.

No Capítulo 5, intitulado “Heranças Coloniais e Margens da Nação: Sexismo, Racismo e Regionalismo na Caboverdianidade”, procura-se compreender as rupturas e continuidades coloniais nas representações nacionais, principalmente a forma como as representações da subalternidade feminina se reproduziram em momentos específicos dos processos de transformação social e de explicação da formação da identidade caboverdiana. E desse modo, trata-se de perceber em que medida os constrangimentos históricos, a sociedade, a cultura e a economia política são fundamentais para uma compreensão das situações colonial e pós-colonial das mulheres caboverdianas, como

um colectivo heterogéneo. A complexidade das relações de poder e de subordinação será observada, a partir de uma análise feminista e pós-colonial contextualizada.

No Capítulo 6, intitulado “Quem Governa? Da Ausência à Emergência de Mulheres no Campo Político”, pretende-se abordar a dialéctica de inclusão/exclusão das mulheres, examinando o alcance do fenómeno da intersecção de género, classe e região na complexificação da abordagem sobre a participação política feminina nos órgãos de alta representação nas ilhas, incidindo com maior ênfase na experiência da paridade de género no poder executivo. Assim, procura-se observar as ambiguidades do «pensamento mestiço caboverdiano» e as disputas sexistas, classistas e regionalistas, como elementos importantes do actual debate político, em particular relativamente à problemática da participação desigual de género e das mulheres na estrutura do poder.

No Capítulo 7, intitulado “*No Women’s Land*: O Sistema de Representação Parlamentar num Espaço Arquipelágico”, centra-se nos problemas da democracia formal e à representação descritiva, focalizando precisamente os principais normativos e procedimentos político-eleitorais determinantes na própria eleição das mulheres. Para além disso, debruça-se igualmente sobre a possibilidade de se estabelecer uma medida legislativa – como a lei da paridade –, para promover a igualdade de participação em todos os órgãos e processos de decisão política. De modo complementar, segue-se com uma análise prospectiva sobre as implicações da lei da paridade na eleição das mulheres, tendo em atenção as particularidade locais e a configuração diferenciada dos círculos eleitorais. Este capítulo fecha-se com uma abordagem de alguns modelos de liderança política feminina a nível do poder local, considerando duas das mulheres que mais se destacaram em processos eleitorais extremamente competitivos.

No Capítulo 8, intitulado “Os Caminhos da Legislação contra a Violência de Género: Políticas, Instituições e Cidadania”, pretende-se incidir sobre a democracia substancial, focalizando duas principais funções parlamentares, nomeadamente a sua função legislativa e a sua função de controlo do poder executivo. No primeiro caso, a análise empírica debruça-se sobre as alterações legislativas, centrando na dinâmica

parlamentar em torno da aprovação da lei contra a violência de género. Nesta sequência, evidencia-se o papel do organismo estatal para a igualdade e da rede de mulheres parlamentares, a articulação entre a maioria parlamentar e o poder executivo, o potencial emancipatório dos movimentos nacionais e transnacionais de mulheres e o papel da comunicação social. Para além desta iniciativa legislativa, este capítulo incide igualmente sobre uma resolução normativa do poder executivo de expulsão das alunas grávidas da escola pública, alvo de uma recente interpelação parlamentar por parte do maior partido político da oposição, na sequência de uma mobilização da comunidade caboverdiana no arquipélago e na vasta diáspora, através das novas tecnologias de comunicação e informação.

Por fim, em jeito de conclusão, encontram-se expostas as principais ilações que se podem tirar a partir desta análise crítica, bem como algumas pistas para a ampliação deste debate sobre a democracia e a participação política das mulheres caboverdianas, na estrutura do poder e noutras esferas.

PARTE i
TRAVESSIAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

PERSPECTIVAS FEMINISTAS E PÓS-COLONIAIS SOBRE AS MULHERES NA POLÍTICA

Ao iniciar a introdução deste capítulo teórico, acompanha-se, desde logo, a *sociologia das ausências* definida por Boaventura de Sousa Santos (2006). Esta espécie de porto de abrigo, para esta tese, pressupõe um exercício de hermenêutica diatópica que, segundo o sociólogo, visa tornar visível ou credível a diversidade das experiências sociais, políticas e culturais, activamente produzida como não existente e, assim, como uma alternativa não-credível aos postulados dominantes da epistemologia moderna. Uma ideia é que, seguindo o autor, as formas de inclusão são igualmente excludentes. Então, à luz disso, torna-se relevante identificar os fundamentos teóricos que subjazem à dialéctica de inclusão/exclusão dos grupos sociais subalternos e oprimidos, como as mulheres, enquanto um colectivo social heterogéneo. Para isso, este capítulo percorre dois campos teóricos – a teoria feminista e a teoria pós-colonial –, admitindo assim a premissa teórica central da *epistemologia do sul* de que “não há justiça social global sem justiça cognitiva global” (Santos e Meneses, 2009). Isto, no fundo, implica uma certa arqueologia analítica, com a finalidade de contribuir, por pouco que seja, para atenuar a invisibilidade de determinados grupos sociais subalternos e oprimidos, em particular o colectivo das mulheres, ou especificamente as mulheres das sociedades não ocidentais, gravemente descartadas ou maltratadas nas narrativas hegemónicas.

Efectivamente, traçar uma articulação crítica entre as perspectivas feministas e as perspectivas pós-coloniais sobre as mulheres nos órgãos oficiais de poder político não é uma tarefa de fácil execução. Primeiramente porque, por um lado, as feministas do mundo ocidental revelam a hegemonia masculina no campo estritamente político e a estrutura patriarcal do pensamento político dominante da modernidade (Elshtain, 1981; Pateman, 1970, 1988 e 1989; Phillips, 1991 e 1995; Bourque e Grossholtz, 1998),

contestando que nem sequer a política de género se encontra incluída no cânone da teoria política (Sapiro, 1998); por outro, a hegemonia ocidental tem sido caracterizada na política de género, predominante nas perspectivas feministas hegemónicas, alvo de intensas contestações e acusações de eurocentrismo ou de etnocentrismo no âmbito do debate pós-colonial (Mohanty, 1992 e 2003; Oyewumi, 2003). Deste modo, a partir da intersecção dos estudos feministas e dos estudos pós-coloniais, a universalização do género e o seu progressivo acolhimento como modelo explicativo da subordinação das mulheres, em qualquer lugar, tem fomentado polémicas epistemológicas e políticas num intenso debate que ultrapassa as fronteiras étnicas e nacionais.

Em segundo lugar porque a moderna distinção dicotómica entre o público e o privado – associado à dicotomia de género masculino e feminino (tal como revelou, por exemplo, Carole Pateman [1988 e 1989] e Susan Moller Okin [1998]) – é agora desconstruída, e isto é feito a partir da experiência das mulheres de diversas sociedades e culturas (Amadiume, 1987 e 1997; Anthias e Yuval-Davis, 1996; Yuval-Davis, 1997a e 1997b). Na verdade, para as perspectivas feministas, esta é uma distinção já antiga e problemática, tendo-se transformado numa pedra de toque da teoria feminista. Não surpreende que muitas lutas feministas contra a subordinação e a opressão das mulheres não se limitam a romper com esta separação entre o político e o pessoal, tanto quanto se empenham a ilustrar que «o pessoal é político», ampliando a ideia do político. Todavia, para as perspectivas pós-coloniais, a distinção entre a política e a esfera privada está ligada ao paradigma da modernidade ocidental e, como tal, torna-se desadequada para analisar as sociedades e culturas não ocidentais, cujos processos históricos se revelam com uma outra complexidade. A distinção entre a política e a vida privada, associada à separação entre o trabalho e a casa, é posta em causa, uma vez que, a título de exemplo, enquanto as feministas ocidentais discorriam sobre a invenção da «fada do lar» e a ideologia da domesticidade, as mulheres africanas ocupavam de facto o trabalho produtivo – tanto no cultivo da terra como nos mercados –, para além da sua presença nas sociabilidades comunitárias, culturais e religiosas (Amadiume, 1987 e 1997; Oyewumi, 2003). Por isso, o fortalecimento do debate em torno da diferença entre as mulheres trouxe novas temáticas e preocupações para a política feminista.

Será, no entanto, relevante salientar que a possibilidade de articulação emerge da preocupação comum em compreender a multiplicidade das relações de dominação e subordinação na família, nas comunidades culturais ou nas estruturas estatais. Contudo, ambas conferem menor atenção aos estudos políticos e à economia política do que aos estudos culturais. Diante disso, parece ambíguo e paradoxal uma mediação entre a teoria feminista e a teoria pós-colonial quanto à participação política das mulheres. Ora, isso coloca alguns problemas interessantes. Daí, refira-se, desde logo, uma intensificação do debate suscitado pela crítica feminista pós-colonial sobre a política da identidade e a cidadania das mulheres nos espaços-tempo (trans)nacionais.

1. A QUESTÃO DA CIDADANIA: VISÕES FEMINISTAS

Nos últimos anos, a relação entre participação política das mulheres e qualidade da democracia tem merecido grande destaque, tendo-se transformado numa questão relevante nos debates acadêmicos e políticos enquadrados por preocupações diversas e, por vezes, abertamente conflitantes. Daí, a maior atenção dada aos limites da tradição do liberalismo formal e aos limites da tradição do republicanismo cívico – tanto pela crítica feminista como pela crítica pós-colonial – tem intensificado as controvérsias sobre a cidadania das mulheres. Este capítulo teórico organiza-se em torno da tensão entre representação política e política da identidade. Nesta tensão, o primeiro sentido da cidadania prende-se com a prática política, i.e., com a representação e a participação das mulheres nas democracias contemporâneas; o segundo sentido da cidadania diz respeito à identidade, i.e., a política de representação das mulheres numa determinada comunidade política.

1.1. Trilhos Teóricos para uma Política da Presença

No livro *The Sexual Contract*, ao examinar criticamente a teoria política, Carole Pateman (1988) procura pôr em causa os princípios sobre os quais assentam os direitos

abstractos da modernidade ocidental, discutindo o suposto carácter neutro da aclamada cidadania universal e o pressuposto da separação entre público e privado⁹ como um fundamento das desigualdades de género, nas sociedades ocidentais. A autora feminista demonstra que, de facto, aquela concepção universal não é mais do que uma cidadania patriarcal estribada no universalismo e no individualismo abstractos que sustentam o modelo masculino como uma norma dominante. É nesta sequência que descortina o «dilema de Wollstonecraft», na medida em que, a exigência da primeira vaga feminista para a atribuição de direitos iguais às mulheres, enquanto exemplo acabado de uma demanda individualista liberal, chocava-se afinal com o problema de os direitos abstractos suportarem a perspectiva universalista, essencialmente masculina, isto é, a concepção liberal masculina de cidadania moderna.

Simultaneamente, Pateman denuncia os limites da inclusão no contrato social, desvendando que, na modernidade ocidental, por detrás do contrato social da tradição do republicanismo cívico, se oculta o contrato sexual, isto é, a conservação das relações de dominação e subordinação em função da diferença sexual. É, portanto, nesta linha que a autora oferece uma análise detalhada em torno da estrutura patriarcal do pensamento político dominante na modernidade ocidental (Pateman, 1988 e 1989).¹⁰

⁹ Em *Public Man Private Woman*, Jean Bethke Elshtain (1981) demonstra o modo como a distinção entre o público e o privado se opera no pensamento político dominante ocidental, alojando frequentemente certas pessoas no reino da política e outras no reino doméstico, e separando a razão pública dos sentimentos privados. Depois de analisar o viés sexista e excludente da política, a autora propõe uma ruptura radical com o pensamento político convencional, a partir da politização do privado e da feminilidade. Esta perspectiva maternalista exige ainda o reconhecimento e valorização dos valores femininos, associados à maternidade.

¹⁰ Entretanto, contrariamente ao modo como as feministas liberais adoptam o modelo masculino dominante de cidadania, sem questionarem os valores individuais abstractos e a separação entre o público e o privado, Carole Pateman (1988) reivindica também a politização do modelo feminino assente nos interesses das mulheres e nos valores que conformam a experiência das mulheres *como* mulheres, sobretudo a experiência de maternidade e responsabilidade destas no espaço privado. Este é também o propósito de Carol Gilligan (1982), que contrapõe a *ética do cuidado* (baseada na experiência concreta das mulheres no espaço privado) à *ética da justiça* (assente em princípios abstractos masculinos da razão pública). É assim denunciado o falso universalismo que se constata baseado no universal masculino. Estas perspectivas põem em relevo a existência de uma dupla forma de universalidade, decorrente assim da dualidade dos sexos. Tal concepção sexualmente diferenciada é reforçada pelas feministas francesas em favor da paridade de homens e mulheres na política (Agacinski, 1999; Halimi, 2003). Estas feministas realçam que, embora seja desejável uma política de direitos iguais, esta não basta para responder às exigências da igualdade efectiva caso não seja incluída paritariamente a diferença sexual. De facto, estas leituras incitam à crítica ao essencialismo da identidade das mulheres *como* mulheres, opondo-se aos homens *como* homens.

Na prática, os valores e preceitos masculinos continuam a obstruir a cidadania das mulheres, sendo que os homens monopolizam as posições de autoridade (Pateman, 1970 e 2010). Aliás, a nível global e em vários países, as estatísticas sobre a eleição de mulheres para os cargos públicos e a sua participação nos órgãos de decisão alimentam a cidadania de segunda classe¹¹ atribuída às mulheres e a marginalização do estatuto de cidadãs da *polis* (Pateman, 1988 e 2010). Consequentemente, o *campo político* continua ainda masculino e masculinizado, patenteando uma persistência da *dominação masculina* (Bourdieu, 1989 e 1999). Isto explica a razão por que, mesmo com os recentes avanços, tem sido imprescindível a adopção de medidas de discriminação positiva que, segundo Dahlerup e Friedenvall (2005), actuam como *fast track* para a melhoria da representação política das mulheres. Deste modo, não é de estranhar que os países com os melhores resultados nesta matéria tenham adoptado diversas medidas de discriminação positiva, para órgãos supranacionais, nacionais e subnacionais.

É neste contexto que, tal como Carole Pateman (1988 e 1989), ao invés de uma cidadania universal, Iris M. Young (1998) propõe a conceptualização de uma cidadania diferenciada em função dos diferentes grupos sociais que caracterizam um sector público heterogéneo. Assim, as mulheres são definidas enquanto um colectivo social, grupo diferenciado, para além de outros grupos sociais oprimidos. Iris M. Young (1998 e 2006) defende a representação e o reconhecimento de diversas perspectivas sociais e interesses que, por vezes, são conflitantes.¹² Numa direcção completamente oposta

¹¹ Na perspectiva feminista marxista, existe uma tendência para a análise das mulheres como uma classe sexual, uma vez que, segundo esta óptica, estão subordinadas aos homens na instituição familiar. Isto é, ocorre uma associação entre a diferença sexual e a diferenciação de classe. Contudo, a classe como uma categoria macroanalítica suscita controvérsias, na medida em que a diferença entre as mulheres é também baseada na diferenciação de classe (cf. Macedo e Amaral, 2005: 18 e 69).

¹² Defendendo a representação política de grupos sociais, Iris M. Young identifica os ideais de uma representação eficaz que promova tanto a legitimidade democrática como a inclusão política. Deste modo, a autora conceptualiza a representação como um *relacionamento diferenciado* entre actores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo, distinguindo três modos pelos quais uma pessoa pode ser representada: interesses, opiniões e perspectivas. Centrando-se no que designa por *perspectiva social*, a autora considera que “a diferenciação de grupos propicia recursos para um público democrático comunicativo que visa estabelecer a justiça, uma vez que individualidades diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais, derivadas daquele posicionamento” (Young, 2006: 142-152). Assim, a autora defende verdadeiramente uma democracia deliberativa. Não obstante, a proposta de Iris M. Young tem sido criticada, sobretudo pela autora Anne Philips (2001), devido ao facto de reificar as diferentes identidades.

encontra-se Chantal Mouffe (1992) que, depois de rejeitar uma cidadania sexualmente diferenciada, defende uma cidadania plural não essencialista tendo em vista o projecto de uma democracia radical. Porém, tal projecto de Chantal Mouffe ignora radicalmente a política de identidade. Diante desta tempestade, aparece uma proposta prudente de Anne Phillips (1995) para uma *política da presença*. Esta feminista britânica conceptualiza uma cidadania plural e diferenciada, cuja provocação consiste numa conciliação entre a não reificação das diferentes identidades e a inclusão política de sujeitos historicamente excluídos das suas estruturas de poder.

Nesta sequência, na França dos finais da década de noventa do século XX, as feministas traçaram uma luta em favor do princípio filosófico e político da paridade,¹³ com igual participação de homens e mulheres nos órgãos electivos de poder político. Isto, efectivamente, resultou numa emenda constitucional sobre a igualdade de género na participação política. Na teoria e na prática, os principais argumentos franceses para a paridade prendem-se com o sistema democrático de representação política. Segundo Sylviane Agacinski (1999), o progresso da democracia em direcção à paridade constitui uma justa ruptura com a real “unificação masculina e forçada da comunidade política.” Diante disso, rejeitando tanto uma adopção do modelo masculino dominante como uma perfilhação do modelo puramente feminino nas estruturas formais de poder político, Agacinski reivindica uma *política de mixidade* que permita incorporar o ideal de paridade. Então, defende que a igualdade efectiva entre homens e mulheres significa igualmente o equilíbrio quantitativo. Assim, Agacinski assegura que a paridade entre homens e mulheres na vida política possibilita, por um lado, uma politização da diferença sexual e, por outro, uma nova abordagem da democracia. Esta filósofa feminista francesa demonstra que, ao exigir que as instâncias públicas e políticas “sejam mistas, em vez de permanecerem na prática um monopólio masculino, a paridade rompe com a doutrina universalista da neutralidade ou da indiferença dos sexos;

¹³ A ideia da paridade foi avançada, pela primeira vez, por uma feminista francesa de nome Hubertine Auclert que, em 1884, ao exigir o sufrágio para as mulheres, sugeriu que as Assembleias fossem compostas tanto por homens como por mulheres. Tratava-se de uma ideia inédita, uma efectiva partilha do poder político entre os homens e as mulheres. Portanto, os homens e as mulheres deveriam constituir, em conjunto e igualmente, o corpo eleitoral e o corpo de representantes (cf. Agacinski, 1999: 109-110; Tavares, 2003a: 107-109).

considera que o povo e os seus representantes são indivíduos sexuados, masculinos e femininos, que, enquanto tais, devem ocupar-se igualmente da coisa pública.” Uma vez que possibilita a partilha do poder entre homens e mulheres, Agacinski entende que a paridade promove uma nova definição da democracia. Por outras palavras, a autora estima a paridade como uma *nova ideia* de democracia, isto é, a paridade conduz a uma renovação democrática (Agacinski, 1999: vii-ix e 55-121). Também assim, nas palavras de Gisèle Halimi (2004: 72):

A paridade, garantindo uma igualdade política, garante uma representação mais justa, visto incluir em partes iguais as duas iguais metades do povo. Assegura, portanto, uma melhor representação. Melhor e mais rica, porque num mesmo cadinho se hão-de forjar ideias, experiências e linguagens fundamentalmente diferentes. A paridade em política contém também, em si mesma, uma dinâmica que deverá ampliar-se a toda a sociedade: no trabalho, na função pública, na economia, na vida associativa.

Aos poucos, a reivindicação paritária tem sido incorporada no discurso público e político em muitos países, questionando a desigualdade entre homens e mulheres na cena pública (cf. Baum e Espírito-Santo, 2009). Daí o ideal da paridade se torna uma das principais exigências feministas contemporâneas. Na verdade, embora seja cada vez mais reconhecida a igualdade formal, ainda não foi alcançada uma efectiva igualdade de resultados. Diante da realidade do facto político, as feministas em favor da paridade continuam a insistir nesta questão como um imperativo para a revitalização da própria democracia.

Por incrível que pareça, há quase uma década, Ruanda tem sido o país com a melhor representação política das mulheres no Parlamento, tendo atingido a paridade de género (Jabre, 2004: 3-4; cf. Longman, 2006). Nesse país africano, a proposta de pacificação traduziu-se numa maior aposta nas mulheres para ocupar cargos políticos no poder legislativo. Em termos do poder executivo, com a recente experiência da governação paritária, Cabo Verde tornou-se o primeiro e único país do continente africano a partilhar igualmente os cargos ministeriais. Em 2008, a nível mundial, somente mais três países possuíam a paridade entre homens e mulheres em pastas governamentais: Espanha, Finlândia e Noruega. A nível mundial, a igualdade de género nos órgãos de decisão ainda não é um facto político. Recentemente, em 2012, França

alcançou também uma história vitória, ao conquistar a paridade, na sequência do regresso da esquerda.

Isto, por um lado, tem intensificado as discussões feministas sobre o pluralismo e a diversidade que caracteriza o heterogéneo colectivo das mulheres e, por outro, tem fortalecido os debates em torno da consequência da política feminista para a teoria política. Tais debates fazem emergir três perguntas importantes. Como se constrói a relação entre participação política das mulheres e qualidade da democracia? Como se podem incorporar as políticas da igualdade como dimensão estruturante das estratégias e políticas públicas para a cidadania das mulheres, encarando no processo a relevância da intersecção de múltiplas formas de dominação e subalternização das mulheres? Em que termos é repensada a cidadania das mulheres, tendo em consideração a variedade de interesses destas e a intensificação das desigualdades estruturantes e históricas que caracterizam o tempo presente? Estas interrogações acompanham as próximas secções.

1.2. Género e Democracia

I really think that women ought to have representatives, instead of being arbitrarily governed without having any direct share allowed them in the deliberations of government.

A Vindication of the Rights of Woman, Mary Wollstonecraft (1759-1797).

Nas últimas décadas, intensificaram-se os debates teóricos em torno de género e democracia, incluindo as abordagens sobre a cidadania das mulheres, os movimentos de mulheres, o feminismo de Estado, os mecanismos oficiais para a igualdade de homens e mulheres, as políticas de igualdade e a legislação anti-discriminação nos espaços-tempo supranacional, nacional e subnacional (Stetson e Mazur, 1995; Bacchi, 1999; Siim, 2000; Tickner, 2001; Htun, 2003; Osório, 2003 e 2005; Lovenduski, 2005; Santos, 2005; Kantola, 2006; Outshoorn e Kantola, 2007; Rai, 2007; Wolbrecht, Beckwith e Baldez, 2008; Goertz e Mazur, 2008; Monteiro, 2011). O género tem sido incorporado como categoria de análise na política e sobre as políticas (cf. Ritter, 2008), discutindo a sua relevância nos processos de democratização e renovação democrática

(Alvarez, 1989; Agacinski, 1999; Osório, 2003; Htun, 2003; Valiente, 2005 e 2006; Fallon, 2008). Emerge de facto uma preocupação com a presença das mulheres na arena política e a dinâmica dos novos actores sociais no campo político; uma outra preocupação prende-se com as potencialidades do sistema democrático para incorporar os interesses e expectativas de grupos sociais diferenciados (cf. Osório, 2005: 29 e 39).

No âmbito da teoria da representação política, partindo do pressuposto de que o liberalismo formal assenta num modelo cultural masculino institucionalizado que, no fundo, condiciona o modo e o grau de intervenção das mulheres na vida política, a efectiva persistência de uma sub-representação política das mulheres nas democracias contemporâneas tem sido enfrentada como um problema político ou uma crise da democracia (Phillips, 1998: 231; Agacinski, 1999: 97). Isto, em última instância, coloca em causa a legitimidade democrática, e em parte explica as actuais exigências para uma melhoria da quantidade e qualidade da participação política das mulheres.

Um argumento favorável ao aumento do número de mulheres no poder político prende-se com uma questão de justiça, contestando a monopolização masculina do poder político e frisando que a ausência de mulheres em cargos de decisão política resulta de formas directas ou indirectas de discriminação, bem como da falta de igualdade de oportunidades para as mulheres (cf. Phillips, 1998: 229; Fraser, 2002a e 2002b; Baum e Espírito-Santo, 2004: 262). Segundo Victoria Camps (2001: 81), trata-se de um “sistema de representação obviamente injusto e parcial enquanto não existir uma equidade real nas possibilidades de ascender ao título de representante.” Por sua vez, embora a sua concepção de justiça privilegie o conceito de *paridade de participação*, Nancy Fraser distancia-se, por exemplo, do debate feminista francês, situando as “lutas de género como uma faceta de um projecto político mais vasto que busque uma justiça democrática institucionalizante, entrelaçando democraticamente múltiplos eixos da diferenciação social” (Fraser, 2002b: 63). Com efeito, no seu conceito de paridade, Nancy Fraser engloba: não apenas a questão quantitativa, mas a condição qualitativa; não apenas a dimensão de reconhecimento, mas a *concepção bidimensional de justiça*; não apenas a arena política, mas uma multiplicidade de arenas de interacção; não apenas o

eixo de género, mas os múltiplos eixos da diferenciação social (como raça, etnicidade, sexualidade, religião ou nacionalidade); não a paridade de facto, mas a possibilidade de paridade (2002b: 66-70).¹⁴

Um segundo argumento diz respeito ao critério de utilidade, considerando que, por um lado, a inclusão política das mulheres como candidatas às eleições proporciona uma ampliação das possibilidades de escolha do eleitorado; por outro, as democracias enriquecem com a diversificação de talentos políticos, aumentando assim a eficácia da mobilização do eleitorado previamente afastado, e facultando a descoberta de novos actores e personalidades, além de proporcionar ganhos eleitorais aos partidos políticos se estes incluírem mais mulheres nas listas eleitorais (cf. Lovenduski e Norris, 1993; Baum e Espírito-Santo, 2004: 263-264; Osório, 2005: 13; Martins e Teixeira, 2005: 81-84; Castro e Herrera, 2006: 65). Deste modo, abre-se uma porta analítica para uma controvérsia entre a representação descritiva (*descriptive representation*) e a representação substantiva (*substantive representation*) (Wolbrecht, Beckwith e Baldez, 2008).¹⁵ Todavia, na prática, ambas são de facto imprescindíveis. Tal como refere Rosa Monteiro (2011: 33), a reivindicação de uma presença efectiva na arena política ocorre, “por um lado, a nível formal, em termos da participação ou do estar presente nas esferas de decisão política; por outro, em termos de conteúdo, ou de representação substantiva dos interesses e necessidades das mulheres.” Então, trata-se de incrementar a representação

¹⁴ Para Nancy Fraser (2002a: 9-11), a globalização está a gerar uma nova gramática de reivindicação política, operando uma substituição do foco de análise da redistribuição para o reconhecimento. No entender da autora, esta viragem para o reconhecimento representa um alargamento da contestação política e um novo entendimento da justiça social que, não se restringindo ao eixo da classe, abarca agora outros eixos de subordinação (incluindo a diferença sexual, a raça, a etnicidade, a sexualidade, a religião ou a nacionalidade). Como tal, a autora confirma que a justiça social já não se cinge só a questões de distribuição, abrangendo agora também questões de representação, identidade e diferença. Diante disso, Fraser propõe uma *concepção bidimensional de justiça*, ou seja, contempla a justiça de modo bifocal, quer em termos de justa distribuição, quer como uma questão de reconhecimento recíproco (cf. Fraser, 1997; Fraser e Honneth, 2003).

¹⁵ Em *The Concept of Representation*, apresentando uma perspectiva crítica em relação aos limites da democracia representativa, Hanna Fenichel Pitkin (1967) explora criticamente a representação descritiva que, na prática, se preocupa mais com a cartografia eleitoral do que com o que fazem os representantes políticos (cf. Pitkin, 2006). Entretanto, face a uma crescente desilusão e a um certo sentimento de frustração com o próprio sistema de representação, ainda bastante excludente, assiste-se a uma reviravolta teórica protagonizada por Anne Phillips (1995) que, num desvio colossal, defende uma *política da presença*. Trata-se, precisamente, de uma politização da representação descritiva para que haja uma representação substantiva numa democracia deliberativa.

descritiva das mulheres na política e, simultaneamente, de ampliar a representação substantiva dos interesses das mulheres nas políticas. Uma segunda controvérsia prende-se com a representação e a participação, sendo questionáveis os fundamentos e os limites da democracia liberal-representativa (Santos, 2007) e, em particular, a própria valorização dos direitos abstractos e a marginalização da prática da cidadania. Numa análise sobre a democracia participativa no caso brasileiro, Cecília MacDowell Santos (2007: 239) chama a atenção para a necessidade de analisar as práticas participativas das mulheres, bem como os efeitos da participação e das políticas públicas na vida destas. A autora constata um grande dilema teórico contemporâneo: por um lado, a pouca consideração que os estudos sobre a democracia participativa atribuem às diferenças de género e à participação das mulheres; por outro, a enorme preocupação dos estudos feministas com a presença das mulheres mas privilegiando unicamente as instâncias políticas representativas (Santos, 2007: 240).

Finalmente, um terceiro argumento para incrementar o número de mulheres na política deve-se a uma ideia de «interesse das mulheres». Frequentemente, indaga-se se um aumento do número de mulheres no poder político contribui *naturalmente* para uma melhoria da situação das mulheres, possibilitando a sua maior participação na vida das sociedades. Então, em defesa da igualdade de género na política, parte-se dos seguintes pressupostos: as mulheres *como* mulheres têm interesses específicos (*women's interests*); os interesses das mulheres não podem ser adequadamente representados pelos homens porque estes não vivenciaram concretamente a experiência daquelas (*women's experience*); a eleição das mulheres *por serem* mulheres tem resultado na inclusão política dos interesses das mulheres *como* mulheres (cf. Phillips, 1998: 234). Como relembra Victoria Camps, quando “vários sectores não se vêem reflectidos na maioria que sustenta a representação, é muito difícil que o sentimento, percepção ou experiência «diferente» de tais sectores se veja representado e, por conseguinte, contemplado” pelos indivíduos eleitos para o desempenho de cargos políticos. Deste modo, Camps resume que, actualmente, a política feminista apresenta, por um lado, o objectivo de “aumentar a quantidade de mulheres na classe dirigente” e, por outro, o objectivo de “reivindicar o progresso em questões tradicionalmente femininas: lei do aborto, formação para as

mulheres, subvenções sociais que aliviem a carga do trabalho doméstico, etc.” Ou seja, uma maior quantidade de mulheres na classe dirigente para resolver, em particular, os problemas das mulheres, [que, refira-se, são também problemas de toda a sociedade] (Camps, 2001: 80-81). Nesta senda, aumentam as exigências para a efectiva inclusão política da «questão das mulheres» e para a prestação de contas por parte das representantes políticas no domínio do género (cf. Phillips, 1998).

Enquanto reais promotoras da igualdade de género, as instâncias internacionais apresentam uma postura crítica em relação à participação desigual de homens e mulheres na política. É assim que, na *IV^a Conferência Mundial sobre as Mulheres*, realizada em Pequim, no ano de 1995, se chega à seguinte conclusão:

L'égalité de participation aux prises de décisions n'est pas seulement une simple question de justice et de démocratie; on peut y voir aussi une condition nécessaire pour que les intérêts des femmes soient pris en considération. Sans une participation active des femmes et la prise en compte de leurs points de vue à tous les niveaux de la prise de décisions, les objectifs d'égalité, de développement et de paix sont impossibles à réaliser. (*Déclaration et Programme D'Action de Beijing* [Beijing, 2002]).

Portanto, o défice de representação política das mulheres tem sido reconhecido como um problema sério, em particular, para a democracia. Assim, as Nações Unidas, a União Europeia, a União Africana e diferentes instituições intergovernamentais, juntamente com várias organizações internacionais não-governamentais e especialistas da democratização têm desenvolvido recomendações políticas com a finalidade de melhorar a representação política das mulheres, aplicando o conceito de *mainstreaming* de género, e incentivando a adopção das estratégias de discriminação positiva para corrigir padrões históricos de discriminação das mulheres, permitindo uma distribuição mais equilibrada dos cargos de decisão política. Daí, evidentemente, a discussão da questão das quotas em vários países (Baum e Espírito-Santo, 2004: 262-263; cf. Viegas e Faria, 2001).

Existe, assim, uma tendência para a contestação do desequilíbrio entre homens e mulheres nas estruturas do poder político, suscitando a criação de mecanismos para a igualdade de género (Stetson e Mazur, 1995; Rai, 2007). Entretanto, começam a surgir

estudos que também questionam as diferenças e a desigualdade na participação política entre as próprias mulheres (Pringle e Watson, 1992; Phillips, 1993 e 1998b; Arnot e Dillabough, 2002; Castro e Herrera, 2006). É no âmbito deste questionamento democrático que, a partir do emergente paradigma da interseccionalidade (Crenshaw, 1991 e 1998), os estudos sobre as mulheres no poder político procuram agora captar a complexificação, a interpenetração e a permeabilidade de categorias sociais.

E é aqui, neste quadro, que se multiplicam as interrogações sobre a democracia, cujas respostas têm revelado a intensidade do debate democrático contemporâneo. Efectivamente, as preocupações suscitadas prendem-se com as potencialidades de uma maior representação política das mulheres, mantendo-se em mente não apenas as limitações de uma melhoria que se cinja apenas ao nível quantitativo, mas também a insuficiência da compreensão dos direitos das mulheres e da sua participação política assente exclusivamente na teoria democrático-liberal. É, logicamente, com base nestas inquietações que, por exemplo, Madeleine Arnot e Jo-Anne Dillabough (2002: 20) alertam ainda que “noções de cidadania racional, nas democracias liberais, têm frequentemente servido – simbólica e praticamente – para lhes restringir o sentido da própria agência política, concedendo determinadas «liberdades» a algumas mulheres, ao mesmo tempo que têm sido minados os direitos políticos das que nunca chegaram a estar completamente emancipadas.”

Deste modo, num cenário em que a legitimidade democrática e a legitimidade da representação política das mulheres têm fortemente suscitado uma multiplicidade de controvérsias, principalmente porque o exercício do poder político se inscreve agora num contexto ambíguo e paradoxal (Macedo e Koning, 2009) –, tem sido questionado, frequentemente, se um aumento do número de mulheres nos órgãos de poder político melhora realmente a qualidade da democracia de um determinado país (cf. Agacinski, 1999; Bataille e Gaspard, 1999; Phillips, 2001; Lovenduski e Karam, 2002; Baum e Espírito-Santo, 2004; Osório, 2003 e 2005; Martins e Teixeira, 2005; Santos, 2007). Também aqui, a discórdia teórica é enorme. De algum modo, a teoria da massa crítica propõe que, para um real despoletar de mudanças substantivas nas políticas públicas,

torna-se indispensável uma certa proporção de mulheres nos cargos de decisão política (cf. Norris e Inglehart, 2001). Isto, porém, tem suscitado controvérsias. Mas, para dissipar qualquer dúvida sobre as potencialidades da inclusão quantitativa, Mariette Sineau (2001) salienta que, quanto mais não seja, a participação maciça das mulheres poderá reduzir a separação existente entre profissionais e profanos da coisa pública, demolindo as barreiras entre público e privado e re-significando a cidadania e a democracia (Ferreira, 2005; Castro e Herrera, 2006; Schwartzman, 2006; Wolbrecht, Beckwith e Baldez, 2008; Iversen e Resenbluth, 2010). Em última instância, admite-se que as mulheres podem contribuir para uma ampliação do espaço da política, através do seu intenso envolvimento no âmbito do espaço da comunidade e da vida privada, potencializando conseqüentemente uma cidadania mais activa, plural, participativa e inclusiva (Osório, 2003 e 2005). Estas argumentações evidenciam que, efectivamente, a participação política das mulheres tem implicações na qualidade da democracia (Agacinski, 1999; Halimi, 2003).¹⁶

Assim, ao invés de insistir apenas na *política de ideias*, Anne Phillips argumenta igualmente em favor de uma *política da presença*, realçando a necessidade da presença física dos grupos excluídos nos lugares de decisão (Phillips, 1991). Enquanto defensora de uma cidadania plural e diferenciada, a autora acredita que é na relação entre ideias e presença que, verdadeiramente, podemos depositar as nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação (Phillips, 2001: 268-274, 278 e 289). Nesta

¹⁶ Existe uma constatação de que o exercício do poder político pelas mulheres se inscreve num contexto ambíguo e paradoxal. Isto porque, a nível global e em diferentes países, não obstante a relativa viragem histórica na sua situação concreta, as mulheres continuam a enfrentar um conjunto diversificado de barreiras no acesso à vida política institucional e a imitar a dureza, a competição e a agressividade masculinas quando finalmente chegam aos lugares cimeiros no campo político. Afinal quando têm a oportunidade de deixar uma marca indelével na política, tal raramente acontece. Todavia, exige-se a paridade de homens e mulheres nos órgãos de poder político, defendendo que, quando houver uma «massa crítica» de mulheres em lugares cimeiros da política, haverá uma mudança dos modos de agir das mulheres políticas. Não obstante esta tendência dominante, Conceição Osório identifica, ao todo, três formas de ocupação do campo político pelas mulheres: a) esta adopção das regras do jogo político, utilizando um discurso profundamente masculinizado, profissionalizado e conflitual; b) uma adaptação às regras, às hierarquizações e à estrutura partidária, conformando-se com a superioridade masculina e com posições subalternas; c) uma subversão a partir de dentro do poder, procurando então um reconhecimento da diferença e uma reelaboração de novos valores. Conceição Osório mostra que a ocupação do espaço político pelas mulheres, tanto pode contribuir para consolidar o domínio masculino como para o contestar (Osório, 2003: 353 e 363-371).

senda, Conceição Osório sublinha que, na prática, a continuada presença das mulheres na política potencializa uma efectiva redefinição do campo político (Osório, 2003: 351), contribuindo basicamente para transformar as regras do jogo e restaurar a democracia. Consequentemente, a participação política das mulheres tem avivado o debate num duplo sentido: por um lado, quanto à inclusão política de sujeitos historicamente excluídos; por outro, relativamente à qualidade da democracia contemporânea. É, no entanto, dada à actual crise da democracia liberal, que a tensão entre a democracia representativa e a democracia participativa tem, evidentemente, vindo a ganhar uma crescente relevância na teoria política (cf. Santos, 2004). Para terminar, os estudos em torno do debate democrático evidenciam que uma renovação da democracia requer, inegavelmente, uma reinvenção da cidadania (Santos, 1999: 232-239; Santos, 2004).

1.3. Paradigma da Interseccionalidade: Lendo a Matriz de Dominação

Black women were placed in a double bind; to support women's suffrage would imply that they were allying themselves with white women activists who had publicly revealed their racism, but to support only black male suffrage was to endorse a patriarchal social order that would grant them no political voice.

When black people are talked about the focus tends to be on black *men*; and when women are talked about the focus tends to be on *white* women.

Ain't I a Woman, Bell Books.¹⁷

Paralelamente aos debates sobre o género como categoria de análise na política, intensificam-se igualmente as discussões em torno do paradigma da interseccionalidade nos estudos sobre as mulheres e a sua participação política. Este paradigma emerge de uma preocupação com o impacto do sexismo, do racismo e do classismo, constituindo uma pedra angular das argumentações do *black feminism* que, a partir dos Estados

¹⁷ Isto ressaltava inicialmente uma dupla necessidade de afirmação das mulheres afro-americanas em relação a dois discursos: “por um lado, o das feministas brancas, de classe média, cujo discurso académico, teórico e com pretensões a construir uma agenda universal, não ia ao encontro das prioridades e problemas de grupos de mulheres com diferentes vivências e posições sociais; por outro lado, o da comunidade afro-americana que apelava à união da «nação negra», em termos nacionalistas e sexistas, que tornavam as questões de género irrelevantes” (cf. Macedo e Amaral, 2005: 74).

Unidos, introduz uma das principais críticas à universalização do género e à sua recepção como modelo explicativo da subordinação e exclusão das mulheres. Daí as feministas afro-americanas testemunham que, pelo menos naquele país multirracial, o género não se desvincula de outras categorias, tais como a raça e a classe, estando antes inextricavelmente interligadas.

Angela Davis (1983) retrata tal articulação no seu livro intitulado *Women, Race and Class*. Igualmente, Bell Hooks acentua a crítica quando denuncia que, por exemplo, ao reconhecer o direito de voto aos homens negros norte-americanos, censurando o movimento feminista protagonizado por mulheres brancas norte-americanas que então lutavam também pelo direito de voto, os homens brancos norte-americanos revelaram a profundidade do seu sexismo que, naquele breve momento histórico, se sobrepôs ao seu racismo. Simultaneamente, Bell Hooks descerra a discriminação sexista dominante na comunidade afro-americana. Reforça que, não obstante as mulheres afro-americanas terem lutado juntamente com os homens afro-americanos pela libertação do regime escravocrata e, nos anos sessenta, pelos direitos cívicos, os líderes afro-americanos não renunciaram aos valores e às normas patriarcais: “As black men advanced in all spheres of American life, they encouraged black women to assume a more subservient role.” Além disso, as activistas negras não receberam uma aclamação e um reconhecimento equiparável ao que foi conferido aos activistas negros: “It was an accepted fact among black people that the leaders who were most revered and respected were men” (Hooks, 1981: 3-5). É deste modo que o sexismo, o racismo e o classismo incendeiam a análise crítica desta e de outras feministas afro-americanas. Assim, na sua vasta obra académica e literária, Bell Hooks tem contribuído para uma compreensão da complexidade e das tensões que atravessam a vida de uma larga camada das mulheres afro-americanas. Em *Feminist Theory: From Margin to Center*, a autora reforça a sua crítica incisiva às narrativas feministas hegemónicas e à cultura dominante. Em última análise, aponta não só para a diversidade de problemas sociais, mas também de soluções feministas.

A articulação entre o sexismo, o racismo e o classismo denuncia a inópcia do movimento de direitos cívicos e do movimento feminista dominante em responder às

preocupações das mulheres afro-americanas. Esta abordagem não ignora a experiência histórica.¹⁸ Este tipo de leitura influenciou directamente a emergência, por exemplo, do movimento feminista afro-americano *Combahee River Collective* (CRC, 1974), na década de setenta nos Estados Unidos, cuja nomeação memoriza uma história de escravatura, aludindo a uma luta de resistência, isto é, à campanha liderada por Harriet Tubman que libertou mais de setecentas pessoas em situação de escravatura, perto de Combahee River, na Carolina do Sul, em 1863. Uma apreensão das violências (hetero)sexistas e da herança histórica espelha-se em *The Color Purple* e *In Search of Our Mothers' Gardens* de Alice Walker. *Sister Outsider* de Audre Lorde denuncia também as múltiplas violências simultâneas que atingem as mulheres afro-americanas. Esta abordagem – incluindo género, raça, classe, sexualidade e nação – é igualmente problematizada por Patricia Hill-Collins (2009) em *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. Assim, as académicas e escritoras como Angela Davis, Bell Hooks, Audre Lorde, Alice Walker e Patricia Hill-Collins incluem as preocupações das mulheres afro-americanas no debate feminista.

Nesta sequência, Kimberlé Crenshaw (1991 e 1998) introduz o conceito de *interseccionalidade*, com a finalidade de captar a complexidade da intersecção que emerge a partir de uma matriz de dominação. Kimberlé Crenshaw ressalta que as mulheres afro-americanas estão localizadas na intersecção do género e da raça, sendo que as suas experiências não se reduzem a nenhum desses dois eixos de exclusão, mas contemplam ambos. Assim, este paradigma requer a inclusão da complexa localização das mulheres negras *como* mulheres negras. A autora faz a distinção entre a *interseccionalidade estrutural* (as posições sociais) e a *interseccionalidade política* (a relevância da interseccionalidade para as estratégias e políticas públicas) (Crenshaw: 1991), retomando o debate em torno da política de identidade.

A enorme importância atribuída ao paradigma da interseccionalidade deve-se à ilustração de que os principais sistemas de opressão estão intimamente interligados,

¹⁸ Uma grande contribuição do *black feminism* para as perspectivas feministas pós-coloniais prende-se com a sua abordagem histórica, retratando tanto a violação das mulheres negras pelos homens brancos (Bell Books, 1981 e 1990) como pelos homens negros (a título de exemplo, a história de Celie em *The Color Purple* de Alice Walker).

sendo necessário o combate contra as opressões racial, sexual, classista e heterossexual que atingem certos grupos sociais. Deste modo, renova um movimento político contra tais opressões múltiplas e simultâneas. Assim, emergem críticas sobre o modo como os estudos acerca das mulheres e da sua participação política insistem em utilizar o género como uma categoria unitária de análise (cf. Junn e Brown, 2008). Diante disso, a interseccionalidade começa a ser incorporado em muitas análises sobre a cidadania das mulheres, abarcando os estudos sobre o acesso ao poder político e o exercício da cidadania, mas ainda sobre o impacto deste paradigma na formulação e implementação de políticas públicas (Weldon, 2008; Yuval-Davis, 2006; Kantola e Nousiainen, 2009; Lombardo e Verloo, 2009; Squires, 2009). Em particular na União Europeia, alguns estudos recentes mostram a reacção dos mecanismos oficiais e as implicações políticas e jurídicas da interseccionalidade. Ressaltam, contudo, a prevalência da abordagem multidimensional nas políticas contra as desigualdades e discriminações. Assim, a institucionalização da interseccionalidade torna-se um desafio a alcançar, quer através da legislação e políticas públicas transversais, quer ainda através da criação de mecanismos oficiais transversais (Kantola e Nousiainen, 2009; Lombardo e Verloo, 2009; Squires, 2009). Nira Yuval-Davis (2006) mostra a inclusão da interseccionalidade a nível internacional em instituições como as Nações Unidas que, desde a *58ª Sessão da Comissão dos Direitos Humanos*, realizada em 2002, tem chamado a atenção para a importância da intersecção de múltiplas formas de discriminação contra as mulheres. Indubitavelmente, assiste-se a uma internacionalização da interseccionalidade.

1.4. Contexto Histórico Global e Abordagens Pós-coloniais

Nas últimas décadas, perante a crescente feminização dos fluxos migratórios e a intensificação dos processos de globalização, uma nova abordagem da cidadania tem sido debatida no domínio da política feminista (Yuval-Davis, 1997b; Mohanty, 1992 e 2003). Emerge desta abordagem uma articulação entre a economia política e a política da identidade, em diferentes contextos e dinâmicas globais. Este momento de redefinição da cidadania conduz a um novo olhar sobre os movimentos de mulheres e

as mulheres em movimento. Isto tem ganho relevo por causa das abordagens contra a universalização e homogeneização das práticas sociais de dominação e subordinação das mulheres (Crenshaw, 1991; Walby, 1992; Mohanty, 1992 e 2003; Anthias e Yuval-Davis, 1996; Oyewumi, 2003). Nesta sequência, a crítica do essencialismo e o descentramento do género como modelo explicativo da subordinação das mulheres encontram profundo acolhimento na política feminista.

Paralelamente à crítica do universalismo, do humanismo e do racionalismo, emergem abordagens teóricas susceptíveis de refundar uma reflexão sobre a cidadania democrática, não apenas a cidadania das mulheres, mas igualmente a cidadania de múltiplos grupos sociais. Chantal Mouffe (1992) enfatiza a diversidade das relações sociais, propondo uma articulação equivalente¹⁹ entre diversas exigências democráticas, mas descarta a diferença sexual em si como algo politicamente relevante. Por sua vez, Nira Yuval-Davis (1997b, 1999a e 1999b) propõe uma *política transversal* e uma cidadania em múltiplos níveis (*multi-layered citizenship*), tendo em consideração a diversidade das relações sociais e as múltiplas escalas de interacção social, bem como a preocupação com a justiça social global. Tal política transversal articula-se com o paradigma da interseccionalidade, atalhando em direcção a uma cidadania dialógica transversal pautada por valores partilhados na zona de intersecção das diferenças em causa, e ligando diversas localizações e conhecimentos situados (Yuval-Davis, 1999b). Num panorama trans-escalar, a revitalização da linguagem da cidadania democrática tem incitado uma refundação conceptual, abarcando diferentes escalas e contextos. Daí a emergência de uma noção de cidadania democrática (trans)nacional.

As novíssimas abordagens – vindas dos estudos culturais e multiculturais, do *black feminism*, dos movimentos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros) e dos estudos pós-coloniais – abarcam agora uma preocupação com a simultaneidade das opressões, inclusivamente as reflexões sobre as práticas institucionais, a política da identidade, a interseccionalidade, as diversas experiências culturais e as posições do

¹⁹ Para Chantal Mouffe (1992), trata-se da articulação entre um conjunto de posições de sujeito decorrente da multiplicidade das relações sociais, podendo realmente ser composta em discursos específicos, cujas ligações são contingentes e precárias.

sujeito. A enorme relevância atribuída a este paradigma deve-se ao facto de abarcar as múltiplas violências simultâneas que atingem certos grupos sociais. Daí o interesse nas abordagens históricas e pós-coloniais que problematizam a cidadania das mulheres partindo, por exemplo, dos contextos e das experiências das «Mulheres do Terceiro Mundo/Sub» (Mohanty, Russo e Torres, 1991; Mohanty, 2003).

É assim que Chandra Talpade Mohanty (2003) apresenta a ideia de um *feminismo sem fronteiras*, fundando uma reflexão em favor da descolonização da política feminista e da transformação do conceito de cidadania numa partilha trans-nacional, assente no princípio da solidariedade. Esta teorização pós-colonial articula-se intensamente com o *pensamento pós-abissal*²⁰ e a *democracia sem fim* de Boaventura de Sousa Santos (1999 e 2009), para a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da interacção social, abrangendo os espaços-tempo supranacional, nacional e subnacional (1999: 238 e 2000: 314-316). À luz disso, despontam-se mais duas preocupações que esta tese pretende examinar. É possível uma cidadania sem fronteiras? Quais as condições para subverter os muros da cidadania, construídos sobre distinções de género, classe, raça, idade, estatuto, sexualidade, religião, nacionalidade, etnicidade ou região? Estas duas preocupações analíticas serão exploradas no decorrer da tese.

Efectivamente, com os recentes debates teóricos, a equação feminista torna-se muito mais intrincada. A desconstrução do essencialismo feminista é reforçada com a densidade dos estudos teóricos e históricos sobre a situação das mulheres nas antigas colónias, providenciando uma interligação histórica sobre o papel do Estado colonial e do Estado pós-colonial na fixação do espaço e na regulação da cidadania das mulheres

²⁰ Numa recente crítica à teoria do contrato social, Boaventura de Sousa Santos (2009) evidencia que, enquanto nas sociedades metropolitanas ocorre a tensão entre regulação social e emancipação social, nos territórios coloniais ocorre a tensão entre apropriação e violência. Usando o conceito de *linhas abissais*, o autor demonstra que a modernidade ocidental desenha a linha abissal que permite a separação e a coexistência da sociedade civil concebida para as sociedades metropolitanas com o estado da natureza projectada para os territórios coloniais. Na acepção de Santos, as *linhas abissais* demarcam os actores sociais, as suas experiências e os seus saberes entre os que estão de um lado da linha e os que estão do outro lado da linha, sendo este último o espaço da subalternidade e do esquecimento, ou seja, a zona colonial. Para Santos, não obstante o fim do colonialismo político, o pensamento abissal continua a dominar as relações sociais, tanto entre Norte global e Sul global, como no interior de cada um destes pólos.

a partir da intersecção de variáveis, como o género e a raça (Amadiume, 1987 e 1997; Oyewumi, 2003 e 2004; Lugones, 2008; Fallon, 2008). Progressivamente, emergem estudos críticos sobre as estratégias de resistência e os movimentos de mulheres em diferentes sociedades e culturas, desvendando a sua participação nos projectos e processos étnicos e nacionais (Urdang, 1979; Jayawardena, 1986; Alvarez, 1989; Walker, 1991; Amadiume, 1995; Coquery-Vidrovitch, 1997; Yuval-Davis, 1997a; Ray e Korteweg, 1999; Sorel e Gomis, 2004). Diante disso, a historicidade, a intensidade, a complexidade e a pluralidade dos mais recentes debates têm transformado a cidadania num interessante campo de estudo, compreendendo uma variação conceptual da cidadania universal à cidadania pós-colonial.

2. DESCENTRAMENTO DO GÉNERO: A CRÍTICA PÓS-COLONIAL

Diante da multiplicação de questões sobre a vida das mulheres, as perspectivas feministas hegemónicas têm sido alvo de intensas contestações. Reivindicando as suas identidades e diferenças, num esforço crítico contra a reprodução de essencialismos e universalismos, vários grupos de mulheres que, por seu turno, sustentam múltiplas pertenças identitárias têm vindo a denunciar o eurocentrismo ou o etnocentrismo implícito nas narrativas feministas dominantes. Não é, todavia, de surpreender que o próprio contexto histórico global da produção de conhecimentos e os agentes do saber científico tenham sido criticamente incluídos no intenso debate feminista, bem como as imposições globais e os impactos locais das concepções imperialistas, em particular no domínio do género. E é deste modo que, além das diferenças entre os homens e as mulheres, intensificam-se as discussões em torno das diferenças entre as mulheres, num mundo intensamente globalizado.

Partindo de epistemologias e experiências africanas, mormente das narrativas de uma particular comunidade nigeriana – Oyo-Yoruba –, Oyeronke Oyewumi (2003 e 2004) questiona quer os mecanismos homogeneizadores que constroem a categoria de mulher ou género, fundamentada na ideologia ocidental do determinismo biológico e

na ideia de família nuclear patriarcal ocidental, quer a universalização da subordinação das mulheres. Em “Conceptualizing Gender: Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the Challenge of African Epistemologies”, Oyewumi (2004) reforça a crítica às teorizações dominantes, explicando ainda que, ironicamente, a exportação do gênero como um conceito universal revela a sua verdadeira inadequação em contextos não ocidentalmente hegemônicos. A argumentação central da teorização de Oyeronke Oyewumi se encontra no livro *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses* (Oyewumi, 2003), no qual delinea as razões da limitação do gênero como uma categoria de referência, revelando, a título de exemplo, que na comunidade nigeriana de Oyo-Yoruba, não só a linguagem não acusa marcadores de gênero, como também não existe distinção social em função das diferenças anatômicas.

Não é incompreensível a crítica de Oyewumi acerca da família nuclear patriarcal ocidental, embora seja difícil acompanhar a sua teorização sobre *the non-gendered Yoruba family*. No quadro dos intensos debates que acompanham uma ruptura com a norma epistemológica dominante, e reagindo à universalização do modelo ocidental, a autora explica que, na verdade, a conhecida imagem de família nuclear ocidental continua a ser uma unidade estranha nas realidades africanas, não obstante a sua intensa promoção, em particular pelo Estado colonial e neo-colonial, pelas agências intergovernamentais de apoio ao desenvolvimento, pelas organizações feministas e pelas organizações não-governamentais contemporâneas. Para a autora, nas realidades africanas, em grande parte a maternidade define-se como relação com a própria descendência, e não como relação sexuada com um certo patriarca. No caso da comunidade de Oyo-Yoruba, na Nigéria, Oyewumi defende a existência de um tipo de organização familiar *non-gendered*, porque os papéis sociais e as categorias sociais não se definem em função do gênero. Considera, além disso, que a matrifocalidade evidencia, pelo menos em muitos sistemas familiares africanos, que a mãe se caracteriza como o eixo central, no qual as relações são delineadas e organizadas. Contudo, sustenta que a família tradicional Yoruba pode ser descrita como família sem gênero, na medida em que o grau de parentesco não é nunca diferenciado em função do gênero, mas quanto à antiguidade, com base na idade relativa cronológica, traduzindo um princípio estrutural dinâmico e fluido. E assim, a

autora conclui que, dentro da família, o centro do poder é disseminado, não possuindo nenhuma especificidade de género (Oyewumi, 2004: 5-7).

Esta perspectiva é bastante esclarecedora do descentramento do género. Deixa, porém, algumas dúvidas. Ao concentrar-se na abordagem da linguagem, Oyewumi (2004) atribui pouca relevância às práticas sociais e às relações de poder, não revelando até que ponto são ou não sexistas. Também, não raro, a canonização da senioridade encobre as relações de poder e as relações de violência que se poderão estabelecer em torno da antiguidade, tendo eventualmente consequências similares e diferenciadas em função do género nas faixas etárias mais jovens. Finalmente, Oyewumi não questionou sequer se as relações de poder de género se constituem ou não como um dos pilares da matrifocalidade.²¹ Convém, todavia, sublinhar ainda que a sua perspectiva enquadra-se nos estudos pós-coloniais, fortalecendo a complexa e intensa polémica no debate feminista quanto às pressões globais e aos impactos locais de uma política de género (ver também Amadiume [1987 e 1997], Mohanty [1992 e 2003], Anthias e Yuval-Davis [1996], Yuval-Davis [1997a e 1997b]). Embora tenham raízes teóricas e empíricas diferenciadas, as opiniões convergem acerca da desconstrução do essencialismo que sustenta a universalização do género como categoria analítica. Para além da tendência homogeneizadora, as perspectivas pós-coloniais²² denunciam ainda que, nas narrativas feministas dominantes, subsiste uma diferença abissal entre as mulheres do Norte e as mulheres do Sul.²³

²¹ Nos contextos africanos, esta centralização das mulheres na procriação e na função reprodutora do agregado familiar não deixa de ser, efectivamente, bastante preocupante. De algum modo, é ainda possível afirmar que, “ao vincular exclusivamente as mulheres à procriação, à expressão de um pretense «instinto maternal», ao desempenho primordial de tarefas do cuidar, o patriarcado não só define estas dimensões como naturais, para as legitimar, como as torna uma extensão da identidade das mulheres a que faz corresponder conotações com sentimentos de entrega, bondade e renúncia, intrínsecos à condição feminina” (Macedo e Amaral, 2005: 124).

²² Seguindo Leela Gandhi (1998: 83), é possível identificar três áreas de controvérsia que fracturam a unidade potencial entre os estudos pós-coloniais e os estudos feministas: o debate em torno da figura de «Mulheres do Terceiro Mundo»; a história problemática do «feminismo como imperialismo»; e a ideia da imposição de «critérios feministas/de género» como «missão civilizadora». Estas três tensões atravessam, por exemplo, os trabalhos de Mohanty (1994 e 2002), Oyewumi (2003) e Amadiume (1987).

²³ Como afirma Teresa Cunha (2006: 41-42), da mesma forma que as mulheres ocidentais foram definidas como *outro* pelos homens ocidentais, que se imaginam o centro que define as periferias, muitas mulheres do Norte imaginam-se como o centro, remetendo para as periferias as *outras* mulheres.

Existem, por conseguinte, análises feministas africanistas que revelam uma flexibilidade e fluidez no desempenho de papéis sociais e na construção de categorias sociais, sendo possível, por vezes, notar alguma desconformidade entre a distinção de género e os papéis sociais. Neste contexto, os estudos de Ifi Amaduime (1987 e 1997) são extremamente relevantes. Estudando a sociedade Igbo, na Nigéria, onde existe uma rigorosa atribuição dos papéis sociais, Amaduime (1987) encontra, todavia, algumas excepções, tais como as filhas masculinas (*male daughters*) e os esposos femininos (*female husbands*). Estes casos, segundo a autora, ganhavam grande relevo por causa do direito de sucessão. É assim que as filhas herdeiras, em termos patrilineares, se tornavam filhas masculinas, transformando-se, não raro, em esposos femininos, na sequência da celebração do matrimónio entre mulheres (*woman marriage*). Tratava-se, portanto, de uma aliança estratégica remetendo para o desempenho de funções sociais muito para além da imaginação dicotómica ocidental.²⁴ Ifi Amaduime constata ainda que, em contextos africanos, também existe uma construção neutra para os homens e as mulheres que partilham papéis e estatutos. E assim, a autora confirma que, em África, com a sua história de matriarcado, existem três sistemas: o masculino, o feminino e um colectivo *non-gendered* (1997: 113).

Num estudo realizado no bairro de Laulane, na periferia da cidade de Maputo, entre os Tsonga de Moçambique, Ana Maria Loforte (2003) retrata os distintos efeitos organizacionais e culturais, a diversidade de papéis sociais e a densidade das redes sociais urbanas na construção e reprodução das relações de género e relações de poder. Diante disso, a autora confirma que, muitas vezes, nas sociedades africanas, o poder emerge como masculino, mas a dinâmica das linhagens, as estratégias, as manipulações, as lutas e os conflitos sociais de poder demonstram que a desigualdade de género é

²⁴ É a introdução da performance que reforça a polémica da dualidade de género. Judith Butler (2010) aponta numa direcção mais radical quando introduz a sexualidade, certificando a forma como as práticas sexuais não normativas questionam a estabilidade do género como categoria de análise. Ao interrogar a sexualidade normativa, que funda a concepção de género normativo em função da estrutura heterossexual dominante, Judith Butler destaca a emergência de novas sexualidades e sociabilidades. É por isso que, ao introduzir a orientação sexual, a autora relança o debate. Para além dos desafios conceptuais da transexualidade e do transgénero, menciona igualmente o exemplo de alguns homens gays e de algumas mulheres lésbicas que, no quadro da paternidade gay/lésbica e da maternidade gay/lésbica, desempenham a função de «pai» ou «mãe» das crianças. Ocorre assim uma desestabilização da ilusória coerência entre sexo, género e sexualidade.

muito imperceptível, na medida em que, não raras vezes, os homens desempenham o poder numa relação de complementaridade com as mulheres. Nesta senda, entretanto, identifica as tias paternas que assumem papéis masculinos, detendo poder e autoridade, decorrente da posição privilegiada de mediadoras dos conflitos ou conciliadoras dos diferendos graves entre os membros mais novos da linhagem. Nessa medida, nos actos de julgamento, a nível familiar, a irmã do pai, *babani*, transforma-se numa contraparte feminina, enquanto parte da categoria do pai, detendo assim um poder masculino.

No fim de um estudo etnográfico, Loforte evidencia que, não obstante o género estar inscrito num espaço e numa linguagem de patriarcalidade (patrilinear e patrilocal) em que avulta a visibilidade quase totalitária do poder masculino, existem lugares de poder feminino e, ainda, uma complementaridade dos diferentes poderes (masculino e feminino). Diante dessa constatação, a autora conclui que a efectiva posição subalterna não significa ausência de poder. Presume, além disso, que se o poder em função da antiguidade é aceite para fins de ordem e segurança, e é ainda respeitado por causa das relativas implicações sagradas (prevendo o contacto com a ancestralidade), é também questionado porque perpetua a desigualdade de género e a desigualdade geracional. Por isso, não surpreende que, tanto as mulheres como as camadas jovens, desenvolvam estratégias para contornar os acentuados efeitos da relação de poder em torno da antiguidade (Loforte, 2003: 9-30).

Estas leituras críticas descentradas rompem com as concepções dicotómicas de masculino e feminino, homem e mulher. Da mesma forma, ultrapassam a distinção entre o sexo biológico, inscrito no corpo, e o sexo social. Remetem para a ideia de que as categorias sociais são fluidas, podendo um corpo sexuado representar papéis sociais assexuados ou em oposição ao sexo biológico a que supostamente pertence. Diante disso, fica subentendido que o desempenho de papéis sociais deve-se muito mais aos contextos culturais e sociais do que à dita definição da natureza dos corpos humanos. Subjacente nessas interrogações encontra-se a preocupação de perceber em que medida a análise centrada na variável género revela ou oculta as múltiplas formas de opressão que condicionaram e continuam a condicionar a vida das mulheres. Esta postura crítica

de investigação permite incluir – sem quaisquer limitações de exclusividade ou de centralidade – não somente a categoria género, mas também outras, tais como classe, raça, idade, estatuto, sexualidade, nação, etnicidade, religião ou região.

É neste seguimento que, num ensaio intitulado criticamente “The Coloniality of Gender”, Maria Lugones (2008) chama a atenção para a relevância das reflexões sobre os impactos dos diferentes colonialismos a partir da intersecção de variáveis, tais como raça e género, focando a exclusão histórica e epistémica de mulheres mas igualmente contestando os modelos feministas hegemónicos. Propõe então o revisitado conceito de *modern/colonial gender system* para se repensar a cartografia do poder global que revela a importância do contexto global da produção de conhecimentos. Portanto, embora as novíssimas vozes feministas, vindas de contextos subalternos, partam da denúncia feita pelas feministas ocidentais ao universalismo abstracto que silencia as mulheres como um colectivo social, elas vão mais longe ao denunciarem o imperialismo presente em muitas análises feministas, e o modo como este silencia as outras mulheres.

Nesta linha de pensamento crítico pós-colonial, o ensaio inaugural de Chandra T. Mohanty (1994) – *Under Western Eyes* –, recentemente revisitado (2002), tornou-se uma referência feminista pós-colonial crítica dos feminismos hegemónicos, ao apontar para a persistência do discurso colonial nas narrativas feministas dominantes quanto às «Mulheres do Terceiro Mundo». Esta autora feminista anti-imperialista recusa ainda as falsas generalizações e a homogeneização das mulheres com experiências de opressão diversificadas, em termos geográficos, históricos, sociais e culturais (cf. Gandhi, 1998; Rajan e Park, 2005; Chanda, 2005). É contra a homogeneização da experiência das mulheres de contextos diversificados que, no fundo, se desencadeia uma desconstrução do essencialismo feminista (cf. Mohanty, Russo e Torres eds., 1991).

Tendo em conta um episódio concreto, a conferência de encerramento da Década das Nações Unidas para as Mulheres (1976-1985), Ifi Amadiume (1987: 4) ressalta que “Western feminist used Third World data upon which to base proposition for the West, as if the whole world was represented by the West.” Com isto, denuncia

o viés eurocêntrico ou etnocêntrico das preposições de feministas ocidentais que, como se o mundo fosse a extensão do Ocidente, condiciona a análise da experiência das «Mulheres do Terceiro Mundo». Denota-se uma tensão explícita. Aliás, isto assinala o momento presente das lutas e propostas feministas que testemunham uma mudança colossal, com a emergência de vozes anteriormente silenciadas, designadamente vozes das mulheres do Sul.²⁵ Assim, hoje as lutas e propostas feministas são fragmentadas, mas ainda são múltiplas e multidimensionais²⁶ (Vargas, 1999: 25; Alvarez, 1999: 28-29), traduzindo uma politização da diferença (cf. Santos, 1995; Spivak, 2009).

Esta postura descentrada tem marcado diversos estudos sobre as complexidades das experiências pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais²⁷ das mulheres nas sociedades africanas (Amadiume, 1987 e 1997; Ogunjipe-Leslie, 1994; Mama, 1995; Oyewumi, 2003 e 2005; Imam, Mama e Sow, 1999; Coquery-Vidrovitch, 1997; Nzegwu, 2001; Arnfred, 2002; Lewis, 2004; Mata e Padilha, 2007). Estes são estudos críticos que, em várias áreas, hoje influenciadas pela interdisciplinaridade e pela pluridisciplinaridade, problematizam a categoria género como uma construção histórica, social e cultural. Consequentemente, além de integrar a crítica à universalização da subordinação das mulheres, a oportuna problematização dos poderes das mulheres, em diversas épocas, sociedades e culturas africanas, contribui ainda validamente para a compreensão dos

²⁵ Trata-se de um «Sub» sociológico e não geográfico, exprimindo todas as formas de subordinação a que o sistema mundial deu origem: expropriação, supressão, silenciamento, diferenciação, desigualdade, etc. (Santos, Meneses e Nunes, 2004: 20). Daí, por exemplo, o reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo é designado por *epistemologia do Sul* (Santos e Meneses, 2009: 12).

²⁶ Como afirma M. J. Magalhães, as mulheres não fazem parte de uma categoria social homogénea, visto que são visíveis divisões de classe, etnia, cultura, religião ou situação geográfica. Daí as lutas pela libertação e pela emancipação das mulheres têm sido lutas heterogéneas. E os movimentos feministas têm trabalhado no âmbito de duas dinâmicas principais: por um lado, procuram uma união entre as mulheres, expressa no conceito de *sororidade*; por outro lado, as lutas têm tornado mais evidentes as divisões entre as mulheres (1998: 25).

²⁷ Relativamente ao pós-colonial, é de referir que, nem o «pós» é utilizado aqui acriticamente e rigidamente como marca de sequência temporal [que tem uma efectiva carga colonial decorrente do arrastamento da história que pressupõe a linearidade do tempo e da sua centralização na Europa] (Santos, 2006a: 24-25; M'Bokolo, 2006: 1), nem o «colonial» é reduzido ao colonialismo, enquanto relação política, abarcando “situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de género, étnicas ou raciais” (Costa, 2006a: 117-118). Robert Young (2001) considera que o termo pós-colonial pode ser entendido: a) numa perspectiva cronológica; b) numa perspectiva crítico-teórica. Para além disso, é importante a distinção entre colonialismo, enquanto relação política, e colonialidade, que remete para as relações de poder, do saber e do ser (Quijano, 2002 e 2009; Santos, 2006; Mignolo, 2003a e 2003b; Maldonado-Torres, 2009). Ver, por exemplo, Apphia (1997), Loomba (1998), Gandhi (1998), Almeida (2000 e 2002), Young (2001) e Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2002 e 2005).

impactos do colonialismo no continente africano.²⁸ Efectivamente, uma parte dessa literatura menciona a limitação dos poderes e da visibilidade das mulheres, após a introdução do islamismo e do colonialismo (Amadiume, 1997; Coquery-Vidrovitch, 1997), mas igualmente a criação de distinções dicotómicas, tais como a de público e privado, condicionando a autonomia, a mobilidade e a valorização dos múltiplos aspectos da intensa actuação das mulheres africanas (Loforte, 2003; Casimiro, 2004; Meneses, 2008). Assim sendo, trata-se de descortinar as consequências da implantação da autoridade colonial, não somente no campo político e económico, mas também na vida quotidiana.

Ao examinar a apropriação colonial da terra, do trabalho e dos recursos, os estudos recentes apontam para as mutações operadas na organização familiar, na divisão sexual/racial do trabalho, na apropriação sexual/racial dos recursos e na fixação sexual/racial dos campos de intervenção (Amadiume, 1997; Oyewumi, 1997; Coquery-Vidrovitch, 1997; Fallon, 2008). Neste quadro analítico, intensificam-se ainda as discussões em torno das mulheres africanas. Porém, conforme mostra Zeleza (2005: 207), as mulheres continuam largamente invisíveis ou muito mal representadas, por exemplo, na historiografia dominante do continente africano. De modo geral, as reflexões sobre as experiências históricas têm efectivamente suscitado controvérsias: por um lado, são tratadas como inferiores e subordinadas ou como eternas vítimas da opressão masculina e da dita cultura tradicional africana; por outro, são apresentadas associadas às imagens de mulheres rainhas, notáveis e heroínas, ou à visão romântica na qual os papéis de homens e mulheres se complementavam numa África pré-colonial

²⁸ O pós-colonialismo, como alerta Boaventura de Sousa Santos, deve ser entendido em duas acepções principais: a primeira é a de um período histórico que se sucedeu à independência das antigas colónias; a segunda é a de um conjunto de práticas (predominantemente performativas) e de discursos que desconstruam a narrativa colonial escrita pelo colonizador, e procuram substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado. Assentando na segunda acepção, o autor afirma que o pós-colonialismo é um produto da “viragem cultural” das ciências sociais na década de oitenta, tendo como precursores Frantz Fanon e Albert Memmi. Inspirado nos trabalhos pioneiros de Edward Said sobre o orientalismo, de Richard Werbner e de Stuart Hall sobre as culturas diaspóricas, viria a consolidar-se através dos trabalhos de Partha Chatterjee, de Paul Gilroy, de Homi Bhabha e de Gayatri Spivak, bem como dos debates que eles suscitaram. Inicialmente, foi considerada uma corrente animada fundamentalmente por intelectuais diaspóricos a trabalhar no Ocidente e com raízes nos países que tinham sido colonizados pelo Império Britânico. Mas, hoje, a perspectiva pós-colonial está presente em muitas das análises que incidem sobre o impacto das relações imperiais modernas (Santos, 2006: 217-218).

virtuosa e harmoniosa (cf. Falola, 2003; Zeleza, 2005). Fala-se, com frequência, da irmã do chefe designada por *Rainha-Mãe* (*Queen Mother*) que desempenharia um papel importante nas comunidades tradicionais, numa tendência que tem, basicamente, sido acusada de glorificar a África pré-colonial e a experiência de matriarcado na história pré-colonial africana (cf. Coquery-Vidrovitch, 1997). Todavia, com provas sofisticadas, alguns estudos dedicam-se a uma contextualização do matriarcado. Por exemplo, Ifi Amadiume (1997: 100) constata que existem duas contribuições originais das mulheres africanas à história mundial: primeiro o matriarcado²⁹ como base social e ideológica, na qual determinavam o parentesco africano e os sistemas sociais e morais; depois o carácter *sexo-dual* (*dual-sex*) dos sistemas políticos africanos. Uma outra importância dos estudos de Ifi Amadiume prende-se com o modo como desconstruem a concepção dominante de poder. A autora constata que, na perspectiva dominante, o poder tem sido analisado em relação aos indivíduos, grupos de interesses ou grupos sociais que procuram controlar o Estado ou uma cidadania efectiva num sistema estatal, mesmo se o objectivo for também ideológico, isto é, mudar a ideologia do Estado. Em relação à maioria das comunidades africanas que nunca desejaram fazer parte de um sistema estatal, Ifi Amadiume aponta para um outro tipo de movimento envolvendo um outro conceito de poder: os movimentos anti-poder que tão-somente pretendem defender e manter a sua autonomia. Para a autora, esta parece ter sido a característica central dos movimentos de mulheres endógenos em África, significando que, tradicionalmente, as mulheres africanas tiveram de facto instituições autónomas, estruturas ou sistemas de auto-governo que precisavam defender. Daí a sua história mostrar a resistência contra os processos que tendiam para a gradual perda desta tradição (Amadiume, 1997: 109).³⁰

²⁹ Apesar da actuação das mulheres em diferentes eras e sociedades africanas, Coquery-Vidrovitch (1997: 3-16) aponta reservas quanto ao poder matriarcal: “Matrilineality was very widespread and, at time, valued. [...] In matrilineal tradition, where inheritance passed not from father to son but from uncle to sister’s son, rather than enjoying power women passed it on to the men in their families and were sometimes privileged as «mother chief». [...] Male supremacy was omnipresent, even in matrilineal societies, where transmission of the family’s line and goods was *by* women but not *for* women. [...] As in all societies, male supremacy was both ideologically and effectively a reality, and the public sphere, considered the most prestigious, was reserved for men.”

³⁰ Tem sido um desafio, sobretudo da antropologia à historiografia ou da ciência política à sociologia, notar quando, onde e como os poderes ou a subordinação das mulheres se manifestam em África. De igual modo, o papel das actividades económicas não tem sido menosprezado, na medida em que um grande debate remete para a concentração das mulheres no sector informal (cf. Grassi, 2003; Grassi e Évora, 2007; Cunha, 2011).

Seguindo as argumentações de Frantz Fanon (2002) e de Albert Memmi (2003) em torno do pensamento maniqueísta, num ensaio intitulado “Colonizing Bodies and Minds: Gender and Colonialism”, Oyewumi (2003: 121-122) considera que, no fundo, se o mundo colonial produziu o «colonizador» e o «colonizado», ambos são expostos como sendo do sexo masculino, e é inclusivamente o próprio processo colonial que, com implicações vastas, se descreve como uma prerrogativa masculina. Diante disso, segundo a sua argumentação, durante a situação colonial existiam quatro classificações principais – “men (European), women (European), native (African men), and Other (African women). Native women occupied the residual and unspecified category of the Other.” Isto permite perceber que o processo colonial imprimiu quer a inferiorização em função da raça (subordinação racial), quer ainda a inferiorização em função do género (subordinação das mulheres). Deste modo, estas constituíam as duas categorias sociais primordiais – raça e género – que demarcavam os objectos da diferença colonial (Bhabha, 2002: 67), através das quais perpassavam a intrincada estratificação social e a sombria exploração colonial ao longo do processo histórico do colonialismo que caracteriza, simultaneamente, a idade da modernidade ocidental (Oyewumi, 2004: 1).³¹

Isto, em parte, permite abordar o conceito de dupla colonização das «mulheres colonizadas» (Urdang, 1979), i.e., como sujeitos colonizados e como mulheres. Embora contestada, a argumentação em torno de uma dupla colonização remete para a ideia de que o colonialismo teve um impacto similar e diferenciado nos «homens colonizados» e nas «mulheres colonizadas». Verifica-se a efectivação de uma dupla colonialidade e a estruturação de uma dupla alteridade (cf. Le Bihan, 2007), resultante do olhar colonial e sexista sobre as comunidades colonizadas. Em todo o caso, torna-se difícil desvincular, sobretudo, o sexismo do racismo, particularmente ao longo do sistema histórico do

³¹ Conforme constata Boaventura de Sousa Santos (2006: 25), o colonialismo nunca foi sequer incluído na auto-representação da modernidade ocidental, porque esta violência matricial foi concebida como uma missão civilizadora dentro do marco historicista ocidental, em cujos termos o desenvolvimento europeu apontava o caminho ao resto do mundo. Desta forma, Walter Dignolo (2003b: 634) realça que o poder da modernidade ocidental ocultava, ao mesmo tempo, a colonialidade. Ou seja, ocultava o lado obscuro da modernidade e o facto de nunca ter havido, nem poder haver, modernidade sem colonialidade. Por um lado, a cristianização, a civilização, o progresso, a modernização e o desenvolvimento (a cara da modernidade) e, por outro, a violência, a barbárie, o atraso, a invenção da tradição e o subdesenvolvimento (a cara da colonialidade) (Dignolo, 2003a: 34).

colonialismo e da escravatura, cujas consequências devastadoras perduraram no tempo (cf. Hooks, 1981, 1984, 1989 e 2000; Davis, 1983 e 1990; Balibar, 1997; Yuval-Davis, 1997; Wilford, 1998; Mohanty, 2003).

2.1. A Aritmética da Democracia: O Contexto Cultural Faz a Diferença?

Durante as três últimas décadas, vários questionamentos têm sido introduzidos no debate quanto à participação das mulheres no processo de decisão na esfera pública e política, problematizando quer a separação entre a política e a esfera privada, quer o significado atribuído à cidadania universal (inicialmente identificada tão-somente com a metade masculina do mundo ocidental), quer a exclusão das mulheres como cidadãs, as quais são sistematicamente classificadas como *outro* nos projectos nacionais (Pateman, 1988; Phillips, 1992 e 1998; Balibar, 1997; Wilford, 1998; Yuval-Davis, 1997a e 1997b; Meintjes, 1998; Yuval-Davis e Werbner, 1999). Para além disso, torna-se central para um alargamento do debate a compreensão de uma certa cumplicidade histórica entre a dominação patriarcal e a dominação colonial e capitalista, sendo que o impacto do imperialismo e do capitalismo têm sido introduzido na equação democrática (cf. Fallon, 2008). Uma abordagem histórica acusa tanto o falso universalismo e a relação entre cidadania, masculinidade e colonialidade (cf. Quijano, 2002), como também a inclusão tardia das mulheres na cidadania em diferentes contextos. Daí a relevância da crítica feminista centrada na relação entre género e democracia, bem como a relevância da ampliação da análise crítica aos múltiplos e complexos eixos da diferenciação social, abrangendo desde o próprio género, mas também a raça, a etnicidade, a sexualidade, a religião ou a nacionalidade.

Efectivamente, nos dias de hoje, a exigência democrática requer a visibilidade de sujeitos historicamente excluídos da participação nas estruturas do poder político. Uma das controvérsias nas democracias contemporâneas prende-se, precisamente, com a relação entre a representação política das mulheres e a política de representação das mulheres, num contexto histórico caracterizado pelo fim das grandes narrativas e pela

complexa fragmentação de identidades (Walby, 1992: 31). Todavia, como tem sido salientado (Araújo, 2002: 7), o reconhecimento de múltiplas e complexas identidades não impede a acção política que tenha em consideração as relações de poder desiguais. Torna-se, contudo, inevitável encarar a complexidade desta interrogação a respeito da desigualdade na representação política, superando as estatísticas e a compreensão dos direitos das mulheres assente na teoria democrático-liberal, ou seja, a visão igualitarista e masculinizada implícita na retórica política liberal (Arnot e Dillabough, 2002: 18-19; Osório, 2003: 353-371). Trata-se de superar os dilemas entre a igualdade e a diferença, ou universalismo e particularismo, animando a cidadania democrática que reconheça a diversidade e o pluralismo com reflexos nos órgãos de poder político (Phillips, 1998).³²

Com efeito, existem casos de extrema complexidade no momento presente. Por exemplo, na última metade do século XX, assistimos sobretudo a três acontecimentos extraordinários que definem o ponto de rebuçado desta tese: a revolução feminista; a descolonização política das antigas colónias; e a expansão global da democracia liberal. Deste modo, mais precisamente nas últimas duas décadas desse século, uma vaga de democratização alastrou-se aos países da África, América Latina, Europa de Leste e Ásia, pondo fim a muitos regimes militares, comunistas e monopartidários. Como tal, tornou-se alvo de estudo quer a participação das mulheres nos novos órgãos de poder político, quer a sua intervenção nos movimentos sociais para uma democratização das diferentes sociedades (Alvarez, 1989; Amadiume, 1995; Jaquette e Wolchik, 1998; Ray e Korteweg, 1999; Tripp, 2000; Hassim, 2006; Tripp *et al.*, 2008; Fallon, 2008).

De modo particular, nos países ocidentais, onde a democracia se encontra mais enraizada, intensificam-se as renovadas preocupações com o (não) lugar das mulheres

³² Desde meados do século XIX, com os movimentos sufragistas que tiveram maior expressividade nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, a participação política das mulheres tem constado da agenda académica e política. É possível afirmar que, em diversas contendas e numa escala mais vasta, as actuais lutas feministas continuam a insistir na questão dos direitos legais e cívicos das mulheres. Todavia, no início do século XX, as suas reivindicações visavam aspectos tais como o direito à educação e o direito de voto (capacidade eleitoral passiva), sobretudo nos países ocidentais, ao passo que, neste limiar do século XXI, elas ainda se direccionam para a paridade na representação política (capacidade eleitoral activa) e para a implementação de políticas públicas sensíveis às desigualdades sociais, mormente em função de género, classe ou raça, que atingem a vida das mulheres. Assim, um dos desafios da democracia contemporânea consiste em debelar a sub-representação das mulheres na política e acelerar as alterações substanciais ao nível estrutural.

na esfera de decisão política (Gelb e Palley, 1987; Htun, 2003; Achin, 2007; Wolbrecht, Beckwith e Baldez, 2008; Whitaker, 2008; Carroll, 2003; Iversen e Resenbluth, 2010). A título de exemplo, nos Estados Unidos da América, as feministas liberais reconhecem a importância dos fundamentos do liberalismo – que privilegia a liberdade individual e a igualdade perante a lei como legados da Revolução Americana (1776) –, mas convivem placidamente com as desigualdades sociais de género, classe e raça, que marcam ainda a sociedade norte-americana (Schwartzman, 2006; Wolbrecht, Beckwith e Baldez, 2008). Em França, as lutas feministas continuam a questionar os ideais da Revolução Francesa (1789) – «liberdade | *Liberté*, igualdade | *Egalité* e fraternidade | *Fraternité*» –, recusando a universalidade com base em princípios abstractos e no falso universalismo que exclui as mulheres enquanto sujeitos políticos. Em contrapartida, exigem o ideal da paridade (Achin, 2007; Agacinski, 1999). Actualmente, fala-se bastante no *gender gap*, quer quanto à participação nas actividades políticas ou partidárias (Whitaker, 2008; Inglehart e Norris, 2000 e 2003; Schlesinger e Heldman, 2001; Sanbonmatsu, 2002; Kaufmann, 2002; Norris, 2003; Norrander, 2003; Carroll, 2003; Dolan, 2004), quer relativamente ao conhecimento ou aos estereótipos de género no campo político (Sanbonmatsu, 2003; Mondak e Anderson, 2004). Empiricamente, avultam-se também as diferenças de género no comportamento eleitoral. Uma outra confirmação da disparidade de género prende-se, evidentemente, com os resultados eleitorais.

Em relação à presença das mulheres nos órgãos de poder político, em termos quantitativos, tem havido progressos, mas igualmente alguns retrocessos.³³ É ainda notável a sua sub-representação política em diversos países do mundo, tanto no Norte como no Sul. Em 2008, segundo a União Inter-Parlamentar, verificou-se um aumento sem precedentes da média mundial dos assentos parlamentares ocupados por mulheres (18,3%), que alcançou mais sete pontos percentuais em comparação ao ano de 1995 (11,3%) (UIP, 2005 e 2009a). Entretanto, passados treze anos, esse acréscimo não se afigura muito encorajador. Os dados disponíveis revelam ainda que, em Junho de 2011,

³³ Ver, por exemplo, UIP (1999, 2006a, 2006b, 2007, 2008a, 2008b, 2009a e 2010), www.ipu.org, www.idea.int e www.quotaproject.org.

a média mundial dos assentos parlamentares ocupados por mulheres se encontrava abaixo de 1/5 (19,3%) (UIP, 2011).

Apesar dessa desencorajadora média mundial, diversos países têm vindo a exibir resultados nacionais mais satisfatórios. O limiar de 30% dos assentos parlamentares ocupados por mulheres, considerado pelas instâncias internacionais como um valor mínimo necessário para a criação de uma massa crítica de mulheres no poder político, com a finalidade de reforçar a sua influência e o seu poder nas escolhas políticas (em particular, quanto às «questões das mulheres»), tem sido atingido por um número crescente de países. Por exemplo, em 2008, a nível mundial, 15% das assembleias nacionais alcançaram ou superaram tal limiar de representação política das mulheres (UIP, 2009a), abarcando países de diferentes grupos regionais e com diversos níveis de desenvolvimento socioeconómico ou padrões socioculturais – Ruanda, Suécia, Cuba, Finlândia, Argentina, Dinamarca, Angola, Costa Rica, Espanha, Nepal, Moçambique, Noruega, África do Sul, Alemanha ou Uganda.³⁴ Relativamente aos casos específicos da Dinamarca e Noruega – enquanto parte dos países nórdicos que lideram o ranking em termos de análises comparativas regionais –, as mulheres ocupam aí mais de 30% dos assentos parlamentares, desde a década de oitenta. Este saldo positivo deve-se, em grande parte, à adopção de políticas sociais orientadas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres (Viegas e Faria, 2001), a qual adviria, alegadamente, do nível de desenvolvimento socioeconómico dos países nórdicos. Todavia, não parece existir uma correlação directa entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de um país e a proporção da representação política das mulheres (Norris, 2000: 348). Quanto ao caso do Ruanda (Longman, 2006), este ocupa o primeiro lugar na lista de países com maior representação política das mulheres a nível legislativo, desde o ano de 2003. Trata-se de um país que, no período pós-conflitos, tem apostado nas candidaturas das mulheres como uma mais-valia para a pacificação e a reconstrução nacional (Jabre, 2004: 3-4). É importante observar que vários estudos sobre a paz salientam uma preocupação ou um interesse das mulheres pela cultura da paz, bem como a

³⁴ Desde Abril de 2011, Andorra (53,6%) aproximou-se dos valores do Ruanda (56,3%). Sendo assim, são os dois países do mundo onde mais de metade dos assentos parlamentares são ocupados por mulheres (www.ipu.org).

necessidade de se reconhecer as diferentes funções que estas desempenham durante situações de conflitos armados (Molyneux, 1998; Moura, 2005 e 2007; Cunha, 2006). No âmbito da análise política comparada, também tem sido notavelmente perceptível o aumento da representação política das mulheres no período pós-conflitos, embora alguns dados mais recentes se desviem desta tendência (UIP, 2005, 2006a, 2007, 2008a e 2009a).

Contrabalançando os resultados positivos, em 2008, a nível mundial, 1/4 das assembleias nacionais entrou ou permaneceu na lista daquelas com 10%, ou menos, de assentos parlamentares ocupados por mulheres (UIP, 2009a). Fazem parte desta lista, por exemplo, Quênia, Índia, Brasil,³⁵ Argélia e Egipto. De acordo com esses mesmos dados, pelo menos em nove países os assentos parlamentares foram, nesse ano, preenchidos exclusivamente por homens – Belize, Micronésia, Nauru, Omã, Palau, Catar, Arábia Saudita, Ilhas Salomão e Tuvalu. Explica-se, deste modo, que o alargamento do direito de voto às mulheres no Kuwait (Maio, 2005) tenha sido bastante aplaudido como um passo essencial em prol dos direitos destas. Infelizmente, na Arábia Saudita, as mulheres ainda não beneficiam dos mais elementares direitos políticos, tais como os de votarem e de serem eleitas. Na verdade, a religião e a secularização têm sido fortemente problematizadas, equacionando-se cada vez mais a participação política das mulheres. Embora a tendência seja no sentido de uma maior abertura à cidadania das mulheres, é ainda evidente a persistência da sub-representação política destas, em termos globais e em contextos nacionais, atravessando as diferenças socioculturais.

Regista-se que está-se longe da *paridade de participação* (Fraser, 2002a e 2002b), quer devido à sub-representação política das mulheres quer porque as instituições normalmente regulam a sua interação de acordo com normas culturais subjacentes às diferenciações de estatuto, tendendo assim a privilegiar valores e preceitos masculinos (Pateman, 1970; Iversen e Resenbluth, 2010). Diante disso, em diversos países e em

³⁵ Mesmo depois da recente eleição da primeira mulher para a presidência do Brasil (Dilma Rousseff), os assentos parlamentares ocupados por mulheres continuam abaixo dos 10% (www.ipu.org).

análises comparadas, há um questionamento fundamental que se prende com o enigma da participação desigual de homens e mulheres (Christy, 1987; Burns, Schlozman e Verba, 2001; Inglehart e Norris, 2003; Gelb e Palley, 2009). Num trabalho exemplar, intitulado *The Private Roots of Public Action*, Burns, Schlozman e Verba (2001) analisam a participação desigual de homens e mulheres nas democracias contemporâneas, bem como as diferenças de género na política, investigando a razão por que as mulheres continuam politicamente menos activas, menos propensas a candidatarem-se a cargos públicos e menos dispostas a participar em organizações políticas, comparativamente aos homens. As autoras concluem que, no fundo, a diferença nos tipos de organizações privilegiadas por mulheres e homens produz as conhecidas distinções nos recursos, habilidades e orientações políticas, traduzindo-se por isso numa vantagem cumulativa para os últimos, na medida em que as primeiras privilegiam sobretudo a família, as escolas, as associações voluntárias e a igreja, em detrimento de organizações sindicais e políticas.

Relativamente à sub-representação política das mulheres, Nadezhda Shvedova (2002: 63-71) aponta para um conjunto de obstáculos (políticos, socioeconómicos e socioculturais), entre os quais se destacam: a prevalência do modelo masculino no espaço político, considerando ainda que a vida política se encontra organizada segundo normas, valores e estilos de vida masculinos; a falta de apoio por parte dos partidos políticos, sobretudo quanto ao financiamento das candidaturas de mulheres; e o tipo de sistema eleitoral adoptado, que pode favorecer ou não a eleição de mulheres. Os diferentes padrões de socialização dos homens e das mulheres têm, evidentemente, sido apontados como factores socioculturais explicativos das desigualdades de género na participação política (Bettencourt e Pereira, 1995; Ferreira, 1998; Jordão, 2000; Norris e Inglehart, 2001; Camps, 2001; Viegas e Faria, 2001; Campos, 2002; Inglehart e Norris, 2003; Osório, 2003 e 2005; Macedo *et al.*, 2007; UIP, 2008b).

Em vez de insistirem na alegada falta de interesse das mulheres pela política, as considerações que incidem sobre as instituições políticas destacam, em particular, os partidos políticos, os sistemas eleitorais, a (in)existência dos movimentos sociais das

mulheres e o próprio funcionamento dos órgãos de poder político como principais responsáveis pela sub-representação política feminina (Norris, 2000; Henig e Henig, 2001; Matland, 2002; Lovenduski e Pippa, 2003; Ballington e Matland, 2004; Martins e Teixeira, 2005). Relativamente aos sistemas eleitorais, seguindo Pippa Norris, os factores mais importantes que afectam a representação das mulheres prendem-se com a fórmula de conversão dos votos em mandatos e com a (in)existência de quotas (Norris, 2000: 348). Os sistemas eleitorais proporcionais são, por isso, apontados como mais favoráveis para a eleição de mulheres, sendo igualmente necessário considerar-se a magnitude dos círculos eleitorais (Norris, 2000; Viegas e Faria, 2001; Matland, 2002; Lovenduski e Pippa, 2003). Quanto à questão das quotas – quer por via de aceitação partidária formal ou tácita, quer por via de imposição constitucional ou legal –, embora contribuam para atenuar a sub-representação política das mulheres, suscitam também polémica, existindo diversos argumentos normativos e empíricos que apoiam ou não a sua aplicação (Moreira, 1998; Viegas e Faria, 2001; Dahlerup, 2002; Matland, 2002; Morna, 2003; Kethusegile-Juru, 2003; Tripp, 2003).

2.1.1. As Mulheres em África: Participação e Democracia

Tal como noutros contextos socioculturais, as mulheres nos países africanos continuam a enfrentar diversas barreiras no acesso ao poder político. Falar de mulheres na política em África, no entanto, exige um duplo exercício: por um lado, no sentido de romper com os lugares comuns que, de modo simplista, fixam as mulheres africanas em teias socioculturais opressivas, em contextos de eterno subdesenvolvimento e em condicionalismos históricos constrangedores da participação política; por outro, no sentido de dar visibilidade à crescente presença das mulheres, em particular nos órgãos de decisão política em diferentes países africanos. Este tem, evidentemente, sido um duplo desafio dos estudos recentes que versam sobre a participação política das mulheres africanas (Tripp, 2000; Osório, 2003 e 2005; Mustafa, Shukor e Rabi, 2005; Meer, 2004; Longman, 2006; Kwesiga, 2007; Hassim, 2006; Tripp *et al.*, 2008; Fallon, 2008).

Uma abordagem histórica, desde logo, ressalta a longa tradição de participação das mulheres africanas nos processos decisórios comunitários, bem como o intenso envolvimento nas preocupações sociais, culturais, religiosas, económicas e políticas das suas sociedades (Amadiume, 1987 e 1997; Hassim, 2006; Fallon, 2008). Seguindo a abordagem histórica, a participação das mulheres africanas teria sido obstruída com a colonização e islamização do continente (Amadiume, 1997; Fallon, 2008). Contudo, e não obstante a perspectiva de resgate da presença das mulheres em diferentes espaços de interacção, existe nos dias de hoje a preocupação crescente com a sua fraca presença no campo estritamente político, quer nas sociedades tradicionais quer nas sociedades contemporâneas (Coquery-Vidrovitch, 1997; Fallon, 2008). A título de exemplo, Ellen Johnson Sirleaf, Presidente da Libéria, continua sendo a única mulher a assumir tal cargo em África (Oyewumi, 2005; Okeme, 2005). Recentemente, também Cabo Verde se tornou o primeiro e único país africano a inaugurar uma experiência de paridade de género na política. As estatísticas sobre os Parlamentos nacionais denunciam a fraca participação política das mulheres, evidenciando, porém, as possibilidades de mudança. Esta mudança tem sido mais visível em alguns países africanos: Ruanda (56,3%); África do Sul (44,5%); Moçambique (39,2%); Angola (38,6%); Tanzânia (36%); e Uganda (34,9%). A nível mundial, constam entre os países com melhor representação das mulheres no poder legislativo, com uma média igual ou superior a 30%. São países que ocupam, neste momento, as melhores posições no ranking mundial (1º, 4º, 10º, 11º, 15º e 16º, respectivamente).

Os estudos recentes demonstram que a vaga de democratização no continente africano criou tanto novas oportunidades como novas barreiras para a participação política das mulheres (Osório, 2003 e 2005; Fallon, 2008). Deste modo, reconhecem que, desde a conquista da independência nacional em África e a instauração de regimes nacionais autoritários que sucederam ao poder colonial, não tem sido expressiva a participação das mulheres nas instituições representativas. Daí, em parte, se explica a forte presença das mulheres africanas nas instâncias informais e subalternas (Fallon, 2008; Cunha, 2011). Isto evidencia ainda que os movimentos políticos das mulheres em África comportam uma especificidade, devido tanto aos padrões de mobilização

política e às paisagens socioculturais, quanto a uma longa tradição de participação nas instâncias informais e subalternas. Efectivamente, no tocante à cidadania das mulheres africanas, as discussões abarcam uma reflexão sobre as consequências do colonialismo, do imperialismo e do capitalismo nas actividades participativas das mulheres (Hassim, 2006; Fallon, 2008), procurando igualmente compreender as estratégias de resistência e as alternativas criadas pelas mulheres em diferentes sociedades e contextos. À luz disso, tem sido equacionada a participação política das mulheres no Estado pós-colonial. É por isso que os estudos recentes registam ainda a persistência de duas dicotomias essenciais: a distinção dicotómica entre as estruturas políticas formais e as instâncias informais e subalternas; a distinção entre o poder central e o poder local. Na verdade, as principais conclusões apontam, por um lado, para o domínio das mulheres africanas nas instâncias informais e subalternas (Grassi, 2003; Grassi e Évora, 2007; Cunha, 2011) e, por outro, para a cada vez maior inclusão política, sustentado todavia a sua subalternidade nas estruturas oficiais de poder, ainda masculinas e masculinizadas (Osório, 2003 e 2005).

As assimetrias na distribuição das funções e cargos públicos são encaradas como sinais da permanência do reconhecimento do poder masculino (Osório, 2004: 4). Ao analisar a relação entre género e democracia no continente africano, os estudos também não ignoram o modo como, por exemplo, a classe, a etnia, a raça ou a idade intervêm na construção das identidades e no acesso ao poder político pelas mulheres (Osório, 2004). Conceição Osório constata, porém, que independentemente da classe social, da raça ou da etnia, as mulheres são discriminadas em casa, no trabalho e pela lei. Para a autora, a exclusão é um elemento comum que une as mulheres, sendo que, entre a população excluída, as mulheres são, na verdade, as mais afectadas. Entretanto, para Osório (2004: 5):

É necessário também dar conta do contexto étnico-cultural-racial, para entender a forma como se redefinem as relações de género em realidades diferenciadas. Em Moçambique, e infelizmente mesmo entre pessoas que se afirmam defensoras dos direitos humanos das mulheres, a cultura continua a justificar a discriminação das mulheres, como se a cultura se mantivesse inamovível durante séculos, como se fosse possível manter os mesmos valores e as mesmas normas pela infinidade dos tempos. Para percebermos a desigualdade precisamos de entender a estrutura do poder responsável pela transmissão dos valores que excluem as

mulheres do acesso aos recursos e ao exercício do poder. Consideramos, assim, como primeiro grupo de impedimentos para o acesso das mulheres à participação política, um conjunto de factores de ordem cultural que têm sistematicamente servido de justificação para as manter numa contínua subordinação. As representações sociais, que as constroem a ter o lar como expressão da condição feminina, reflectem-se no acesso aos recursos, principalmente a recursos como a escola que permite mais conhecimento, melhor emprego e mais auto-estima, e evidencia-se também no exercício dos seus direitos.

Isto explica por que razão os factores socioculturais têm sido encarados como os principais constrangimentos no acesso das mulheres ao poder político. Entretanto, tais factores não condicionam apenas a participação política das mulheres africanas. Em diferentes contextos socioculturais e de diferentes modos, as mulheres continuam ainda a enfrentar barreiras culturais. Diante disso, não surpreende que, em muitos países, particularmente no continente africano, as medidas de incentivo como as quotas têm sido adoptadas para incrementar a participação das mulheres. Contudo, duas preocupações emergem: primeiramente, a partir do caso de Moçambique, verifica-se que o aumento expressivo das mulheres no poder político não tem comprometido a hegemonia masculina; depois, a partir do caso de Zimbabwe, regista-se que, por vezes, a luta pela igualdade de género se enquadra dentro de regimes autoritários, sexistas e corruptos (Tripp, 2000; Osório, 2003, 2004 e 2005; Hassim, 2006; Fallon, 2008).

A QUESTÃO COLONIAL E NACIONAL: ENTRE FEMINISMOS E PÓS-COLONIALISMOS

No âmbito dos estudos pós-coloniais e dos estudos feministas, têm despontado principalmente duas articulações que importa referir: uma prende-se com a virilidade imperial e a efeminização da terra conquistada; outra remete para a masculinização dos dispositivos discursivos, tanto do discurso colonial como do discurso nacionalista. É nesta sequência que despontam estudos críticos sobre a questão colonial e a questão nacional, fazendo renascer as mulheres enquanto sujeitos históricos, sociais, culturais e políticos. Todavia, isto não se trata unicamente de uma preocupação com o passado, mas analogamente com o presente e o futuro, alcançando uma enorme relevância nos debates para a democratização da democracia e para o reconhecimento e redistribuição social, particularmente nos países marcados pelos colonialismos europeus.

1. SEXISMO E RACISMO NUMA ENCRUZILHADA ATLÂNTICA

Trata-se, aqui, de apresentar uma breve incursão em torno da questão colonial, com a finalidade de enquadrar criticamente os fenómenos do sexismo e do racismo, ao longo do trânsito colonial, incidindo sobre o impacto de ambos na vida das «mulheres colonizadas». Sabe-se que no decurso da história dos colonialismos europeus ocorreu uma interpenetração entre o sistema colonial e o sistema patriarcal (cf. Le Bihan, 2007). Entretanto, deve admitir-se que, da mesma forma que o racismo colonial não atingia apenas o colectivo masculino colonizado, o sexismo colonial não se confinava só ao colectivo feminino colonizado. Isto significa que, ao nível das práticas sociais, o racismo colonial incorporava o sexismo colonial, e vice-versa.

Diante disso, o questionamento que, por conseguinte, é suscitado, debruça-se sobre a presença das mulheres europeias no projecto colonial. Com efeito, os estudos sobre a questão colonial (cf. Stoler, 2010) evidenciam que, na Colónia, as clivagens da dominação racial e da distinção social tinham consequências similares e diferenciadas na vida dos homens europeus e das mulheres europeias. Tal diferença consagrava-se, de modo particular, devido à peculiaridade da posição ambígua ocupada pelas mulheres europeias, como agentes colonizadoras e como sujeitos sexualmente subordinados na hierarquia colonial: «mulheres colonizadoras». Deste ponto de vista, paradoxalmente, a cartografia do poder estreitava e ampliava, ao mesmo tempo, a sua autoridade colonial. Por um lado, dentro da fronteira de raça, sofriam uma sujeição sexual; por outro, fora dessa fronteira, como se fossem guardiãs de uma moralidade do império, tentavam zelosamente manter a honra racial, disseminando simultaneamente os pressupostos de género e os estereótipos racistas, ao longo do trânsito colonial (cf. Stoler, 2010).

Em termos latos, ao nível da representação, admite-se também que a autoridade colonial afirmava-se como masculina, impondo a submissão colonial como feminina. Com efeito, nessa racionalidade, o Colonizador impunha-se, opondo-se ao Colonizado e imputando-lhe a feminilidade. Disso resulta, em primeiro lugar, a representação das «mulheres colonizadoras» como a outra do Mesmo e das «mulheres colonizadas» como a outra do Outro. Em segundo lugar, apurando-se que, de facto, a autoridade colonial assumia uma forma masculina e a submissão colonial uma forma feminina, sobrevinha uma aparente masculinização das «mulheres colonizadoras», decorrente do possível desempenho de um poder masculinizado, e ainda uma metafórica castração dos «homens colonizados», enquanto súbditos coloniais (cf. Fanon, 1975; Le Bihan, 2007; Stoler, 2010). Presume-se assim que a diferença colonial assentava nas concepções ideológicas ocidentais e nos correspondentes estereótipos do masculino e do feminino, da masculinidade e da feminilidade, enquadrando-se numa matriz heterossexual.

Posto isso, partindo da premissa de que, ao longo do trânsito colonial, subsistia o racismo colonial sexista e o sexismo colonial racista, apontam-se duas preocupações. A primeira desponta a partir da percepção de que, embora convencionando-se em

pressupostos de género e estereótipos racistas, as lógicas de dominação e subordinação pulverizavam quaisquer dualismos, ultrapassando as conceptualizações monolíticas ou essencialistas. Diante disso, torna-se importante observar não somente a intersecção e os interstícios do género e da raça, mas igualmente a complexidade dos impactos dos diferentes colonialismos. Isto abre caminho à segunda preocupação que remete para a constatação de que, considerando a relação colonial e a sexualidade, as práticas sexuais coloniais, ironicamente, desestabilizavam as instituições, fragilizavam o poder colonial patriarcal e descentravam o género como uma categoria de análise. Deste modo, ao equacionar a sexualidade não normativa e a reprodução em contextos coloniais, este capítulo problematiza o modo como as práticas sexuais coloniais debilitavam a muralha fictícia que separava a esfera pública da privada.

1.1. A Matriz da Relação Colonial Patriarcal

Nas últimas três décadas, em torno de diferentes disciplinas académicas, tem-se inscrito a transformação do saber sobre a expansão europeia e as suas consequências. Partindo do pressuposto de que a história do Colonizador e a do Colonizado foram contadas do ponto de vista masculino – sendo que, quando aparecem, as mulheres desempenham papéis periféricos –, ultimamente têm alcançado relevo as histórias das «mulheres colonizadoras» e das «mulheres colonizadas». Embora os estudos sobre a colonização, escritos apenas do ponto de vista masculino, não sejam irrelevantes para a percepção do que aconteceu com as «mulheres colonizadas», tornou-se uma postura política e epistémica distinguir as semelhanças e as diferenças entre homens e mulheres no sistema histórico do colonialismo (cf. Oyewumi, 2003; Le Bihan, 2007).

Em primeira instância, ocorre a ideia de que as práticas coloniais assentavam numa visão do mundo que acreditava na superioridade absoluta do humano sobre a natureza, do masculino sobre o feminino, do moderno ou progressista sobre o tradicional ou selvagem (cf. Oyewumi, 2003; Le Bihan, 2007). Efectivamente, esta preponderância expressava-se em termos sexuais e sexistas. E esta é uma justificação

para considerar o impacto colonial, no particular domínio do género, ao invés de simplesmente cogitar qual o subgrupo colonizado – masculino ou feminino – que era mais explorado. Seguindo a reflexão de Oyewumi (2003: 122), torna-se evidente que o debate sobre a hierarquia da situação colonial, além de empregar a raça como uma base das distinções e classificações, deve igualmente levar em conta o factor «sexo forte».

Diante disso, ao analisar a questão colonial, por exemplo, Oyewumi (2003: 121) demonstra que o processo colonial é apresentado como uma prerrogativa masculina, ditando a subordinação racial e a subordinação das mulheres. Nesta senda, diversos estudos sobre a questão colonial corroboram que o corpo feminino simbolizava a terra conquistada (cf. Loomba, 1998). Anne McClintock (1995) evidencia, deste modo, a sexualização da terra incógnita e o mito imperial de terras vazias (isto é, virgens). E, para reforçar a polémica, Robert Young (1995) focaliza o desejo imperial e a prática da miscigenação no quadro colonial. É assim que Homi K. Bhabha (2002: 67) afere que, embora conflituosamente, o corpo encontra-se inscrito tanto na economia do prazer e do desejo como ainda na economia do discurso da dominação e do poder.

No livro *Carnal Knowledge and Imperial Power*, Ann Laura Stoler (2010) introduz o novíssimo conceito de conhecimento carnal, examinando a utilização do regime sexual e do vínculo afectivo para a criação de categorias coloniais, bem como o recurso à ambiguidade e violência, no sistema colonial. Segundo a autora, as categorias coloniais Colonizador e Colonizado são sustentadas por formas de controlo sexual, pelo que as sanções e proibições sexuais e sexistas não só demarcavam as relações de poder de género como também delineavam a fronteira de raça em termos pessoais e públicos. Stoler conclui que, no quadro colonial, a união heterossexual baseada na concubinação e na prostituição colonial foi defendida como mal menor em oposição àquele considerado ainda mais perigoso – as relações carnis entre homens. Entretanto, a autora critica o silêncio dos observadores coloniais, que foram participantes no empreendimento imperial, na medida em que velaram o interface sexual do encontro colonial, saudando ainda a expansão imperial como acto de exportação da energia sexual masculina, e o colonialismo como sublimação ou alternativa ao sexo para os

homens europeus. Stoler reforça que os trópicos surgem como espaço de realização das fantasias pornográficas, com descrições chocantes de licença sexual, promiscuidade e aberrações ginecológicas, marcando a alteridade do Colonizado. A autora afirma que a relevância da sexualidade como uma metáfora de dominação colonial é inequívoca e estabelecida, sendo que as imagens sexuais ilustram a iconografia do Estado colonial. Stoler pensa que o facto de se repetir que os homens europeus e as mulheres europeias participaram identicamente nos danos e privilégios coloniais oculta o facto de elas terem participado nas relações coloniais dentro dos limites da fronteira de género. Em suma, a autora propõe uma articulação entre ideologia de género e autoridade colonial, quanto ao controlo sexual e à fixação da fronteira racial. E retrata a inserção racial da sexualidade no contexto colonial, ou seja, a submissão sexual como alicerce do racismo colonial, impondo limites substanciais ou a libertação pessoal (Stoler, 2010: 2 e 42-45).

Logicamente, a virilidade e a masculinidade têm sido introduzidas nos debates, remetendo para a *demasculinization of colonized men* e a *hypermasculinity of colonizer men* como elementos-chave na afirmação da supremacia europeia no decurso histórico colonial. Conclui-se assim que, certamente, se as «mulheres colonizadoras» eram vitais para a solidificação da fronteira racial, conforme demonstram o seu apoio e a sua provável submissão perante a coesão do grupo colonizador e a segurança colonial (Stoler, 2010: 65), as «mulheres colonizadas» – postas sexualmente ao serviço dos prazeres coloniais – preenchem uma zona fronteira. A partir daí, surgem novas categorias sociais, fruto da mestiçagem biológica e cultural. Porém, a mestiçagem traduzia-se numa ameaça à pureza racial e cultural, desestabilizando tais identidades.

1.2. A Crítica Feminista Pós-colonial

Verifica-se que a subjectividade da racionalidade científica da modernidade ocidental remeteu o que não se assentava no seu modelo dominante para a alteridade, ou seja, para o estatuto de «outro epistémico» convertido em «outro moral», num dado contexto histórico, social, cultural e político. O modelo ocidental dominante tem sido

alvo tanto da crítica feminista como da crítica pós-colonial, que procuram dismantelar a noção de Outro, através de uma desconstrução, respectivamente, do sexismo e do eurocentrismo, trazendo outras subjectividades e outras narrativas, marginalizadas pela cultura ocidental dominante. Trata-se, substancialmente, de posturas epistémicas e políticas que se preocupam em repor a voz da Mulher e do Subalterno, concebendo, nesta via, uma ponte entre a crítica feminista e a crítica pós-colonial.³⁶

Em termos da crítica pós-colonial, destacam-se um conjunto de intelectuais – incluindo Edward W. Said (2004), Gayatri Spivak (1994) e Homi K. Bhabha (2002) –, que conferem centralidade à análise crítica do discurso colonial. Por exemplo, Homi K. Bhabha, enquanto figura marcante nos estudos pós-coloniais, cunhou este novíssimo campo analítico com uma série de neologismos, tais como o hibridismo, a mímica e a ambivalência, descrevendo os modos como os povos colonizados experimentavam e resistiam à imposição do poder colonial. Nesta senda, Bhabha propõe uma abordagem da alteridade associada à questão colonial, incidindo de modo particular no processo de estigmatização. De acordo com o autor, o objectivo do discurso colonial consiste em construir uma imagem do Colonizado enquanto uma população de tipos degenerados, com base na origem racial, com a finalidade de justificar a conquista e de estabelecer sistemas de administração e educação. Entretanto, evitando unificar os sujeitos da enunciação colonial, Bhabha demonstra que tal forma de governabilidade não era porém imune aos jogos de poder e à multiplicidade das posições dos sujeitos, decorrente dos efeitos de classe, género, ideologia, formações sociais, sistemas de colonização, etc. A verdade é que a auto-identidade do Colonizador se afirmava como indissociável da criação da alteridade do Colonizado, sendo este marginalizado pelo discurso colonial e identificado a partir da diferença colonial. Assim, tal fixação da

³⁶ Gayatri Spivak (1994) pergunta se o Subalterno pode falar (*can the Subaltern speak?*). Em última instância, a autora quer saber como a voz do Subalterno se pode fazer ouvir, questionando, não só a noção, mas também os sujeitos considerados como subalternos. Teoricamente, está em causa saber se a voz do Intelectual do «Sub» é capaz de representar a voz do Subalterno do «Sul». Isto remete para a relação entre a representação e a representatividade (cf. Gandhi, 1998: 2), complexificando as relações de dominação e subordinação. Assim, esta pequena provocação desencadeia uma confusão na esfera académica, uma perturbação em várias áreas do saber científico e das práticas sociais, culturais e políticas. Dos estudos pós-coloniais aos estudos feministas, nada permanece como antes. A legitimidade do Homem para representar a Mulher passa a ser menos sustentável; a legitimidade da Mulher para representar as mulheres torna-se igualmente menos pacífica.

diferença colonial caracteriza um pensamento hierárquico e estereotipado. Nesta senda, Bhabha confirma que “The demand of identification [...] entails the representation of the subject in the differentiating order of otherness.” Contudo, para o autor, “It is not the colonialist Self or the colonized Other, but the disturbing distance in-between that constitutes the figure of colonial otherness.” É por este motivo também que, no texto pós-colonial, a questão da identidade se reafirma como uma persistente interpelação ao enquadramento e ao espaço da representação, onde a imagem é assim confrontada com a diferença, o Outro (Bhabha, 2002: 45-46 e 70-73).

É precisamente neste sentido que, quando analisa o imaginário ocidental³⁷ sobre a África, Chinua Achebe (1977 e 1978) testemunha a alteridade imposta ao continente. Achebe explica que, baseando-se em estereótipos degradantes, a literatura colonial, como uma parte integrante do pensamento ocidental³⁸ em torno do continente

³⁷ As descrições das viagens de exploração europeia e dos primeiros contactos, bem como a efectiva implantação colonial, evidenciam uma percepção ocidental de África e dos povos africanos, que traduz minuciosamente os termos da classificação colonial e os efeitos materiais e psicológicos do colonialismo. Ver, por exemplo, o romance *Heart of Darkness* de Joseph Conrad, cuja publicação remonta ao ano de 1902, tendo no centro da narrativa as aventuras de um inglês, Charles Marlow, que obteve a posição de capitão de um navio a vapor, num rio africano, ou seja, «no coração das trevas». E veja-se a crítica de Chinua Achebe, em “An Image of Africa”, desmontando a narrativa hegemónica do imaginário ocidental sobre a África. Nesta senda, o romance *Things Fall Apart* de Chinua Achebe é apontado como uma antítese de *Heart of Darkness*. Entretanto, pode-se denunciar as práticas sexistas e a implacável submissão das mulheres em *Things Fall Apart*. Nota-se o essencialismo de género, decorrente da centralização da função reprodutora para as mulheres. Nisso, reside uma glorificação das mulheres: «Mother is Supreme». E desse modo, retratando contextos organizados em torno de grupos patrilineares, o autor fundamenta que, na hora do sofrimento, é a (terra da) mãe o ninho de aconchego; na hora da felicidade, o filho (*sic*) é (da terra) do pai. Verifica-se igualmente uma glorificação/diabolização das mulheres quanto às práticas religiosas na «sociedade tradicional».

³⁸ No livro *The Other*, Ryszard Kapuściński (2008) constata que, quando a Europa partiu para a expansão, a imagem do Outro que [o Homem Branco Europeu] tinha era de um selvagem desnudo, um canibal e um pagão, cuja humilhação e opressão se apontavam como seus direito sagrado e dever – de uma Europa branca e cristã. [Em termos coloniais, estava em causa a missão civilizadora e o fardo do Homem Branco.] Porém, Ryszard Kapuściński adverte que: “The cause of the exceptional brutality and cruelty that typified whites was not only the lust for gold and slaves that consumed their minds and blinded the ruling elites of Europe, but also the incredibly low standard of culture and morals among those sent out as the vanguard for contact with Others. In those days ships’ crews consisted largely of villains, criminals and bandits, the inveterate, avowed rabble; at best they were tramps, homeless people and failures, the reason being that it was hard to persuade a normal person to choose to go on a voyage of adventure that often ended in death.” Vale a pena, no âmbito desta tese, notar um pormenor importante: a capa do livro *The Other*, de Ryszard Kapuściński, ilustra a definição do Outro em relação à Europa. É que o Outro é projectado como Homem. Porém, isso não significa que esse Outro seja caracterizado com as qualidades da masculinidade. Aliás, esta questão será abordada mais adiante, tratando da (dupla) feminização do Outro.

africano, transformou os seus povos em Selvagens, destituídos de humanidade, desprovidos de racionalidade, sem qualquer lugar na história que não seja enquanto adereço, sem ocupações, sem qualquer outra língua que não grunhidos, cuja cultura e religião não passam de simples costumes e superstições, e cuja geografia se reduz à Selva. Diante disso, Chinua Achebe conclui que a imagem traçada configura a África como «outro mundo», i.e., uma antítese da Europa e da civilização.

No âmbito da crítica feminista, considerando que a alteridade se consoma no feminino, através da efectiva naturalização dos pressupostos biológicos que reforçam a marginalização das mulheres, a desconstrução dessa alteridade tem ganho terreno. Encontra acolhimento máximo em *Le Deuxième Sexe*, obra de Simone de Beauvoir (2007-2008), cuja premissa central é a de que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (*on ne naît pas femme: on le devient*). Para a expoente do feminismo francês, a alteridade das mulheres configura-se completamente na definição da Mulher em relação ao Homem, ou seja, na construção social da Mulher como o Outro:

L'humanité est mâle et l'homme définit la femme non en soi mais relativement à lui ; elle n'est pas considérée comme un être autonome [...]. Elle se détermine et se différencie par rapport à l'homme et non celui-ci par rapport à elle ; elle est l'inessentiel en face de l'essentiel. Il est le Sujet, il est l'Absolu : elle est l'Autre [...]. pp17.

Le besoin biologique – désir sexuel et désir d'une postérité – qui met le mâle sous la dépendance de la femelle n'a pas affranchi socialement la femme. Le maître et l'esclave aussi sont unis par un besoin économique réciproque que ne libère pas l'esclave. C'est que dans le rapport du maître à l'esclave, le maître ne *pose* pas le besoin qu'il a de l'autre ; il détient le pouvoir de satisfaire ce besoin et ne le médiatise pas ; au contraire l'esclave dans la dépendance, espoir ou peur, intériorise le besoin qu'il a du maître ; l'urgence du besoin fût-elle égale en tous deux joue toujours en faveur de l'opprimeur contre l'opprimé : c'est ce qui explique que la libération de la classe ouvrière par exemple ait été si lente. Or la femme a toujours été, sinon l'esclave de l'homme, du moins sa vassale [...]. pp22-23.

Em França, no final da segunda guerra mundial, Simone de Beauvoir insurge-se contra os condicionalismos sociais que, em termos essencialistas, definem a categoria Mulher dentro do mundo masculino. Contudentemente, realça que a necessidade biológica – o desejo sexual e o desejo de posteridade – não libertou socialmente as mulheres. Tal como na relação entre *Slave* e *Master*, aludindo à dialéctica hegeliana, Beauvoir diagnostica a escravidão ou a vassalagem da Mulher em relação ao Homem.

Entretanto, a analogia de Beauvoir e a metáfora da escravidão não permitem compreender a complexidade da situação das pessoas afectadas tanto pela escravidão e colonização como pelo sexismo, ou noutras palavras, tanto pelo exotismo como pelo erotismo. Refira-se, por exemplo, a experiência e narrativa de Sojourner Truth. Esta era uma ex-escrava e abolicionista nos Estados Unidos. *Ain't I A Woman?*, questionava a ex-escrava, durante a *Women's Convention*, em 1851. No seu discurso, Sojourner Truth deixou claro que, enquanto a cultura norte-americana conferia determinados direitos e privilégios às mulheres brancas, tais como o de não exercer actividades remuneradas, estes direitos e privilégios não eram porém extensíveis às mulheres negras nos Estados Unidos. Estava-se então na primeira vaga feminista, cuja preocupação fundamental se prendia com a conquista dos direitos legais e cívicos das mulheres, tais como o direito à educação ou ao voto. Assim, a experiência de vida das mulheres negras desafiava o próprio entendimento do conceito de Mulher.

I think that' twixt the negroes of the South and the [white] women at the North, all talking about rights, the white men will be in a fix pretty soon. But what's all this here talking about? That man over there says that women need to be helped into carriages, and lifted over ditches, and to have the best place everywhere. Nobody ever helps me into carriages, or over mud-puddles, or gives me any best place! And ain't I a woman? Look at me! Look at my arm! I have ploughed and planted, and gathered into barns, and no man could head me! And ain't I a woman? I could work as much and eat as much as a man - when I could get it - and bear the lash as well! And ain't I a woman? I have borne thirteen children, and seen most all sold off to slavery, and when I cried out with my mother's grief, none but Jesus heard me! And ain't I a woman? (*Ain't I A Woman?*, Sojourner Truth – 1797-1883, New York).

Embora o discurso pós-colonial e o discurso feminista usem um denominador comum que consiste numa desconstrução do cânone europeu, separadamente não dispensam uma conveniente atenção a problemáticas mais gravemente silenciadas pelo sistema colonial e pelo sistema patriarcal. A título de exemplo, basta observar o modelo de Mulher que é referido em *Le Deuxième Sexe*, de Simone de Beauvoir (2007-2008), decifrar a metáfora paterna em *Na Casa de Meu Pai*,³⁹ de Kwame Anthony Appiah

³⁹ *Na Casa de Meu Pai* é o título de uma obra do teórico pós-colonial Kwame Appiah, filho de uma inglesa e de um ganês. Partindo epistemologicamente de uma metáfora paterna, Kwame Appiah faz uma releitura pós-colonial da invenção do pan-africanismo e do pan-negrismo como tentativa de se encontrar uma filosofia africana assente na variável racial.

(1997), ou desvendar o âmago da relação entre o Branco e o Negro em *Pele Negra Máscaras Brancas*, de Frantz Fanon. Excepção seja feita, sobretudo, à obra de Gayatri Spivak. É assim que, ao adoptar uma perspectiva feminista marxista desconstrutivista, Gayatri Spivak (2006) introduz a economia política numa intrincada equação feminista, que se estende às margens das histórias oficiais, ditando um resgate de narrativas silenciadas. Evidentemente que hoje se nota uma viragem feminista pós-colonial, com a análise de experiências de mulheres oriundas de espaços geopolíticos marginalizados.

2. MULHERES, COLONIALISMOS E PÓS-COLONIALISMOS

A alteridade das mulheres torna-se ainda mais complexa quando transplantada para o contexto colonial. Evidentemente, a própria dualidade do Mesmo [Colonizador] e do Outro [Colonizado] sucedia-se sob o signo da assimetria sexual.⁴⁰ Constata-se que a dominação revelava o carácter da masculinidade, em oposição à feminilidade que descrevia a subordinação. Por outras palavras, verifica-se que a autoridade colonial caracterizava-se pelo seu teor masculino, e a alteridade colonial corporizava-se numa essência feminina (cf. Oyewumi, 2003; Stoler, 2010). Daí que não seja surpreendente que o Colonizador usufruísse dos efectivos poderes coloniais e sexuais, oprimindo o Colonizado que se encontrava confinado à feminilidade imposta. Nessa correlação, as «mulheres colonizadoras» sobressaíam como a outra do Mesmo e as «mulheres

⁴⁰ Em *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*, Lúcia Amâncio (1998) evidencia os pressupostos de género na base dessas conceptualizações, e o modo como aqueles estabelecem distinções sociais entre Homem e Mulher. A autora conclui que: “a construção social de pessoa do sexo masculino e do sexo feminino estabelece uma diferença conceptual entre estes dois sexos que é claramente assimétrica”, com prejuízo para o sexo feminino. Sendo assim, o “senso comum atribui ao sexo feminino uma dimensão biológica na concepção desse ser que não tem correspondência na concepção do ser do sexo masculino” (1998: 179). Portanto, a Mulher é vista como um ser sexuado, enquanto o Homem é encarado como o universal. Por sua vez, constatando a assimetria entre Homem e Mulher, Virgínia Ferreira (2003) faz uma abordagem em torno da construção social das mulheres como uma categoria social. Nesta senda, em vez de falar de sexo biológico e sexo social (*sex/gender*), prefere falar de sexo biossocial, pois, no seu entender, não existe sexo social, por um lado, e sexo biológico, por outro, porque “o sexo não decorre imediatamente da nossa fisiologia, mas a sociedade de algum modo constrói aquele tendo esta como referente” (Ferreira, 2003: 70, 80 e 94). Assim, o que está em causa é a construção das diferenças numa dada sociedade, o que significa ainda que a mudança de ambiente histórico, cultural, social e político poderá, efectivamente, implicar uma mudança das configurações sexistas ou a sua refundação/reajustamento/readaptação.

colonizadas» como a outra do Outro. Em suma, em termos da dualidade sexual, o trânsito colonial traçava, paradoxalmente, um tempo em que tudo acontece e quando tudo desmorona: por um lado, a masculinização das «mulheres colonizadoras»; por outro, a castração dos «homens colonizados». Tal metáfora da castração é elucidada, com alguma ironia e uma forte consciência crítica pós-colonial, numa passagem da narrativa sobre “A Experiência Vivida do Negro”, em *Pele Negra Máscaras Brancas*, de Frantz Fanon:

[...] foi-nos dado defrontar o olhar branco. Um peso [...] oprimiu-nos. O verdadeiro mundo disputava-nos a nossa parte. No mundo branco, o homem de cor depara com dificuldades na elaboração do seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é uma actividade unicamente negadora. É um conhecimento na terceira pessoa. À volta do corpo reina uma atmosfera de incerteza certa. [...] Que era [isto,] para mim, senão um descolamento, um arrancamento, uma hemorragia que coagulava sangue negro sobre todo o meu corpo? [...] Desejava simplesmente ser um homem entre outros homens. [...] O mundo branco, o único sério, recusava-me toda a participação. De um homem, exigiam uma conduta de homem. De mim, uma conduta de homem preto – ou pelo menos uma conduta de preto. Eu chamava o mundo, e o mundo amputava-me do meu entusiasmo. Pediam que me confinasse, que me retraísse... pp122-126.

É deste modo que, lendo Frantz Fanon (1975), Homi K. Bhabha conclui que os olhos do Branco destroem o corpo do Negro, num acto de violência epistémica, que fomenta contudo alguma transgressão do quadro de referência e a perturbação da visão (Bhabha, 2002: 42). Assim, uma vez que a diferença colonial assentava nas concepções ideológicas ocidentais e nos estereótipos do masculino e do feminino, a lógica de dominação e subordinação transgrediam evidentemente quaisquer conceptualizações monolíticas ou essencialistas. É nesta circunstância que decorre a ambivalência, nos jogos entre identificação e alienação, subjectivização e objectivação, hierarquização e marginalização, narcisismo e agressividade, instigação e interdição, normalização e perturbação, fobia e fetiche (cf. Bhabha, 2002: 66-84). Conforme constata Homi K. Bhabha (2002: 52), somente repensando a ambivalência e o antagonismo do *desire of the Other* é possível, por essa via, transcender o uso da noção de Outro homogeneizado.

Uma preocupação que se coloca prende-se com a matriz colonial patriarcal que configura a experiência das «mulheres colonizadas». No plano da relação colonial e da sexualidade, adoptando um ponto de vista pós-colonial que confronte a violência

colonial, todavia mais em termos de uma crítica ao racismo do que de uma crítica ao sexismo, Frantz Fanon (1975: 60) dedica, deste modo, uma atenção ao sexismo racista.

Sendo o Branco o senhor, ou mais simplesmente o macho, pode dar-se ao luxo de dormir com muitas mulheres. Isto é verdade em todos os países e mais nas colónias. Mas quando uma Branca aceita um Negro, o facto toma automaticamente um aspecto romântico. Há dádiva e não violação. Nas colónias, com efeito, embora não haja casamento ou co-habitação entre Brancos e Negros, o número de mestiços é extraordinário. É que os Brancos dormem com as suas criadas negras [...]. O facto dos colonos argelinos dormirem com a sua criadilha de catorze anos não prova, de forma alguma, a ausência de conflitos raciais na Argélia.

Fanon diz que, da forma como decorreu, o encontro racial levou à irradiação de um complexo psico-existencial. Com base em *Je Suis Martiniquaise*, de Mayotte Capécia, e *Nini*, de Abdoulaye Sadj, Fanon fala a relação entre Negra e Branco, ciente de que a generalização não passaria de uma mistificação.⁴¹ Tais obras narram relações afectivas assombradas pelo complexo de inferioridade: “[é] porque a preta se sente inferior, que aspira a fazer-se admitir no mundo do branco.” Nesse caso, “Mayotte ama um branco de quem aceita tudo. É o senhor. Ela não pede nada, não exige nada, senão um pouco de brancura na sua vida.” Esta mulher “não podendo enegrecer o mundo, vai tentar embranquecê-lo, no seu corpo e no seu pensamento.” Para Fanon, “se há complexo de inferioridade, é no prosseguimento de um duplo processo: primeiramente económico; por interiorização, ou melhor, epidermização desta inferioridade, em seguida.” Isto explica assim que “a inferioridade tinha sido historicamente sentida como económica”, pelo que se exige “uma solução, no plano objectivo como no plano subjectivo.” Num outro caso, a partir da obra de Abdoulaye Sadj, igualmente no quadro do colonialismo francês, Fanon mostra que “[d]a mesma forma que Mayotte Capécia aceita tudo do Sr. André, Mactar faz-se escravo da mulata Nini”, que enjeita um «amor negro», desejando não só embranquecer-se, mas também evitar regredir. E assim a senegalesa Nini rejeita “ímpiedosamente o preto pretensioso” (Fanon, 1975: 27-28, 56-60, 66-72 e 94). É, no entanto, estranho que Fanon não tenha focalizado a relação entre Negro e Negra.

⁴¹ Similarmente, a relação entre Negro e Branca não escapa a uma análise do ponto de vista da psicopatologia. Perante outro romance, *Un Homme Pareil aux Autres*, de René Maran, Fanon frisa que, no caso, a personagem Jean Veneuse, “[d]e origem antilhana, vive em Bordéus há muito tempo; é portanto um Europeu. Mas é negro, é portanto um preto. É esse o drama.” E não deixa de constatar “o receio, a timidez, a humildade do Negro nas suas relações com a Branca, ou mesmo com qualquer mulher mais branca do que ele” (Fanon, 1975: 69-78).

No quadro do colonialismo português, é conhecida a figura lendária de Chica da Silva. Tratava-se de uma mulata que procurava inserir-se na sociedade branca de Minas Gerais. Conseguiu-o através da prática do concubinato com o contratador dos diamantes João Fernandes de Oliveira, não chegando a formalizar a relação amorosa por causa dos costumes e das leis da época setecentista. Parece que esta estratégia foi adoptada por algumas negras e mulatas, sendo corriqueiro que, no leito da morte, os homens brancos alforriassem as concubinas e a descendência escrava (Furtado, 2001: 77-78). Também a novela *Nga Mutúri*, i.e., mulher viúva, da autoria de Alfredo Troni (1991), deixa pistas sobre os relacionamentos raciais e sexuais. Então, no século XIX, a personagem principal (Sra. Andreza) é entregue como indemnização ao comerciante do mato. Posteriormente, passam a viver em Luanda. Esta relação permite a ascensão e aculturação da protagonista que, após a morte do companheiro, fica numa posição privilegiada, permitindo-lhe suportar as práticas de sociabilidade no ambiente da época. Isto sucedeu com a caboverdiana Fernanda do Vale⁴² (1994 [1912]), que foi uma das mais conhecidas senhoras de «salões de convívio» em Lisboa, nos finais do século XIX.

Nesta senda, não obstante as repetidas violências múltiplas, Elikia M'Bokolo (2003: 474-475) reconhece que, de modo particular, a mestiçagem com os europeus resultou também de um cálculo deliberado da parte africana, constatando assim que os sujeitos mestiços formavam então um grupo charneira entre o grupo africano e o

⁴² É surpreendente a história de vida de Andréa do Nascimento (aliás, Fernanda do Vale), natural do interior da ilha de Santiago, que inspirou uma biografia romanceada sobre a sua viagem da ilha para Dakar e depois para Lisboa, onde foi uma das mais conhecidas senhoras de «salões de convívio» dos finais do século XIX e do princípio do século XX. Originalmente publicada em 1912, nas Oficinas da Ilustração Portuguesa, em Lisboa, tendo como co-autores A. Totta e F. Machado, o livro intitulado *A Preta Fernanda* procurava simultaneamente apresentar um “retrato da Lisboa elegante, galante e boémia da época”, onde então “janotas e rufias, fidalgos e toureiros, actrizes célebres e raparigas de vida airada, elegantes do Chiado, encontram-se nos bailes, nos teatros, em ceias pantagruélicas e verdadeiras orgias nos mais conhecidos salões ou casas de passe da época. Tudo isso nos é descrito num tom colorido e vivo, ingénua ou mordaz, pela pena de quem conheceu bem essa vida por dentro e foi uma das suas mais conhecidas e exóticas protagonistas. Fernanda do Vale, já quase retirada, aos 58 anos, foi, ainda assim, em 1917, a única mulher que por ocasião da Conferência-Manifesto Futurista de Almada Negreiros não abandonou a sala quando foi anunciado o Manifesto Futurista da Luxúria.” Estas palavras foram registadas na contracapa desta biografia, comparável à história de Chica da Silva e à novela *Nga Mutúri*. Curiosamente, no caso de Fernanda do Vale, tudo indica que, se não foi a principal autora do texto, pelo menos se tratava das suas memórias, embora influenciadas por várias descrições etnográficas exóticas e, inclusivamente, certas descrições exóticas de rituais provavelmente de outras culturas africanas ou de populações nativas do continente americano. Certamente que isso indicará interferências da literatura colonial.

grupo europeu. Por seu turno, e baseando-se principalmente na expansão portuguesa, Isabel C. Henriques especifica que “a presença portuguesa, [nas sociedades e culturas africanas], não pode ser dissociada das mulheres, o que não permite ocultar, nem sequer reduzir, a importância das estratégias africanas, que cedem as suas mulheres para disporem de agentes intermediários.” Para a autora, sendo “[f]ilhas de brancos, as mulatas transformam-se em agentes conscientes dos valores europeus”, contribuindo para a criação de “um sistema relacional inédito, mas que se alargou amplamente, ocupando espaços cada vez mais vastos”. Para a autora, tratava-se da procura de “soluções culturais que, sem renunciar aos valores primordiais africanos, fossem capazes de assegurar a banalização dos valores europeus.” Isabel C. Henriques afirma que “Fanon não dispunha da cultura histórica necessária para pôr em evidência o longo enraizamento deste processo”, considerando que “a sexualidade violenta não exclui a sexualidade negociada ou caracterizada pela afectividade” (Henriques, 2004: 343-358).⁴³

Tendo em atenção os diversos estilos de colonialismos e as diversas sociedades colonizadas, as relações de poder entre as mulheres, na análise da situação colonial, têm vindo a problematizar as suas intensas e complexas experiências, desde as «mulheres colonizadoras» às «mulheres colonizadas» (Gautier, 2004; Henriques, 2004; Ribeiro, 2007; Heywood e Thornton, 2007; Coquery-Vidrovitch, 1997). Particularmente a história e a literatura, tal como a política e a sociedade, têm sido alvos preferenciais de análise dos estudos feministas pós-coloniais (Mohanty, 1994 e 2002; Spivak, 1999, 2006 e 2009; Oyewumi, 2003 e 2004), denunciando o eurocentrismo e o sexismo, e trazendo outras narrativas – ocultadas pela modernidade ocidental – para as discussões. Estes

⁴³ No caso português, Trajano-Filho demonstra que “o colonialismo português, como manifestação do poder dos fracos, foi forte”, sobretudo, por ter criado nas antigas «Províncias Ultramarinas» uma hegemonia orientadora da percepção e da experiência social a partir da auto-imagem metropolitana de debilidade, pessimismo e pequenez (2004: 21ss). Tal constatação parece ganhar proporções interessantes e surpreendentes, no caso cabo-verdiano, onde a elite intelectual, nos finais de oitocentos e inícios de novecentos, não se descuidava em exaltar, portanto, o seu forte sentimento de pertença à Pátria lusitana (cf. Fernandes, 2002; Anjos, 2002; Brito-Semedo, 2005 e 2006). As discussões sobre a questão identitária, sobressaindo a herança cultural portuguesa, e o estatuto a ser atribuído ao arquipélago [e mais recentemente, em 2007, em torno da «Parceria Especial União Europeia e Cabo Verde»], alimentando a “consciência da especificidade de Cabo Verde” (Vasconcelos, 2004: 172), parecem concorrer para a aferição da força do colonialismo português. Importa realçar que, ao debruçar-se sobre a política colonial portuguesa, além de recusar a ideia de «colonialismo de prestígio», sem interesses económicos, V. Alexandre (1979 e 2000a) descarta também o contrário, ou seja, a tese de «imperialismo económico».

estudos não se limitam a evidenciar o déficit de informações no que se refere às outras mulheres, mas também se insurgem contra a tendência em considerá-las como vítimas passivas, ignorando as suas estratégias de resistência e subversão em diferentes épocas e sociedades (cf. Urdang, 1979; Walker, 1991; Coquery-Vidrovitch, 1997).

2.1. A Política da Identidade e as Margens da Nação

Le regard que le colonisé jette sur la ville du colon est un regard de luxure, un regard d'envie. Rêves de possession. Tout les modes de possession: s'asseoir à la table du colon, coucher dans le lit du colon, avec sa femme si possible. Le colonisé est un envieux. Le colon ne l'ignore pas qui, surprenant son regard à la derive, constate amèrement mais toujours sur le quivive: «ils veulent prendre notre place.» C'est vrai, il n'y a pas un colonisé qui ne rêve au moins une fois par jour de s'installer à la place du colon [...]. Le monde colonial est un monde manichéiste [...]. Le monde du colon est un monde hostile, qui rejette, mais dans le même temps c'est un monde qui fait envie.

Les Damnés de la Terre, Frantz Fanon.

From Africa to India and vice versa. Every woman partakes in the chain of guardianship and of transmission.

Woman, Native, Other, Trinh T. Minh-ha.

Sensivelmente nas últimas três décadas, fortaleceram-se as discussões em torno de nação e nacionalismo (Hobsbawm e Ranger eds., 1983; Smith, 1988; Hobsbawm, 1990 e 2004; Gellner, 1991; Anderson, 1991; Gilroy, 1992). Um aspecto fundamental em *The Invention of Tradition*, editado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1983), prende-se com a invenção da tradição nos contextos europeus. Tal como uma enzima, a invenção da tradição europeia é apresentada como valioso subsídio para a dominação imperial, sendo conhecidas as suas consequências políticas e económicas nos tempos da colonização. Embora a preocupação com o processo histórico do colonialismo não surja directamente nos estudos de Anthony Smith, autor de uma ampla obra acerca das raízes do nacionalismo, este orienta visivelmente a análise para as origens étnicas, os mitos, os símbolos e as memórias da nação, tentando não descartar nem a variedade dos problemas étnicos ou nacionais, dos problemáticos conflitos étnicos históricos e contemporâneos, nem ainda as fragmentações nacionais na era da globalização, ou

época pós-colonial (por exemplo, Smith [1988 e 1999]). Efectivamente, a interligação entre nacionalismo e etnicidade tem sido a marca d'água em recentes debates. A título de exemplo, adoptando uma concepção multicultural, Anthias e Yuval-Davis (1996) oferecem uma perspectiva de análise crítica que capta a dimensão cultural e a dimensão política da questão étnica. Esta preocupação perpassa o pensamento de Stuart Hall (1996) que, perante os movimentos migratórios e diaspóricos da contemporaneidade, privilegia a emergência daquilo que designa por *new ethnicities*. Igualmente, o hibridismo e a fronteira marcam a conhecida obra de Gloria Anzaldúa, intitulada *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*, baseada numa identidade pessoal e colectiva que se conforma a trajectória desta autora feminista, entre as reais e imaginadas experiências fronteiriças do lado mexicano e do lado norte-americano.

É imperativo lembrar que, no clímax desses debates sobre a questão nacional, no livro *Imagined Communities*, Benedict Anderson (1991) apresenta uma definição de nação como uma comunidade política imaginada, tendo em consideração não apenas a delimitação de fronteiras nacionais, mas igualmente a fraternidade que interliga os seus membros em torno da comunidade. Nesta senda, em *The Black Atlantic*, Paul Gilroy (1999) lança a questão da ambiguidade, ou seja, a dupla consciência. Sem ignorar o trânsito transatlântico, Gilroy descreve a identidade negra – no espaço euro-americano – como um processo contínuo de viagem e intercâmbio, através do Atlântico. Esta preocupação com as interinfluências no espaço da diáspora encontra acolhimento no trabalho de Stuart Hall (1994).

No âmbito das discussões em torno da questão nacional e da invenção das tradições, atravessando o tempo colonial e o pós-colonial, um ângulo analítico crítico emerge nos recentes trabalhos de Chatterjee (1993), Bhabha (2000), Hall (1994 e 1996), Balibar e Wallerstein (1997) e V. Y. Mudimbe (1988 e 1994), que discutem a opressão dos grupos marginalizados, a hegemonia das narrativas dominantes, a etnicidade como rótulo da pretensa homogeneidade cultural, o carácter híbrido e ainda fragmentado da identidade nacional, a ambivalência identitária e, acima de tudo, a provincialização do eurocentrismo.

Em *The Nation and Its Fragments*, Partha Chatterjee inaugura esta vaga crítica de recuperação das narrativas subalternas. A influência do eurocentrismo nas narrativas nacionalistas dominantes é reforçada por Homi K. Bhabha. Num capítulo intitulado “DissemiNation: Time, Narrative and Margins of the Modern Nation”, inicialmente publicado em *Nation and Narration* (Bhabha, 2000), e reeditado em *The Location of Culture* (Bhabha, 2002), o autor profere a seguinte afirmação: “The discourse of nationalism is not my main concern. In some ways it is the historical certainty and settled nature of that term against which I am attempting to write of the Western nation as an obscure and ubiquitous form of living the *locality* of culture.”

Da mesma forma, a crítica ao eurocentrismo ecoa em *The Invention of Africa* e *The Idea of Africa*, de V. Y. Mudimbe, que a partir de uma perspectiva africanista inaugura assim uma acirrada crítica à tradição filosófica ocidental, conduzindo também a um empreendimento de resgate e reinvenção da tradição filosófica africana. Porém, é a influente obra de Dipesh Chakrabarty, intitulada *Provincializing Europe*, que desenvolve uma argumentação de desmistificação e provincialização da Europa dominante.

Igualmente, a questão do cosmopolitismo é aprofundada nos trabalhos de Kwame Anthony Appiah, entre os quais se conta *Cosmopolitanism: Ethics in a World of Strangers*. Também é interessante observar o tom extremamente provocativo da obra *Postcolonial Melancholia*, de Paul Gilroy, na qual o eminente autor delinea as ramificações genealógicas de uma patologia que actualmente abala o mundo pós-imperial, marcado pelo multiculturalismo presente nas antigas metrópoles. Gilroy desenvolve a proposta de cosmopolitismo e humanismo planetário promotores da convivialidade com as manifestações que têm sido relegadas para um estatuto de alteridade.

Neste panorama analítico, também emerge um novíssimo ângulo crítico, que introduz a perspectiva de género na questão nacional (cf. Nandy, 1983; Balakrishnan, 1996; Wilford e Miller, 1998a; Kaplan, Alarcón e Moallem, 1999; Yuval-Davis, 1997; Yuval-Davis e Werbner, 1999; Ray, 2000). Por exemplo, no livro *Gender and Nation*, Nira Yuval-Davis (1997) desenvolve a contundente crítica às teorizações hegemónicas

em torno de nação e nacionalismo, na medida em que elas ignoram a relevância das relações de género. Assim, Yuval-Davis defende que, como nação e nacionalismo têm sido geralmente remetidos para a esfera pública e política, a exclusão das mulheres dessa arena reflecte-se nas práticas discursivas que se inscrevem nesses domínios (1997: 12-13). Porém, a autora relembra que as mulheres são as reprodutoras biológicas, culturais e simbólicas da nação (1997: 2), destacando que, por vezes, as mulheres são concebidas como portadoras simbólicas da identidade e da honra das colectividades, ou seja, são intimamente apresentadas como símbolo da nação: “A figure of a woman, often a mother, symbolises in many cultures the spirit of the collectivity” (1997: 45).

Assim, Yuval-Davis e Anthias (1989: 7) decantam cinco dimensões principais de actividade e presença das mulheres nos projectos étnicos ou nacionais,⁴⁴ traduzindo assim a centralidade das mulheres nas colectividades étnicas ou nacionais como:

- como as suas reprodutoras biológicas;
- como reprodutoras das suas fronteiras;
- como participantes fundamentais na sua reprodução ideológica;
- como elementos significantes das diversas diferenças étnicas ou nacionais, constituindo um foco e um símbolo dos dispositivos ideológicos utilizados na construção, reprodução e transformações dessas mesmas categorias;
- como participantes nas lutas nacionais, económicas, políticas e militares.

Patricia Hill-Collins (2009: 245-268) considera que, de facto, as mulheres são importantes nas filosofias nacionalistas, quer no nacionalismo de grupos dominantes que detêm o poder estatal, quer no nacionalismo de grupos subordinados que desafiam as ideologias nacionalistas dominantes. Contudo, segundo a autora, ambos os grupos

⁴⁴ Por exemplo, *Fighting Two Colonialisms: Women in Guinea-Bissau* de Stephanie Urdang (1979), *Feminism and Nationalism in the Third World*, de Kumari Jayawardena (1986) e *Women and Resistance in South Africa* de Cherry Walker (1991) retratam empiricamente o papel das mulheres nos processos e projectos étnicos e nacionais, em alguns países africanos e asiáticos. Estas obras demonstram a existência de movimentos endógenos em diferentes contextos históricos, sociais, culturais e políticos, analisando a participação das mulheres nos movimentos políticos de resistência, como por exemplo nos nacionalismos emergentes nesses contextos e no empenhamento nas lutas quotidianas pela sua emancipação, libertação e melhoria das suas condições de vida.

projectam as mulheres como um grupo subalterno. Patricia Hill-Collins salienta que, na medida em que as mulheres são capazes de se tornar mães [da nação], elas são fundamentais nas filosofias nacionalistas, afirmando-se em termos da sexualidade e fertilidade, da maternidade e, igualmente, enquanto símbolos da nação (corroborando a teorização de Yuval-Davis [1997]). Não obstante admitir que, nos Estados Unidos, as mulheres são responsáveis pela reprodução populacional do Estado-Nação, aceitando o papel que se encontra inscrito numa [homogeneizada] cultura nacional, em *Black Feminist Thought*, Patricia Hill-Collins (2009: 246) alerta para o facto de que a matriz de dominação de todo este processo é determinada pela raça – influenciada também pela classe –, tendo diversas consequências sobre as mulheres com diferentes orientações sexuais. Como tal, a autora conclui assim que:

Women are differentially evaluated based on their perceived value to give birth to the right kind of children, pass on appropriate American family values, and become worthy symbols of the nation. Black women, White women, Latinas, Native American women, and Asian American women all occupy different positions within gender, class, race, and nation as intersecting systems of power.

Geralmente, quanto à forma como a matriz de dominação afecta específica e colectivamente as mulheres afro-americanas, Patricia Hill-Collins (2009: 248) adianta que:

[...] The term *matrix of domination* describes this overall social organization within which intersecting oppression originate, develop, and is contained. In the US, such domination has occurred through schools, housing, employment, government, and other social institutions that regulate the actual patterns of intersecting oppressions that Black women encounter. Just as intersecting oppressions take on historically specific forms that change in response to human actions – racial segregation persists, but not in the forms that it took in prior historical eras – so the shape of domination itself changes.

Vendo a existência de um vínculo entre nacionalismo e masculinidade, Cynthia Enloe (1990: 45) reforça que: “nationalism has typically sprung from masculinized memory, masculinized humiliation and masculinized hope.” Silvia Walby (1996) avança que os projectos nacionais são simultaneamente projectos sexuais. Por sua vez, também Anne McClintock (1993) ressalta que, não obstante a ideologia nacionalista assentar na ideia de unidade popular, o conceito de nação anima historicamente a

distinção de género,⁴⁵ constatando que, “No nation in the world gives women and men the same access to the rights and resources of the nation-state.”

Nesta sequência, Anne McClintock chama a atenção para uma relação existente entre a ideologia nacionalista e as relações de poder de género. Esta constitui, no entender da autora, uma das razões de facto que explica a intensa contestação do sistema de representação cultural que condiciona ou legitima o acesso das pessoas aos recursos do Estado-Nação. Diante disso, Anne McClintock (1993: 61-66) conclui que:

Not only are the needs of the nation here identified with the frustrations and aspirations of men, but the representation of male *national* power depends on the prior construction of *gender* difference [...]. All too often in male nationalisms, *gender* difference between women and men serves to symbolically define the limits of *national* difference and power between *men*. Excluded from direct action as national citizens, women are subsumed symbolically into the national body politic as its boundary and metaphoric limit [...]. Women are typically construed as the symbolic bearers of the nation, but are denied any direct relation to national agency [...]. Women are represented as the atavistic and authentic ‘body’ of national tradition (inert, backward-looking, and natural), embodying nationalism’s conservative principle of continuity. Men, by contrast, represent the progressive agent of national modernity (forward-thrusting, potent and historic), embodying nationalism’s progressive, or revolutionary principle of discontinuity.

Feito este breve percurso teórico sobre a questão colonial e nacional, segue-se depois uma abordagem analítica sobre o discurso nacional(ista) caboverdiano, num exercício dialógico entre sociedade, cultura e política, relendo os textos ensaísticos e literários, desde o período claridoso ao movimento contemporâneo da «crioulidade».

⁴⁵ No 50º aniversário da sua independência nacional, Senegal edificou o Monumento do Renascimento Africano (*Monument de la Renaissance Africaine*), em Dakar, que faz parte das rotas dos tráficos negreiros. O monumento contou com a aclamação de estadistas africanos e personalidades afro-americanas. Esta estátua, que representa o orgulho do continente africano e da sua diáspora, ilustra uma componente sexual e sexista do sistema histórico. Está em causa a centralidade de um homem vigoroso que, com a mão direita, segura uma mulher esbelta em desequilíbrio gravitacional e, com a mão esquerda, suporta um menino sobre o seu braço musculoso. As figuras estão parcialmente desnudas, sugerindo que tal orgulho não se desvincula da componente sexual e sexista.

PONTE ENTRE EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA: TECER A MULTI-LOCALIZAÇÃO EMPÍRICA E IDENTITÁRIA

Desde o período colonial à pós-independência, na esteira ou em oposição ao paradigma da modernidade ocidental, os estudos sociopolíticos sobre a experiência do arquipélago de Cabo Verde⁴⁶ têm privilegiado a abordagem crítica de certas categorias analíticas, para a compreensão da geopolítica do poder e conhecimento. Recentemente, contudo, têm sido tecidas algumas críticas, por exemplo, sobre os modos como foram construídas sociologicamente as diferenças culturais e sociopolíticas no arquipélago, sendo apontado os seus impactos em termos de classe, raça e região (cf. Anjos, 2002; Fernandes, 2002 e 2006; Furtado, 1997), mas ignorando por vezes a sua articulação com a dimensão de género. Daí, à luz das novas teorizações feministas e pós-coloniais, este trabalho procura examinar a histórica luta pela ocupação do campo político no arquipélago, contextualizando a lógica de inclusão selectiva de sujeitos historicamente excluídos da participação na estrutura do poder, tais como as mulheres. Ao contestar o discurso dominante caboverdiano, procura-se debater as relações sociais, económicas,

⁴⁶ Cabo Verde é um território arquipelágico, com uma área total de terras emersas de apenas 4033,37 km², que dispõe de um espaço marítimo exclusivo superior a 600 000 km². Situa-se ao largo da zona tropical do atlântico norte, a cerca de 450 km da costa ocidental africana, perto do promontório senegalês que lhe deu o nome. Este arquipélago da extremidade ocidental da faixa do Sahel é composto por dez ilhas de origem vulcânica (nove habitadas) e alguns ilhéus. As ilhas e os ilhéus agrupam-se em dois grupos: Barlavento, composto pelas ilhas de Santo Antão (779 km²), São Vicente (227 km²), Santa Luzia (35 km²), São Nicolau (343 km²), Sal (216 km²) e Boavista (620 km²) e os ilhéus Branco (3 km²) e Raso (7 km²); e Sotavento, composto pelas ilhas de Maio (269 km²), Santiago (991 km²), Fogo (476 km²) e Brava (64 km²) e os ilhéus Grande (2 km²), Luís Carneiro (0,22 km²) e Cima (1,15 km²) (cf. Amaral, 2001 e 2007). Santiago é a maior de todas as ilhas, albergando mais de metade da população residente no território nacional; e Santa Luzia é a menor, sendo a única desabitada. Em termos administrativos, o país encontra-se dividido em vinte e dois concelhos: Santiago é constituído por nove concelhos; Santo Antão e Fogo constituídos por três concelhos; São Nicolau constituído por dois; cada uma das restantes ilhas representa um único concelho. Em termos de delimitação dos círculos eleitorais, com a nova revisão do Código Eleitoral, cada ilha passou a representar um único círculo eleitoral, à excepção da ilha de Santiago que foi dividida em dois grandes círculos eleitorais: Santiago Norte (Tarrafal, São Salvador do Mundo, São Miguel, Santa Cruz, Santa Catarina e São Lourenço dos Órgãos); e Santiago Sul (Praia, São Domingos e Ribeira Grande de Santiago). A população na diáspora é agrupada em três círculos eleitorais (África, América e Europa e Resto do Mundo).

culturais e políticas entre grupos sociais diversos, pondo em análise as desigualdade que condicionam o acesso aos recursos e ao exercício do poder político pelas mulheres.

Deste modo, embora não sendo uma análise histórica, este trabalho não ignora o próprio contexto e a matriz da relação de poder político-institucional, destacando os seguintes elementos de contextualização sociopolítica do arquipélago:

- Achamento das ilhas de Cabo Verde por navegadores europeus a serviço de Portugal (1460-1462).
- Sociedade colonial-escravocrata (com a abolição da escravatura em 1878).
- Religiosidade cristã dominante (desde os primórdios da colonização).
- Processo histórico de «crioulização» e miscigenação euro-africana.
- Legado da oligarquia tradicional, da burocracia agrária/administrativa e da mediação por caboverdianos como emissários coloniais nas regiões africanas.
- Luta de libertação binacional (Guiné e Cabo Verde [1956-1975]), tendo a luta armada ocorrida somente na Guiné-Bissau.
- Independência nacional (1975).
- Regime de partido único (PAIGC/CV, 1975-1991) e centralismo estatal.
- Dependência do financiamento externo.
- Criação de uma organização de massa feminina (OMCV, 1981).
- Políticas desenvolvimentistas de promoção das mulheres (1975-1991).
- Transição política para a democracia (1988-1991).
- Sistema democrático centralizado e institucionalista (desde 1991).
- Primado do direito (o denominado «governo de juízes»).
- Princípio da igualdade formal entre homens e mulheres.
- Modernização da máquina burocrática e reformismo estatal.
- Dominação das elites, através da manipulação de códigos político-culturais ocidentais (cf. Anjos, 2002).
- Sistema político bipartidário (com alternância entre o MpD [1991-2001] e o PAICV [desde 2001]).

- Sociedade civil frágil e grupos de interesses dominados por grandes partidos políticos.
- Inclusão selectiva dos grupos sociais e regionais.
- Importação da dicotomia esquerda (PAICV) e direita (MpD).
- Criação de um organismo estatal de igualdade de género (ICF/ICIEG, 1994).
- Políticas de igualdade de género (*mainstreaming* de género, pós-1995).
- Pressão externa para a adopção das recomendações e normas internacionais de promoção da igualdade entre homens e mulheres.
- Legislação e políticas públicas de igualdade de género.
- Incremento da participação política das mulheres na estrutura do poder.
- Estabilidade política.

Para além disso, não se pode negligenciar alguns momentos particulares, como as diferentes fases dos processos de revisão constitucional, de reforma da lei eleitoral e de produção legislativas sobre a igualdade entre homens e mulheres.

1. ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

Strong objectivity requires what we can think of as ‘strong reflexivity’.

“What is ‘Strong Objectivity?’”, Sandra Harding.

Feminist objectivity means quite simply situated knowledges.

Situated Knowledges, Donna Haraway.

Em termos da metodologia adoptada, esta pesquisa recorre ao «método de caso alargado» (*extended case method* [cf. Burawoy, 1991 e 2009a; Santos, 1995; Burawoy *et al.*, 2000; Mendes, 2003a; Estaque, 2003]), envolvendo a intersubjectividade num quadro estrutural e histórico. Privilegia-se uma abordagem multi-localizada (Marcus, 1995), em algumas ilhas do arquipélago, assente num posicionamento crítico que interroga o lugar de enunciação de quem se dedica ao estudo (Bourdieu, 1989: 51-58 e 2001: 173-184).

Por isso, nesta pesquisa, ganha relevância o argumento de Sandra Harding sobre a objectividade forte (*strong objectivity* [Harding, 2004b: 136]) que, reivindicando uma forte reflexividade, facilita a compreensão dos impactos do processo em análise, da posição objectiva e da identidade em tensão na pesquisa. Tal localização ilustra a parcialidade das perspectivas epistemológicas e metodológicas (Haraway, 2004). Deste modo, quem assume um ponto de observação torna-se uma testemunha modesta (*modest-witness* [Haraway, 1997]) que se envolve e compromete com o processo em estudo. Isto revela que a objectividade “não é um acto de neutralidade da observação” (Caria, 2002: 10).

Partindo da abordagem epistemológica assente na convicção de que a ciência resulta sempre de conhecimentos situados (*situated knowledges* [Haraway, 2002 e 2004]), suportado numa perspectiva parcial ou num ponto de vista (*standpoint* [Hill-Collins, 2004; Harding, 2004b; Smith, 2004; Sandoval, 2004]), este trabalho não ignora aqui a dupla condição de observadora e de caboverdiana na diáspora, situando quem observa dentro e fora do arquipélago em estudo. Nesta esteira, a estratégia de descentramento do olhar aproxima-se da crítica feminista pós-colonial, principalmente de perspectivas feministas africanistas (cf. Mama, 1995; Oyewumi, 2002 e 2003; Imam, Mama e Sow, 2004; Oyewumi, 2005), cujo principal contributo refunda actualmente uma perspectiva crítica que, aspirando uma desconstrução e uma desestabilização das epistemologias e metodologias dominantes, se inscreve numa visão dupla de denúncia ao eurocentrismo e ao androcentrismo da ciência moderna ocidental.

Esta tese se esforça por caminhar no sentido da produção do conhecimento como emancipação (Santos, 1995: 25-27), numa certa trajectória epistemológica do colonialismo para a solidariedade (Santos, 1995; Mohanty, 2003). Este exercício crítico articula-se, por conseguinte, com os três procedimentos meta-sociológicos propostos por Boaventura de Sousa Santos (2006): a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. Primeiro, o trabalho de tradução⁴⁷ torna-se fundamental para a apreensão de contextos e situações complexos, valendo-se da

⁴⁷ O trabalho de tradução é um procedimento capaz de criar a inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis sem destruir a sua identidade; não atribui a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva, nem o estatuto de parte homogénea (cf. Santos, 2006: 89-114).

hermenêutica diatópica que, devido à incompletude de todas as culturas, possibilita uma inteligibilidade mútua entre diferentes culturas locais no arquipélago de Cabo Verde. Por conseguinte, a sociologia das ausências⁴⁸ sucede aqui como uma valiosa ferramenta de desencravamento das margens, levantamento dos silêncios e revitalização da ecologia dos reconhecimentos, desconstruindo a monocultura da naturalização das diferenças que sustenta a lógica da classificação social excludente no arquipélago caboverdiano. De acordo com Santos (2006: 96 e 102-103), este procedimento procura a articulação entre o princípio da igualdade e da diferença social, abrindo um espaço para a possibilidade de diferenças iguais, ou seja, a ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos. Em consonância, a sociologia das emergências⁴⁹ permite a ampliação das possibilidades analíticas, através do reconhecimento da multiplicidade dos espaços de participação e das tendências participativas privilegiadas pelo colectivo feminino em análise. Contudo, em particular, esta tese incide sobre a participação das mulheres nas instâncias formais, sem ignorar as suas potencialidades e limitações.

2. AS TÉCNICAS DE PESQUISA

A temática central deste trabalho prende-se com a participação política das mulheres, ao longo dos vinte anos do multipartidarismo caboverdiano (1991-2011). Deste modo, importa diferenciar três delimitações analíticas: trata-se de uma análise centrada nos espaços institucionais, incidindo sobre as mulheres no Parlamento, no Governo e nas Autarquias Locais; toma-se como referência empírica a realização de cinco eleições autárquicas e de cinco eleições legislativas regulares, conferindo-se uma atenção especial às lutas políticas, ao processo eleitoral e ao exercício do poder político;

⁴⁸ A sociologia das ausências é uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é produzido como não existente, como alternativa não-credível ao que existe; há produção de não-existência quando uma entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível (cf. Santos, 2006: 95).

⁴⁹ A sociologia das emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas; o conceito que preside à sociologia das emergências é o conceito de Ainda-Não (exprime o que existe como tendência, um movimento latente no processo de se manifestar). Objectivamente, o Ainda-Não é, por um lado, capacidade (potência) e, por outro, possibilidade (potencialidade) (cf. Santos, 2006: 108).

no processo de recolha, tratamento e análise dos dados, confere-se uma maior ênfase aos dois grandes partidos políticos caboverdianos – Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) e Movimento para a Democracia (MpD).

No que se refere às Autarquias Locais, destacam-se os concelhos de Paul, São Vicente, Praia e São Miguel, sendo que os dois primeiros apresentam mulheres na liderança, a nível do órgão máximo municipal (Câmara Municipal). Enquanto a ilha de São Vicente e a cidade da Praia constituem os dois maiores concelhos – em termos populacionais – e centros urbanos de Cabo Verde, Paul e São Miguel incluem-se no conjunto dos mais pequenos e periféricos, inseridos no meio rural.

Também uma atenção especial foi dedicada às seguintes instituições: Instituto Caboverdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG); Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC); Rede de Mulheres Parlamentares Caboverdianas (RMPCV); Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV); Associação de Apoio à Auto-Promoção da Mulher no Desenvolvimento (MORABI); Rede de Mulheres Economistas (REDEMEC); Associação de Mulheres Juristas (AMJ).

Socorre-se das técnicas de pesquisa documental, entrevistas semidirectivas e observação directa, esta última incidindo sobre o processo eleitoral e algumas sessões legislativas, como a da discussão da lei contra a violência de género. Os pressupostos teórico-metodológicos da análise crítica do discurso foram úteis para uma abordagem dos diferentes tipos de dados recolhidos, na medida em que admitem que existe uma relação dialéctica entre o discurso e a sociedade, considerando o discurso (nesse caso, de intelectuais, tecnocratas, activistas e sujeitos políticos) como um dos momentos das práticas sociais (cf. Mendes, 2003a; Resende e Ramalho, 2011).

2.1. Pesquisa Documental

No decorrer deste trabalho, procedeu-se regularmente à recolha de literatura especializada interdisciplinar e de dados documentais que se revelaram fundamentais

para avançar numa reinterpretação do caso caboverdiano. Sendo assim, num primeiro momento, foi ainda de fundamental relevância a documentação histórica, literária e etnográfica. Num segundo momento, igualmente se revelaram importantes os dados relativos à candidatura e eleição de mulheres em diferentes países, disponíveis nas bases de dados da *Inter-Parliamentary Union* (IPU) e do *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA). Num terceiro momento, prosseguiu-se à recolha de vários documentos nacionais – legislação, estatísticas, análise estatística, material de imprensa, ensaios e revistas especializadas, programas de governo, programas de partidos políticos, planos de desenvolvimento, planos para a igualdade, relatórios técnicos, actas parlamentares, anuários, impressos, fotografias, mapas, etc. O processo de recolha, tratamento e análise dos dados foi orientado por um conjunto de tópicos, mas, sempre que tal se justificou, novas informações e pistas foram sendo coligidas e sistematizadas.

2.2. Entrevistas Semidirectivas

A colectânea de entrevistas resulta da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado e ampliada para a tese de doutoramento.⁵⁰ Trata-se de um *corpus* constituído por 65 entrevistas recolhidas no decurso das diferentes fases da pesquisa empírica. As entrevistas incidiram sobre três grupos: mulheres na política (Autarcas, Deputadas, Ministras e Secretárias de Estado)⁵¹; lideranças partidárias; outras personalidades

⁵⁰ Reaproveitou-se as 35 entrevistas anteriormente realizadas, entre Maio e Julho de 2006, no âmbito da tese de mestrado. Passados três anos, procurou-se contactar algumas pessoas entrevistadas, sobretudo aquelas que mudaram de cargo político ou que assumiram novos desafios institucionais, no quadro da igualdade de género, com a finalidade de aprofundar as informações que só mais tarde despertaram como relevantes para esta pesquisa. Em Maio de 2008, aquando das eleições autárquicas, levou-se a cabo uma pesquisa de curta duração (um mês) que permitiu também a realização de mais 4 entrevistas. Durante a pesquisa empírica sistemática, entre Julho e Setembro de 2009, procedeu-se com mais 22 novas entrevistas. Por fim, ao longo da pesquisa empírica suplementar, entre Julho e Agosto de 2010, realizou-se mais 4 entrevistas.

⁵¹ Tendo em atenção que, desde 2001, o PAICV se encontra no poder e o MpD na oposição, foi classificado como Ministras e Sec. de Estado: as mulheres nomeadas pelo PAICV para estas funções, entre 2001 a 2011; as mulheres nomeadas pelo MpD para estas funções, entre 1991 a 2001 (período em que o MpD esteve no poder), das quais algumas se tornaram depois Deputadas. No caso das mulheres que desempenharam as duas funções no Governo, foi usada como referência a última função assumida. Como Deputadas, foram classificadas as mulheres que desempenharam essa função, entre 1991 e 2006, mas que ainda não foram membros de nenhum elenco governamental. Essas classificações foram utilizadas apenas para facilitar a selecção das entrevistadas.

(responsáveis políticos locais, técnicas do organismo estatal para a igualdade, activistas sociais, lideranças comunitárias e cientistas sociais) (Vol. II, CD). Quanto às mulheres políticas, o grupo alvo deste estudo, foram realizadas 41 entrevistas: Deputadas (9); Ministras (12); Sec. de Estado (2); Autarcas (18). Na escolha das mulheres Deputadas, Ministras e Sec. de Estado teve-se em consideração quatro critérios principais. O primeiro critério foi o apoio partidário, procurando ter uma representação equilibrada dos dois maiores partidos políticos, que já elegeram mulheres para o Parlamento e que já tiveram a oportunidade de formar Governo, em Cabo Verde, em particular depois da transição democrática. O segundo critério principal foi o período em que as entrevistadas desempenharam a referida função, tendo sido seleccionadas mulheres das diferentes legislaturas. O terceiro critério foi o protagonismo político, procurando entrevistar as que se destacaram no espaço político caboverdiano, durante os quinze anos em estudo. O quarto critério foi a naturalidade das entrevistadas. Como Cabo Verde é um país insular, tentou-se seleccionar, sempre que possível, mulheres das diferentes ilhas do arquipélago e provenientes da diáspora. Nesta tentativa, como tinha sido previsto, não foi possível incluir mulheres de todas as ilhas. Das nove ilhas habitadas, apenas duas não foram contempladas (Boavista e Brava). No que concerne à escolha das mulheres Autarcas, para além dos concelhos onde desempenharam essa função política durante o período em análise, foi fundamental o segundo e o terceiro critérios acima referidos. Em relação às outras categorias, deveu-se ao facto de terem desempenho (e destacado nas) as referidas funções: lideranças partidárias (5); outras personalidades (19). Todas as entrevistas foram gravadas com um microgravador, com a autorização das pessoas entrevistadas. A cuidada transcrição demonstra a relevância atribuída às entrevistas, focando os discursos de um conjunto diversificado de protagonistas da vida política caboverdiana, a nível local e nacional.⁵²

Uma das preocupações iniciais consistiu em perceber os lugares das mulheres no campo político e depois a paridade de género no Governo, escutando as diversas

⁵² Foram realizadas todas as entrevistas previstas, com excepção de uma que não foi possível, devido à dificuldade de estabelecer contactos com a pessoa. Além disso, de entre todas as pessoas contactadas, apenas obteve-se uma recusa, por motivos de indisponibilidade de tempo. As entrevistas decorreram na normalidade e a recepção por parte das pessoas foi boa, quanto mais não seja por causa da actualidade da temática em estudo.

vozes da democracia caboverdiana, principalmente algumas daquelas que se destacaram nestes anos de consolidação democrática no arquipélago. É verdade que muitas outras vozes poderiam ter sido escutadas, não fossem os limites de tempo e de financiamento, mas ainda a delimitação teórica e metodológica que privilegiou a análise da ocupação dos órgãos de poder político pelas mulheres, neste espaço insular da costa ocidental africana. Efectivamente, a visibilidade de certos grupos de mulheres poderá provocar algum silenciamento de outras mulheres. Embora isto não inviabilize a importância dos estudos centrados nas elites nas sociedades políticas africanas, é evidente o carácter urgente de se avançar com novas linhas de investigação que, em particular, abarquem as formas de participação das mulheres na vida social, económica, política, cultural, familiar e pessoal em Cabo Verde, ampliando o campo político e permitindo a visibilidade de outras narrativas e de outras lutas pela democratização da democracia, pelo reconhecimento e pela redistribuição social.

2.3. Observação Directa

Nesta tese, a observação directa privilegiou: o processo eleitoral, comparando as eleições autárquicas de 2008 e as eleições legislativas de 2011; e o funcionamento institucional, observando sobretudo a preparação e realização das últimas sessões do ano parlamentar de 2008-2009 e de 2009-2010, incluindo o dia dedicado à avaliação do «Estado da Nação», com a participação de governantes e de parlamentares. Foi numa dessas sessões legislativas que ocorreu a discussão e aprovação da lei contra a violência de género. É a partir dessas informações que, com base noutras técnicas de pesquisa, prossegue-se na redacção dos três últimos capítulos, concentrando-se no processo eleitoral, no debate parlamentar, na produção legislativa e nas políticas públicas.

Processo Eleitoral Caboverdiano

Em Maio de 2008, aquando das eleições autárquicas, procedeu-se à pesquisa de terreno, observando as campanhas eleitorais, em três ilhas: Santo Antão, São Vicente e Santiago. Foram incluídos quase todos os concelhos com candidaturas de mulheres

como cabeças de lista para a Assembleia Municipal ou a Câmara Municipal, à excepção do concelho (ou da ilha) do Maio que, na altura, encontrava-se quase isolado, devido a problemas de transportes aéreo e marítimo, e do concelho de São Filipe, na ilha do Fogo onde a mulher candidata pertencia a um grupo independente, e não a uma lista dos partidos políticos analisados neste estudo.

Em Fevereiro de 2011, durante as eleições legislativas, procedeu-se novamente à pesquisa de terreno, em Santiago, a maior ilha do arquipélago, abrangendo nove concelhos, sendo estes agrupados em dois grandes círculos eleitorais. Os círculos eleitorais da região tinham grandes probabilidades de serem exemplos extremos da participação política das mulheres. Registava-se uma tendência pessimista para o círculo eleitoral de Santiago Norte, que é fortemente ruralizado; e uma tendência optimista para o círculo eleitoral de Santiago Sul, que é grandemente urbanizado. Foram estes factores que guiaram efectivamente a própria observação directa das eleições legislativas de 2011. Contudo, na composição das listas eleitorais e nos resultados das eleições, verificou-se algumas diferenças, que se deveram ao trabalho de última hora realizado pelas organizações de mulheres próximas do campo político.

Funcionamento Institucional

Desde logo, várias questões começaram a manifestar-se. Primeiramente, a escolha de uma instituição privilegiada e a negociação do acesso para a pesquisa. A escolha da instituição não foi difícil, recaindo sobre a instituição parlamentar, devido à centralidade da Assembleia Nacional no sistema de governo caboverdiano e à facilidade de acesso, na medida em que as actividades parlamentares em análise eram abertas ao público. Contudo, para compreender alguns detalhes das informações que se revelavam interessantes, foi necessário negociar sucessivamente o acesso a diferentes pessoas e divisões da instituição parlamentar, tendo sido comunicado sempre os objectivos da pesquisa.

Foram fundamentais as diversas e sucessivas reuniões com responsáveis pelo funcionamento administrativo da instituição, as visitas aos bastidores da Assembleia

Nacional, os encontros face a face quase diariamente com parlamentares e pessoas do quadro administrativo e as conversas informais que se estenderam ao longo dos meses da pesquisa empírica. A utilização das técnicas de entrevista e pesquisa documental – inclusive o acesso às actas de sessões parlamentares – ajudou a apreender pormenores de particular interesse.

A observação das sessões parlamentares foi complementada com uma pesquisa focalizada num conjunto de políticas públicas e de iniciativas legislativas. Relativamente à participação das mulheres nos processos de decisão política e pública, para além da recolha de informação sobre a revisão da lei eleitoral de 1999 e 2007 e da revisão constitucional de 1999 e 2010, dedicou-se uma atenção ao processo de elaboração de uma medida legislativa contra a violência de género e de planificação da elaboração de uma lei da paridade.

2.4. Análise Crítica do Discurso

Considerando a intertextualidade dos materiais recolhidos, através de diferentes técnicas, foram todos submetidos à análise crítica do discurso, a qual foi desenvolvida com base num conjunto de temas em discussão nos próximos capítulos. Em particular quanto aos textos das entrevistas e dos diários de campo foram sistematizados e codificados, a partir de uma lista temática, destacando os seguintes temas e sub-temas analíticos: diferentes fases da emancipação das mulheres; inclusão política das mulheres (representação política em cada órgão de poder político, posições ocupadas, modo de acesso ao poder político e factores explicativos da sub-representação política feminina); exercício do poder político pelas mulheres; medidas de incentivo para uma maior participação das mulheres nos órgãos de poder político (fragilidades e potencialidades); legislação específica (alguns preceitos em debate no quadro da revisão constitucional e da reforma eleitoral, projecto de lei contra a violência de género, elaboração do projecto de lei da paridade e acto normativo de exclusão das alunas grávidas da escola pública); políticas públicas (violência de género e participação política).

É importante ressaltar que, devido à realização de um número significativo de entrevistas (compiladas no Vol. II), constatou-se uma certa saturação de respostas. Para enriquecer a análise, uma pequena parte das mesmas foi incluída no corpo desta tese, recorrendo por vezes a citação de longos excertos, a fim de melhor se entender a contextualização das respostas e a respectiva argumentação das pessoas entrevistadas.

3. AUTO-REFLEXIVIDADE

Esta pesquisa evoca-me sempre a minha dupla condição de observadora e de caboverdiana, jogando em casa, numa tentativa embaraçosa de driblar por entre a aproximação e o distanciamento. Pareceu-me útil terminar com esta exposição dos meandros da minha pertença identitária, situando-a no universo caboverdiano em observação, por dentro e para lá das fronteiras da identidade (cf. Lechner, 2002 e 2009). Isto significa dar conta da minha posição objectiva e simbólica no arquipélago de origem em estudo, mas igualmente do papel da subjectividade no processo de construção e de produção desta tese. Por esta razão, ao confrontar a presença do eu como membro da comunidade caboverdiana, nas suas múltiplas escalas de reconfiguração (local, regional, insular, continental, global e virtual), não poderia deixar de me expor nesta nota auto-reflexiva. Na verdade, a minha intrusão biográfica espelha-se neste trabalho, a partir de algumas preocupações analíticas – nação, região, geração, classe e género – que se despontaram ao longo desta pesquisa. No decorrer do tempo da mesma, quanto mais se alteravam as configurações iniciais do estudo, mais depreendia a relevância de pôr ao espelho o lugar de enunciação, os graus diferenciados do comprometimento e a intensidade do meu engajamento social.

No fundo, a minha condição de caboverdiana em pesquisa na minha sociedade de origem requeria a adopção cuidadosa de diferentes estratégias metodológicas, passando não apenas pela combinação de diversas técnicas de pesquisa, como ainda de diversas escalas e dimensões de análise. Realce-se a importância da aplicação das técnicas de pesquisa documental, entrevista e observação, numa pesquisa multi-localizada no arquipélago.

Importa repetir que o meu distanciamento político-partidário foi crucial para a interacção, ao longo da pesquisa, no pequeno espaço insular. Este facto produziu um clima de confiança diferente

daquele que existiria, caso houvesse alguma conotação partidária quanto à minha própria pessoa. Em ambos os partidos políticos (PAICV e MpD), acompanhei algumas das actividades internas, apercebendo-me de que, como se tratasse de um acordo tácito, havia uma espécie de cooperação no sentido de facultar detalhes para o meu trabalho, estando em troca uma pressentida confidencialidade.

Uma outra questão que merece de ser tida aqui em conta prende-se com as dimensões da minha referenciação identitária – que se desdobram entre a minha faixa etária, sexo e região de origem – na interacção de terreno. Em certo sentido, a minha caracterização pode resumir-se à tripla categorização de mulher, badia e jovem, condições suficientes para levantar algumas polémicas, sobretudo a consciencialização da minha múltipla pertença identitária e da sua articulação intensa e crítica com a identidade nacional posta em debate nesta pesquisa. Poderia sublinhar ainda que a minha biografia tem sido marcada por contextos diversos e intrincados – por entre a cidade e o campo, o barlavento e o sotavento, o arquipélago e a diáspora – que facultam subsídios para a compreensão da complexidade identitária.

As três dimensões acima indicadas produziram – isolada e globalmente – os seus efeitos na pesquisa. Em primeiro lugar, apercebi-me logo de que a minha idade diferia bastante da do grupo-alvo desta pesquisa e de que pouquíssimas das pessoas entrevistadas se incluíam na minha faixa etária, facto que iria exercer uma influência considerável na interacção com as mesmas. Foram nas actividades rotineiras do processo de pesquisa que fui encontrando mais pessoas da minha idade, inclusivamente colegas do ensino secundário e da vida universitária que prestam assessoria técnica ou ocupam postos de decisão na administração pública e privada. Deste modo, esta rede de relacionamento, que se revelou como uma valiosa aliada, facilitou a realização da pesquisa empírica, particularmente quanto à marcação de entrevistas, mas igualmente quanto à obtenção de dados documentais.

Em segundo lugar, é também relevante o facto de ser uma mulher que efectua a sua pesquisa no campo político, uma arena de predomínio masculino. Este facto, porém, foi mais perceptível na observação directa das campanhas eleitorais. Decerto, o resultado da pesquisa empírica seria diferente se tivesse sido realizada por um colega do sexo masculino. Derivaria não somente das diferenças subjectivas como também das condições objectivas da pesquisa no campo político caboverdiano, que permite maior autonomia e margem de manobra a indivíduos do sexo masculino. Esse aspecto é

relevante porque, por exemplo, as campanhas eleitorais caboverdianas exigem contactos permanentes no terreno, em diferentes localidades e frequentemente em horários pouco habituais. Uma vez que nas áreas periféricas e mais ruralizadas o sexismo é mais acentuado, há uma propensão para maior aceitação e colaboração com os homens do que com as mulheres, mesmo que sejam candidatas, militantes locais ou pesquisadoras.

Em terceiro lugar, o facto de ser badia, ou seja, originária da ilha de Santiago, foi relevante nos contextos de interacção da pesquisa. Por isso, tive de considerar a origem geográfica, recorrendo a outras estratégias como a uma rede de sociabilidade alargada, a fim de facilitar um melhor relacionamento com pessoas de diferentes ilhas e classes sociais. Houve uma tendência para uma maior solidariedade regional, apesar de não me ter deparado com situações problemáticas na abordagem às pessoas de outras ilhas do arquipélago. Em suma, as relações sociais em contexto foram sendo influenciadas por múltiplas dimensões da minha pertença identitária individual e colectiva, mas também por uma rede social que trespassa as fronteiras de género, classe ou região.

PARTE ii
**ILHAS SOCIOLÓGICAS
OU LINHAS ABISSAIS?**

CABO VERDE: AS REPRESENTAÇÕES DE GÉNERO E RAÇA DO ARQUIPÉLAGO DE CRIOLIDADE

O arquipélago de Cabo Verde tem suscitado um intenso debate, tanto quanto ao pensamento colonial português, como quanto ao imaginário mestiço caboverdiano. A partir da década de 1930, os ideólogos coloniais e a elite insular foram disseminando uma série de premissas que vieram robustecer uma ideia de anterioridade da Nação «crioula» em relação ao Estado soberano no arquipélago. Evidentemente, no decurso da história, para a sustentação da fantasia «crioula», foram fundamentais tanto as estratégias de identificação como a função do aparelho burocrático-administrativo. Isso tem engrossado o debate contemporâneo sobre as diferentes perspectivas identitárias.

Torna-se, assim, importante empreender uma análise crítica a partir dos estudos pós-coloniais e estudos feministas. É por isso inevitável examinar a matriz da relação colonial patriarcal que conforma as representações do arquipélago. Trata-se, por um lado, de examinar os dispositivos discursivos acerca do produto cultural do encontro colonial e, por outro, de proceder a uma dissecação das tentativas de silenciamento do processo histórico de «crioulização». Por outras palavras, o exercício consiste em trazer ao debate o impacto e as implicações desse processo histórico na própria situação das mulheres. O que é útil destacar sobre os momentos fundacionais – primeiro da origem comum e depois da narração da Nação «crioula» – é que: 1) os dispositivos discursivos, em termos de enunciação, fundaram-se numa matriz colonial patriarcal ou numa lógica de ruptura com a mesma; 2) os relacionamentos raciais e sexuais foram também políticos, estribados num sistémico e histórico poder desigual dos pares. Este capítulo questiona, pois, as impressões culturalistas fornecidas nos períodos claridoso, anti-colonial e pós-colonial. Trata-se, portanto, de indagar algumas abordagens sobre a conformação e reconfiguração político-identitária em Cabo Verde.

1. O COLONIALISMO PORTUGUÊS EM CABO VERDE

1.1. Senhor-Pai-Europa e Escrava-Mãe-África: A Invenção de Cabo Verde

Os estudos pós-coloniais e os estudos feministas inauguraram um novo campo analítico que permite repensar o sistema histórico do colonialismo e pós-colonialismo, no caso caboverdiano, através de uma abordagem que esteja atenta às relações de poder, dentro e além das fronteiras de género, classe e região. Isto não só implica uma compreensão do sistema histórico que permitiu primeiramente a gestação da sociedade insular, como requer uma desconstrução das narrativas dominantes que possibilitaram posteriormente a invenção de Cabo Verde como um arquipélago de «crioulidade», cuja narração se iniciou no tempo colonial português, ancorado no imaginário luso-tropical.

Admitindo, desde logo, que as ilhas de Cabo Verde estavam desertas quando do seu achamento, o denominado «encontro» entre povos e culturas europeias e africanas (cf. Ferreira, 1985; Caldeira, 1993; Amaral, 2001; Albuquerque, 2001; Anjos, 2002; Fernandes, 2006), iniciado no século XV no solo caboverdiano, marcou um propalado processo histórico de «crioulização», relatado como um caso singular no quadro das antigas colónias portuguesas em África. Efectivamente, essa experiência sociohistórica (cf. Boxer, 1977, 1981 e 1988; Andrade, 1996; Ferro, 1996; M'Bokolo, 2003 e 2007; Birmingham, 2004) foi narrada a partir do ponto de vista colonial, i.e., da imaginação colonial portuguesa (Meneses e Ribeiro, 2008: 9). Em termos restritos, o presumível impulso aventureiro de homens brancos europeus sobrepôs-se à suposta passividade de mulheres escravas negras africanas. Tal narração reforçou a memória da expansão europeia e da história colonial, silenciando múltiplas violências imperiais (cf. Las Casas, 1990; Gil e Macedo, 1998; Fanon, 2002; Santos, 2006).

Em termos funcionais, no particular contexto caboverdiano, com a penetração colonial começou a delinear-se o desequilíbrio nas relações de poder de género, classe e raça, comprovado através das condições socioeconómicas (Correia e Silva, 1996: 41; Santos e Cabral, 2001), pelo controlo administrativo e pelas lutas políticas decorridas no tempo colonial (Cohen, 2001 e 2007; Cabral, 2002; Domingues, 2001). Registava-se,

inevitavelmente, uma interpenetração do sistema colonial e do sistema patriarcal. A virilidade imperial ou a hiper-masculinidade do Colonizador alcançou uma proporção alarmante, por fixar a Colónia e o Colonizado como meros objectos efeminizados e racializados, estabelecendo a diferença colonial. A autoridade colonial impunha, por inflexão, a dupla lógica de inferiorização. Assim, tal como o racismo colonial, também o sexismo colonial se concebia como mecanismo de dominação. Por conseguinte, esta dupla forma de discriminação acentuaria a marca colonial nas ilhas de Cabo Verde, embora estas fossem marcadas por um tipo de colonização e povoamento fragmentado e fragilizado que se ficou a dever à distância a que este arquipélago se situava do reino (em comparação com os arquipélagos europeus dos Açores e da Madeira que igualmente se encontravam sob o domínio metropolitano), às condições climáticas e à exiguidade dos recursos naturais (Baleno, 2001; Correia e Silva, 2002). Não obstante, a situação geográfica do arquipélago promoveu a ocupação e utilização do território como placa giratória nas antigas rotas transatlânticas do tráfico negreiro (Correia e Silva, 1996, 2001a e 2001b; Carreira, 2000; Torrão, 2001a e 2001b; Lopes Filho, 2006).

1.2. Ainda a Retórica da Excepcionalidade Caboverdiana?

Indubitavelmente, tem sido revelado que o arquipélago caboverdiano vivenciou uma experiência histórica peculiar que teria influenciado decisivamente o processo de construção da identidade individual e colectiva, bem como a estruturação do campo de interacção entre o povo das ilhas, a potência colonial e os restantes povos africanos colonizados (Fernandes, 2002: 11). Gabriel Fernandes (2002) ressalta o facto do espaço sociopolítico caboverdiano ter sido alvo, desde os primórdios da colonização, e mais intensamente a partir do século XIX, de sucessivas discussões em torno da identidade do povo das ilhas de Cabo Verde e do estatuto a ser atribuído ao arquipélago, questão frisada e documentada por Brito-Semedo (2006). Numa perspectiva crítica em relação à questão da mestiçagem, defendida pela elite intelectual claridosa, entre os anos de 1936-1960, Anjos (2002) considera Cabo Verde como um caso típico de invenção da identidade nacional mestiça. É, portanto, um contexto para constatar que a expansão

colonial extravasou os limites do económico e do político,⁵³ tendo marcado as relações de poder entre homens e mulheres, mas também entre as mesmas. Explica-se, assim, que as representações do arquipélago se ancorem em raízes cultivadas historicamente, mesmo quando readoptam novas e diversas configurações.⁵⁴

1.3. Mestiçagem, Identidade Nacional e Subalternização das Mulheres

As ideias de Gilberto Freyre que viriam fundar o luso-tropicalismo marcaram, desde a década de 1930, uma mudança expressiva em relação à forma degenerativa como se encarava a mestiçagem. Entre as décadas de 1950 e 1960, o sistema colonial, reforçado pela ditadura salazarista, tinha aproveitado as interpretações de Freyre sobre a identidade brasileira e a ideia da expansão portuguesa como “um empreendimento humanista hibridizante” para justificar, portanto, a contínua ocupação das «Províncias Ultramarinas» e proclamar uma nação plurirracial, pluricultural e pluricontinental (cf. Torgal, 2002: 149; Almeida, 2002: 32 e 2004a: 3-5; Ribeiro, 2004: 152).⁵⁵ Isto sucedeu precisamente quando começavam a emergir e a sedimentar-se várias movimentações independentistas e se faziam sentir determinadas pressões internacionais contra o colonialismo e algumas simpatias em favor da «autodeterminação dos povos».

Encontrando-se numa situação constringedora perante o cenário internacional, o regime salazarista concebeu estratégias para camuflar a situação nas antigas colónias.

⁵³ Ver, p. ex., as abordagens de Quijano (2002 e 2009), Almeida (2002), Mignolo (2003a, 2003b e 2006), Meneses (2003, 2005 e 2007), Santos, Meneses e Nunes (2004), Santos (2006 e 2009) e Maldonado-Torres (2009).

⁵⁴ Para um enquadramento do arquipélago de Cabo Verde, este capítulo conta com os seguintes suportes: *As Ilhas de Cabo Verde: Da «Descoberta» à Independência Nacional* (Andrade, 1996); *História Geral de Cabo Verde* (HGCV, 2001a, 2001b e 2002); *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné* (Senna Barcellos, 2003); *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata* (Carreira, 2000); *África Negra: História e Civilizações* (M'Bokolo, 2003 e 2007); *O Livro Negro do Colonialismo* (Ferro, 2004). Sobre as representações das antigas colónias portuguesas, em África, e a sucessão das leis, dos conceitos e das práticas coloniais, sobretudo, durante os séculos XIX e XX, são fundamentais as interpretações de Meintel (1984), Alexandre (1979, 2000a e 2000b), Almeida (2000), Anjos (2002), Fernandes (2002 e 2006), Silvestre (2002), Hernandez (2002), Ribeiro (2004), Trajano Filho (2004), Henriques (2004), Varela (2005), Santos (2006), Matos (2006), Brito-Semedo (2006), Costa (2007), Torgal, Pimenta e Sousa (2008), Torgal (2009) e Neto (2009). Ver ainda Freyre (1951, 1954, 1957, 1961 e 1962).

⁵⁵ Entretanto, permanecia o sentimento de superioridade da cultura portuguesa, sendo necessária a assimilação da «civilização» por parte das «culturas inferiores» (Torgal, 2002: 149 e 161; Neto, 2003: 300).

A reforma dos fundamentos político-institucionais e ideológicos constituiu a via encontrada para a manutenção do império (Alexandre, 2000b: 25). Dessa forma, em 1951, depois da revogação do «Acto Colonial»⁵⁶ e da sua integração na Constituição Política da República Portuguesa, “modificando a exterioridade imperial portuguesa, mas não a essência” (Ribeiro, 2004: 152), Freyre iniciou a sua propalada viagem de estudo a Portugal e ao «Ultramar Português».⁵⁷ Esta foi patrocinada pelo governo salazarista, visando simultaneamente a explicitação teórico-formal do luso-tropicalismo e a sua apropriação político-ideológica por parte desse regime (Castelo, 1999: 95).⁵⁸

Realce-se que o discurso colonial e a doutrina luso-tropical tiveram uma grande repercussão sobre o discurso claridoso. Aliás, a elite intelectual da época aguardava com elevada expectativa a chegada do sociólogo brasileiro às ilhas de Cabo Verde. Sabe-se que as interpretações iniciais de Freyre já tinham um impacto em Cabo Verde onde, a partir da década de 1930, não se coibia de exaltar a mestiçagem como característica do arquipélago. Estribando-se no luso-tropicalismo como modelo teórico e pragmático, a elite claridosa percepcionava o arquipélago como um exemplo singular e paradigmático de regionalismo cultural europeu e, sendo assim, uma parte essencial do imaginado mundo luso-tropical (Vasconcelos, 2004: 174; Barros, 2008: 193-194). É evidente que, embora à primeira vista pareça que entre o discurso colonial e o discurso

⁵⁶ Em 1822, pela primeira vez, tinha sido atribuída a cidadania portuguesa ao arquipélago de Cabo Verde. É relevante recordar que, formalmente, o «Estatuto do Indígena» parecia não incluir a população caboverdiana que, com a implantação da República, tinha readquirido a cidadania portuguesa: até 1914, era extensível à Índia e Macau; em 1951, abrangeu Timor e São Tomé e Príncipe; em 1961, Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. Cabo Verde almejava o estatuto de arquipélago adjacente, semelhante ao estatuto dos arquipélagos europeus dos Açores e da Madeira. Tal diferença de tratamento político incrementava o sentimento de excepcionalidade de Cabo Verde, quer na metrópole (Neto, 2008) quer no seio da elite letrada colonizada (Barros, 2008).

⁵⁷ Esta foi uma estratégia cosmética de Salazar nos inícios dos anos cinquenta para escapar qualquer intrusão da comunidade internacional. Antes a designação oficial era de «Colónias» do «Império Colonial Português» (ver «Acto Colonial» de 1930). É importante lembrar que, no quadro da *Carta das Nações Unidas*, mais precisamente o artigo 73, qualquer potência colonial tinha que passar informações sobre as colónias para as Nações Unidas. O argumento de Portugal era que, sendo a «África Portuguesa» vista como conjunto de «Províncias Ultramarinas», *ipso facto* parte de Portugal, não havia obrigação de transmitir informações sobre as colónias. Assim, a doutrina luso-tropical foi usada como uma arma diplomática, permitindo esquivar qualquer intrusão nos assuntos ditos internos, na medida em que as colónias passavam a ser tidas por províncias de um Estado soberano, Portugal.

⁵⁸ Freyre avançava com a ideia de uma contribuição portuguesa ímpar à civilização mundial, assente na vocação colonial benigna, pacífica e plena de intimidades entre Colonizador e Colonizado (Bastos, 1998: 420; 2003: 251).

claridoso não havia cumplicidade ideológica, uma análise mais aprofundada permite compreender a intensidade da inter-relação entre os dois discursos (cf. Almada, 2007; Barros, 2008).⁵⁹

Efectivamente, foi apenas na década de 1950, influenciada pelo contacto com a Casa dos Estudantes do Império e o Centro de Estudos Africanos – ironicamente uma espécie de berço do nacionalismo africano nos espaços de colonização portuguesa –, e ainda pelo processo de «reafricanização dos espíritos», que aconteceu suceder um certo movimento de exaltação da cultura africana, o qual rejeitava definitivamente as políticas coloniais de assimilação cultural e tratava o arquipélago como um caso de regionalismo africano. José C. G. Anjos (2003: 581) afirma que “todo o processo de construção da identidade nacional caboverdiana tem o continente africano como referência, seja para uma afirmação de distanciamento, ou para uma afirmação de proximidade.”

Conforme demonstra Fernandes (2002: 12), a elite letrada, desde as gerações passadas, procurava por um lado assumir-se como idónea mediadora das relações entre naturais da terra e poder colonial – com o objectivo de constituir e legitimar-se como única interlocutora da metrópole –, e por outro consolidar-se como porta-voz da população. A ambiguidade entre o cânone oficial e a cultura popular incorporava a diferença colonial objectivada e interiorizada pelo grupo colonizado que, ao mesmo tempo, silenciava e/ou resgatava determinados sujeitos históricos e manifestações culturais. Isto explica que tenha sido, por vezes, silenciado e, outras vezes, denunciado a violência contra o grupo Colonizado e, de modo particular, contra as «colonizadas».

No artigo intitulado “Do Funco ao Sobrado ou o Mundo que o Mulato Criou” (e não o português), Gabriel Mariano assegurava que, em Cabo Verde, “o processo aculturativo desabrochou no florescimento de expressões novas de cultura.” Mariano

⁵⁹ Sobre as objecções de Freyre quanto ao carácter luso-tropical do arquipélago de Cabo Verde, e as sucessivas refutações contra as impressões da curta viagem do sociólogo brasileiro, ver Neto (2009: 98-111). Importa aqui realçar que, porque revelou a forte presença africana no arquipélago caboverdiano (“esse mestiço mais africano que português”), desdenhou os intelectuais claridosos (“gente que, procurando ser europeia, repudia as suas origens africanas”) e menosprezou a língua local (“o uso generalizado, pelos ilhéus, de um dialecto”), Gilberto Freyre (1962) sofreu duras críticas de intelectuais claridosos e portugueses (cf. Neto, 2009).

demonstrava assim que “acontecimentos especialíssimos [...] quase que anularam aquilo que é a essência própria da colonização”, ou seja, a subordinação integral do grupo Colonizado ao grupo Colonizador.⁶⁰ Para o autor, o que explicava a peculiaridade do caso caboverdiano talvez fosse “a pouca consistência dos vínculos de subordinação colonial aí estabelecidos”, resultante tão-só do “simples e espontâneo fluir dos acontecimentos” (Mariano, 1991a [1959]: 47-49).⁶¹

Curiosamente, quando Mariano (1991a [1959]: 49-53) enaltecia a ascensão social que teria sido propiciada pelo processo de miscigenação no contexto caboverdiano, mencionando a ampliação do campo de jurisdição dos sujeitos mestiços, revelava uma visão romântica que não questionava nem a violência histórica nem a apropriação por parte de sujeitos «negros e mestiços» dos ditos elementos e expressões civilizacionais portuguesas. Tratava-se de uma conveniente “apropriação unilateral do património cultural socialmente valorizado” (Fernandes, 2002: 85). Também a suposta liberdade de escolha que propalava (Mariano, 1991a [1959]: 55) se contradizia com a assimilação como condição para a ascensão social. Deste modo, tal como sugere Bhabha (2002), torna-se crucial admitir o hibridismo, a mímica e a ambivalência como componentes da resistência colonial e da sua superação.

De acordo com o antropólogo José Carlos Gomes dos Anjos (2002: 11-12), o darwinismo social e o evolucionismo, dominantes na Europa do século XIX, foram ingredientes implícitos na formulação da identidade mestiça caboverdiana durante a primeira metade do século XX. Assim sendo, “a anulação dos signos raciais diacríticos, no plano interno onde todos se fundem numa mestiçagem geral, não significava a

⁶⁰ Vasconcelos (2004: 175) nota que, apesar da subversão, Mariano colava-se à versão de Freyre, pois “o «mulato» caboverdiano de Mariano é tão mulato como o «português» de Freyre”, ambos com passado étnico ou cultural.

⁶¹ É importante recordar que Frantz Fanon assegura que o encontro das «raças branca e negra» levou a uma adopção em massa de um complexo psico-existencial (Fanon, 1975: 27-28). Por sua vez, Aimé Césaire (2004: 22-23) critica a forma como decorreu o contacto entre Europa e África, descodificando as relações de domínio e submissão: “je regarde et je vois, partout où il y a, face á face, colonisateurs et colonisés, la force, la brutalité, la cruauté, le sadisme, le heurt et, en parodie de la formation culturelle, la fabrication hâtive de quelques milliers de fonctionnaires subalternes, de boys, d’artisans, d’employés de commerce et d’interprètes nécessaire à la bonne marche des affaires [...]. Entre colonisateur et colonisé, il n’y a de place que pour la corvée, l’intimidation, la pression, la police, l’impôt, le vol, le viol, les cultures obligatoires, le mépris, la méfiance, la morgue, la suffisance, la muflerie, des élites décérébrées, des masses avilées.”

ausência de uma concepção racialista.” É assim, examinando a questão da mestiçagem como parte final de um longo processo evolutivo, no qual a componente cultural de origem mais africana tende a ser progressiva e completamente extinta, que Fernandes (2002: 81-89) constata que, afinal, os ditos sujeitos mestiços só começaram a despontar com a requisição de agentes caboverdianos para o processo de mediação nas antigas colónias africanas. Luís Batalha (2004: 197) refere-se assim a uma elite portuguesa-caboverdiana que, nesse tempo, representava o seu papel de intermediário colonial ou quadros subalternos, preenchendo um espaço que não era suficientemente apelativo para a classe média instruída da metrópole mas que estava fora de alcance dos «pretos e mulatos» locais, sendo ainda que o relativo nível educacional serviu como um elemento diferenciador para a dita elite caboverdiana.⁶²

1.4. Mulheres Sujeitos Históricos: Colonizadoras e Colonizadas

Tendo em conta a escassez de mulheres brancas na colonização, sobretudo nas antigas colónias portuguesas em África, cedo começaram as práticas sexuais e sexistas que auxiliaram o processo de miscigenação. Paradoxalmente, segundo Isabel Castro Henriques (2004: 343), a historiografia portuguesa exalta a capacidade genésica dos portugueses, vistos no cenário colonial como os europeus mais disponíveis para as relações com as mulheres de outras sociedades e culturas, “sem contudo se proceder à elaboração de uma história das relações sexuais e afectivas entre os portugueses e essas muitas Outras que continuam a povoar um certo imaginário português.”

No artigo “Entre Próspero e Caliban”, Santos (2006) procura ilustrar a prática da ambivalência, da interdependência e da hibridização como uma necessidade da relação colonial portuguesa. De acordo com M. V. Almeida (2002: 31-32 e 2004a: 5), a miscigenação e a emergência de formas de cultura mista produziram-se como efeitos colaterais, em que os encontros surgiam eivados de relações de poder e não como fruto de uma decisão política, tendo ocorrido num quadro de desigualdade de raça, classe e

⁶² A condição de mediador político-cultural tem sido trabalhada por Anjos (2002, 2003 e 2004), relacionando não só a posição de produtor cultural, mas também a condição de mediação cultural e política.

género e não como resultado de relações horizontais (cf. Boxer, 1988; Young, 1995). Para Santos (2006: 227), também a miscigenação não foi uma consequência da ausência de racismo, sendo crucial revelar as regras sexistas que “quase sempre deitam na cama o homem branco e a mulher negra, e não a mulher branca e o homem negro.”⁶³

No caso caboverdiano, existem alguns estudos (Andrade, 1996; Cabral, 2001; Correia e Silva, 2001b) que conduzem para uma certa reflexão. Permitem perceber que, para além dos tráficos negreiros e das deportações para o arquipélago, a miscigenação e a criouliização parecem ter resultado de uma dupla violência: por um lado, a violência simbólica implícita no processo histórico de «aristocratização cultural», celebrada pela elite intelectual caboverdiana; por outro, a violência física e simbólica, especificamente, contra as «colonizadas». Evidentemente, a violência contra as «colonizadas» tem sido, por vezes silenciada e outras vezes revelada timidamente nos discursos caboverdianos. De facto, para além da destruição cultural e outras formas profundas de violência (Anjos, 2002), a utilização das «colonizadas» decorria para as mais diversas finalidades: satisfação do apetite sexual; reprodução biológica da mão-de-obra e da grande massa humana⁶⁴ para o povoamento; exploração colonial, principalmente no trabalho agrícola e no serviço doméstico (cf. Andrade, 1996; Cabral, 2001; Correia e Silva, 2001b). Assim, a escravatura de plantação (Andrade, 1998; Correia e Silva, 2001b; M'Bokolo, 2003), operada inicialmente na ilha de Santiago sob o controlo do sistema escravocrata, deixara marcas nos sujeitos colonizados, particularmente nas mulheres.

⁶³ No quadro da colonização portuguesa, alguns estudos têm abordado a participação das mulheres (cf. Boxer, 1977). Por exemplo, Henriques (2004: 347) constata que: “Os portugueses são, pelo menos nas primeiras fases das operações de reconhecimento, de descoberta e de ocupação, homens sem mulheres. Por isso, não hesitaram eles em utilizar as mulheres Outras.” Margarida C. Ribeiro (2007: 20) conclui que “o império se cumpriu pela via masculina, invisibilizando as mulheres.” Assim, Timothy J. Coates (1998) contribui para dar visibilidade às mulheres portuguesas colonizadoras, ao analisar a própria participação de ‘degredados’ e ‘órfãs’ na colonização (cf. Ribeiro [2007] e Sarmiento [2008]). Evidentemente, tal como as missionárias, as órfãs e as prostitutas foram, conforme recorda Margarida C. Ribeiro (2007: 21), “as primeiras colonizadoras apoiadas pelo Estado e muito contribuíram para o sedimentar da colonização portuguesa.”

⁶⁴ Isto veio originar o povo das ilhas, que é o que tem sustentado o mito da origem comum, na qual, conquanto, a figura materna africanizada se torna mero objecto histórico ou *persona não grata* no processo de defesa da identidade mestiça caboverdiana.

Contudo, é possível que as «colonizadas» não tenham sido inteiramente passivas ou reduzidas a meros objectos da colonização. Isto permite interrogar, na esteira disso, se a sexualidade e a afectividade não teriam sido recursos – subversivo e emancipatório – utilizados em circunstâncias adversas (cf. Correia e Silva, 2001b; Henriques, 2004; M'Bokolo, 2003). No entanto, nos dias de hoje, seria impensável suprimir a violência da escravatura e da colonização, a dupla subalternização das «colonizadas» ou a própria excepção dos casos de emancipação na subalternidade. Em Cabo Verde, a vulgarização do concubinato e da ilegitimidade das crianças – esta última banida só depois da independência nacional – facultam pistas interessantes para questionar a violência colonial na intimidade, as condições de vida das mulheres escravas, a estrutura familiar normativa e a emergência de arranjos familiares alternativos em torno da mãe. Tal como constata Marc Ferro (1996: 143), o destino das mulheres escravas era mais penoso do que o dos homens escravos.

O caso particular caboverdiano também tem sido apontado para uma discussão da diferença entre as mulheres ao longo da história do arquipélago (cf. Cabral, 2001; Andrade, 1996), sendo possível distinguir uma pequena parte que pertencia ao grupo Colonizador e a grande maioria que se inseria no grupo Colonizado. Na literatura, os textos ficcionais, como por exemplo *O Escravo*, de José Evaristo d'Almeida, ou *O Senhor das Ilhas e Vozes do Vento*, de Maria Isabel Barreno, facultam informações para uma melhor percepção das relações sociais, raciais e sexuais na sociedade escravocrata caboverdiana. Também as narrativas biográficas, como por exemplo *A Preta Fernanda*, de Fernanda do Vale, introduzem outras informações de enorme relevância para uma decomposição dos preconceitos raciais e coloniais. Em todo o caso, estas obras referidas retratam as múltiplas pertenças e referências identitárias das mulheres, mas também os diversos posicionamentos nos processos coloniais, confirmando assim as desigualdades entre as mulheres no decurso da história de escravatura e de colonização.

Segundo Iva Cabral (2001), nos primórdios da colonização de Cabo Verde, a posição das mulheres na sociedade insular caboverdiana não só dependia das famílias de origem, mas ainda do estatuto que detinham em relação ao homem, sendo que elas

possuíam direitos, deveres e liberdades diferenciados em consonância com o estado civil: casadas, viúvas ou solteiras. Esta última categoria só abrangia as mulheres da camada pobre e desprovidas de protecção familiar, não incluindo as mulheres brancas. Em 1620, a inexistência de mulheres brancas solteiras no arquipélago levou o rei a decretar que as mulheres que eram degredadas para o Brasil fossem para Cabo Verde, com a finalidade de se extinguir, na medida do possível, a «raça dos mulatos». Quanto à designada «raça dos mulatos», um dos principais meios de ascensão social consistia na sua legitimação, requerida principalmente pelos mesmos com o fito de compensar os “defeitos de sua nascença”, para poderem gozar de honras, privilégios e liberdades, bem como da nobreza do seu progenitor. Desta forma, adquiriram uma maior capacidade para a ocupação de postos na administração pública e camarária ou para tomarem o hábito religioso. Similarmente, existiam casos de «filhos ilegítimos» contemplados pelos seus progenitores com doações no próprio testamento. Porém, a dita legitimação e as doações foram numa quantidade pouco expressiva, tornando-se menor o número de sujeitos «mulatos» que tiveram a possibilidade de ascender às camadas médias e altas da antiga cidade de Ribeira Grande de Santiago. Apenas a partir da segunda década do século XVII é que se assistiu a uma «mulatização» da elite de Ribeira Grande, devido à crise comercial e ao êxodo da população branca na sequência da perda da posição de entreposto da qual a primeira cidade colonizada desfrutava (Cabral, 2001: 240-245 e 252-256; cf. ainda Andrade, 1996: 42-43).

De acordo com Fernandes, a teia de ligação entre os colonizadores e as escravas constituiu-se como um dos eixos principais de transformação do cenário sociocultural arquipelágico. Segundo o sociólogo, ao assenhorem-se da pessoa ou do corpo das colonizadas, construíam um complexo enredo no qual se desenhava a sua iminente transfiguração, consubstanciada no facto de prescindirem dos sabores das receitas do reino para cederem aos “temperos tropicais e exóticos”, de trocarem o formalismo dos envoltórios oficiais e pudicos pela “selvajaria”, e de reavaliarem ou rejeitarem os “códigos e fundamentos éticos de conduta herdados dos seus ancestrais”. Diz o autor que nisso residia o segredo do peso político das escravas (Fernandes, 2002: 36-37).



Foto 1: Composição social urbana em Santiago: «mulher branca honrada», «preto livre» e «escravos». (Fonte: HGCV)



Foto 2: Ribeira Grande de Santiago. (Fonte: Germano Almeida, 2003)

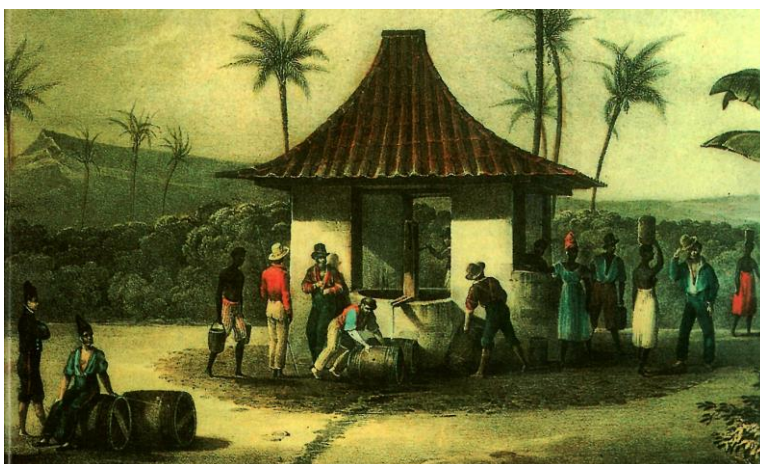


Foto 3: Aguada. Abastecimento de água na Praia. (Fonte: HGCV)

Então, as práticas sexuais coloniais, no contexto caboverdiano, tornavam-se um problema, não apenas da vida privada, mas também da vida pública, desestabilizando as autoridades e instituições coloniais. Esta é, aliás, uma das grandes contribuições que a interpretação da funcionalização identitária de Gabriel Fernandes (2002: 29 e 37-39) introduz nos discursos caboverdianos, não obstante fundamentar ainda um certo olhar heteronormativo, tanto em torno da alegada fragilidade das mulheres brancas, como quanto à presumível passividade das mulheres negras e mulatas.

Pode-se concluir assim que a miscigenação resultou das condições concretas do embate entre o grupo Colonizador e o grupo Colonizado, constando dessa equação a escassez de mulheres brancas e o domínio colonial sobre o corpo das mulheres negras (cf. Andrade, 1996 e 1998; Centeio, 2007). Pode-se ainda acrescentar que a colonização e a miscigenação produziram, evidentemente, um impacto semelhante e distinto dentro e além das fronteiras de género, em articulação, sobretudo, com a raça e a classe. E por isso, torna-se difícil desvincular o sexismo do racismo ao longo do trânsito colonial, sendo importante examinar as rupturas e continuidades coloniais, mesmo no período pós-independência.

2. HISTÓRIA E FICÇÃO

2.1. Entre *O Escravo* e *O Senhor das Ilhas*: Género, Raça e Política

Depois da proclamação do liberalismo em Portugal sucediam no arquipélago algumas sublevações, tanto de tropa e degredados, como da grande massa escrava. De acordo com António Carreira (2000: 340-344), os escravos receavam a intervenção dos senhores e do governo, sendo certo que recordavam ainda “toda uma série de actos pouco edificantes praticados pelos senhores. Não esqueciam os castigos corporais (o chicote e o tronco), acompanhados de privação de alimentos e de água por períodos mais ou menos longos.” Para além do impacto na própria dinâmica social e política, esta circunstância histórica contribuiria, essencialmente, tanto para a emergência da

ficção de temática caboverdiana (*O Escravo* do escritor português José Evaristo d'Almeida [1856]), como também para a emergência da ficção histórica sobre o arquipélago (*O Senhor das Ilhas* da escritora portuguesa Maria Isabel Barreno [1994]).

Recorde-se que *O Escravo* retratava precisamente os dramas da escravidão e do amor na servidão durante a primeira metade do século XIX, tendo como pano de fundo a rebelião do Batalhão de Açorianos, constituído por cerca de 225 homens, na sua maioria açorianos, que tinham pertencido à infantaria n.º 21 de El-Rei Senhor D. Miguel I e que depois da derrota deste tinham sido despromovidos. Desembarcados inesperadamente no dia 25 de Fevereiro de 1835 – e antes de um mês de estadia, sob o comando do sargento José Pedro Lopes, que se autopromoveu a major –, saquearam a Vila da Praia, fuzilando um grande número de oficiais coloniais e, depois deste saque e de outro na ilha Brava, fugiram para os Estados Unidos (Carreira, 2000: 340; Senna Barcellos, 2003: 52-58; Cordeiro, 2011: 47). Este episódio sangrento dos absolutistas contra os constitucionalistas, em Março de 1835, foi retratado no referido romance, o qual condenava severamente os militares miguelistas.⁶⁵

No romance podem-se notar três classes socioétnicas: uma classe de escravos especiais (o negro escravo doméstico João e a negra escrava doméstica Luiza), uma elite insular (o mestiço coronel Cláudio Pimentel e a sua família) e uma elite reinol (o Prefeito e as suas filhas, o antigo governador Lencastre e os militares absolutistas). Embora sem criticar abertamente a instituição escravocrata, o autor punha em relevo uma progressiva consciencialização da grande massa escrava contra a opressão racial e sexual. Simultaneamente, destacava a conquista e dignidade do mestiço. Em relação aos vindos do reino, realçava “a mania de se acreditar que no Ultramar se fazem fortunas loucas em pouco tempo”, embora tentasse contrariar a opinião geral com uma situação

⁶⁵ Em conformidade com algumas informações disponíveis, José Evaristo d'Almeida foi militar e funcionário da administração colonial, em Cabo Verde e na Guiné, sendo que, em 1843, foi escrivão na Boavista e, em 1845, foi encarregado da subdirectoria da alfândega do Sal; também foi profissional nas ilhas da Brava e de Santiago (cf. Veiga, 1994: 102-104). Isso significa que José Evaristo d'Almeida conhecia os coronéis das milícias Luiz e Gregório Freire de Andrade e o ex-Prefeito Manuel António Martins, que morreu em 1845 na ilha do Sal, onde o autor se encontrava em funções. Para além disso, de acordo com um estudo recente, em 1829, na ilha Brava, nascera a única filha de José Evaristo d'Almeida (cf. Faria, 2012).

particular [autobiográfica?]: “e se algum desgraçado aparece – como eu – depois de ter estado seis anos no outro mundo – como aqui chamam às possessões – mostrando, em vez de dinheiro, os estragos da febre, chamam-lhe tolo, estúpido e... que sei eu!” Mas, de modo insuspeito, parecia defender o senhor que se tornara milionário nas ilhas e que, na época do batalhão dos açorianos desempenhava o cargo de Governador, com a singular designação de Prefeito. Relembre-se que, por ter pactuado com os miguelistas ou por intrigas palacianas, Manuel António Martins tinha sido preso e destituído do cargo que exercia desde 17 de Dezembro de 1833, altura em que foi nomeado.⁶⁶ O coronel mestiço Gregório Freire de Andrade teria empenhado nessa histórica oposição ou conspiração que derrubara o Prefeito. Assim, a figura do denominado Senhor das Ilhas e de seu inimigo coronel mestiço (um dos irmãos Freire) proporcionam uma surpreendente interligação histórica, ao menos, de domínio público, entre o histórico romance *O Escravo*, de José Evaristo d’Almeida, e o romance histórico *O Senhor das Ilhas*, de Maria Isabel Barreno, trineta de Manuel António Martins.

⁶⁶ Na noite de 6 de Dezembro de 1835, tinha sucedido uma segunda tentativa de revolta, dessa vez conduzida por escravos, cujo objectivo era assassinar os senhores, saquear as suas casas e assenhorearem-se da Vila da Praia. Devido à fuga de informação haveria um reforço da vigilância, que surpreenderia os rebeldes, cujos cabecilhas seriam os escravos Gervásio, Narciso e Domingos. No dia 7 de Dezembro, nas casas do quartel-general, reuniram os proprietários da Vila da Praia, incluindo o conselheiro Manuel António Martins, e na presença do novíssimo governador, Joaquim Pereira Marinho, tendo sido aprovado, unanimemente, que se deveriam fuzilar os três cabecilhas dessa nova revolta e castigar duramente os outros escravos rebeldes. Depois, tendo o Delegado do Procurador Régio mudado de opinião quanto à pena de morte, e solicitado que então fossem entregues para julgamento, os proprietários de escravos da Vila da Praia, incluindo Manuel António Martins, teriam elaborado um abaixo-assinado exigindo prontamente a aplicação da pena de morte, cuja execução seria logo no dia 14 de Dezembro (cf. Carreira, 2000: 340-344 e 454-461). Manuel António Martins, numa carta datada de 16 de Junho de 1836 e endereçada ao amigo Tenente Roque Collaço da Veiga Vidal, afirmaria: “Relativamente aos escravos, não foram arcabuzados por vontade do Sr. Governador, e se tal procedimento teve lugar, foi porque eu, e outros principaes proprietarios de semelhante canalha, assim o requeremos para haver um exemplo de terror, já cansados de ver tanto despropósito praticado pelas autoridades judicarias, que em casos identicos, ou ainda mais graves, de se provar terem escravos morto a seus senhores, tem sido absolvidos do crime com degredo por toda a vida para Guiné, sua pátria; nem eu sei como existe vivo algum senhor de escravos, à vista do que temos visto praticar pelos julgadores de cá e de lá. Talvez que se o Sr. Coronel Marinho se propozesse a tratar o caso de bagatella, tivesse de fazer matar 40, 50, ou mais em menos de dous ou tres dias” (*apud* Pereira, 2008: 57-58). Porém, é curioso constatar que o Governador Joaquim Pereira Marinho viria a acusar o Conselheiro Manuel António Martins de ter instigado esta revolta para prejudicá-lo e vingar-se dos proprietários que o tinham derrubado, na sequência dos acontecimentos do mês de Março de 1835. Então, Marinho referia-se ao facto dos cabecilhas se terem reunido numa casa do Conselheiro Martins, contando com a participação de um dos seus escravos, que teria escapado do fuzilamento e seria retirado de Santiago pelo Martins (cf. Oliveira, 1998: 33).

Numa perspectiva romântica, a acção do romance *O Escravo* decorria em torno da história de amor impossível entre um negro escravo doméstico, João, e uma jovem senhora mestiça, Maria, filha do casal de mestiços, Cláudio Pimental e Mariana, cuja residência familiar se situava, em 1835, no “sítio de B...” [Boa Vista em S. Domingos?], perto da “Vila da Praia da ilha São Tiago”, sendo “um dos mais aprazíveis para quem saía da Vila da Praia, cuja aridez contrasta singularmente com a vegetação constante de um ponto que lhe fica tão próximo.”⁶⁷

[...] na manhã de 2 de Fevereiro do referido ano, quem aí chegasse, observaria uma cena pouco vulgar na zona tórrida – a conversação quase familiar da senhora com o escravo [...]. Em seu preto rosto havia alguma coisa de singular que levava a persuadir, que naquela alma se debatiam bem opostos sentimentos [...]. pp26.

Neste romance, não havia dúvida de que o escravo tinha alma, mas a cor preta estava associada a sentimentos opostos ao amor. Isso era reproduzido no discurso do escravo João, expondo, paradoxalmente, a sua consciência da discriminação racial.

Disseste-me: Queres estudar? [...] pp29.

– Ai de mim, senhora! Para que desenvolveste o meu raciocínio a ponto de reconhecer que o escravo pode nutrir heróicos sentimentos? Para que clarificaste a minha inteligência, de maneira que ela me leve a considerar o coração de uma nitidez bem oposta à escuridão do meu rosto?... pp30.

⁶⁷ Tudo indica que o “sítio de B...” remetia para um lugar na aprazível localidade de S. Domingos, perto da Vila da Praia, onde os coronéis santiaguenses Luiz e Gregório Freire de Andrade (este último cuja esposa era a sanicolauense D. Antónia da Silva Freire) tinham uma residência familiar e algumas terras (cf. Carreira, 2000: 502-507). Chelmicki e Varnhagen, que estiveram em pesquisas de campo nas ilhas, afiançaram: “um delicioso bosque de anonas e diversas outras árvores nos introduz na ribeira de S. Domingos. Os olhos costumados aos tristes contornos da Villa da Praia, como por encanto se fixam subitamente na rica e variada verdura – vendo por toda a parte bella vegetação!” Estes viajantes acrescentaram que, na ilha, “assistem em palhoças, cazinhas de pedra e barro, sem reboco nem solho, vivendo pouco melhor d’hum camponês da Beira. Exceptuaremos desta regra o digno coronel de milícias, Luiz Freire de Andrade, que tem a melhor caza em Santiago, arranjada à Europa, e a mais dous ou três lavradores.” E um pouco mais adiante, voltaram a falar no sistema de produção de aguardente dos irmãos Luiz e Gregório (1841: 78, 153-154 e 209). Esta relação de amizade entre os irmãos Luiz e Gregório poderá ter alguma sinalização no romance de José Evaristo d’Almeida, pois, numa conversa entre o escravo João e a escrava Luiza, esta respondeu que “queria ir amanhã à festa que dão na Praia *gentes de nhô Goi* (família do senhor Gregório).” Na subtil estratégia de tradução entre as duas línguas, pode identificar-se, eventualmente, que Luiza era natural das ilhas do Barlavento e que havia alguma intimidade entre a família de Cláudio Pimentel [Luiz Freire de Andrade?] e de Gregório [Freire de Andrade?]. No “Testamento da Viúva D. Antónia da Silva Freire” (*apud* Carreira, 2000: 502-507), pode aferir-se do estilo de vida senhorial da família Freire (desde as talheres de prata à posse de escravos), que permitem uma interligação entre a história e a ficção literária, para além de outras informações historiográficas fragmentadas (cf. Senna Barcellos, 2003).

No romance em análise, havia ainda uma terceira pessoa, para a criação de um triângulo amoroso. Tratava-se de uma negra escrava doméstica, Luíza, que amava João, sofrendo assim de um amor não correspondido. Tanto João como Luíza vivenciavam uma dupla escravidão do amor e da condição, mas, com toda a sua força, João lutava pelo amor de Maria, opondo-se ao amor de Luíza, pois, “só a desgraçada Luíza era esquecida no turbilhão de ideias que referviam na mente do escravo!” Posteriormente, nesta trama, entraria em cena a figura do vilão, Sr. Lopes, chefe da histórica rebelião açoriana, que se teria encantado com a jovem senhora mestiça. Entretanto, Maria rejeitara o que lhe parecia um falso amor e um indício de preconceito rácico.⁶⁸

Mulata, como era, persuadiu-se que a sua cor – mais que nenhuma outra circunstância – animara Lopes a fazer-lhe uma declaração, que ela olhou, desde logo, como a manifestação implícita de que ele presumia que uma mulata aceitava sempre com reconhecimento o amor de um branco – por mais impuro que esse amor parecesse [...].

– [...] Julgaste que a mulata se sentiria orgulhosa por merecer as finezas de um branco. Entendestes que bastava uma palavra de amor, uma manifestação, um indício de estima, para que ela caísse rendida a vossos pés, agradecendo-vos, talvez, a honra que lhe fazíeis de descer até ela. Enganastes-vos: nas veias da mulata gira um sangue mais nobre, mais puro que o vosso; em seu coração – hoje dominado unicamente pelo amor filial – não entrará jamais afeição que não seja inspirada por quem possua o alvor das acções – embora o rosto seja retinto.pp46.

Maria era filha de um casal de mestiços felizes, sendo que o patriarca “era mestiço – porém bastante claro, de maneira a poder passar por um trigueiro europeu.”

Havia nas Companhias de linha da Província um sargento indígena, a quem seus camaradas muito respeitavam, em razão do seu irrepreensível comportamento, e subida instrução de que dispunha. Não se sabia quem eram seus pais; apenas constava que viera de Santo Antão, de onde era natural, recomendado pelo Bispo dessa época ao Governador de então, o qual, tendo-lhe feito assentar praça, bem depressa o fez subir os postos inferiores, e a final o

⁶⁸ No prefácio da última edição de *O Escravo*, Manuel Veiga demonstrou que este livro “é uma autêntica saga de amor”, sendo certo que “a escravidão exercida pelo amor sobrepõe-se àquela que é exercida pela condição de escravo.” Conforme evidenciou Manuel Veiga, “quase todos os personagens sofrem de amor ou por causa do amor”, mas cada um à sua maneira: “o amor de João é quase platónico, o de Maria é extremamente espiritual, o de Luíza é largamente humano e, finalmente, o do Sr. Lopes é carnal, egoísta e criminoso.” E mais, para Manuel Veiga, nesta obra “há algumas constatações que saltam à vista: a resistência do negro, a fraqueza do branco e o triunfo do mestiço.” Desse modo, em jeito de conclusão, e lançando um olhar sobre a história caboverdiana, Manuel Veiga afiançou que “a opressão do branco esmagou o negro e a resistência deste enfraqueceu o poder e altivez daquele”, tendo desse confronto resultado a mestiçagem e a «crioulidade», e daí o triunfo do mestiço. No entanto, Manuel Veiga cingiu-se a uma análise culturalista, não fazendo, porém, qualquer alusão à rebelião do batalhão açoriano e à crise política do ano de 1835.

promoveu a Capitão, sem que tão rápido acesso arrancasse uma queixa àqueles a quem preteria; tal era a homenagem que prestavam ao muito merecimento do que recebia assim tão manifestas provas de protecção. Casara na idade de 18 anos, e na vida privada não desmereceu nunca do conceito que a pública lhe granjeara. Todo dedicado a sua esposa, que era uma linda mulata, filha de um rico proprietário de São Nicolau – prodigalizava-lhe os maiores extremos, os quais ela do coração lhe retribuía. Ele era mestiço – porém bastante claro, de maneira a poder passar por um trigueiro europeu. Do seu casamento resultaram dois filhos; um menino, que morreu aos oito anos de idade – vítima da doença de entranhas, que de nascença padecia; agravada depois pelas febres do país; e uma menina, com quem já travámos conhecimento, pois era a interessante Maria. pp33-34.

Relativamente à rebelião do batalhão açoriano e à figura do Prefeito (cujo nome não foi revelado), o autor posicionava-se contra os absolutistas, atacando o Sr. Lopes, e manifestava alguma solidariedade com esse mesmo Prefeito, ainda que fosse apontado como um miguelista e, na época, acusado de ter pactuado com os militares absolutistas que assassinaram os militares reinóis residentes e que saquearam a Praia e a Brava.

Na rua que da Igreja Matriz vem em linha directa interromper-se no largo do Pelourinho da Vila da Praia, havia em 1835 uma taverna, situada quase em frente da casa da Câmara e Cadeia da Vila; edifício que – àquela época – estava bem longe de presumir que de suas ruínas surgissem os elegantes e sólidos Paços do Concelho, que hoje aformoseiam o largo [...]. Não deve portanto admirar que no princípio da noite de 20 de Março do ano a que nos referimos, estivessem – numa das poucas casas interiores pertencentes a dita taverna – alguns sargentos, cabos e soldados, formando grupos, sentados em frente de mesas de pinho, sobre as quais havia profusão de garrafas e copos [...]. pp81.

Às duas horas da madrugada do dia 22 de Março de 1835, uma escolta de dez homens saiu do quartel, e foi postar-se às entradas da habitação do Prefeito. Logo em seguida uma outra de vinte – comandada por Aleixo – foi correndo as casas dos oficiais, os quais enganados pelos impedidos, davam-se pressa em vir fora cair na ratoeira que se lhes armara. pp131.

O Prefeito – que não pudera fugir – via-se abardado com as exigências dos revoltosos, os quais – como não achassem o que esperavam – faziam recair a sua cólera sobre aquele coração duplicadamente pungido pelo pranto de suas filhas. Compeliavam-no a escrever para fora aos seus amigos, a fim de que estes enviassem avultadas somas aos insurgentes, único meio de escapar à morte, com que estes constantemente o ameaçavam [...]. pp134.

No final, depois de ser alvejado pelo rival Sr. Lopes, João acabaria por morrer nos braços e beijo da mulher-angelical, Maria.

João abriu os olhos, encarou o semblante da virgem, cuja proximidade lhe permitia aspirar o hálito puro que se exalava daquela boca de anjo! [...] E seus lábios, quais folhas de descorada rosa, orvalhadas pelo rocio da manhã, foram unir-se à pálida boca de João; e os beijos deste, estremecendo a tão delicioso contacto, deixaram exalar-se a vida por entre um sorriso de

estremo prazer. E aquela alma, tão pura, transportava-se ao Céu, arrebatada nas asas daquele primeiro e último beijo de amor! [...]. pp 149-151.

Aparearam-se, e prestaram os cuidados possíveis naquele momento à infeliz, cujo coração ainda palpitava. Os espíritos, que a fizeram respirar, chamaram-na à vida; e ela – sem ter a consciência do que se passava — deixou-se conduzir sem dificuldade. Ninguém fez caso do cadáver do escravo!... pp151.

Luiza acabaria também por morrer, acidentalmente, na sepultura do João; Lopes conseguiria fugir para os EUA; Maria viajaria com a sua mãe Mariana para a Guiné, onde o pai Cláudio Pimentel se encontrava numa missão militar. Entre amor e intriga, haveria ainda lugar para o ódio profundo de Júlia, a velha chamada de feiticeira, mãe do negro escravo João e do mestiço coronel Cláudio Pimentel. Sendo assim, João era tio de Maria, trazendo a questão do amor impossível e do incesto para a narrativa. Neste romance, somente a história da Júlia carregaria o drama da exploração sexual e racial, bem como o desejo de vingança.

– O facto, que pretendo narrar-vos, não aconteceu nesta ilha, mas sim na de Santo Antão, onde – em 1797 – ninguém deixava de conhecer o muito nobre senhor Jerónimo Pimentel [...]. Houve uma – Júlia se chamava ela – uma jovem preta – oh! tão jovem, que apenas treze maãos contava! – a qual, apesar dos seus poucos anos, soube resistir por algum tempo aos desejos de seu senhor. Mas, ai! uma noite ela sentiu sobre o peito a boca dum pistola [...]. E quando sentiu que ia dar ao mundo o fruto do crime de seu senhor, ela rojou-se por terra, e amaldiçoou, antes de nascer, o ente que alimentava em suas entranhas!... [...] Pimentel não consentiu que Júlia alimentasse o filho, porque a tristeza e desgosto haviam-na tornado doente [...]. Júlia, assim esquecida, viveu catorze anos feliz; de forma que aos vinte e oito – tendo completamente redobrado a saúde – era mais bela que nenhuma outra de suas companheiras. Pimentel notou – para infelicidade de Júlia – a mudança que nesta se operara [...]. Nesse tempo Júlia amava Luís – jovem preto, escravo como ela [...]. Oito meses depois Júlia dava à luz um menino, preto como seus pais. [...] [Pimentel] sacou de um punhal, embebendo a buída ponta no peito da criança [...]. Júlia sacrificou o pai à existência do filho, cuja vida nem por isso foi mais respeitada. [...] a vingança do bárbaro Pimentel foi espantosa. Mandou amarrar sobre o leito a infeliz Júlia, para que assim não pudesse resistir aos escravos, a quem ordenou saciarem seus desejos brutais. [...] Pimentel assinou a alforria de Júlia; e o Bispo, mandando transportar esta e seu filho para a residência episcopal, tomou o papel das mãos do monstro, e saiu fazendo-lhe suportar todo o peso de um olhar tremendo. [...] pp71-75.

– Vingança! Vingança! – bradou ela. – Morte, maldição sobre os brancos! [...]

Este brado de vingança ecoou – portanto – na maior parte dos corações, a quem muito havia contristado a história da infeliz Júlia. Não havia ali escravo, que — por melhores que fossem seus senhores – não tivesse experimentado os golpes do açoute; as dores do castigo lembram sempre, em quanto que facilmente se esquece a justiça que muitas vezes presidiu a esse mesmo castigo; não deve pois admirar, que os escravos respondessem às palavras da louca com um grito uníssono, imenso e horrível, que clamava vingança! Vingança! pp75.

No romance *O Senhor das Ilhas*, editado em 1994, Maria Isabel Barreno contou uma outra história de amor, rememorando assim a experiência de uma família colonial portuguesa e as actividades do seu patriarca, Manuel António Martins, entre 1792 e 1845. Filha do capitão-mor Aniceto Ferreira Mendes Álvares, e nascida na colónia, Maria Josefa foi caracterizada como uma matriarca e evangelizadora, rodeada de crianças e de suas servidoras escravas. Sendo assim, tratava-se de uma senhora “meiga e complacente no trato, inabalável e meticulosa nos desígnios.”

Culta e orgulhosa, e nascida num mundo pequeno quase com uma posição de rainha, raramente desce à soez actividade de expor uma opinião na sua forma pessoal. Generaliza sempre, essa opinião, torna-a regra para todos os interessados e implicados. As mulheres são assim constantemente definidas, acrescentadas, redimidas ou condenadas por ela; e também os escravos, e também as crianças. Minha mãe tem uma alma de pedagoga, de educadora. Por isso os homens, no seu conjunto genérico, raramente a interessam: a sua atenção vira-se quase sempre para os fracos e desprotegidos, para os grupos particulares. pp18.

Ao contrário da visão heteronormativa do amor no romance de José Evaristo d’Almeida, no romance de Maria Isabel Barreno, seria Maria Josefa, descalça na “areia morna e macia”, que descobrira o naufrago Manuel António Martins, inaugurando uma aventura familiar de descoberta, posse e colonização das ilhas caboverdianas.

[A tempestade] trouxe meu pai a Cabo Verde no ano de 1792 [...]. Correu ela à praia para examinar por si os desmaiados naufragos, o esfarrapado barco oscilando nas ondas a poucos metros da rebentação. Diziam-lhe os escravos que toda a prudência era pouca, e faziam olhos de medo, mostrando muito o branco em redor das íris escuras. Cuidado menina pode ser pirata [...]. Mesmo nos farrapos e privações se lê o berço dum homem, e assim Maria Josefa logo distinguiu Manuel António Martins como comandante, os outros como subordinados, e por essa ordem lhes destinou os quartos. Ainda ele não recobrava os sentidos, e já ela se apaixonara por ele, com a agilidade emocional dos quinze anos. Manuel António, que tinha então vinte e dois, foi igualmente rápido, ajudado pelas circunstâncias. Abriu os olhos e viu junto de si, ansioso e suave, um belo rosto cor de marfim, com imensos olhos escuros e doces. E apaixonou-se: nesse primeiro olhar que lançou a Maria Josefa viu a maior perfeição que jamais encontrara. Sentiu a brancura fresca dos lençóis, a brisa da ventarola manejada pelo escravo. Estou no paraíso, pensou, e já desmaiava outra vez; mas para as trevas dessa renovada inconsciência levava agora o rosto ovalado de Maria Josefa [...]. Se perguntava Aniceto por sua origem, respondia Manuel António que era de Braga; poderia acrescentar a seguir que viera sua família das Astúrias, no século XIV, por brigas com o poder castelhano. pp23, 28-30 e 34.

Nesta metaficção do império, em torno do protagonista, Maria Isabel Barreno apresentou uma abordagem complexa e problemática, especialmente sobre as relações

racial e de género, o imperialismo europeu e a conflitualidade entre homens europeus nos trópicos, a feminilidade e a masculinidade, as teias conjugais e familiares, a submissão/resistência das senhoras e a lealdade/promiscuidade dos senhores, a fragilidade/tenacidade da matriarca colonial e a hipervirilidade/traição do patriarca colonial, a escravidão do corpo e da condição das escravas e a instabilidade dos descendentes ilegítimos ou a desestabilização da ordem colonial pelos sujeitos mestiços com poder real e simbólico. E tudo isto numa fascinante trama inter-relacionando a fantasia imperial e pós-imperial portuguesa e a fantasia «crioula» caboverdiana.

Partindo de uma perspectiva feminista colonial, Maria Isabel Barreno incluiu as mulheres portuguesas na narrativa imperial, embora confinadas ao espaço privado. Concomitantemente, a escritora contribuiu para a perpetuação da ideia de uma pacífica submissão da grande massa escrava e, em particular, de mulheres escravas, objectos do exotismo e do erotismo dos senhores. E desse modo, Maria Isabel Barreno enfatizou a conquista masculina das ilhas efeminizadas, da mesma forma que definia o espaço público e político como masculino. Em oposição, o espaço privado seria efeminizado e relegado ao comando das mulheres colonizadoras, coadjuvadas pelas mulheres escravas sob a orientação da escrava Cremilde e, depois, pela ex-escrava Joana. Em todo o caso, a máxima do romance se exprimia no seu título – *O Senhor das Ilhas* –, atribuindo ao homem/Martins o governo do arquipélago e à mulher/Maria Josefa o governo da casa colonial. Embora sendo da elite colonial, Maria Josefa ignoraria a vida política, donde a figura do Governador se aparentara com Deus.

Ela colocara uma sucessão de homens sob o nome único de Governador, como se dum único homem se tratasse [...]. Por essa semelhança com o eterno se aparentara Governador com Deus: muito nomeado, raramente aparecido. Maria Josefa espantou-se com esta descoberta [...] de que Governador eram vários homens, indo e vindo, perecíveis. Manuel António viu nesta inocência mais um encanto de sua noiva [...]. pp 45-46.

Curiosamente, seria então através dos ensinamentos sexuais da escrava feiticeira, a Cremilde, que aquela mulher “envergonhada, que se limitava a ficar quieta, num coito passivo, sob seu marido activo”, se tornaria “senhora do tempo”, bem como dos “movimentos vários, uns brandos outros enérgicos.” Cremilde “aconselhou-a também,

vivamente, a que por vezes se colocasse sobre o seu marido, cavalgando-o, na cópula.” Em suma, “Cremilde acreditava que o carácter das pessoas se devia principalmente à posição de seus pais na hora da concepção.” Recorrendo ao mito de Adão e Eva, poder-se-ia desvelar que a escrava feiticeira seria uma espécie de serpente que ensinaria Eva/Maria Josefa a “governar o tempo” e a melhorar o desempenho sexual, a fim de seduzir Adão/Martins, oferecendo-lhe “aquilo que [ele] procurava nas escravas.” De maneira que, à semelhança de Jesus Cristo, a narrativa de *O Senhor das Ilhas* anuiu com as pretensas habilidades das serpentes (nesse caso, das escravas), as quais, de resto, se apresentavam como uma ameaça à estabilidade da família colonial.

Depois de treze anos moles, Maria Josefa instalou a maternidade numa península bem arrumada da sua vida, num canto de sua geografia, em área relativamente lateral, embora visível. Filhos, refeições, lições, correrias, tudo isso foi arrumado numa ala lateral da casa, especialmente destinada às crianças, regida superiormente por Cremilde, regida em seguida pelas várias outras amas e suas ajudantes, todas benfazejas como fadas. pp108.

Para além do inventário de preconceitos ráticos daquele tempo histórico, numa consagração da perspectiva imperial e da inclusão de uma família no empreendimento colonial, foi concebido em *O Senhor das Ilhas* todo um enredo em que os mestiços caboverdianos eram tidos como “turbulentos e ambiciosos”, tendo este como fundo cénico um quadro de representação racial e social, alegadamente sombrio e grosseiro. Assim, embora descendentes legitimados e herdeiros de um militar nobre, os dois irmãos mestiços figurariam como a antítese do aventureiro e empreendedor colonial, no caso Manuel António Martins.

[Casamento]. Veio também João [Freire de Andrade], filho pardo de um oficial do exército⁶⁹ que vários anos servira nas ilhas e que tomara uma atitude invulgar: tivera vários filhos mestiços, de escravas suas, e, sem herdeiros legítimos, reconheceu esses filhos, dando-lhes o seu nome e a herança de algumas terras. Esse gesto provocou discussões apaixonadas, anos a fio. Sobretudo porque, desses seus três ou quatro filhos, o mais velho e o mais novo se

⁶⁹ Não existem análises históricas ou literárias sobre a escrava-mãe dos irmãos Freire: João, Violante, Luiz e Gregório. Sabia-se que eram filhos legitimados de um nobre deportado oficial régio na ilha de Santiago. Tal como o progenitor reinol, os três irmãos (e o marido da irmã) tornaram-se oficiais do exército. No caso do coronel João Freire de Andrade, fora ele deportado para a Boavista, pelo então Governador, por suspeita de uma conspiração (curiosamente, não por ter mandado “açoitar cruelmente um mendigo [negro] e dois soldados regulares [brancos?]” no dia 21 de Novembro de 1795). Porém, permanecera por pouco tempo como degredado, tendo sido perdoado pelo novo governador e regressado para Santiago (cf. Carreira, 2000; Cohen, 2001; Cabral, 2002; Correia e Silva, 2002; Senna Barcellos, 2003).

revelaram turbulentos e ambiciosos [...]. Igual capacidade de insinuação nos espíritos e nos lugares tinha o irmão mais novo, Gregório, que viria a ser um dos grandes inimigos do meu pai [...]. Eram já muitos os pardos, nesse tempo [...], muitos deles usando nomes ilustres, por serem filhos bastardos ou escravos forros das famílias com esses nomes; mas legitimados e proprietários poucos eram. pp46-47.

Gregório, sendo mulato, aspirava a tornar-se comandante-geral de um exército inteiramente caboverdiano: era uma grande ambição sua, para a qual se dispunha a labutar por quaisquer meios, e sem colocar acima dessa ambição outro ideal político, que não fosse o de sua satisfação. pp221.

Em Agosto de 1833 chegou enfim a notícia oficial da deposição de D. Miguel [...]. Formou-se uma Junta governativa na Praia, da qual fazia parte Gregório Andrade, coronel das milícias, sempre pronto à causa do poder. Em cada ilha também se elegeu uma Junta; na Boavista, dela fazia parte meu pai [...]. Localmente, sem delegações de régias vontades, só Gregório Andrade tinha intrepidez suficiente para essa reaparição insistente face a meu pai. pp280-281.

No romance, ao contrário de seus adversários metropolitanos, estrangeiros ou caboverdianos, Manuel António Martins aparecia como um empreendedor injustiçado, rodeado por homens gananciosos e traiçoeiros. Denota-se isso na própria descrição da rebelião do batalhão de açorianos que esteve na base da destituição do Prefeito.

Manuel António acabou com as milícias e tropas existentes, e pediu novos contingentes do reino [...]. Gregório, coronel de milícias, caboverdiano de nascimento, não estava ameaçado, mas via seu poder esvaziado; e como ele, muitos outros. Juntaram-se todos, incluindo em suas conspirações os que estavam no arquipélago como degredados miguelistas. pp292.

[...] foi enviado, com a designação de batalhão provisório [...] um contingente que estava nos Açores, e no qual a maior parte dos oficiais tinha convicções miguelistas, que em degredo estavam nas ilhas açorianas [...]. Logo os oficiais deste batalhão provisório tiveram festejada recepção por parte do grupo de conspiradores que se atarefaram pelas ilhas. E, juntos aos que estavam degredados no arquipélago caboverdiano, tornaram-se maioria os oficiais miguelistas naquele território, sem que da incauta capital do reino fosse avistado tal perigo. pp293-294.

A 22 de Março de 1835 rebentou o golpe longamente preparado por oficiais de milícias gananciosos de conservarem seus modos de vida ilegítimamente privilegiados, por oficiais de exército já transferidos mas que haviam conseguido atardar-se na colónia, e com todo o apoio das recém-chegadas tropas miguelistas.⁷⁰ D. Miguel foi proclamado rei [...]. A 21 de Março, sábado, os revoltosos, chefiados por um sargento, prenderam os oficiais e sargentos que eram fiéis ao liberalismo e a Manuel António, e saquearam a cidade [era ainda uma vila], enquanto fugia o comandante militar, e com ele outros oficiais, sem dúvida coniventes com a revolta, entre os quais Gregório Andrade. Fugiu também o juiz de direito, que inicialmente se apresentara a Manuel António, dizendo-lhe que juntos enfrentariam a rebelião. Depois da fuga do juiz, os rebeldes atacaram a residência do Prefeito, onde este foi mantido sob prisão.

⁷⁰ Embora não tivesse obtido a pronta resposta do seu pedido, a 25 de Fevereiro de 1835, desembarcaria inesperadamente um batalhão provisório, com 225 homens. “Parece que o fim do Prefeito era acabar com a tropa de primeira linha indígena, colocando-a na Guiné, deixando na Praia a do reino, mas não pode executar o seu plano por lhe faltarem navios” (Senna Barcellos, 2003: 52).

Domingo, tocaram a marcha de D. Miguel [...]. Mais ainda, os revoltosos nomearam uma junta, colocando o Prefeito como seu presidente. pp305-306.

O grupo, pequeno mas persistente, dos que denunciaram Manuel António à rainha, era encabeçado por Gregório Andrade; acusavam-no de sempre ter sido miguelista, e conseguiram que estas acusações chegassem a Lisboa. Misturaram as revoltas que houvera a favor da independência de Cabo Verde, no tempo de Chapuzet, e que Manuel António ajudara a vencer, com a restauração do absolutismo [...]. pp308.

Evitando criticar o memorial pró-família Martins que o romance *O Senhor das Ilhas* consubstancia, Germano Almeida apresentou recentemente duras críticas quanto à forma como foi imaculada a imagem de Maria Josefa no referido romance. Segundo o escritor Germano Almeida (2003: 77-80), “só é pena que ela [a autora] não tenha continuado a escrever a saga da família de Manuel António Martins, mas agora preferivelmente através da viúva Maria Josefa Martins. Da leitura de Barreno se deduz que Maria Josefa era uma bem-comportada menina de família que se casou por amor, ainda que com alguma amargura gostasse de se gabar de nunca ter tido a pretensão de ser dona do destino do marido.” Para contrariar esta imagem imaculada e submissa de uma mulher colonizadora, Germano Almeida relembrou que, “aquando da morte deste [Manuel António], em 1845, não só decidiu sozinha onde enterrá-lo, isto é, no Sal, como ela mesma se mudou da Boavista para essa ilha para tomar conta dos negócios da família, tendo ficado à frente da sociedade que foi criada com a designação de M. A. Martins.” Na esteira disso, recordou igualmente que “o nome de Maria Josefa Martins viria a ficar fortemente ensombrado com a suspeita de ter sido a instigadora de uma um tanto sangrenta revolta contra o comandante militar da ilha acontecida na noite de 21 de Maio de 1847.” Na chamada revolta de Pedra de Lume, “uma multidão de escravos e jornaleiros livres pertencentes à casa Martins, armados de paus, pedras e outras armas, atacaram o quartel militar, prenderam o comandante [Joaquim Gromicho Couceiro]”, que “só por um triz escapou de ser morto, salvo *in extremis* graças à intervenção do filho da viúva, João António Martins.” Este episódio, com repercussões políticas, sociais e também no reforço das forças de segurança pública, “viria a marcar o início da decadência da família Martins e consequentemente da ilha desenvolvida à sua sombra, o que em 1855 levou o administrador Botelho a considerá-la como um vasto morgadio em mãos que dele não curam” (Almeida, 2003: 84).

Entretanto, ao escrever um segundo romance em torno dessa saga familiar, provavelmente a partir da crítica ao seu silenciamento da revolta de Pedra de Lume, Maria Isabel Barreno procurou circunscrever o tal episódio histórico como sendo de menor importância. Tal romance, sintomaticamente, apresenta como título *Vozes do Vento* (2009).

[...] Dirão os que agora pensam a revolta: coisa terrível foi, sem dúvida. Imaginam casas incendiadas, pilhagem, ataques raivosos, violações de mulheres, espancamentos e mortes. Como força que se levanta de um vulcão e explode e escorre. Mas tudo isso sai de suas imaginações inflamadas, que nesses tempos antigos projectam seus próprios sentimentos, decepções e raivas. pp13.⁷¹

Em conclusão, se no histórico romance *O Escravo*, de José Evaristo d’Almeida, o negro tinha sido simbolicamente eliminado da trama, através da morte de João, Luiza e Júlia, nos romances históricos *O Senhor das Ilhas* e *Vozes do Vento*, de Maria Isabel Barreno, assiste-se à decadência e ao desaparecimento dessa família colonial que, em termos simbólicos, representa o início do fim do domínio branco. Resultado desses dois processos, simultaneamente antagónicos e complementares, assinala-se a gradativa exaltação de uma sociedade híbrida-mestiça, herdeira das duas culturas conflituantes que estiveram na base do essencialismo caboverdiano. Com efeito, isso ocorreria não só no plano cultural e social, como ainda no campo político.

3. EM BUSCA DO PAI: MESTIÇO EM TEMPO PÓS-COLONIAL

Este capítulo fecha com uma abordagem de um texto paradigmático – *Mãe* –, de Joaquim Arena, em que o autor se expôs numa extraordinária narrativa de amor filial, a partir de um espaço da diáspora caboverdiana, em Lisboa. Ainda que personificando o mito luso-tropical, Joaquim Arena, um mestiço de tez muito clara, não só inscreveu a «mãe» no processo de construção da identidade pessoal e colectiva, mas a diáspora

⁷¹ Maria Josefa tinha sido considerada como a “principal culpada nos acontecimentos.” Na sequência da revolta, foram evacuados para a ilha da Boavista “quatro dos amotinados feridos de bala.” Numa análise da violência, da destruição e da punição oficial desse motim, Sena Barcelos (2003: 349-350) concluiu que tais acontecimentos “tornaram tristemente lembrado o nome de Manuel António Martins, cujas cinzas ainda estavam quentes.”

numa afirmação identitária caboverdiana e transnacional. É a partir desta perspectiva, mas sem vitimização nem culpabilização, que ele e a «mãe» seguiram ao encontro do “homem que ela lhe apresentara como sendo seu pai e a quem ela amara mais do que a qualquer outro na vida, ainda que, ao todo, não tivessem passado mais do que alguns meses juntos.”

Aos treze anos fizeram uma viagem pelo Norte do país: ele, a mãe e um casal de vizinhos reformados encantadores, num velho Opel Taunus castanho, para irem conhecer o homem que tinha sido o seu pai. [...] O homem que a sua mãe dissera ser o seu pai - um homem branco, português do Norte, inconfundivelmente labrego -, olhava-os através da janela do carro, talvez ainda incrédulo por aquela aparição vinda do Sul e do fundo do seu passado. Aqueles estranhos que tinham viajado desde a capital para lhe pregarem um susto daqueles, mas que na verdade não podiam ser assim tão estranhos, essa mulher mestiça e aquele garoto, pois que num outro tempo terão ocupado o centro das suas preocupações [...].

O silêncio durou breves instantes. A velha mulher de preto tentava perceber o que se estava ali a passar, que pessoas estranhas eram aquelas, que rapaz era aquele dentro do carro que parecia ser o centro daquele inusitado acontecimento, que viera perturbar a sua manhã de sábado. Enfiado no banco de trás do velho Taunus, e do meio de uma aparente indiferença, ele sentiu tudo isto e mais qualquer coisa no olhar desconfortável da mulher de preto - um misto de surpresa e recusa em aceitar evidência daquela situação. Nisto, ela terá balbuciado alguma coisa do tipo os senhores estão enganados, o meu marido não conhece nenhuma dessas pessoas que estão aí dentro desse carro, é um enorme equívoco, por isso não nos façam perder mais tempo, que temos as obras da casa para terminar. E assim foi. Ela pegou pela mão o homem que a sua mãe minutos antes lhe apresentara como sendo seu pai e arrastou-o dali, metendo-se de novo pela estrada de terra, antes que fosse tarde e a situação voltasse a escapar-lhe [...].

Neste caso, não se trata de uma vitimização, dramatização ou essencialização da «mãe», uma mulher mestiça de tez clara residente na diáspora. Em relação ao «pai», segundo o autor, também se trata mais de uma “curiosidade do que fascínio.”

Quinze anos depois, ele era guitarrista num conjunto musical, em tournée pela região, e não resistiu em fazer um desvio para saber notícias do homem que a sua mãe lhe apresentara, anos antes, como sendo seu pai. Encontraram-se num café. Olharam-se mais do que falaram. Mais curiosidade do que fascínio. A curiosidade de dois homens, dois adultos, tão iguais e tão diferentes entre si [...]. Apesar dos mesmos gestos, da mesma maneira de andar, do mesmo olhar e dos mesmos ombros curvados, já não eram parentes de verdade [...].

Nota-se o propósito do autor em dar voz à (sua) «mãe», numa incessante busca da identidade, entre a terra de origem e o espaço da diáspora, a presença da «mãe» e a figura de um estranho que, nesse caso, “a sua mãe lhe apresentara, anos antes, como sendo seu pai”.

Entretanto, os anos foram passando e ele viu a família a crescer. Na ilha, os mais velhos, os do conhecimento antigo, dos valores eternos e das sábias profecias, invocadas à mesa da cozinha, envelheceram e secaram como as velhas mangueiras em volta da casa velha [...]. Agora a família estava a mudar. Tinha novas caras, novas falas, outras pronúncias, outros modos, novas gerações nascidas na Europa, para quem a sabedoria dos antigos, amiúde invocada pela avó mestiça à mesa do jantar, não era merecedora sequer de um segundo da sua atenção.

Agora ele tinha a mesma idade da mãe quando ela o levou ao Norte a conhecer o homem que era o seu pai, e o seu único filho tinha a mesma idade que ele tinha. Ela ligara-lhe uma manhã bem cedo para o escritório, pedindo se ele não poderia passar lá por casa que tinha um assunto para lhe falar [...]. O assunto era delicado, disse-lhe, e foi directa e fluente: o homem que ela lhe apresentara como seu pai estava a morrer. Como soubera ela? Recebera aquela mesma semana uma chamada com a notícia, e a pessoa que tivera o cuidado de a avisar, que ela desconfiava ser o filho mais velho, dos quatro que ele tinha tido com a mulher legítima, dissera que o homem que era o seu pai não duraria muito. [...] ela pediu-lhe um favor de mãe para filho, uma benesse que ele não lhe podia por nada negar [...]. Iriam mais uma vez ao Norte [...]. Mas desta vez, a última, insistia ela, teriam de levar mais alguém com eles. Ela parecia ter tudo preparado, tratado de todos os pormenores, zelando para que o último capítulo daquela história tivesse o melhor final possível. O homem que tinha sido o seu pai haveria de querer conhecer o neto, um neto muito especial, acreditava ela, antes de fechar para sempre os olhos [...].

Do ponto de vista de uma diáspora intelectual, constata-se uma consciência da alteridade desencadeando uma dupla diferença, em relação à comunidade lusitana e em relação à grande massa de imigrantes caboverdianos, residentes geralmente na periferia lisboeta. E, por isso mesmo, a inevitável reflexão sobre a identidade pessoal e colectiva. Este amor filial, plasmado numa narrativa subjectiva e esteticamente invulgar, seria justificado logo no título do texto, simbolizado pela palavra: «mãe».

HERANÇAS COLONIAIS E MARGENS DA NAÇÃO: SEXISMO, RACISMO E REGIONALISMO NA CABOVERDIANIDADE

Tal como acontece no Brasil, a elite intelectual caboverdiana apregoa a ausência do racismo no arquipélago. Desde o tempo colonial, a nível da representação, Cabo Verde tem sido percebido como um peculiar arquipélago de «crioulidade», onde supostamente prevalece um todo homogéneo, que sustenta uma anulação da diferença étnico-cultural, devido à presumível generalização da mestiçagem predominantemente europeia. Na verdade, dessa homogeneização do arquipélago resultam três paradoxos e consequentes lógicas de imposição da subalternidade do Outro (i.e., «inimigo interno»).

O primeiro paradoxo atém-se com a problemática da representação da Nação «crioula», cuja perspectiva cultural dominante ainda hoje se funda em interpretações europeizantes e regionalizadas. É assim que se fundamenta a diluição da diferença de ordem étnico-cultural, impondo, paradoxalmente, a classificação étnica africanizante à ilha de Santiago e, por conseguinte, a sua presumível inferioridade cultural. O segundo paradoxo deve-se, nesta sequência, às disputas decorrentes da espacialização de urbano e de rural. Ressalte-se, porém, que o grau de valoração tende a aumentar quanto mais próximo do centro estiver o espaço referencial. O terceiro paradoxo diz respeito à dialéctica de inclusão/exclusão das mulheres. Reconhece-se, deste modo, os seus graus diferenciados de marginalização, sendo que a lógica de exclusão se estriba numa matriz de dominação, pela combinação das dimensões, entre outras, de género, classe ou região. Constata-se, com efeito, que as mulheres não fazem parte de uma categoria homogénea, sendo importante dedicar uma atenção às diferenciações internas no colectivo das mulheres, principalmente, da ilha de São Vicente e da ilha de Santiago, i.e., dos dois grupos sociais em que mais gravemente recaiu o peso do erotismo e do exotismo, veiculado pela ideologia colonial, cujas heranças persistiram no tempo.

1. AMBIGUIDADES E TENSÕES NO DISCURSO CABOVERDIANO

1.1. Da Cultura: Entre Claridade, Africanidade e Crioulidade

Em Cabo Verde, no decurso de uma secular história de dominação e resistência, cimentada pelas antigas rotas transatlânticas do tráfico negreiro, e ancorada numa matriz colonial patriarcal, a questão do regionalismo foi transformada num problema teórico e pragmático, conformando os regionalismos externos e internos. Num sentido externo, foi-se delineando uma diferença quanto ao posicionamento do arquipélago: por um lado, através do persuasivo discurso claridoso, disseminado a partir da década de 1930, defendia-se um regionalismo europeu que antevia o arquipélago como um reduto cultural da Europa; em oposição, por outro, emergia, com maior dinamismo a partir da década de 1950, uma percepção ideologicamente arreigada de africanidade e que, por isso, gizava um regionalismo africano para as ilhas, como parte de África.⁷²

Por conseguinte, internamente, a pluralidade das experiências identitárias do arquipélago foi sendo objecto de uma redutora disputa política e cultural entre os dois grandes pólos: a ilha de São Vicente do grupo Barlavento e a ilha de Santiago do grupo Sotavento. É curioso que, com maior intensidade, em torno da revista *Claridade*, uma

⁷² Relembre-se que os claridosos se inspiravam no ideário luso-tropical. A propósito, as primeiras críticas foram, ironicamente, de Freyre (1962: 237-241), alegando assim que: “Trata-se de gente que, procurando ser europeia, repudia as suas origens africanas e encontra-se, em grande número, em processo de instabilidade cultural não apenas económica. [...] A presença dominante do europeu apenas se revela no que é oficial: edifícios, ritos de administração, o traje, o andar, a fala dos burocratas e dos negociantes importantes.” Porém, Baltasar Lopes (2010 [1956]: 239) contra-argumentava que: “o *processus* da formação social de Cabo Verde, salvo uma ou outra ilha sociológica destinada a desaparecer, se caracteriza pela fase mais avançada a que pode chegar o contacto das culturas europeias e africanas.” Nessa senda, Baltasar ressaltava que, no arquipélago, teria ocorrido uma espécie de “diluição de África”, num processo de “esfacelamento de culturas não europeias, de que se ocupam os especialistas dos fenómenos da aculturação.” E por isso, Baltasar expressava uma desilusão com “O Messias”, Gilberto Freyre. Recentemente, a partir da ilha de Santiago, e depois de uma relativização do movimento claridoso, ao questionar as impressões de Gilberto Freyre sobre o arquipélago, Gabriel Fernandes (2002: 105) pontuou que “tendo esperado encontrar em Cabo Verde um mestiço socioeconomicamente situado acima do negro e abaixo do branco, [Gilberto Freyre] não pôde suportar as pretensões de um *mestiço* que quis ver-se reconhecido acima do negro e ao lado do branco. Dir-se-ia que essa veleidade destruturante de *uma gente que quer ser europeia* lhe terá causado mais indignação do que o manifesto repúdio, por essa mesma gente, das suas origens africanas.” Ainda relativamente ao aspecto rácico na *Claridade*, num estudo recente sobre a imprensa caboverdiana, João Nobre de Oliveira (1998: 473-474) descartou as explicações baseadas no *alienismo* e na *mania de ser europeu*, para se centrar na convivência inter-étnica e interclassista, na pobreza económica, na pequenez do meio e no contexto político.

publicação periódica moderna que desejava clarificar os problemas caboverdianos, a elite claridosa tenha transformado depreciativamente a ilha de Santiago numa «África interna» imersa na obscuridade, i.e., numa espécie de antítese da ilha de São Vicente, que era projectada como um «pequeno Brasil» ou uma «pequena Europa». Impunha-se uma dupla inferiorização de África e de Santiago, a par de uma dupla valorização da Europa e de São Vicente. Tal ambivalência identitária no arquipélago caboverdiano, aliada à interiorização da ideologia colonial, foi gerando alguns estereótipos e criando condicionamentos negativos que, por sua vez, promoveram falsas distinções e divisões no seio da sociedade colonizada, algumas com efeitos profundos que persistiram no tempo. Para os claridosos, uma determinada resistência histórica e cultural significava o atraso civilizacional, a permanência do obscurantismo, o embrutecimento do «mau selvagem» (nesse caso, o rebelde chamado *badiu*) e a estagnação no tempo.⁷³

Foi assim, nesta linha de pensamento, que, no artigo intitulado “Apontamento”, João Lopes enunciava a hipótese de que a dualidade da cultura caboverdiana resultaria, então, de distintos sistemas económico-agrícolas do arquipélago: o regime de latifúndio aplicado ao caso concreto da ilha de Santiago e o regime de minifúndio implantado nas outras ilhas. Nesse tempo, João Lopes (1936: 9) concluía que:

Na história económico-social de Cabo Verde dois regimes há a isolar: o latifundiário aplicado em S. Tiago, e o minifundiário aplicado nas outras ilhas, nomeadamente em Barlavento. Este facto foi prenhe de consequências. O patriarcalismo agrário de S. Tiago, com os característicos *morgadios*, servidos por grandes propriedades, criou um tipo de civilização semelhante às zonas brasileiras de economia escravocrata à sombra das casas-grandes com os engenhos [...]. A escravidão mais acentuada, determinando no *badiu* de S. Tiago um complexo de inferioridade [...]. O *badiu*, isolado, não beneficiou na mesma medida dos seus irmãos das outras ilhas das consequências da miscegenação e da interpenetração de culturas que marcaram a acção do colonizador português. S. Tiago é em parte um compartimento estanque em Cabo Verde. Seus batuques evocando na insistência monocórdica do cimbó o que ficou lá longe, em África. As tabancas, anunciadas por meio de cornetas de chifre de boi, com as suas missas grandes, em

⁷³ Originalmente, o designativo *badiu/badia* reportava-se à sociedade escravagista para distinguir depreciativamente os «negros fujões» e os libertos insubmissos. Segundo José Luís H. Almada, o termo é actualmente apropriado para uma “auto-identificação, independentemente do [...] nível social ou cultural ou da [...] pertença racial, numa atitude de orgulhosa e reivindicativa incorporação de um termo muito usado, tanto no passado como no presente, como símbolo de estigmatização.” Contrariamente, *sanpajudu* é o termo utilizado para designar “os originários de todas as outras ilhas de Cabo Verde que não Santiago e talvez o Maio, mais particularmente as situadas no Barlavento” (Almada, 2008: 37).

que num curioso sincretismo religioso as *bandeiras* são solenemente benzidas na igreja matriz. A fé nos bruxedos e histórias de malassombrados. A magia negra. Muita gente vai veladamente aos sítios recônditos do interior ter com o homem da magia negra para este *botar o inimigo na tamborona*, mediante mechas de cabelo, fotografias e roupas de baixo [...]. Colonizadas por gente modesta, sem grandes recursos para aquisição de vasta mão-d’obra escrava, não havendo depósitos que lhes facultassem a compra imediata de escravos, as ilhas de Barlavento particularizaram-se, transformando-se todos, senhores e escravos, numa família.

É importante assinalar a classificação que relegava um grupo social para as margens do projecto identitário. Em causa estaria a miscigenação que teria beneficiado menos a ilha de Santiago, pelo que esta foi taxada como um caso à parte, estando subentendida a sua africanização e, com efeito, a inferiorização da maior ilha do arquipélago.⁷⁴ Tal olhar de João Lopes (1936) assemelhava-se ao de outros escritores claridosos. Era elucidativa disso a refutação das ideias de Freyre (1962), empreendida por Baltasar Lopes (1956) que, recusando as considerações sobre a presença africana no arquipelágico, alegava que tais manifestações estariam localizadas no interior da ilha de Santiago. No romance *Chiquinho*, Baltasar Lopes descrevia o encontro de estudantes numa cidade cosmopolita da época (nesse caso, em Mindelo), onde o ritmo do *batuku* santiaguense delineava uma ponte que ligaria ao passado, à historicidade africana e ao presumível carácter estático dessa cultura. Estava-se na presença de uma situação de apropriação de preconceitos rácicos que sustentavam a discriminação de um grupo social encarado como portador de uma cultura pretensamente inferior:

Todo o mundo gosta da dança do *badiu*, que se entusiasma e mete na festa um batuque. Canta *Diguigui Cimbrom*, e, na altura devida, amarra um pano na cintura e põe tórno. Rebola a bacia, sem mexer as pernas nem o busto. Rapidamente reconstitui a apanha do cimbrão. Os braços balançam o pé de cimbrão, as mãos fazem concha para apanharem os grãos que vão caindo. Depois é um desequilíbrio do corpo todo, catando no chão. A sala está em África pura, sol na achada e paisagem de savana, com macacos cabriolando. O *badiu* leva todo o mundo consigo na sua viagem de regresso de séculos.

Tal representação negativa era percebida no romance de Baltasar Lopes e, hoje, por meio de Germano Almeida. A produção literária de Germano é ilustrativa da

⁷⁴ Nas palavras de Ilídio do Amaral (2001: 215), para “Santiago sempre coube também a maior percentagem de população negra do arquipélago, 76 p. 100 em 1940, cerca de 86 p. 100 em 1950, conferindo-lhe o lugar de ‘ilha mais negra’. Não podemos esquecer a importância histórica da raça negra na colonização da ilha e o papel desempenhado por Santiago como fornecedor de gente para o povoamento do resto do arquipélago.”

forma como o tradicionalismo rural santiaguense é encarado depreciativamente por um certo modernismo literário. É assim que sobressaem, em *Os Dois Irmãos*, o peso da tradição, a coisificação da mulher rural, a tragédia das facadas como indicativo de masculinidade pervertida e a invenção de uma espécie de *Caim-badiu*; e ainda, em *A Morte do Ouidor*, em que se assiste, na trama textual, a uma banalização e consequente exotização da aristocracia santiaguense, sobretudo pela via da depreciação da elite da época colonial, tornando extensível essa depreciação aos dias de hoje.

Ao invés de abordar a diferença colonial e da resistência histórica, bem como o da diferenciação interna desse processo, tal tipificação reforçava, e continua a reforçar, o peso da herança colonial assente na diferenciação cultural da comunidade dominada pelo colonialismo e pelo capitalismo. É curioso que a elite intelectual, auto-legitimada como porta-voz do arquipélago, tivesse possuído e ainda possua um conhecimento localizado da realidade social arquipelágica. No passado colonial, tal restrição devia-se não somente a uma fraca mobilidade interna e externa dos intelectuais caboverdianos, mas também ao facto de a visão baseada em relatos de alguns viajantes e em narrativas etnográficas que privilegiavam o exótico ser assaz estereotipada. Por isso, relativamente à dinâmica do mundo rural santiaguense, predominavam na época preconceitos que se ancoravam na racionalidade europeizante e numa ideologia colonial. Isso comprovava uma certa persistência de eurocentrismos nas estruturas da mentalidade dominante.

No artigo “Tomada de Vista”, Manuel Lopes (1936: 5) concluía que era:

[...] vulgar verem-se desembarcar nestas ilhas africanas, principalmente em São Vicente, estrangeiros sedentos de exotismos, com aquela doentia curiosidade de quem pisa terras de África e, por conseguinte, terras de mistério, e que ao cabo de meia hora de cirandagem, tornam a embarcar desiludidos e azedos, porque nada de novo colheram, nem nenhum mistério desvendaram: não viram manipansos, não assistiram sequer a uma sessão de magia negra. O problema do caboverdiano é menos de ordem tradicional e estático, que cultural e dinâmico.

Impunha-se, portanto, o que se pode denominar por uma ideia fixa e fixante de África, a qual configurava um dos problemas do movimento claridoso e, com efeito, o seu carácter essencialista na abordagem do continente africano. Nesta senda, para a

geração claridosa, a África resumia-se àquilo que era disseminado através da literatura colonial. Tal como João Lopes e Baltasar Lopes, o olhar de Manuel Lopes reflectia uma tentativa de distinguir entre o tradicional e o moderno, aliada à preocupação de diferenciar o estático do dinâmico e o cultural do biológico. Nesse tempo colonial, a África era representada como uma entidade misteriosa que teria ficado lá longe, atávica e distante (Manuel Lopes [1936: 5-6]), ou então ali perto, em Santiago (João Lopes [1936: 9]). Nessa ordem de ideias, situavam-se alguns poemas de Jorge Barbosa que, apesar da sua intensa complexidade, deambulavam numa subtil ou expressiva dualidade de representação, sobretudo quanto ao tópico da cor e ao tema da África. A propósito, tal como a carta de Pero Vaz de Caminha sobre o achamento do Brasil, o poema “Prelúdio”, de Jorge Barbosa, descrevia a natureza virginal das ilhas, ressaltando que, no caso caboverdiano, não havia ‘nem homens nus/nem mulheres nuas’. Para além de uma naturalização das ilhas, em “Relato da Nau” e “África”, Jorge Barbosa enunciava a dominação europeia e a tarzanização do continente africano no imaginário claridoso.

Prelúdio

Quando o descobridor chegou à primeira ilha
nem homens nus
nem mulheres nuas
espreitando
inocentes e medrosos
de trás da vegetação.

Nem setas venenosas vindas no ar
nem gritos de alarde e de guerra
ecoando pelos montes.

Havia somente
as aves de rapina
de garras afiadas
as aves marítimas
de voo largo
as aves canoras
assobiando inéditas melodias.

E a vegetação
cujas sementes vieram presas
nas asas dos pássaros
ao serem arrastadas para cá
pelas fúrias dos temporais.

Quando o descobridor chegou
e saltou da proa do escaler varado na praia
enterrando
o pé direito na areia molhada
e se persignou

África

ÁFRICA!
no teu corpo não sararam ainda as feridas
das renhidas
pelejas de assaltos rapaces
feitas para a glória das conquistas
e para o prestígio dos impérios!

Pairam ameaças ainda
dos dominadores
senhores
do teu destino!

ÁFRICA!
do sol forte que dá vida à terra
e deixa um traço
de cansaço
na fisionomia mortuária dos biliosos!

ÁFRICA!
na tua fauna há todas as maravilhas da criação
todos os concertos, todos os ruídos,
– uivos enraivecidos
de feras lutando,
sussurros esmaecidos
na volúpia dos sexos proliferando,
vagidos
na agonia das presas assaltadas,
cantos alegres de aves,
anofeles zumbindo,
hienas nocturnas carpindo

receoso ainda e surpreso
pensando n'El-Rei
nessa hora então
nessa hora inicial
começou a cumprir-se
este destino ainda de todos nós.

Jorge Barbosa (2002)

Relato da Nau

Era antigamente
a primeira nau de escravos
no rumo do Arquipélago
rápida navegando
sob o impulso dos alísios. [...]

A nau era negra.ira.
Contudo possuía
algo de grandeza nos mastros altos
com as vergas em cruces. [...]

Tinha a nau o odor
alado dos sexos
dejectos e micções
que subia nauseante do porão
onde vinham negros aprisionados
na costa africana. [...]

E o capitão ordenou
a baldeação sem demora
do porão e dos escravos
em grupos vigiados
ao longo do convés.

Para o prémio de tanto
esforço e cansaço
distribuiu aos tripulantes
a cada um
quartilho de rum
uma escrava desnuda
e deu o dia todo e a noite
para o sono e repouso. [...]

Jorge Barbosa (2002)

como os meninos que choram pelas mães!
Há todas as surpresas, todas as ciladas,
jibóias hercúleas e vorazes
que engolem os bois incautos das manadas,
exércitos de formigas audazes
assaltando as jibóias imobilizadas
nas longas digestões,
cobras emboscadas
esperando o momento propício da mordedura,
jacarés escondidas nos lodos dos rios
para o ataque imprevisto!

ÁFRICA!

dos bóeres expulsos por causa do solo fecundo
por causa das minas de Orange e Transval.

ÁFRICA!

das cerradas matas misteriosas
sem sinal
da profanação do homem ainda;
das cidades tumultuosas
que os brancos trouxeram,
das frutas saborosas
e dos produtos ricos que vão nos vapores
a caminho da Europa insaciável!

ÁFRICA!

onde todas as raças têm aventureiros,
aonde todas as raças mandaram emissários!...

Os teus artistas de infantis ingenuidades
talham em pedaços de madeira coloridos
animais estranhos, divindades,
para apetecido tesouro
das virgens nuas dos sertões.

Escuto ao longe os rumores,

ÁFRICA,

dos teus tambores
em cuja cadência guerreira e bárbara
reconstituo pretos ágeis e tatuados
dançando e lutando.

A tua natureza exuberante
possui um sentido oculto que convida
a gente das tuas selvas
para o festim incessante
da camaradagem da vida
vivida com alegria ao ar livre
e para os desejos naturais que o sexo dá!

À beira dos teus rios,
à sombra das tuas selvas
ao calor do teu sol,
no teu ventre fecundante,
dormem as energias da tua raça,
até vir a hora arfante,
a hora clarim da tua manhã triunfante!

Jorge Barbosa (2002)

Assim, a ilustração poética de Jorge Barbosa projectava a África como uma antítese da Europa e da civilização. Aliás, numa conversa com a jornalista e escritora Maria Helena Spencer, publicada inicialmente em 1954, em *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, o conceituado poeta Jorge Barbosa apontava que o seu maior desejo era “andar por aí, pelo mundo fora”, em “aventuras coloridas e maravilhosas: Brasil, Honolulu, Itália, mulheres bonitas e perigosas, surpresas, temores de naufrágios, caçadas arriscadas... Mandar-lhe-ia a minha fotografia mais espectacular: um tigre real abatido a meus pés e eu, dominando o acontecimento, de capacete de caqui, a carabina sob o braço, talvez fumegante ainda...” (cf. Spencer, 2005). Constata-se assim uma influência (ou ironização) da literatura de aventura europeia no pensamento de um dos mais ilustres poetas claridosos, Jorge Barbosa.

Essa depreciação do continente africano conduzia à depreciação de “uma ou outra ilha sociológica” (Lopes, 1956 [2010: 239]). Talvez por ser estrangeiro, com a autoridade colonial que lhe conferia o estatuto de cidadão metropolitano, José Osório de Oliveira (1936: 4) captava com certa agudeza os elementos que definiam a lógica de exclusão interna: “note-se que o habitante de Sant’Iago é o de menor desenvolvimento intelectual, por ser mais puramente africano, por ser menor nessa ilha a obra de miscigenação, por aí ainda influir o ‘éthos’ da África negra.” Predominava, portanto, nessa época, a ideia de associação da ilha de Santiago com a África e, por essa razão, a aferição da sua alegada inferioridade intelectual. Paradoxalmente, esta visão dominante denunciaria não só o eloquente discurso claridoso de harmonia racial, social e cultural, como também a mentalidade condicionada pela ideologia colonial.

Relativamente à herança africana, é curioso reparar que o discurso claridoso tenha adoptado dois sentidos complementares: por um lado, a negação da prevalência dessa herança no arquipélago, defendendo a generalização de uma identidade mestiça, sem traços de origem, sem complexos e sem racismo; por outro, em flagrante discurso contraditório, a imputação do elemento «afro-negro» à ilha de Santiago, provocando um alegado complexo de inferioridade no *badim*. Verifica-se, com efeito, que o discurso claridoso se encontrava eivado de preconceitos ráticos dissimulados, tanto em relação

à África como à ilha de Santiago, o que entrava em contradição com a visão apregoadada do esvaziamento de conteúdo étnico e da ausência de racismo no arquipélago, ademais num contexto histórico colonial marcado pelas leis salazaristas de discriminação racial.

Contudo, a interiorização de preconceitos rracicos não eram apenas um apanágio da elite intelectual da época. Estes mesmos preconceitos estavam também arreigados no imaginário popular, inclusive do colectivo social vaticinado como o mais negro do mestiço caboverdiano, encontrando-se por isso disseminado o estigma da cor negra. Evoque-se, a título exemplificativo, a referência do gravador Carlos Moreira, originário da ilha de Santiago, outrora na diáspora, no romance de viagem de Jean-Yves Loude (*Cabo Verde: Notas Atlânticas* [1999: 13 e 61]):

O colonizador desapossou-me do meu passado, desenraizou-o cuidadosamente do meu ser. Nada nos deixava supor a nossa origem. Na escola, aprendíamos de cor as linhas dos caminhos-de-ferro que partiam do Porto ou de Faro; e quando era preciso desenhar a beleza, apenas tínhamos como modelo imagens de europeus. O belo era branco. [...] É verdade que éramos negros, mas estávamos convictos de que não nos parecíamos com os africanos que gesticulavam nos ecrãs do cinema. Apontávamo-los com o dedo: ‘Olha, os pretos da Guiné!’ Poderiam ter sido esquimós, o que importava é que não éramos nós. Em compensação, já não tínhamos antepassados, clãs ou berço. Restava-nos um corpo. Quando começava a dançar, esse corpo animava-se, impelido por uma energia espontânea e por uma volúpia que o baptismo reprovava. Os nossos tambores foram confiscados, escondidos atrás das igrejas, e as nossas danças acabaram por ser relegadas à clandestinidade. No forte da nossa alma, só resistiu a consciência de ser caboverdiano, diferente, ser único mas fragmentado em dez pedaços separados pelo mar e pelos olhares que se demoram nas pequenas diferenças de pele. [...] Não tínhamos problemas em ser negros, mas não negros da Guiné. [...] Foi preciso um vizinho polícia ser preso por um delito cuja causa esqueci, e ser internado na prisão do Tarrafal, a norte da ilha, para descobrirmos a existência de África. A prisão albergava condenados angolanos que as gentes da nossa aldeia vislumbravam na altura das visitas. No regresso, contavam ter visto negros de África a esculpir nozes de coco com rara habilidade. [...] o colonizador tinha conseguido fabricar hierarquias; e do mestiço mais claro ao negro mais escuro, cada um procurava denunciar aqueles que estavam mais atrasados que ele [...]. O homem caboverdiano nunca deixou de ser um dotado artesão: quanto mais sofre, mais cria. [...] Quanto mais amordaçaram a sua boca, mais foi capaz de desenhar novos modos de expressão para continuar a falar para lá das intimidações. Quanto mais contiveram o seu corpo, mais ele o disfarçou, como nas festas da tabanca, para parodiar uma sociedade que prega o paraíso, mas copia o inferno.⁷⁵

⁷⁵ Recentemente, num estudo intitulado *Mandjakus São Todos os Africanos, Todas as Gentes Pretas que Vêm da África: Estigma e Xenofobia em Cabo Verde*, a antropóloga Eufémia Rocha (2009) desenvolveu uma análise interessante sobre a discriminação racial e a xenofobia que a comunidade imigrante de outros países africanos enfrenta em Cabo Verde e, mais concretamente, na capital do país (cidade da Praia, ilha de Santiago).

Foi com a geração independentista que surgiram críticas radicais à política de assimilação cultural. Da mesma forma, a própria literatura claridosa se tornava alvo de intensa contestação e de relativização. Uma das críticas proveio de Amílcar Cabral, no artigo intitulado “Apontamentos sobre Poesia Caboverdiana”, publicado inicialmente, em 1952, em *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, e inserido em *Unidade e Luta: A Arma da Teoria* (1976a). Apesar de algumas excepções pontuais, Cabral entendia que o período anterior à *Claridade* tinha legado uma poética “desligada do meio”, sendo que a modificação ocorreria com a geração claridosa, voltada para os dramas do povo. Nas suas palavras, os poetas da *Claridade* “são homens-comuns que caminham de mãos dadas com o povo e de pés fincados na terra.” Não obstante, no seu entender, a poesia caboverdiana tinha de “transcender a ‘resignação’ e a ‘esperança’” da geração claridosa, porque a insularidade e as secas não bastariam para justificar uma estagnação perene do arquipélago, nem a prisão das ilhas se poderia imputar ao mar. Isso explicava a viragem política de Cabral, ao concluir que “o sonho de evasão, o desejo de ‘querer partir’, não pode eternizar-se.” Tratava-se de uma politização radical do discurso caboverdiano, exortando para uma necessidade de se construir “outra terra dentro da nossa terra”. E desse modo, um incentivo à poesia de combate e uma subtil proposta de acção em prol da libertação nacional, algo que não tardaria a acontecer, no quadro de uma luta de libertação africanista. Na poesia, se anteriormente o poeta Jorge Barbosa propalava uma certa «orfandade continental de Cabo Verde» (cf. Almada, 2007), num poema escrito em 1943, o ainda jovem Amílcar Cabral apontava a filiação africana das ilhas.⁷⁶

Panorama

Destroços de que continente,
de que cataclismos,
de que sismos,
de que mistérios?...
Ilhas perdidas

Naus sem Rumo

Dispersas,
emersas,
sozinhas sobre o Oceano...
Sequiosas,
rochosas,

⁷⁶ Segundo Julião Soares Sousa (2011: 88), “em virtude da educação recebida na Praia, no Mindelo e mais tarde em Portugal, pelo menos até 1949, o próprio Amílcar teve dificuldades em libertar-se da imagem de um Cabo Verde integrado dentro do chamado ‘mundo português’ e também do sentimento de ser português, devido a uma alienação à História e à cultura portuguesas.” Isto, porém, “não deixava de colidir com [...] [o sentimento] de revolta em relação ao destino do povo caboverdiano, estigmatizado pela fome e pelas crises agrícolas.” Para Soares (2011: 113), a passagem para a africanidade teria ocorrido em Portugal, onde efectuou os seus estudos superiores num ambiente marcado pelo contacto com os estudantes das outras colónias portuguesas e com o movimento da negritude, protagonizado por estudantes originários das colónias francesas e residentes em Paris.

no meio do mar,
esquecidas
num canto do mundo
– que as ondas embalam,
maltratam,
abraçam... [...]

Jorge Barbosa (2002)

pedaços do Africano,
do negro continente,
as enjeitadas filhas,
nossas ilhas,
navegam tristemente... [...]

Larbac (Amílcar Cabral)
(*apud* Oswaldo Osório [1984])

Na década de 1950, na sua produção teórica e prática política, Amílcar Cabral abria as portas para o advento do nacionalismo africanista no arquipélago. Ao fim e ao cabo, Cabral (1976a e 1976b) contribuiria para a transição do paradigma culturalista em Cabo Verde. Ao estabelecer uma intensa relação entre a luta de libertação nacional e a cultura, Cabral defendia a luta de libertação, não apenas como um facto cultural, mas também como um factor de cultura. No entender de Cabral, o valor da cultura, enquanto elemento de resistência, prendia-se com o facto de “ser uma manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade colonizada”. Tratava-se de uma defesa da cultura como determinante da realidade histórica. Com efeito, afiançava Cabral, a cultura determinava a história através da influência que podia exercer sobre a evolução das relações entre as pessoas e o meio, e entre os grupos sociais no seio de uma sociedade. Amílcar Cabral entendia que, pela negação do processo histórico do povo dominado, o domínio colonial implicava uma rejeição do processo cultural. Consequentemente, as lutas de libertação tinham sido precedidas por uma intensificação das próprias manifestações culturais, na tentativa de “afirmação da personalidade cultural do povo colonizado como acto de negação da cultura do opressor.” Em última instância, no entender de Cabral, o fundamento da libertação nacional residia no direito inalienável de o povo reaver a sua própria história, usurpada pela dominação imperialista (Cabral, 1976a: 223-225).

Uma ideia importante, no pensamento de Amílcar Cabral, consistia na defesa da cultura como um elemento essencial e resultante da história de um povo, tendo por base o nível das “forças produtivas” e o “modo de produção”, e podendo também ser influenciada por factores externos. Por isso, a libertação nacional implicaria a libertação das “forças produtivas” e a escolha do “modo de produção” adequado para o povo, o

que abriria perspectivas novas ao processo cultural. Em suma, Cabral defendia que, se o domínio imperialista tinha uma necessidade vital de praticar a opressão cultural, a libertação nacional representaria um *acto de cultura* (Cabral, 1976a: 223-225).

Numa análise mais detalhada do papel da cultura no movimento de libertação, Cabral estabelecia uma distinção entre as «massas populares», que preservavam a sua cultura, e as «elites autóctones», assimiladas e alienadas, que viviam “material e espiritualmente a cultura do estrangeiro colonialista” com o qual, em última instância, procuravam “identificar-se progressivamente, quer no comportamento social, quer na própria apreciação dos valores culturais indígenas.” De acordo com Cabral, as «elites autóctones» situavam-se entre as «massas populares» e a «classe dominante estrangeira». Devido às barreiras impostas pelo sistema colonial, Cabral compreendia que as «elites autóctones» se tornavam prisioneiras das contradições da realidade cultural e social em que viviam, porque, no fundo, não podiam fugir à sua condição de classe marginal ou marginalizada em relação à minoria dominante estrangeira. Tal facto configurava, para Cabral, o drama sociocultural das elites coloniais, que vivenciavam um sentimento de amargura ou um complexo de frustração e, paralelamente, sentiam uma necessidade de contestar a sua marginalidade e de descobrir uma identidade, por via do «retorno às fontes». Portanto, segundo Cabral, devido ao fracasso da tentativa de “identificação com a classe dominante estrangeira, para a qual é impulsionada tanto pelos elementos essenciais da sua formação cultural como pelas suas aspirações sociais, esta necessidade de libertação do complexo de frustração e da marginalidade leva a pequena burguesia autóctone a voltar-se para o outro pólo do conflito sociocultural no seio do qual vivia – as massas populares –, procurando uma identidade.” Como tal, conforme afiançava Cabral, “só no domínio cultural a pequena burguesia autóctone pode tentar satisfazer essa necessidade de libertação e de conquista de uma identidade.” Nas suas palavras, o «retorno às fontes» consistia na “negação, pela pequena burguesia indígena, da pretensa supremacia da cultura da potência dominante” (Cabral, 1976a: 238).⁷⁷

⁷⁷ De acordo com Frantz Fanon (2002: 207), para escapar à supremacia da «cultura branca», o Colonizado sentia a necessidade de regressar às raízes ignoradas. No caso caboverdiano, Manuel Duarte (1999: 29) indagava: “o que vem a ser esta consciência angustiosa de limitações, este sentido íntimo de luta, senão liberdade moral?”

Nessa época, a questão das origens da cultura caboverdiana ocupava um grande destaque no pensamento crítico de alguns intelectuais caboverdianos que defendiam uma perspectiva africanista para o arquipélago. No artigo intitulado “Caboverdianidade e Africanidade”, publicado inicialmente em 1951, na conhecida revista coimbrã *Vértice*, e reeditado na colectânea *Caboverdianidade e Africanidade e Outros Textos*, Manuel Duarte punha a tónica na africanidade das ilhas de Cabo Verde, criticando a persistência de um complexo de raça e cultura no arquipélago, i.e., o recalcamento social e individual da «herança negro-africana» ou da «raça negra materna», conforme sublinharia num outro texto, “Cabo-Verde e a Revolução Africana”. Deste modo, num tom crítico, Manuel Duarte evidenciava o fenómeno colonial, a alienação colectiva imposta pela política de assimilação cultural, a necessidade de quebrar as cadeias do jugo colonialista e a escolha de um destino africano. Na mesma esteira, um artigo de contestação cultural, intitulado “Consciencialização na Literatura Caboverdiana”, de Onésimo Silveira (1963), cunhava a produção literária claridosa como uma «literatura de exportação», voltada mais para a metrópole do que para os problemas do povo, e como uma literatura estribada num «barlaventismo»,⁷⁸ o que ilustraria uma «inautenticidade» e um «assimilacionismo», ainda que considerando a sua historicidade e os mecanismos repressivos estadonovistas.

Na senda do debate do período independentista, nomeadamente pelo livro de poesia *Noti*, de K. Dambará (1968?), e pelos ensaios de O. Silveira (1963), Amílcar Cabral (1976a e 1976b) e Manuel Duarte (1999), têm intensificado a contextualização, a relativização, a contestação, a desconstrução e, simultaneamente, a aclamação e a revitalização do discurso claridoso (cf. Andrade, 1997; Almada-Duarte, 1998; Anjos, 2002; Fernandes, 2002; Silveira, 2005; Brito-Semedo, 2006; Almada, 2006; Almada,

⁷⁸ Em particular, sobre o povoamento tardio (a partir do século XVIII), o crescimento e a decadência (a partir dos anos trinta do século XX) da cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente (Barlavento), ver António Correia e Silva (2000). Segundo João Nobre de Oliveira (1998), ainda nos anos trinta do século XX, a cidade do Mindelo usufruía de certos privilégios administrativos, sendo onde se encontravam o Liceu Nacional de Cabo Verde, a principal base militar do arquipélago e os melhores empregos, da mesma forma que era o maior pólo de atracção nacional e estrangeira. Por isso, havia uma sociedade *sui generis* na ilha de São Vicente, mais dependente do estrangeiro do que do mercado interno. Com efeito, dos anos vinte até à década de setenta, a cidade do Mindelo só não foi a sede do poder político, mas, na época, ocupava uma posição privilegiada no arquipélago, a nível económico, cultural e militar. E, dessa situação privilegiada do Mindelo, resultaria assim uma atitude de superioridade da sua população em relação às outras ilhas (Oliveira, 1998: 394-396).

2007; Gomes, 2008; Barros, 2008; Laranjeira, 1985, 1992 e 2010). Quanto à relevância da dimensão regional na explicação da identidade e clivagem sociais, António Correia e Silva (1998a e 1998b) propôs uma análise crítica a partir da experiência histórica do arquipélago, destacando uma longa disputa entre Praia e Mindelo, especialmente, pela centralidade político-administrativa (cf. Correia e Silva e Cohen, 1997).

No período pós-colonial, fortaleceram-se as dinâmicas de provincialização e de relativização das análises etnográficas e literárias claridosas. Nesta senda, registou-se um intenso desencravamento de múltiplas mundividências, fazendo despontar um conjunto de manifestações culturais marcadamente contra-hegemónicas. Contudo, na euforia dos anos pós-independência (1975-1990) e dos anos pós-abertura política (a partir de 1991), enquanto se alargaram os incentivos à descolonização do imaginário cultural nacional, assistiu-se também a uma progressiva oficialização e canonização da literatura claridosa (cf. Bettencourt, 2010).⁷⁹ Tal revalorização da literatura claridosa conduziria a uma progressiva marginalização das representações africanistas, pelo que se tornou trivial uma coexistência hierarquizada de duas visões culturalistas, sendo uma tendencialmente europeizante e outra tendencialmente africanizante. É curioso que, no entanto, as duas visões exclusivistas estejam a ser superadas por um paradigma literário emergente, inaugurando uma etapa pretensamente universalista (cf. Laranjeira, 2011).

⁷⁹ O movimento claridoso apareceu com a revista *Claridade*, fundada em Março de 1936, na cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente, cujos protagonistas foram os escritores Baltazar Lopes, Jorge Barbosa e Manuel Lopes. No total, entre 1936 e 1960, foram publicados nove números da revista. Nos últimos números, houve um aumento da lista de colaboradores, com a participação de neo-realistas do jornal *Certeza* (fundado em 1944, no Mindelo) e de fundadores do *Suplemento Cultural* do jornal *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação* (fundado em 1958, na cidade da Praia). Assim, ao todo, incluindo os originários da província e da metrópole, a revista *Claridade* teve os seguintes colaboradores: Aguinaldo Brito Fonseca, António Aurélio Gonçalves, Arnaldo França, Artur Augusto da Silva, Baltazar Lopes, Corsino Fortes, Félix Monteiro, Francisco Lopes, Francisco Mascarenhas, Gabriel Mariano, Henrique Teixeira de Sousa, João Lopes, Jorge Barbosa, José Osório de Oliveira, Jorge Pedro, Manuel Lopes, Manuel Serra, Mário Macedo Barbosa, Nuno Miranda, Onésimo Silveira, Ovídio Martins, Pedro Corsino Azevedo, Pedro de Sousa Lobo, Sérgio Frusoni, Terêncio Anahory, Tomaz Martins, Virgílio Avelino Pires, Virgílio Melo e Xavier Cruz (cf. Ferreira, 1986 e 1997). De facto, a *Claridade* foi uma revista masculina. Curiosamente, numa linguagem militar, Baltazar Lopes (1986) comparava a equipa da revista *Claridade* com um “quartel de poucos oficiais”. Nenhum artigo de autoria feminina foi publicado na revista, ainda que, na época, existissem mulheres escritoras. Somente no último número da revista foram citadas algumas cantigas de Nha Ana Procópio (cantadeira da ilha do Fogo), objecto de análise, num pequeno texto de Félix Monteiro (1960). E assim, o lugar da mulher era como mero objecto, mergulhada na chamada «tradição oral». Tratava-se do preenchimento dos pólos inferiores das distinções dicotómicas coloniais e sexistas entre homem e mulher, moderno e tradicional, literatura e oratura, língua portuguesa e língua caboverdiana.

Nos últimos anos, por meio da produção literária e ensaística e, igualmente, do diálogo entre oratura e escrita, tem ocorrido uma progressiva recuperação valorativa e reivindicativa da dita dimensão «afro-crioula», em contraposição tanto ao ideário do branqueamento da chamada dimensão «lusu-crioula» perfilhada pela geração claridosa, quanto à apelidada dimensão «afro-negra» defendida pela geração independentista (cf. Almada, 1998a, 1998b, 1998c, 2005a, 2005b e 2007). Paralelamente a um conjunto de manifestações culturais, assiste-se ao incremento da prospecção cultural, popularizada com a produção discográfica pela «Geração Pantera» ou «Geração Ayan» (Pantera, Lura, Tcheka, Princezito, Mayra, Vadú, etc.), privilegiando os símbolos culturais do tradicionalismo rural santiaguense, tais como o *batuku*, o *finaçon* e a *tabanka*, na forma orquestral (cf. Gonçalves e Monteiro, 2005). É curioso observar-se uma apropriação da «crioulidade» através do trabalho e da viagem atlântica de Mário Lúcio Sousa, com a produção discográfica *Badyo* e *Kreol* (cf. Almeida, 2010; Hubbard, 2011; Gomes, 2011).

Verifica-se que o actual movimento da «crioulidade» tem atravessado diferentes subcampos culturais, envolvendo um conjunto bastante diversificado de criadores e produtores artísticos, portadores de pertenças múltiplas e híbridas. Embora este novo movimento tenha ganho uma grande projecção, tanto nacional como internacional, devido à dinâmica discursiva e inclusiva de manifestações culturais subalternizadas, nota-se, no entanto, que ainda não se adensou suficientemente para se contrapor às representações dominantes, estribadas no ideário do branqueamento. Uma outra preocupação que se coloca é a de saber se, no projecto político e cultural emergente, permanece o carácter culturalmente hierarquizado à semelhança do que revelaram as representações claridosas (ainda dominantes). Ou seja, a revitalização da expressão «crioulo» e a afirmação da «crioulidade» decorrem numa estratégia de mediação entre Europa e África, pressupondo que a África ocupa uma posição cultural subalterna face à superioridade europeia? Nesta linha de preocupações, resta saber se o movimento da «crioulidade» consiste num mero exercício de sublimação estética e expressiva do hibridismo e da aculturação, ou se possibilita uma renovação do paradigma culturalista e sobretudo uma maior harmonização e necessária despolarização das representações do arquipélago.



Fotos 4 e 5: Sobrado antigo e aglomeração em torno da ruína da Sé, Ribeira Grande de Santiago.
(Fonte: CEG-UL, 1962)



Fotos 6 e 7: Funcos em áreas campestres, ilha do Fogo, e casas com tecto de colmo, ilha de Santiago. (Fonte: CEG-UL, 1962)



Fotos 8 e 9: Largo principal da vila de S. Filipe, ilha do Fogo, e centro do povoamento de Calheta S. Miguel, ilha de Santiago. (Fonte: CEG-UL, 1962)



Fotos 10 e 11: centro do Tarrafal, ilha de Santiago. (Fonte: CEG-UL, 1962)



Fotos 12 e 13: mulheres no mercado em Assomada, ilha de Santiago.
(Fonte: CEG-UL, 1962)



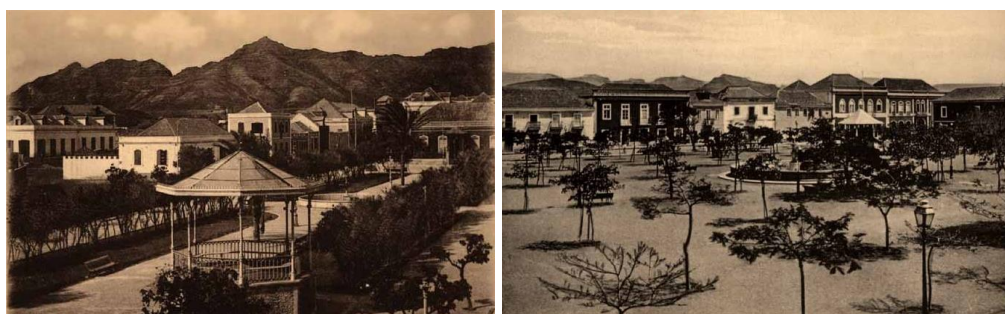
Fotos 14 e 15: porto de Ribeira da Barca, ilha de Santiago.
(Fonte: CEG-UL, 1962)



Fotos 16, 17 e 18: mulheres no mercado, ilha de Santiago, e mulheres da ilha do Fogo.
(Fonte: CEG-UL, 1962)



Fotos 19 e 20: Rua de Lisboa e Praça Serpa Pinto, São Vicente.
(Postais Antigos de Cabo Verde)



Fotos 21 e 22: Praça Nova, São Vicente, e Praça do Albuquerque, Praia/Santiago.
(Postais Antigos de Cabo Verde)



Fotos 21 e 22: Rua do Infante D. Henrique, São Vicente, e Rua do Corvo, Praia/Santiago.
(Postais Antigos de Cabo Verde)



Fotos 21 e 22: Rua D. Carlos, São Vicente, e entrada da cidade, Praia/Santiago.
(Postais Antigos de Cabo Verde)

1.2. A Cor da Classe: Transmutações Raciais e Sociais

Tendo como principais causas a seca e crise agrícola nacional dos anos vinte e a crise económica mundial do pós-1929, Cabo Verde enfrentava uma profunda alteração da estrutura social. Nesse tempo colonial, assistia-se ao colapso da estrutura social que remontava à época escravocrata, o qual punha fim ao mundo dos «sobrados» que dominava o meio rural caboverdiano, mormente nas ilhas agrícolas de Santo Antão, São Nicolau, Santiago, Fogo e Brava. Entre essas ilhas, a ilha do Fogo era a que apresentava uma estrutura social mais rigidamente hierarquizada, cujas relações entre classes eram mais formais, pelo que as famílias resistiam com maior veemência às vagas de mudança social. Não obstante, a crise económica provocara o desaparecimento do modo de vida senhorial da velha «elite branca», que preferia emigrar para o centro do império, para as outras antigas colónias ou para o Brasil, tanto por não suportar a perda do seu antigo estatuto social, quanto por não suportar a convivência com os «mulatos» em ascensão fulminante. Desse modo, os «brancos dos sobrados» foram sendo substituídos pelos «mulatos das lojas» (i.e., os comerciantes), o que se traduziu numa profunda alteração da paisagem étnica (Oliveira, 1998: 389-393).

No artigo intitulado “Uma Experiência Românica nos Trópicos II”, o escritor Baltasar Lopes (1947a: 9-10) assegurava que:

A democracia social reinante em Cabo Verde possibilita o contacto permanente entre o instruído e o povo iletrado; há ainda a crescer, como força de comunhão e de contemporização, a chamada ‘mobilidade vertical’, a qual dá um acentuado carácter de fluidez à posição de cada indivíduo ou família na escala das hierarquias sociais. No arquipélago, as classes não são categorias fechadas e estanques. O mesmo indivíduo pode conhecer durante a sua vida diversos escalões da consideração social, independentemente das circunstâncias do seu nascimento ou da cor da sua pele, tudo consoante o seu comportamento perante as perspectivas de acesso social. Esta mobilidade vertical tirou em Cabo Verde qualquer sentido ao conceito de raça. Assim, a expressão ‘gente branca’, tão corriqueira no arquipélago, não significa gente etnicamente branca, mas, sim, gente que ocupa bons lugares na escala social. O patrão do serviçal branco puro, ou simplesmente brancarana, ou *light-skinned*, pode ser negro retinto: no entanto, o criado serve em casa de ‘gente branca’. Aqui, deste modo, o factor social e o económico esvaziaram a expressão de todo o seu conteúdo étnico. Por estas razões, que eliminaram no arquipélago qualquer possibilidade de conflito de origem étnica (salvo, já se vê, uma ou outra basófia sem verdadeira relevância) e ainda pela pobreza reinante e pela contingência das possibilidades de acesso económico, talvez haja poucos lugares no mundo em que seja tão ténue a linha marginal que separa o *clérigo* do comum do povo, porque tanto

aquele como este não precisam de grande esforço, ou para rememorarem a sua situação passada, ou para figurarem perspectivas futuras de degradação social.

Era perceptível a influência em Baltasar Lopes do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. Na esteira do conceito de «democracia racial» de Gilberto Freyre para o caso brasileiro, Baltasar Lopes propunha o conceito de «democracia social» para o caso caboverdiano, sustentando a sua proposta com base em pretensas especificidades que essa realidade social apresentava na época em questão. No entanto, importa questionar como era possível equacionar realmente a «democracia social» numa comunidade colonizada e estruturalmente desigual. Em que consistia esse aparente esvaziamento do conteúdo étnico, considerando-se que a cor simbolizava concretamente a distinção social numa sociedade de base escravocrata? Quanto a este ponto em particular, é importante trazer mais alguns textos para esta reflexão sobre a questão da classe.⁸⁰

Numa tentativa de abordar a categorização social, o médico e escritor Henrique Teixeira de Sousa, no artigo intitulado “A Estrutura Social da Ilha do Fogo em 1940”, apresentava uma explicação sociológica que não só remetia para as origens raciais das desigualdades sociais, como também retomava uma determinada classificação da pirâmide da estrutura colonial.⁸¹ Nessa época, a tipificação de classe conformava-se com o tópico da cor, embora ilustrando a complexidade e a recomposição permanente do tecido económico e social, destacando um empobrecimento de pessoas da etnia «branca», paralelamente a uma progressiva «ascensão social» de pessoas etnicamente consideradas «negras e mulatas», num processo de transformação da estrutura social que, na perspectiva sociológica de Gabriel Mariano (1991a [1959]), decorria do «funco»

⁸⁰ No caso da cidade do Mindelo, para Mesquitela Lima (1992), havia uma sociedade dividida em três classes, sendo que, não obstante o contacto possível, cada uma ocupava o seu lugar. Desse modo, depois da Segunda Guerra Mundial, a “vida social de S. Vicente decorria entre o Grémio, onde só entravam membros da 1ª Classe, Rádio-Club para os da 2ª classe e certos clubes e agremiações populares para os pés-descalços” (Lima, 1992: 38).

⁸¹ A classificação social apresentada por Teixeira de Sousa era assaz semelhante à de António Pusich, que já falava em três classes a que “se reduzem os habitantes destas ilhas: a brancos, a mulatos e a pretos” (*apud* Andrade, 1997: 12). Conforme ressaltou a historiadora Elisa Andrade (1997: 16), diante de uma “escala de valores em que os brancos se encontram no cimo e os negros na base (lembramos aqui a abordagem que [o antigo governador] António Pusich fez das classes sociais em Cabo Verde no primeiro quartel do século XIX), não é de admirar o surgimento de uma sociedade com uma população marcada por preconceitos de cor.”

para o «sobrado». Assim, a cor da classe verificava-se nitidamente no seguinte excerto do mencionado artigo de Henrique Teixeira de Sousa (1947: 42-43):

Podemos considerar, na ilha do Fogo, quatro classes: a classe dos *Branços*; a classe dos [...] filhos de pai branco e mãe mulata ou preta, a que por comodidade chamaremos *Mestiços*; a dos *Mulatos* [...], filhos de pai e mãe mulatos; e finalmente a classe que pertence o *Povo* [...]. Não se trata de uma divisão puramente étnica, mas, em grande parte, social. De resto, é sabido que em Cabo Verde mestiços e mulatos podem passar à categoria social de brancos e vice-versa, consoante as suas possibilidades económicas ou sociais. No Fogo, todavia, a recepção de mulatos e mestiços no seio da família branca é difícil e mesmo rara, ao passo que a englobação desta naquelas duas categorias já é mais corrente [...]. Ao passo que os mulatos triunfaram na sua generalidade, a ponto de hoje serem os grandes comerciantes e agricultores da terra, exceptuando uma ou outra família branca que permaneceram isoladas e resistiram e sobreviveram à derrocada, os mestiços, esses, passam a vida a evocar a sua paternidade e mostram-se incapazes de idênticos progressos [...]. A ‘gente branca’, englobando os falhados e os raríssimos não falhados, dividem-se, por sua vez, em duas fracções que sempre têm disputado renhidamente a hegemonia administrativa da ilha. Possuem todavia um inimigo comum [...]. São os mulatos. Dos mestiços não falo, pois vimos já tratar-se de uma classe sem estrutura independente.

Este excerto faz recordar a história da «democracia racial» no Brasil (cf. Costa 2002 e 2006b), relativizando a raça e explicando as diferenciações raciais mais em termos da distinção entre classes. Na análise de Henrique Teixeira de Sousa, era a cor que estabelecia a própria significação social. Aliás, num artigo intitulado “Sobrados, Lojas e Funcos”, Teixeira de Sousa retomava a discussão, indicando uma «classe dos Brancos», uma «classe dos Mulatos» e uma «classe dos Negros». Deste modo, Teixeira de Sousa remetia igualmente esta problemática para um plano mais vasto, o das representações sociais no arquipélago (1958: 3-4):

Quem ainda por 1910 visitasse a ilha, nela encontraria na sua Vila principal (S. Filipe), um aglomerado de muitas casas residenciais, na maioria primeiro andares erguidos no velho estilo colonial, amplos, bom pé direito, avarandados, cobertos com telha marselhesa. Nesses sobrados moravam as famílias brancas, descendentes dos antigos povoadores europeus. Em habitações mais modestas, rés-do-chão, viviam as famílias mulatas remediadas, que forneciam a mão-de-obra especializada aos senhores da terra. Era nesta classe que se recrutavam os caixeiros, os empregados de escritório, as costureiras, as bordadeiras, etc. Nos arredores da Vila, em casas circulares cobertas de colmo, vivia a camada mais humilde, constituída por pescadores, criadas de servir, carregadores (não havia carros nesse tempo). Sob o ponto de vista étnico, os indivíduos desta última classe eram evidentemente, na sua maioria, mestiços, como os mulatos remediados. Porém, sob o ponto de vista social, eram considerados negros, e disso estavam humildemente convencidos todos quantos pertenciam ao bairro de Fonti-Lexo. No campo havia mais ou menos a mesma estratificação económico-social com as casas-

-grandes dos proprietários brancos, as pequenas propriedades dos mulatos *conservados* e o contingente dos pobres trabalhadores rurais. De sorte que, mais rigorosamente do que ficou explicado no meu trabalho anterior, a população encontrava-se socialmente dividida em três camadas: a dos brancos autóctones, a dos mulatos e a dos negros.

A transmutação dos atributos racionais em significação social ou, melhor dizendo, a concepção da raça-cor não como uma marca de distinção étnico-racial mas sim como um símbolo de classe social, foi ainda retomada por Félix Monteiro (1958: 9), que evidenciava o contacto cultural entre o lado europeu e o lado africano no arquipélago:

O ecletismo do programa das festas religioso-profanas que na ilha do Fogo se chamam 'Bandeiras' documenta um aspecto curioso dos resultados do contacto cultural verificado em Cabo Verde entre o branco europeu e o negro africano: em compartimentos estanques, os números sucedem-se com igual entusiasmo, a Europa na sala e a África no pátio interior da casa do festeiro, repartidas pela varanda funcional que é uma autêntica materialização das barreiras que outrora discriminavam, cada um para o seu lado, os brancos e os pretos, e hoje separam os ricos, ou socialmente hierarquizados, se quisermos falar com mais propriedade, dos pobres.

No livro de entrevistas *Cabo Verde: Encontro com Escritores*, Henrique Teixeira de Sousa (*apud* Laban, 1992) tentou justificar a sua opção pela abordagem literária da cor da pele das personagens e dos conflitos derivados dessas diferenças. Recorde-se que, em contrapartida, na esteira de alguns escritores claridosos, o ensaísta Manuel Ferreira (1985) defendia a ausência de conflitos decorrentes das diferenças de cor em Cabo Verde. Ciente dessas duas perspectivas antagónicas, Henrique Teixeira de Sousa (*apud* Laban, 1992: 192-195) tentou apresentar uma perspectiva sobre a variação do impacto das diferenças de cor em algumas regiões do arquipélago caboverdiano e na diáspora:

[...] Mas isso era uma realidade na ilha do Fogo, fenómeno que só há poucas décadas viria a desaparecer. Conheci esse racismo na minha ilha. A aristocracia branca do sobrado, descendente de antigos donos de escravos, mantinha a mesma atitude senhorial em relação ao negro e ao mulato. Não só isso, como até de desprezo, porquanto nenhum tipo de convivência com as suas últimas classes era consentido pelos mais conservadores. Se, por exemplo, um mulato, mesmo brancóide, ousasse olhar para a varanda ou janela duma 'sinhã-moça', surgia logo uma reacção violenta por parte do 'pater famílias'. E se houvesse dúvidas quanto à hereditariedade do brancóide, procedia-se a uma investigação exaustiva até se apurar a origem ou origens do 'atrevido'. Ora, Manuel Ferreira conheceu e viveu uma realidade social muito diferente. Este escritor permaneceu alguns anos em S. Vicente, nos anos 40, ilha onde os privilégios de classe já não coincidiam com a cor da pele. Tanto havia mestiços ou negros no sobrado como brancos ou brancóides nos subúrbios, morando em casebres miseráveis. As

classes sociais em S. Vicente já se apoiavam mais no poder económico do que na pigmentação da pele. [...] Daí que a obra de Manuel Ferreira não reflecta qualquer tipo de racismos, mas apenas de diferenciação classista. [...] o perfil da sociedade da capital era idêntico ao da sociedade de S. Filipe. Assim, aprendi desde criança que a cidade da Praia era um centro urbano apenas mais importante que S. Filipe por ser a capital de Cabo Verde. [...] observava o mesmo estilo de vida, a mesma arquitectura, as mesmas discriminações [...]. Também posso acrescentar que a ilha Brava, embora não a conhecesse bem nessa altura, apresentava idêntica estrutura social, porém com um racismo menos agressivo do que o da ilha do Fogo. Embora pouco agressivo, esse racismo bravense perdurou até muito recentemente nos Estados Unidos da América do Norte no seio da comunidade daquela ilha *versus* os imigrantes mestiços e negros do arquipélago. [...] Em Santiago predominou por muito mais tempo o regime latifundiário com proprietários absentistas cuja intervenção nos terrenos de lavoura se limitava à cobrança anual das rendas. Ao passo que no Fogo, a grande propriedade começou a esboroar muito mais cedo com a concomitante decadência da classe branca. Em Santiago, o mulato de ‘loja’, isto é, a classe média, posto que existente, tinha todavia menos relevância do que a classe similar no Fogo, talvez por ter sido mais intenso o fenómeno de emigração nesta ilha do que naquela. E a emigração recrutava exactamente os mestiços e os negros. [...] Assim, podemos dizer que houve em Santiago maior distanciamento socioeconómico entre o branco e o negro [...], precisamente pela fraca relevância da classe média na maior ilha de Cabo Verde. É claro que, posteriormente, as coisas também evoluíram em Santiago para uma situação de equilíbrio sociorracial, mais aceleradamente a partir da descolonização.

Recentemente, numa tentativa de refutar a abordagem sócio-étnica de Henrique Teixeira de Sousa quanto à ilha de Santiago, o ensaísta santiaguense José Luís Hopffer Almada (2007: 283) procurou focalizar algumas imprecisões factuais, reposicionando estrategicamente a elite santiaguense nos jogos de poder no arquipélago:

[...] quanto à qualificação de Santiago como a derradeira retaguarda dos latifundiários brancos como factor explicativo da maior sobrevivência nesta ilha do Sotavento caboverdiano da herança afro-negra, cabe contrapor que foi na grande ilha que, num quadro geral de emergência dos traços essenciais e típicos da criouldade caboverdiana, se assistiu, pela primeira vez, quer à ascensão social do negro e do mulato à categoria de ‘branco da terra’, quer à sua aristocratização intelectual, como provam os exemplos de André Álvares de Almada e de André Donelha, bem como o testemunho do Padre António Vieira, e atestam os estudos de historiadores como Senna Barcellos, António Carreira, Daniel Pereira e, mais recentemente, dos investigadores integrados na Equipa para a Elaboração da História Geral de Cabo Verde.

Portanto, não só no tempo claridoso a questão socio-étnica e os preconceitos ráticos espelhavam-se nos textos ensaísticos e literários (cf. Anjos, 2002; Fernandes, 2002; Barros, 2008; Laranjeira, 2010), como ainda nos tempos mais recentes continuam a merecer uma certa atenção. Relembre-se que, em “Encontro”, inserto na colectânea de contos *Contra Mar e Vento*, Henrique Teixeira de Sousa punha a tónica nos conflitos

e numa cena de pancadaria em São Filipe, na ilha do Fogo, provocada pela tentativa de namoro entre um rapaz que não era de ‘tez clara’ e uma rapariga que ‘veio de Lisboa’ (Sousa, 1947: 42-43). Nesta narrativa, destaca-se o pendor emblemático da expressão do primo da moça que se opunha à possibilidade de namoro, para impedir que fosse implantada ‘a lei de feijão-mistura’, i.e., o amor entre um «mulato» e uma «branca». Aliás, tal conflito entre o primo e o pretendente, cada um com os seus respectivos aliados, simbolizava a peleja de ‘Abel contra Caim’. No romance *Ilhéu de Contenda*, Henrique Teixeira de Sousa punha a tónica na própria estrutura sócio-étnica, no empobrecimento de pessoas etnicamente «brancas» e na recomposição social.

No conto “Meu Irmão Branco”, publicado inicialmente em 1959, em *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, e inserto em *Contos, Crónicas e Reportagens* (2005), a jornalista e escritora Maria Helena Spencer, natural da cidade da Praia, desenvolvia a diferença sócio-étnica que afastava dois ‘irmãos só de mãe’:

Mochinho, o mais velho, era filho dum tipo qualquer que tinha uma taberninha ali para Ponta Belém; António era filho de um europeu, condutor de Obras Públicas, que tinha passado uns anos em Cabo Verde. A mãe dos garotos servira-lhe de criada durante todo esse tempo; António tinha-se criado em casa do pai e este de tal maneira se lhe afeiçoara que, ao regressar à Metrópole, tinha-o levado [...]. Quando doze anos antes se tinham separado eram apenas dois garotos quase da mesma cor azeitonada, iguais em tudo, desde os cabelos crespos ao dialecto crioulo que ambos falavam. Hoje havia um abismo entre eles: António sob a influência do clima tornara-se mais claro, a pele morena acentuadamente rosada, o cabelo bem tratado, bem vestido, um ar seguro de si mesmo... Mochinho, a pele escura curtido do sol, parecia mais escuro, os cabelos cortados rente, o fato de casimira guardado na mala desde o casamento, acusando no cheiro a naftalina o pouco uso; o português falado à força... [...] Passado o dia da chegada, Mochinho e a família afastavam-se do médico, talvez sem mesmo terem a consciência disso. Mochinho sentia-se mal quando em casa do irmão encontrava pessoas que o olhavam com uma mesma condescendência que o magoava, discutindo em português assuntos em que ele ficava à margem e dos quais nada percebia... [...] [António] era mulato e, no entanto, havia brancos que o consideravam seu igual; uma branca tinha-o querido, aceitara-o por marido... enquanto o seu próprio irmão se afastava sentindo-se diferente.

Maria Helena Spencer, filha de pai caboverdiano e mãe portuguesa, inseria nesse conto alguns dos ingredientes que marcavam a ascensão social dos «sujeitos mestiços» em Cabo Verde. Notava-se a integração social do «mestiço», sendo este «médico de 2ª classe» e casado com uma «branca». Assim se explicava o complexo de inferioridade e a

auto-exclusão do irmão «negro», que detinha apenas a instrução primária, e ocupava uma posição social muito inferior. Talvez devido ao contexto histórico e às repressões do salazarismo, podia observar-se uma visão normativa e discriminatória no texto de Maria Helena Spencer que, aliás, ecoava os preconceitos rracicos e sociais veiculados em vários textos insertos na sua colectânea *Contos, Crónicas e Reportagens* (2005), sendo de destacar uma representação negativa de um ‘tipo qualquer de Ponta Belém’, do ‘*badiu* do interior’, do ‘povo ignorante e infeliz’ e do ‘dialecto crioulo’.⁸²

De igual modo, em *Assomada Nocturna* e *Praianas*, José Luís H. Almada procurou retratar as distinções rracicas e sociais numa perspectiva memorialista de valorização da memória colectiva da ilha de Santiago e do arquipélago em geral e, com efeito, de exaltação do povo e das «elites autóctones», sobretudo do interior da ilha de Santiago. Assim sendo, enquanto Henrique Teixeira de Sousa revelava que, na ilha do Fogo, existia uma «aristocracia branca do sobrado», José Luís H. Almada apresentou uma perspectiva classista de relativização da abordagem do escritor claridoso. Relativamente à ilha de Santiago, segundo José Luís H. Almada, a designada «aristocracia do sobrado» não teria sido necessariamente «branca», considerando ele a ilha de Santiago como caso exemplar da ascensão social do «negro» e do «mulato» à posição económica de «branco da terra», mas também da «aristocratização intelectual» desses mesmos sujeitos. Neste sentido, compreende-se a ênfase na questão da cor, na resistência à colonização e na ascensão social de sujeitos de categoria estigmatizada pela ideologia e práticas coloniais.

Todos nós éramos
bastardos da cor
excessivamente clara
bastardos da cor
excessivamente escura
brancos da terra

Lembras-te, Loló
das lendas narradas
ao cambar do sol ao cair da noite
celebrando a ilha ressurgida
das mil tormentas das mil ofensas
na insurgência dos evadidos dos negros fujões

⁸² Recentemente, no ensaio intitulado “Praia, Cidade Partida”, Redy Wilson Lima (2011) retratou os modos de reprodução dos preconceitos rracicos e sociais por parte de habitantes do antigo centro da capital caboverdiana, Plateau. Lima referiu algumas referências dessas atitudes preconceituosas que persistiram no tempo e chegaram às actuais categorias juvenis. Como tal, no colectivo juvenil da capital, “se para os jovens pertencentes à classe dominante, os jovens ‘sem berço’ são designados ‘borda kafé’ [borda/borra de café]; para os jovens periféricos, os considerados da elite ou residentes em espaços centrais são denominados ‘kopu leti’ [copo de leite]” (Lima, 2011: 55). Tais termos de classificação incorporaram não apenas a diferença de classe como também a sua inter-relação com as representações da cor.

descendentes dos venerandos moradores de santiago
filhos das secas e de outras intempéries
encurralados entre o salão e o quintal
prisioneiros da primogenitura
dos agasalhos da família enobrecida
e da fidalguia de pés pálidos inertes
de cabelos crespos
encaracolados frisados lisos
sempre finos irrepreensíveis
húmidos de brilhantina e vaselina
luzindo ao vento e à poeira
ao cair da noite ao nascer do dia
ao despertar do pesadelo

José Luís H. Almada (2005)

dos forros dos libertos dos homens livres
como preto-negros estigmatizados
vilipendiados como vadios como rebeldes
porém baptizados crismados ladinizados
arrancados às túnicas muçulmanas
às crenças dos mouros
à nostalgia das savanas
dos *baobabs* dos cultos a *iran*
e a outros espíritos das florestas
e assim libertos de *exu*
e assim sujeitos ao sujo ao *xixu*
e assim entregues ao demónio a belzebu a satanás
e assim limpos da boçalidade do tronco nu pagão
e contudo *badios* chamados e perenizados [...]

José Luís H. Almada (2009)

Novamente, quanto a São Filipe, Fogo, no conto “O Visto”, Ondina Ferreira trouxe recentemente um subsídio para a análise das representações das classes sociais, dando a palavra a uma mulher fogueense que contestava a derradeira decadência da antiga «aristocracia do sobrado» com a reforma agrária, na sequência da independência:

[...] Nasci num sobrado. [...] Então eu levantei-me com o entendimento que ir para lá [EUA] era para quem estava necessitado. Como se dizia antigamente, para a gentinha pobre. Bem, também é verdade que havia algumas excepções dentro das famílias da alta. Um ou outro membro, normalmente por razões de desentendimento, ou de empobrecimento inesperado, lá zarpava para a sua terra, senhor Cônsul. Era um tipo de viagem que a nós não prestigiava. Nós íamos para Lisboa. Ah! Sim! Essa era a viagem prestigiante para gente como nós! Ou passear, ou consulta médica, ou ir lá frequentar colégios... [...] Depois foi a independência, ainda se fosse só ela, mas não, veio acompanhada da reforma agrária que o meu pai chama de ‘afronta agrária’. Só recentemente que gente como nós começou a sair para o seu País [...].

Na verdade, a distinção social continua a suscitar um forte debate, por vezes numa articulação acrítica com o passado colonial ou até com o intuito de apropriação desse passado.⁸³ Realce-se também que, na época colonial, se os significados rácicos⁸⁴ se transmutavam em diferenças sociais, tal era sinal de que a dimensão racial tinha

⁸³ David Hopffer Almada (2006: 79) constatou que “a valoração positiva do binómio ‘branco-rico’ em detrimento do ‘negro-pobre’ traz subjacente uma carga ideológica de natureza racial. O socialmente valorizado associa-se ao ‘branco’, ao passo que o que está na base da pirâmide social é associado ao ‘negro’, com toda a conotação que é atribuída pelo mundo ocidental à população negra.”

⁸⁴ Cláudio Furtado (2009: 3) apontou que a “questão da cor não parece ser analítica e discursivamente importante, podendo antes ser emocionalmente perturbadora para uma identidade que se quer *sui generis*.” Mas, conclui que a dimensão étnico-racial tem sido associada a grupos populacionais originários de certos espaços nacionais, como a ilha de Santiago, onde supostamente subsiste maior presença de elementos «afro-negros».

ainda efeitos na estrutura da mentalidade. Consta-se a persistência de preconceitos rracicos, embora subvertida pela transmutação semântica dos termos de classificação. Nesta sequência, pode concluir-se, sem grandes hesitações, que o conceito de raça não tinha sido alvo de uma total erosão susceptível de o suprimir do imaginário colectivo, sendo importante ainda hoje indagar as reconfigurações de processos sociais antigos e de preconceitos rracicos, tanto no arquipélago como na sua diáspora.

1.3. A Aventura Sexual: O Silêncio da Violência e a Violência do Silêncio

Maria Josefa tardou a engravidar. E depois houve dois ou três filhos varões que morreram à nascença, ou um pouco antes, ou um pouco depois [...]. E quase sem saber como, quase como a chuva caída do céu escorre pelas ladeiras, assim se achou Manuel António deitado com uma escrava, que Maria Josefa baptizara de Emília, fornicando e desejando que daquele abraço tão profundo e longo, tão contrário às leis e convenções e tão cheio de nostalgia indizíveis, nascesse um filho, um varão, uma descendência que enfim povoasse aquela terra, para além dos risos estúpidos e da cupidez dos brancos e da resignação opaca dos negros nos seus obrigados destinos.

O Senhor das Ilhas, Maria Isabel Barreno.

Tomásia, [era] uma das amas de leite da família, a que muito se rira quando, em tempos idos, Maria Josefa incitara os escravos a casar. Mulher negra já tem amo branco, para quê também um amo negro? Perguntava rindo. Não a Maria Josefa, porque julgava entender as razões desta: com alguma ilusão julgaria ela que um marido, ainda que negro, iria impedir os amos brancos de acasalarem com as escravas.

Vozes do Vento, Maria Isabel Barreno.

[...] todo o militar tinha uma mulher – mesmo os casados e tudo... oficiais, coronéis, tenentes-coronéis, brigadeiros, tudo...

Toda a gente que tinha deixado a família em Portugal arranjava uma mulher e aí começava logo uma aproximação, uma afectividade e uma ajuda – a mulher recebia os benefícios também da ajuda económica – era fundamental também para um país carencial... E depois era o irmão dela, era o filho, era a filha, era a mãe...

Manuel Ferreira (*apud* Laban, 1992).

No artigo “A Originalidade Humana de Cabo Verde”, Pedro de Sousa Lobo referia-se à fusão cultural a partir da distinção dicotómica colonial entre as duas raças, branca e negra, na base da mitologia luso-tropical sobre o pacífico processo histórico

do encontro de povos numa zona tropical e do essencialismo caboverdiano, tanto na imagética da «raça mestiça» como da «cultura crioula». Para o ensaísta (1960: 64-67):

O povoamento e a colonização de Cabo Verde puseram em contacto dois elementos raciais totalmente diferentes: o *branco* e o *negro*. Em presença um do outro, sob a pressão de factores vários (entre os quais avultam os climatológicos, políticos e económicos), fundiram-se em secular interpenetração. A fusão decorreu sem sobressaltos, nem violências, dando lugar, por uma contínua miscigenação, a um tipo humano do maior interesse antropológico. [...] as relações entre *senhor* e *escravo*, que, devido ao Cristianismo e ao seu lema de ‘amor ao próximo’, nunca foram caracterizadas por um tratamento demasiado opressivo dado pelo primeiro ao segundo, atenuaram-se ainda mais, com grandes benefícios para ambas as partes. É a partir deste movimento que se activa, se intensifica até à generalização, a mestiçagem, que redundaria na criação e permanência da *sociedade crioula*, na formação de um tipo étnico (cultural e sociologicamente falando) tão original no ultramar [...]. De início, a emigração feminina branca era pequena e restrita a certas categorias ou classes. O branco foi, por isso, o primeiro a tomar para si a mulher negra, já acicatado pelas necessidades sexuais, já atraído pelas seduções femininas de mulher de cor. [...] servindo-se da mulher negra mais para satisfação da luxúria e voluptuosidade do que com o desprendido propósito de criar família [...]. Cultural e sociologicamente, Cabo Verde já não é África, embora etnicamente não seja Europa.

Tais considerações do metropolitano Pedro de Sousa Lobo foram publicadas no último número da revista caboverdiana *Claridade*, em 1960. Era patente, portanto, a ideia do pacífico processo histórico de miscigenação que, “devido ao Cristianismo e ao seu lema de ‘amor ao próximo’”, teria ocorrido “sem sobressaltos, nem violências”. E mais: “o branco foi, por isso, o primeiro a tomar para si a mulher negra, já acicatado pelas necessidades sexuais, já atraído pelas seduções femininas de mulher de cor.” É curioso notar que, no mesmo número da revista, embora de passagem, Félix Monteiro (1960: 20) tenha asseverado que “esse desporto da caça às mulheres, que ainda hoje perdura, vem desde os mais recuados tempos da escravatura, sua origem mais remota. As escravas, como qualquer alimária ou traste caseiro, faziam parte do património do seu senhor e dono, que as utilizava como melhor lhe aprouvesse, e daí o seu uso como instrumento de prazer, num desregramento que veio a tornar-se hábito e a que se deve a intensidade do ritmo em que se processou a miscigenação...” Simultaneamente, a posição crítica de Félix Monteiro (1960: 21-22) revelava indícios de conflitos raciais e sexismo recalcados, expressando um profundo conflito psicológico marcado por duas atitudes: por um lado, a revolta quanto à posse do corpo das mulheres; por outro, a

decepção com a “actividade dos pradreadores semi-profissionais” e a eventual ligação que as mulheres do povo mantinham “com a metade masculina dos brancos”. Aliás, em parte, o desdém sexista de Félix Monteiro vinha a propósito de uma provocação racialista da cantadeira improvisadora Nha Ana Procópio sobre o amor (im)possível:

Amor di branco [amor do branco]
é chuba na mar [é a chuva no mar]
amor di mulato [amor do mulato]
é néba detado [é a neve caindo no chão]
amor di nêgo [amor do negro]
é leste na rocha [é a lestada na rocha]

Nha Ana Procópio (*apud* Monteiro [1960])

Num texto elogioso – para manifestar o seu encantamento com as ilhas, que considerava como sendo *As Ilhas Afortunadas* da mitologia grega –, Basil Davidson (1988: 18) defendia que: “as ilhas onde se encontravam as Hespérides só podiam ser as de Cabo Verde: em que outro lugar destas águas se podem ver tão maravilhosas mulheres?” No mesmo tom laudatório e exaltador da «beleza crioula», o fotógrafo português José A. Salvador (2003: 11) que, recentemente, acompanhou o escritor caboverdiano Germano Almeida em *Cabo Verde: Viagem pela História das Ilhas*, declarou:

Quando parti para esta viagem pelas ilhas de Cabo Verde levei um bloco de notas, que na capa tinha a pomba de Picasso desenhada em 28-12-1961. Picasso nunca foi a Cabo Verde, porque nada consta a este propósito na sua biografia oficial, mas seria com certeza homem para se deixar seduzir pelo arquipélago das mulheres mais bonitas da costa ocidental de África. Picasso, tal como eu e o German, cada um a seu modo e instância, inclinou-se a admirar a beleza feminina... e eu e o German, cada um de nós com intensidade e por razões diversas, a amar Cabo Verde.

Numa união de propósitos sexistas, o escritor caboverdiano Germano Almeida (2003: 52-53) reforçou o sistema de estereótipos, evocando igualmente a sensualidade e o exotismo das «mulheres colonizadas», a distinção da cor e a racionalização rática das relações conjugais em tempo colonial:

Verdade ou mentira sobre o maior deleite proporcionado pelas mulatas, é no entanto certo que mesmo os governadores não conseguiam resistir por muito tempo aos seus requebros e não só se permitiam viver em concubinato activo com as suas escravas como também tratavam os filhos nascidos dessas ligações como filhos legítimos, impondo inclusivamente que na igreja ficassem sentados a seu lado. [...] a raça dos mulatos não fazia senão crescer,

inclusivamente com uma considerável ajuda dos sacerdotes portugueses residentes que, se calhar pela maior quentura do clima, não se compenetravam das imposições do celibato. [...] as degredadas, mulheres conhecedoras do mundo [...], antes preocupadas com o seu próprio bem-estar, não ligavam qualquer importância a questões de cores e entregavam-se nos braços daqueles que melhores garantias lhes ofereciam. Ora isso quase sempre favorecia os pretos e mulatos que, para as possuírem, não olhavam a sacrifícios. E quanto aos homens brancos livres, não só também não se deixavam prender com problemas de cores como, à desenvoltura das degredadas, preferiam as virtudes, graça e inocência das pretas e mulatas. Pelo que muito naturalmente preferiam escolher entre elas as suas esposas. Para salvar a honra do convento restariam os degredados. Mas também estes, a uma compatriota pobre pragmaticamente preferiam uma preta ou mulata rica.

Quanto à «pretidão de amor», recorde-se, a este propósito, o poema “Endechas a Bárbara Escrava”, de Luís de Camões, escrito aquando da sua passagem por terras africanas. Devido a uma forte influência da literatura europeia do período romântico em poetas caboverdianos, entre meados do século XIX e princípios do século XX, esse poema lírico da aventura colonial portuguesa viria a ser bastante apreciado em Cabo Verde. Isso explica que, com um toque de romantismo e erotismo, um dos maiores poetas do período pré-claridoso, Eugénio Tavares, tenha traduzido esse poema lírico português para a língua caboverdiana. Surpreendentemente, a expressão «formosa» fora traduzida por «sabinho» [gostosa].

Endechas a Bárbara Escrava

Aquela cativa
Que me tem cativo,
Porque nela vivo
Já não quer que viva.
Eu nunca vi rosa
Em suaves molhos,
Que para meus olhos
Fosse mais formosa. [...]

Pretidão de Amor!
Tão doce a figura,
Que a neve lhe jura
Que trocara a cor.
Leda mansidão,
Que o siso acompanha;
Bem parece estranha,
Mas bárbara não. [...]

Luís de Camões (2009)

Bárbara, Bonita Scrába

Quêl bonita scrába,
Qui teném cãtibo,
Pamó n'dál nha bida,
Cá crê pan stã bíbo.
Tê hoje n'colhá rósa
Num môta berdinho,
Qui mé na nha olho
Parcém más sabinho, [...]

Arinho tam sábe,
Pritura de amôr,
Qui nebe jurál
M'el ta trocá côr.
Mansura contente,
Má séria lá mé...
Ta parcê bem stranho
Má brabo el cá é.

Eugénio Tavares (1932)

É curioso observar-se que os processos e projectos caboverdianos possuíram, e ainda possuem, uma forte tendência sexista, conformando inclusive a representação do arquipélago. Isto fundamentava, e ainda justifica, por exemplo, alguns mitos e práticas:

- o mito das ilhas virgens e a conquista imperial;
- a invenção da «pretidão de amor», com a fundação da cidade-porto da Ribeira Grande, na ilha de Santiago, a partir do século XV, fundamentando o mito de origem comum do povo das ilhas;
- a saga da prostituição colonial, com a fundação da cidade-porto do Mindelo, na ilha de São Vicente, na segunda metade do século XIX;
- a libertação nacional como factor de ruptura formal e simbólica, mas, ainda assim, de continuidade, quanto à apropriação masculina e sexista da terra;
- o actual turismo sexual nas ilhas tropicais, como uma prática e um símbolo do enriquecimento.⁸⁵

Reconhece-se a historicidade e a violência estruturante da sociedade, decorrente a mesma das ditas condições objectivas e subjectivas de existência, ao longo da história do arquipélago. Todavia, desde o período colonial ao período pós-colonial, tem vindo a ser disseminada, com relativo sucesso, uma imagem fantasiada do arquipélago. É por isso que, no discurso dominante, sobretudo do período claridoso, se registava um certo silenciamento da violência histórica da «crioulização». Com efeito, e devido às heranças coloniais, a reprodução do sexismo, racismo e regionalismo, enquanto um mecanismo de dominação, persistiu nas narrativas hegemónicas da Nação «crioula».

Relativamente ao sexismo na representação do arquipélago de Cabo Verde, é de assinalar a evocação de algumas simbologias ambivalentes. Relembre-se, especialmente, a permanência da interligação acrítica entre duas dicotomias principais, reportando-se

⁸⁵ Ver, a título de exemplo, *Tropical Visions in an Age of Empire* (Driver e Martins, 2005), que reúne contributos das artes e humanidades, para a análise crítica da imagética europeia sobre os trópicos. Parafraseando a expressão camoniana «pretidão de amor», e analisando a poesia e pintura, Severino ressaltou o olhar de homens europeus, como também de africanos, sobre as mulheres negras que, exaltando a sua beleza, apesar do seu tom da pele (*siç*), não deixaram de as reduzir à “vertente material, carnal, desprovida de densidade psicológica” (2007: 364). Assim, a sensualidade, o exotismo e o erotismo ganharam centralidade na imaginação poética e pictórica.

uma ao espaço público e outra ao privado. No plano público, a distinção entre Pátria e Mãria, i.e., Estado e Nação; no privado, a distinção entre Pai e Mãe. Relativamente àquela primeira distinção, sabe-se que marcava a ambígua consciência da elite insular caboverdiana, desde o período pré-claridoso, de meados do século XIX a princípios do século XX, incluindo escritores como Pedro Cardoso, Eugénio Tavares, José Lopes e Januário Leite, ilustres pioneiros de uma ambígua defesa de pertença à Pátria-Lusitana e à Terra-Mãe. Também o período claridoso ostentava sinais dessa ambiguidade e de uma certa hierarquia de valores culturais. Foi assim que, no artigo intitulado “Tomada de Vista”, o escritor Manuel Lopes (1936: 5-6) declarou, então, que “Cabo Verde é mãe dos caboverdianos.” Contudo, o escritor corroborava que esse apego à Terra-Mãe decorreria pela via do coração e não pela via da racionalidade.⁸⁶ Notava-se, portanto, uma interligação entre as duas dicotomias acima referidas, numa forte articulação com as relações de poder coloniais: Pátria-Pai (Colonizador) *versus* Mãria-Mãe (Colonizado).

Segundo Manuel Ferreira, os poetas pré-claridosos viviam uma “ambiguidade de duas pátrias”: por um lado, “a pátria portuguesa, a pátria colonial, a superpátria”; por outro, “a pátria caboverdiana, a mãria”. Para o ensaísta, “a Pátria caboverdiana é a mãria, é a mãe para eles, é a origem, a maternidade, é onde eles nasceram” e “a Pátria portuguesa é o pai”. A *Claridade*, na opinião de Ferreira, “instaura definitivamente a mãria no texto, e rasura o pai. O colonizador está ausente, ou seja, ainda não está definitivamente extinto. *Chiquinho*, de Baltasar Lopes, oblitera completamente o colonizador. Embora Jorge Barbosa ainda seja tocado pelo tema da origem, a chegada dos descobridores”. Com a geração de 1950, “o pai é definitivamente morto. Com o Ovídio Martins, com o Onésimo, com o Gabriel Mariano, com o Aguiinaldo Fonseca.” Assim sendo, nas palavras de Ferreira, “se a *Claridade* havia rasurado o pai (Portugal), mas não propriamente combatido, as gerações dos anos 50 e 60 vão combater o pai, vão destruí-lo” (*apud* Laban, 1992: 105-106 e 111-112; Ferreira, 1986).

⁸⁶ Para Manuel Lopes (1936: 6), a *morna*, expressão musical do povo, distinguiria “dum lado a carne e do outro o espírito”, definindo “a *perversidade* ou antes a volubilidade do homem” e “a humildade e passiva ternura da mulher”. O escritor definia um tipo de caboverdiano sonhador “mesmo no acto de posse”, fundamentando o estereótipo da dócil submissa. Não conterà tal visão indícios de sexismo colonial?

Com o período independentista, a par da destruição do «pai», registava-se uma certa revitalização da «mãe», no âmbito da literatura, e especificamente da poesia. Na poesia, mormente em quatro poemas, Amílcar Cabral invocava a «mãe»: em “Ilha”, olhava a terra seca como uma ‘mãe adormecida’⁸⁷; em “Regresso”, um poema telúrico, com a chegada da ‘chuva amiga’ no portão de ‘Mamã Velha’, evocava a ‘Cidade Velha’, antiga Ribeira Grande de Santiago, denominado berço da nacionalidade caboverdiana; em “Rosa Negra”, antevia o futuro de um povo, através de ‘minha preta formosa’, destacando a função maternal, jamais num quadro incerto e de degradação,⁸⁸ mas sim num futuro de esperança; no poema de dedicatória, na sua página do Livro de Curso, “Para Ti, Mãe Iva”, evocava a sua mãe como ‘a estrela da minha infância agreste’ (*apud* Osório, 1984: 69, 73, 74 e 77).⁸⁹ Num poema protesto, “Um Poema Diferente”, Onésimo Silveira exigia ‘um poema sem mães olhando/ o quadro dos seus filhos sem mãe...’. No livro *Noti*, de K. Dambará, quatro poemas recorriam à imagem da «mãe»: no poema “Branko” [branco], um protesto contra o «homem branco» e contra a rejeição da «mãe negra»; no poema “Juramento”, uma evocação da ancestralidade africana, enquanto recusa da sujeição e desejo de permanecer aos pés da «mãe»; no poema “Mater Dolorosa”, um pedido de perdão; no poema “Purdam” [perdoa-me], um eloquente pedido de perdão à «África-Mãe». Por sua vez, num poema militante e de

⁸⁷ Baltasar Lopes, no poema “Mamãe”, definia a ‘Mamãe-Terra’ como ‘ventre mártir’, numa interpelação filial: ‘Não morreste, não, Mamãezinha?/ Estás apenas adormecida/ para amanhã te levatares.’ E nesta linha, recorrendo à simbologia da terra, no poema “Ressaca”, Baltasar rematava: ‘A minha principal certeza é o chão em que se amachucam os meus joelhos doloridos’. Isso permitia uma interligação entre os poemas de Baltasar Lopes e de Amílcar Cabral, quanto à identificação da terra com a «mãe adormecida». Uma outra perspectiva telúrica notava-se no poema “...Sim. Quero-te...”, de Amílcar Cabral, retratando então a terra querida como uma mulher amada, e expressando a convicção ‘de que o romper da autora’, o ‘dia de amanhã!’, ‘não tarda... e vem já perto’. Recentemente, José Luís Tavares (2010) reintroduziu a imagem das mães ‘perenes como a terra’.

⁸⁸ Para Simone Caputo Gomes (2008: 87), no poema “Rosa Negra”, “a degradação que acompanha a trajectória do ‘negro de todo o mundo’, é sugerida na descrição de Rosa, então ‘formosa’ e ‘cheia de vida’, mas de sorte incerta, tendendo a transformar-se em ‘uma negra sem vida e sofrente’ e, mais que tudo, negra.” Para Simone, a carga utópica do último fragmento do poema vaticinava uma transformação global.

⁸⁹ Num estudo sobre a biografia deste revolucionário, Julião Soares Sousa afirmou que “Amílcar Cabral nunca podia ter herdado de Juvenal um sentimento de hostilidade relativamente à colonização, conhecida que era a simpatia do pai [enquanto intelectual] para com a ideia de Pátria-Lusitana e até com o regime vigente.” Sendo assim, o historiador guineense concluiu que, “do ponto de vista referencial, a mãe, Iva Pinhel Évora [costureira, lavadeira e operária numa fábrica de conservas de peixe], é quem ocupa, um lugar central na vida de Amílcar Cabral”. No caso concreto de Amílcar Cabral, a mãe teria lutado, numa terra agreste, para a sobrevivência e a educação do futuro líder do movimento independentista. E, por isso, a mãe teria exercido uma forte influência na formação do filho, com excepção da formação estritamente política (Sousa, 2011: 87 e 92).

devoção filial, “Eis-me Aqui África”, declamava Mário Fonseca: ‘eis-me aqui um dos teus filhos/ filho pródigo à força/ voltando/ à antiga pátria primeira interdita’. Era patente, portanto, uma poética de exaltação filial. Contudo, como ironizaria um conto de Dina Salústio, “Mãe não é Mulher” (em *Noites eram as Mornas* [2002]). Talvez seja por isso que, relativamente à tematização da mulher, o sexismo da elite intelectual se tornava novamente notório: por um lado, o desejo de encontrar ‘uma mulher ideal’ e a amargura provocada por ‘uma mulher fatal’ (em “A Mulher Ideal...”, de Amílcar Cabral); por outro, a rejeição, tanto da designada «miss perfumada», como também da chamada «crioulinha mimosa» (em “Nha Kretcheu” [meu amor] e “...Fasta, Korassan Doxi...” [afasta, doce tentação], de K. Dambará).

Em relação ao patriarcado no espaço público e político, com a independência, registou-se uma confusão entre a designação de «fundador» e de «pai» da nacionalidade, no que se referia ao líder «mártir» Amílcar Cabral. Entre 1975 e 1990, proclamava-se a autoridade paterna de Cabral («pai» da nacionalidade caboverdiana). Posteriormente, a partir da década de noventa, na sequência da transição política para a democracia multipartidária, realçou-se a autoridade paterna de Carlos Veiga («pai» da democracia caboverdiana). Dois momentos decisivos, e dois pais protectores da Pátria. Assim sendo, ao contrário do abandono por parte do «pai» na época colonial, efectivou-se o reconhecimento de uma (dupla) paternidade da Pátria. Tal facto não revela indícios de uma ruptura na continuidade com o sexismo instituído no tempo colonial?

Relativamente ao patriarcado no espaço privado, no artigo intitulado “Sistema Rapariga”, Mário Fonseca procurou descrever as teias conjugais, não normativas mas predominantes, que conformam a matrilinearidade no arquipélago caboverdiano. Nas palavras de Mário Fonseca (2008: 1):

julgamos tratar-se de uma instituição social mais ou menos estável, à sombra da qual nasceram e cresceram e continuam a nascer e a crescer numerosos caboverdianos, pelo que deve ter marcado, em profundidade, a estrutura marital e sócio-parental, neste país. Encontram-se raparigas, entendido o termo no sentido em que é aqui empregado, nas mais diversas situações e condições de classe e fortuna, instrução e educação, com ou sem companheiros, quase sempre eventuais, e mães de um número variável de filhos, não sendo ainda raras as que têm quatro, cinco, seis filhos, não constituindo este último número ou quantidade um limite

máximo. Há igualmente um número significativo de casos de raparigas cujos filhos são todos de pais diferentes e que os educam enquanto mães solteiras, sendo a presença masculina, nesses lares, caracterizada pela ausência pura e simples ou pela transitoriedade, pois o homem é como o vento que sopra onde e quando quer. Por outro lado, e concomitantemente, homens há que são pais de seis a vinte e tantos filhos, não constituindo igualmente o número ou quantidade vinte um limite máximo ao número ou quantidade de filhos, sendo certo porém que o número de homens que são pais de mais de vinte filhos, com um grande número de mulheres, não é nenhuma raridade. [...] perdurou até os nossos dias da mãe solteira, enquanto realidade sociológica corrente. [...] Os escravos e libertos imitavam natural e logicamente, o comportamento dos senhores, comportamento que igualmente ocorreu noutras sociedades tropicais escravocratas. [...] o tipo de estrutura familiar que ainda hoje prevalece, no país, não apenas e unicamente entre os mais pobres, embora estes sejam mais vulneráveis e susceptíveis de reproduzir a família monoparental [...].

Com esta pungência discursiva, Mário Fonseca ilustrou, todavia, a forma como as mulheres continuam ainda a ser consideradas como sujeitos subalternos, sendo a sua posição de sujeito definida a partir do estatuto conjugal e em relação ao homem. Em Cabo Verde, as representações dominantes da dita Nação «crioula», sintomaticamente masculinas, possuem como denominador comum alguns pressupostos androcêntricos. É assim que, a título de exemplo, no momento áureo da invenção da caboverdianidade, protagonizada pelo movimento claridoso, a violência colonial infligida, sobretudo contra as «mulheres colonizadas», foi então silenciada, na medida em que estas foram excluídas como sujeitos da história, tendo sido contempladas em contrapartida como meros objectos subalternos, desprovidas de racionalidade. Tal silenciamento devia-se, não só à dimensão de género, mas igualmente à sua inserção predominante numa categoria social, racial e culturalmente inferiorizada. Desse modo, tudo indicava que a ideia do Outro colonizado como colectivo subalterno tinha uma dupla implicação na marginalização das mulheres, fenómeno que extravasou o tempo colonial.

Na verdade, ainda que tenham participado na resistência à colonização e na luta anti-colonial, desde a independência e depois da abertura política, as mulheres das ilhas mantiveram-se relegadas para um plano marcadamente marginal, pese embora o facto de se terem ampliado as preocupações nacionais com a própria melhoria e dignificação da condição feminina, devido tanto à pressão internacional como ainda à pressão das organizações femininas partidarizadas e da sociedade civil. É evidente que ao nível da

representação da condição feminina se observa, ainda hoje, a permanência do fardo da herança colonial e sexista, pelo que é igualmente imprescindível o questionamento do exotismo e do erotismo no sistema de valores e mesmo nas representações, tanto de segmentos sociais femininos mais silenciados como das mulheres em geral. Nos dias que correm, ainda subsiste um conjunto de condicionalismos culturais, económicos, sociais e políticos que configuram as relações de género e as relações de poder entre as mulheres (cf. Andrade, 1987; Grassi, 2003; Grassi e Évora, 2007).

Contudo, neste contexto cultural de uma acentuada marginalização e exclusão das mulheres e de certos segmentos sociais, tem-se constatado, nas últimas décadas, uma maior presença feminina na cena literária, abordando problemas mais largamente silenciados, desvirtuados ou distorcidos nas narrativas dominantes.⁹⁰ Com efeito, pelo menos desde a independência e depois da abertura, tem-se notado a intensificação da participação das mulheres em vários sectores da sociedade e em diversas manifestações culturais, designadamente através da produção literária e ensaística, mas igualmente no domínio da oratura. Deste modo, elas equacionam e articulam, de modo crítico ou conivente, a identidade nacional e a identidade de género, guindando também para o debate público algumas das questões menos abordadas, como sejam as relações de género construídas com base em desigualdades, e abrangendo problemáticas sempre actuais, tais como a violência doméstica, a prostituição das mulheres, a maternidade na

⁹⁰ Entre meados do século XIX e princípios do século XX, havia uma substantiva presença de mulheres da elite colonial nos almanaques de lembranças, incluindo escritoras como Antónia Gertrudes Pusich, Emília Aguiar, Maria Luísa de Senna Barcellos, Gertrudes Ferreira Lima, Maria Cristina Rocha, Adélia Nobre Martins, Ida Loff Fonseca ou Adelaide Maria das Neves. Nesta breve e simbólica lista, uma atenção particular tem sido dedicada a Antónia Gertrudes Pusich (filha do ex-governador António Pusich [1818-1822]), que foi a primeira pessoa de origem caboverdiana e africana a colaborar nos almanaques de lembranças, tendo sido também autora da primeira obra literária publicada de autoria caboverdiana, em 1844, e a primeira caboverdiana a fundar e dirigir jornais. Havia, no passado, desavenças entre António Pusich e Manuel António Martins, que foi deputado por Cabo Verde às Cortes Constituintes de 1822-1823 e foi o único governador com a designação de Prefeito das Ilhas de Cabo Verde (1833-1835). É curioso notar que Antónia Gertrudes Pusich tenha publicado uma biografia de seu pai (*Biographia de António Pusich*, em 1872), na qual atacava o adversário Manuel António Martins (cf. Ferreira, 1977; Oliveira, 1998). Recentemente, a escritora portuguesa Maria Isabel Barreno de Faria Martins, trineta de Manuel António Martins, publicou uma biografia romanceada de seu trisavô, uma saga desta família colonial (*O Senhor das Ilhas* [1994] e *Vozes do Vento* [2009]), contra-atacando, por sua vez, o ex-governador António Pusich. E assim, poderá ter bastante interesse, para uma análise da literatura colonial caboverdiana, a produção literária de algumas mulheres de origem colonial e de descendentes da família colonial que escreveram sobre a literatura imperial portuguesa.

adolescência, o peso da herança cultural, a família, a subversão cultural, a loucura, a sexualidade, as migrações, a exclusão política ou a (in)submissão no amor (cf. Almada, 1991, 1998, 2005a e 2005b; Gomes, 2008 e 2011; García, 1998; Pina, 2006; Ferreira, 2008; Fontes, 2008; Riso, 2011; Laranjeira, 2011; Passos, 2011).

Essa vitalidade e visibilidade resultam das obras de escritoras, compositoras e intérpretes, tais como: Nha Ana Procópio (Fogo, *apud* Monteiro [1960]); Cesária Évora (S. Vicente, *apud* Gonçalves [2006]); Maria Helena Spencer (Santiago, *Contos, Crónicas e Reportagens* [2005]); Yolanda Morazzo (S. Vicente, *Poesia Completa: 1954-2004* [2006]); Orlanda Amarílis (Santiago, p.ex., *Cais-do-Sodré té Salamansa*, contos [1991], *Ilhéu dos Pássaros*, contos [1983], e *A Casa dos Mestros*, contos [1989]); Nha Bibinha Kabral (Santiago, *apud* Silva [1988]); Nha Nácia Gomi (Santiago, *apud* Silva [1985]); Vera Duarte (S. Vicente, p.ex., *Amanhã Amadruçada*, poesia [1993], e *O Arquipélago da Paixão*, poesia [2001]); Maria M. Mascarenhas (S. Vicente, *Levedando a Ilha: Contos* [1988]); Dina Salústio (Santo Antão, p.ex., *Mornas eram as Noites*, contos [1994], *A Louca de Serrano*, romance [1998], e *Filhas do Vento*, romance [2009]); Fátima Bettencourt (Santo Antão, p.ex., *Semear em Pó*, contos [1994], e *Um Certo Olhar*, crónicas [2001]); Ondina Ferreira (Fogo, p.ex., *Contos com Lavas* [2010]); Leopoldina Barreto (S. Nicolau, p.ex., *Monte Gordo*, romance [1997], e *As Vítimas do Amor Impossível*, romance [2004]); Carlota Barros (Fogo, p.ex., *Sonho Sonhado*, poesia [2007]); ou Eneida Nelly (Santiago, *Sukutam*, poesia [2011]). Isso ilustra o percurso criativo e o olhar feminino ao longo do tempo.

Os sinais da longa trajectória e da inscrição da mulher foram interpretados num poema do livro *O Arquipélago da Paixão*, de Vera Duarte:

Sinais

Pelo tempo por que passei
deixei gravados os meus sinais
d'insurreição, revolta e rebeldia
e d'alegria para lá da dor
Pelo tempo por que passei
deixei gravados os meus sinais
d'escrava amarrada ao tronco
esperando a cruel chibata
de pobre jovem impúbere
abusada por todos os senhores
de anónima operária exangue

aos desmandos do patrão
de triste esposa submissa
obedecendo ao rude senhor

Pelo tempo por que passei
deixei gravados outros sinais
de jornadas de luta
de oitos de Março
de repto de Rimbaud
do nó womon no cry
da fantástica solidariedade
Pelo tempo por que passar
deixarei gravados outros sinais
sinais de fogo
de sangue
e de amores
Sinais de lágrimas
de ódios
e de dores [...]

Vera Duarte (2001)

Num poema inédito e gentilmente cedido por Carlota Barros, esta descreveu essa longa trajectória do passado ao presente evocando a condição das mulheres como sujeitos da história:

Mulheres

Eis
as mulheres
podemos vê-las
em toda a parte
nas manhãs tardes e noites
de todos os dias

vêm de longe
as mulheres
somos nós
filhas
da escravazinha negra
ainda menina
cobiçada perseguida ultrajada
em brancas alcovas do senhor branco
na estribaria nas plantações nos campos de milho
chorando desejando seu amado
desesperado
preso ao tronco
vergastado escarrado humilhado
desprezado
mil vezes desonrado [...]

eis
as mulheres
somos nós
meninas moças com passos de espuma
mães tias avós
esposas amantes amadas mal amadas

violentadas queridas
escravizadas idolatradas alienadas
vendidas poetizadas abandonadas endeusadas
prostituídas
tanta vez por um prato de cachupa
para o filho a mãe doente
corpo fraco esquecido
sem vida sem brilho cabeça baixa
mãos abandonadas no ventre vazio

eis
as mulheres
estão aí todas
somos nós
altivas orgulhosas grávidas de amor
tão confiantes sorriso nos olhos
se amadas respeitadas livres libertadas

aí estão
resistentes firmes empenhadas lutadoras

a batucadeira a deputada a emigrante a camponesa a cabeleireira
a juíza a artista a empregada doméstica a peixeira a poetisa
a operária a doméstica a companheira a doutora a rabidante
a professora a costureira a ministra a cozinheira a estudante [...]
Mulheres!
Somos todas nós
da escrava ainda menina
à mulher hoje [...]

Carlota de Barros (2011)

Se é certo que a herança cultural tem condicionado a experiência das mulheres caboverdianas, é igualmente verdade que estas não permanecem como meros objectos passivos do sexismo e da dominação masculina. Pelo contrário, nas lutas quotidianas e no enfrentamento das adversidades, afirmam-se cada vez mais como agentes efectivas e conscientes da multiplicidade de condicionalismos ecossistémicos, culturais e sociais. Por vezes, paradoxalmente, a subversão das estruturas patriarcais e capitalistas decorre da apropriação das manifestações culturais e da memória colectiva. Tal facto explica, por exemplo, a reputação que as mulheres populares conquistaram precisamente no domínio da «tradição oral», como intérpretes, compositoras e transmissoras de cultura: Nha Ana Procópio, Nha Tchim Tabari, Cesária Évora, Nha Nácia Gomi, Nha Bibinha Kabral, Nha Mita Pereira, etc. Nos últimos anos, na esteira da «Geração Pantera» ou «Geração Ayan» (Pantera, Lura, Tcheka, Princezito, Mayra, Vadú, etc.), para uma revitalização das manifestações culturais da tradição santiaguense, tais como o *batuku*, o *finaçon* e a *tabanka*, na forma orquestral, assistiu-se a uma extraordinária movimentação

comunitária reforçando o protagonismo das mulheres populares na preservação da tradição (cf. Almada, 1998b; Silva, 1998; Gonçalves e Monteiro, 2005). Num diálogo entre oratura e escrita, também as jovens se têm apropriado das manifestações culturais, desafiando barreiras que persistem no quotidiano e no imaginário.

Lugar destacado merece aqui o livro com cinquenta poemas de Eneida Nelly, *Sukutam* [escuta-me], publicado poucos meses antes do suicídio da poetisa. Numa poética de compromisso social e de tipo sentimental, Eneida Nelly ressaltou várias adversidades sociais e emocionais a partir de um olhar feminino e do tradicionalismo santiaguense. Numa perspectiva acentuadamente feminina, a poetisa realçou um modo de resistência cultural que, porém, ainda hoje, constrange a efectiva libertação feminina das estruturas patriarcais e da opressão cultural. Esse intenso engajamento numa certa valorização da memória colectiva e de uma imagem realista da mulher caboverdiana foi expresso, por exemplo, no poema “Mudjer di nha Tera...” [mulher da minha terra]:

Mudjer di nha tera...

Panu maradu, grasa na rostu
Pé finkadu ta ora propostu
É mudjer di nha tera!

K sabi bafa dor [sabe esconder a sua dor]
K konxi storia, k tem kusa-l fla... [conhece a história e tem muito que contar]
É mudjer di nha tera! [é a mulher da minha terra]

Matakam di ser k ka ta tadjadu, [Ser de grandeza indomável]
Karamba si dja tem mudjer fadjadu [pois, se existe mulher generosa]
É mudjer di nha tera! [é a mulher da minha terra]

K ta argi pa si resam
Ta deta noti ta kuda manham,
Ta panha tristeza ta fasi koragem
Na kada kombersu ta passa um mensagem,
É mudjer di Kau Berdi! [é a mulher de Cabo Verde]

K ta panha lágua ta fasi força
Ta panha xintidu ta fasi distinu
La undi k medu ta bira sorti,
É mudjer di nha tera
É mudjer di Kau berdi!

Eneida Nelly (2011)

Globalmente, Eneida Nelly enunciava uma forte expressão sentimental na sua poética, tanto quanto à memória colectiva e à natureza, ainda que agreste, como quanto ao tema do amor. Enquanto jovem universitária, a perspectiva memorialista de Eneida Nelly transformou-se num tributo às avós, sendo que, nesse caso particular, a autora produziu também uma versão áudio com poemas seleccionados, a fim de partilhar a sua poética com a avó, humilde camponesa que, aliás, desempenhou um papel muito importante na transmissão da memória colectiva à poetisa.

Pese embora não tenham beneficiado da educação formal, também as mulheres da «tradição oral» – sobretudo através do exercício criativo numa poética improvisada –, têm sido autênticas transmissoras de cultura. Numa perspectiva testemunhal, nesse quadro do tradicionalismo santiagoense, o *finaçon* da velha camponesa Nha Nácia Gomi (*apud* Silva, 1985) expressava uma ironia mordaz e desafiadora das práticas sociais sexistas. Curiosamente, no canto 17, punha em linha uma proposta performativa e emancipadora, outorgando às mulheres certas funções simbolicamente masculinas na produção do grogue (cf. Pina, 2006; Carvalho, 2009) e, com efeito, uma participação efectiva nos lugares da produção tradicionalmente masculina, parodiando e atrofiando a própria masculinidade dominante. Tal postura poderá indiciar não só um desafio à igualdade de género no trabalho, como ainda a corrosão de uma certa masculinidade ou a expressão de um certo desvirtuamento da feminilidade sacralizada. Juntamente com outros cantos arrojados ou reaccionários, esta obra poderá ajudar a problematizar tanto a submissão como o poder das mulheres nas estruturas patriarcais tradicionais, construídas socialmente numa inter-relação intensa entre diversas categorias sociais, sendo que, por exemplo, a idade, a religiosidade e o estado civil poderão desempenhar um papel central no grau de respeito e reconhecimento social. Por conseguinte, uma releitura das composições femininas da «tradição oral» poderá fornecer um contributo válido para equacionar a luta pela emancipação das mulheres caboverdianas, podendo fornecer pistas sobre o modo como as mulheres – tanto da elite intelectual como das classes populares – reproduzem, subvertem ou reconstroem as relações de género.⁹¹

⁹¹ Na verdade, a religiosidade tem condicionado a posição das mulheres, inclusivamente em relação às questões mais relacionadas com a condição feminina.

Djobe li: [olha essa]
N ba ta pasa na rubera, [passando pela ribeira]
N atxa mudjeris ta kanga boi, [encontrei mulheres cangando bois]
rapariga nobu ta pika kana; [raparigas novas cortando canas]
N atxa móna-bédja ta po na birsi, [encontrei mulheres maduras trapichando]
ku ses boi sotadu, rabu nhemedu, [com os seus bois amansados e de cauda encurtada]
si kana piladu, bagas fuliadu, [com a sua cana moída e os bagaços retirados]
si kuba baredu, kalda korenti, [a sua cuba esvaziada e a calda correndo sempre]
si agordenti y agu na garafon! [o seu grogue e a água no garrafão]

Nha Nácia Gomi (*apud* Silva, 1985)⁹²

Para além da subversão das mulheres nas actividades laborais, tal estrofe poderá indiciar uma relação intimista num contexto de dominação masculina com mulheres persistentes, subversivas e vencedoras.⁹³ Parece assim que os poemas e as composições na língua caboverdiana, de mulheres pertencentes a grupos sociais mais marginalizados, poderão trazer novas perspectivas analíticas para o debate sobre a produção escrita e a oratura. Torna-se ainda mais interessante a necessidade de uma articulação e de um intenso diálogo entre a escrita e a oratura, a língua portuguesa e a língua caboverdiana e, por conseguinte, entre as mulheres de diferentes condições, ultrapassando assim as fronteiras reais e imaginárias que ainda as separam.

Relativamente à escrita feminina, de acordo com Simone Caputo Gomes (2008: 277), “os textos literários femininos, ‘vozes da margem’, recortam e escrevem a nação Cabo Verde,” dando, por essa via, uma “*visibilidade e voz* à historicidade das mulheres.” Segundo Simone, a mulher na escrita “desenha, à luz da história das mentalidades e da história do social, uma *história de olhares situados*, e concebe a construção do objecto a partir da politização do lugar de enunciação, preocupando-se em traçar uma história cultural dos espaços e identidades femininas, bem como das modalidades de relações entre os sexos.” Nesta ordem de ideias, no entender de Ondina Ferreira, organizadora da colectânea *Elas Contam...*, para além das histórias oralmente transmitidas e contadas

⁹² Esta transcrição ajusta-se ao alfabeto caboverdiano, que veio resolver os problemas associados aos “grupos consonânticos como dj (antigo j com chapéu), lh (antigo l com chapéu), nh (antigo n com chapéu), tx (antigo x com chapéu e correspondente ao tch da fase etimológica), e ainda no x (antigo s com chapéu)” (Cruz, 2005: 78).

⁹³ Recentemente, Carla Carvalho (2009) apresentou uma análise etnográfica sobre as mulheres que trabalham na produção do grogue numa comunidade rural, Principal, precisamente local de nascimento de Nha Nácia Gomi.

pelas mulheres, estas foram emergindo gradualmente no domínio da escrita literária. Curiosamente, em relação à condição feminina, “o conteúdo, na sua essência, parece permanecer o mesmo em Cabo Verde, ao longo das histórias narradas” (2008: 7-10).

1.3.1. «Musa Crioula»: Sensualidade, Erotismo e Moralismo

[São Vicente.] As prostitutas têm ido para aquela ilha de todas as outras do Arquipélago ou degredadas, ou porque nas suas ilhas, achando-se desprezadas por ninguém as querer pelo seu deboxe e inutilidade, vão para aquela ilha viver em uma ilha quase selvagem; passam miseravelmente, passando dias sem comer; no tempo em que há erva vivem melhor, porque então bebem algum leite das cabras; quando não há gente de respeito na ilha andam nuas ou quase nuas.

Governador Joaquim Pereira Marinho (*apud* Pereira, 2003).

Num depoimento para a edição fac-similada da revista *Claridade*, Baltasar Lopes (1986) dizia que desejava publicar na revista o conto “A Caderneta”, mas tal não fora permitido para impedir que se tomasse conhecimento da prostituição em Cabo Verde. Esse conto, no entanto, viria a ser publicado na revista *Vértice*, em Coimbra, e incluído depois na colectânea de contos intitulada *Os Trabalhos e os Dias* (Lopes, 1987). Nesse monólogo, uma antiga prostituta sem nome expunha a sua situação concreta e exortava à pronta intervenção de um advogado conhecido junto do administrador porque, conforme aclarava, havia deixado a profissão, mas tinham-na obrigado a utilizar novamente tal «caderneta» e a apresentar-se aos sábados para a inspecção médica:

O senhor doutor vai com pressa? Mas o senhor doutor vai atender à minha razão: Não é verdade? Senhor doutor, o senhor não me deixe desamparada! Eu lhe conto. Aquela gente aí no portão da Companhia? Não faz diferença. Sabe, senhor doutor, eu já não tenho idade para comprometer ninguém. Palavra! Por esta luz divina! Nem idade, nem força, nem gagê... [...] Não nego, senhor doutor, não posso negar. Naquele dia recebi um homem. Era um estrangeiro, creio que era sueco, ou noruega, dum vapor que tinha chegado ao porto. Ó senhor doutor, que vergonha que eu sinto ao dizer-lhe isto! [...] Garanto-lhe, senhor doutor, que só Deus sabe a necessidade que eu tinha então. O senhor sabe, o meu trabalho é lavar e engomar, mas quando a tropa estava cá em S. Vicente eu tinha sempre que fazer. Não me faltava trabalho de roupa. [...] Mas não acabei de lhe explicar o que me aconteceu no dia em que Joza Cicerone me levou o estrangeiro. Aquela gente de xungaria ficou-me com raiva. Com certeza pensaram que eu lhes ia fazer concorrência. Que gente amiga de dizer banalidades, senhor doutor! Onde posso eu fazer concorrência às raparigas novas que elas dão aos

estrangeiros dos vapores? Onde, onde, senhor doutor? Aquela gente não via que foi a minha necessidade que me fez receber o noruega naquele dia? [...] Se eu fosse ainda o que fui nos outros tempos, então sim, eles tinham razão de ter medo! Mas, agora, senhor doutor... E depois, você sabe, eu tenho aquele filho a respeitar. [...] O Mano de nhâ Pimba e aquela gente de xungaria intrigaram-me no Comissariado. Foram dizer ao Sr. Administrador que eu era mulher de pouca vergonha, e o resultado é que me puseram caderneta na mão. E agora tenho de ir todos os sábados ao Hospital, para ser inspeccionada. Que vergonha, senhor doutor! Que vergonha! Só quero que o senhor doutor me livre de ir ao Hospital.

Esse monólogo punha em evidência alguns condicionalismos económicos que arrastavam as mulheres para a prostituição, a organização e exploração da prostituição portuária, a sua regulamentação pelas autoridades coloniais e a sua condenação moral pela religiosidade cristã. Esse monólogo expunha ainda o quadro dramático da prática e da condenação da prostituição na pequena cidade portuária, sendo a «caderneta» um instrumento de controlo, repressão e marginalização das mulheres que recorriam a esse meio de sobrevivência.⁹⁴ Aliás, uma personagem sem nome revelava o peso social do fenómeno e a dignidade humana ultrajada pela miséria. Curiosamente, nesse conto, a figura do filho exercia um certo controlo familiar, mesmo estando no estrangeiro em parte incerta. Se a opção por um monólogo se configurava como uma estratégia de defesa da protagonista, podia ainda significar que a sociedade em geral não tinha respostas para resolver esse problema das mulheres. Nesse conto, o peso do sexismo e do moralismo condicionavam ainda mais a situação das prostitutas. Tal situação também era retratada em “Virgens Loucas”, de António Aurélio Gonçalves, um conto que punha igualmente em relevo a prática e a condenação moral da prostituição. Todavia, em “Virgens Loucas”, para além do drama interior e do controlo familiar por meio da mãe de uma das três protagonistas, acumulavam-se questionamentos da comunidade local que, de modo preconceituoso ou solidário, avaliavam essa prática moralmente condenada. O título do conto de Aurélio Gonçalves indiciava já por si só o preconceito social, numa óptica sexista e sexual. Aliás, a única saída da marginalidade económica e da imoralidade consistiria na prática do casamento e da domesticidade.

⁹⁴ Num estudo sobre as rotas trans-atlânticas, António Correia e Silva e Zelinda Cohen (1997: 68-73) explicaram que, por ter sido um dos maiores portos atlânticos durante a segunda metade do século XIX e numa atmosfera cosmopolita, a cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente, estava marcada por sucessivas chegadas e saídas de vapores, cujos marinheiros povoavam, então, os botequins e os bordéis. Nessa dinâmica social portuária, as «meretrizes» eram objecto de reconhecimento legal ou de simples tolerância por parte das autoridades.

Embora nos textos ensaísticos os claridosos não tenham abordado abertamente (salvo o caso de Félix Monteiro [1960]) os problemas do processo de «crioulização», como a escravatura, a colonização carnal e a prostituição colonial, nos textos literários já constava uma maior aproximação aos dramas da população, mesmo que fosse por vezes num tom jocoso e preconceituoso. Deste modo, apesar de recorrerem a uma abordagem heteronormativa, mascarada por vozes de protagonistas femininas, Baltasar Lopes e António Aurélio Gonçalves abordaram também o tema da prostituição que, nessa época, florescia na cidade do Mindelo. Na poesia, é curiosa a diferença do olhar de Jorge Barbosa e de Yolanda Morazzo. Embora tratando o mesmo fenómeno social, o sentido denotativo do poema de Jorge Barbosa não deixava de transmitir um tom jocoso em comparação com a sensibilidade de Yolanda Morazzo.

A Uma Qualquer

Não foi por amor ao dinheiro
Nem foi por jóias
Nem sequer por um vestido de seda
Não foi também para teres casa
Móveis decentes melhor vida
Não, não foi por nada disso.
Tu, só tu sabes porque sorriste
E teu coração bateu um pouco mais forte
Quando o barco americano entrou no porto...

Yolanda Morazzo (2006)

Ilhas

[...]
Todos passaram
– Chineses, Negros, Americanos, Holandeses –
Todos passaram
e deixaram,
por acaso,
a sua raça no ventre das meretrizes do porto...

[...]

Jorge Barbosa (2002)

Jorge Barbosa, um dos maiores poetas caboverdianos e da geração claridosa, abordava com frequência temáticas relacionadas com a experiência das mulheres e, no caso das mulheres do Mindelo, a atenção do poeta santiaguense incidia frequentemente sobre o fenómeno da prostituição das mulheres, regulamentada pela política colonial através da imposição da «caderneta» mas, contudo, socialmente condenada ou apenas tolerada. No poema “Meninas Portuárias”, Jorge Barbosa evidenciava novamente esse problema social, num tom jocoso e paternalista.

Meninas Portuárias

[...] Jovens meretrizes
da cidade portuária
da ilha de S. Vicente

ides atentas
com os olhos nos homens
que passam por vós
e olhais de soslaio
tímidas meninas
o polícia parado
ao meio da rua. [...]

Meninas repudiadas
ninguém se aproxima
de vós nos caminhos.
Repudiadas mesmo
na morte quando morre
alguma de vós
só vão as vossas
tristes companheiras
ao enterro sem padre.

Meninas das longas
noites insones
de orgias e rixas
jovens meretrizes
da cidade portuária
eu não sei porquê
será a ternura
que eu sinto por vós...

Meninas passais
a sorrir apressadas
num leve gingar
ao serviço do porto...

Jorge Barbosa (2002)

O exotismo e o erotismo persistiram no tempo. Recentemente, no romance de viagem de Jean-Yves Loude (*Cabo Verde: Notas Atlânticas* [1999]), o autor classificou a mulher cidadina da ilha de São Vicente como «musa crioula», retratando uma suposta facilidade de os homens encontrarem o amor naquela ilha. Nesse romance, o diálogo entre o autor estrangeiro e o gravador santiagoense Carlos Moreira reforçava duas imagens opostas das mulheres caboverdianas: por um lado, as *badias* do interior da ilha de Santiago, numa evocativa referência à tradição santiagoense, às revoltas campesinas e ao passado de escravatura; por outro, as *mulatas* do Mindelo, na ilha de São Vicente, ecoando a «doçura de Mindelo» e a sedução da «*miss* perfumada». Realce-se que, nesse romance, ao longo da viagem pelas ilhas de Cabo Verde, o autor inventava narrativas a partir do baralho de dez ilustrações do gravador Carlos Moreira, representando estas dez ilhas do arquipélago (Loude, 1999: 11-16, 49-88 e 205-217).

[...] [Santiago. A carta] que pousou mostrava um rosto de negra envolto num lenço branco: linhas cheias de mulher feita, que domina as provações da sua existência e ostenta perante todos a sua autoridade. Quatro machados aos cantos da carta honravam uma mulher de acção. Carlos repetiu o nome de Santiago, ilha de Santiago [...]. [São Vicente.] A sétima gravura que nos confiaste, Carlos, representa o Mindelo como uma mulata sem sorriso, consciente da sua beleza, rodeada de quatro corações, um negro, um branco e dois intermédios. «Mindelo, terra de amores!», ironizaste tu, acrescentando que contavas connosco para te enamores dela. Até aí, como qualquer nativo de Santiago, não escondias a desconfiança que o orgulho dos habitantes de São Vicente te inspirava, olhando com desdém o rústico *badiu* [...]. Mindelo não poupa os sentidos do macho [...].

Nesse caso, para confrontar o «orgulho» dos habitantes da ilha de São Vicente, recorria-se ao sexismo contra as mulheres. Quanto às rivalidades regionais, o romance proporciona dados sobre o exotismo imposto à ilha de Santiago e o erotismo aplicado à ilha de São Vicente. E assim, a partir do pensamento racista, contrapõem-se, ainda hoje, uma imagem arquetípica das *mulatas* e um retrato folclórico das *badias*.

1.3.2. As Outras *Badias*: Alteridade, Colonialidade e Racismo Encoberto

[Santiago.] Mana Nha Tereza dançava batuque nas festas ao som de chabeta, enquanto o grog corria à farta. E toda ela se desconjuntava nos meneios da dança, o corpo pequenino e gracioso com um fetiche de bronze sobressaindo nas suas roupas coloridas de «badia» - camisa de encaixe de renda de novelo, mal lhe cobrindo os ombros roliços; saia «raponga» de dois azuis, bem apertados nas ancas pelo pano de obra de precioso lavor; e lenço vermelho a cobrir-lhe os cabelos crespos.

“Mana Nha Tereza”, Maria Helena Spencer.

No concernente a uma outra pertença regional, e numa análise articulada com a dimensão de género, é curioso verificar a discriminação social, a violência simbólica e a generalização de uma representação estereotipada das *badias* (a cor da pele, a textura do cabelo, os traços do rosto, as características físicas e corporais ou o modo de ser, agir e falar). Tal representação tem sido negativamente engendrada a partir do exotismo que retrata as *badias* como camponesas, rústicas e iletradas. É, em parte, por esta razão que tem havido um grande esforço de ressignificação dos termos depreciativos, como por exemplo na poética de Kaká Barboza (1984), num quadro complexo de relações sociais

e culturais. Realce-se, porém, a permanência de marcas dicotômicas, sobretudo quanto ao tópico da cor: o vício da noite e a pureza da luz; o corpo negro e a alma branca.

Aian Fidju Femia

Bu korpu ê noti ki bafan nha magua [teu corpo é a noite que me ampara]
Bus odju ê luz ki limian nha petu [teus olhos iluminam a minha vida]
Bu falar [tua voz]
 bu sorizu [teu sorriso]
Ê son kenti di batuku [é o som quente do batuque]
Ki sukudi koxa'l rapariga noba [na dança das virgens]

Djú

Preta-preta cima sukuru [negra como o breu]
Sorizu brilianti [sorriso radiante]
Odju'l strela cima nha sonhu
DJÚ!
Voz di bentu
Korpu'l noti [teu corpo notívalo]
Alma'l ceu [tua alma é o firmamento]
Ka bu manxe dexan ku bó
Dexan braçabu ó noti [deixa-me abraçar-te oh notívaga]
Di kada abrir i fitchar d'odju
Nebua'l bu sombra
Ta perden na pensamento
Di kada baki'l nha koraçan
Son di bu nomi
Ta kudin na fundu'l konxexa.

Al Kaoberdi

Preta bunita di odju grós [negra de grandes olhos]
Kabelu stendedu rostu lorondu [cabelo escorrito, feições redondas]
Korpu filadu na nó di sulada [de pano apertando as ancas]
Ta sakudi koxa na finaçan di cimboa [na dança de *finason* da cimbôa]

Káká Barbosa (1984)

Para redefinir os valores do tradicionalismo santiaguense, Kaká Barboza (1996 e 2003) tanto reforçou como desconstruiu, com uma subtil ironia, a narrativa das facadas como uma demonstração de valentia em defesa da honra e da dignidade de homem. Entretanto, incorreu na coisificação sexual da mulher quando abordou a virilidade do *badiu* e a prática do rapto da *badia*, num discurso acentuadamente reivindicativo da masculinidade tradicionalista. Com efeito, constata-se na sua poética uma ambivalente representação feminina, na medida em que, sem se libertar do olhar heteronormativo e acentuadamente paternalista, manifestou uma espécie de solidariedade com a condição de vida das mulheres no mundo rural, para além de exaltar a sua tenacidade e audácia,

pela via da glorificação de figuras de proa do tradicionalismo, como por exemplo as cantadeiras Nha Bibinha Kabral e Nha Nácia Gomi.

Um outro facto que importa registar é o de que as mulheres do tradicionalismo santiaguense têm sido reconhecidas pelo seu protagonismo na resistência cultural, sendo que os seus poemas improvisados têm sido publicados em livro com o aval de homens intelectuais tradicionalistas (cf. Silva, 1985, 1988 e 1998). Paradoxalmente, constata-se, que as composições da tradição oral santiaguense tanto disseminam como desconstroem, com ironia e sarcasmo, a sujeição das mulheres numa sociedade tradicional fortemente influenciada pela religiosidade cristã.

Num canto lapidar, Nha Bibinha frisava que a posição e o reconhecimento das mulheres dependeriam fortemente do estatuto que possuíssem em relação ao homem:

argen kasadu ka ten bontadi [quem é casada não tem vontade própria]
ki ka kasadu ka ten ruspetu! [quem não é casada não desfruta do respeito social]

Nha Bibinha Kabral (*apud* Silva [1988])

Tal como nas composições de Nha Bibinha Kabral, Nha Nacia Gomi descrevia as distinções sociais e raciais subvertendo os termos da depreciação do «negro»:

gentis prétu so dotor [gente preta educada]
gentis prétu so benfetu [gente preta elegante]

Nha Nacia Gomi (*apud* Silva [1985])

Para além do ofício de cantadeira, Nha Nácia Gomi simbolizava a resistência das mulheres camponesas. Regista-se, por isso, um exotismo na representação da sua imagem pessoal e uma certa mitificação essencialista, a título de exemplo, no romance de viagem de Jean-Yves Loude (1999: 63):

A mulher negra que nos estende os braços só pode ser Nha Nacia Gomi, uma septuagenária imponente cujo abraço não deixa dúvidas do seu vigor. Ela comprime-nos contra o seu peito opulento com manifesta autoridade. Nha Nacia Gomi é uma matriarca. A sua elegância demonstra a atenção que dá a este encontro: camiseiro creme, colar de pérolas, saia preta plissada, meias e sapatos de ténis novos. Um lenço com motivos florais emoldura um rosto sombrio, modelado sem forma para exprimir emoções francas, ampla alegria, ironia áspera ou cólera genuína. Os olhos de Nha Nacia Gomi arrebatam o interlocutor e não lhe dão qualquer hipótese de desvio. Uma rara vivacidade acompanha a enorme malícia. [...] esta camponesa

endomingada de voz áspera bem pode morar numa casa arruinada, colocada no reborbo de um vale escondido, não é por isso que deixa de ser uma figura nacional, representando Cabo Verde na Exposição Universal de Sevilha ou num Festival de Culturas em Washington.

Numa região marcadamente agrícola, a própria história de resistência social do interior da ilha de Santiago tem sido representada por uma figura feminina, Nha Ana Veiga, uma das protagonistas da Revolta de Ribeirão Manuel. Deste modo, tem sido recriada, através de um fundo exótico e de uma mitificação essencialista, a imagem da designada «mulher do machado» (Loude, 1999: 76-88), ganhando uma maior aclamação e um reconhecimento com a composição musical de Pantera que, numa perspectiva memorialista, procurou retratar o protagonismo das mulheres numa das mais conhecidas revoltas sociais decorridas no mundo rural santiaguense. No seu estilo singular salpicado de ironia mordaz e erótico, Pantera reforçou tal quadro folclórico.

Raboita di Rubon Manel

Na 1910 mosinhos

Raboita di Rubon Manel

Dja es leba nhos mudjei, dja es prende nha genti [levaram as nossas mulheres cativas]

Pamo kel un dos gran di purga [...] [por causa de algumas sementes de purgueira]

Eh eh eh forti duedu na mundu

Eh forti pasa mal tamanhu

Xila di Pala ka merese ba kadia

Nhanha Bonbolon ka merese ba kadia

Maridus tudu dizorientadu

Pamo mudjeris sta fixadu

Dja es perde tinu es ka sabe undi es ta bai

Nhanha Bonbolon mixa brajeru na boka [Nhanha Bonbolon fez *chichi* na boca do gajo]

Soldadu tranka pe na pedra da totis na txon

Nha genti dja es kore es bai ses kaminhu

Dja es manda txoma Padri Duarte

Kel la go nada a ver ka ten

Dja es faze diskursu bunitu

Ma li na txon ki nu sta

Orlando Pantera

Recuando ao movimento claridoso, é surpreendente o poema “Pretinha dos Picos”, de Jorge Barbosa, que ligava a herança «afro-negra» à ilha de Santiago e, nesse caso, enquanto uma marca folclórica presumivelmente mais visível na realidade da vida corrente do mundo rural santiaguense.

Pretinha dos Picos

[...] Onde os batuques,
contigo dançando
na toada dolente
e metálica da viola,
ao compasso insistente
do coro e das palmas?
Vozes remotas de África,
rumores seculares
da África-Mãe,
ressoando nas almas,
ecoando ao longe
na noite quente
da ilha esquecida! [...]

Pelos caminhos irás
com os frutos da terra
sustidos à cabeça,
em equilíbrio ajustado
à flexão ágil do tronco,
ao lançamento das pernas
musculosas e firmes,
ao balanço dos braços
e ao ritmo certo
da marcha apressada. [...]

Jorge Barbosa (2002)

A espacialização de urbano e de rural tem efeitos na representação das mulheres no arquipélago, decorrentes dos múltiplos condicionalismos ecossistémicos, culturais e sociais. Numa perspectiva feminina, a partir da dicotomia de espaços e de uma imagem corrente, Lay Lobo procurou focalizar a experiência e a tenacidade da mulher pobre do interior da ilha de Santiago. Para enfatizar a sua interpelação, Lay Lobo contestou vivamente a aparente fraca consciência feminina através do jogo de expressões do tipo ‘nem tu o sabes’, ‘não vês’ e ‘não sabes’. Tal como o poema “A Ti Mulher!” (em *Canto a Cabo Verde*, de David H. Almada), Lay Lobo descreveu o quadro da vida quotidiana.

Badia
Diz-me
De onde tiras tanta força
Carregando tua lata de água na cabeça
Uma criança nas costas
Saltando por entre rochas
Esquivando dificuldades
E ainda exibindo nas fotos dos turistas
Teu sorriso de felicidade?

Badia
Diz-me como depois da plantação
De noite ainda tens força para o amor
Seis, sete filhos espalhados num quarto

Badia, no meio de tanta afronta?

Tu, badia, que sustentas tua casa
Mostra-me o que a ti te sustenta

Quem te pariu, logo tratou de te casar
Marido emigrado, mais um que te abandonou
Subindo e descendo
Atrás do que andas?
Nem tu o sabes mas nada te faz parar
Continuas subindo descendo ladeiras
Plantando, mesmo sem chuva nas ribeiras
Esperando quem não vai chegar
Carregando teus filhos
Olhar perdido no horizonte

Badia, quem sabe dos teus sonhos?
Chamaram-te de pé rachado
Mas ninguém se importou em ver teu coração
És mais do que a simples definição
Da mulher do interior, com sua lata de água na cabeça
Machado em riste nas mãos

Não vês tua coragem
Não sabes de tua resistência
Sabes somente que tens de continuar a andança
De uma pedra para a outra
Esperando a chuva despencar do céu, o dia em que a mesma corra pelos vales
Uma criança nas costas, outra ainda na barriga
Teus olhos tristes e teu sorriso
No cartão postal de nossa terra

Lay Lobo (*apud* Fontes [2008])

Em termos de solidariedade feminina, da cidade para o campo, este poema de Lay Lobo é realmente semelhante ao conto “Uma História Entre Muitas”, de Maria Helena Spencer, que retratava a degradação de uma mulher do campo numa época de seca e de crise alimentar no arquipélago. Uma das diferenças entre as duas perspectivas, talvez a principal, prende-se precisamente com a conjuntura política. Enquanto Maria Helena Spencer estava submetida ao contexto colonial repressivo dos anos cinquenta, a poesia de Lay Lobo inscreve-se no contexto pós-independência e pós-abertura. Por conseguinte, deve assinalar-se a própria posição das duas escritoras, por exemplo, quanto às línguas. Note-se que, enquanto Maria Helena Spencer enfeitava o «dialecto crioulo», a escrita de Lay Lobo consolida-se progressivamente, tanto no português, como na língua caboverdiana. Aliás, o poema sobre a *badia* pobre do interior da ilha possui igualmente uma versão escrita na língua caboverdiana.

Num outro poema, “Rabida Bida” [em busca do ganha-pão], Lay Lobo insistiu na condição da mulher do povo e, dessa vez, na cidade capital do arquipélago, Praia. Repetidamente, Lay insurgiu-se contra o quadro social marcadamente discriminatório e a presumível falta de consciência feminina perante a condição existencial da mãe de crianças órfãs de pais vivos e a violência conjugal, inclusive nas relações mais fortuitas.

Rabida Bida

Xintil ta suspira
Buli di alvorada ti sol kamba [Trabalhando de manhã à noite]
Dixi alguidar di cabeça
Pouza sonhus
Rodeadu na pe fidjus confortadu [Rodeada de filhos resignados]
Órfãos di pai bibo [Órfãos de pais vivos]
Tentia pensamentu minina! [Toma rédeas ao teu pensamento, menina!]
Dentul miséria sta fartura bu crença
Pon nosso cada dia, a cada dia
Na mei tudo es bran bran corpu ta atina ku diseju
Um corpu raskon, cumpanheru consolaçon
Socos, diskussions [Socos, discussões]
Ná, sé nome certo al ser disiluzon
Bem na bo minina! [Desperta-te, menina!]
Drops, sutiã, ropa yá [Rebuçados, sutiã, roupas usadas]
Kel ke bu razon [É isto a tua certeza]
Garantia bus toston [Teu ganha-pão]
Rola bu pano, subil na cocoruto cabeça
Ruma bu tina
Poi pé na txon bu ruma a bu vida

Lay Lobo (2012)

Se a ilha de Santiago é uma das regiões mais culturalmente lesadas pela ideologia colonial e pelo ideário claridoso, torna-se ainda evidente que tal marginalização regional atinge mais gravemente a mulher, especialmente no mundo rural. É nesse repertório cultural que, a partir de multi-localizações marginalizadas despontou uma perspectiva feminina extremamente realista e de compromisso social, como no seguinte excerto do poema “Nkre...” [quero], de Eneida Nelly:

Argui anti-l maxi pa ba luguel trabadja azagua [levanto-me de madrugada para ir ao campo]
Mininu na kosta dixi rubera ba kudi pontu! [com a criança atada às costas, desço até à ribeira para picar o ponto]
Ku nha zingui ta ba fonti buska agu-l bebi [caminho até à fonte para buscar a água]
Sulada na koxa lata na kabê batuku na boka [aperto as ancas, com a lata na cabeça, ao som do *batuku*]

Eneida Nelly (2011)

De modo geral, ao nível da representação no contexto identitário caboverdiano, relativamente às *bádias*, com um forte toque de exotismo, para além de uma descrição da «beleza tradicional», regista-se também uma representação que remete para uma vida de trabalho árduo no mundo rural, descrevendo precisamente a indumentária, desde o lenço na cabeça à *sulada* (pano local) que envolve a cintura. Retrata-se as mulheres que labutam diariamente para o sustento da família numerosa. Para completar um quadro complexo e dramático, acrescenta-se a ausência da figura masculina, quer devido à emigração antes acentuadamente masculina, quer por causa da volatilidade das relações de conjugalidade que impõe a definição depreciativa da categoria «mãe solteira». É esta imagem depreciativa que, paradoxalmente, simboliza uma certa resistência, que não é apenas a das mulheres condicionadas pelas desigualdades de género mas também a do mundo rural atingido pelas desigualdades regionais, ou igualmente a do arquipélago fortemente marcado pelas adversidades naturais, históricas e económicas.⁹⁵

E assim, a publicidade, as viagens romanceadas e os folhetos de propaganda turística do arquipélago de «crioulidade» exploram o perfil «cidadino-moderno» de uma *mulata*, em contraposição ao perfil «rural-tradicional» de uma negra *bádia*.⁹⁶ É veiculada uma dupla imagem de erotização e de exotização: por um lado, o corpo de uma mulher *mulata*, território da erotização, capaz de despertar os desejos libidinosos; por outro, o porte físico vigoroso de uma mulher *bádia* ilustrando a «silhueta desventurada»⁹⁷ por causa dos partos sucessivos, a dança do *batuku* como uma manifestação dos mistérios e dos prazeres mais africanos (inclusive em “Um Poema Diferente”, de O. Silveira), as vendedoras, as camponesas, as adolescentes-mães desesperadas ou as emigrantes e migrantes rurais. Trata-se, assim, de uma dupla imagem extremamente estereotipada e homogeneizada, que tem sido acriticamente disseminada dentro e fora do território arquipelágico. Todavia, nem sequer se procede a uma politização das distinções e desigualdades que atingem o colectivo das mulheres em Cabo Verde o que, com efeito,

⁹⁵ Relativamente à representação das mulheres *bádias*, que ocupam categorias socioprofissionais marginalizadas, como as peixeiras e as empregadas de limpeza, em Portugal, ver Kesha Fikes (2000).

⁹⁶ Ver, por exemplo: *Cabo Verde*, brochura e DVD multimédia, de Contacto Virtual e Fresco Produções; *Cabo Verde: Um Destino Tropical* e *Cabo Verde: Guia Turístico 2011*, de Cabo Verde Investimento.

⁹⁷ Expressão utilizada como título de um poema da guineense Odete Semedo.

tem provocado uma discriminação no acesso às informações, formações e ocupações. Desse facto, decorre ainda hoje uma contínua invisibilidade ou estigmatização das mulheres, especialmente de certas ilhas, regiões, espaços, classes sociais, gerações ou, em poucas palavras, de segmentos subalternos.

Posto isto, segue-se uma análise de como esse conjunto de representações de classe, género e região interfere no acesso e exercício do poder político pelas mulheres.

PARTE iii
PARADIGMAS REINVENTADOS

QUEM GOVERNA? DA AUSÊNCIA À EMERGÊNCIA DE MULHERES NO CAMPO POLÍTICO

Embora seja evidente que, desde os primórdios da colonização, tenha havido, de algum modo, determinadas mulheres em posição de poder social, político e cultural no arquipélago de Cabo Verde (cf. Cohen, 2001 e 2007; Cabral, 2002), verifica-se que, particularmente depois da revolução independentista e da abertura política, as mulheres caboverdianas conquistaram posições importantes em termos legais e profissionais. Nesta caminhada, após um longo processo de silenciamento, as mulheres alcançaram recentemente, pela primeira vez, uma situação de paridade com os homens no poder executivo. Deste modo, com a recente experiência da paridade de género, Cabo Verde se tornou o primeiro e único país do continente africano a partilhar igualmente os cargos ministeriais entre homens e mulheres. Paradoxalmente, contudo, no transcurso das últimas décadas, mesmo atendendo a uma progressiva consolidação da democracia insular, o reequilíbrio da representação de género no poder executivo não traduziu numa recomposição no quadro do poder legislativo. Efectivamente, a ascensão das mulheres na vida política foi sempre bastante menos expressiva nos órgãos electivos.

Diante disso, este capítulo procura tecer algumas linhas de análise comparativa entre os órgãos políticos nacionais e municipais, examinando as diferenças matriciais entre os processos eleitorais e de nomeação no acesso das mulheres ao campo político. Nesta esteira, pretende-se problematizar a dialéctica da inclusão e da exclusão das mulheres na estrutura do poder, discutindo em que medida uma intersecção de género, classe e região complexificam um pouco mais a abordagem da participação política das mulheres nos órgãos de alta representação nas ilhas. E assim, numa articulação crítica entre sociedade, cultura e política, procura-se perceber as ambiguidades do pensamento mestiço caboverdiano e as intensas disputas sexistas, classistas e regionais, como

elementos importantes do debate político contemporâneo, em particular relativamente às diferenças e desigualdades de género e entre as próprias mulheres no arquipélago.

1. GENEALOGIA DO PODER: DO COLONIAL AO PÓS-COLONIAL

Desde os primórdios da colonização, constituiu-se um pequeno espaço político – uma espécie de ilha-metrópole no seio desta (antiga) colónia – de intensa disputa política, entre uma classe de dominadores brancos e outra classe de dominados negros. Tudo indica que, desde cedo, à margem da sociedade, sobretudo nas ilhas de Santiago e do Fogo, havia ainda um grupo de escravos fujões que, refugiando-se nas montanhas escarpadas do interior, criavam uma organização autónoma, numa resistência à ordem vigente. Numa primeira fase desta histórica relação de dominação e resistência, assente no tráfico transatlântico de escravos, a antiga capital do arquipélago (Ribeira Grande de Santiago) conheceu uma dinâmica política que marcaria a emergência de uma classe intermédia – composta principalmente por africanos livres, negros forros e mestiços forros (sendo estes descendentes de brancos reinóis) – que se empenhavam numa acérrima disputa pelo poder, para representarem ou servirem de intermediários dos naturais da terra, junto da classe dominante no arquipélago e no reino, para além da disputa pelo controle da vida económica e do exército colonial.⁹⁸ Nessa circunstância histórica, a elite insular – que vivia ainda da escravidão – chegava a desempenhar cargos de segundo escalão e de algum simbolismo na administração régia (cf. Cabral, 2001, 2002 e 2008; Cohen, 2001, 2007 e 2008; Domingues, 2001; Santos e Cabral, 2001; Baleno 2001; Correia e Silva, 2002).

Assim, nessa estrutura social hierarquizada em função da origem étnica, género e classe, os sujeitos mestiços livres compunham um grupo charneira entre os brancos e os negros. Todavia, foi pouco expressivo o número de sujeitos mestiços que tiveram a

⁹⁸ Ângela Domingues (2001: 41) demonstrou que a estrutura institucional implantada no arquipélago teve como modelo a organização administrativa adoptada para os diferentes arquipélagos atlânticos, tal como a Madeira e Porto Santo. Daí a matriz ocidental da estrutura do poder em Cabo Verde, reajustada depois da independência.

possibilidade de ascender às camadas médias e altas na antiga capital. Para além disso, apenas a partir da segunda década do século XVII é que, de facto, se assistiria a uma «mulatização» da elite de Ribeira Grande, na sequência da crise comercial e do êxodo da população branca por causa da perda da antiga posição de entreposto que a primeira capital desfrutava. No início do século XVIII, com essa perda de importância da ilha de Santiago nas rotas transatlânticas do tráfico negreiro, se assistiria à reconversão económica, reforçando o investimento na actividade agro-pecuária intensiva para o comércio interno e externo a partir das zonas portuárias. Nessa época, a elite insular – composta por negros e mestiços (designados por «brancos da terra» porque detinham o poder económico e por essa via preenchiam simbolicamente os lugares de dominação deixados por «brancos do reino») – era liderada “por um grupo restrito e fechado de homens, membros de um número reduzido de famílias da ‘governança’, que formavam uma oligarquia que tinha ‘tendência’ a se autoperpetuar” na estrutura do poder da era colonial. Daí, a elite, dominada por proprietários, mantinha-se como um intermediário com o poder central no reino (Cabral, 2001: 240-245 e 252-256; Cabral, 2008: 150).⁹⁹

Segundo Iva Cabral, “através da mobilização das respectivas redes clientelas, os ‘homens poderosos’, chefes das grandes famílias de Santiago, organizavam e lideravam *bandos*.” E, por isso mesmo, “chegavam, até, na vacância dos titulares, a governarem o arquipélago como governadores e ouvidores gerais, detendo, repetidamente, através

⁹⁹ Recorde-se o caso do Governador Pedro S. Cardoso. João Nobre de Oliveira (1998) frisou que isto sucedeu na sequência do “falecimento do Governador Gamboa Ayalla em Outubro de 1650.” Então, “encontrando-se o arquipélago sem bispo nomeado (que normalmente assumiria o cargo) e estando o Governo de Portugal às voltas com a Restauração, o Governo das ilhas foi assumido provisoriamente pela Câmara da Ribeira Grande. Esta entendeu fazer uma eleição que resultou favorável a Cardoso que foi então empossado pela mesma Câmara a 16 de Outubro do mesmo ano. Este facto explica-se assim mais pelo abandono a que a metrópole votara as ilhas do que por uma política isenta de preconceitos raciais [...]. Note-se também que este Governador não foi nomeado pelo Governo central mas saiu duma decisão da câmara local que lhe conferiu posse! Ou seja, os próprios moradores de Santiago que escolheram o Governador! Pedro Semedo Cardoso teve no entanto um Governo difícil, tendo que fazer frente aos seus adversários políticos e aos outros proprietários que escreveram ao Rei pedindo a sua substituição no que foram prontamente atendidos.” E assim, foi “demitido a 24 de Setembro de 1651.” No fundo, “os problemas que Cardoso enfrentou como Governador quase que anunciam os que o Conselheiro Martins irá enfrentar no séc. XIX, pois também ele entrou em confronto com os proprietários da ilha de Santiago que conseguiram de Lisboa a sua demissão.” Para além de conflitos com os proprietários, Cardoso “teve problemas em se impor perante os representantes de um outro país colonial [...]. Seja como for, Pedro Semedo Cardoso e Sérgio Duarte Fonseca (este nomeado pelo Governo central depois do 25 de Abril de 1974) foram os únicos caboverdianos naturais das ilhas que ascenderam ao cargo máximo da colónia de Cabo Verde” (cf. Oliveira, 1998).

dos governos interinos da Câmara, todo o poder administrativo e militar em Cabo Verde”, bem como “altos cargos militares e administrativos.” Nesse tempo remoto, entre tais “homens honrados” de Santiago, destacava-se especialmente o nome de António de Barros Bezerra de Oliveira, “o mais completo representante da elite santiaguense do século XVIII.” Embora apresentado como “ ‘branco como os do reino e não como os desta ilha que têm este nome de brancos e não o são’, Bezerra era mestiço: bisneto, neto e filho de ‘brancos do reino’ e de mulatas santiaguenses.” Era de uma “família típica da elite caboverdiana da época: alargada, patriarcal, com muitas ramificações e clientelas.” Bezerra usufruía então do título simbólico de “príncipe da ilha”. Porém, na época de Marquês de Pombal, foi condenado à força pelo assassinato do ouvidor geral João Vieira de Andrade. Com esta sentença, a “Coroa acabou por decepar todos os poderes locais da ilha e destruir o mais poderoso *bando* de Santiago, arrancando, com esse exemplar castigo, o embrião de autonomia que brotava no seio de certos ‘brancos da terra’ ” (Cabral, 2002: 236-237; 2008: 151-153).

A falência dos proprietários ocorreria na segunda metade do século XIX, com a abolição da escravatura em 1878, numa altura em que começava a sentir-se a presença da elite intelectual, formada sobretudo no seminário de São Nicolau, que disputava os jogos de intermediação na máquina político-administrativa. Assim, a criação das principais escolas oficiais no arquipélago¹⁰⁰ e a fundação da imprensa possibilitaria uma lenta e irreversível transição da burocracia agrária para a burocracia administrativa, conduzindo a uma trágica derrocada do poder material e simbólico da antiga oligarquia, principalmente de Santiago e do Fogo. Essa dinâmica histórica de emergência da elite intelectual seria fortalecida com o investimento no ensino secundário em Mindelo, São Vicente, e na formação superior em Portugal nos princípios do século XX, travando a velha ordem da elite das ilhas do Sul/Sotavento em favor de uma nova dinâmica em torno dos intelectuais das ilhas do Norte/Barlavento.

¹⁰⁰ Uma análise histórica do alargamento do ensino oficial no arquipélago evidencia “um espaço de dominação e divisão social da população (em função da origem étnica, género e classe), apesar do questionamento crítico da elite letrada” no decurso da história de Cabo Verde (Carvalho, 2011: p.453). Em conclusão, pode-se notar que apenas recentemente houve uma difusão do ensino secundário aos diferentes meios sociais e geográficos.

A elite barlaventista teve uma forte predominância durante a I República, entre 1975 e 1991, e isto porque o Barlavento teria sido beneficiado pelo sistema de ensino colonial gerando, após a independência, certas ondas silenciosas de descontentamento por parte de sectores ostracizados e marginalizados (cf. Barros, 2012). Assim, foi com a abertura política na década de noventa e o advento da II República que se assistiria a uma recomposição da classe política e a uma progressiva reemergência sobretudo da elite santiaguense, anteriormente excluída da estrutura do poder. Todavia, foi mais precisamente após a alternância política em 2001 que se notou a predominância da elite santiaguense nos órgãos centrais de poder, encontrando-se neste momento numa fase de resistência à derrapagem por causa do desgaste da actual governação. Deste modo, é possível constatar uma complexa divisão do poder entre dois blocos regionais – um dominado por Mindelo/São Vicente (ostentada como a “ilha mais europeia”) e outro por Praia/Santiago (definida como a “ilha mais africana”) –, reforçando os *lobbies* de elites rivais que lutam pela hegemonia política, económica, social e cultural.¹⁰¹

2. RELAÇÃO DE PODER E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

A ideia do campo político como ilha-metrópole, que conduziu a argumentação principal deste trabalho, manteve mesmo na época do pós-independência e depois da abertura política, quando uma nova elite política iniciou um processo de construção do

¹⁰¹ Durante as três legislaturas da I República (1975-1991), Cabo Verde foi dominado pelo PAIGC/CV, através de um regime monopartidário. A mudança política na década de 1990 ficou marcada com as primeiras eleições livres e pluralistas no arquipélago, que ocorreram num ambiente político de extraordinária manifestação popular, a 13 de Janeiro de 1991, inaugurando a II República. Durante dez anos e duas legislaturas (1991-2001), o arquipélago foi dominado pelo MpD. Com a nova *Constituição da República*, aprovada a 5 de Agosto de 1992, instituiu-se a democracia liberal. Deste modo, o arquipélago de Cabo Verde proclamou-se como um Estado de direito democrático, baseado nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democrática, no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais, na separação e interdependência dos poderes e na autonomia do poder local, visando a realização da democracia económica, política, social e cultural, e ainda a ideia da construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Internacionalmente, Cabo Verde é hoje apresentado como um dos raros países africanos onde a transição para a democracia foi bem-sucedida, estando numa fase de consolidação da sua democracia representativa, do seu regime semipresidencial e do seu bipartidarismo, o que foi reforçado com a nova alternância política nas legislativas de 2001 (cf. Correia e Silva, 1997; Évora, 2004 e 2009; Costa, 2009). Depois de dez anos na oposição, o PAICV regressou ao poder, mantendo a sua predominância com as sucessivas vitórias em 2001, 2006 e 2011.

Estado de cariz moderno ocidental, preenchendo simultaneamente diversos campos de interação. Passadas mais de três décadas de afirmação nacional – sendo os últimos vinte anos em democracia – o campo estritamente político constitui-se ainda como um espaço-centro da organização política – tal como a ideia de metrópole imperial –, “de onde irradiam princípios, leis, fundamentos, modelos, saber e poder” (Ribeiro, 2004: 27). A reflexão histórica de Zelinda Cohen (2007: 16-17) retrata este processo, em particular quanto à estrutura da administração do arquipélago no tempo colonial, recorrendo ao conceito operatório de centro-periferia:

[...] o arquipélago, enquanto área de recepção, acatamento e submissão do que é decidido, ordenado e imposto no reino-centro, constitui-se no espaço periférico. É este tipo de relação política entre os espaços caracterizado pela hierarquia que apelidamos de colonial [...]. As instâncias superiores da organização implantadas em Cabo Verde passam a ser entendidas por nós como *sub-centros*, já que detêm prerrogativas decisórias [...]. Como do ponto de vista organizacional anteriormente definido, o centro dos centros é a Corte, onde se decide em última instância. Mas existem espaços sub-centros também na Colónia. O local onde residem os poderes decisórios em Cabo Verde torna-se espaço-centro, isto é, Capital.

Sob esta óptica, pode-se perceber que também relativamente à dinâmica política contemporânea existe tal relação de colonialidade entre a estrutura do poder e o espaço da comunidade.¹⁰² Paralelamente à hierarquização organizacional centrada no campo político, que produz a subordinação dos vários e diversos campos de interação social, também assistiu-se a um processo de fixação de um espaço-centro geográfico da organização política: a capital (Praia, ilha de Santiago). Daí, a periferização das outras localidades. Assim, constata-se a conformação das relações de poder, por exemplo com base numa sobreposição entre duas principais formas de hierarquização: organizacional e territorial. Isto porque o centro político encontra-se num espaço ilhéu. Por outras palavras, é de fundamental importância registar que esta dependência centro-periferia geográfica é crucial para perceber os mecanismos de inclusão/exclusão dos grupos sociais e as dinâmicas que decorrem no seio do próprio campo político. Assim, surgem duas seguintes questões: Como as rupturas e as continuidades coloniais no Estado se

¹⁰² Entretanto, em relação à própria organização política – hoje em democracia – existem hierarquias entre os órgãos de poder político – Presidente da República, Assembleia Nacional, Governo e Autarquias Locais –, sendo assim maior a proximidade entre as instâncias locais e a comunidade.

reflectem na representação do poder pelas mulheres? As mulheres subalternas – pertencentes às camadas mais baixas da sociedade que são excluídas do mercado de trabalho, dos espaços de representação política e da vida cultural – podem falar?

2.1. Quem Pode Falar?

À primeira vista, pode-se pensar que, no decurso da história de Cabo Verde, ao sujeito subalterno – na condição escrava, na condição de classe inferior ou na condição feminina¹⁰³ – foi sistematicamente recusada a voz, tendo sido mais gravemente silenciado quando se articulavam diferentes formas de opressão, como raça, classe e género. Isso explica que, ao nível da historiografia caboverdiana, seja difícil encontrar documentos históricos com informações detalhadas sobre as camadas mais baixas da sociedade. De facto, tratava-se de uma forma de violência abissal pois, além de tratadas como meros objectos de trabalho, foram suprimidas da história.

Numa segunda abordagem, é importante lembrar que a dificuldade do sujeito subalterno em ter voz facilitou a emergência de representantes ou intermediários

¹⁰³ Pode-se tomar como exemplo o testemunho silenciado da Escrava-Mãe-África, como principal reprodutora da Nação «crioula», revendo a violência decorrente do processo de miscigenação biológica e cultural caboverdiana e interpelando, em última instância, de que forma a subalterna «pode falar» da sua sujeição ao sistema colonial patriarcal. Isto é, evidentemente, a origem da histórica discriminação e subalternização de mulheres no contexto caboverdiano. E, por isso mesmo, não se pode ignorar que a colonização e a miscigenação tiveram um impacto diferenciado nos homens e nas mulheres, bem como entre as próprias mulheres. Curiosamente, se a presença das mulheres brancas na colonização foi finalmente reconhecida, a das colonizadas ainda é pouco estudada (cf. Gautier 2004: 660). Para além disso, não se pode deixar de acrescentar que ainda persiste um olhar dominante – inclusivamente no interior das análises feministas – que tende a considerar estas últimas como vítimas passivas, ignorando as estratégias de resistência e de subversão femininas. E são frequentemente englobadas num grupo homogéneo, abafando igualmente as relações de poder entre as mulheres colonizadas. Torna-se fundamental o diálogo com as perspectivas feministas pós-coloniais, que procuram integrar as relações de género e as relações entre as mulheres na análise sobre o colonialismo, tendo em atenção os diversos estilos de colonização, bem como as diferentes sociedades colonizadas. Nos espaços marcados pelo colonialismo português, como no caso caboverdiano, a relação entre senhores e escravas merece ser estudada para melhor se entender a forma como os olhares sobre a subalternidade feminina se repercutiram ao longo do processo histórico. Chegando a esse ponto, não se pode deixar de pensar na pergunta de Gayatri Chakravorty Spivak (1994): *can the subaltern speak?* Tendo em atenção o processo de miscigenação biológica e cultural no contexto caboverdiano, não serão os sujeitos híbridos uma personificação da «fala» silenciosa das escravas negras subalternizadas e uma denúncia dos moldes em que se processou o contacto inter-racial, ministrado pela potência colonizadora? E a própria cultura «crioula», enquanto resultado do contacto entre opressor e oprimido, não traduz a «fala» do subalterno?

perspicazes, desde os mestiços e negros livres, aos grandes proprietários rurais, aos intelectuais cosmopolitas e aos políticos-tecnocratas. Por isso, compreende-se que, por exemplo, no histórico contexto da produção colonial-escravocrata, o sujeito subalterno enfrentaria constrangimentos colossais que não favorecia sequer o direito à voz. Sendo assim, na melhor das hipóteses, podia então ser intermediado pela voz de outrem. Isto ainda hoje acontece em relação às camadas mais baixas da sociedade.

Contudo, a partir da história do arquipélago, pode-se identificar uma resistência do subalterno que procurava algumas alternativas, sobretudo através do sincretismo cultural, arquitectando uma arena «subterrânea» onde podia falar. O *batuku* pode ser apontado como uma das manifestações subversivas, simbolizando a fala do subalterno (classe de dominados negros), em lugares distantes, longe da classe de dominadores brancos e numa resistência permanente em relação à estrutura do poder estatal. Ao longo do tempo, para além do espaço da cultura contra-hegemónica que tinha (e ainda tem) a sua dimensão política, emergiram outros espaços políticos subalternos, tais como os mercados informais, onde sobretudo mulheres das camadas mais baixas da sociedade inventavam/inventam um espaço de exercício produtivo e de intervenção social. Para além disso, desde a década de quarenta, existe na ilha de Santiago uma comunidade religiosa – os *Rabelados* – à margem da sociedade, da política estatal e da igreja católica, mantendo a sua organização autónoma. Na verdade, a luta política em Cabo Verde é, por si só, bastante intrigante, desdobrando-se em múltiplas camadas. Porém, é relevante ressaltar que, embora não ignorando os diferentes espaços políticos subalternos e outras formas alternativas de exercício do poder político, este trabalho toma como objecto empírico o aparelho de Estado. Desde logo, talvez pareça plausível que uma das propostas para a ampliação do político seja sobretudo reconhecer outras instâncias e acções de poder, além das que se localizam no campo estritamente político.

Tem-se afirmado que Cabo Verde foi de facto um caso específico no contexto das antigas colónias portuguesas em África, onde tão cedo os naturais da terra inóspita se interessaram pela luta política na estrutura do poder formal, tendo à vista a posse de riqueza e o acesso ao poder político. Obviamente que, se o poder político encerra «o

direito de dar ordens aos outros», a elite insular teria de enfrentar resistências tanto da classe dominante como das camadas mais baixas da sociedade ou à margem da mesma (cf. Correia e Silva, 2002). Em todo o caso, desde o início da colonização, tudo indica que havia uma forte relação entre o poder político e o êxito económico. De modo que, mesmo depois da perda de importância da ilha de Santiago nas rotas transatlânticas do tráfico negreiro que causara o êxodo da população branca, a elite política era composta especialmente por homens abastados, nesse caso os grandes proprietários rurais, com particular destaque para os coronéis de Santiago. Seguidamente, com a reconversão do poder económico em capital cultural, a elite intelectual entrara nessa luta pela ocupação de postos político-administrativos, tendo em vista, numa perspectiva individual, a própria acumulação de bens materiais e simbólicos.

A acção política das mulheres no decurso da história do arquipélago exige uma análise cuidadosa que não cabe aqui mas, ainda assim, é importante realçar a sua quase total ausência nos órgãos de alta representação política, mesmo aquelas que usufruíam do estatuto de mulheres colonizadoras e eram protegidas por direitos e liberdades, como membros da família colonial (cf. Cabral, 2001, 2002 e 2008; Correia e Silva, 2001b; Cohen, 2001, 2007 e 2008). Embora em traços vagos, importa realçar que as mulheres colonizadoras não faziam parte de uma categoria homogénea, tal como as mulheres colonizadas. A este propósito, de acordo com Iva Cabral (2001: 240-245 e 252-256), a posição das mulheres na sociedade insular caboverdiana nos primórdios da colonização de Cabo Verde não apenas dependia das famílias de origem, mas ainda do estatuto que detinham em relação ao homem, sendo que elas possuíam direitos, deveres e liberdades diferenciados em consonância com o estado civil: casadas, viúvas ou solteiras. Significa então que as mulheres da histórica formação social caboverdiana estavam de algum modo submetidas ao patriarcado dominante, embora geralmente as colonizadas eram mais gravemente prejudicadas com a exploração colonial e sexual.

Em relação à experiência das mulheres, é necessário considerar as desigualdades estruturais e os valores sociais que lhes foram impostas, sobretudo em termos da moral e religiosidade cristã dominante, conforme evidencia o seguinte excerto de entrevista.

Quando se diz que a mulher não tem tempo, não tem mesmo! Não tem, porque resulta de uma divisão social de trabalho que imputa à mulher uma quantidade de responsabilidade [...] que o homem não tem, acrescida de estar numa sociedade em que toda a responsabilidade pela reprodução biológica e social da unidade familiar compete a ela, e não ao homem [...]. Você dá ao homem um tempo que a mulher não tem. E ele pode entrar na política ou em outras coisas.

Uma outra dimensão que... é uma dimensão que... eu diria que, vem um pouco dessa componente judaico-cristã [que indicia] que o discurso da política – que é essencialmente [...] «pagão» e «amoral» – vai precisamente contra o verbo que deve sair da boca da Maria, que deve ser um discurso moral, cristão. Portanto, há aí uma antinomia. No fundo, a linguagem da política não é linguagem da mulher. Permite que o discurso político faça uso de tudo, mas esse tudo só pode ser apropriado pelo homem, não pela mulher, porque senão você dessacraliza a mulher. (Ent. 58, H-Sociólogo, [Praia 2009])

Veja-se no excerto que se segue algumas considerações sobre as desigualdades estruturantes e históricas da sociedade caboverdiana, abarcando as relações dentro da família, o contexto laboral e a educação formal, com prejuízo para as mulheres e com impacto na sua menor participação política.

A sociedade tem um recurso imenso que é [...] o potencial empresarial da mulher caboverdiana. Provavelmente herdado das nossas origens africanas, continentais [...]. O facto de ser mãe [...], nas sociedades africanas, a mulher não se retira para o espaço doméstico. Mas, pelo contrário, sai, empreende, é rabadante, circula, para conseguir o sustento, conseguir a mobilidade social dos filhos. Esse potencial empresarial, a meu ver, até ainda, é subavaliado. A mulher é mais previdente. Pensa no dia de amanhã, porque a responsabilidade dos filhos é dela. Pensa no dia de amanhã. Poupa. Investe. O homem não. O homem despende, gasta, usufrui, goza. A mulher é muito mais... Essa característica é [...] um diferencial competitivo que a mulher tem. E que a nossa sociedade, até agora não aproveita devidamente. [...] na política, é a mesma coisa. As mulheres são empreendedoras, na política. As mulheres têm a dimensão do futuro, da prudência [...]. Pode ser enriquecedor. Infelizmente, a nossa sociedade considera a mulher, na política, uma minoria; na economia, um actor de segundo nível. Isso inibe o libertar das energias. Eu acho que o que a independência fez é dentro de um modelo muito paternalista de organização da sociedade. [Daí, isso de] ter também organização das mulheres. O Estado Novo português também havia feito. Para mim, há processos sociais que levaram à emancipação das mulheres caboverdianas. A seca é um deles. A seca lançou a mulher fora de casa, porque a agricultura doméstica não garante... A seca lançou as famílias a investirem nas meninas, porque não há um futuro sem um mínimo de investimento escolar. As meninas, quando vão à escola, mostram que têm «cabeça» – como se diz popularmente –, como os meninos; vão dominar as mesmas ferramentas. Muito mais do que organizações de partidos, com uma retórica, muitas vezes, abstracta, universal [...]. Essas organizações estão sempre na sombra de um poder, subalternizadas dentro desse poder. Eu tenho uma visão muito negativa dessas lutas [...]. Houve lideranças femininas, mais libertárias que organizacionais [...]. Jornalistas, escritoras, desde o século XIX, que defenderam um ideário feminino. Cronistas defenderam um ideário feminino. Promoveram mulheres nas escolas. A classe das professoras é uma coisa épica, em Cabo Verde [...]. Como sabe, a rede do ensino público nasce, em Cabo Verde, no século XIX. Muito cedo se feminiza [...]. E as mulheres que estão na educação promovem as meninas, lutam pelas meninas, convencem as famílias para deixar passar as meninas de um primeiro ciclo para um segundo. Isto foi uma luta muito interessante ao longo da história de Cabo Verde [...]. É claro que há períodos históricos em que se criam condições legais, potencialmente emancipatórias. Por exemplo, obrigatoriedade do reconhecimento dos filhos, porque a estrutura familiar caboverdiana tradicional penalizava as

mulheres, ao deixar sobre elas a tarefa da [re]produção do ser humano, do cidadão. Portanto, a história caboverdiana fez «os filhos da mãe» [...]. A paternidade não representou historicamente um ónus grande; a maternidade, sim. Tudo isso leva a situações inibitórias de um percurso. Há períodos históricos, como a independência (a modernização em termos legais e a punição de certos comportamentos, como o não reconhecimento dos filhos), que [fizeram] uma revolução incrível na história de Cabo Verde. A finalização dos filhos incógnitos, por exemplo, de pai incógnito... [...]. Todo o stress [...] de criar os filhos, de sustentar as crianças, sem apoio masculino, porque o homem, o seu dinheiro, ele gasta como quiser, lá fora, com novas mulheres [...]. Em certos momentos, houve condições legais [...], por exemplo, políticas como do controlo [...] da natalidade, propiciando às mulheres o controlo sobre a sua sexualidade... Criou condições, digamos assim, de emancipação [...]. (Ent. 53, H-Historiador [Praia 2008])

O excerto anterior é extremamente interessante no sentido de pontuar algumas situações históricas de discriminação das mulheres, mas também de uma progressiva libertação feminina das estruturas patriarcais opressivas. Entretanto, constata-se uma relativização do potencial emancipatório das organizações femininas, que permaneciam à sombra do Partido-Estado. Curiosamente, nota-se o reconhecimento das políticas públicas implementadas após a independência que contribuíram para a tal emancipação das mulheres, mas, ainda assim, não se presta grande tributo às mulheres-militantes. Na verdade, os avanços referidos relativamente à situação das mulheres ocorreram graças ao apoio político do Partido-Estado, mas foram simultaneamente frutos da pressão das mulheres-militantes, tendo sido marcados por enormes resistências. No excerto da entrevista que se segue encontram-se anotações sobre algumas dessas resistências à luta pela emancipação das mulheres caboverdianas.

[...] ao confrontar a luta política dentro do partido, eu reparei que, realmente, apesar de haver uma grande vontade política do partido para a integração das mulheres, essa integração e essa igualdade [...] esbarravam-se com preconceitos, com a formação e a educação dos próprios militantes e dirigentes do PAIGC. Realmente, avançava-se muito, mas não se avançava o necessário. Era preciso mudar não só a mentalidade dos homens, mas também das próprias mulheres [...]. Durante a luta, foi possível, realmente, fazer uma grande revolução das mentalidades. Mas, naturalmente, que não foi suficiente. Ao chegarmos a Cabo Verde, vimos que afinal era preciso uma outra luta. Então, foi aí que eu comecei a interessar-me. Não somente eu, como outras também que vieram da luta, outras também que participaram na clandestinidade [em Cabo Verde], outras mulheres que tinham vindo de Portugal que participaram também (talvez não de forma organizada na clandestinidade, mas, pelo menos, já tinham o vírus da política), de uma forma ou de outra, na grande movimentação para a independência de Cabo Verde. Portanto, foi esse grupo de mulheres – com um nível de participação diferente – que se encontrou. E chegámos à conclusão, ao mesmo tempo, de que, na realidade, era preciso alguma coisa para mudar a situação das mulheres [...]. Em 1975, nós fizemos uma grande movimentação. Participámos nas festividades da independência [...]. E, a partir daí, nós começámos a arrecadar fundos, a fazer feiras, fazer actividades... Nós começámos um grande projecto – que, hoje em dia, é um projecto nacional – que é o projecto PMI/PF (Protecção Materno-Infantil e Planeamento Familiar) [...]. Nós chegámos à conclusão de que o

problema grave das mulheres era o problema de ter um número demasiado elevado de filhos, na altura, e que [...] a maioria desses filhos não era reconhecida pelo pai [...]. Nós pensamos que podíamos começar por aí. E foi o pontapé de saída que nós demos [...]. Quando o projecto já estava bastante resolvido, nós contactámos o Ministério de Saúde e Promoção – porque passou o âmbito da Delegação de São Vicente – e passámos o projecto para o Ministério da Saúde. Mas quem começou foi a Comissão da Organização de Mulheres, em São Vicente. E foi essa Comissão da Organização de Mulheres, em São Vicente, que se espalhou por todo o território nacional [...]. Criámos comissões locais, em cada ilha.

Depois, em 1978, nós criámos a CNOMCV, [no encontro] na ilha do Sal. Aí nós viemos a ter apoio do partido. Nós pedimos apoio do partido [...]. Nós tivemos muita resistência do partido e da população, em geral. Gozavam connosco [...]. As pioneiras da organização das mulheres foram mulheres que, durante muito tempo, eram até, praticamente, vistas com maus olhos. Confundiam a promoção das mulheres com outras coisas [...]. Nós [da OMCV] fizemos muita pressão para que houvesse integração das mulheres. Nós dávamos os nomes para indigitar as Deputadas. [...] membros de Governo, insistimos tanto, tanto, tanto, tanto... Nunca conseguiram ter uma mulher, como membro de Governo, porque havia resistências, havia preconceitos [...]. As mulheres chegaram até Directoras-Gerais. Mesmo assim, [com] uma grande resistência. Eu acho que um dos grandes erros do PAICV foi nunca ter tido uma mulher no Governo, apesar de termos [tido] grandes mulheres. [...] nós tínhamos uma grande capacidade dentro da OMCV [...]. Mas tudo o que nós conseguimos era fruto de uma enorme resistência. Nós influenciámos as leis [...]. É claro que havia vontade política, mas havia resistência [...]. Mas nós conseguimos o projecto da Interrupção Voluntária da Gravidez... Também foi influência nossa. Quase que éramos nós a elaborar as leis [...]. Discutíamos a todos os níveis, discutíamos com a população. Nós tínhamos uma grande mobilização, nós tínhamos uma enorme influência no seio da população, porque tínhamos mulheres a trabalhar a todos os níveis [...]. Eu tinha acesso às estruturas do partido, porque eu tinha feito a luta. Tinha uma certa acessibilidade, realmente, ao partido. Olha, só vim a ser membro do Conselho Nacional, depois de ser Secretária-Geral [da OMCV], porque já tinha tantas mulheres mobilizadas. Aí, era bom que eu estivesse dentro do Conselho Nacional. Eu tinha feito a luta e isso não foi suficiente para estar no Conselho Nacional. Só fui para o Conselho Nacional depois de ser Secretária-Geral [da OMCV]. Não foi o contrário [...]. Nós criámos a OMCV, em 1981. Se estivesse naquela sala pensavas que era um velório. Toda a gente chorava de emoção. Era um sonho, porque já tínhamos levado anos a tentar criar essa organização. De 1978 a 1981. Olha quantos anos [...]. Formalmente, só criámos [a OMCV] em 1981. Mas, desde 1978, já tínhamos a CNOMCV. Mas, desde 1975, nós tínhamos as estruturas [organizadas nas bases] [...]. O partido não tinha interferência. Nós fazíamos os nossos projectos [...]. Deram-nos [referindo-se ao partido] um pequeno subsídio [...]. Muito inferior ao que davam à juventude. Mas isso foi depois da criação da OMCV. [...] tudo o que, hoje em dia, as pessoas acham que foi uma conquista da independência, foi conquista conseguida através de um grupo de mulheres – a maioria sofreu imenso para conseguir que as outras mulheres lá chegassem também. Uma luta pioneira. Nós ficámos visadas, muitas divorciadas. Enfim, são mulheres que sofreram na própria carne para que as outras mulheres tivessem oportunidades. Para as bolsas de estudo, nós intervimos para que as mulheres tivessem bolsas [...]. Incentivávamos as mulheres a diversificarem a sua formação profissional. Eu acho que as mulheres fizeram uma luta extraordinária, que valia a pena ser conhecida pelas outras mulheres [...]. (Ent. 16, M-Org./Autarca, Independente [Mindelo 2006])

O excerto referido realça a existência de preconceitos em relação às mulheres dentro do próprio partido, que proclamava a emancipação feminina, reconhecendo que era vital uma mudança na mentalidade tanto dos homens como das próprias mulheres.

Isso significa que, apesar da participação das mulheres (ao lado dos homens) na luta pela libertação nacional e dos ideais emancipatórios proclamados durante o período revolucionário e pós-revolucionário, continuavam a existir práticas discriminatórias em relação às massas femininas. Daí, a constatação da necessidade de uma luta específica pela emancipação feminina.

Outra ideia evidenciada no excerto referido prende-se com a movimentação das mulheres no sentido da luta pela sua própria emancipação e a forma como envolveram o Partido-Estado nessa luta. Com essa ideia fica a sensação de que havia uma vontade política por parte do Partido-Estado, mas que isso apenas foi consubstanciada com a pressão das mulheres que se foram organizando clandestinamente, tendo conseguido depois o apoio necessário para a prossecução da almejada luta. Finalmente, uma outra informação importante diz respeito ao incremento da presença feminina na máquina político-administrativa. Relembre-se que, no decurso da história, Cabo Verde foi palco de intensas lutas políticas pelo controlo administrativo ou estatal, em que os homens assumiram protagonismo principal. Deste modo, um dos sinais da reinvenção do velho paradigma prende-se agora com a considerável entrada de mulheres na administração pública, tendo impacto na sua participação política nos órgãos de alta representação do arquipélago, conforme constata o seguinte excerto de entrevista.

Também a destacar um aumento significativo, acho que, a nível dos órgãos de direcção, não especificamente políticos, mas na administração pública [...]. Esse movimento de aumento significativo de mulheres na direcção da administração pública é um factor que impulsiona a representação a nível dos órgãos mais políticos [...]. Essa experiência, em termos burocráticos e administrativos, pode gerar [...] uma auto-percepção das suas capacidades administrativas e, com isso, maior [...] impulso, maior disponibilidade para reivindicarem participação a nível de direcção política nos partidos e, conseqüentemente, nos órgãos legislativo e executivo, a nível local e a nível nacional [...]. Isto é impulsionado muito pelo, cada vez maior, número de mulheres que conseguem ter uma formação de nível superior. [Esses], portanto, são elementos de capacitação técnica, que permitem às mulheres fazerem um percurso via instituições políticas. (Ent. 56, H-Politólogo [Praia 2008])

Estas considerações servem apenas para melhor se entender algumas questões. Na verdade, não é objectivo deste capítulo apresentar uma abordagem pormenorizada acerca da desigualdade de género ou uma história abrangente em torno da questão da representação em Cabo Verde. Por isso, prossegue-se com uma análise focalizada em alguns problemas da representação política das mulheres no contexto democrático

(1991-2011), examinando a adaptação da democracia representativa num arquipélago concreto e específico da costa ocidental africana. De igual modo, ao invés de fornecer uma descrição sistemática da representação política das mulheres no arquipelágico, o que foi discutido num outro lugar (cf. Monteiro, 2009), debruça-se em torno de alguns tópicos mais importantes nos debates contemporâneos, interligando os dois campos teóricos – a teoria feminista e a teoria pós-colonial – que suportam este trabalho. E aqui é que entra uma questão polémica: quem pode falar? Por outras palavras, trata-se de saber quem governa. Isto conduz a uma abordagem dos procedimentos e critérios adoptados na própria selecção e recrutamento da elite política.

2.2. A Política da Paridade: Intersecções e Margens

Em democracia, enquanto sistema de *governo da maioria*, o povo vota para eleger os seus legítimos representantes políticos. Desde a década de 1990, Cabo Verde aderiu ao modelo representativo de cariz democrático. Em parte, as eleições livres, pluralistas e periódicas são também fundamentais para se equacionar as rupturas e continuidades que permeiam as relações de poder entre homens e mulheres num determinado contexto cultural e político. Com base neste pressuposto, ao examinar a representação política das mulheres caboverdianas a partir da transição do monopartidarismo para o multipartidarismo no arquipélago, constata-se que as mulheres se encontram ainda sub-representadas nas listas eleitorais, tendendo a ocupar posições secundárias nas mesmas, o que contribui para a persistência sistemática da sua sub-representação na estrutura do poder, apesar dos avanços significativos registados durante o período democrático. Em vinte anos de democracia, ao nível do poder legislativo, ocupam um quinto dos assentos parlamentares, num continente com exemplos extraordinários, como o caso do Ruanda que, já há alguns anos, tem liderado, a nível mundial, a lista de países com maior representação de mulheres no poder legislativo. Em Cabo Verde, esta fraca representação política feminina ocorre igualmente nas instâncias do poder local, cuja percentagem ainda não ultrapassa um terço dos cargos electivos.

Tabela I.
Mulheres no Governo (1991-2011)

Legislaturas	Obs.	Primeiro Ministro	Ministras		Sec. de Estado		Total Mulheres		Total
IV (1991-1996)	25-01-1991	Carlos Veiga/MpD (1)	0	0,0%	1	6,3%	1	6,3%	16
	03-04-1991		0	0,0%	2	10,5%	2	10,5%	19
	17-01-1992		0	0,0%	2	9,5%	2	9,5%	21
	16-03-1993		1	5,0%	1	5,0%	2	10,0%	20
	10-05-1993		2	10,5%	0	0,0%	2	10,5%	19
	06-07-1993		2	11,1%	0	0,0%	2	11,1%	18
	06-12-1993		2	10,5%	0	0,0%	2	10,5%	19
	20-12-1993		2	12,5%	0	0,0%	2	12,5%	16
	07-02-1994	Carlos Veiga/MpD	2	13,3%	0	0,0%	2	13,3%	15
	07-03-1994		2	13,3%	0	0,0%	2	13,3%	15
	10-03-1994		2	11,8%	0	0,0%	2	11,8%	17
	09-06-1994		2	12,5%	0	0,0%	2	12,5%	16
	30-12-1994		2	13,3%	0	0,0%	2	13,3%	15
	05-02-1996		1	7,1%	0	0,0%	1	7,1%	14
	08-02-1996		1	7,7%	0	0,0%	1	7,7%	13
V (1996-2001)	04-03-1996		1	6,3%	1	6,3%	2	12,5%	16
	29-04-1996		1	5,9%	2	11,8%	3	17,6%	17
	30-09-1996		1	5,3%	2	10,5%	3	15,8%	19
	20-05-1997		1	5,3%	2	10,5%	3	15,8%	19
	13-05-1998	Carlos Veiga/MpD	2	10,0%	3	15,0%	5	25,0%	20
	27-05-1998		2	9,5%	3	14,3%	5	23,8%	21
	13-08-1999		2	10,5%	3	15,8%	5	26,3%	19
	19-11-1999		3	16,7%	3	16,7%	6	33,3%	18
	16-12-1999		3	15,0%	4	20,0%	7	35,0%	20
	05-10-2000	Gualberto do R./MpD	4	20,0%	3	15,0%	7	35,0%	20
VI (2001-2006)	30-01-2001		1	7,7%	3	23,1%	4	30,8%	13
	11-06-2001		2	14,3%	3	21,4%	5	35,7%	14
	27-02-2002		3	17,6%	2	11,8%	5	29,4%	17
	21-10-2002		3	15,8%	2	10,5%	5	26,3%	19
	23-10-2002	José M. Neves/PAICV	3	15,0%	2	10,0%	5	25,0%	20
	20-10-2003		3	15,8%	2	10,5%	5	26,3%	19
	06-04-2004		3	13,6%	0	0,0%	3	13,6%	22
	18-07-2005		3	14,3%	0	0,0%	3	14,3%	21
	29-08-2005		3	15,0%	0	0,0%	3	15,0%	20
VII (2006-2011)	07-03-2006	José M. Neves/PAICV	4	19,0%	2	9,5%	6	28,6%	21
	2008	José M. Neves/PAICV	8	50,0%	0	0,0%	8	40,0%	20
	2010	José M. Neves/PAICV	8	50,0%	0	0,0%	8	42,0%	19
VIII (2011-)	2011	José M. Neves/PAICV	8	44,0%	0	0,0%	8	38,0%	21

Nota: (1) trata-se do I Governo Intercalar da II República; a) análise dos membros do Governo em função do número das pessoas nomeadas e exoneradas; b) se um homem ou uma mulher ocupou duas ou mais pastas só é contabilizado uma única vez; c) as percentagens foram todas calculadas em função do total dos membros do Governo; d) a última coluna diz respeito ao total dos membros do Governo.

(Fonte: BO e www.governo.cv)

Para além disso, em mais de meio século de experiência político-partidária (tomando como referência a data da fundação do PAIGC [1956]), apenas uma mulher chegou à liderança de um partido (MpD/2000), com a agravante de ter sido presidente interina, numa altura em que o partido no poder enfrentava uma crise política interna, com impacto na governação. Importa mencionar, neste quadro de fraca representação política feminina, o facto de ainda nenhuma mulher ter sido candidata/eleita para a Presidência da República e candidata/nomeada para a chefia do Governo.

Ao nível do poder executivo, importa acrescentar que, durante a I República (PAIGC/CV, 1975-1990), Cabo Verde foi dominado por um regime monopartidário, numa governação sem mulheres. Curiosamente, com o regresso ao poder desse mesmo partido, por decisão do chefe de Governo, o arquipélago tornou-se o primeiro e único país africano a partilhar igualmente os cargos ministeriais.¹⁰⁴ Em 2008, em todo o mundo, para além do arquipélago, somente mais três países possuíam a paridade de género no Governo: Espanha, Finlândia e Noruega. Recentemente, em 2012, França alcançou uma histórica vitória ao conquistar a paridade de género, na sequência do regresso da esquerda ao poder.

Relativamente às causas da paridade ministerial, estas encontram-se expostas no excerto de entrevista que se segue, compreendendo desde alguns factores internos (tais como as actividades do organismo estatal para a promoção da igualdade de género) e influências externas, nomeadamente a experiência governamental espanhola.

Ele anunciou que, no âmbito do mandato, haveria espaço, e ele iria proceder à criação de um governo paritário. E ele cumpriu. Estou em crer que ele também teve muita influência do PM de Espanha. Eu sei que eles têm afinidades, em termos de partidos, de visão socialista [...]. O anúncio que ele fez foi depois da visita a Espanha (risos). Ele esteve a conviver de perto com o PM espanhol, o Zapatero [...].

¹⁰⁴ Em Cabo Verde, a paridade alcançada em 2008, foi reafirmada com a remodelação governamental que ocorreu em 2010. Na altura, com a demissão de um ministro e uma ministra, foram nomeados igualmente um homem e uma mulher para a ocupação de cargos ministeriais. Deste modo, mantinham-se oito ministras no Governo, sendo de destacar que, de facto, todas ocupavam áreas centrais da governação neste espaço insular: defesa, justiça, família e solidariedade, ensino superior, finanças, descentralização, turismo e juventude (a titular da pasta de juventude acumulava esse cargo com a presidência do conselho ministerial e dos assuntos parlamentares). Entretanto, com as eleições legislativas em 2011, houve uma queda na representação política de mulheres no Governo, situando-se agora nos 44%.

Demonstrar que é um governo moderno, que investe em causas sociais e que tem essa visão da igualdade... Eu notei uma grande diferença nos discursos do nosso PM, de 2002 a 2005. Lembro-me, nas aberturas das actividades do ICIEG, ele dizia sempre: “as mulheres são como árvores.” É como um discurso voltado para o poético, mas vazio de conteúdo, em termos de promoção da igualdade de género. Eu ficava sempre um bocadinho triste, mas felizmente, ao longo desses tempos, percebi que ele passou a estudar e a perceber... E passou a ser um dos defensores dessa questão, muito por conta também do trabalho do ICIEG [...]. (Ent. 33, M-Org. [Praia 2009])

Quanto à avaliação da paridade, regista-se uma apreciação globalmente positiva em relação ao desempenho das mulheres-ministras no seguinte excerto, onde se regista uma ênfase sobre o modo como se preocupam com algumas questões mais sensíveis às problemáticas sociais das mulheres.

Considero que é uma experiência muito positiva, não só no debate de determinadas questões no quadro do Conselho de Ministros. Por exemplo, lembro-me do debate sobre o código de trabalho e da licença de maternidade, em que tomámos certas posições mais avançadas, em favor da maior igualdade e equidade de género e da promoção da mulher, porque tínhamos no Conselho de Ministros uma maioria clara a defender determinadas ideias, determinadas questões. E vejo também que há mais sensibilidade para determinados aspectos sociais e económicos orientados para uma maior igualdade e equidade de género, para além do exercício das funções que são confiadas às diferentes mulheres que estão no Governo. Nós temos um governo paritário, e é um ganho, mas esse ganho depende da vontade do PM. As mulheres continuam sub-representadas, no Parlamento e no poder local, ou seja, nos cargos electivos há uma sub-representação da mulher. Tem a ver com disputas político-partidárias. É claro que me refiro à disputa pelo poder. É claro que há homens que também querem manter-se nos diferentes cargos electivos. Há mulheres que querem ascender. E, como as mulheres historicamente estiveram em desvantagem, têm mais dificuldades em fazer face a esta luta interna, dentro dos partidos políticos. E, portanto, é sempre muito difícil o processo de elaboração das listas, e é difícil impor o sentido para permitir uma melhor ou uma maior participação das mulheres nas listas. (Ent. 29, H-Lid. Partidária, PAICV [Praia 2010])

Para além de uma necessidade de afirmação da democracia caboverdiana e de maior legitimação do sistema de representação, há quem veja igualmente o impacto que a feminização governamental poderá desempenhar concretamente nas gerações mais jovens da sociedade, no sentido de incentivar uma participação cada vez mais activa. Em suma, conclui-se que isso poderá contribuir para uma mudança de mentalidades e uma maior aceitação da participação política feminina.

A visibilidade que a mulher caboverdiana tem actualmente na política pode, e acredito sinceramente que está, a incentivar jovens mulheres a quererem participar. Porque dantes via-se a mulher que era a mulher subordinada ao político chefe; hoje em dia, quando se vê uma mulher a ocupar pastas, que até há pouco tempo, e ainda no mundo inteiro, [são frequentemente masculinizadas]... As pessoas ficam espantadas, quando ficam a saber que, em Cabo Verde, as finanças são tuteladas por uma mulher, defesa tutelada por uma mulher, justiça tutelada

por uma mulher, presidência do conselho de ministros tutelada por uma mulher... Quando vêem mulheres com responsabilidades a nível do Parlamento, isso incentiva outras jovens mulheres a participarem, porque sabem que já mudamos muito, nesse aspecto. Que hoje a mulher não participa para ser “subordinada” ou para ficar calada, quando o político homem fala. Não! A mulher está na linha de frente [...] de ataque político... Não estou a dizer de ataque pessoal, mas de ataque político para defender ideias, para defender projectos, argumentar ou contra-argumentar [...].

Hoje, temos mulheres que estão a liderar os homens. Por exemplo, a nível da economia, a pasta é tutelada por uma mulher que tem um Secretário de Estado; a educação, também é tutelada por uma mulher que tem um Secretário de Estado. Antigamente, não era assim. O homem Ministro, a mulher Secretária de Estado... Praticamente, não aparecia, e ocupava-se das coisas administrativas. Mas, hoje, não! Hoje, isso não acontece... Também a nível da administração pública... Também temos uma mulher com a reforma de Estado, e tem um Secretário de Estado, em Cabo Verde (risos). O processo está a ser diferente, e a mulher está a liderar. Os caboverdianos gostam de liderar... As mulheres caboverdianas – acredito pelo que vejo na sociedade – são líderes naturais. Por isso, acho que isso acaba também por incentivar, chamar as mulheres a participarem mais, a participar, porque estão com mais protagonismo. (Ent. 42, M-Deputada, PAICV [Praia 2009])

É uma questão de afirmação da democracia. Portanto, se nós temos uma sociedade plural em que há homens e mulheres, as mulheres têm que ter tempo de exercer funções políticas [...]. Se repararmos, não há muitas mulheres a exercer, por exemplo, funções de deputada. Mas, já há muitas mulheres exercendo cargos, por exemplo, no Governo. Mas, os cargos de governação são cargos de nomeação, não são cargos electivos e as mulheres que estão no Parlamento, ao acederem a esses cargos, não o fizeram enquanto, por exemplo, cabeças de lista por distritos. Portanto, estiveram nas listas elegíveis, mas não nos primeiros lugares. A explicação que eu avanço para isso é que [...] o exercício de cargos, electivos sobretudo, por exemplo, cargos de deputados nacionais, exigem uma disponibilidade de tempo, que as mulheres nem sempre têm por causa das suas responsabilidades familiares, profissionais e sociais [...]. Eu creio que tem que haver também políticas públicas orientadas no sentido da criação das tais condições que facilitem a participação das mulheres, nomeadamente na criação de equipamentos sociais de acolhimento de crianças, de acolhimento de idosos. Porque tudo isso ajuda [...]. (Ent. 47, M-Autarca, PAICV [Praia 2009])

Em Cabo Verde, para as pessoas que defendem a política da paridade, este ideal democrático pressupõe que às mulheres, tanto quanto aos homens, é devido respeito e reconhecimento enquanto cidadãs. Sendo assim, para incentivar a participação política das mulheres, asseguram que é extremamente importante a adopção de políticas públicas e de medidas legislativas favoráveis à participação equilibrada de homens e mulheres na vida pública e política. Porém, nota-se também um olhar acentuadamente crítico quanto ao distanciamento social entre as elites políticas e as bases. Daí que, as opiniões divergem-se também quanto à existência ou não de uma agenda em relação às questões que articulam o género e a classe. Nessa lógica, um dos posicionamentos mais críticos não só evidencia a desigualdade de género na sociedade como também focaliza

os interesses específicos da elite política como um dos condicionalismos em relação à consolidação de uma agenda marcadamente feminina ou feminista.

A agenda feminina não [...] se impôs no cenário político. Ela ainda é uma agenda subalternizada. Em primeiro lugar, o contexto político é naturalmente o reflexo de uma sociedade profundamente marcada, por relações de desigualdades de género, de subordinação. Isto se reflecte na política [...]. O campo político é masculino, cria obstáculos à entrada de mulheres, e sobretudo impõe às mulheres que entram na política uma certa adesão a um modo de fazer política, a uma lógica da política que é uma lógica masculina. As agendas femininas acabam entrando... A questão de género acaba entrando mais por um efeito de importação e de imposição das agendas internacionais do que por uma crescente de movimentos feministas fortes capazes de impor uma agenda que deriva das lutas internas pela subversão das relações de dominação de género. Vejo a questão de género em Cabo Verde um pouco como vejo a questão de raça no Brasil. Os obstáculos não são – digamos – ostensivos, visíveis. Estão inseridos nas estruturas, no modo como as estruturas se reproduzem. Tanto as estruturas incorporadas pelas pessoas, que levam os homens a se pensarem como fazendo parte do espaço público e devendo ter uma militância activa, gerir a coisa pública; e as mulheres devem ser relevadas ao espaço privado. Portanto, no modo como se constitui a vocação para a política e as lógicas de engajamento militantes. Existe um efeito de inibição que funciona como obstáculo. Por outro, a importância das questões de género na sociedade não foi assumida pelos que comandam o campo político. Nessa medida, é uma agenda que tende a ser minimizada, tende a ser tratada com uma certa negligência pelos agentes do campo político. Isto acaba fazendo com que o que mais importa – interessa – a uma vocação política feminina, etc., tenha pouco espaço de eco no campo político [...]. Por uma questão simples, da lógica das lutas sociais, a questão dos interesses de quem está envolvido num processo... Sendo os homens os beneficiários de um sistema de correlação de classe e género [...]. Os homens que estão na política não têm interesse numa efectiva mudança nessa correlação de força. Não têm interesse consciente, como sobretudo são portadores de estruturas inconscientes que fazem com que a questão de género seja negligenciada, quando é [...] a grande questão da sociedade caboverdiana. O modo como género e classe se articulam para produzir efeitos de desigualdade e exclusão é o grande desafio [...] da possibilidade de viabilizar a sociedade caboverdiana. Isto não é encarado apenas porque a classe média masculina caboverdiana vive da predação das classes populares, sobretudo das mulheres dos segmentos mais vulneráveis. Então, neste sentido, para começar, não percebem a questão de género.

Os homens-políticos não têm interesse em compreender a questão de género na sua centralidade na sociedade caboverdiana. O segmento mais interessado na subversão e em mudanças estruturais efectivas não tem acesso ao campo político. As mulheres que têm acesso ao político tecem algumas relações de cumplicidade no sistema de dominação estabelecido por alianças de classe. Isto faz com que a agenda de género seja um mise-en-scène do sistema de importação de modelos, de conformação de instituições, de gerenciamento da coisa pública. Parece que não existem – no campo político – actores interessados em expor a centralidade da articulação classe e género na sociedade caboverdiana. Os actores que teriam interesse em fazer isso estão fora do campo político. Não existe um movimento, um activismo... Se fala muito da sociedade civil, mas tenho a percepção de que na verdade não existem movimentos sociais fortes, particularmente nesta área. Tem o fenómeno das ONGs e o sistema de importação de modelos e de financiamento, que acaba cobrindo, a partir de uma lógica muito própria, as questões que são mais fundamentais em termos de contradições da sociedade caboverdiana. Acaba criando um certo modo de construção do problema social, que impede a sua emergência menos controlável, mais pujante, com questionamento mais forte. Enfim, um pouco daquela problemática da possibilidade de uma emergência contundente, violenta, de contestação dos subalternos versus uma série de lógicas de pequenas reformas, ajeites aqui e ali, que acabam canalizando os conflitos com as soluções típicas de uma sociedade gerida pelo neoliberalismo.

Eu acho que não basta ter presença. A presença deve representar a culminação de um processo, que nasce na sociedade civil, que tende-se a organizar enquanto movimento, que impõe a presença. Quando a lógica é essa, a presença social feminina, no Governo, acaba produzindo transformações, porque o movimento que está por detrás do processo de representação impõe aos representantes uma certa lógica, tendo um potencial de subversão da lógica institucional estabelecida do status quo. Quando não tem isso, quando as pessoas são indicadas a essas profissões por outras lógicas, elas não têm o comprometimento, não estão sob o constrangimento dos actores sociais mais interessados na transformação social. Daí, não me parece que essa visibilidade da ocupação de cargos em ministérios signifique grandes coisas em termos de transformações das relações de género. Eu acho que o mundo institucional, a lógica institucional, ela tem uma dinâmica muito própria. E acaba impondo essa dinâmica a essas representações femininas, que acabam reproduzindo a mesma lógica. Para que essa representação pudesse significar algo mais teria que haver um movimento social forte, que visualizasse na articulação classe e género o grande desafio da sociedade caboverdiana, que não visse a questão de género como uma questão das mulheres, mas como o grande desafio da sociedade caboverdiana, e que percebesse a tendência das elites de estabelecerem uma relação (que é uma relação simultaneamente de proximidade, porque na verdade os sectores que estão se constituindo como classe média e média alta da sociedade caboverdiana saíram recentemente das classes populares, pelo menos um bom segmento desse sector)... Uma relação de proximidade, de familiaridade, que permitem uma série de lógicas, permitem estabelecer uma rede de relações baseadas em reciprocidade, fortalecem as relações de clientelismo, troca de favores... Uma série de mecanismos que atenuam, anulam, os potenciais de emergência de conflitos. Isto explica também por que não existem movimentos sociais fortes na sociedade caboverdiana. É uma sociedade muito perpassada por uma trama de relações, de inter-reconhecimento pessoal. Então, é uma sociedade propícia ao fortalecimento de ONGs, às lógicas de atenuação de conflitos e trocas de favores. (Ent. 57, H-Antropólogo, [Praia 2009])

Não obstante a desigual presença de homens e mulheres no exercício do poder representativo, principalmente ao nível parlamentar, o referido entrevistado mostra-se bastante crítico relativamente à distância criada pela posição de classe e pela dinâmica institucional no arquipélago. Na sua opinião, isso também acaba por ser incorporado no discurso e práticas das mulheres na estrutura do poder. Para ele, a questão de género ainda não se impõe como uma agenda autónoma, por causa da fraqueza dos movimentos sociais de mulheres. Porém, devido a uma forte influência das agências e agendas internacionais, esta questão tem sido incluída na agenda política interna.

[...] existe uma certa agenda internacional que impõe determinadas mudanças no enquadramento legal, [face às quais] esta sociedade vem se rearranjando. Nesse sentido, as elites acabam conformando modelos de gestão dessa importação, de imperativos de maior equidade, etc., que permitem fazer de conta que as coisas estão mudando, mas continua tudo da mesma forma, ou até pior. Acho que são importantes políticas afirmativas, eu seria favorável a políticas que consolidassem essa ideia da necessidade da paridade, homens e mulheres, tanto na ocupação de cargos, quanto nos processos eleitorais. Mas é preciso que haja um movimento social forte que impõe às mulheres que vão ocupar esses cargos uma agenda. Sem isso... O efeito da presença e da visibilidade dos sectores subalternos, nesse caso mulheres, em cargos importantes, é mais um efeito na desconstrução – digamos – do modo como os sectores subalternos incorporam a ideia de que o espaço público, o espaço político das posições importantes é um espaço do outro. Então, esse efeito é positivo. O facto de mulheres, de repente, construírem carreiras, trajectórias, se projectando para ocupar cargos... Posições que se transformam em posições naturais

para as mulheres é um efeito importante [...]. Fica faltando uma agenda, que seja uma agenda construída por um movimento interno, a partir das especificidades das lutas por maior equidade, próprias da sociedade caboverdiana.

A gente vive um drama, que é o facto de que as mulheres que devem participar da política, porque a questão da desigualdade, da desigualdade de género, as atinge de uma forma mais contundente, estão desprovidas de instrumentos para participar no espaço político. Isto é o problema. É claro que, havendo um processo e uma tendência a uma maior escolarização das mulheres do que dos homens, nós vamos ter, nos próximos anos, uma entrada, mais significativa, de mulheres ocupando posições importantes, inclusive no campo político. Não sei se isso vai significar e vai se reverter em posições que levam a mudanças estruturais na sociedade, que possam produzir efectivamente maior equidade. Exactamente por isso que [...] tinha-me parecido antes que o facto de que, não havendo um movimento social forte, as mulheres que chegam ao poder são as mulheres que estão inseridas em lógicas que não são as lógicas da transformação social, são lógicas da reprodução das estruturas institucionais estabelecidas. Tenho dúvida quanto à possibilidade que isso venha significar transformação social e maior equidade de género, porque o segmento masculino das elites, que se beneficia imensamente da desigualdade de classe e de género, estabelece um estilo de vida... E a sociedade caboverdiana tem um tipo de cultura, até uma cultura sexual, que demanda uma subalternidade, que impõe, que vive de... Algo a se estudar é o estilo de vida da classe média, um estilo desmoralizado, consumista e predador. Os sectores mais vulneráveis a esse segmento de predação não têm os instrumentos para a entrada na política. Parece que o campo político se conforma como um campo viril. A ideia da disputa, corrida para a liderança, etc., conformam um espaço extremamente agressivo, um espaço para ser percorrido [...] por uma conformação subjectiva da forma como os homens são construídos como pessoas. Então, a impressão que eu tenho é que entrar no campo político impõe às mulheres [...] uma lógica masculina, uma certa virilização do modo de estar no espaço público. Então, por um lado, é necessário ter maior presença de mulheres nesse espaço, de modo a subvertê-lo, etc.; por outro, existe uma outra demanda de transformação social que é a demanda por transformação do modo como se faz a política. Isto implica que esse espaço seja readequado e possa receber outros modos de subjectivação, outras formas de estar e construir espaços públicos.

Na verdade, o campo político não é um campo atraente para quem não tem o ethos predador, da disputa, da concorrência, próprio dos jogos viris. Parece que vai levar um tempo até que as mulheres se sintam instrumentalizadas para não só entrar na política, mas transformar o jogo político. Eu acho que, nesse momento, talvez a sociedade caboverdiana [...] já esteja em condições de instrumentalizar – digamos – cognitivamente as mulheres, deixá-las preparadas para o campo político. Mas talvez não as prepare emocionalmente para o campo político. Então, isto significa que tem que existir dois movimentos correlatos: por um lado, um movimento de ocupação de posições na esfera institucional; mas simultaneamente é necessário que haja um processo de transformação desse espaço institucional, que outras lógicas perpassem esse espaço.

É necessário não apenas ter mulheres na política, mas é necessário feminizar a política. É necessário que as mulheres que entrem na política sejam mulheres [...]. Não basta ser mulher na política. É necessário que o modo de ser mulher percorra o espaço político, de modo a transformá-lo. Enquanto isso não ocorrer, de facto, me parece que é uma forma de resistência não ocupar posições na esfera política tal como ela está constituída. Ocupar posições nesse espaço implica, impõe, às pessoas um certo processo de transformação no modo como conformam a sua subjectividade. Algumas pessoas preferem resistir a isso [...]. Eu acho que tem três níveis [...] em que se coloca a questão de género na política. Tem um nível que é o da presença. É importante: a presença das mulheres no espaço político. Tem um nível que é o nível da agenda, a construção de agendas que equacionem a questão de género. Tem o terceiro nível, que é o da questão da conformação do campo, de como se pode impor outras lógicas, que não sejam as lógicas viris de construção do campo político. Esses três níveis se condicionam mutuamente [...]. Estamos avançando em algum grau no primeiro nível, da presença, mas, na medida em que

não existe um movimento feminista forte, o segundo nível, que é o nível da construção de agendas, ele é um nível que fica fragilizado. As mulheres não representam necessariamente um movimento social. Em terceiro lugar, a lógica de construção do campo político caboverdiano [...] obedece a um sistema de classe e de diferenciação de género, que faz com que o espaço público caboverdiano seja um espaço conformado para uma elite importadora masculina e que faz o jogo da política que é um jogo que o ocidente estabeleceu nas suas estruturas mais gerais. Então, neste sentido, esse campo não é, por um lado, atraente, não é o estilo de vida que a maior parte das pessoas gostaria de ter. Ser político, entrar nas guerras partidárias, fazer as lutas partidárias do modo como se faz. E, por outro lado, as pessoas que [...] têm interesse na transformação social, elas estão destituídas dos instrumentos para fazer parte, e para entrar nesse jogo, para disputar segundo as regras desse jogo, podendo subverter as regras desse jogo, e que têm interesse na subversão das regras do jogo. Então, [...] as mulheres que estão vocacionadas à política, que conseguem construir um ethos para esse espaço de disputa, elas também não têm tanto interesse na mudança das regras do jogo, porque têm uma posição de classe que atenua [...] a pressão pela transformação das regras do jogo. Isto é [...], sou mulher, sei fazer bem a política, posso-me articular tão bem quanto os homens, posso disputar com tanta virulência quanto, porque é que eu preciso transformar o modo de fazer política? Nado como um peixe na água. Então, isso torna extremamente difícil eu pensar o como [...] uma mudança na conformação da esfera pública vai se dar por conta da entrada dos segmentos subalternos, de mulheres, no espaço público, no espaço político. (Ent. 57, H-Antropólogo, [Praia 2009])

A opinião anterior era de um homem académico. De igual modo, da parte das mulheres e de outros homens existem posicionamentos críticos quanto à feminização da estrutura do poder com base em pressupostos de classe ou sem uma transformação mais ampla, bem como relativamente à instrumentalização do discurso de género como se as mulheres fosse parte de um colectivo social homogéneo. Nota-se também uma ênfase na participação na formação das vontades políticas nas comunidades.

Falar das mulheres universalmente, a mim, me choca um bocado. E, às vezes, é uma estratégia de mulheres, de uma determinada classe, que... de criar o mito das mulheres. As mulheres vivem em condições de classe muito diferentes. Isto... Mas, em todas elas, há um progresso. (Ent. 53, H-Historiador [Praia 2008])

Quem é que é a O.F.? Quem é que é a I.G.? Quem é que é a H.S.? A que estrato social pertenciam? Eu vejo que pertencem a uma camada mais elevada ou com um prestígio, digamos, prestígio “académico”, como [...] ambas as Fs. e V.D. ... são pessoas já com um certo perfil, prestígio, além de um perfil radical... Conheço muito pouco o percurso da S., mas acho que também tem formação superior e não sei quantos... é daquelas figuras que eu menos tenho... há, por exemplo, agora... a J. é uma formada que está agora lá assim... tem todo um percurso, e a J. é interessante que é uma daquelas mulheres que tem um percurso, vendo o pai [...]. Não estou a ver a emergir as mulheres na política, por exemplo, das camadas menos favorecidas. Sempre apresentam a indisponibilidade aparente das mulheres para participar no poder como a razão de as mulheres não estarem no poder, quando isso é apenas a manifestação de um problema que é muito mais profundo, que está baseado nas desigualdades, na distribuição do trabalho, nas oportunidades, na educação, na distribuição das tarefas domésticas, na representação do poder [...]. [Antes] era o divórcio [...]. Mas quem se divorcia são elas. As coitadas não se divorciam. Não as via a trabalhar aquilo com as mulheres menos favorecidas, etc. Vou-te dizer... esta opinião [...] foi-se modificando, quando eu vi que existiam intervenções muito interessantes a nível

da alfabetização, a nível da saúde reprodutiva, digamos, que se foi modificando. Nunca lbes disse, mas aprendi a ver que afinal havia ali um grupo de mulheres que estavam interessadas a resolver realmente o problema das mulheres e não de um sector social determinado. (Ent. 63, M-Org. [Praia 2009])

Ah, eu acho que o processo de participação da mulher na actividade política tem que ser um processo construído de base, não pode vir de cima [...]. Daí que, a incentivação da vertente participativa da democracia seja importante. Portanto, se a mulher estiver habituada no seu local de residência e no seu local de trabalho a ter voz, a discutir os problemas, a apresentar soluções para eles, ela terá mais apetência para participar na actividade política [...]. A partir do momento em que a mulher tiver oportunidade, estiver habituada a dar voz, a ter opinião, a discutir, ela terá uma maior apetência para participação na actividade política. Daí que, é importante reforçar a democracia local [...]. Daria uma contribuição importante, portanto, à criação de condições para a mulher participar na actividade política. E tem que ser, portanto [...], teria que haver uma política de proximidade [...]. A política terá que estar orientada para resolver problemas concretos nos locais de residência, nos locais de trabalho das mulheres. Acho que, isso seria uma via de contribuir para incentivar a participação da mulher na vida política. (Ent. 47, M-Autarca, PAICV [Praia 2009])

Considerando a possível atracção da elite feminina em relação às conotações simbólicas do campo político ainda masculinizado, a maior visibilidade da presença de mulheres em cargos políticos governamentais conduz a um pessimismo em relação à construção de uma agenda emancipatória que equacione a questão de género em articulação com a divisão de classe, como quanto às possibilidades da transformação do campo político e das próprias regras do jogo em vigor. Ainda assim, registam-se algumas opiniões (ex: Ent. 7) de que, além de ser um facto político importante, a presença das mulheres no poder político em si já traduz o compromisso com a agenda das mulheres e com a emancipação feminina, embora isso seja apenas um dos sinais da emancipação (ex: Ent. 35) e no sentido de contribuir para a mudança de mentalidades.

Eu acho que as mulheres que estão nos cargos políticos devem-se lembrar sempre que estão lá como agenda, porque o facto de estarem a desempenhar cargos políticos, desde já, quebra certos preconceitos ou certas ideias pré-concebidas de que a mulher não pode fazer certas coisas. Aliás, eu tenho procurado assumir certos desafios também com esta preocupação de dizer: “a mulher pode fazer”. É evidente que custa mais... Fazem-se mais esforços... Na política é um bocado difícil aguentar certas coisas. Nas campanhas políticas há insultos, baixarias. Isso é uma das questões que, às vezes, desanima as mulheres. Acho que não devemos desanimar, devemos estar conscientes do que estamos a fazer. Eu penso que quando assumimos esses cargos, devemos continuar com a agenda das mulheres [...]. [E um gesto nesse sentido] é dizer: “estamos aqui para mostrar que a mulher também pode fazer.” Essa questão das mulheres terem acesso aos cargos públicos não é só uma questão de direitos, mas é importante também para quebrar certos preconceitos e dignificar as mulheres [...]. O facto de as mulheres desempenharem funções de ministras – nomeadamente Ministra da Defesa Nacional, Ministra da Justiça, Ministra da Administração Interna – quebra um pouco essa ideia e dignifica as mulheres [...]. Estamos, neste momento, também a fazer avançar uma agenda. Acho que é fundamental, efectivamente.

Quando se diz que é preciso que as mulheres acedam aos postos de decisão, não é só por uma questão de ser normal, porque se as mulheres são metade ou mais de metade da população elas devem [...] [estar representadas na política], mas também porque ajuda a quebrar as barreiras e os preconceitos. Eu acho que mantemos a agenda das mulheres conosco [...].

Eu acho que, neste momento, temos as condições para melhorar a representação política [das mulheres], temos a possibilidade de continuar a fazer esse trabalho para que as mulheres e os homens possam ser respeitados nessa sociedade, que possa haver essa possibilidade de - tanto as mulheres, como os homens - participarem, com todas as suas forças, a todos os níveis. Portanto, eu acho que a abertura do caminho está feita e que, neste momento, trata-se de continuarmos a trabalhar no quadro partidário, no quadro institucional, para melhorar essa representação [política das mulheres]. Acho que não só, ajuda, como eu disse no início, a corrigir as situações de injustiça, mas também contribui para que possamos combater a questão da menoridade do estatuto social [das mulheres] (que é produzida ainda pela violência doméstica, pelas questões ligadas à dificuldade de acesso ao rendimento e ao emprego) [...]. (Ent. 7, M-Ministra, PAICV [Praia 2006])

Há pouco tempo que eu senti-me, sabe o que é quando a gente dá um “uff”, sente que descansa, e diz a coisa foi conseguida... Há pouco tempo, há poucos, há menos de um mês, mais ou menos um mês atrás, tivemos o Estado da Nação [...]. E foi incrível que, no meio daquele Estado da Nação, uma coisa me aconteceu muito bonita... [...] foi estritamente pessoal, nem comentei com ninguém, não se deu ainda oportunidade. No fim, eu disse: “Meu Deus, a nossa luta está ganha!” E porque é que... porque é que me veio este pensamento, no fim do dia? É que a maior parte das pessoas que fizeram intervenção foram mulheres e mulheres ministras, mas que fizeram intervenções com cabeça, tronco e membros... Eu achei aquilo... eu até me admiro, porque eu digo realmente é que foi uma coisa fantástica. [...] E disse: “uffa, a coisa está ganha!” [...] Globalmente, podemos dizer que ganhamos a batalha da emancipação. E eu senti isso naquele dia no Estado da Nação... E essas mulheres, mulheres, umas mais antigas que tiveram determinado tipo de atitude, umas mais recentes... mas a intervenção delas, a forma de intervenção delas, diz-nos efectivamente que nós já atingimos um patamar, subimos um patamar. E eu senti assim completamente desprevenida lá a seguir esse debate. Estava lá, portanto, poderia ser chamada a qualquer momento também [...]... Mas senti-me realmente assim, tive uma sensação: “uff, nós estamos... conseguimos!” [...] Acho que Cabo Verde, efectivamente, soube levar essa luta pela emancipação da mulher [...]. (Ent. 35, M-Ministra, PAICV [Praia 2009])

Contudo, conforme já foi referido, o excerto da Ent. 57 vai ao limite no sentido de apontar para a relação predatória da classe política masculina, acusando ao mesmo tempo que as mulheres da elite política evidenciam pouco interesse em trazer esta relação predatória e as relações de opressão classe-género para o debate. Curiosamente, por exemplo, algumas mulheres-ministras reconhecem prontamente a imprescindível contribuição das empregadas domésticas nas suas vidas. Deste modo, a partir de uma perspectiva classista, as exigências em favor de uma despenalização de certas mulheres no espaço privado para que tenham maior disponibilidade para a competição política

esbaram-se numa manifesta discriminação de outras mulheres submetidas à exploração capitalista no lar daquelas que detêm o poder político.

Quando a mulher é casada ou tem um companheiro, às vezes, é difícil encontrar acordo, o que complica, às vezes, a situação de algumas mulheres. Tendo vivido a experiência das últimas legislativas, eu acredito que, desde que isso seja trabalhado, adequadamente, dentro dos partidos e que se prepare com antecedência a discussão da disponibilidade isso vai-se resolver, com certeza [...]. Há algumas limitações [à participação das mulheres], há alguns condicionamentos, sobretudo, por causa das tarefas que as mulheres têm em demasia, porque a partilha em casa não é generalizada, ou é muito pouco realizada [...]. O que vale, em Cabo Verde, é que se vai tendo acesso às empregadas, que ajudam nessa matéria. Se não, seria mais complicado. Para aquelas que não podem ter empregadas é mais complicado. E aí todas as tarefas – educar os filhos, cuidar da casa, decidir sobre as cebolas, os tomates e as batatas – caem sobre as mulheres. Então, aí torna-se mais difícil, particularmente quando elas estão sozinhas, pelo que eu acho que há uma limitação, à partida, para a mulher participar. (Ent. 7, M-Ministra, PAICV [Praia 2006])

Além disso, também as desigualdades decorrentes da divisão entre os espaços rurais e urbanos encontram eco na reflexão de algumas das mulheres políticas (ex: Ent. 3).

No meu caso, por exemplo, o meu marido colabora muito, mas existem maridos que não colaboram. Às vezes, têm que trabalhar em casa e se quiserem sair fora para trabalharem no partido ou para trabalhar a nível político têm que fazer um esforço enorme. Mas com a vida facilitada e com mais desenvolvimento [as mulheres podem participar mais na política]. Acho que [isso] é uma ajuda. Libertar certas mulheres do mundo rural – da apanha da lenha, apanha d'água [...]. E não têm jardins [de infância]. Têm que cuidar dos filhos [...]. Essas pequenas coisas que facilitam a vida das mulheres e libertam mais tempo para as outras coisas [...]. Nós, que já estamos cá, temos que aproveitar o facto de estarmos neste nível para pressionar e dar o nosso contributo para melhorar essas coisas [...]. (Ent. 3, M-Dputada/Ministra, PAICV)

Entretanto, uma questão que permanece no silêncio do discurso político tanto de homens como de mulheres prende-se com as próprias nuances de cor das mulheres, em comparação com os homens. A título meramente ilustrativo, pelo retrato do poder executivo, nota-se tal diferença, o que indicia uma exclusão de mulheres com base nos atributos físicos.

Dizem-me sempre que:

– «Ela é feia e preta. Se calhar, até descendente de Badius de Santa Catarina ou filha do Bana e da Cesária, que são exímios músicos, mas os mais feios destas ilhas. Apesar disso, o povo de Mindelo gosta dela. Porque ela luta, sempre. É inteligente, é emancipada. Faz campanhas, ganha eleições. Toda a gente gosta dela.»

É difícil alguém falar da Presidente da CMSV sem fazer um reparo sobre o corpo, desde a cor da pele, a textura do cabelo e a estatura. Constata-se a relação ambivalente que o povo e a elite local estabelecem com esta senhora. Isso indicia as continuidades coloniais com base em caracteres físicos.

Ao passo que acerca da Presidente da CMP, dizem-me frequentemente que:

– «Ela é bonita, também inteligente. Trabalhou na Praia, durante muitos anos. É boa Presidente.»

Para além disso, quando num Café pergunto o que acham das mulheres do Governo, respondem:

– «São inteligentes. A mais jovem não é muito feia, mas tem uma irmã mais bonita. A mais escura é uma do Sal. As duas Cristinas são bonitas. A senhora da Justiça é tão feia, que até parece um homem com aquele corpo. Bom, sinceramente, eu não gostaria de acordar nem ao lado dela, nem ao lado da Presidente da CMSV. São pessoas mais feias de Cabo Verde, depois da Cesária e do Bana. No Parlamento, não há mulheres bonitas. Se calhar, uma ou outra. Há uma de cabeça rapada que é preta, mas não é feia e tem um corpo jeitoso. Curiosamente, as duas mulheres mais feias da política caboverdiana são de São Vicente. Não costuma ser assim. Dizem que as mulheres do Mindelo são as mais bonitas de Cabo Verde. Normalmente, as mulheres de São Vicente são mestiças, são lindas. Mais lindas do que as mulheres de Santiago, do interior de Santiago. Cuidam-se mais, são mais vaidosas. Por isso, estão na administração pública, nos aeroportos. Quem são as directoras gerais? As mulheres directoras gerais são de São Vicente, Santo Antão, São Nicolau e por aí fora...»

Isso indicia que os jogos e as relações de poder tornam as mulheres num estereótipo de valoração social, com base em critérios de associalização estética, sexista, sexual e os relativos à pigmentação da pele, sendo notória a persistência de uma imagética da beleza e sensualidade «crioula». (Diário de Campo, 28 Set. 09, Praia & 8 Ago. 10, SV)

Por que razão as mulheres ministras – bem mais do que os homens ministros – enquadram-se no arquétipo mestiço que domina o imaginário político e cultural caboverdiano? Haverá ainda alguma razão histórica e estrutural que justifica a exclusão das mulheres mais escuras do arquipélago em geral ou da dita “ilha mais negra” (Santiago) em particular? Se hoje os homens mais negros encontram-se representados no campo político, por que razão isso não sucede com as mulheres mais negras? Será que a obsessão da mestiçagem institucional incide mais gravemente sobre as mulheres? Por que razão as mulheres mais negras são relegadas sistematicamente ao sector informal da sociedade, da economia e da política? De modo geral, haverá ainda hoje alguma ligação entre o passado colonial e os processos sociais, políticos e culturais do

presente? Obviamente, estas questões exigem uma profunda reflexão que poderá abrir caminhos para outras investigações. Em todo o caso, pode-se avançar que os atributos físicos não devem ser descartados nas interpretações sociológicas sobre o acesso à estrutura do poder, bem como a sua articulação com o género, a região e a classe.

Apesar da crítica quanto à presença numérica, importa realçar que esta paridade de género é um facto político extremamente importante. Recorde-se que o Governo é um órgão de nomeação, sendo mais fácil corrigir as distorções de representação.¹⁰⁵ Ao contrário do nível legislativo que exige o teste eleitoral, o recrutamento governamental resulta da nomeação política, conduzida pelo chefe de Governo. Deste modo, num país onde é reconhecido que existem hoje homens e mulheres com «preparação» para o exercício de cargos executivos, havendo sensibilidade política, torna-se muito mais fácil imprimir mudanças institucionais através da nomeação política. Na medida em que depende sobretudo da escolha do chefe de Governo, é possível driblar os jogos de poder e da luta partidária que ocorrem no sistema partidário em períodos eleitorais.

Se esse processo decorresse tal como nos órgãos de eleição, a pergunta que se poderia colocar era saber quais das ministras da governação paritária seriam aprovadas ou teriam condições de vencer um confronto eleitoral, quer a nível interno do partido, quer a nível dos órgãos nacionais ou locais electivos. As últimas eleições legislativas, realizadas em 2011, forneceram uma resposta para a pergunta. Apenas duas mulheres obtiveram um lugar nas listas eleitorais: uma ocupou o terceiro lugar na lista do maior círculo eleitoral, com sede na capital; a outra ocupou o segundo lugar na lista de um pequeno círculo, numa ilha turística. A fraca presença das ministras nas listas devia-se à luta política intrapartidária. Mesmo as mulheres que desfrutavam de protagonismo partidário foram derrotadas pelos pares masculinos, com excepção da mais jovem.

As campanhas eleitorais exigem o contacto no «terreno» com a população de diferentes localidades, sendo muito mais renhidas e violentas no interior das ilhas e nas

¹⁰⁵ Desde a abertura na década de 1990, a representação feminina no Governo evoluiu a níveis muito mais significativos do que nos órgãos de poder político electivos, como o Parlamento e as Autarquias Locais. Num outro trabalho, já desenvolvi minuciosamente uma análise descritiva dessa representação (cf. Monteiro, 2009).

áreas mais periféricas. Por esta razão, num momento de elevada concorrência eleitoral, era preciso fazer apostas que garantissem as maiores probabilidades de vitória. Como tal, algumas ministras da experiência paritária foram preteridas a favor dos homens de «terreno», recrutados na estrutura partidária. Não obstante, com a vitória eleitoral, seis das ministras da anterior experiência paritária mantiveram-se no Governo, traduzindo num sinal de reconhecimento do seu desempenho governamental ou da dificuldade de recomposição feminina no poder executivo. Para além dessa confiança, é importante constatar que todas as mulheres-ministras se mantiveram com pastas importantes da governação, destacando-se assim a ascensão de duas delas na hierarquia governamental, ocupando o segundo e o terceiro lugares no organigrama do Governo. Isto aconteceu na sequência da saída de dois homens desses lugares: um para assumir uma candidatura apoiada pelo partido no poder às eleições presidenciais desse ano; outro para assumir a presidência da Assembleia Nacional.

Mais um facto prende-se com a queda da proporção de mulheres no Governo. Apesar de não ter diminuído o número de mulheres-ministras, aumentou o número de pastas governamentais de modo a satisfizer sobretudo os homens que se dedicaram nas campanhas eleitorais. Assim, desde as últimas eleições legislativas, no Governo, num elenco de dezoito membros, oito são mulheres e dez são homens. De momento, as mulheres representam 44% nos cargos ministeriais e 38% no total dos membros do elenco governamental. Um outro dado relevante diz respeito à confiança que as mulheres-ministras inspiram ao chefe de Governo, ao contrário de alguns ministros que já haviam protagonizado momentos de crispação política e competição no interior do partido. Em todo o caso, isto traduz um prémio de desempenho e um indício de uma maior aposta nas mulheres para os cargos executivos do que para os processos eleitorais, por causa das barreiras associadas ao combate eleitoral e à própria luta político-partidária.

Nas ilhas, é sabido que não existem mecanismos institucionais de promoção da participação política das mulheres a nível governamental. Esse facto significa que não existem garantias de que, de um momento para outro, a participação das mulheres no

executivo não possa deixar de ter tal configuração. Não há mecanismos institucionais destinados a exercerem pressão para que haja maior respeito para com a equidade ou a paridade de género. Contudo, se existisse uma sociedade civil forte, aumentariam as oportunidades para se exercer uma forte pressão social. Deste modo, tomando em atenção o contexto histórico e político caboverdiano, torna-se extremamente relevante a necessidade de adopção de mecanismos institucionais que promovam a participação política das mulheres, tanto nos cargos electivos como nos cargos de nomeação.

2.2.1. A *Polis* de Eva: Trajectórias e Perspectivas de Mulheres no Poder

Da costela que tinha tirado do homem, o Senhor Deus fez a mulher e apresentou-a ao homem [...]. A mulher pensou então, que devia ser bom comer do fruto daquela árvore (a árvore do conhecimento do bem e do mal), que era apetitosa e agradável à vista e útil para alcançar a sabedoria. Apanhou-o, comeu e deu ao seu marido, que comeu também [...]. Deus [...] à mulher disse: 'Vou fazer com que sofras os incómodos da gravidez e terás que dar à luz com muitas dores. Apesar disso, sentirás forte atracção pelo teu marido mas ele há-de mandar em tí.' (Genesis)

Vozes Insubmissas, Isabel do Carmo e Lígia Amâncio.

Numa sociedade ainda conservadora e sexista, em que as mulheres continuam a ser consideradas como sujeitos subalternos, alcançar a paridade de género num órgão executivo nacional tem muitos significados para a comunidade política em análise: por um lado, como reconhecimento do trabalho e do empenho por parte das mulheres ao longo da história nacional; por outro, como um desafio da democracia, num pequeno Estado em desenvolvimento. Neste ponto, recorde-se o papel decisivo da escolarização na formação da elite insular, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Nos dias de hoje, não obstante as desigualdades de género, classe e região no próprio acesso à educação e informação e à cultura dominante, faz parte da mitografia a ideia de uma maior igualdade entre os homens e as mulheres nos domínios educacionais e culturais. Em todo o caso, o alargamento da rede escolar e o incremento da presença feminina na máquina político-administrativa constituem-se como principais alavancas no acesso das mulheres aos postos de alta representação do arquipélago. Contudo, ao

concentrar a atenção apenas na dimensão de género, regista-se um silenciamento da sua intersecção com as próprias desigualdades geográficas e sociais, que também são importantes no acesso à máquina político-administrativa e aos órgãos de poder.

De qualquer forma, observando apenas a dimensão de género, verifica-se agora um conjunto de três grandes sinais que conduzem a uma reinvenção feminina do velho paradigma da elite insular: um maior equilíbrio de género no acesso à educação formal, à máquina político-administrativa e à governação. Por outras palavras, a escolarização das mulheres e a sua presença na burocracia administrativa têm um forte impacto na sua participação política. Nesta ordem de ideias, a premissa basilar é que, sobretudo desde a abertura política, os órgãos de eleição e de nomeação – embora estes mais do que aqueles – têm desempenhado um papel central na visibilização da presença de sujeitos historicamente excluídos de participação na estrutura do poder, como as mulheres, procurando assim contribuir para a promoção da igualdade. Entretanto, a racionalidade que estabelece os critérios determinantes para o recrutamento político tende a assentar numa dupla distinção: por um lado, exige-se muito mais às mulheres do que aos homens para o desempenho dos mesmos cargos políticos; por outro, sem a intenção de politizar as diferenças de *status* socioeconómico, político e cultural entre as mulheres, patenteiam-se ainda as desigualdades estruturantes, simbólicas e históricas que subsistem internamente no colectivo feminino. Daí que, regista-se ainda um acesso diferenciado de género e das mulheres no acesso ao poder político, tanto por causa da desigualdade entre homens e mulheres, como devido à diferença de classe e regional.

Para examinar o perfil dos membros da governação paritária, utilizaram-se como exemplo os dados biográficos do elenco governamental apresentado em Junho de 2008 e em Março de 2011, comparando a idade, o nível de instrução e o local de origem. Em 2008, a idade média das mulheres-ministras era de 47 anos, sendo a mais nova com menos de 30 anos e a mais velha com 66 anos; enquanto a idade média dos homens-ministros era de 54 anos, sendo o mais novo com 47 anos e o mais velho com 64 anos. Em 2011, manteve-se a idade média das mulheres no Governo, sendo a mais nova com 33 anos e a mais velha 54 anos; enquanto a idade média dos homens baixou

para 49 anos, sendo o mais novo com 41 anos e o mais velho com 49 anos. Isto significa que as mulheres simbolizam um ligeiro rejuvenescimento da classe política, o que ganha um significado ainda maior com a atribuição da pasta de juventude ao membro mais jovem do elenco governamental, uma mulher e solteira na altura. Neste caso, trata-se da filha de um ex-governante da I República, que também entrou no poder executivo ainda jovem e prosperou na II República. Portanto, trata-se de uma «herdeira política» que, para além de ter sido educada num ambiente restrito por um pai-político (ex-ministro e agora deputado da bancada do partido no poder), contou sobretudo com a influência e a fortuna do pai na sua ascensão profissional e política.

Quanto às habilitações escolares, todos os membros do elenco governamental obtiveram um diploma de ensino superior, com formação intelectual na Europa, Brasil e EUA. Em 2008, o nível de instrução das mulheres era ligeiramente inferior ao dos homens. Porém, em 2011, a aproximação da média de idade entre os sexos traduziu-se numa ligeira vantagem para as mulheres relativamente ao nível de instrução. O facto de elas serem diplomadas por grandes escolas ocidentais, de possuírem uma formação cosmopolita, de terem um currículo internacional (incluindo a experiência profissional na administração pública, como profissionais liberais ou em instituições internacionais) transporta uma mensagem de elevada competência e autoridade para o exercício de cargos executivos. Constata-se assim uma acumulação de recursos culturais, sociais e intelectuais para o acesso ao poder político. Porém, esta informação poderá contribuir para reforçar a falácia da paridade de género no ensino e na formação avançada. Por isso, é importante não ignorar que se trata de um meio familiar de origem restrito.

Em termos sociais, verifica-se efectivamente que as mulheres-ministras são oriundas, tanto como os homens ou um pouco mais do que eles, de meios sociais privilegiados. Em relação ao meio familiar de origem, algumas delas manifestam maior herança da classe média, tendo ligações familiares com a antiga burguesia agrária, a burguesia comercial, a geração da luta pela independência nacional e a burguesia político-administrativa da era pós-independência. Por isso, algumas delas afiguram-se como uma segunda geração da elite caboverdiana no contexto da pós-independência.

Deste modo, verifica-se o carácter favorecido do meio familiar de origem. Nesta ordem de ideias, a paridade de género conduz à constatação simbólica da reprodução social da elite política, ao invés do alargamento das bases do recrutamento ou da subversão do modelo de selecção tecnocrático de membros do Governo. De certa maneira, as mulheres-ministras em muito pouco ou nada reflectem a imagem das mulheres caboverdianas na sua diversidade.

Em 2008, em termos de local de origem, as mulheres nasceram na Praia (3), no Sal (2), em São Vicente (2) e em Portugal (1); enquanto os homens nasceram em Santa Catarina (3), no Fogo (2), no Senegal (1), no Sal (1) e em São Vicente (1).¹⁰⁶ Em 2011, mantiveram-se três mulheres oriundas da Praia, para além das mulheres de São Vicente (1), Portugal (2), do Sal (1) e do Fogo (1); enquanto os homens mantiveram-se da Praia (3), de Santa Catarina (2) e de São Vicente (2), para além de São Lourenço dos Órgãos (1) e do Tarrafal (1).¹⁰⁷ Regista-se, entre os homens e as mulheres, uma concentração da representação de quatro das nove ilhas habitadas (Santiago, São Vicente, Sal e Fogo, representando sete dos vinte e dois concelhos do arquipélago). Outro dado prende-se com a inclusão da diáspora caboverdiana lisboeta e das antigas colónias (nesse caso, numa antiga colónia francesa) e com a inclusão de novas cidadanias, através dos processos de naturalização (nesse caso, uma imigrante da antiga metrópole imperial).

É extremamente importante ressaltar que é bastante mais complexa a análise da identidade a partir da ideia de «local de origem», principalmente para as pessoas que nasceram na cidade da Praia, sendo isso mais notório a partir das ministras. Recorde-se que a cidade da Praia é a sede do poder político-administrativo, i.e., a cidade-centro que acomoda uma comunidade diversificada de «imigrantes» político-administrativos, tanto das outras ilhas como do interior da ilha de Santiago. Daí que, principalmente no caso

¹⁰⁶ Quanto à influência da diáspora, regista-se, por um lado, o caso de uma mulher nascida em Lisboa, filha de um intelectual da vaga independentista. A pessoa em questão é agora casada com um italiano, com quem teve uma filha. Por outro, o caso de um filho de caboverdianos, nascido no Senegal, onde o pai era marinheiro e a mãe doméstica, tendo a família depois seguido para a Costa de Marfim. Para além destes casos, regista-se o caso de uma ministra que emigrara para Lisboa ainda criança e de lá regressou em idade adulta, ingressando na administração pública caboverdiana depois de ter desempenhado a advocacia na diáspora lisboeta.

¹⁰⁷ De igual modo, regista-se um caso de uma cidadã portuguesa, que adquiriu nacionalidade caboverdiana.

das mulheres, nota-se que muitas nasceram na capital mas os pais eram de outras ilhas ou concelhos, o que torna muito mais complexo qualquer processo de fixação da identificação regional. Isto é um facto que importa ter em atenção tanto para acautelar algum essencialismo como para não inflacionar a participação de mulheres de uma ou outra região. Contudo, quanto ao local de origem, nota-se maior presença das mulheres dos maiores centros geográficos na estrutura do poder central.

Para terminar, parece importante registar que, tirando a ministra mais jovem,¹⁰⁸ as demais ministras são mães, sendo que quanto ao estado civil varia bastante: casadas, solteiras, separadas e viúvas. Algumas com crianças pequenas, mas todas com família pouco numerosa (uma ou duas crianças). Deste modo, um dos desafios tem sido o conciliar da vida familiar com as exigências governativas.

Posto isso, seguem-se algumas narrativas de ministras, que articulam a biografia pessoal, o percurso profissional e a carreira política. Todas as ministras reconhecem um conjunto de questões que se prendem com a desigualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres no acesso à participação política. Entretanto, nota-se alguns elementos distintivos nas suas biografias e trajectórias que foram favoráveis à sua inclusão na estrutura do poder. No caso da Ent. 35, nota-se a pertença da ministra a um meio social restrito e, por essa via, uma socialização política desde o período da luta de libertação nacional.

Eu acho que, eu tive, enfim, eu tive oportunidades também muito propícias, no meu tempo histórico. Eu vivi um tempo histórico de mudança... Eu acho que sou uma pessoa que [teve] [...] o privilégio de viver num tempo histórico muito rico. Nós vivemos o fim da época colonial, um bocado da luta pela libertação [...]. Eu acho que há momentos em que a pessoa [...] passa pela vida, não só passado, mas de todo o modo deixando a sua marca. Acho que fui sempre uma pessoa que se interessou pelas causas, sempre... desde miúda, tive esse bocadinho de interesse pelas causas [...]. Eu, desde o início, tenho tido sempre muito activismo... desde que eu estava na escola, no liceu... fui das primeiras meninas a fazer programa de rádio, fui das primeiras meninas a fazer ginástica... Portanto, no liceu, desde sempre, comecei a escrever. Tive esta, este pendor para escrever coisinhas, poemazinhos, textos, não sei quê... que de alguma forma eu compartilhava com os outros. Eu lembro-me, por exemplo, com catorze anos, eu e mais dois amigos meus, colegas do quarto ano do liceu, fazíamos um programa de rádio. [...] E depois acontece o seguinte... eu sempre gostei muito de ler, e eu defendo efectivamente a leitura. É das coisas que nos abre as portas, mas para todo o tipo de coisas, para o mundo, para a participação, para a leitura. É

¹⁰⁸ A ministra mais jovem casou-se recentemente com um neto do Ex-Presidente da República A.P., estando à espera de bebé.

fundamental também para os laçeres obviamente. Para mim, foi também muito fundamental para os laçeres. Mas eu acho que o mundo da literatura e da leitura abriram-me também muito as portas. Além de ter, portanto, os pais que, de alguma forma, também me levantaram curiosidades [...]. Mas também a leitura... e eu comecei a ler muito cedo e comecei a ler livros, se calhar, de uma forma precoce, não é?... precocemente... não deixo de dizer, por exemplo, que eu li precocemente Os Maias do Eça de Queirós. Porque, quando eu nem entendia muito bem o que é isso do incesto, já estava lendo um livro que falava do incesto. Então, acho que isso tudo abriu-me muito os olhos para a vida e para participação... e depois fui fazer Direito [...]. E, então, eu acho que isso tudo fez com que eu fosse muito participativa. E, como eu era muito participativa, acabei por participar muito no meu tempo histórico. [...] Particpei muito em associações, participei muito em actividades públicas, desempenhei funções também que tinham muito a ver com a colectividade... vamos lá, e tive formas de intervenção [...], tanto através das [...] conferências, participações, mas também intervenção escrita. Utilizei também a intervenção escrita, através de poemas [...]. Também falei muito das questões sociais que me preocupavam, das causas que eu sempre gostei de estar nelas, e viver um bocado na defesa dessas causas. Sempre gostei de defender a causa da cultura, a causa da mulher... [...] Era uma coisa que me interpelava: ver o homem bater na mulher... numa altura em que eventualmente seria um bocado normal ou quê, mas custava-me... E, então, eu acho que isto fez com que eu [...] aproveitasse bem o meu tempo histórico. Porque, na realidade, se eu olhar para trás, eu vejo que acabei por, em muitas situações, ter um papel pioneiro, em relação à mulher, obviamente. Eu acho que, há uma coisa que, eu posso dizer que, eu fui um bocado... e eu recebi... numa determinada altura, até recebi um prémio de pioneirismo... eu acho que foi o facto de ser pioneira, porque, pronto, fui a primeira mulher na magistratura em Cabo Verde, fui a primeira mulher da Comissão Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, fui a primeira mulher a representar no Comité Executivo do Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, fui [...] uma das primeiras na Comissão Nacional de Juristas que é um organismo que federa [...] quarenta e cinco juristas do mundo inteiro... e eu participei, desde muito cedo, portanto, nesta, na Comissão Internacional de Juristas que é uma entidade de relevo, na cena internacional. E há muitas outras coisas em que eu tive esse certo pioneirismo. Por exemplo, fui nomeada para a Associação de Juristas. Hoje, eu sou presidente honorária... hoje já estou na fase dos honorários (risos). Mas fui a primeira mulher a escrever [...]. Cabo Verde teve, no passado, algumas mulheres que escreveram, mas a partir da independência realmente houve [...] um primeiro momento [...] marcante na literatura em Cabo Verde. Foi o concurso de 76 [...], que depois ficou conhecido como os Jogos Florais de 76... E eu tive uma menção honrosa que me orgulhou imenso, porque o primeiro e o segundo prémios [...] [foram para pessoas consagradas]: o Arménio Vieira e o Osvaldo Osório. [...] Eu tive uma menção honrosa, juntamente com o Jorge Carlos Fonseca e o Vasco Martins. Portanto, gente que eu aprecio. E apareci, portanto, logo também no início, como uma mulher na escrita, e fui a primeira mulher Presidente da Associação de Escritores. Quer dizer, tive algum pioneirismo [...]. É evidente que, eu vou-te dizer, eu sempre fui um bocadinho interessada também... eu gostava de escrever [...]. A nossa época foi muito desafiante, porque tínhamos de provar. E eu assumi muito isso também... que ser mulher não era ser inferior, que ser mulher não era ser menos capaz, e ser mulher não era ter menos força para as situações. Por exemplo, tínhamos de mostrar que ser mulher... Tínhamos que provar que podíamos ser mães, esposas, profissionais... tudo isso não foi brincadeira, porque mudamos o tempo [...]. No tempo da minha mãe, as mulheres eram sobretudo domésticas, sobretudo mães, não é? Nós tivemos de mostrar que a mulher podia ser doméstica, mãe, profissional, esposa... e conseguimos, de alguma forma, provar isso. Isso é uma coisa que nos dá muita satisfação [...]. Quando eu estava a estudar a quarta classe e que por coincidência tinha como professora uma pessoa que agora nós somos amicíssimas e companheiras de lides literárias, que é a Fátima Bettencourt... [...] Ela perguntou quem é que sabia o que é que queria ser quando fosse grande, e eu acho que fui a única que disse que queria ser advogada [...]. E fiz! E estudei. E, quando cheguei ao quinto ano, ia para o sexto, não havia em São Vicente, [...] a linha E, que era a linha que dava acesso ao Direito. Fui para Portugal fazer o sexto e o sétimo para poder fazer fazer Direito. Isto quer dizer

que havia um bichinho em mim, desde cedo [...]. E acho que fiz tudo o que eu fiz à volta dessa ideia de igualdade, justiça, liberdade [...]. (Ent. 35, M-Ministra, PAICV [Praia 2009])

No caso da Ent. 41, a ministra realça sobretudo o facto de ter sido combatente pela independência quando estudava em Portugal, tendo-se tornado simpatizante do PAIGC/PAICV e, mais tarde, da organização feminina do mesmo partido.

Desde muito cedo que me interessei pela política [...]. Portanto, quando eu andava a estudar em Portugal. Envolvi-me nas acções para a independência, visando a independência de Cabo Verde. Nessa altura, como fui pela primeira vez estudar, havia um grande movimento revolucionário. Foi quando eu tive os primeiros contactos com a política. Desde essa altura, de facto. Gosto da política, embora não esteja há muitos anos envolvida de forma activa na política, senão agora nestas funções [...]. A minha primeira participação formal mesmo foi agora no Governo. Mas, depois de ter estado em Portugal e participando nessas acções clandestinas, tive depois um outro envolvimento em Cabo Verde. Portanto, quando eu vim para Cabo Verde, no ano antes da independência e logo a seguir ao período de transição. Envolvi-me também na organização de mulheres [...]. Depois dessa altura eu afastei-me, de facto, um bocadinho, dediquei-me mais... depois fui novamente estudar para Portugal, e efectivamente estive um bocado afastada da parte activa da política, mas sempre me interessando [...]. Claro que eu vinha apoiando alguns sectores. Não sou militante de qualquer partido, mas há um partido que é o que apoia o Governo, de que sou simpatizante. Eu acho que foi praticamente por acaso... Recebi um convite do senhor PM, e aceitei. E foi assim o meu envolvimento na política. Portanto, não fazia parte das minhas perspectivas, nem sequer da minha filosofia de vida. Foi qualquer coisa que me apanhou praticamente de surpresa, mas achei que seria também uma oportunidade de dar algum contributo mais activo, e é o que eu estou a fazer. (Ent. 41, M-Ministra, PAICV [Praia 2009])

No caso da Ent. 37, nota-se uma socialização política desde a infância e uma influência directa de figuras masculinas – pai e tio – na formação e consciencialização política. Para além disso, também a trajectória profissional no país e no estrangeiro foram determinantes no acesso ao poder.

Eu sou filha de [...] um combatente pela independência de Cabo Verde. Eu diria que foi o percurso do meu pai... Foi vivendo o percurso do meu pai que comecei a ter os primeiros contactos com o mundo político. Depois, não digo que é só do meu pai M.D., mas também do meu tio A. que foi Presidente da AN, durante vários anos. Portanto, na família, eu diria que havia a vida política... sempre foi um tema, um tema em cima da mesa. Com o 25 de Abril, eu lembro-me que o meu pai tomou a decisão, com os filhos, [...]: “todos os dias à noite vão ter [...] uma hora de ciência política.” Eu tinha 11 anos de idade, eu dormia, eu quase que dormia, quando ele tentava explicar-me O Capital de Karl Marx. Portanto, foi um pouco o ambiente familiar que me fez com que, durante a minha infância, no liceu, tivesse dedicado à actividade política. Agora, a vinda para o Governo, por acaso, não tem a ver com o meu percurso político... Tem mais a ver com o meu percurso tecnocrático... Eu estive vários anos lá fora, tive experiência e depois o PM convidou-me para eu desempenhar estas funções. Costumo dizer que eu sou uma tecnocrata no Governo. Portanto, comecei a exercer as minhas funções em Setembro de 2006... Tem sido uma experiência muito gratificante. De todas as minhas experiências

profissionais, eu acho que a primeira foi quando eu fui trabalhar no Ministério Rural... Lembro-me que, na altura, eu ganhava nada mais e nada menos do que vinte mil escudos [...].

Ao longo da minha carreira profissional [...], o que eu sempre senti é que sempre tive necessidade de trabalhar mais, de provar mais o meu valor profissional para conseguir chegar onde eu queria chegar. E, pronto, isto tem-me acompanhado mais ou menos ao longo da vida. No caso concreto do Ministro das Finanças não foi o caso, porque eu fui convidada. Portanto, não foi um cargo pelo qual eu batalhei mais do que o concorrente.

Acho que é importante que, nos órgãos colegiais de poder político, de empresas, de associações e de ONGs, haja uma certa paridade [...]. O exercício do poder no feminino traz valências diferentes [...]. Acho que eu procuro exercer este cargo com muito humanismo. É possível exercer-se o cargo de Ministra das Finanças em Cabo Verde com muito humanismo. É possível! Os números não atrapalham nada! Pelo contrário, motivam por exemplo a adoptar níveis mais elevados de rigor, a atingir-se uma maior qualidade de despesa pública [...] para que emerga espaço orçamental para protegermos as camadas mais vulneráveis. Eu acho que isto é combustível, dá-nos força [...].

Ora, eu acho que a questão do género tem que ser trabalhada de forma activa e não reactiva. Eu acho que, se há uma situação de discriminação, tem que haver políticas activas para combater a discriminação e para ser coerente, o Orçamento de Estado tem que acompanhar. Não é por acaso que, por exemplo, nas políticas de formação profissional, há todo um trabalho de engajamento de mulheres para que as mulheres façam cursos de formação profissional e possam desempenhar funções tradicionalmente de homens canalizadores, mecânicos, etc. Creio que os orçamentos [...] têm que ter este assunto sobre a mesa, na agenda [...].

Eu acho que este esquema de quotas, se gerido com bom senso [...], colocando sempre sobre a mesa a capacidade técnica ou o mérito, serve para catalisar estes processos. Eu concordo, mas mais importante do que o acto em si, do que a decisão em si (ou seja, a atribuição de uma quota), é a gestão, os mecanismos de gestão dessa quota. Porque eu acho que há critérios que têm que ser associados: o mérito, a competência... têm que ser associados, porque senão a coisa fica meio balofa [...].(Ent. 37, M-Ministra, PAICV [Praia 2009])

De igual modo, no caso da Ent. 38, também regista-se uma socialização política na família e uma influência determinante da figura paterna ao longo da trajectória de vida familiar, profissional e política. Este é um caso em que, se o acesso ao poder foi provavelmente graças às influências familiares e à fortuna do pai, a sua permanência no Governo tem implicado uma dedicação quase exclusiva e um esforço enorme no exercício do poder, bem como uma instrumentalização do discurso tecnocrático, intransigente e profissional.¹⁰⁹

Fui convidada para integrar a lista como presidente da Comissão de Jurisdição [...] da JPAI. Aceitei, e engajei-me no processo. Tentei sempre dar o meu contributo da melhor forma possível. Mas eu entendo que o engajamento na política não passa somente pela formalização do nosso engajamento. Eu acredito que a nossa

¹⁰⁹ Neste caso, devido a uma desconfiança quanto ao favorecimento no seu acesso ao poder, o primeiro «desliso» da ministra, de conhecimento público, traduziu numa grande perda de confiança junto da opinião pública. Isto sucedeu por causa da nomeação do seu então noivo para um alto cargo na administração pública num sector sob a sua tutela, tendo a própria sido acusada pela oposição de prática de nepotismo.

vertente política (e na vertente participação e no exercício da cidadania) passa por várias questões e pode assumir [...] diversas formas. Sempre fui muito interessada pelo meu país. Recordo-me que, ainda antes de estudar, eu era muito atenta àquilo que acontecia, às transformações que iam decorrendo no nosso país. Sobretudo tinha uma perspectiva (quicá, crítica até demais) daquilo que estava bem e daquilo que poderia estar melhor [...]. Participei sempre em muitos encontros com os jovens, participei em alguns programas televisivos, inclusivamente dando a minha opinião sobre as questões mais prementes no país, sejam os ganhos, sejam as dificuldades. Tentei, sempre como jurista de formação e como advogada de profissão... antes de me sentar no Governo, estava engajada também nos grandes temas jurídicos no país e que tinham reflexos nas políticas e nas medidas e consequentemente no desenvolvimento. Portanto, respondendo directamente à sua questão, formalmente entre há dois anos e meio, três aproximadamente, com o meu engajamento na JPAI, mas considero [que] estou a participar há mais tempo na política do país, enquanto cidadã, com a minha perspectiva crítica, construtiva sempre, sempre... tento sempre que seja uma crítica construtiva, mas também dando a minha opinião, para que ela possa ser, tanto quanto possível, um subsídio para melhoria das condições de vida dos cidadãos em Cabo Verde [...]. Nós somos uma nação jovem, temos um PM que entrou no governo muito jovem, com quarenta anos, até antes de fazer quarenta e um anos. Portanto, acho que é natural que jovens estejam em cargos de chefia, independentemente da chefia. Existem cargos ministeriais, mas existem outros exemplos de jovens que estão em cargos de muita relevância, com muita responsabilidade e que, nessas situações, esses jovens têm sabido responder aos apelos que lhes foram endereçados [...]. Eu quando me perguntam (porque é uma pergunta que me fazem recorrentemente) o que terá eventualmente motivado a minha entrada no Governo, eu baseio-me sobretudo no nosso próprio país, na nossa própria realidade. Primeiro, penso, sendo nós uma nação jovem, é normal que os jovens estejam em cargos de chefia, é natural... não deveria ser visto, se é, como algo anormal, primeiramente. Em segundo lugar, eu acho que o senhor PM ainda há-de dar sinais claros de um grande poder de renovação e uma grande confiança na juventude caboverdiana. Não estou a centrar-me somente na minha entrada no Governo. Estou a centrar-me exactamente nos vários exemplos de jovens em cargos de responsabilidade e que têm sido verdadeiros ganhos, verdadeiras conquistas [...].

Eu na minha vida, desde que me recorde [...], tentei fazer tudo o melhor possível, nem sempre consigo como é natural. Mas sempre tentei ser uma boa estudante, no liceu e quando fui estudar fora, e sempre tentei, quando regresssei, ser uma boa profissional. Tentei sempre estar à altura das expectativas dos meus clientes, enquanto advogada; tentei sempre preservar os interesses do país; e sempre me esforcei muito para saber cada vez mais, para conhecer cada vez mais, para dominar as matérias relativas à minha formação académica que é de forma cada vez mais aprofundada. Eu devo dizer que eu sempre tentei, resumindo, sempre tentei ser uma boa profissional, sempre tentei ter respostas [...] a todos os questionamentos dos meus clientes [...]... Eu sempre pensei que poderia ser uma boa profissional [...]. Porque eu penso que o conhecimento é a chave, como se diz, que abre todas as portas.

Nós devemos sempre estar cientes do mérito de cada um, independentemente do género. Eu sempre defendi e apoiei a meritocracia para qualquer cargo, para qualquer função. [...] eu acho que o reconhecimento ou a atribuição, designação, a nomeação, deve ser proporcional ao mérito e à competência da pessoa, independentemente do género [...]. É determinante que em Cabo Verde e para o mundo que as mulheres em igualdade de oportunidades com os homens não sejam preteridas pelos homens no acesso a determinados cargos. Não defendo que seja uma mera questão de quota, não defendo! Eu penso que não se pode fazer uma análise tão simplista e ligeira da questão. Eu penso que a análise tem que ser muito mais profunda, porque a questão é muito mais complexa. Agora eu penso que deve sempre existir uma igualdade de oportunidades para os homens e para as mulheres. Isso quer dizer que uma mulher que esteja, que [...] preencha os mesmos requisitos que os homens, tem efectivamente de ter o mesmo grau de oportunidade de aceder a determinados cargos no mesmo grau que os homens. Garantindo essa igualdade de oportunidades, estaremos a dar esse passo qualitativo, estaremos a garantir essa tão almejada igualdade [...].

Antes de integrar o Governo, trabalhava com o meu pai no Escritório... Sempre tivemos uma grande relação, do ponto de vista profissional, e conseguimos sempre separar a parte pessoal da parte profissional, por uma questão de justiça que é fundamental que nós consigamos estabelecer as balizas entre a parte pessoal e a parte profissional para que as duas partes saiam a ganhar. Para que a parte profissional não afecte a parte pessoal e a parte pessoal não afecte ou condicione a parte profissional. Eu devo-lhe dizer, muito claramente, que o meu pai foi uma pessoa e é uma pessoa que teve [...] um papel fundamental na minha vida... Desde muito nova, ele tentou transmitir-me valores fortes e que considero essenciais para a formação do meu carácter, para o meu posicionamento enquanto cidadã, mas ele procurou que eu tivesse um grande comprometimento com Cabo Verde, com uma profunda honestidade e seriedade de base. Isso faz de mim o que eu sou hoje... o que eu sou hoje é produto da formação que eu tive, é produto dos valores que me foram transmitidos pelos meus pais... mas devo-lhe confessar que tenho um carácter muito mais parecido com o meu pai do que com a minha mãe. Quando é assim naturalmente que a influência também acaba por ser diferente, a influência que cada um deles teve na minha educação. Tive sempre pais muito presentes, mas pela similitude de carácter, de noção da vida, visão do país, fui sempre nessa parte muito mais próxima do meu pai [...]. Quando eu entrei no Governo, nunca tive essa preocupação de ter problemas no relacionamento com o meu pai... [...] ou da forma como as pessoas nos viam, por eu estar [...] no activo no Governo e ele está no activo no Parlamento. Não! Primeiro, temos de reconhecer que o meu pai está na bancada que suporta o Governo, que é a bancada do PAICV. Eu tenho tentado, no Parlamento, ter uma boa relação institucional com todos os deputados do PAICV, que é a bancada que suporta o Governo, mas também do MPD e da UCID, os dois depurados da UCID [...]. E, quando estou no Parlamento, eu encaro o meu pai como um deputado, e eu estou certa que ele também me encara como um membro do Governo, assim como encara outros membros do Governo. Tentamos sempre, eu tento e noto que ele também... porque é deputado, mas é meu pai, tentamos estar sempre cientes que há a parte pessoal... Saindo do Parlamento, eu sou a filha e ele é o pai. Uma vez dentro do Parlamento ou nas questões profissionais, ele é o deputado e eu sou membro do Governo. Por uma questão de clareza, de transparência, de justiça da situação, de respeito mútuo... (Ent. 38, M-Ministra, PAICV [Praia 2009])

Estas narrativas demonstram que, pelo menos em cargos executivos, exige-se provavelmente um pouco mais às mulheres do que aos homens. Assim, por um lado, é possível verificar a distinção de género que, com base em estereótipos masculinos, privilegia os homens na política; por outro, constata-se também a distinção geográfica e social que, com base em marcadores abstractos, privilegia mulheres das camadas mais altas da sociedade para a participação neste órgão executivo de poder político. Sendo assim, nos dias de hoje, quando aumentam as exigências para a paridade de género, se torna também importante questionar outras formas de dominação e subordinação. Por isso, a entrada das mulheres no mundo da política – donde se destaca a experiência da paridade governamental – não tem traduzido necessariamente numa desejada mudança da cultura política e do sistema político, uma vez que o próprio perfil destas ministras e a forma como exercem o poder político revelam um processo político mais exclusivo do que inclusivo.

De modo particular, importa referir as diferentes formas de agenciamento na acção política de certas mulheres-ministras que, cientes da posição privilegiada que ocupam na estrutura social insular, aproveitam o capital cultural, político, social e familiar que possuem para sustentar a sua ascensão política ao topo da organização política que está formatada segundo um modelo elitista, eurocêntrico e masculino, donde as regras do jogo animam um discurso paradoxal. E, por isso mesmo, as redes sociais formais e informais – desde a clientela político-administrativa às associações comunitárias – tornam-se necessários na demarcação de «territórios», pelo que são utilizadas para esse propósito.

Em certo sentido, a crítica mais radical relativamente à feminização da equipa governamental aponta a paridade como um mero instrumento que apenas beneficia as privilegiadas, sem conduzir a uma alteração das condições sociais de acesso ao campo político, nem contribuir para aproximar as elites políticas das bases (conforme ficou expresso sobretudo nos excertos da Ent. 57). Em todo o caso, é importante considerar que o processo de nomeação política manifesta sinais de uma maior permissividade à entrada de certas mulheres do que o próprio processo eleitoral. Posto isso, segue-se no próximo capítulo uma abordagem crítica do sistema de representação parlamentar e da elaboração de um projecto-lei da paridade no arquipélago de Cabo Verde.

NO WOMEN'S LAND: O SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR NUM ESPAÇO ARQUIPELÁGICO

Em Cabo Verde, após a conquista da independência nacional em 1975, e mais precisamente depois da abertura política nos princípios da década de 1990, instituíram um amplo quadro legal que garante o princípio da igualdade formal entre os sexos, em particular a igualdade de participação política e de exercício da cidadania democrática. Em certo sentido, com a institucionalização da perspectiva liberal-representativa da democracia, assistiu-se a um relativo incremento da representação política das mulheres nos órgãos de decisão política.

Os bons ventos da abertura política atingiram o pico alto em 2008, quando, por decisão do chefe de Governo, contagiado pela audácia do PM Zapatero e pela sua governação paritária em Espanha, a comunidade política caboverdiana acompanhou – embora com bastante cepticismo –, ao desabrochar do arquipélago como primeiro país africano a partilhar igualitariamente os cargos ministeriais entre os dois sexos.

Nos bastidores da política, circula um comentário acerca de um encontro entre o PM J.M.N. e o seu homólogo português, PM J.S., exaltando que o político caboverdiano teria dito o seguinte ao outro: «vocês em Portugal aprovaram a lei da paridade, mas nós em Cabo Verde temos a paridade de facto». (Diário de Campo, 30 Jul. 10)

Este extraordinário facto político tem bastante significado, quer para a política interna caboverdiana, quer para a sua política externa, mas também para as estatísticas internacionais. Contudo, o romper desta nova aurora da representação das mulheres no Governo não se traduziu numa feminização do Parlamento ou das Autarquias Locais, que são órgãos de eleição, e não de nomeação política. Isso quer dizer que, apesar das mulheres ocuparem actualmente posições elevadas no poder executivo, elas continuam ainda uma minoria na estrutura do poder, em particular em lugares eleitos.

Efectivamente, depois de vinte anos em democracia, registaram-se sinais lentos de mudança nos processos eleitorais: de 3,8% em 1991 para 20,8% em 2011. Tais os resultados eleitorais são inquestionáveis, quer quanto às assimetrias que ainda existem, quer quanto à própria morosidade da transformação do sistema de representação no arquipélago caboverdiano. Evidentemente que, se manter este ritmo de evolução da representação sexual, só em 2052 haverá uma assembleia representativa paritária em Cabo Verde.

Não obstante, no quadro do processo de revisão constitucional de 2010, foram amplamente debatidos os defeitos de funcionamento do Parlamento e as condições de exercício do mandato parlamentar, sem pôr na balança da democracia a imperfeição do sistema de representação. Deste modo, contrariamente ao que se tem propalado nos discursos oficiais de circunstância sobre uma maior abertura institucional à participação política das mulheres, a retórica jurídico-constitucional sobre a composição do corpo parlamentar concentrou-se em torno das fragilidades políticas do sistema bipartidário caboverdiano, silenciando o ruído sobre a eternização do predomínio masculino nos órgãos de soberania, em particular na casa parlamentar. Há, na verdade, uma agenda política das organizações femininas que têm sido sistematicamente subalternizada, em favor do centramento numa agenda institucional essencialmente masculina mas, ainda assim, difundida como universalista e defensora dos interesses de toda a comunidade. Evidentemente, também é de fundamental importância considerar a representatividade de homens e mulheres no meio ambiente político-parlamentar, juntamente com o tema da representação das ilhas e diásporas, bem como o drama da exclusão de outras forças políticas e organizações da sociedade civil representativas do eleitorado, no sentido de fortalecer a legitimidade das suas decisões e a revitalização qualitativa da democracia.

Considerando o sistema bipartidário e o sistema político-eleitoral utilizado nas eleições parlamentares caboverdianas, este capítulo pretende compreender as barreiras institucionais à participação política das mulheres, a partir da transição democrática no arquipélago. Confere-se importância aos cinco actos eleitorais realizados no período multipartidário. Evidentemente, o sistema político-eleitoral é um importante factor

explicativo da dificuldade de acesso das mulheres às funções electivas, neste pequeno espaço arquipelágico. Contudo, apesar dos seus efeitos devastadores na marginalização política das mulheres, não constitui o único factor de carácter político que explica o enigma da participação desigual dos dois sexos, em particular no poder legislativo. De facto, para além dos problemas associados à organização e ao procedimento eleitoral, similarmemente os factores de carácter político-cultural, político-social, político-regional, político-económico, político-religioso e político-familiar inscrevem-se na cartilha do poder hegemónico, que naturaliza as desigualdades ainda existentes. Deste modo, para complementar esta análise crítica, apresenta-se algumas considerações em torno da multiplicidade de barreiras – jurídicas, políticas e culturais – à igualdade de participação entre homens e mulheres, no que se refere em particular à participação paritária nos processos de decisão política.

1. A ORDEM JURÍDICA: IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

Embora com algumas resistências, existe um consentimento da necessidade de adopção de uma ou outra medida de incentivo para acelerar os passos nesta matéria e alterar a actual paisagem institucional. É por este motivo que muitos países têm vindo a adoptar medidas de discriminação positiva, tais como as quotas ou a paridade, quer internamente nos partidos políticos, quer nos órgãos electivos ou nos órgãos de nomeação política. Em Cabo Verde, encontra-se em preparação a lei da paridade, para garantir maior participação política das mulheres. Recorde-se que, não obstante a paridade de género no Governo, existe uma clara sub-representação das mulheres nos órgãos electivos, como o Parlamento e as Autarquias Locais.

Tal como a lei contra a violência de género (em análise no próximo capítulo), também esta proposta tem sido influenciada por um conjunto diversificado de factores. Entretanto, importa reportar que, enquanto a lei contra a violência de género contava com o patrocínio da embaixada americana sediada no arquipélago, a lei da paridade conta especialmente com o patrocínio da cooperação espanhola. Em Espanha, as duas

medidas já foram adoptadas, constituindo assim um exemplo programático para o caso caboverdiano. Efectivamente, como se evidenciou no capítulo anterior, a governação espanhola tem sido um exemplo para Cabo Verde em vários aspectos, sobretudo na composição do elenco governamental. Neste momento, interessa ressaltar a influência espanhola na elaboração da lei da paridade. Da mesma forma, é importante registar o exemplo português sobre esta lei. Embora esta iniciativa legislativa esteja em processo de elaboração no país, é possível perceber as influências da cooperação internacional e das instâncias intergovernamentais, autênticas promotoras da igualdade de género. Na verdade, as instâncias intergovernamentais – Nações Unidas, União Europeia ou União Africana – exortam os países para a efectiva eliminação das disparidades de género, em particular no campo político. Com efeito, quanto ao caso caboverdiano, parece que as influências internacionais ganham relevância acrescida, devido à forte dependência do financiamento externo e à propaganda de excepcionalidade deste país em África.

Não havendo ainda dados relevantes sobre o actual processo de preparação da lei da paridade em Cabo Verde, não se podem ignorar algumas medidas de incentivo à participação política das mulheres no país, com a finalidade de melhor enquadrar esta proposta legislativa. Entre outras iniciativas legislativas, importa destacar as revisões ordinárias da Constituição e a reforma da lei eleitoral.

1.1. Direitos das Mulheres, Revisão Constitucional e Reforma Eleitoral

Na 1ª Revisão Ordinária da Constituição em 1999, foi garantido genericamente o princípio da participação equilibrada de homens e mulheres:

- “O Estado incentiva a participação equilibrada de cidadãos de ambos os sexos na vida política” (nº 4 do art.º 54 da CRCV).

O teor do preceito constitucional permitiu que, nesse ano, aquando da reforma eleitoral, fosse examinada a possibilidade de instituir medidas de acção positiva, tais como as quotas, nos processos eleitorais. Por ter suscitado algumas controvérsias, esta

possibilidade foi sistematicamente rejeitada. Porém, com base na ideia da representação equilibrada de ambos os sexos nas listas eleitorais, decretaram-se os arts. 404º e 420º (actualmente, 415º e 431º) do Código Eleitoral, como incentivos institucionais para maior participação política das mulheres. Estes artigos incentivam os partidos políticos, coligações de partidos ou os grupos independentes a apresentarem mulheres nas listas nos seguintes termos:

- “Por subvenção eleitoral do Estado serão premiados, nos termos da lei, os partidos políticos ou coligações de partidos políticos em cujas listas se façam eleger, no plano nacional, pelo menos vinte e cinco por cento de candidatos do sexo feminino” (nº2 do art. 415º).
- “Por subvenção eleitoral do Estado serão premiados, nos termos da lei, os partidos políticos ou coligações de partidos políticos e as candidaturas apresentadas por grupos de cidadãos em cujas listas se façam eleger, a nível municipal, pelo menos, vinte e cinco por cento de candidatos do sexo feminino” (nº2 do art. 431º).

Contudo, nenhuma lei foi publicada relativamente a esta matéria, denotando que a medida não tem tido nenhuma aplicabilidade. Ou seja, trata-se de uma medida sem efectividade nas estratégias e nos resultados eleitorais. Para além disso, tendo em conta os custos actuais das campanhas eleitorais, a subvenção eleitoral do Estado torna-se pouco atractiva, revelando a fraqueza da medida de incentivo estabelecida na lei. Também o facto da mesma ser apenas a título indicativo, de não acarretar nenhuma penalização e de não terem sido ainda definidas as condições da sua aplicação leva a que seja simplesmente ignorada ou menosprezada.

De qualquer forma, o mero estabelecimento da referida medida de incentivo para uma maior participação das mulheres caboverdianas nos órgãos de poder político permitiu algum avanço relativamente à consciencialização colectiva da problemática de género e democracia no arquipélago, quanto mais não seja por ter colocado na agenda pública e política a ideia da necessidade de lutar contra a persistente sub-representação

das mulheres caboverdianas no espaço político, sobretudo nos órgãos de eleição, que manifestam maior resistência à inclusão política das mulheres. E mais: a instauração desta medida de incentivo no âmbito do Código Eleitoral indicia que poderá não ser inconstitucional a criação de quotas, ou a fixação de um limiar mínimo de participação por sexo, nos processos eleitorais. Contudo, não é totalmente clara que a Constituição concede *autorização legislativa* propriamente em matérias de discriminação positiva para a efectiva igualdade de homens e mulheres no política ou no trabalho.

Mas, antes de avançar, importa ressaltar que, em Cabo Verde, quanto às quotas, os estatutos dos dois maiores partidos políticos estabeleceram recentemente uma meta indicativa de um terço ou 30%:

- “Os órgãos do Partido, bem como as listas de candidaturas plurinominais para e por eles propostas, deverão, salvo em condições excepcionais, garantir uma representação não inferior a um terço de membros de quaisquer dos sexos” (nº 3 do art.º 120º do Estatuto/PAICV).
- “As listas devem conter uma adequada representação de jovens e, a título indicativo, um mínimo de 30% de representação do género” (nº 3 do art.º 84º do Estatuto/MpD).

Isso significa, portanto, que os dois maiores partidos políticos são favoráveis ao estabelecimento de quotas, ou do limiar mínimo de participação por sexo, para garantir tal «participação equilibrada» de homens e mulheres, reconhecida formalmente na lei. No entanto, é de salientar que, as próprias quotas partidárias têm surtido pouco efeito nos processos eleitorais, quer nas listas de candidaturas, onde as mulheres se mantêm sub-representadas e posicionadas em lugares com pouca probabilidade de eleição, quer nos resultados eleitorais. Deste modo, é importante referir que, em Cabo Verde, as medidas de incentivo à participação política das mulheres têm ainda pouca eficácia, tanto as quotas intrapartidárias, como o preceito da lei eleitoral (antes da revisão do código eleitoral, arts. 404º e 420º; após a revisão do código eleitoral de 2007, arts. 415º e 431º). De qualquer maneira, já é um sinal de que os partidos políticos não ignoram

totalmente a problemática da participação desigual de homens e mulheres na dinâmica partidária e nos processos eleitorais, tanto a nível nacional como local.

Por conseguinte, ressalve-se que a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres*, ratificada por Cabo Verde em 1980, encoraja a adopção de medidas especiais provisórias visando acelerar *de facto* a igualdade entre os homens e as mulheres (nº 1 do art. 4º da CEDAW). Para além disso, em 1995, na IV Conferência sobre as Mulheres, o país tinha assumido o compromisso de trabalhar no sentido de garantir um sistema de representação equilibrado entre os sexos nos órgãos de decisão pública, possibilitando inclusivamente a adopção de medidas especiais para assegurar às mulheres a igualdade de acesso e a sua plena participação no exercício de responsabilidades políticas (Beijing, 2002). Igualmente, em 2005, o arquipélago ratificou o *Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativo aos Direitos das Mulheres em África*, que apresenta indicações sobre a adopção de medidas correctivas e positivas nas áreas em que continuam a existir discriminação contra as mulheres legalmente e *de facto* (d. do art. 2º), em particular sobre a adopção de medidas de acção positiva para favorecer a participação das mulheres na vida política (nº 1 do art. 9º).

Isso significa que existem instrumentos de direito internacional vigentes no ordenamento jurídico caboverdiano que contemplam a possibilidade de adopção de alguma medida legislativa, para obter a desejada «participação equilibrada» de homens e mulheres.¹¹⁰ Sendo assim, se calhar, são maiores as brechas no ordenamento jurídico à instauração das quotas, ou da paridade, do que as barreiras políticas e culturais. Em todo o caso, reabre-se a discussão pública sobre a regulamentação de uma medida legislativa em matéria da participação política de homens e mulheres no arquipélago, nesse caso a instituição da paridade.

¹¹⁰ Realce-se que está consagrado na Constituição que “as normas e os princípios do direito internacional geral ou comum e do direito internacional convencional validamente aprovados ou ratificados têm prevalência, após a sua entrada em vigor na ordem jurídica internacional e interna, sobre todos os actos legislativos e normativos internos de valor infraconstitucional” (nº 4 do art. 12º da CRCV) e que “as leis ou convenções internacionais poderão consagrar direitos, liberdades e garantias não previstos na Constituição” (nº 1 do art. 17º da CRCV). Isso significa que os instrumentos de direito internacional ajudam na sensibilização quanto à possibilidade de instituição de quotas, ou a fixação de um limiar mínimo de participação por sexo, através do Código Eleitoral, que é de valor infraconstitucional.

2ª Revisão Ordinária da Constituição

Na última revisão constitucional, publicada em 2010, para além da proposta da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC), que reclamava a independência e um *status* constitucional, a Rede de Mulheres Parlamentares de Cabo Verde (RMPCV) e o Instituto Caboverdiano para a Igualdade e a Equidade de Género (ICIEG) apresentaram em sede da comissão de revisão um conjunto de subsídios ao texto constitucional, solicitando reformulações linguísticas e alterações de substância, que incluíam diferentes variáveis, tais como o género e a orientação sexual.

Em relação às alterações terminológicas, as propostas incorporavam a expressão «direitos humanos» no lugar de «direitos do homem», trabalhando simbolicamente no plano da linguagem e abarcando diversos preceitos constitucionais. Ao proporem uma linguagem inclusiva e uma inserção da expressão «orientação sexual» no próprio texto constitucional, pretendiam introduzir inovações na Constituição. Portanto, a gramática inclusiva abarcava não só a questão do género, mas igualmente a questão da orientação sexual, suscitando certamente maior resistência e silenciamento no processo de revisão constitucional. De qualquer forma, esta intensão das redes sociais de género traduz alguma articulação discursiva entre os direitos das mulheres, os direitos sexuais e os direitos humanos.¹¹¹

Relativamente à prevenção da criminalidade e à garantia da segurança interna, as propostas alargavam o âmbito de intervenção, envolvendo assim o espaço público e o espaço privado numa manifesta articulação com a lei contra a violência de género que se encontrava em elaboração. Esta interacção entre o espaço público e o privado tinha sido reforçada com a denúncia do sexismo no antigo n.º 5 do art.º 62º que estipula que

¹¹¹ Importa ressaltar que num projecto de lei de revisão constitucional, apresentado por um dos partidos político, já havia a indicação para a substituição da expressão «direitos do homem» por «direitos humanos». Na audição em sede da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional, o professor de Direito Internacional José Pina Delgado (2009: 120-121) subscreveu a alteração terminológica, reiterando que “a terminologia proposta é muito mais neutral ao género do que aquela que se encontra actualmente no texto constitucional, sendo certo que não existe qualquer inconveniente jurídico internacional que se possa evocar contra a proposta.” Por conseguinte, o autor alertou que, caso fosse modificado o texto constitucional, “por motivos de padronização e unificação”, seria necessário igualmente alterar o n.º 3 do art.º 17 que utiliza a expressão «Declaração Universal dos Direitos do Homem». Estas considerações encontravam acolhimento num outro documento do ICIEG (2009).

“a lei garante à mulher condições de trabalho que facilitem o exercício da sua função maternal e familiar.” Por conseguinte, o documento do ICIEG e da RMPCV (2009) sugeriu que deveria ser modificada ao nível da redacção, a fim de abarcar homens e mulheres. Para além disso, também a expressão paridade foi incluída nas propostas, apesar de não ter sido objecto de debate parlamentar ou extraparlamentar, salvo um ou outro comentário no plenário.

Em concordância, um outro documento do ICIEG (2009) indicava medidas de discriminação positiva em diferentes domínios, sugeria a remoção dos mecanismos que condicionam o exercício dos direitos das mulheres – por exemplo, reforçando o direito à igualdade de oportunidades de acesso e permanência nas escolas, bem como de êxito escolar – e aconselhava a seguinte redacção do nº 4 do art.º 54º da CRCV no domínio da participação política:

- “O Estado incentiva a criação de mecanismos que permitam a participação paritária de homens e mulheres na vida política.”

Por meio de uma reformulação linguística e da instituição da paridade, o ICIEG pretendia aprimorar e enriquecer o texto constitucional numa perspectiva de género, no sentido de reforçar a igualdade estabelecida em princípio pelo direito, bem como remover outros obstáculos na lei que condicionam ainda a igualdade efectiva na esfera pública. Nesse caso, a indicação do ICIEG não só pretendia que fosse reconhecida a possibilidade de acção positiva na participação política, mas ainda desejava que fosse concedia *autorização legislativa*, para a instauração da paridade. Se fosse aprovada esta indicação, o desafio actualmente seria apenas o da elaboração de uma lei da paridade.

Em suma, no âmbito da revisão constitucional, não se incorporaram nenhum dos subsídios na redacção final, nem no que se refere à institucionalização da paridade de participação na esfera pública e na tomada de decisões, nem quanto à participação equilibrada de homens e mulheres na esfera privada. Assim, o texto constitucional mantém o masculino genérico, da mesma forma que se fala de «cidadãos», «homens», «pais», «filhos» e «direitos do homem», rejeitando nomear a expressão «mulher», com

excepção numa alínea alusiva à conciliação da vida profissional e familiar das mulheres (antigo do n.º 5 do art.º 62º da CRCV [agora n.º 5 do art.º 63º]), ou noutras genéricas sobre a discriminação da mulher na família e na sociedade. Posto isso, embora seja quase lugar-comum afirmar-se que a Constituição consagra o princípio da igualdade formal entre os homens e as mulheres, nota-se algumas barreiras legais e discursivas, que reforçam a persistência do predomínio masculino na ordem jurídica interna, para além da reprodução de certas práticas de marginalização social, cultural, económica e política manifestamente discriminatórias, em prejuízo das mulheres.

É possível identificar globalmente cinco causas explicativas do não acolhimento dos subsídios acima destacados. Em primeiro lugar, porque não houve uma pressão social por parte dos movimentos sociais das mulheres, ao contrário do que aconteceu com a lei contra a violência. Em segundo lugar, porque as mulheres deputadas – com algumas excepções – pouco ou nenhuma pressão exerceram nesse sentido. Portanto, faltou o lobby das mulheres, quer as que estão no Parlamento, quer as da sociedade civil e das instituições públicas. Em terceiro lugar, porque a questão do género assumia um estatuto menor, para os homens parlamentares e especialistas, que dominavam as discussões públicas e políticas, dentro e fora do Parlamento. Isto explica que a questão não tenha surtido efeito mediático, contrariamente ao que aconteceu com as questões centrais, como a possibilidade de distribuição dos órgãos de poder político e dos departamentos administrativos por diferentes ilhas do arquipélago, a aceitação geral do Tribunal Penal Internacional e a possibilidade de extradição de nacionais, as buscas domiciliárias nocturnas, o sistema judicial, o sistema político, a separação temporal das eleições legislativas e presidenciais ou a rejeitada oficialização da língua caboverdiana. Em quarto lugar, porque a questão do género nem sequer fazia parte do elenco dos preceitos constitucionais objectos de revisão e das prioridades dos partidos políticos que granjeavam um consenso parlamentar. Finalmente, em quinto lugar, porque as mulheres estiveram ausentes das principais discussões especializadas, como na área jurídico-constitucional, conforme se constata através da autoria dos textos publicados na colectânea “Especial Revisão Constitucional” (*Direito e Cidadania*, 28, IV, 2009).

2. A ORDEM POLÍTICA NA ERA DO PROCEDIMENTALISMO

Tendo em consideração as democracias contemporâneas, cuja lógica subjacente privilegia grandemente a organização e o procedimento eleitoral, vários estudos sobre a representação política das mulheres investigam os impactos dos sistemas eleitorais, em particular na eleição das mulheres. Pippa Norris (2000) defende que de facto a fórmula de conversão dos votos em mandatos e a (in)existência de quotas constituem-se como factores que mais afectam a eleição de mulheres. Deste modo, os sistemas eleitorais proporcionais são anunciados como mais favoráveis para a eleição das mulheres. Não obstante, existe igualmente uma preocupação com a magnitude dos círculos eleitorais, sendo preferíveis os círculos eleitorais maiores em detrimento dos menores (Norris, 2000; Matland, 2002; Lovenduski e Pippa, 2003). Sendo assim, esta secção relativa aos sistemas eleitorais pretende examinar dois tópicos centrais: os círculos eleitorais e a fórmula de conversão dos votos em mandatos no caso caboverdiano.

2.1. Sistema Eleitoral

Em certo sentido, é hoje consensual que a democracia requer a existência de um sistema de representação, com instrumentos de mediação entre a sociedade e o Estado. Daí que, embora sejam uma forma de participação minimalista, as eleições constituem uma componente principal nas democracias contemporâneas, sendo requerido que sejam livres, pluralistas e periódicas, para a legitimação do regime democrático e a alternância política. É a partir do voto popular que decorre a eleição de representantes políticos e a recomposição dos órgãos de poder político. Por isso, os sistemas eleitorais dominam grandemente o debate político, tendo particular relevância com o advento da democracia representativa. Isto mostra a relevância dos sistemas eleitorais nos sistemas políticos, através da influência no sistema partidário, na formação governamental, no exercício parlamentar e na participação cidadã. É a opinião de Dieter Nohlen (2007) que os contextos históricos e sociopolíticos de cada país têm implicações nos impactos que os sistemas eleitorais provocam.

Em sentido restrito, os sistemas eleitorais dizem respeito sobretudo ao conjunto de normas que regulam a transformação dos votos em mandatos, nos processos da eleição de representantes para a ocupação de cargos políticos (Freire, 2002: 91-92).¹¹² Porém, esta definição é demasiado redutora para dar conta da verdadeira dimensão institucional de um fenómeno tão complexo como os sistemas eleitorais. Diante disso, é possível entender que, em sentido lato, os sistemas eleitorais abarcam todos os normativos que regulam os processos eleitorais: a marcação da eleição; a apresentação das candidaturas; as regras que regulam as campanhas eleitorais e a divulgação de sondagens eleitorais durante as mesmas; as normas que definem a capacidade eleitoral activa (direito de voto) e a capacidade eleitoral passiva (direito de eleição); as leis que definem o carácter obrigatório ou facultativo do voto; todas as normas que regulam a transformação de votos em mandatos, etc. (Freire, 2002: 91).

Dieter Nohlen (2007) considera necessária a diferenciação entre os sistemas de representação e as fórmulas de conversão. Existem assim os sistemas de representação maioritários e os sistemas de representação proporcionais, sendo que também existem as fórmulas maioritárias e as fórmulas proporcionais. Porém, tais critérios nem sempre se encontram em plena sintonia. Os sistemas de representação diferenciam-se quanto aos seus objectivos para o conjunto do país (formação de maiorias monopartidárias ou representação fiel do eleitorado); enquanto as fórmulas de conversão se diferenciam quanto ao preceito utilizado para a definição de quem perde ou quem ganha a eleição em cada círculo eleitoral e quantos mandatos devem caber a cada concorrente (nas fórmulas maioritárias, ganha a maioria, não cabendo nenhuma representação aos vencidos; nas fórmulas proporcionais, a percentagem de votos de cada candidatura define a sua percentagem de mandatos). Por isso, o critério de maior relevância política não é propriamente uma fórmula de conversão, mas um sistema de representação, uma vez que as fórmulas de conversão representam modos que permitem atingir certos fins fixados nos sistemas de representação adoptados (cf. Freire, 2002).

¹¹² Quando se fala em sistemas eleitorais sem especificação, tem-se em conta geralmente as eleições parlamentares, não as demais eleições, mormente as eleições presidenciais ou as eleições dos órgãos representativos das demais colectividades territoriais (como as Autarquias Locais, etc.) (cf. Freire e Magalhães, 2002; Freire, 2002).

Logicamente, os sistemas maioritários e os sistemas proporcionais comportam vantagens, mas também apresentam alguns inconvenientes. Geralmente, as vantagens de um resultam nas desvantagens do outro. Os sistemas de representação maioritários apresentam as seguintes particularidades: impedem a fragmentação dos sistemas partidários, pois os pequenos partidos políticos têm poucas possibilidades de obter uma representação parlamentar; induzem a concentração dos sistemas partidários num formato de tipo bipartidário, pelo menos, a nível parlamentar; fortalecem a estabilidade governativa, facilitando assim a criação de maiorias monopartidárias parlamentares; estimulam a moderação política, na medida em que os maiores partidos políticos são obrigados a competir pelo eleitorado centrista, sendo que isto determina grandemente a vitória de um dos dois principais concorrentes; facilitam a alternância partidária no domínio executivo, pois apenas uma pequena variação nas percentagens de voto de cada um dos partidos poderá dar origem a uma forte variação no número de lugares parlamentares que obtêm; através do voto, o eleitorado tem uma influência directa na formação governamental; com as maiorias monopartidárias, um único partido controla o poder executivo nacional, resultando por conseguinte numa maior clareza quanto à própria atribuição de responsabilidades políticas pelo exercício governativo (cf. Freire, 2002).

Por conseguinte, os sistemas proporcionais pautam-se pelos seguintes aspectos: facilitam a representação dos diferentes interesses e opiniões políticas, considerando o seu peso relativo no eleitorado; impedem a formação de maiorias parlamentares com fraca correspondência em termos de percentagem de votos; estimulam a negociação de coligações maioritárias e o compromisso político entre as diversas forças sociais e entre os grupos étnicos, religiosos ou de mulheres; impedem mudanças políticas extremas causadas mais pelas distorções dos sistemas eleitorais do que por mudanças de atitudes e opiniões do eleitorado; reflectem melhor as mudanças sociopolíticas, permitindo o acesso mais fácil às novas tendências de representação parlamentar; impedem a formação de sistemas de partidos dominantes que se devem mais aos pressupostos e efeitos reais dos sistemas eleitorais adoptados do que ao peso no eleitorado (cf. Freire, 2002).

É por isso que ganham relevância os efeitos dos sistemas eleitorais na eleição de mulheres. A argumentação é a de que os sistemas eleitorais proporcionais são mais favoráveis para a promoção da participação política das mulheres. A ideia veiculada é a de que, nos sistemas eleitorais maioritários, o tipo de luta política sobrevaloriza a vocação carismática das candidaturas e o capital político adquirido nas lutas internas ou externas do partido, em contraposição aos sistemas eleitorais proporcionais, que implicam processos mais colectivos, mais compartilhados, mais propiciadores da existência de um leque diferenciado de perfis de candidatura na mesma lista eleitoral. Em última instância, estes aspectos têm sido apontados como sendo os que mais se ajustam às competências e disponibilidades das mulheres, que se apoiam mais nos seus recursos científicos e técnicos, aliados igualmente à sensibilidade política, do que no capital político adquirido nas lutas políticas partidárias (cf. Viegas e Faria, 1999: 56-57).

2.1.1. Círculos Eleitorais e Fórmula de Conversão dos Votos

A fórmula de conversão dos votos e os círculos eleitorais¹¹³ constituem os dois componentes mais estruturantes do sistema eleitoral caboverdiano, sendo que ambos têm efeitos na eleição das mulheres.¹¹⁴ No que concerne aos círculos eleitorais, para as eleições legislativas, especialmente dos anos de 1995, 2001 e 2006, o território nacional dividia-se em vários círculos a que, em cada um desses actos eleitorais, correspondiam aos concelhos existentes no arquipélago.¹¹⁵ De igual modo, a diáspora sempre

¹¹³ Círculos eleitorais são áreas geográficas em que se dividem os países para efeitos de administração eleitoral, sendo unidades geográfico-administrativas onde se aplicam as fórmulas eleitorais e se processa a transformação de votos em mandatos. Os círculos eleitorais dividem-se em círculos uninominais (onde se elege apenas um mandato) e círculos plurinominais (onde se elege dois ou mais mandatos) (Freire, 2002: 98-99).

¹¹⁴ Com duas excepções: nas legislativas de 1991, os círculos eleitorais nacionais correspondiam a cada freguesia ou agrupamento de duas freguesias do país; nas legislativas de 2011, cada ilha passou a representar um círculo, à excepção da ilha de Santiago, que foi dividida em dois círculos eleitorais: Santiago Norte e Santiago Sul. Na diáspora, subsistiram os três círculos eleitorais: África, América e Europa e Resto do Mundo.

¹¹⁵ Nas legislativas de 1991, dos 79 mandatos para a Assembleia Nacional, 76 tinham sido distribuídos pelos círculos eleitorais nacionais, e apenas 3 pelos círculos eleitorais no estrangeiro, cabendo 1 a cada um desses três círculos. É de destacar que, desde as legislativas de 1995, os círculos eleitorais (quer os nacionais, quer os no estrangeiro) passaram a ter no mínimo 2 mandatos. Nas legislativas de 2011, manteve-se a mesma distribuição por território nacional e diáspora, sendo que apenas a distribuição interna dos mandatos é que sofreu alteração.

participou nas eleições multipartidárias, sendo agregadas em três círculos eleitorais. Nesta lógica prática, dos 72 mandatos na Assembleia Nacional, 66 eram distribuídos pelos círculos eleitorais no arquipélago e 6 pelos círculos eleitorais na diáspora, cabendo 2 a cada um desses círculos (art. 395º e art. 397º do CECV, 1999).¹¹⁶

Por conseguinte, em relação à conversão dos votos em mandatos, aplicava-se o método de representação proporcional de *Hondt* (art. 405º do CECV) em dezassete círculos eleitorais pequenos (com 2 a 5 mandatos), num círculo eleitoral médio (com 6 a 9 mandatos) e em dois círculos eleitorais grandes (com 10 ou mais mandatos) (Lima, 2004: 138). A aplicação do método de *Hondt*, para a conversão dos votos em mandatos nos círculos eleitorais binomiais, contribuía para a concentração dos mandatos nos dois maiores partidos políticos caboverdianos (MpD e PAICV), favorecendo a ocorrência de um sistema essencialmente bipartidário e contribuindo para a marginalização dos pequenos partidos políticos. Contudo, é de referir que, apesar dessas fragilidades, esse sistema eleitoral tinha garantido uma certa estabilidade política, a governabilidade e a alternância. Mesmo assim, submetia-se a reformas pontuais, tendo recentemente sido remetido para mais um tratamento intensivo, cingindo-se sobretudo no que concerne ao sistema de representação, cuja reforma eleitoral preocupou-se precisamente com a reconfiguração dos círculos eleitorais do território nacional.

Em especial quanto ao tema em causa nesta tese, é de notar que, ao conjugar o bipartidarismo e os círculos binomiais, o sistema eleitoral condicionava a eleição das mulheres, produzindo assim um efeito quase similar ao sistema maioritário em círculos uninominais (cf. Monteiro, 2009). Deste modo, a ilação que se pode tirar é a de que, perante um sistema bipartidário, os círculos binomiais não favorecem a eleição das mulheres, na medida em que os dois maiores partidos políticos tendem a privilegiar

¹¹⁶ Sendo a população residente no território nacional inferior à população emigrada, se houvesse uma inscrição expressiva no recenseamento eleitoral e as pessoas votassem, os seus votos não permitiriam alcançar mais do que 6 mandatos. Isso provocaria uma forte representação desigual: os votos dos círculos nacionais valeriam muito mais do que os votos dos círculos eleitorais no estrangeiro. Porém, importa dizer que o recenseamento eleitoral no estrangeiro é ainda pouco expressivo, uma preocupação que merece acolhimento, sobretudo por causa do peso económico da emigração caboverdiana e da tradição nacional de vivência na diáspora. Sobre a representação desigual, ver, por exemplo, Freire (2002).

cabeças de lista masculinas, sendo normalmente possível a divisão dos mandatos, cabendo um a cada partido. Porque são listas fechadas, isso traduz-se inevitavelmente na eleição de dois homens de partidos políticos diferentes. Contudo, importa ressaltar que a recente reforma eleitoral – com o objetivo de diminuir os círculos binomiais – não tinha sido motivada por uma preocupação política com as barreiras do sistema na representação das mulheres ou dos pequenos partidos políticos. Na verdade, a reforma de 2007 foi no sentido de garantir maior proporcionalidade do sistema eleitoral, que antes provocava uma distorção entre o número de mandatos e o número de eleitores inscritos em cada círculo. Tratava-se mais da defesa de interesses das grandes máquinas partidárias do que de uma consciência política da necessidade de redefinir o sistema de representação, para facilitar a inclusão dos partidos e segmentos subalternizados.

Feitas estas considerações gerais, é de fundamental importância considerar os resultados das eleições, numa perspectiva diacrónica, e analisar os efeitos da recente revisão da lei eleitoral na eleição das mulheres. Toma-se como referência as eleições legislativas de 2011, quando cada ilha passou a representar um único círculo eleitoral, à exceção da ilha de Santiago que foi dividida em dois círculos grandes: Santiago Norte e Santiago Sul. Os 66 mandatos reservados para os dez círculos eleitorais nacionais permitiram a seguinte divisão: Santiago Sul (19); Santiago Norte (14); São Vicente (11); Santo Antão (6); Fogo (5); Sal (3); Brava (2); São Nicolau (2); Boavista (2); Maio (2). Na diáspora, continuaram os três círculos eleitorais binomiais: África (2); América (2); Europa e Resto do Mundo (2). Sendo assim, manteve-se o principal defeito exposto no parágrafo anterior, principalmente nos sete círculos eleitorais binomiais, em Santo Antão (com 6 mandatos para os três concelhos da ilha), no Fogo (com 5 mandatos para os três concelhos da ilha), em Santiago Norte (com 14 mandatos para os seis concelhos da região) e no Sal (com três mandatos para o único concelho dessa ilha).

Candidatas e Eleitas nas Eleições Legislativas (1991-2011)

Depois da abertura política, assistiu-se a um aumento gradual da percentagem de mulheres nos processos eleitorais, passando de 3,8% em 1991 para alcançar 20,8%

em 2011 dos assentos parlamentares (tabela II). A nível nacional, os dados mostram que a proporção de mulheres nas listas – tendo em consideração as três categorias em análise (cabeças de lista, efectivas e suplentes) – foi aumentando em cada acto eleitoral, salvo as cabeças de lista nas legislativas de 2011. Nas quatro primeiras eleições legislativas realizadas, a percentagem de elementos do sexo feminino não ultrapassou 30,0% em nenhuma das três categorias referidas. Com as eleições de 2011, a proporção de efectivas e de suplentes superou a meta, por razões que mais adiante se explica.

Verifica-se a persistência da sub-representação política das mulheres nas cinco eleições legislativas do período democrático. Além do mais, é possível verificar que a proporção das mulheres nas listas eleitorais tendia-se a aumentar em lugares de menor elegibilidade ou não elegíveis.

Tabela II.
Candidatas e Eleitas nas Eleições Legislativas (1991-2011)

Ano	Listas eleitorais						Eleitas	
	Cabeças de lista		Efectivas		Suplentes			
1991	3	6,0%	15	9,5%	30	14,9%	3	3,8%
1995	-	-	-	-	-	-	8	11,1%
2001	6	6,4%	69	19,9%	83	22,4%	8	11,1%
2006	9	15,3%	60	25,1%	66	28,6%	11	15,3%
2011	6	13,6%	103	35,6%	89	40,8%	15	20,8%

Nota: a) as efectivas incluem as cabeças de lista; b) os dados nacionais resultam do total nacional (com todos os partidos) por categoria. **Fontes:** *Vozdipovo*, BO e CNE.

Observando os dados das eleições legislativas de 2011, nota-se que as mulheres representavam 13,6% na categoria de cabeças de lista, 35,6% como efectivas e 40,8% como suplentes. Isto porque houve uma inflação nas listas dos partidos políticos com pouca expressão nacional, tais como o PTS, o PSD e a UCID. Nota-se que isso provocou um enorme desfasamento entre a percentagem das mulheres nas listas e as eleitas, devido à sua concentração em posições marginais, o que questiona o processo de selecção e de ordenação das listas. Em conclusão, embora a proporção das efectivas tenha aumentado para 35,6%, as eleitas circunscrevem-se aos 20,8%.

No que diz respeito aos dois maiores partidos políticos, a representação das mulheres na categoria de cabeças de lista foi apenas uma vez igual e das outras vezes

teve sempre maior destaque nas listas do MpD, ilustrando maior aposta deste partido nas lideranças femininas em processos eleitorais (tabela II.a). Contudo, nas categorias de efectivas e de suplentes, o PAICV tende a incluir muito mais mulheres do que o seu adversário. Em relação aos resultados eleitorais, o MpD registou uma vez a queda da sua evolução representativa parlamentar: 5,4% (1991), 14,0% (1995), 10,0% (2001), 13,8% (2006) e 24,2% (2011). Ao passo que, no PAICV, verificou-se uma tendência crescente: 0,0% (1991), 4,8% (1995), 12,5% (2001), 17,1% (2006) e 18,9% (2011). Nas quatro primeiras eleições legislativas, percebe-se que os partidos vencedores obtiveram maior percentagem de mulheres eleitas, na medida em que estas se encontravam em posições de menor elegibilidade. Deste modo, quanto mais votos um partido obtinha, maior seria a sua probabilidade de eleger mulheres. Nota-se que, na década de 1990, a percentagem de mulheres eleitas nas listas do MpD esteve sempre acima da média nacional. O mesmo se verificou com o PAICV nas eleições legislativas de 2001 e 2006. Curiosamente, isso não aconteceu nas últimas eleições.

Nas eleições legislativas de 2011, os dados demonstram que o PAICV alcançou a sua quota partidária de 33,3% de mulheres como efectivas. Mas, em treze círculos eleitorais, apresentou uma mulher como cabeça de lista (7,9%); das 24 efectivas, apenas 7 foram eleitas, representando 18,9% dos resultados do partido. Nota-se que, embora tenha alcançado a sua quota de 33,3% na categoria de efectivas, o PAICV ficou muito aquém nos resultados obtidos. É curioso que o MpD tenha obtido melhores resultados em termos de participação das mulheres nas eleições: em treze círculos eleitorais, apresentou duas mulheres como cabeça de lista (15,3%); das 15 efectivas, 8 foram eleitas, representando 24,2% dos resultados do partido. Significa que as mulheres do MpD ocuparam posições de maior elegibilidade nas listas do partido, o que se ressalta ainda mais pelo facto do partido ter sido derrotado nas urnas. Para além disso, comparando as eleições de 2006 e 2011, no PAICV, o número de mulheres eleitas manteve-se (7), sendo que, em 2006, representavam 17,1% dos mandatos do partido e, em 2011, aumentou levemente para 18,9% (porque o partido obteve menor número de assentos parlamentares); no MpD, houve uma diferença enorme, tendo o número de mulheres eleitas duplicado de 4 (13,8%) para 8 (24,2%).

Tabela II.a
Candidatas e Eleitas nas Eleições Legislativas (PAICV E MpD, 1991-2011)

Ano	Listas eleitorais						Eleitas	
	Cabeças de lista		Efectivas		Suplentes			
1991	3	6,0%	15	9,5%	30	14,9%	3	3,8%
<i>PAICV</i>	1	4,0%	10	12,7%	16	14,4%	0	0,0%
<i>MpD</i>	2	8,0%	5	6,3%	14	15,6%	3	5,4%
1995	-	-	-	-	-	-	8	11,1%
<i>PAICV</i>	-	-	-	-	-	-	1	4,8%
<i>MpD</i>	-	-	-	-	-	-	7	14,0%
2001	6	6,4%	69	19,9%	83	22,4%	8	11,1%
<i>PAICV</i>	2	10,0%	12	16,7%	18	21,4%	5	12,5%
<i>MpD</i>	2	10,0%	14	19,4%	20	23,5%	3	10,0%
2006	9	15,3%	60	25,1%	66	28,6%	11	15,3%
<i>PAICV</i>	1	5,0%	19	26,4%	32	38,1%	7	17,1%
<i>MpD</i>	4	20,0%	14	19,4%	18	21,4%	4	13,8%
2011	6	13,6%	103	35,6%	89	40,8%	15	20,8%
<i>PAICV</i>	1	7,9%	24	33,3%	30	38,4%	7	18,9%
<i>MpD</i>	2	15,3%	15	20,8%	15	19,4%	8	24,2%

Nota: a) os dados nacionais resultam do total nacional (com todos os partidos) por categoria; b) os dados partidários resultam do total de cada partido aqui incluído por categoria. Fontes: *Vozdipovo*, BO e CNE.

Em todo o caso, conclui-se que a proporção e os lugares das mulheres nas listas tenha contribuído para a sua sub-representação parlamentar. Isto é tanto mais grave – e embaraçoso para o PAICV – quando se leva em consideração que, nos dois anos que precederam as eleições legislativas, houve no país uma experiência de governação paritária a nível ministerial, sob a égide deste partido. Não obstante, durante o processo de recrutamento legislativo apenas duas mulheres da governação paritária foram incluídas nas listas, devido às lutas políticas e ao posicionamento dos «barrões» do partido nas listas, no sentido de garantir um lugar na estrutura do poder, em caso de derrota eleitoral do partido, uma vez que já governavam há duas legislaturas. Com efeito, as últimas eleições legislativas evidenciaram as diferenças na participação política das mulheres nos órgãos de eleição e os órgãos de nomeação, que é mais favorável ao aumento da representação descritiva das mulheres.¹¹⁷

Relativamente aos defeitos do sistema eleitoral, toma-se como exemplo apenas os dados do último acto eleitoral, que ilustram a problemática da fórmula de conversão

¹¹⁷ Não se pode negligenciar a tendência paternalista do PAICV, cuja ideologia funda-se no nacionalismo africanista. Em contrapartida, o MpD defende o liberalismo-democrático, sendo tendencialmente europeísta.

dos votos em mandatos nos diferentes círculos eleitorais (tabela III). Uma observação atenta dos dados permite tirar as seguintes ilações:

- Para os sete círculos eleitorais binomiais, verifica-se que o sistema eleitoral tende a condicionar a eleição das mulheres, devido à aplicação do método de *Hondt* nos círculos eleitorais de baixa magnitude e também pela combinação do sexismo e do bipartidarismo. Nota-se que os cabeças de lista do PAICV e do MpD foram do sexo masculino, excepto quanto à ilha do Maio. Daí que, em catorze mandados, apenas um foi atribuído a uma candidatura feminina.
- Das três cabeças de lista do PAICV (1) e do MpD (2), duas foram colocadas em círculos eleitorais pequenos.
- Embora haja maior probabilidade das mulheres serem apresentadas como cabeças de lista nos círculos eleitorais pequenos, a proporção das eleitas nos círculos eleitorais grandes (com 10 ou mais mandatos [25,0%]) tende a ser maior do que num círculo eleitoral médio (com 6 a 9 mandatos [16,6%]) e nos círculos eleitorais pequenos (com 2 a 5 mandatos [13,6%]). Sendo assim, a dimensão dos círculos influencia a candidatura e a eleição das mulheres, de várias e diferentes formas. Para além disso, há ainda uma influência dos contextos sociais e culturais das diversas regiões.
- Nos círculos grandes, São Vicente (27,2%) obteve melhores resultados do que Santiago Sul (26,3%) e Santiago Norte (21,4%).¹¹⁸ Ou seja, a taxa da ilha de São Vicente é superior à taxa de feminização da ilha de Santiago (24,2%).

Perante estas disparidades regionais na participação política das mulheres, não é de descuidar os efeitos do sistema partidário, do sistema eleitoral e das culturas locais.

¹¹⁸ No caso de Santiago Norte, o resultado final poderia ser mais baixo. Na última hora, houve um inesperado desequilíbrio da balança dos votos, o que se reflectiu no número de mulheres eleitas. Se fosse uma distribuição equilibrada dos votos para o PAICV e o MpD, cabendo 7 mandatos para cada partido, apenas duas mulheres seriam eleitas, baixando a média da região para 14,2%. Evidentemente, o círculo eleitoral de Santiago Norte (com 14 mandatos para os seis concelhos da região), poderá ser menos favorável à eleição das mulheres, por causa da necessidade de fixar informalmente uma representação por concelho, o que implica a utilização da mesma estratégia de luta partidária que ocorre nos círculos eleitorais binomiais caboverdianos.

Tabela III.
Candidatas e Eleitas, Leg. 2011, segundo as Forças Políticas e os C. Eleitorais

Círculos	Listas eleitorais						Eleitas	
	Cabeças de lista		Efectivas		Suplentes			
S. Nicolau	1	25,0%	3	37,5%	8	50,0%	0	0,0%
PAICV	0	0,0%	1	50,0%	2	100%	0	0,0%
MpD	0	0,0%	0	0,0%	1	50,0%	0	0,0%
Boavista	0	0,0%	1	16,6%	6	66,6%	0	0,0%
PAICV	0	0,0%	0	0,0%	2	66,6%	0	0,0%
MpD	0	0,0%	0	0,0%	1	33,3%	0	0,0%
Maio	1	50,0%	2	50,0%	3	50,0%	1	50,0%
PAICV	0	0,0%	1	50,0%	2	33,3%	0	0,0%
MpD	1	100%	1	50,0%	1	66,6%	1	100%
Brava	0	0,0%	1	16,6%	4	44,4%	0	0,0%
PAICV	0	0,0%	1	50,0%	2	66,6%	0	0,0%
MpD	0	0,0%	0	0,0%	1	33,3%	0	0,0%
América	0	0,0%	0	0,0%	4	44,4%	0	0,0%
PAICV	0	0,0%	0	0,0%	1	33,3%	0	0,0%
MpD	0	0,0%	0	0,0%	1	33,3%	0	0,0%
África	0	0,0%	1	25,0%	1	16,6%	0	0,0%
PAICV	0	0,0%	1	50,0%	1	33,3%	0	0,0%
MpD	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Europa e...	0	0,0%	2	33,3%	3	33,3%	0	0,0%
PAICV	0	0,0%	1	50,0%	1	33,3%	0	0,0%
MpD	0	0,0%	1	50,0%	1	33,3%	0	0,0%
Sal	1	33,3%	3	33,3%	8	44,4%	1	33,3%
PAICV	0	0,0%	2	66,6%	1	33,3%	0	0,0%
MpD	1	100%	1	33,3%	3	100%	1	50,0%
Fogo	0	0,0%	4	26,6%	5	35,7%	1	20%
PAICV	0	0,0%	2	40,0%	2	40,0%	1	33,3%
MpD	0	0,0%	1	20,0%	1	20,0%	0	0,0%
Sto. Antão	0	25%	7	29,1%	8	36,3%	1	16,6%
PAICV	0	0,0%	2	33,3%	2	33,3%	0	0,0%
MpD	0	0,0%	1	16,6%	2	33,3%	1	33,3%
Santiago N	1	20%	29	48,3%	14	38,8%	3	21,4%
PAICV	0	0,0%	3	21,4%	4	30,7%	2	25,0%
MpD	0	0,0%	3	21,4%	4	30,7%	1	16,6%
Santiago S	0	0,0%	29	51,7%	16	64,4,3%	5	26,3%
PAICV	0	0,0%	6	31,5%	8	42,1%	2	18,1%
MpD	0	0,0%	5	26,3%	7	36,8%	3	37,5%
S. Vicente	1	20%	22	40,0%	17	45,9%	3	27,2%
PAICV	1	100%	5	45,4%	3	27,2%	2	40,0%
MpD	0	0,0%	2	18,1%	5	45,4%	1	25,0%
Nacional	6	13,6%	103	35,6%	89	40,8%	15	20,8%
PAICV	1	7,9%	24	33,3%	30	38,4%	7	18,9%
MpD	2	15,3%	15	20,8%	15	19,4%	8	24,2%

Nota: a) os dados nacionais resultam do total nacional (com todos os partidos) por categoria; b) os dados partidários resultam do total de cada partido aqui incluído por categoria. Fontes: *Vozdípova*, BO e CNE.

Pode-se concluir que, em Cabo Verde, verificam-se barreiras reais no quadro do sistema eleitoral com forte impacto na eleição das mulheres. Perante o bipartidarismo caboverdiano, os círculos eleitorais binomiais tendem a exigir um tipo de luta política que sobrevaloriza a vocação carismática das candidaturas e o capital político adquirido nas lutas do partido, tal como acontecem nos sistemas eleitorais maioritários. Assim, não se pode ignorar os efeitos da conjugação do sexismo e do bipartidarismo.

Sem sombra de dúvidas, os dados do último acto eleitoral ilustram que existem variações regionais na participação política das mulheres. Constatam-se que, com a nova delimitação dos círculos eleitorais, salvo os casos de Maio e Sal, São Vicente (que inclui a cidade do Mindelo e abarca um único concelho) e Santiago Sul (que inclui a cidade da Praia e abarca dois concelhos pequenos e um maior) apresentaram melhores resultados em termos de participação das mulheres nos processos eleitorais.¹¹⁹ Isto deveu-se tanto ao facto de serem círculos eleitorais maiores que abarcam poucos concelhos, como também por serem os dois grandes centros urbanos do arquipélago.

Logicamente, considerando a questão técnica, verifica-se maior permeabilidade do sistema no círculo eleitoral de São Vicente, que representa um único concelho. Daí o facto de ter obtido maior taxa de participação política das mulheres. Entretanto, isso não explica o facto de ter sido colocada uma mulher como cabeça desse grande círculo eleitoral.¹²⁰ Talvez seja importante considerar o nível de desenvolvimento e a cultura local. Em contrapartida, em Santiago Sul, por ser o círculo da sede do poder, onde se concentram as lideranças partidárias e aspirantes à chefe de Governo, torna-se difícil uma mulher ser proposta como cabeça de lista. Isso só poderia acontecer se houvesse uma revolução partidária e fosse eleita uma mulher-presidente de algum dos partidos políticos caboverdianos. Em Santiago Norte, por ser a maior região agrária do país e

¹¹⁹ Maio (2 mandatos) e Sal (3 mandatos) são casos excepcionais. Por serem círculos pequenos, a eleição de apenas uma mulher traduz uma proporção elevada, respectivamente 50% e 33,3%.

¹²⁰ Para além disso, não se pode ignorar o histórico de maior participação das mulheres em São Vicente, a nível das eleições municipais, com destaque para a eleição da primeira mulher caboverdiana para a Presidência da Câmara Municipal (I.G. em 2004, tendo sido reeleita em 2008). Igualmente, nas eleições autárquicas de 2000, a ilha conseguiu eleger mais mulheres do que homens para a Câmara Municipal, tornando-se pioneira em gestão autárquica paritária no arquipélago.

berço do tradicionalismo santiaguense, uma mulher da região dificilmente seria cabeça de lista, devido tanto ao peso dos valores patriarcais nas máquinas partidárias, como ao baixo índice de desenvolvimento local. Curiosamente, os homens desta região são apontados comumente como os caboverdianos que mais se destacam na política interna nacional, principalmente nos órgãos de soberania ou ao nível amplo dos órgãos de poder político. Tal protagonismo político e certa libertação dos homens do meio rural santiaguense não têm equivalência ao sexo feminino da mesma região, largamente marginalizada e afectada pelo estigma da cor negra. Em última instância, isso significa que o progresso dos homens da região não implicou a emancipação para as mulheres, muito embora a condição feminina neste meio rural tenha registado melhorias.

Por isso, talvez seja relevante ponderar as implicações dos contextos históricos e sociopolíticos nos impactos que o sistema eleitoral provoca, principalmente na eleição das mulheres. Aliás, segundo um estudo sobre as *Atitudes em Relação à Qualidade da Democracia em Cabo Verde* (Afrobarómetro, 2005: 28-29), a ilha de São Vicente (93%) e a cidade da Praia (82%) apareceram como as regiões mais favoráveis à igualdade de direitos entre homens e mulheres. Ao passo que, no interior da ilha de Santiago (24%) e no Fogo (19%), notavam-se as maiores proporções de pessoas que defendiam que “as mulheres deveriam continuar a estar sujeitas às leis e aos costumes tradicionais.” Nota-se ainda que os caboverdianos inquiridos defendiam (80%) que as mulheres deveriam ter iguais oportunidades às dos homens para serem eleitas para os cargos públicos. Novamente, regista-se uma proporção maior em São Vicente (91%), sendo que, em contrapartida, “é no interior de Santiago que se encontra a maior proporção de indivíduos que acham que os homens são melhores dirigentes políticos que as mulheres e por isso devem ser eleitos preferencialmente.”

Isso significa que, embora a sociedade caboverdiana seja sexista e conservadora, há regiões onde as mulheres sujeitam-se mais às leis e aos costumes tradicionais. E mais: isso tem implicações na desigualdade de género no acesso à educação, ao mercado de trabalho, à cultura e ao poder político. Em vinte anos de democracia multipartidária, em Santiago (Praia e interior) nunca houve nenhuma mulher originária

da ilha como candidata à Presidência de Câmara Municipal ou cabeça de lista em eleições legislativas, dois dados que já fazem parte da realidade do facto político da ilha de São Vicente.¹²¹ Em todo o caso, isso não significa que as mulheres de classes privilegiadas da capital (Praia) não se tenham destacado na política.

De facto, o que acontece é que, em boa parte do país, por múltiplas razões que estão inextricavelmente relacionadas às desigualdades geográficas, sociais e culturais, a estrutura do poder exclui as mulheres do acesso aos recursos e ao exercício do poder. Daí mais um motivo para a reinvenção da democracia, com novos espaços de inclusão.

2.2. Recrutamento Legislativo

Em regra, para a eleição das mulheres é inevitável a conquista de três etapas: a vontade pessoal; a escolha dos partidos políticos; o voto do povo (cf. Matland, 2002: 111). A segunda etapa é relevante nesta secção. Trata-se da escolha partidária, uma etapa marcante que se prende com o processo de selecção e ordenação das listas eleitorais. Sendo assim, a proporção de mulheres eleitas dependerá da proporção de mulheres nas listas e do lugar que elas aí ocuparem. É essencial que estejam em lugares elegíveis. Evidentemente, o contexto histórico, político e cultural de cada país e a estrutura, os regulamentos e as normas dos partidos políticos condicionam o processo de selecção e ordenação das listas eleitorais (cf. Matland, 2002: 112).

Em Cabo Verde, para incrementar o número de mulheres nas listas eleitorais, tem registado alguma mobilização política, quer partidária (através da secção feminina do PAICV e do grupo das mulheres do MpD), quer do instituto de igualdade (ICIEG) e das ONGs que trabalham em torno das questões sociais. Trata-se de uma acção em duplo sentido. Primeiro, junto das mulheres aspirantes, no sentido de se tornarem candidatas. Depois, junto dos partidos políticos, no sentido de incluírem mais mulheres

¹²¹ Na ilha de Santiago, apenas duas mulheres ousaram liderar uma lista eleitoral: em 2004, houve uma mulher originária da ilha Brava candidata à Câmara Municipal da Praia; em 2011, houve uma outra mulher cabeça de lista em Santiago Norte. Falta as mulheres originárias da ilha superarem a barreira do primeiro passo.

nas suas listas e de reverem a ordenação das mesmas. Esta pressão foi significativa nas últimas eleições legislativas (2006 e 2011) e autárquicas (2008), tendo emergido uma espécie de *lobby* feminino. Através do ICIEG e da RMPCV, com o apoio de fundos internacionais, realizaram-se debates e encontros com as lideranças partidárias, mas também contactos com mulheres militantes e da sociedade civil para que admitissem uma eventual candidatura. Porém, não obtiveram os resultados desejados, porque tais actividades são realizadas apenas alguns meses antes das eleições, quando as listas já se encontram praticamente preenchidas, principalmente os lugares elegíveis.

Ao adoptarem internamente medidas de discriminação positiva, como as quotas de um terço ou de 30%, os dois maiores partidos políticos caboverdianos reconhecem a existência da desigualdade de género e procuram promover uma participação mais equilibrada. Contudo, a constituição das listas eleitorais tem revelado uma resposta bastante fraca à pressão exercida pelos movimentos das mulheres e às medidas de acção positiva, porque os jogos político-partidários desequilibram a balança a favor dos homens que monopolizam os cargos de liderança nas estruturas partidárias. Nota-se que, nos dois maiores partidos políticos caboverdianos, o protagonismo das mulheres militantes de topo e da base partidária tem sido controlado e subordinado às lideranças masculinas, tanto a nível nacional como regional ou local. Realce-se que, nos dois grandes partidos políticos, os líderes nacionais e os presidentes de todas as comissões políticas regionais são do sexo masculino. Isso se reflecte nos órgãos de poder político, na medida em que os partidos políticos constituem-se como principais vias de acesso ao campo político, sendo que, por imperativos regulamentares, as lideranças partidárias são tais responsáveis pelo processo de elaboração e de ordenação das listas eleitorais.

É por isso que, nos órgãos de eleição, persiste o desequilíbrio na representação de mulheres. Em particular no Parlamento, como já se disse, o número de mulheres é pouco significativo, ainda longe da meta de 30% de parlamentares do sexo feminino, estabelecido pela agenda internacional como o mínimo necessário para criar uma massa crítica de mulheres no poder legislativo. Assim se explica que na passada legislatura, não obstante a paridade de género em pastas ministeriais, se tenha colocado uma outra

questão que se prendia propriamente com a proporção de mulheres no Parlamento, insuficiente sequer para fazer valer uma decisão como a lei contra a violência de género. Como tal, foi imprescindível muito trabalho nos bastidores e o estabelecimento de alianças entre as parlamentares, mas sobretudo entre os dois maiores partidos políticos caboverdianos que dominam a arena política nacional. Nesta nova legislatura, será novamente necessário o estabelecimento de alianças para a aprovação da lei da paridade. Portanto, a proporção de mulheres no Parlamento é ainda pouco expressiva e sem autonomia para aprovar qualquer iniciativa legislativa.

Diante disso, a interrogação crucial que se coloca é a seguinte: como se poderá incrementar a participação política das mulheres nas eleições legislativas? Por exemplo, com base no novo Código Eleitoral, a eleição de mulheres seria muito mais difícil em alguns círculos eleitorais. Por isso, os partidos políticos teriam de encontrar estratégias para evitar os reduzidos níveis de eleição das mulheres. Cientes disso, a RMPCV e as secções e grupos de mulheres dos diferentes partidos políticos, bem como o ICIEG e os movimentos das mulheres, desencadearam a referida onda de pressão para melhorar o posicionamento das mulheres nas listas. Contudo, não houve uma consciencialização para a aceitação do género como um dos critérios de recrutamento legislativo. Assim, para incrementar a representação política feminina, tudo indica que serão necessários:

- Remover eventuais entraves jurídico-políticos que suscitam dúvidas quanto à legalidade de uma medida legislativa para a efectivação do princípio de igualdade e participação equilibrada de ambos os sexos.
- Instaurar a lei da paridade, para promover a igualdade de participação, nas esferas pública e privada da vida e da tomada de decisões.
- Reformar o sistema eleitoral, com a lei da paridade. Se for o caso, reconhecer na Constituição o dever do Estado promover a efectiva paridade.
- Estabelecer e publicitar critérios de recrutamento para os cargos públicos e políticos, sendo necessário reconhecer o género como critério de selecção.

- Alargar as bases de recrutamento político.
- Descentrar os mecanismos estatais e as acções de promoção da igualdade de género.
- Melhorar a condição económica, social, cultural e familiar das mulheres.
- Promover o protagonismo político das mulheres de diversas regiões e classes sociais, sobretudo com o reforço da presença das mesmas nas organizações partidárias, nas associações e nos cargos de liderança locais e nacionais.
- Fortalecer os movimentos sociais das mulheres e a sociedade civil em geral para o exercício da cidadania em diversas instâncias participativas.

Depois desta abordagem das barreiras institucionais e do reconhecimento de desigualdades na participação política e na participação política das mulheres, passa-se à abordagem das implicações e os efeitos eleitorais da aplicação de uma eventual lei da paridade, tendo como base de análise as eleições legislativas de 2011.

2.3. A Prospectiva da Paridade de Homens e Mulheres nas Candidaturas

Perante a percepção generalizada de que subsistem ainda obstáculos formais à participação feminina, assiste-se a uma politização de mecanismos para incrementar a representação descritiva das mulheres na estrutura do poder (tabela IV). Em certo sentido, existem opiniões bastante favoráveis às quotas ou à paridade, argumentando que uma medida legislativa servirá fortemente de incentivo para se corrigir a situação de disparidade e acelerar o processo de mudança do sistema de representação, bem como do processo de transformação social e ruptura com as estruturas conservadoras e patriarcais predominantes (Ents. 35, 40, 42, 51 e 56). No conjunto destas opiniões, uma fundamenta-se no ordenamento jurídico, garantindo que não é necessário nenhuma revisão constitucional para a aprovação no Parlamento de disposições legais para exigir uma representação mínima de cada sexo. Sendo assim, a questão foi

remetida para o âmbito político e das lutas pelo poder (Ents. 51 e 56). É de salientar que, algumas opiniões incidem sobre o processo eleitoral, indagando o processo de ordenação das listas, que reforça a prevalência do hiato entre a proporção de mulheres candidatas e a percentagem daquelas que são efectivamente eleitas (Ents. 6 e 12).

Num sentido oposto, ainda que reconhecendo a sub-representação política das mulheres, em particular nos órgãos electivos, algumas pessoas entrevistadas rejeitam qualquer medida legislativa, invocando diferentes razões de ordem moral e de repúdio à menoração social das mulheres, mas também, em consonância, reforçam a ideia da necessidade de inclusão das mulheres no poder por mérito, e não por quotas ou outras disposições legais (Ents. 1, 3, 4 e 53). Nesta senda, evoca-se a presumível artificialidade, os efeitos perversos e a possibilidade de manipulação política que se colocam neste processo de gestão burocrático-administrativo das candidaturas e carreiras políticas (Ents. 8 e 23). Uma outra referência, no conjunto destas opiniões, deve-se à situação social das mulheres, invocando vagamente alguns sentidos de mudança social e cultural que resultariam numa redução gradual da desigualdade de participação (Ent. 59).

No que se concerte às lideranças dos dois maiores partidos políticos, ambos são favoráveis à adopção de disposições legislativas para combater a baixa percentagem de elementos femininos nos órgãos de poder, em particular nos cargos electivos (Ents. 28 e 29). Embora a ideologia partidária tende a condicionar a reacção das pessoas quanto à questão em causa, verifica-se ainda que, entre homens e mulheres das duas formações políticas (PAICV e MpD), encontram-se diversos posicionamentos que apoiam e que manifestam reservas relativamente à imposição de quotas ou de uma lei da paridade, o que configura um quadro geral de grandes ambivalências. Significa, portanto, que não existe uma correlação entre a filiação ideológica e o posicionamento relativamente às disposições legislativas para acelerar a transformação em curso. Contudo, observando minuciosamente as diferentes reacções, verifica-se que as reacções mais alérgicas a tais medidas são precisamente das mulheres, manifestando um desconforto com as acções positivas, em razão do sexo. Mas, em termos genéricos, as opiniões evidenciam o facto das mulheres continuem ainda à sombra das instituições patriarcais (ex: Ents. 3 e 23).

Tabela IV.

Perspectivas sobre as Quotas ou a Lei da Paridade: Algumas Controvérsias

argumentos contra	argumentos a favor
«As quotas são como uma dádiva, como se não tivéssemos a possibilidade, o poder e a força de conquistar o poder.» (Ent. 1, M-Dep., PAICV [Praia 2006])	«Não é preciso fazer nenhuma revisão da Constituição. É uma questão de vontade política de se apresentar uma lei e ela ser aprovada no Parlamento.» (Ent. 51, H-Lid. Partidária, PAICV [Praia 2009])
«Eu acho que os homens que estão nos lugares de decisão já têm essa sensibilidade suficiente que não valeria a pena [o estabelecimento de quotas]. Eu não sou a favor das quotas. Dá-me a impressão de ser uma coisa forçada.» (Ent. 3, M-Dep./Autarca, PAICV [Praia 2006])	«Quando as estruturas estão muito instaladas e a tendência é de excessiva concentração das decisões políticas nas mãos dos homens, as medidas podem ter um impacto muito grande.» (Ent. 9, M-Ministra, PAICV [Praia 2006])
«Como se as mulheres merecessem uma protecção especial. Eu acho que não é bem por aí, que as pessoas devem correr atrás do que querem, independentemente, de terem alguma reserva especial. É mais nesse sentido.» (Ent. 4, M-Dep., MpD [Praia 2006])	«No nosso país, em alguns concelhos, quando fazem listas ainda só aparecem homens. O primeiro olhar vai para os homens, independentemente de serem competentes ou não. E à mulher, exige-se muito mais. Eu estou de acordo que se exija, que as mulheres devem ter uma prestação de qualidade. Mas isso também deve ser exigido aos homens.» (Ent. 12, M-Ministra, MpD [Praia 2006])
«Muitas vezes, levam-se as mulheres a participarem na vida política apenas para preencherem quotas. Não se procura qualidade ou competências.» (Ent. 8, M-Ministra, MpD [Praia 2006])	«Quando as coisas não marcham, temos de as forçar. É preciso forçar. E, depois, quando se tornar numa realidade do dia-a-dia, vai desaparecer.» (Ent. 27, H-Lid. Partidária, PAICV [Praia 2006])
«Às vezes, é preciso forçar, um bocadinho, as coisas. Mas não me sinto muito confortável para lidar com isso.» (Ent. 17, M-Autarca, Independente [Mindelo 2006])	«No MpD, propus quotas. Eu sou favorável à existência de quotas, precisamente porque as quotas já resultaram nos países nórdicos, que hoje não precisam de quotas.» (Ent. 28, H-Lid. Partidária, MpD [Praia 2006])
«Acho que são discriminatórias. Mas dado que, se nós não tivermos isso, a gente não vai conseguir avançar, acho que é uma [medida] discriminatória aceitável.» (Ent. 21, M-Autarca, MpD [Praia 2006])	«Se nós esperarmos que tudo se passe através de um processo com o seu ritmo normal de andamento, acho que nem num século, nem no próximo milénio.» (Ent. 35, M-Org./Ministra, PAICV [Praia 2006])
«Não é uma participação voluntária. Sendo assim, não vão as melhores. Sendo uma participação imposta, geralmente recai sobre as que os homens querem.» (Ent. 23, M-Autarca, MpD [Calheta S. Miguel 2006])	«Como um instrumento temporário, que é o que se deseja, é uma das soluções viáveis para haver um maior equilíbrio nas representações.» (Ent. 33, M-Org. [Praia 2006])
«Eu acho que as mulheres devem impor-se, de facto, no seu trabalho pela sua competência, pelo seu esforço e não por qualquer obrigação de tipo legislativo ou de tipo administrativo. Não sou favorável à questão das quotas.» (Ent. 41, M-Ministra, PAICV [Praia 2009])	«É um incentivo para se corrigir o desequilíbrio. Estamos a vir de uma situação desequilibrada, onde a percepção e a presença na política era masculina. É preciso instrumentos para se corrigir tal situação, e o estabelecimento de quotas funciona como um dos instrumentos.» (Ent. 40, M-Ministra, PAICV [Praia 2006])
«Eu não acho que é valorizante as mulheres entrarem por quota. As mulheres devem conquistar os cargos, pelo valor individual, pela sensibilidade de género, pelo facto de acrescentar. Seria uma intenção piedosa. Não concordo com as quotas.» (Ent. 53, H-Historiador [Praia 2008])	«A quota é a porta de entrada para muitas mulheres. A porta de entrada não é facilmente aberta. E as mulheres não têm militância política em termos de tempo que os homens têm, porque antigamente o espaço político era um espaço reservado exclusivamente ao sexo masculino.» (Ent. 42, M-Deputada, PAICV [Praia 2009])
«Devemos é defender para que se melhore todo o clima da participação da mulher, do que [insistir] nas quotas.» (Ent. 15, M-Autarca, MpD [Mindelo 2006])	«Devemos ter uma lei da paridade.» (Ent. 29, H-Lid. Partidária, PAICV [Praia 2010])
«Não estou a ver que a quantidade de mulheres a esse nível traz uma sensibilidade particular e um comprometimento particular com a questão da mulher no sentido amplo.» (Ent. 60, M-Historiadora [Praia 2009])	«É necessário, se quisermos que as mulheres estejam em lugares elegíveis [...]. A ideia é levarmos a sociedade a ver a necessidade de ter mulheres nesses cargos.» (Ent. 6, M-Deputada, MpD [Praia 2010])
«Eu tenho muitas reservas em relação ao tipo de medida de quotas... Eu não creio que Cabo Verde tenha... Quer dizer, nós estamos numa dinâmica de evento social e cultural que vai levar de forma natural e de forma justa a representação de género, que se vai resolver progressivamente. Não falo de um destino, mas falo daquilo que vocês gostam de falar: de dinâmicas dos processos sociais.» (Ent. 59, H-Jurista [Praia 2009])	«O machismo existe, porque há uma luta para o poder. Os homens quererão sempre estar numa posição de mando, de domínio, em qualquer área, dado que isso constitui uma construção social um pouco antiga, tradicional. As quotas contribuem para um recuo no posicionamento tradicional-machista no espaço político; dá possibilidade, e abre, digamos, vias de participação das mulheres.» (Ent. 56, H-Politólogo [Praia 2008])

As pessoas defensoras da «causa do género» pretendem avançar com a lei da paridade, para promover a partilha sexual do poder e a igualdade de participação em todos os órgãos e processos de decisão. Ou seja, exige-se agora a paridade tanto nas funções electivas como nos cargos públicos de nomeação política e concurso público. Fala-se no estabelecimento do limiar mínimo de 33,3% (ou 40%) para os elementos do mesmo sexo. De qualquer forma, no caso das funções electivas, o debate político não se pode negligenciar as implicações do sistema eleitoral na eleição das mulheres, em relação ao tipo de eleição em causa: legislativas, presidenciais e municipais.

Particularmente para as eleições legislativas, considerando a actual configuração dos círculos eleitorais e as particularidades das culturas locais, os dados do último acto eleitoral (Legislativas 2011) demonstram que, para uma feminização do Parlamento, é necessário considerar *a dimensão dos círculos eleitorais* e admitir *normas sobre a ordenação dos elementos dos dois sexos nas listas de candidatura*, de modo a garantir resultados desejáveis. Assim, pode ser instaurada *a paridade para listas partidárias fechadas em círculos plurinominais*.

Tabela V.
Paridade das Candidaturas

	Cenário α (33,3%)	Cenário β (40%)
<i>Limiar Mínimo</i>	Incluir pelo menos 33,3% de elementos do mesmo sexo.	Incluir pelo menos 40% de elementos do mesmo sexo (salvo os círculos com três mandatos, cujo mínimo é de 33,3%).
<i>Normas de Ordenação</i>	Não conter mais de dois elementos do mesmo sexo colocados, consecutivamente, na ordenação da lista.	Incluir os elementos dos dois sexos, alternadamente, na ordenação da lista, pelo menos até ao limiar mínimo (salvo os círculos com três mandatos, cujo mínimo é de 33,3%).
<i>Círculos Eleitorais Pequenos</i>	Incluir pelo menos 33,3% de elementos do mesmo sexo como cabeças de lista, no conjunto dos círculos eleitorais pequenos (com 2 a 5 mandatos).	Incluir pelo menos 40% de elementos do mesmo sexo como cabeças de lista, no conjunto dos círculos eleitorais pequenos (com 2 a 5 mandatos).

Nota: Proposta da autora.

A proposta acima (tabela V) aborda algumas questões, sobretudo para não se circunscrever à perspectiva de género, mas também inclui à diferença geográfica, no sentido de abarcar homens e mulheres de todos os círculos eleitorais do território nacional e da diáspora. Evidentemente, a *paridade dos candidatos* – como mais uma das

condições de admissibilidade das candidaturas ou com penalizações no financiamento dos partidos – é menos rigorosa do que a *paridade dos eleitos* mas, ainda assim, tem impacto ao nível dos resultados eleitorais.

As projecções (tabelas VI e VI.a) revelam que uma medida legislativa, impondo um limiar mínimo de 33,3% ou 40%, provocaria alterações significativas no mapa dos resultados eleitorais, quer a nível partidário, quer a nível institucional. Registaria um incremento da representação política das mulheres, o que teria um grande impacto no exercício da própria função parlamentar das mulheres. Porque, uma maior proporção de mulheres no poder legislativo, implicaria que estas fossem levadas a sério na tomada de decisões – tanto nas respectivas bancadas parlamentares como no conjunto dos membros do Parlamento – e na votação de temas centrais das esferas pública e privada.

Tabela VI.

Eleitas, segundo as Forças Políticas e os Círculos Eleitorais (projecções)

Círculos	Resultados 2011		Cenário α (33,3%)		Cenário β (40%)	
CE Peq.	3	13,6%	7	31,8%	10	45,4%
PAICV	1	9,9%	4	36,3%	5	45,4%
MpD	2	18,1%	3	27,2%	5	45,4%
Sto. Antão	1	16,6%	2	33,3%	2	33,3%
PAICV	0	0,0%	HHM	33,3%	HMH	33,3%
MpD	1	33,3%	HHM	33,3%	HMH	33,3%
Santiago N	3	21,4%	4	28,5%	6	42,8
PAICV	2	25,0%	HHMHMM HH	25,0%	HHMHMM HH	37,5%
MpD	1	16,6%	HHMHMM	33,3%	HHMHMM	50,0%
Santiago S	5	26,3%	7	36,8%	8	42,1%
PAICV	2	18,1%	HHMHMMH MHMM	36,3%	HHMHMMH MHMM	36,3%
MpD	3	37,5%	HHMHMMH MH	37,5%	HHMHMMH HM	50%
S. Vicente	3	27,2%	3	27,2%	6	54,5%
PAICV	2	40,0%	MHHMH	40,0%	MHHMH	60,0%
MpD	1	25,0%	HHMH	25,0%	HHMH	50%
UCID	0	0,0%	HH	0,0%	HM	50%
Nacional	15	20,8%	23	31,9%	32	44,4%
PAICV	7	18,4%	13	35,1%	16	43,2%
MpD	8	25,0%	10	30,3%	15	45,4%
UCID	0	0,0%	0	0,0%	1	50%

Nota: a) utilizou-se os dados das listas e dos resultados eleitorais das legislativas de 2011; b) fez-se algumas correcções pontuais quanto à proporção mínima e ao posicionamento dos elementos, a partir dos cabeças de lista.

Santiago N: para o limiar mínimo de 40%, alternar até ao n.º 6.

Santiago S: para o limiar mínimo de 40%, alternar até ao n.º 8.

São Vicente: para o limiar mínimo de 40%, alternar até ao n.º 5.

Tabela VI.a

Candidatas e Eleitas, segundo as Forças Políticas e os Círculos Pequenos (projeções)

Círculos	Resultados 2011		Listas/Resultados Cenário α (33,3%)		Listas/Resultados Cenário β (40%)	
S. Nicolau	0	0,0%		50%		50%
PAICV	0	0,0%	HM	H	HM	H
MpD	0	0,0%	MH	M	MH	M
Boavista	0	0,0%		0,0%		50%
PAICV	0	0,0%	HM	H	HM	H
MpD	0	0,0%	HM	H	MH	M
Maio	1	50,0%		100%		100%
PAICV	0	0,0%	MH	M	MH	M
MpD	1	100%	MH	M	MH	M
Brava	0	0,0%		0,0%		0,0%
PAICV	0	0,0%	HM	H	HM	H
MpD	0	0,0%	HM	H	HM	H
América	0	0,0%		0,0%		0,0%
PAICV	0	0,0%	HM	H	HM	H
MpD	0	0,0%	HM	H	HM	H
África	0	0,0%		50%		50%
PAICV	0	0,0%	MH	M	MH	M
MpD	0	0,0%	HM	H	HM	H
Europa e...	0	0,0%		0,0%		0,0%
PAICV	0	0,0%	HM	H	MM	M
MpD	0	0,0%	HM	H	HM	H
Sal	1	33,3%		66,6%		66,6%
PAICV	0	0,0%	MHM	M	MHM	M
MpD	1	50,0%	MHH	MH	MHH	MH
Fogo	1	20%		20%		20%
PAICV	1	33,3%	HHMMH	HHM	HMHMH	HMH
MpD	0	0,0%	HHMHH	HH	HMHMH	HM
CE Peq.	3	13,6%	7	31,8%	10	45,4%
<i>PAICV</i>	<i>1</i>	<i>9,9%</i>	<i>4</i>	<i>36,3%</i>	<i>5</i>	<i>45,4%</i>
<i>MpD</i>	<i>2</i>	<i>18,1%</i>	<i>3</i>	<i>27,2%</i>	<i>5</i>	<i>45,4%</i>

Nota: a) a distribuição da proporção mínima de cabeças de lista foi aleatória.
Limiar mínimo de 33,3% «-» 3 cabeças de lista.
Limiar mínimo de 40% «-» 4 cabeças de lista.

Quanto à proporção das mulheres eleitas, em função da dimensão dos círculos eleitorais, as projeções permitem tirar as seguintes ilações:

- Em ambos os cenários, a cláusula relativa à proporção mínima de elementos do mesmo sexo como cabeças de lista, no conjunto dos círculos eleitorais pequenos, teria efeitos significativos na eleição das mulheres, mantendo a sua proporção similar à dos círculos grandes.

- Para o limiar mínimo de 33,3%, nos círculos grandes, quanto maior fosse a dimensão do círculo maior seria a proporção de mulheres eleitas: Santiago Sul (36,8%), Santiago Norte (28,5%) e São Vicente (27,2%). Contudo, com o limiar mínimo de 40%, São Vicente (54,5%) obteria melhores resultados: o PAICV conquistaria aí maior número de mandatos no feminino; o MpD alcançaria a paridade; a UCID teria finalmente uma representação feminina no Parlamento (1H/1M). Isso significa assim que a ilha de São Vicente teria o melhor resultado nacional, ultrapassando largamente a taxa de feminização da ilha de Santiago (42,4%).
- No que concerne aos partidos políticos, a UCID teria representação paritária no Parlamento mas apenas no caso do limiar mínimo de 40%. Relativamente aos dois maiores partidos políticos, os dados demonstram que, no cenário β , haveria igual proporção de mulheres. No cenário α , o PAICV teria sempre a melhor representação feminina parlamentar.

Efectivamente, o problema da participação desigual de homens e mulheres na estrutura do poder deve-se grandemente às armadilhas técnicas eleitorais, de modo que deve ser equacionada no quadro dos procedimentos e mecanismos institucionais. Isso talvez seja a primeira fase para uma assembleia democrática e paritária. Uma vez que a democracia caboverdiana requer que as interacções sociais sejam governadas por normas, instituições e práticas democráticas, torna-se fundamental dar este primeiro passo, para permitir que os homens e as mulheres sejam parceiros na esfera pública.

3. A ORDEM CULTURAL: MULHERES, FAMÍLIA E PODER LOCAL

Desde a sua origem, a tradição cultural e institucional caboverdiana estriba-se na desigualdade social, particularmente entre homens e mulheres, conforme já foi referido nos capítulos precedentes. À luz da religiosidade católica dominante, as mulheres têm sido remetidas para as margens dos processos e projectos políticos nacionais, sendo

sistematicamente condicionadas no acesso às informações, tecnologias e recursos que lhes permitam alcançar a igualdade de participação na estrutura do poder política, em particular nas funções electivas. Por isso mesmo, sobressaem cinco grandes factores explicativos da desigualdade de participação de género, em particular nos processos eleitorais:

- Sistema partidário (o bipartidarismo político, a masculinização das lideranças partidárias e a organização das actividades partidárias).
- Sistema eleitoral (a dimensão dos círculos eleitorais, a inexistência da lei da paridade e a ineficácia das quotas partidárias).
- Discursos e as práticas culturais e sociais negativas contra as mulheres (uma menor socialização das mulheres para a vida política e uma menor aceitação e valorização social das mulheres).
- Desigualdades no trabalho (a menor especialização profissional, as relações de trabalho e a maior dificuldade em conciliar a família e o trabalho).
- Atribuição deferencial de responsabilidades familiares, com sobrecarga para as mulheres.

Portanto, é importante questionar conjuntamente as desigualdades de género, sociais e geográficas que condicionam a cidadania das mulheres, pois parece que, antes de se auto-excluírem do campo estritamente político, são discriminadas na aquisição de informações e recursos necessários para alcançarem a igualdade de participação e de acesso aos lugares de responsabilidade política. Em todo o caso, algumas começaram a quebrar as barreiras no acesso ao poder. Ainda assim, permanecem diferenças quanto ao seu perfil político.

Por exemplo, no que se refere ao acesso às instâncias decisórias pelas mulheres, uma constatação importante prende-se com o elitismo governamental e o populismo municipal. Em particular, considerando a família de origem e a vida familiar, verifica-se que, para os processos de nomeação política, «ser de família» poderá facilitar o acesso

ao topo da hierarquia funcional; para os processos electivos, «ter família» poderá dificultar o acesso às bases. Esta constatação deve-se ao facto de que as duas mulheres políticas, na altura da sua própria eleição como lideranças políticas municipais, viviam sozinhas (divorciada e solteira). Para as mulheres, não tanto a própria condição de «mãe-solteira», mas o casamento poderá constituir um obstáculo na conquista de votos, devido à limitação do tempo dedicado na actividade política. Uma outra explicação diz respeito à sacralização cultural e ao controlo moral e psicológico das relações sociais e pessoais das mulheres casadas, o que condiciona fortemente a sua *performance*, junto às bases e nas estruturas partidárias. Para melhor apreender a desigualdade na participação política, esta secção incide sobre o perfil de liderança de duas mulheres políticas, candidatas e eleitas a nível do órgão máximo municipal (Câmara Municipal).

3.1. Jogos de Poder: A Vontade Inabalável das Mulheres

a) Uma Insubmissa Sem Papas na Língua

Falar de mulheres presidentes não é comum em Cabo Verde. Só em 2004 é que o país conheceu a primeira mulher eleita para a chefia de um órgão máximo municipal, tendo contado com o apoio do MpD.¹²² Então, chegou-se logo à conclusão de que, afinal, também era possível a liderança feminina num processo eleitoral competitivo e, por conseguinte, a eleição de uma mulher-presidente. Entretanto, começaram a surgir especulações e expectativas à volta da sua capacidade de administração autárquica. Sem

¹²² I.G. nasceu em São Vicente, a 22 de Fevereiro de 1944. Mãe de quatro filhos, divorciada e chefe de família. Apareceu, pela primeira vez, na cena nacional como primeira mulher e única Deputada da Nação, entre 1975 e 1980, depois de ter participado na luta clandestina pela independência. Trabalhou tanto no Mindelo como na Praia, tendo sido Directora da Farmácia do Hospital de São Vicente e Directora do Laboratório Nacional de Produção de Medicamentos. Desvinculou-se do PAIGC/CV, por questões pessoais. Empresária, desde 1972. Tornou-se proprietária de uma farmácia, com um laboratório anexo. Também ela foi a primeira empresária de sucesso, tendo sido membro fundador e Presidente da Associação de Mulheres Empresárias de Cabo Verde. Em 2000, através de um movimento independente colorido e chamado de «arco-íris» (MAISV), apoiado pelo MpD, candidatou-se à Presidência da Câmara Municipal de São Vicente, tendo como principal adversário o carismático O.S. (ATS), mas fez-se eleger apenas como vereadora; em 2004, rerepresentou-se como candidata do MpD, tendo derrotado os seus adversários, nomeadamente o deputado M.M. (PAICV); em 2008, candidatou-se para a sua reeleição, tendo derrotado três grandes candidatos (O.S., Ex-Presidente da Câmara Municipal de São Vicente, com o apoio do PAICV; G.R., Ex-Primeiro Ministro, candidato independente; A.M., líder da UCID).

demora, numa entrevista ao jornal *Asemana* (26 de Março de 2004), a própria tratou de esclarecer com orgulho: “Vou gerir a Câmara como governo a minha vida e os meus negócios. Sou uma mulher assumida, uma empresária de sucesso e me fiz sozinha. Mas acho que todas as forças políticas vão estar comigo, porque têm o dever de dar uma lição positiva de democracia.” Na ocasião, também ela asseverou num tom autoritário: “Se achar que alguém está a me emperrar intencionalmente por questões banais, sou mulher para vir publicamente dizer que não estou a conseguir gerir São Vicente por questões de mediocridade.” Por fim, já num tom de compromisso social com as outras mulheres, assegurou com convicção: “Vou desafiar o governo para que elabore o seu primeiro plano de combate à violência doméstica.” No mesmo jornal, o editor realçava esta vitória histórica, numa “ilha com o peso de São Vicente”, concluindo portanto que “a sua persistência pessoal e coragem política foram agora premiadas, ainda que por uma estreitíssima margem de votos.” Na verdade, para chegar às bases, sobressaía-se ainda a ideia de que era preciso a carnavalização da política. E ela não se importava.

Tratava-se, efectivamente, de uma mulher extremamente invulgar: divorciada, mãe, empresária, activista pela causa feminina e mulher política. Uma mulher confiante em si, o que se reflectia na maneira como era acolhida no mundo político masculino e masculinizado. A fama alcançada, enquanto uma mulher independente e bem-sucedida, ultrapassava a fronteira do universo cultural cosmopolita e peculiar da segunda ilha mais importante do arquipélago (São Vicente), sobrepondo-se por vezes às críticas e aos preconceitos sexistas e sexuais da cultura dominante.

Numa entrevista pessoal para esta tese, ao recordar a sua trajectória política, ela não hesitou em falar da crise académica de 1969 e do ambiente geral da época quando estudou em Coimbra, tendo então integrado o núcleo de clandestinidade, que também tinha as suas raízes nesta cidade. De igual modo, ressaltou que a sua vitória eleitoral foi na segunda tentativa, uma vez que antes tinha-se candidatado como independente mas conseguira eleger apenas alguns vereadores para a CM e alguns «deputados» para a AM.

Comecei a militar no PAIGC, nos anos 1969/1970, na clandestinidade, necessariamente. Licenciiei-me, em 1970. Em 1970, vim para São Vicente. E continuei ainda na clandestinidade. Com o 25 de Abril, as condições para o trabalho [político] alteraram-se, um bocadinho, porque mudámos da clandestinidade para uma

frente mais ampla. E, pronto, participei na luta política pela independência [de Cabo Verde], em tudo o que fossem manifestações de denúncia, de repúdio e de movimentação à volta da independência de Cabo Verde [...]. Fui a primeira mulher Deputada [na I Legislatura] e, nessa altura, era a única. Estive no Parlamento durante cinco anos. Devo dizer que foi uma experiência muito interessante [...]. Uma única mulher no meio de homens... Mas, pronto, desempenhei o meu papel. Na altura, não era muito normal falar-se de género e desenvolvimento. E, aí, todas as vezes, que se fazia qualquer comentário/apreciação em relação às mulheres havia sempre uma certa contenção da parte dos Deputados. Era normal. Mas, como eu disse, foi uma experiência positiva. Tive um percurso no PAIGC/CV até 1981. Depois deixei as fileiras do partido [...]. [Depois,] eu estive mais ligada ao movimento associativo [...]. Há dois anos, entrei num novo partido que é o MpD. Já, em 1981, eu sentia falta dessa democracia. Mas acho que falei muito cedo, porque [...] não estava nos seus horizontes, tão cedo, fazer a abertura democrática, que só veio a acontecer nos anos de 1990 [...]. Com a abertura para o sistema multipartidário, [novas] oportunidades foram criadas para a sociedade, de maneira geral, mas nomeadamente às mulheres [...]. Com o advento da democracia, não só a mulher sentiu que também havia um outro espaço (muito maior) onde ela podia também dar a sua participação, como também houve toda uma movimentação... [...] Aí começaram a aparecer muitas mulheres ministras, etc.

[...] Ganhei na segunda vez, já tinha participado como independente. Nessa altura, não ganhei. Mas foi uma experiência extremamente positiva. Consegui ainda introduzir na Câmara três vereadores e seis Deputados. Embora não tendo pelouro, fiquei a dar a minha contribuição. Acho que foi a melhor experiência que tive, porque à segunda, praticamente, já conhecia a casa, já conhecia o circuito. E, neste momento, estou no segundo ano do meu mandato. Penso que, pelo menos dos estudos e da percepção que eu tenho da população, o grau de satisfação é razoável. (Ent. 15, M-Autarca, MpD [Mindelo 2006])

Em termos de uma auto-avaliação, ela manifestou a sua convicção no trabalho realizado, afirmando não se sentir discriminada na estrutura do poder.

Consegui provar e consegui fazer as outras mulheres entenderem que a política não está reservada aos homens. Tem sido uma participação mesmo muito boa. Em nenhum momento, eu tenho sentido [como sendo] discriminada em relação à participação. Penso que isso advém, essencialmente, da capacidade que a pessoa tem para a intervenção. Aí temos é que fazer um esforço, de facto, para melhorar a nossa capacidade de leitura de informação, para que as nossas posições sejam mais convictas possíveis e melhor alicerçadas. Felizmente, em Cabo Verde, neste momento, já sentimos que essa participação está, a cada dia, a aumentar, não obstante eu ser a única mulher autarca [Presidente de Câmara Municipal]. Mas houve outras também que se candidataram. Já tive oportunidade de dizer às mulheres para, quando apareçam nas listas, escolherem sítios elegíveis, porque houve muitas mulheres que fizeram parte das listas (quer nos partidos, quer nos grupos independentes), mas como, às vezes, não exigem lugares de destaque (lugares elegíveis) e, quando há muitos candidatos, a probabilidade de aparecerem em lugares de destaque são menores. Eu penso que, o facto de termos a nossa vida familiar e as nossas outras ocupações, quando entrarmos na política, não deve ser uma limitação [...]. Que entremos sempre em posições de destaque, para que as possibilidades de eleição e de participação sejam, cada dia, maiores. A minha experiência é muito positiva. Mesmo muito positiva. Eu tenho merecido um destaque muito favorável, nomeadamente a nível internacional. Eu já fui eleita autarca do ano [...]. Isso reflecte um desempenho positivo e dá-me também responsabilidade para melhorar, cada dia mais. Neste momento, estou numa reflectir sobre aquilo que já fiz e tentar melhorar, porque São Vicente precisa e a população espera muito de mim. (Ent. 15, M-Autarca, MpD [Mindelo 2006])

Também evidenciou a sua percepção da forma como as mulheres são remetidas para lugares com pouca probabilidade de eleição, manifestando uma satisfação com a maior participação das mesmas nos processos eleitorais. Tratava-se de uma mulher, que encarando os desafios e embaraços profissionais, políticos e eleitorais, ia insistindo no direito de se afirmar na vida política. Com ousadia, sem temer nem a violência discursiva das campanhas nem o recurso à mesma linguagem e virulência nos ataques aos adversários (tanto homens como mulheres), conquistou o direito a ser ela própria na sua totalidade, com os seus excessos e as suas fraquezas, a sua exuberância e a sua excentricidade, os modos de estar e o estilo da linguagem libertina. Não obstante as polémicas e os envolvimento em escândalos administrativos e judiciais, ela tornou-se, sem sombra de dúvida, uma das mulheres políticas caboverdianas que, enquanto esteve na política activa, mais se fez ouvir dentro e fora do arquipélago, quer pelo seu desafio à imagem tradicional de mulher submissa, quer pela virulência e provocação discursiva em contexto de campanha e outras actividades políticas.

Uma mulher que suscita reacções de indignação e fascínio. Entre risos e estima, recorda-se que, em 2008, na sequência da sua extraordinária reeleição para a Câmara Municipal de São Vicente, contra três candidatos-homens, a própria teria dito em directo para a televisão nacional: – “Eu sou a única mulher de Cabo Verde que ficou por cima de três homens.”
[...] Na Praia, quando falo dela com pessoas da classe política, dizem-me que: – “ela só podia ser eleita em São Vicente, uma ilha permissiva à sua ‘maneira de ser e estar’. Se fosse em Santiago, em qualquer concelho, ela não teria nenhuma ‘chance’, porque aqui as pessoas não gostam de ‘mulheres assim’. No Mindelo, gostam de carnaval e de teatro. Por isso, ela foi eleita. O povo diverte-se com as coisas que ela diz. Aqui não! Aqui é diferente!” (Diário de Campo, 4 Fev. 11)

Entretanto, a sua postura política era contestada severamente, atingindo o auge da contestação em 2008, quando tornou-se a primeira mulher a se disponibilizar para uma eventual candidatura à Presidência da República de Cabo Verde. Nessa altura, não faltaram vozes a denunciar que ela não tinha uma postura presidencial, sendo assim desajustada para tão elevada função de chefe de Estado. Pouco tempo depois, viria a sucumbir-se entre processos judiciais, desgaste político e problemas psicológicos. E, por isso mesmo, por decisão pessoal, teve-se de se retirar da vida política activa.

b) Outro Modelo Feminino: Entre o Conformismo e a Contestação

Se no primeiro caso a mulher em causa era marcada pelo desejo de liberdade pessoal e sexual, esta figura política¹²³ é marcada pelo estigma da condição de mãe e solteira, curiosamente num contexto social e histórico onde não existe conto de fada, com o tal final de que «viveram felizes para sempre». Trata-se de um arquipélago onde, desde os primórdios da colonização, a mãe-solteira ficou «consagrada como realidade sociológica». Mas, ainda assim, o reconhecimento social das mulheres depende, em larga medida, da sua posição em relação ao homem, e isso é transversal às diferentes classes sociais. De modo que, é de fundamental importância analisar esta figura política a partir da sua trajectória pessoal, familiar, social, cultural, profissional e política.

Entre 1991 e 2001, ela trabalhou como quadro da administração pública, tendo sido desde assessora à directora de gabinete de vários membros do Governo, nessa altura em que o MpD estava no poder. Contudo, não se tornou militante desse partido, porque, conforme afirma, defendeu sempre uma política de esquerda. Por isso, depois, aderiu ao PAICV, mas inicialmente sem se tornar militante.

Directora de Gabinete de membros do Governo é um lugar de muita confiança. Você tem que ser cúmplice de muitas tomadas de decisões. Partilhei de muitas coisas com as quais não concordava e fiz parte de muitas coisas com as quais não concordava. Mas sempre eu exigi um despacho escrito, de forma a que eu executasse uma instrução superior. Como Directora de Gabinete, eu tinha alguma [capacidade de] decisão. Mas, como assessora, eu não tinha nenhuma capacidade de decisão. Portanto, eu executava, no fundo [...]. Eu, nessa altura, não participava nas eleições. Salvo, em 199[1], nas primeiras eleições democráticas, em termos do poder local, em que fiz campanha para um candidato [...] (eu pertencia à lista) independente para o Paul. O candidato que apoiei ganhou as eleições [...].

Eu já estava a trabalhar com o PAICV, como Secretária do Conselho de Ministros, onde tinha toda a espécie de informações. Portanto, eu estava no coração do Governo. E aí, conscientemente, eu senti que [o PAICV] era o partido que, realmente, partilhava da minha ideologia. E era o Governo cujas políticas iam ao encontro das minhas expectativas. Como Secretária do Conselho de Ministros, eu era a única pessoa, para além do elenco governamental, que assistia aos Conselhos de Ministros. Eu elaborava as actas [...].

Eu fui Secretária do Conselho de Ministros até 2002. Pedi para sair, porque era um trabalho penoso [...]. Fui trabalhar com o Ministro do Trabalho e Solidariedade (o Dr. Júlio Correia), como Directora de Gabinete desse Ministro. Trabalhando com ele, vendo as políticas de solidariedade (como sabe a política de esquerda tem um rosto humano, é mais dada à solidariedade, à acção social e eu acho que tenho muita afectividade por esta área),

¹²³ V.A. nasceu no Paul, ilha de Santo Antão, a 29 de Setembro de 1962. Mãe de um rapaz. Em 2006, data da realização da primeira entrevista, ainda ela era solteira e chefe de uma família monoparental. Depois de eleita Presidente da Câmara Municipal do Paul, casou-se com um deputado do seu partido.

comecei a gostar das políticas desse Governo nestas áreas (trabalho e solidariedade). Engloba tudo. Engloba os grupos vulneráveis, a terceira idade, as crianças, as pessoas pobres. Eu estava no terreno. Viajava com o Ministro, deslocava-me para as ilhas com o Ministro e eu via, efectivamente, as nossas carências. Tive a oportunidade de ir a Santo Antão e eu vi que, realmente, nós podíamos fazer muito mais, do que estava sendo feito. Já tinha um leque muito grande de conhecimentos a nível internacional e eu achei que, na altura, podia ser uma mais-valia para o Paul. (Ent. 3, M-Dep./Autarca, PAICV [Praia 2006])

Deste modo, a partir da sua trajectória profissional na administração pública e de uma experiência política como integrante de uma lista independente no seu local de origem, o caminho ao poder foi-se encurtando. Primeiro, chegou o convite para se candidatar à Presidência da Câmara Municipal do Paul, tendo sido derrotada. Depois, um outro convite para se assumir como cabeça de lista para as eleições legislativas pelo círculo eleitoral daquele concelho, ganhando desta vez, o que contribuiu para solidificar o seu trabalho político naquele município.

E quando o partido me convidou, consciente de que estava a convidar uma pessoa que não era partidária [...], hesitei um pouco. Achei que podia ser uma mais-valia, mas não, necessariamente, como Presidente da Câmara [...]. Mas aí, eu tive, realmente, muitos apoios. Eu fui, pessoalmente, numa férias, em Agosto [de 2003, para o Paul]. Fui apalpar o terreno. E eu achei que – não obstante ser mulher, não obstante ser inexperiente na área autárquica – as pessoas aderiram à ideia. E eu tive todo o apoio. Portanto, eu resolvi abraçar a causa [...]. Depois, nós perdemos as eleições. Mas, eu não abandonei o terreno. Pelo contrário, a partir dessa altura, comecei a mostrar às pessoas do Paul do que eu era capaz [...]. Eu tinha muitos conhecimentos e, assim, conseguimos arranjar financiamento de muitos projectos para o Paul, que está a olhos vistos. E, a partir daí, eu já não tinha outro remédio senão encabeçar a lista para as legislativas de 2006. Isso foi uma caminhada natural [...]. Quando me dei conta, estava como cabeça de lista [...]. Não havia outra alternativa. Tinha que ser eu, na altura. O povo do Paul [...] queria que eu fosse [candidata]. Eu sentia, nessa altura, muita pressão. Também, para lhe dizer a verdade, eu não pensava o contrário. Eu achava que, efectivamente, podia e que não tinha interesse em desiludir, nessa altura, o pessoal. De maneira que aderi à causa. E foi assim que eu entrei para a política. (Ent. 3, M-Dep./Autarca, PAICV [Praia 2006])

Neste percurso, o facto de ser mulher foi alvo de uma reflexão e, com efeito, surgiram estratégias próprias para as campanhas e para chegar às bases.

Em Cabo Verde, há mulheres que querem fazer política, mas têm receio de fazer política. Falta esta coragem. Eu achei que eram poucas as mulheres que [já] tinham dado a cara. Eu pensei que, como mulher, também podia fazer algo e mostrar que afinal temos capacidades, quando queremos, e que podemos gerir uma Câmara Municipal também, se quisermos [...].

As pessoas do Paul eram agressivas nas campanhas. E eu quis mostrar que no Paul também era possível fazer uma campanha cívica e pedagógica [...]. Já, nessa altura quando nós perdemos as eleições, foi possível fazer esse bonito trabalho.

A nossa preocupação era falar da nossa proposta, refiro-me à altura em que fui candidata a Presidente de Câmara. Nós tínhamos uma plataforma eleitoral. Preocupámo-nos em elaborar a nossa plataforma eleitoral. Levámos isso ao conhecimento de todos os paulenses. Era um papel escrito. É claro que nem todas as pessoas têm essa capacidade de ler e aprender. E nós, então, explicávamos, na linguagem mais terra-terra, para mostrar o que nós pretendíamos. E mais, nós, nessa altura, não fizemos promessas. As pessoas já estavam fartas de promessas, que nunca eram cumpridas [...]. Andámos por todas as localidades, casa por casa [...]. Em Cabo Verde, as Câmaras Municipais reclamam que o Governo não dá recursos. O Governo não tem que dar recursos, para além dos recursos legalmente estabelecidos. Se você fez uma plataforma eleitoral, fez promessas, saiu para todas as ribeiras a dizer que ia fazer isso, aquilo e aqueloutro; agora, você é que tem que procurar o seu recurso, o seu financiamento; você não tem que esperar pelo Governo. E essa era a minha política, não esperar pelo Governo. Por isso, fiz vários contactos, a nível internacional, antes de apresentar projectos, porque eu tinha que apresentar projectos. Uma coisa é dizer a uma senhora “você vai votar em mim, porque vou fazer-lhe esta casa.” É esse o estilo de fazer campanha. E nós quisemos romper com esse estilo. E eu disse: “eu não vou dizer à senhora que lhe vou construir esta casa. Eu vou dizer à senhora que vou trabalhar no sentido de construir esta casa.” São duas coisas, completamente, diferentes. E as pessoas começaram a gostar desta linguagem e começaram a dizer: “esta senhora tem uma outra linguagem.” E nós aí começámos a ver que as pessoas estavam a aderir à ideia e começámos, então, a reforçar ainda mais este tipo de linguagem. Nas legislativas, já com uma experiência [...] - já conhecia o terreno, já conhecia as pessoas, as pessoas já me conheciam, já tinha projectos executados no terreno [...] - seguimos a mesma linha de não responder às provocações, de não nos preocuparmos com os adversários [...].

Eu acho que, efectivamente, o sexo também falou um bocadinho alto. Nessa história toda, o facto de ser mulher... Achem que tem que ser uma mulher com garra. Há um lado negativo e um lado positivo também em relação a isso [...].

Nós estamos numa sociedade machista. Há homens, por exemplo, que dizem que não aceitam ser governados por mulheres. Muitas vezes, é o facto de as mulheres terem algum ponto fraco. E aí aproveitam-se desse ponto fraco e levam isso para o terreno [...].

Por exemplo, em relação a mim, concretamente, usaram a minha estrutura física. Eu tenho ancas e seios [bem desenvolvidos]. E utilizaram isso para fazer campanha. Isso não me perturbou, nem um pouco. Eu disse-lhes e digo-lhes sempre que gosto de mim como sou. E adapto-me, perfeitamente, bem em todas as circunstâncias, com a estrutura física que tenho. Portanto, acho que tenho que gostar de mim como sou. E aí consegui desmontar essa coisa toda, mostrando-lhes que o que é bom é para se ver. E eles viram, porque é bom! Eu disse-lhes isso, claramente. Eles viram, porque, efectivamente, chama a atenção. Se não tivesse chamado a atenção, não iriam ver e sequer comentar. Comentaram, porque, efectivamente, chamou a atenção. [E disse-lhes ainda] que não iriam beneficiar [dessa minha estrutura física], que iriam apenas ver. Eu aí conseguir desmontar e acho que essa desmontagem valeu a pena, porque lhes calou a boca, até ao fim da campanha, nesse sentido.

Também, eu sou uma mãe-solteira. Isso chama a atenção [...]. Começaram a dizer: “nem capacidade para arranjar um marido ela teve.” Disseram isso na campanha. Isso não me incomodou também, porque eu sei qual foi o meu percurso. Eu conheço o meu percurso. Conheço também as minhas opções. Eu não tenho que dar satisfações da minha vida privada às pessoas. Nesse aspecto, também não conseguiram atingir o objectivo. Se calhar, até deram alguns tiros nos próprios pés, com essa linguagem. Eu acho que esses são aspectos, efectivamente, negativos, que levam que muitas mulheres não façam campanhas, exactamente, com o receio de serem “ofendidas” com coisas do tipo. Mas, a mim, isso não me incomoda. Inicialmente, nem sequer tinha pensado que pudessem fazer referência a esses aspectos [...]. Nós tivemos uma linguagem muito pedagógica e conseguimos, enquanto eles estavam a berrar [...] esse tipo de coisas, mostrar às pessoas [...] um outro caminho, mostrar-lhes que era possível não sermos agressivos [...]. Fomos batendo nessa mesma tecla e mostrando que era

possível fazer esse bonito trabalho que nós conseguimos fazer lá. E há uma coisa que eu digo sempre: “esse protagonismo ninguém me o toma. Esse protagonismo é meu. E ninguém me o toma.” Esse protagonismo em relação a uma postura diferente de fazer campanha...

[...] o mais difícil na minha vida foi ter que assumir um filho sozinho, por irresponsabilidade de um pai que o concebeu. Portanto, essa foi a fase mais difícil da minha vida [...]. Eu acho que, a partir de agora, qualquer coisa, para mim, é sempre muito fácil [...]. Há mulheres que, inclusive, tiveram um percurso muito mais penoso do que o meu, mas mesmo assim continuam presas a isso. Eu não. Eu desprendi-me, porque achei que era uma mulher [...] que não precisava de ter um homem ao meu lado para me fazer e para fazer ao meu filho. Eu disse-lhes isso claramente. Eu disse-lhes: “para mim, isso é uma razão suficiente para que as mulheres, que tenham tido um percurso igual ou semelhante, esqueçam esse percurso e metam-se na política” [...]. (Ent. 3, M-Dep./Autarca, PAICV [Praia 2006])

Depois desta caminhada em direcção ao poder e de uma consciencialização da desigualdade de género, um dos primeiros projectos desta mulher política foi trabalhar no sentido da elaboração do plano municipal para a igualdade. Desde logo, constata-se um compromisso social com as mulheres do seu concelho, localizado no meio rural. Importa referir que, entre vinte e dois municípios, apenas os concelhos do Paul e da Praia avançaram logo no sentido de se estabelecer parcerias com o organismo estatal (ICIEG) responsável por esta matéria. No caso do Paul, o processo foi liderado pela própria Presidente; no caso da Praia, foi liderado por uma vereadora da área social, que tinha sido Presidente do Instituto da Condição Feminina (ICF [ICIEG]) e deputada, entre 1991-2001, que, enquanto deputada, aquando da revisão constitucional de 1999, tinha lutado pela introdução de uma medida de discriminação positiva para as mulheres nos processos eleitorais. Ao contrário da opinião de um deputado (E.L.C., PAICV) de que “a problemática de igualdade da mulher sai algo maltratada e forçada e, por isso mesmo, atentando contra o princípio da igualdade”, ela explicava que:

[...] A proposta da revisão constitucional que foi apresentada por mim e pelos meus colegas, trás um capítulo sobre a valorização da mulher. Tem-se aqui falado muito que essa valorização vem trazer uma certa discriminação, tendo em conta que a Constituição actual já consagra o princípio da igualdade, que é bastante abrangente para a problemática da mulher. Mas como já se tem dito, e muitas vezes, a consagração do princípio da igualdade não quer dizer que não haja de facto a discriminação da mulher na nossa sociedade [...]. Como a nossa sociedade ainda não chegou ao nível de permitir a consagração explícita da discriminação positiva, propomos a esta Assembleia que o Estado vele para que a discriminação contra a mulher seja eliminada com acções políticas concretas. E isso é uma tarefa do Estado [...]. [É] necessário ainda um trabalho forte para combater os estereótipos sociais contra a mulher que dominam a sociedade caboverdiana. (Acta de Sessões da AN, 8ª Sessão Legislativa [1999])

Embora ultrapassando o marco temporal deste estudo, importa referir que a referida senhora, ex-deputada (1991-2001) e ex-vereadora da Câmara Municipal da Praia (2008-2012), foi candidata à Presidência da Câmara Municipal de Ribeira Brava (ilha de São Nicolau) no passado mês de Julho de 2012. Nestas eleições, houve cinco mulheres candidatas para a chefia do órgão máximo municipal: o PAICV apresentou quatro candidatas, para os três concelhos da ilha de Santo Antão e para o concelho de São Vicente; o MpD apresentou uma candidata, portanto para a ilha de São Nicolau. Assim, constata-se uma concentração de candidaturas femininas apenas nas ilhas do Norte/Barlavento.

OS CAMINHOS DA LEGISLAÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO: POLÍTICAS, INSTITUIÇÕES E CIDADANIA

Se, meramente a título de ilustração gráfica, localizarmos o Estado no centro de uma dada sociedade, a *sociedade civil íntima* será o círculo interior feito à volta do Estado. Consiste em indivíduos e grupos sociais caracterizados pela híper-inclusão [...]. A *sociedade civil estranha* é o círculo intermédio em redor do Estado. As experiências de vida das classes ou grupos sociais nela incluídos são um misto de inclusão e exclusão social [...]. Por fim, a *sociedade civil incivil* corresponde ao círculo exterior habitado pelos totalmente excluídos [...]. Nos países periféricos, a tendência é no sentido de que o círculo exterior (a sociedade civil incivil) abranja a maioria da população. “Poderá o Direito ser Emancipatório?”, Boaventura S. Santos.

Particularmente desde a década de 1990, em nome da excepcionalidade histórica do arquipélago de Cabo Verde e do seu pragmatismo e ambição no sentido de uma certa aproximação ideológica às fronteiras da modernidade ocidental, o reformismo jurídico estatal tornou-se a principal estratégia para a política emancipatória minimalista caboverdiana. Em verdade, a importação e ocidentalização da concepção hegemónica do direito estatal permite tanto a análise do potencial emancipatório do direito, como a interrogação dos limites do paradigma jurídico e político dominante e do reformismo estatal. Neste caso, não poderia existir um país periférico e ex-colonizado tão «perfeito» como Cabo Verde para testar a teorização de Boaventura de Sousa Santos (2003) sobre a tensão entre a regulação social e a emancipação social, sob a égide de um pequeno Estado de Direito Democrático.

À primeira vista, o discurso hegemónico da legalidade democrática possibilita algumas brechas para a emergência de uma agenda política dos grupos subalternos, por meios de reivindicações legais, através das instâncias formais. Isso, no entanto, não é estranho ao contexto caboverdiano que, no decurso da história, sempre desencadeou estratégias de reivindicação da emancipação social, quer por meios de lutas legais, quer através da rebelião. Contudo, a rebelião sempre esteve a cargo da população relegada à

sociedade civil incivil ou ao estado natural (usando aqui a formulação de Santos [2003]), caracterizando desde a antiga massa escrava e de serviçais aos novos grupos sociais marginalizados pela dominação capitalista moderna.

Por conseguinte, em Cabo Verde, torna-se possível e discutível ponderar o Estado como um *novíssimo movimento social* (Santos, 2006: 315-349), uma vez que se trata de um Estado-empregador, e isso tem sido assim desde os primórdios da colonização à contemporaneidade. Em todo o caso, considerando-se que, na comunidade política caboverdiana, existe uma memória colectiva e uma forte consciencialização política e social contra a exclusão estrutural e a injustiça social, torna-se relativamente plausível reconsiderar tanto o Estado que regula e constrange a ampla participação cidadã, como o Estado que abre pequenas possibilidades para algum engajamento na transformação social e política, potencializando o reformismo jurídico e político em favor de uma relativa emancipação social, ainda que sempre regulada pelo próprio Estado.

Posto isso, este capítulo pretende incidir sobre uma medida legislativa contra a violência de género. Num primeiro momento, concentra-se na dinâmica dos debates parlamentares, dando destaque a algumas polémicas entre parlamentares de diferentes partidos políticos, às influências da governação neoliberal norte-americana e à pressão social das ONGs nacionais na formulação e aprovação desta legislação. Num segundo momento, desvia-se para as controvérsias públicas em torno de um acto normativo de exclusão das alunas grávidas da escola pública enquanto uma discriminação sexista e instituída que atinge as adolescentes e jovens, principalmente das camadas sociais mais baixas da sociedade.

1. INICIATIVA LEGISLATIVA CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÉNERO

Nas últimas décadas, o problema social da violência de género tornou-se uma preocupação marcante no debate público e político em diversos países, contando com um forte apoio por parte das instâncias internacionais (cf. UIP, 2009b; Santos, 2010).

Em Cabo Verde, recentemente foi aprovada uma medida de prevenção e de repressão desse tipo de violência. Não obstante as polémicas em torno de uma legislação contra a violência de género, a necessidade de estabelecer um sistema de controlo que clarifique o seu enquadramento jurídico-penal causou uma forte mobilização política e social.

Para além da conjuntura nacional, marcada pela governação de um partido de cariz político mais próximo daquilo que se convencionou considerar por esquerda democrática, é igualmente importante considerar a conjuntura internacional que, cada vez mais, pressiona os países membros de diversas organizações intergovernamentais a adoptarem medidas contra a discriminação e subalternização das mulheres no interior da família e em todas as esferas da vida social. E é assim neste contexto nacional e internacional que se deve analisar a consciencialização pública e a iniciativa legislativa contra a violência de género no arquipélago.

1.1. Entre Público e Privado: Mobilização Social e Política

Nos capítulos precedentes, a análise das representações de género e sobre as mulheres na ideologia da caboverdianidade permitiram uma visibilização das relações de poder e do carácter estrutural e histórico das desigualdades de género na sociedade caboverdiana. Evidentemente, não se pode ignorar o facto de que, desde a sua origem, o arquipélago de Cabo Verde tem enfrentado o drama da violência contra as pessoas em geral e contra as mulheres em particular. Isso não só devido ao processo histórico ¹²⁴ de colonização e escravatura, mas igualmente pela persistência da naturalização de uma cultura da violência na estrutura do poder e na intimidade e pela

¹²⁴ Realce-se que, na época escravocrata, as escravas/amantes faziam parte do património do seu senhor e dono. Curiosamente, recentemente, no quadro da reforma penal, equacionava-se a possibilidade de tolerar a prática de *tra di kasa* (tirada de casa), desde que o rapto fosse para fins de casamento (cf. Fonseca, 2001: 92-93). De acordo com o PNCVBG, as vítimas da violência de género no meio rural tendem a ser “meninas ou jovens agredidas sexualmente ou que sofreram tentativas de agressão social, num contexto em que as relações sexuais forçadas – associadas ao fenómeno cultural *tra di kasa* – constituem um mecanismo socialmente aceite de constituição de novas uniões conjugais, ainda que, para o caso de menores, em nítido confronto com a lei.” Genericamente, a violência de género atinge sobretudo as “mulheres e meninas provenientes de grupos sociais e economicamente menos favorecidos, com incidência maior nas periferias dos centros urbanos” (2006: 26).

aceitação do recurso à própria violência como um exercício de poder nas esferas pública e privada. Por isso mesmo, este flagelo pode ser abordado como um facto histórico, e não apenas como um facto social da contemporaneidade. Em consonância, também é de fundamental importância questionar a prevalência de representações estereotipadas sobre os papéis sexuais, bem como as representações tradicionalistas acerca do comportamento social masculino e feminino ou dos lugares que uns e outras ocupam na sociedade, na família, no trabalho e na estrutura do poder. Diante disso, nos últimos anos, tem havido uma maior visibilização da violência de género no arquipélago:

- Em 2002, em parceria com diversas instituições públicas e ONGs nacionais, o ICIEG desenvolveu um projecto sobre esta matéria, tendo resultado no slogan «Quebrar o Silêncio» e na respectiva brochura informativa, bem como na publicitação de outras informações e campanhas radiofónicas e televisivas.
- Entre 2004 e 2005, foi criado o Gabinete de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica (GAV), cujo desafio consistia no seu alargamento às esquadras policiais e aos hospitais; foram ministradas formações em Técnicas de Apoio às Vítimas, tendo como público-alvo o pessoal técnico dos serviços que prestam apoio às vítimas de violência; foi criada a Rede de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica (RAVVD), como rede interinstitucional com o objectivo de prestar um amplo apoio – psicológico, jurídico, policial, hospitalar e social – às vítimas de violência, atendendo à celeridade, à segurança e à eficácia no atendimento e acompanhamento de cada caso.
- Em 2005, o Inquérito Demográfico sobre Saúde Sexual e Reprodutiva (IDSR II) apresentou os primeiros dados estatísticos sobre esta matéria, apontando que 22% de mulheres inquiridas sofriam o drama da violência doméstica. As taxas mais elevadas se verificavam na ilha do Fogo (34%) e na Praia (27%), sendo menor em São Vicente (13,9%).
- Em 2007, surgiu o *I Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Género* (PNCVBG); e, em 2009, surgiu o grupo Laço Branco, liderado por homens.

Deste modo, a problemática da violência tem sido alvo de combate em vários sentidos. Isso explica o esforço na realização de estudos sobre esta temática, sendo de destacar: *Violência contra as Mulheres* (Salústio, 1999); *Vencendo Barreiras* (Osório, 1999); *Estudo sobre a Protecção às Vítimas de Crimes Violentos (Em Particular as Mulheres)* (Fonseca e Lopes, 2002); *Trajectória de Mulheres Vítimas de Violência Conjugal* (Silva, 2009); *Diagnóstico do Funcionamento das Redes Locais de Atendimento à Vítima de Violência Baseada no Género em Cabo Verde* (Figueiredo, 2009). Na esteira disso, em 2010, com o apoio da Embaixada dos EUA e das Nações Unidas, a Rede de Mulheres Parlamentares Caboverdianas (RMPCV) – em parceria com o Instituto Caboverdiano para a Igualdade e a Equidade de Género (ICIEG) e as ONGs nacionais que trabalham com a questão do género, da família e da criança – apresentou ao Parlamento o projecto de lei contra a «violência baseada no género», conforme avança o excerto da entrevista que se segue.

Começou com alguns encontros na casa da Sra. Embaixadora dos Estados Unidos. Ela fez dois ou três encontros em casa. Convidou todas as ONGs [...], a rede de mulheres parlamentares e o ICIEG. E, a partir daí, nós constituímos duas comissões: a comissão de legislação e a comissão de sensibilização. Eu presido a comissão de legislação; e a Sra. L.P., que é a Presidente da MORABI, preside a outra comissão, que é a de sensibilização. Já fizemos vários encontros, inclusivamente a rede de mulheres parlamentares contactou a Sra. Embaixadora no sentido de vermos a questão financeira, porque seria bom nós termos consultores que se dedicassem inteiramente a esta lei. Porque todos nós podemos dar o nosso input, a nossa opinião, mas não temos tempo para a elaboração da lei. E então, tivemos um apoio. Neste momento, já fizemos a selecção dos coordenadores. Tínhamos constituído um júri, constituído por mim própria como presidente da rede de mulheres parlamentares, a Presidente do ICIEG e um elemento da embaixada americana, que foi a Sra. B.C.S. [...]. E fizemos a selecção dos concorrentes. Mas, foi interessante porque quando fizemos a selecção, e quando nos reunimos para ver a pontuação que tínhamos dado, houve dois grupos que ficaram empatados e tinham propostas muito boas, quer um, quer outro. E essas duas propostas se complementavam. E então, a Sra. C.R. fez uma proposta para os dois grupos, para se fundirem. Aceitaram, o que foi muito bom para nós, porque vamos reunir não só a faixa etária diferente de uns e de outros; vamos ter também a questão da divisão territorial, uns estão aqui na Praia, outros estão no Barlavento; e também a experiência, os mais novos e os mais antigos, que é o caso da Sra. V.É., que está em São Vicente, que é uma pessoa que tem já bastante experiência. A Sra. D. também em São Vicente. E aqui na Praia o Sr. M.P. e o Sr. C.S., que são dois jovens também com alguma experiência mas com uma mentalidade diferente e com uma dinâmica diferente. E poderão esses quatro consultores trabalhar em comunhão e, ao fim, termos uma boa lei. (Ent. 5, M-Deputada, PAICV [Praia 2009])

Embora os movimentos sociais das mulheres se limitam a seguir uma agenda fortemente institucionalizada – e não um programa de contestação social – é possível perceber que, pelo menos no que se refere à lei contra a violência de género, a

sociedade civil (*íntima e estranha*) desempenhou um papel relevante. Refira-se às ONGs que trabalham com a questão do género, da família e da criança, as quais, com o ICIEG e a RMPCV, contribuíram com dados empíricos e informações práticas sobre a realidade social caboverdiana, bem como para a sensibilização e divulgação da iniciativa e dos objectivos que, com esta medida, o país pretendia alcançar. Em verdade, nos últimos anos, têm-se observado fortes movimentos em prol dos direitos das mulheres que têm despoletado a participação da sociedade civil. Estes movimentos são activados em particular pelo ambiente político e social que caracteriza a vigência governativa de um partido político esquerdista. Neste ponto, regista-se uma articulação entre o campo político e a vida social. De facto, em Cabo Verde, o campo político constitui como ilha metrópole que define o rumo dos outros campos de intervenção. É deste modo que a presença de um partido político de cariz esquerdista no poder tem desencadeado um conjunto de medidas usualmente incluídas no pacote dos partidos políticos da família de uma esquerda democrática. Por conseguinte, não é estranho associar a vida política nacional caboverdiana ao que acontece nos países da sua proximidade política, como em Portugal, Espanha, Brasil ou EUA.

Obviamente que a influência de Portugal e do Brasil prende-se mais com as afinidades de ordem histórica, ou seja, as contradições de uma história comum pautada pela memória da colonização. No caso de Espanha, deve-se também a uma ligação histórica marcada pela participação deste país no processo colonial do arquipélago, mas prende-se também com a proximidade ideológica no momento presente e a presença crescente de uma imigração caboverdiana naquele país ibérico. Quanto aos EUA, a ligação prende-se grandemente com a vasta diáspora caboverdiana que habita naquele país norte-americano e com a eleição de Barack Obama, considerado simbolicamente como um parente próximo, devido ao marcador racial. Em verdade, estes factos contribuem substancialmente para que a sociedade civil caboverdiana esteja muito mais habilitada para um efectivo engajamento em processos de mudança social.

1.2. Comissão Especializada: O Sistema Jurídico-Penal

No que concerne ao crime de maus-tratos, o Código Penal já definia que quem infligisse a seu cônjuge ou a pessoa com quem estivesse unido de facto maus-tratos físicos ou psíquicos ou tratamentos cruéis seria punido com pena de prisão de 1 a 4 anos, se pena mais grave não lhe coubesse por força de outra disposição legal (art.º 134). Por isso, após a admissão da iniciativa legislativa contra a violência de género, algumas entidades auscultadas, em sede da própria comissão especializada de assuntos jurídicos, contestaram alguns preceitos do projecto, inclusive a atribuição de natureza pública ao crime, o acesso à justiça de forma prioritária e a assistência social imediata através de fundos de apoio, centros de apoio e casas de abrigo às vítimas deste tipo de crime. Segue agora uma breve anotação de terreno, sobre uma audição parlamentar.

Tratando-se de uma iniciativa legislativa objecto de discussão pública, em sede da comissão especializada dos assuntos jurídicos, foram mencionados alguns preceitos que precisariam de aperfeiçoamento, para se articular com a ordem jurídico-constitucional e o regime processual penal.

- 1) *Acesso à justiça (sendo apontado que “o estabelecimento de prioridade nos processos e a sua celeridade só indirecta e reflexamente atingem o direito de acesso à justiça”, de forma que tal norma “poderia perfeitamente ficar para a lei de política criminal.” Mas, “se continuarmos com o aparelho judiciário como está [com o número de casos pendentes], não há lei que diga urgência que resolva a questão.”)*
- 2) *Criação de fundo de apoio à vítima (sendo ressalvado que “a criação dos fundos é matéria de reserva da administração”, de forma que “a lei pode, quando muito, permitir que se criem fundos autónomos. Mas, a sua criação não pode ser por acto legislativo. Tem que ser por um acto da administração.”)*
- 3) *Tipos penais (sendo realçado que “toda e qualquer limitação dos direitos, liberdades e garantias deve respeitar exactamente o princípio da proibição do excesso.” Isso significa que deve-se perguntar “se os bens jurídicos que estão aqui a ser tutelados não têm nenhuma tutela na ordem jurídica.” Entre os vários bens jurídicos em causa, destacam-se: a vida, a integridade física, a integridade psíquica e a liberdade sexual. “Todos os bens jurídicos que se pretende aqui tutelar já estão tutelados mesmo pelo direito penal em Cabo Verde.” Para além disso, “o tipo aqui previsto é menos rigoroso do que está no 134.” Aqui, “pretende-se criar um crime comum”, que “pode ser cometido por qualquer pessoa.” Ao passo que, em outros ordenamentos jurídicos, tais crimes “são crimes específicos.” Na verdade, o crime de maus-tratos que está no Código Penal tem como justificação “a relação de proximidade entre a vítima e o agente.” Sendo assim, “não se está a ser*

minimamente preciso em termos técnicos, mesmo em termos da dogmática penal.” Ora, “só se justifica uma reacção penal mais forte quando existe ‘algum dever social’ de protecção da vítima.” Fora disso, “responde o direito penal em geral.” Ainda cabe ao “legislador descrever com precisão a conduta proibida.” E a violência de género, como resulta da definição, “é também violência moral. Mas, num Estado de Direito, o direito penal não pode tutelar moral! Está fora do âmbito de intervenção do direito penal qualquer moralidade.” Quanto à gravação da pena, é importante “saber se é necessária e proporcional”, em conformidade com a lei.)

- 4) *Atribuição da natureza pública ao crime (sendo ressalvada que, no actual Código Penal, “há vários tipos de crimes de violência. Há uns que são de natureza pública, e há outros que têm natureza particular em sentido amplo.” No fundo, “este legislador está a partir do pressuposto de que o único crime de violência existente no ordenamento jurídico caboverdiano é o do 134, o que não é verdade. Toda a panóplia de crimes sexuais são crimes de violência.” Em Cabo Verde, “não há ausência de tipos legais de crime relativamente à violência.” No entanto, quando se trata de um crime de natureza pública “não é possível a desistência.”)*
- 5) *Casas de abrigo (sendo realçado que poderá criar maior estigmatização, devido à pequenez das ilhas.)*

(Diário de Campo, 22 Jul. 10)

Em conclusão, para uma das entidades auscultadas, o diploma ostentava alguns sinais de inconstitucionalidade. Para além do choque eminente entre as competências legislativas do Parlamento e as competências administrativas do Governo, a principal imperfeição apontada prendia-se justamente com a matéria penal, quanto ao princípio de igualdade, ao princípio da proibição do excesso e ao princípio de presunção de inocência, protegidos pela lei. Em síntese, a principal ideia referida prendia-se com a necessidade de uma harmonização do diploma com a moldura penal vigente.

1.3. Parlamento: Debate na Generalidade

Nesta linha, pretende-se agora focalizar na dinâmica parlamentar¹²⁵ em torno da aprovação desta medida legislativa.¹²⁶ Segue-se novamente mais um excerto das notas

¹²⁵ De acordo com o texto constitucional, a Assembleia Nacional funciona por legislaturas, com a duração de cinco anos, ou seja, cinco sessões legislativas (art.º 150 da CRCV). Nesta senda, cada sessão legislativa tem a duração de um ano, sendo que o período normal de funcionamento da

de terreno sobre a sessão legislativa de 26 de Julho de 2010, altura em que se assistiu à aprovação de uma medida específica contra a violência de género.

Ambas as laterais da Galeria estavam repletas de pessoas, maioritariamente militantes partidários, membros de instituições públicas que trabalham com a questão do género e activistas das ONGs. E a Embaixadora dos Estados Unidos, em Cabo Verde.

No andar de baixo, na Sala das Sessões, encontravam-se a Dep. H.C., na bancada do PAICV, e a Dep. F.D., na bancada do MpD. Estas foram as duas principais deputadas que levaram o Projecto-Lei sobre a Violência Baseada no Género à casa parlamentar [...].¹²⁷

Assembleia Nacional decorre de 1 de Outubro a 31 de Julho (art.º 151 da CRCV). Para além da *Constituição da República de Cabo Verde* (CRCV), existe um conjunto de legislação – incluindo o *Regimento da Assembleia Nacional* (RAN) e a *Lei Orgânica da Assembleia Nacional* (LOAN) – que define a composição, as competências e as regras de funcionamento da Assembleia Nacional, bem como os direitos e deveres dos membros da casa parlamentar.

¹²⁶ Durante a VII legislatura, participavam directamente no sistema de governo caboverdiano três partidos políticos: PAICV, MpD e UCID. Nas eleições legislativas de 2006, entre os 72 mandatos legais que estavam em disputa, os mandatos obtidos traduziam-se numa maioria do PAICV, que ocupava 41 assentos parlamentares (34 homens; 7 mulheres). O MpD, maior partido da oposição, ocupava 29 (25 homens; 4 mulheres), e a UCID apenas contava com 2 deputados, ambos do sexo masculino. Deste modo, nas eleições legislativas de 2006, tinham sido eleitas 11 mulheres, ocupando 15,3% dos assentos parlamentares. Naquela corrida eleitoral, dois partidos políticos não tiveram qualquer representação parlamentar: PSD e PRD. Esta configuração parlamentar traduzia a diferença entre o número efectivo de partidos eleitorais e o número efectivo de partidos parlamentares, uma situação que começou a fazer sentir-se após a abertura política, tendo surgido, a partir dessa data, mais partidos políticos para desafiar um sistema de partidos que viria a definir-se como bipartidário.

¹²⁷ Particularmente quanto à instituição parlamentar, que integra actualmente um mínimo de sessenta e seis e um máximo de setenta e dois membros (art.º 141 da CRCV), esta desempenha um conjunto diversificado de competências legislativas e políticas, atendendo mormente a função de representação, a função legislativa, a função de fiscalização e a função electiva. No que respeita à função de representação, foi analisada no capítulo precedente. Sendo assim, cabe aqui fazer algum enquadramento das outras funções. No que se refere à função legislativa, a AN dispõe de uma competência legislativa genérica (art.º 175 da CRCV), com uma excepção relativa às leis de competência exclusiva do Governo. Para além disso, dispõe de uma competência legislativa absolutamente reservada (art.º 176 da CRCV) e de uma competência legislativa relativamente reservada (art.º 177 da CRCV), sendo somente estas últimas susceptíveis de autorização legislativa ao Governo, devendo estabelecer o objecto, a extensão e a duração da autorização, que pode ser prorrogada (art.º 182 da CRCV). Relativamente à função de fiscalização, engloba quer as actividades do Governo, quer as actividades da administração no arquipélago (arts.º 175, 178 e 180 da CRCV), sendo frequente recorrer a diversos mecanismos de fiscalização, como as perguntas, as interpelações, os inquéritos ou as moções de censura. Por fim, quanto à função electiva, a Assembleia Nacional tem a competência de eleger certo número de membros de um conjunto diversificado de instituições, como os Juizes do Tribunal Constitucional, os membros da Comissão Nacional de Eleições, os membros do Conselho Superior da Magistratura Judicial ou os membros do Conselho Superior do Ministério Público (art.º 181 da CRCV).

A Dep. H.C. (PAICV) dirigiu-se à Tribuna para apresentar o projecto de lei [...].¹²⁸

O Dep. J.M. (PAICV) leu o relatório-parecer da Comissão Especializada de Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e Comunicação Social, apresentando um conjunto de reservas referidas numa das audições parlamentares. Por fim, “não obstante a relevância política e social do seu propósito”, a comissão recomendou “prudência na aprovação de alguns artigos deste projecto de lei tal qual apresentado, bem como a reformulação de boa parte do seu conteúdo, visando a sua conformação aos ditames constitucionais e legais.” A Dep. J.A. (PAICV) leu o relatório-parecer da Comissão Especializada de Saúde e Questões Sociais, recomendando uma ampla socialização deste projecto. Ainda assim, considerava que estava “em condições de ser submetido ao Plenário da Assembleia Nacional para apreciação e aprovação.”¹²⁹

¹²⁸ No Parlamento, os actos legislativos são distinguidos em função dos seus promotores, que normalmente são o Governo, os membros parlamentares ou os Grupos Parlamentares: quando se trata do Governo (ou na hipótese de se tratar de um grupo de dez mil membros do eleitorado), a designação é de Proposta de Lei; quando se trata dos membros parlamentares ou dos Grupos Parlamentares, a designação é de Projecto de Lei. Na feitura das leis, no Parlamento, é preciso seguir um procedimento com duas fases principais: *iniciativa de lei* (individual ou orgânica); *discussão e votação da lei* (Brito, 2001; Vargas e Valente, 2008). A discussão compreende um debate na generalidade, que incide sobre os princípios e o sentido global do diploma, e outro debate na especialidade, artigo a artigo, decorrendo em muitos casos na própria comissão especializada, sem prejuízo de avocação pelo Plenário; a votação compreende uma votação na generalidade, uma votação na especialidade e uma votação na globalidade (art.º 160 da CRCV). Sobre a feitura das leis, no Parlamento, ver Brito (2001). Num estudo recente, Roselma Évora (2009) constatou a preponderância do poder executivo em relação ao poder legislativo, em Cabo Verde. Para a autora, desde a abertura política, “o facto da nova ordem constitucional preservar a faculdade legislativa também para o executivo, herança da ordem constitucional do regime autoritário, contribui para a manutenção de um padrão de desempenho muito deficiente do legislativo.” Tal subalternização do poder legislativo perante o poder executivo é, inclusivamente, perceptível numa maior capacidade do poder executivo nas iniciativas legislativas que deveriam ironicamente traduzir o domínio do poder legislativo. Deste modo, Roselma Évora confirma que, na medida em que se limita grandemente a suportar as iniciativas legislativas do poder executivo, a Assembleia Nacional tem um comportamento que favorece a preponderância do Governo. A autora avança que, inclusivamente, o poder executivo acaba por legislar em matérias que deveriam ser reservados ao poder legislativo.

¹²⁹ As comissões especializadas, que apreciam sobretudo os projectos e propostas de lei, as propostas de alteração e os tratados submetidos à Assembleia Nacional, cabendo-lhes ainda a responsabilidade de preparar os correspondentes relatórios (art.º 59 do RAN). Na VII legislatura, ficaram definidas as seguintes comissões: Comissão Especializada de Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e Comunicação Social (Subcomissão de Petições e Direitos Humanos); Comissão Especializada de Finanças e Orçamento; Comissão Especializada de Economia, Ambiente e Ordenamento do Território; Comissão Especializada de Relações Externas, Cooperação e Comunidades; Comissão Especializada de Reforma do Estado e Segurança; Comissão Especializada de Educação, Cultura, Juventude e Desportos; Comissão Especializada de Saúde e Questões Sociais. De acordo com o texto constitucional, para além de solicitar a comparência para uma audição de membros do Governo (com a excepção do Primeiro Ministro), de qualquer funcionário e agente da Administração Pública e de qualquer pessoa singular, colectiva ou entidade privada, também às Comissões Especializadas (e às Comissões Eventuais) pode ainda ser conferida competência para proceder à audição parlamentar de personalidades indigitadas para altos cargos (art. 147º da CRCV).

Esclarecimento e Debate

Não havia grandes motivos para os homens eleitos nacionais – a maioria da casa parlamentar – recusarem a aprovação do diploma. Mas, um pouco de encenação foi preciso para animar essa tarde, totalmente reservada para a discussão do assunto, incidindo sobre os princípios e o sentido global do diploma. Mesmo antes da sessão, havia a certeza de que o diploma seria aprovado, sobretudo para não depreciar este projecto das mulheres parlamentares [...]. As vozes que se ouviram na discussão do diploma eram mormente masculinas, dominando a questão da inconstitucionalidade e quase abafando as vozes femininas que intervinham no debate.

De registar as questões do Dep. A.L. (MpD): “Como é que a comissão de assuntos jurídicos não trava a admissão de uma lei que considera manifestamente inconstitucional? Como é que o Presidente da AN consegue admitir uma lei que, em dez reparos, tem seis de manifesta inconstitucionalidade, tem um de chamada contradição dogmática e tem outro que diz que não é norma constitucional válida? [...] Como é que uma comissão, que faz todos esses reparos, não diz que a lei não deve ser aprovada? [...] [Como é que a comissão de saúde] recomenda que a lei deve ser profundamente discutida antes da sua aprovação, e entretanto recomenda a aprovada neste Plenário?”

Em contrapartida, o Dep. D.H.A. (PAICV) propôs a aprovação do diploma na generalidade. Sendo assim, a comissão especializada ficaria responsável pela sua adequação à ordem jurídico-constitucional. De registar também: uma certa vivacidade nas intervenções da Dep. J.R. (MpD), argumentando no sentido do adiamento da aprovação do diploma; e da Min. da Presidência J.H.A. (PAICV), considerando alguns compromissos internacionais, a vontade política e o engajamento social no combate à violência de género. Não menos importantes foram ainda as intervenções da Dep. V.C. (PAICV), reforçando a necessidade de uma aprovação na generalidade e de um futuro aperfeiçoamento em sede da comissão; e da Dep. F.D. (MpD), remetendo para as estatísticas sobre a violência [...].

De modo geral, os deputados do partido da oposição mantiveram algumas reservas em relação ao diploma, admitindo que comportava incongruências técnicas e entrava em choque com um conjunto de preceitos legais, mormente no regime penal e processual penal, bem como no âmbito laboral. Também os deputados do partido no poder admitiam as anomalias do diploma, subscritas pelo presidente da comissão especializada de assuntos jurídicos, Dep. J.M.A. (PAICV), ex-ministro da tutela.

Embora quase ninguém considerasse que o diploma desfrutasse de uma precisão técnica e tivessem dúvidas quanto à inovação substancial, politicamente ninguém negava o impacto de uma legislação específica sobre esta matéria. Contudo, a crítica incidiu sobre as falhas do diploma, chegando a transparecer, por um lado, um conflito de interesses entre especialistas e, por outro, um certo revanchismo de cariz acentuadamente sexista [...].

À primeira vista, a novidade central do diploma prendia-se com a transformação da violência de género em crime público, sendo possível a denúncia por quem tenha conhecimento da ocorrência. Entretanto, neste ponto, os especialistas do direito penal

assinalaram que, no fundo, isto também não constituía nenhuma novidade, porque os crimes sexuais, os crimes contra menores e outros são crimes públicos [...].

Mas, mais do que a criminalização, este diploma avançava ainda no sentido de encarar a violência de género em diferentes ângulos, incluindo medidas de sensibilização, assistência e protecção, principalmente incentivando a detecção precoce, a celeridade judicial, a assistência à vítima (médica, judiciária e financeira... flexibilidade laboral, casas de abrigo e segurança social) e a recuperação do sujeito agressor.

Por isso mesmo, após um debate acérrimo em torno das suas deficiências, o projecto de lei foi aprovado na generalidade, tendo sido remetido para a comissão especializada de assuntos jurídicos, na condição de retornar ao Plenário, em Outubro/Novembro de 2010, data apontada para a sua aprovação final global. Na hora da votação ordinária, somente os dois deputados da UCID e o Dep. R.F. do MpD se abstiveram [...]. E assim, foi aprovado com quarenta e oito votos dos membros presentes na sessão [...].

Para além disso, importa realçar ainda mais dois comentários. Em primeiro lugar, é relevante registar que o projecto constituía uma das prioridades da missão da Embaixadora dos EUA, tendo sido financiado pela própria embaixada americana e ainda pela UNIFEM. Em segundo lugar, é igualmente importante realçar a presença de uma grande comitê de mulheres na Galeria, incluindo mulheres de instituições públicas e da sociedade civil. Por isso, não obstante as incongruências técnicas, as pessoas que tinham participado no processo de elaboração, de sensibilização e de socialização do projecto-lei pareciam emocionadas com a vitória. Após a aprovação da lei, imediatamente a seguir, houve uma pequena celebração, na recepção do segundo piso da AN. Esse facto revelava que, no fundo, havia a certeza de que aquela tarde só poderia terminar com a aprovação do projecto-lei, ainda que fosse uma aprovação simbólica [...].

Tendo em consideração a troca de olhares entre a Sala das Sessões e a Galeria, a diversidade dos movimentos unidos em torno de uma causa, uma certa cumplicidade entre representantes políticos, instituições públicas e sociedade civil e, não menos evidente, a crescente consciencialização social e política da necessidade de promover reformas institucionais para a melhoria da realidade social, a pergunta que se coloca com alguma urgência é a de saber em que medida este episódio em torno do projecto de lei contra a violência de género possibilita pistas para a compreensão do Estado como um novíssimo movimento social?¹³⁰ Tratar-se-á de uma mobilização social excepcional, beneficiada pelas conjunturas nacional e internacional, mas com pouca influência no sistema político? À primeira vista, parece que existe abertura no sistema que permitem repensar o Estado.¹³¹

(Diário de Campo, 26 Jul. 10 & 4 Fev. 11)

¹³⁰ No artigo “A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado”, Boaventura de Sousa Santos (2006: 315-349) expõe duas concepções opostas: o Estado-empresário que propõe uma articulação entre o princípio do Estado e o princípio do mercado; o *Estado-novíssimo-movimento-social* que propõe uma nova articulação entre o princípio do Estado e o princípio da comunidade, em que a sociedade civil assume protagonismo.

¹³¹ Ver a “Lei nº 84/VII/2011: Estabelece as Medidas Destinadas a Prevenir e Reprimir o Crime de Violência Baseada no Género”, BO, I Série, 2, 69-76 (10-01-2011).

Paradoxalmente, contudo, o optimismo com que se conclui esta anotação de campo esbara-se no facto de que a esmagadora maioria da população que é mais largamente afectada pela exclusão estrutural e violência (a *sociedade civil incivil* [Santos, 2003]) – não ter participado neste processo, do mesmo modo que dificilmente terá acesso às instâncias formais e judiciais de resolução dos conflitos. Isso porque se trata de uma população tão afectada por desigualdades de género como por outras formas de exclusão, tais como as desigualdades sociais e geográficas. Nota-se que as respostas do Estado e dos mecanismos institucionais de género têm sido bastante centralizadas, o que condiciona a possibilidade de um amplo acesso à justiça por parte das camadas sociais marginalizadas e que mais precisariam da intervenção desta medida específica, mas também de outras políticas públicas sectoriais e transversais.

1.4. Factores da Adopção da Lei contra a Violência de Género

Relativamente aos factores explicativos da adopção da lei contra a violência de género no arquipélago de Cabo Verde, é possível apontar tanto as influências internas como as influências externas e transnacionais (tabela VII). Sendo assim, em primeiro lugar, destaca-se a contribuição das elites partidárias. É relevante registar a sensibilidade política do chefe de Governo, que tem sido uma espécie de porta-voz masculina da «causa feminina». No fundo, o partido no poder ressalta os ganhos obtidos na última década quanto à questão do género nas ilhas, afirmando-se como um partido político que não ignora as mulheres. E, neste quadro, sobretudo para não se deixar ficar atrás, aparece o partido da oposição que, enquanto um partido liberal, também se gaba de ter ampliado os direitos políticos e sociais das mulheres, tendo sido o primeiro a abrir-lhes caminhos ao nível governamental.

Na verdade, actualmente a questão do género não tem sido ignorada nos discursos políticos. Porque as mulheres, que constituem a grande maioria da população do arquipélago, cada vez mais têm reivindicado os seus direitos. É deste modo que tanto o partido da situação como o da oposição inventariam estratégias políticas de

acesso à camada feminina. E é por essa razão que, mesmo após muito alarido na casa parlamentar, os dois maiores partidos políticos aprovaram a lei contra a violência de género. Porém, dentro das elites políticas, também merece uma atenção o papel das «secções femininas» dos maiores partidos políticos e das instituições nacionais, como a Secretaria das Mulheres do PAICV, o grupo das mulheres do MpD e a RMPCV. Quanto a este aspecto específico, a antiguidade funcionou como um factor favorável para a aprovação da lei. Deste modo, importa dizer que tanto a porta-voz feminina do PAICV como a porta-voz feminina do MpD pertencem à faixa etária mais avançada, sendo que a antiguidade na militância partidária lhes confere o respeito das gerações mais jovens. Tal como se fossem matriarcas partidárias, cada uma travou lutas internas nos partidos políticos e nas bancadas parlamentares para que a lei fosse introduzida na agenda parlamentar e, finalmente, aprovada.

Curiosamente, embora estas duas senhoras seniores – e numa circunstância em que uma delas se despedia da função parlamentar – não se tenham poupado a esforços na luta pela causa, foi efectivamente menor a participação das gerações mais jovens, que se limitou a comparecer uma ou outra vez nas actividades organizadas. Este facto confirma não só que as duas deputadas detêm um «estatuto maternal» em relação à questão na perspectiva partidária, mas também que as gerações mais jovens no poder pouco se identificam com as actuais lutas pela igualdade de género.

Em segundo lugar, deve-se acrescentar o papel das instituições públicas, tais como o ICIEG. Por ser uma instituição vocacionada para a questão do género, mas sobretudo por ser administrada por uma jovem de visão cosmopolita, a contribuição do ICIEG representou uma mais-valia indispensável. Não é subestimável o facto da equipa técnica do ICIEG ser composta por diversas pessoas – homens e mulheres –, pertencentes a diferentes gerações e nacionalidades (Cuba, Brasil, Portugal e Cabo Verde). Não obstante as interrogações quanto à importação de critérios de género, isso permite um cruzamento de visões e experiências, sendo substancialmente valioso para uma certa ruptura institucional com a visão masculina dominante, bem como com as representações sobre os lugares de homens e mulheres na sociedade caboverdiana.

Em terceiro lugar, destaca-se o papel da sociedade civil, conforme tem sido referida ao longo deste capítulo. Nesta sequência, em quarto lugar é essencial realçar o papel da comunicação social: a televisão cabo-verdiana, onde trabalham mulheres que têm vindo a assumir algum protagonismo em diferentes programas de informação, debate e entretenimento; a rádio, que com maior frequência promove o debate político; os jornais, que embora os seus colunistas sejam quase sempre exclusivamente do sexo masculino, suscitam temas relevantes sobre a questão do género, os quais muitas vezes são divulgados através da *Internet*, ampliando o espaço de diálogo; os *blogs*, que marcados pela presença de uma geração mais jovem e cosmopolita, traduzem para o contexto insular um conjunto de preocupações em debate noutros pontos do globo; as redes sociais, como o *facebook*, facilitando a interacção instantânea com comunidades no território nacional e na vasta diáspora e cruzando assim múltiplas visões do mundo.

Em quinto lugar, é crucial referir à influência da cooperação internacional e das instâncias intergovernamentais. Isso é tanto mais relevante quanto se considerar que o país se encontra fortemente dependente do financiamento externo. Nesta sequência, e quanto às directivas das instâncias intergovernamentais, não existem protocolos ou convenções internacionais e regionais sobre a questão do género que não tenham sido ratificados no arquipélago.¹³² Por que razão o país adopta tal orientação positiva para com as políticas do género quando está em jogo uma articulação com o exterior? De facto, esta constitui uma opção político-estratégica mas também identitária, com fortes

¹³² As instâncias internacionais denunciam as estatísticas sobre a violência contra as mulheres, que são alarmantes, incitando a uma adopção de medidas legislativas de combate à «violência de género». Entretanto, para além do desafio da adopção de legislação específica, um outro grande desafio prende-se com a implementação da medida. Por exemplo, no Brasil, para além da existência de Delegacias da Mulher, após a aprovação da «Lei Maria da Penha» (2006), procedeu-se à criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da Comissão de Instalação das Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e do Observatório da Lei Maria da Penha, este último sob a coordenação de um consórcio de universidades e ONGs feministas. Em Espanha, a «*Ley Orgánica de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género*» (2004) define igualmente a criação de diversos organismos, como o *Observatorio Estatal de Violencia sobre la Mujer*, cujo objectivo é a supervisão das actividades para a erradicação da violência; e, dentro da *Comisión de Igualdade*, foi criada uma subcomissão parlamentar para promover a fiscalização e a implementação da medida. No México, a «*Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia*» (2007) ordena a criação de uma base de dados nacional sobre as estatísticas da violência. E, no Ruanda, os homens parlamentares foram envolvidos directamente nas diferentes etapas do processo de elaboração da lei, permitindo-lhes uma maior consciencialização da problemática da violência (cf. UIP, 2006 e 2009b; Santos, 2010).

raízes no colonialismo, que projectou o arquipélago como um caso exemplar (i.e., um «bom aluno»). No âmbito da avaliação da influência transnacional, é ainda fundamental considerar a participação das instituições públicas e partidárias caboverdianas em fóruns internacionais, o que permite igualmente a introdução de novas ideias no arquipélago. Nesta sequência explicativa, foi também fundamental a intervenção da política externa norte-americana, tendo sido um grande marco a visita oficial da Secretária de Estado dos EUA (Hillary Clinton), que publicamente manifestou «descontentamento» para com a violência de género na sociedade caboverdiana. Trata-se de uma visita histórica marcada por um *lobby* feminista ao alto nível, tendo imediatamente produzido efeitos nos discursos políticos nacionais, especialmente do chefe de Governo. Para além disso, é relevante registar o empenho da Embaixadora dos EUA. De facto, esta participação foi substancial. A sua intervenção foi notada através de encontros realizados na sua residência, através da sua intervenção na comunicação social e em encontros oficiais; mas igualmente no financiamento para a iniciativa legislativa. Para além disso, no âmbito das influências externas na adopção da lei contra a violência de género importa ainda ressaltar a experiência de outros países, como por exemplo Portugal, Espanha, Brasil e Moçambique.

Tabela VII.

Factores da Adopção do Projecto-Lei sobre a Violência Baseada no Género

<i>Influências Internas</i>	<i>Influências Externas e Transnacionais</i>
Vontade política das elites partidárias	Directivas das instâncias intergovernamentais
Participação das secções de mulheres (Secretaria das Mulheres do PAICV, mulheres do MpD e RMPCV)	Experiência de outros países (Portugal, Espanha, Brasil e Moçambique)
Participação de uma instituição do Estado (ICIEG)	Política externa norte-americana
Mobilização da sociedade civil (ONGs de mulheres, família e criança)	
Acção dos meios de comunicação social	

De facto, o problema da violência de género merece um tratamento global e específico. É crucial combater o desequilíbrio de género que afecta a vida das mulheres caboverdianas, desde o mundo laboral ao cultural, desde o espaço privado ao espaço público, desde as representações às práticas sociais. Na prática, a violência de género atenuará quando se registarem mudanças substantivas, principalmente quanto à

responsabilização parental, que não foi audazmente inscrita nesta iniciativa legislativa. Daí, sem equacionar a componente familiar, torna-se difícil evitar o drama da violência de género, na medida em que esta constitui uma das suas formas de manifestação. Portanto, a questão da violência de género é evidentemente muito complexa, carecendo de um tratamento multifacetado e contínuo, ao nível educativo, cultural, económico, social, político, familiar e pessoal. Por conseguinte, é importante focar um último tópico. A supracitada lei regula as condições para a efectivação do princípio da igualdade de género. Todavia, regista algumas incoerências na linguagem usada. Em primeiro lugar, o masculino genérico reconduz a uma acepção masculinizada do sujeito agressor. Também regista-se uma acepção masculinizada na pequena alínea relativa à regulação do exercício do poder parental, onde é utilizada a expressão «paternal».

2. DESPACHO DE SUSPENSÃO DAS ALUNAS GRÁVIDAS DA ESCOLA

Não obstante as opções políticas de inclusão do género como uma dimensão importante na formulação de políticas públicas e de legislação contra a violência, isso colide com o controlo moral e o estatuto social de submissão das mulheres impostos pela institucionalização de um acto normativo que reproduz a discriminação «baseada no género» na escola pública. Realce-se que, desde o ano lectivo de 2001-2002, sem a realização de nenhum estudo sobre a matéria, através das *Orientações Gerais para uma Melhor Gestão da Questão da Gravidez nas Escolas*, as alunas grávidas têm sido convidadas formalmente para abandonarem a escola, podendo regressar para continuarem os seus estudos, mas «após a assunção dos deveres decorrentes da função da maternidade». Na altura, a medida de suspensão temporária das alunas grávidas dos estabelecimentos de ensino secundário suscitou algumas controvérsias. Em 2008, com o caso concreto de Ana Rodrigues – originária do concelho de Paul, ilha Santo Antão – convidada para suspender a sua matrícula «por motivo de parto», a questão foi novamente trazida ao debate público. No ofício da Directora da Escola, estava inscrito o seguinte:

A Direcção da Escola Secundária Januário Leite vem por este meio avisar aos professores e alunos da turma 11.ºC, Área Económico e Social, que a aluna Ana Rodrigues fica suspensa das

aulas por motivo de parto. A mesma deverá pedir a anulação da sua matrícula para o presente ano lectivo. (*Escola Secundária Januário Leite*, 28 de Maio de 2008)

Importa ressaltar que, para além de uma mulher como Directora da Escola, também havia uma mulher recém-eleita como Presidente da Câmara Municipal do Paul e uma mulher como Ministra da Educação. Na altura, contando com a solidariedade de familiares, a aluna redigiu uma carta à então Ministra da Educação, contrapondo com a seguinte argumentação reivindicativa do direito à educação:

Como está cristalino no citado aviso, o motivo alegado é parto e não gravidez. Facto que não constitui motivo, de nenhuma natureza legal nem mesmo racional, para justificar a suspensão ou anulação forçada de matrícula junto a uma instituição de Ensino. Esta anulação de matrícula só poderia acontecer, portanto, por motivo de gravidez [...]. [Assim, a Direcção comete] a hedionda ilegalidade de expulsar uma aluna, por sinal das melhores, pois até então conseguiu uma Média de 17,1 valores [...]. Outra questão pertinente é que estamos no final do ano lectivo e a signatária está em plenas condições de retomar as aulas. A superior intervenção do Ministério que V. Excia. superiormente dirige mostra-se imprescindível no sentido de repor a legalidade e dar a uma jovem estudante, e agora também mãe, oportunidade de exercer seus direitos constitucionalmente consagrados, no caso concreto o direito à educação e tratamento justo, bem como dignidade. (*Carta da Aluna Ana Rodrigues*, 2 de Junho de 2008)

Paralelamente, fez chegar a informação a um jornalista da Rádio Comunitária da Mulher. No dia, tanto em Figueiral como por todo o concelho do Paul, tinha corrido a notícia da sua expulsão da escola. A população da aldeia e do concelho se dividia em duas tendências diametralmente opostas. Por um lado, defendia-se que podia terminar o ano lectivo, porque faltavam apenas umas semanas para o fim. Além do mais, a sua média se encontrava acima dos 17 valores, sendo um dos melhores resultados daquela escola. Por outro, recusava-se a sua permanência na escola, alegando que seria um mau exemplo para as suas colegas. À medida que a notícia se espalhava, engrossavam-se as argumentações pró e contras. Passados alguns dias, a edição online de um jornal caboverdiano noticiava o caso de Ana Rodrigues. Surpreendentemente, o caso gerou uma ampla campanha de solidariedade no país e na diáspora, recentrando a discussão neste caso concreto e na consequência da expulsão para a aluna, a sua família e o recém-nascido. E as pessoas que acreditavam em diferentes concepções de justiça social aduziam os seus argumentos, através de textos em jornais, debates televisivos, campanhas na blogosfera e uma petição pública na internet que tinha como objectivos a promoção do debate e a sensibilização pública, reacendendo o debate público e político sobre a expulsão das alunas grávidas. No dia 13 de Junho, por decisão da então Ministra da Educação, foi permitido que a aluna permanecesse na escola [...]. A jovem terminou os seus estudos secundários com uma média final de 17 valores. Por falta de informação e de recursos financeiros, perdeu a oportunidade de candidatar para a frequência do ensino superior no estrangeiro. Todavia, após uma audiência com a Presidente da Câmara Municipal do Paul, conseguiu um apoio financeiro para se inscrever numa unidade de ensino superior em São Vicente. Embora esta história tenha tido um final

feliz, a medida de suspensão temporária das alunas grávidas da escola pública não foi removida, continuando a ser aplicada no arquipélago. (Diário de Campo, 9 Set. 09)

Assim, para uma ilustração das controvérsias das políticas públicas, a presente abordagem analítica toma criticamente como exemplo o referido caso que permite um diálogo entre diferentes concepções de justiça, privilegiando as suas implicações na vida das pessoas. Para avançar importa trazer mais dois comentários. Primeiramente, os argumentos de protecção à função biológica da maternidade e à infância retrocedem ao tempo em que estas responsabilidades outorgadas exclusivamente às mulheres na família constituíam entraves primordiais ao exercício da sua cidadania. Seguidamente, a medida privilegia principalmente a perspectiva institucional da escola, relegando para um segundo plano as oportunidades educativas. O despacho expõe que:

[...] Não obstante o empenhamento de muitas jovens gestantes em prosseguir os estudos, a experiência tem demonstrado que, salvo raras excepções, a maioria reprova ficando assim diminuídas as chances de conclusão dos estudos, devido aos critérios actuais de permanência no ensino secundário (duas reprovações no máximo). A tentativa de conciliação dos estudos com a gravidez tem-se revelado particularmente difícil e dolorosa para as escolas, para as jovens, para os colegas e para os pais. Os efeitos nocivos desta tentativa sobre a gravidez, sobre a maternidade e sobre a vida da criança são facilmente imagináveis.

Por outro lado, a gravidez das alunas tem criado alguns constrangimentos no funcionamento quotidiano das escolas, uma vez que estas por si só não estão, nem podem estar em condições (nem em termos de estrutura física e equipamentos, nem em termos de apoio/aconselhamento psicológico e/ou outro) para fazer face a tal situação. Além disso, muitos professores não se encontram preparados para lidar com a situação tendo em conta as mudanças fisiológicas, psicológicas e mentais por que passam as adolescentes grávidas.

[...] a suspensão temporária das alunas grávidas nos estabelecimentos de ensino, a partir do ano lectivo 2001-2002, é encarada pelo Ministério de Educação, Cultura e Desportos como uma das acções que visa conciliar os princípios constitucionais de protecção da maternidade e da infância com o da garantia, nas condições possíveis, do direito de acesso ao ensino e à formação. Nesta base, não sendo uma medida punitiva, não poderá ser interpretada como «reprovação», no âmbito dos critérios actuais de acesso e permanência no ensino secundário, mas como uma oportunidade para a aluna/gestante poder, após a assunção dos deveres decorrentes da função da maternidade, retomar os seus estudos. As Direcções das escolas deverão manifestar a abertura e flexibilidade administrativas necessárias para analisar os casos que ocorrem em momentos especiais do ano lectivo por forma a permitir a participação normal nos exames. (*Orientações Gerais para uma Melhor Gestão da Questão da Gravidez nas Escolas* [Ministério da Educação, Cultura e Desportos, 2001-2002])

De qualquer forma, a admissão dessa medida tem provocado reacções diversas. Ainda que esse estranho acto normativo defende que se deve “manifestar a abertura e

flexibilidade administrativas necessárias para analisar os casos que ocorrem em momentos especiais do ano lectivo por forma a permitir a participação normal nos exames”, o caso da aluna Ana Rodrigues evidencia uma situação em que se verifica a prática de uma forma abusiva por uma administração escolar, no fim do ano lectivo, para além do motivo dessa acção administrativa não se ajustar à medida. De qualquer forma, nota-se que a expulsão de alunas grávidas da escola pública afecta o conteúdo essencial de um princípio com consagração constitucional, viajando assim em contramão com a ordem jurídica interna que reconhece a igualdade e a não discriminação, particularmente em razão da diferença sexual (nº 2 do art.º 1 da CRCV). Para além disso, a referida medida afecta a substância de uma matéria relevante do sistema de direitos, liberdades e garantias. No arquipélago, encontra-se explicitamente regulamentada que “a extensão e o conteúdo essencial das normas constitucionais relativas aos direitos, liberdades e garantias não podem ser restringidos pela via da interpretação” (nº 2 do art.º 17 da CRCV). Isso significa que não se pode recusar ou restringir “o direito de frequentar estabelecimentos de ensino e de educação e de neles ensinar sem qualquer discriminação, nos termos da lei” (a., nº 2 do art.º 50 da CRCV), na medida em que este faz parte do minucioso catálogo das garantias individuais, num contexto histórico de luta permanente pela ampliação do sistema de ensino formal.

Nesta concordância, em primeiro lugar, tem-se apontado que tal despacho se revela manifestamente inconstitucional, porque viola o art.º 50, tendo em conta que “as leis e os demais actos do Estado, do poder local e dos entes públicos em geral só serão válidos se forem conformes com a Constituição” (nº 3 do art.º 3 da CRCV). Para além de não respeitar a ordem constitucional, tem-se realçado, em segundo lugar, que tal despacho viola as normas do direito internacional que tem acolhimento jurídico no arquipélago (art.º 12 da CRCV), mormente quanto aos direitos humanos e aos direitos das mulheres. Recorde-se que, em 1980, Cabo Verde havia ratificado a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres* e, em 2005, no quadro regional da União Africana, veio a ratificar o *Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativo aos Direitos das Mulheres em África* (tabela VIII).

Tabela VIII.

Constituição da República de Cabo Verde

Artigo 1º

(República de Cabo Verde)

2. A República de Cabo Verde reconhece a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de origem social ou situação económica, raça, sexo, religião, convicções políticas ou ideológicas e condição social e assegura o pleno exercício por todos os cidadãos das liberdades fundamentais.

Artigo 24º

(Princípio da Igualdade)

Todos os cidadãos têm igual dignidade social e são iguais perante a lei, ninguém podendo ser privilegiado, beneficiado ou prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de raça, sexo, ascendência, língua, origem, religião, condições sociais e económicas ou convicções políticas ou ideológicas.

Artigo 50º

(Liberdade de Aprender, de Educar e de Ensinar)

1. Todos têm a liberdade de aprender, de educar e de ensinar.
2. A liberdade de aprender, de educar e de ensinar compreende:
 - a) O direito de frequentar estabelecimentos de ensino e de educação e de neles ensinar sem qualquer discriminação [...];
 - c) A proibição de o Estado programar a educação e o ensino segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas.

Artigo 78º

(Direito à Educação)

1. Todos têm o direito à educação.
3. Para garantir o direito à educação, incumbe ao Estado, designadamente:
 - a) Garantir o direito à igualdade de oportunidades de acesso e de êxito escolar.

Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativo aos Direitos das Mulheres em África

Artigo 12

(Direito à educação e à formação)

1. Os Estados Partes devem tomar todas as medidas apropriadas com vista a:
 - a) Eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres e garantir oportunidades e acesso igual na área da educação e da formação;
 - b) Eliminar todos os estereótipos nos manuais escolares, programas e na comunicação social que perpetuem tal discriminação;
 - c) Proteger as mulheres, em especial as meninas, de todas as formas de abuso, incluindo assédio sexual nas escolas e noutras instituições de ensino e prever sanções contra os autores tais práticas;
 - d) Proporcionar o acesso a serviços de aconselhamento e de reabilitação para as mulheres que sofrem abusos e assédio sexual;
 - e) Integrar a sensibilização do género e a educação sobre os direitos humanos em todos os níveis de programas educativos, inclusive na formação de professores.
2. Os Estados Membros devem tomar medidas positivas concretas para:
 - a) Promover a maior alfabetização das mulheres;
 - b) Promover a educação e a formação de mulheres de todos os níveis e em todas as disciplinas [...];
 - c) Promover a matrícula e a manutenção das meninas nas escolas e noutras instituições de ensino e a organização de programas para mulheres que saem prematuramente da escola.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres

Artigo 10º

Os Estados Signatários deverão tomar todas as medidas necessárias para eliminar a discriminação contra as mulheres a fim de lhes garantir direitos iguais aos dos homens no domínio da educação e, em particular, para assegurar, com base na igualdade de homens e mulheres:

- a) Condições idênticas de carreira e orientação profissional, de acesso aos estudos e de obtenção de diplomas em estabelecimentos educacionais de todos os níveis, tanto nas zonas rurais como urbanas [...];
- f) A redução dos índices de desistência dos alunos do sexo feminino e a organização de programas para raparigas e mulheres que tenham abandonado os estudos prematuramente;
- h) Acesso a informação educacional específica com o fim de ajudar a assegurar a saúde e bem-estar das famílias, incluindo informações e conselhos sobre planeamento familiar.

Desenvolver uma educação e uma formação não discriminatórias é um dos objectivos estratégicos da *Déclaration et Programme d'Action de Beijing*, aprovado na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres em 1995. Entre as medidas a adoptar consta a “eliminação de todos os obstáculos ao acesso das adolescentes grávidas e mães jovens à educação formal...” (objectivo estratégico B.4, medida 83, alínea S.)

Porque esta medida tem implicações graves na vida das alunas grávidas, torna-se urgente debater as concepções de justiça mais razoáveis para lidar com esse caso.¹³³ Do lado institucional, existe uma posição ambígua do Governo e do partido político no poder, responsável pela institucionalização desta medida. Contudo, regista-se a ideia de que se deve flexibilizar a decisão administrativa, de forma a permitir maior diálogo.

Não sei se essa regra, essa norma, é uma violência em relação às mulheres ou às jovens... Tenho muitas dúvidas. O que tem acontecido... E o que é que acontecia antes desse despacho? As jovens ficavam grávidas, quase sempre perdiam a possibilidade de continuar os estudos. Porquê? Porque antes ou após o parto, atingiam um número de faltas que tinham que dar e perdiam o ano por faltas... E o número de reprovações, por faltas ou por notas, num determinado ciclo, levava sempre à perda de direito de continuar os estudos. Esta era a questão básica. E, portanto, eu considero que essas moças eram discriminadas negativamente, e eram empurradas para fora do sistema por causa dos mecanismos existentes. Portanto, são jovens, muitas vezes, com gravidez de risco. Tinham de faltar a aulas... Muitas vezes, a gravidez era sem acompanhamento médico. E depois sujeitavam-se a ambientes escolares hostis. Com o despacho, o que é que se disse? Podem cancelar a matrícula! E não perderiam um ano por faltas, em nenhuma circunstância perderiam o ano por faltas. Podiam ter o bebé naturalmente. E, no próximo ano, continuar os estudos sem qualquer problema. É claro que, não há nunca uma justiça absoluta. Haverá casos de uma ou outra injustiça... E penso que, no momento actual, estamos a proteger, mesmo que eu esteja a ser paternalista em relação a essa questão. Estamos a proteger mais as jovens do que antes [...]. De modo que, eu penso que, estamos a evoluir, que tem havido um diálogo com as alunas, com os pais, que essa questão permitiu um debate sobre esta matéria. Estava a atingir proporções alarmantes, aqui, em Cabo Verde. E agora vale a pena fazer uma avaliação. Vale a pena fazer uma avaliação, e ver o que é que nós conseguimos relativamente a esta regra. Mas, considero que, não é um cerceamento da liberdade das pessoas, que não é uma investida [...]. Considero que esta medida protege-as muito mais, não as empurra para fora do sistema [...]. Pelo contrário, cria condições para (querendo continuar os estudos) após terem os seus filhos... que haja o apoio, [com] o consentimento dos pais e da jovem...

Neste momento, o que é que acontece? Há aquelas que não continuam por causa dos custos inerentes à maternidade. Há outras que regressam, que regressam... Não perdem o ano, e têm oportunidade de continuar. Há esse aspecto que nós teremos de considerar, mas temos de todo o modo de fazer uma avaliação. [...] O número de meninas grávidas nas escolas estava a aumentar exponencialmente [...]. Todas elas estavam a ser empurradas para fora do sistema. Não havia regra, mas as outras regras existentes empurravam essas moças para fora do sistema, para além do contexto social, dos custos sociais de uma gravidez, às vezes, precoce, não é? Portanto, eu penso que é uma questão que deve ser discutida, vendo toda a sua complexidade, aqui, em Cabo Verde. Os pais, muitas vezes, reprimiam as filhas; as atitudes e os comportamentos dos colegas e dos professores [...]; e há as complicações que resultavam, muitas vezes, da gravidez.

E levavam as moças a tomarem medidas que prejudicavam, muitas vezes, a gravidez... apertando, tendo outros mecanismos clandestinos para controlar a gravidez ou para fazer um aborto clandestinamente, e com riscos para

¹³³ Recentemente, o ICIEG (2010) publicou um relatório – *Avaliação do Impacto da Medida de Suspensão Temporária das Alunas Grávidas do Ensino Secundário* –, onde expõe a percepção desta medida por parte da escola, da equipa técnica do ministério da tutela e das alunas. Embora reconhecendo que os dados apresentados são incompletos, o relatório mostra que: das alunas que suspenderam a matrícula, 42% abandonaram a escola; das que regressaram à escola, 56% tiveram aproveitamento. Conclui que “cerca de 58% dos casos de suspensão por gravidez resultam em insucesso” (abandono/reprovação), “o que comprova a ineficácia da medida” (2010: 42).

a saúde. E também as faltas, o que levava a que perdessem o ano, e fossem empurradas para fora do sistema. E, neste momento, ainda há um número elevado de moças que, se engravidarem, ficam também fora do sistema. Ficam fora do sistema, mas tem oportunidades para regressarem [...]. Esse despacho cria oportunidades para as moças continuarem. Esta é a nossa diferença [...]. Antes o que é que acontecia? As moças saíam, as moças saíam, por causa dos custos sociais da maternidade, de uma gravidez, porque perdiam o ano por faltas, quase todas não tinham condições para continuar [...]. Mas porque é que o Estado incentiva a jovem a anular a matrícula? [...] A alternativa, qual é a alternativa? A alternativa é as jovens, todas, quase todas, quase 100%, ficarem fora do sistema [...]. Porque perdem o ano por faltas, quase sempre, perdem o ano por faltas. E, perdendo o ano no mesmo ciclo muitas vezes, são empurradas para fora do sistema. E há os custos de saírem fora do sistema, os custos de não poderem voltar [...].

[...] A ideia essencial era não empurrar essas jovens para fora do sistema, dar-lhes oportunidade de continuarem os seus estudos. O objectivo essencial foi esse. Dar oportunidades aos jovens, às vezes, de poderem continuar os seus estudos [...]. Mas, muitas não, muitas continuam, muitas regressam [...]. Não estou a dizer que tenhamos que aplaudir a medida. O que eu digo é que é uma medida que favorece mais as moças do que a situação anterior. Favorece mais, dá mais oportunidades. Agora, ainda há o segmento que fica fora por várias razões. E, eventualmente, há necessidade de outros mecanismos para apoiar. E, eventualmente, teremos de avaliar, teremos de avaliar esse diploma e ver se [...] há necessidade de mudanças, se não atingiu em nenhuma circunstância os seus objectivos. Então, revogar o despacho, e encontrar outros mecanismos para se combater essa questão da gravidez nas escolas.

Ultimamente, dei orientações no sentido de sempre haver diálogo, haver negociação. E se a jovem quiser continuar na escola, mesmo estando grávida, que deve continuar. Desde que, haja o consentimento dos pais da jovem... e suportar as condições ambientais, digo, as relações sociais nas escolas e as próprias condições físicas das escolas... [...] não haverá nenhum problema na continuidade das jovens. (Ent. 29, H-Lid. Partidária, PAICV [Praia 2010])

Esta medida foi instituída quando havia um homem à frente do Ministério da Educação, tendo sempre contado com os pareceres favoráveis de homens e mulheres da administração pública, inclusive militantes da «causa feminina». E, por isso mesmo, a recente passagem de três mulheres pela chefia desta pasta ministerial não implicou a sua revogação. Entretanto, no quadro da competência da Assembleia Nacional para apreciar e fiscalizar os actos do Governo e da Administração Pública, o maior partido da oposição (MpD) apresentou em plenário – pela voz de uma deputada (a mais velha) – uma declaração política contra a medida, e na sequência da mobilização pública em torno do caso de Ana Rodrigues. Na referida declaração, o MpD declara que “as orientações do Governo não podem estar acima da Constituição. Já é tempo de, em defesa da Constituição, o Parlamento exigir que o Governo cumpra a Constituição, anulando as orientações gerais, para uma melhor gestão da questão da gravidez nas escolas.” Entretanto, o líder da bancada parlamentar do PAICV readiu, dizendo que,

até a data, em nenhum momento, o partido da oposição apresentou nenhum pedido de fiscalização da constitucionalidade dessa medida. Na mesma sessão, a deputada mais velha do PAICV também reagiu, alegando que:

Esta medida foi tomada para proteger as alunas, não para as penalizar. É confrangedor ver-se uma aluna grávida no quadro, por exemplo, a fazer um exercício. É confrangedor ver-se uma aluna grávida mal disposta numa sala de aulas a ter que assistir à aula durante 50 minutos. É confrangedor ver-se uma aluna grávida a ter que fazer um teste e a passar por momentos difíceis e termos que sair com ela lá fora e ir buscar um copo de água para lhe dar ou chamar um médico porque ela está a sentir-se mal. Eu não estou a fazer poesia. Estou a dizer coisas que aconteceram no Liceu Domingos Ramos, factos que aconteceram no Liceu.

Este é um exemplo em que a aliança das mulheres-políticas com o seu próprio partido sobrepõe-se à aliança com os «interesses das mulheres», discriminando de modo ainda mais significativo as mulheres das camadas sociais mais baixas.

Não vejo que haja diferença política. Talvez também as organizações de mulheres em Cabo Verde, particularmente no período de partido único, eram organizações muito enfeudadas ao partido político e à ideologia do partido político. O que quer dizer que a agenda feminina, a agenda das mulheres, era uma agenda muito condicionada pela agenda política mais global, da ideológica. Hoje em dia, também se passa um pouco disso. Tenho a percepção que as mulheres, aqui, não quer dizer que sejam partidarizadas, mas são muito influenciadas pelos partidos políticos. Quer dizer, mesmo a bipartidarização política que nós temos reflecte-se um pouco também nas instituições oficiais ou privadas de mulheres [...]. O que tira alguma margem de autonomia para que as questões femininas, de género feminino, tenham autonomia e tenham mais expressão. Isso que eu digo das mulheres, digo, por exemplo, em relação à juventude também. Porque são muito partidarizadas, muito... há um bloqueio forte, há um consenso forte por [...] [causa] dos partidos políticos [...] Por exemplo, ainda bem que me lembrei de um exemplo que eu posso dar... Eu acho incrível, por exemplo, que se tenha que tomar uma medida de proibição de adolescentes grávidas nos estabelecimentos de ensino, que é, por exemplo, uma medida, do meu ponto de vista, gravíssima; que é uma medida, quer dizer, uma medida que me cheira a coisas salazarentas [...]. Eu não acredito que as mulheres ou boa parte das mulheres do PAICV, que estão nas secções femininas, nas secções de mulheres, aceitem no íntimo esse tipo de acção. (Ent. 59, H-Jurista [Praia 2009])

Nós temos tido várias mulheres aqui no poder, em educação. [Aquela medida] discriminatória em matéria de género... Porque ela elimina oportunidades importantes a um grupo de raparigas... Porque vê-se, muitas vezes, mais de 50%, por exemplo, no Paul... Nós vemos que, mais de 50% das jovens que [...] suspendem a matrícula por gravidez, não volta. Portanto, se traduz também em abandono e, no fundo, é uma questão moralista, completamente moralista. É aquilo que representa o sexo fora do marco institucional, etc. E violar os direitos sexuais das jovens? Então, estás a ver... Nós tivemos já duas [agora três] ministras, depois dessa lei, e nenhuma delas modificou a lei. E eu duvido que elas concordem... assim não sei ou se concordam... quer dizer que, não tem uma consciência de género. E, se concordam por solidariedade política, quer dizer, também que a consciência de género delas é menor do que a fidelidade política que elas têm. Então, eu não estou a ver isso

como uma mais-valia. Esse número no Governo, continuo a não achar como uma mais-valia. Mas, aliás, eu digo, temos outras mulheres no Governo, montes de outras mulheres no Governo... essas mulheres podiam também tomar uma outra atitude perante isto. Mas é maior a fidelidade política [...] do que propriamente às questões de género, ou como digo, por outra parte, pode ser que a própria moral, o esquema moralizante, moralizador delas [...]. Então, nem sempre significa que se modifiquem as relações de género, que esta participação se traduza numa melhoria de uma acção afirmativa, numa acção em prol de género. Mas, sim acho, também que, no geral, é muito importante, porque há uma outra questão, de elas estarem na política, elas serem ministras, dá visibilidade às mulheres e obriga a um imaginário social, muda esse poder [...]. (Ent. 63, M-Org. [Praia 2009])

Até certo ponto, há muita [...] incapacidade técnica de perceber a necessidade de integração da abordagem de género no Ministério da Educação. Como exemplo, temos a medida de afastamento das grávidas do ensino. Eu tinha muita esperança que a ministra Vera Duarte eliminasse essa medida. E ela não o fez. O que é que nós estamos a fazer, junto com eles, neste momento? Estamos a fazer o estudo do impacto dessa medida [...], e esperamos ter o resultado em Outubro. E é uma das preocupações do ICIEG de eliminar essa medida. Caso o Ministério da Educação não aceitar a eliminação, transformar essa medida de uma medida moralista [...] para uma medida positiva... Ainda não temos os resultados, mas estamos a trabalhar [...]. Então, percebe-se isso... Mostra uma certa insensibilidade, a meu ver, da actual Ministra, apesar de ter a preocupação dos direitos humanos, mas em termos de género deixa muito a desejar. Infelizmente, em termos de género, está aquém das nossas expectativas. (Ent. 33, M-Org. [Praia 2009])

Posto isso, este capítulo permite tirar duas ilações. Por um lado, percebe-se que a fraca proporção de assentos parlamentares ocupados por mulheres condiciona o modo como elas exercem o poder e o impacto da sua presença no processo legislativo, sendo que, para contornar o défice de representação feminina, torna-se importante desencadear alianças parlamentares e extraparlamentares, procurando criar sinergias que superem as divergências partidárias e sociais e possibilitem a mudança do quadro legal. Por outro, o simples aumento da representação descritiva das mulheres na esfera da decisão política – nomeadamente no poder executivo – não traduz automaticamente numa alteração substantiva das prioridades e opções políticas, ainda que estejam em causa interesses das camadas femininas mais vulneráveis. Em suma, para além da inclusão política das mulheres nas esferas decisórias, no poder executivo ou legislativo, a nível dos órgãos nacionais ou locais, torna-se também importante conferir atenção ao impacto da sua presença, mormente na elaboração das leis e das políticas públicas.

GÉNERO E DEMOCRACIA: QUE SAÍDA PÓS-COLONIAL?

1. ELITE PÓS-COLONIAL CABOVERDIANA

Particularmente ao longo das últimas duas décadas, vários estudos questionaram as representações e as práticas da elite (pós)colonial caboverdiana. No âmbito dessas revisitações históricas e analíticas, tornou-se mais claro as estratégias de identificação e a função do próprio aparelho burocrático-administrativo nas intensas e complexas lutas políticas no arquipélago de Cabo Verde. Deste modo, apesar dos discursos dominantes acerca da homogeneidade étnico-cultural da sociedade insular, começaram também a surgir perspectivas críticas que denunciam a existência de uma dinâmica interna de hierarquização cultural e os modos de produção da (in)visibilidade de certos segmentos sociais, com base em desigualdades históricas e diferenças fenotípicas. Por conseguinte, têm-se progressivamente desvelado múltiplas mundividências no seio do universo caboverdiano, levantando simultaneamente algumas interrogações sobre a diversidade interna do colectivo das mulheres. Deste modo, a questão da identidade nacional e das mulheres se transformou num tema de grande importância, inclusive no que se refere à sua articulação com as reivindicações em favor de uma democracia mais inclusiva.

É precisamente quando a relação entre género e democracia se torna mais evidente que novas questões impulsionam uma mudança no paradigma de análise das relações de poder entre homens e mulheres, abarcando não apenas a dimensão de género, mas, ao mesmo tempo, outras categorias de análise política, tais como a classe ou a região. Por isso, neste trabalho, revelou-se de fundamental importância a perspectiva da interseccionalidade entre essas diversas categorias analíticas, a fim de se perceber as relações de poder num pequeno espaço insular da costa ocidental africana, marcado pelo sistema histórico do colonialismo e do pós-colonialismo.

2. QUE POLÍTICA DA PRESENÇA NUM TEMPO PÓS-COLONIAL?

Conforme foi referido no primeiro capítulo desta tese, uma das preocupações centrais dos debates sobre a democracia contemporânea prende-se com a relação entre género e democracia, interrogando-se, por conseguinte, ainda hoje, a persistência da sub-representação política das mulheres. Trata-se de uma temática controversa. Nos últimos anos, por um lado, verificou-se um crescimento significativo da presença feminina na estrutura do poder em termos locais, nacionais e globais e, por outro, concomitantemente, emergiu uma análise crítica sobre o perfil e os interesses de uma franja de mulheres privilegiadas no acesso aos diferentes órgãos oficiais de poder político. Em todo o caso, ao tema da paridade de género na esfera pública subjaz um discurso político moderno a vários níveis e em diferentes instâncias. Na esteira disso, tem sido objecto de questionamento a relação entre a esfera pública e a privada, com a finalidade de revitalizar a democracia, dentro e fora de casa.

Efectivamente, esta tese centra-se na problemática da representação política das mulheres, incidindo no caso cabo-verdiano e examinando a presença feminina em três dos principais órgãos de poder político – Parlamento, Governo e Autarquias Locais –, os quais permitem uma comparação entre o poder local e o poder central, bem como entre os órgãos de eleição e os de nomeação. Neste contexto histórico concreto de predomínio masculino, é inquestionável, ainda hoje, a monopolização por parte dos homens tanto dos processos decisórios como da apropriação dos postos mais altos da administração pública. Num e noutro caso, as causas remetem para as desigualdades estruturantes e históricas entre homens e mulheres, mas igualmente para os valores, culturas e tradições masculinas que conformam as instituições de uma democracia que se quer mais moderna e mais inclusiva, mas que tende a remeter as mulheres para um plano marginal da sociedade, da cultura e da política. Porém, ultimamente, registam-se transformações estruturantes com reflexos no campo político, embora menos em órgãos electivos do que em órgãos de nomeação. Tanto assim é que é hoje perceptível uma maior tendência para a inclusão de mulheres no Governo, apesar da persistência da sua sub-representação no Parlamento e nas Autarquias Locais. Ainda assim, o facto

de formalmente se ter alcançado a paridade de género no poder executivo revelou-se de grande significado para as políticas interna e externa, dando a ideia ilusória de estarem já completamente aplanadas as bases em que assentam as desigualdades de género.

Se, por um lado, a paridade de género como um facto político inovador assume uma enorme relevância no arquipélago, sobretudo quando comparada com o cenário mundial – caracterizado, em geral, pela pouca relevância representativa feminina nos lugares cimeiros do aparelho de Estado –, constata-se, por outro, que esta alegada governação paritária suscita interpelações várias, nomeadamente quanto ao perfil, às barreiras e aos desafios que as «imigrantes» recém-chegadas experimentam num campo político de predomínio tradicionalmente masculino. Com base nas várias entrevistas realizadas, constata-se efectivamente que as mulheres precisam de acumular inúmeros recursos escolares, profissionais e outros, para além de, em regra, terem de trabalhar muito mais para acederem ao poder executivo e se destacarem, em ordem a justificar a sua presença em cargos de topo. A secundar este processo político, torna-se evidente a existência de uma dinâmica de luta pelo poder protagonizada tanto por homens como por mulheres da (aspirantes à) elite política caboverdiana, através de uma estratégia auto-assumida e de disponibilização para a participação na estrutura do poder, essencialmente nos órgãos de alta representação política.

No arquipélago de Cabo Verde, a relação de dominação e de subordinação imposta pelo campo político – que aqui se denomina por ilha-metrópole – provoca de *per se* dois processos excludentes, não obstante assaz interrelacionados: ambos excluem e, paradoxalmente, também incluem, numa dinâmica interactiva em que ressalta invariavelmente o predomínio do masculino. Isso significa que, por um lado, dentro do mundo político masculino, certas mulheres podem ser incluídas, mas sempre de uma forma subalterna. Por outro, é restringido o acesso ao poder e ao reconhecimento às mulheres que pertencem a franjas sociais mais desfavorecidas, implicando assim que sejam duplamente discriminadas – como mulheres e também como advenientes de classes dominadas –, sendo por isso metaforicamente remetidas para uma espécie de

colónia interna, enquanto comunidade política subjugada. Em certo sentido, estes processos corroboram a ideia de que, mesmo com o fim do colonialismo político e inclusivamente entre as mulheres – à semelhança do que sucedia na relação histórica entre as «mulheres colonizadoras» e as «mulheres colonizadas» –, assiste-se ainda a uma relação de matriz tipicamente excludente entre a oligarquia política feminina e as outras mulheres da comunidade política subalterna.

Com efeito, observa-se que, mesmo nas trajetórias e nas narrativas de mulheres na estrutura do poder, principalmente nos órgãos de nomeação política ao nível do topo da hierarquia administrativa insular, subjaz um discurso excludente. Embora seja reiterada a ideia de que a discriminação de género tende a ser superada pela posse de recursos escolares e pelo engajamento profissional, elas evidenciam sinais de ruptura e de continuidade do sexismo, do elitismo e do regionalismo no campo político. Por conseguinte, na estrutura do poder, as modalidades de representação do político adoptadas pelas mulheres no poder reproduzem frequentemente as mesmas lógicas de exclusão social e política e, em certa medida, induzem a uma espécie de normatização das diferenças sociais e culturais como um exercício de poder.

Por isso mesmo, o exercício de representação pelas mulheres tende a assumir contornos contraditórios quando transportam para o seu discurso algumas dinâmicas de discriminação social, regional e de género. Ainda que se vejam e sejam vistas *como* mulheres, elas incorporam a retórica política que legitima a distribuição desigual do poder e as práticas sociais discriminatórias, invisibilizando os segmentos femininos subalternos e contribuindo para a reprodução de estigmas e estereótipos construídos historicamente no universo insular. Assim, é relevante analisar o campo político não só a partir das relações de género, mas simultaneamente numa articulação crítica com as desigualdades sociais e geográficas, sem ignorar a dimensão histórica e cultural.

Considerando o discurso excludente e o retrato institucional, especialmente de as mulheres da governação paritária, pode-se concluir que a discriminação cultural assenta ainda hoje em caracteres físicos. No fundo, a ideologia do branqueamento

institucional incide mais gravemente sobre/entre as mulheres, o que reforça as formas de exclusão na estrutura do poder. Para além disso, ainda que seja num espaço arquipelágico onde a intelectualidade veicula a ideia de que «o problema da cor» deixou literalmente de ter significado, verifica-se, no entanto, que há diferença nas nuances de cor entre homens e mulheres na esfera do poder político. Pelo retrato do poder executivo, a título de exemplo, constata-se a exclusão de mulheres mais escuras de todo o arquipélago e, em particular, da propalada “ilha mais negra” (Santiago). Isso indicia que o sistema político as exclui ou que ainda é bloqueado às mesmas o acesso, pela via do cerceamento institucional aos instrumentos e/ou aos requisitos susceptíveis de ocasionar uma maior mobilidade política destas mulheres. Deste modo, conclui-se que, apesar da sua função simultânea de promotora da igualdade de género, a racionalidade moderna ocidental, que estabelece os critérios de recrutamento político no arquipélago, assenta em distinções de género, social e regional, engendrando um silêncio abissal de diferenciação múltipla.

Diante deste quadro bastante discriminatório com/entre as mulheres, a maior visibilidade da presença feminina em cargos políticos governamentais tem conduzido a um pessimismo em relação à construção de uma agenda emancipatória que equacione quer a questão de género em articulação com as desigualdades sociais e geográficas, quer as possibilidades da transformação do campo político e das regras do jogo em vigor. É assim que, mesmo no poder legislativo, as medidas mais progressistas para as mulheres (tal como a lei contra a «violência baseada no género») assumem a abordagem institucionalista que não resolve o problema de largas camadas femininas da sociedade serem condicionadas tanto pelas desigualdades sociais, culturais e regionais, como no acesso às instâncias formais de resolução dos conflitos. Não obstante, reconhece-se o relativo potencial emancipatório desta medida, quanto mais não seja no que se refere à própria politização da violência de género. No entanto, tratando-se de formas de violência contra as mulheres, não deixa de ser assaz contraditório o facto de, no país da paridade governamental, existir uma norma ministerial de exclusão das alunas grávidas da escola pública, ainda que o saber formal seja reconhecido como um dos principais instrumentos de mobilidade vertical numa sociedade desigual.

Em todo o caso, a melhoria da presença de mulheres nos órgãos de poder político possibilita pelo menos uma paulatina emergência de questões fracturantes e complexas que ainda agravam a condição social concreta dos segmentos femininos. Exemplos disso são a lei contra a «violência baseada no género» (cf. Capítulo 8) e a proposta de uma lei da paridade (cf. Capítulo 7).

Sendo assim, num quadro de incertezas quanto à possibilidade das mulheres do poder influenciarem as decisões políticas ou desafiarem as estruturas partidárias em favor das camadas sociais mais desfavorecidas e da comunidade feminina em geral, a principal conclusão desta dissertação é a de que quando as mulheres deixarem de ser «imigrantes» recém-chegadas ao mundo político – e assumirem o seu papel enquanto agentes de transformação política – poderão contribuir para a efectiva redefinição da prática da cidadania, do poder político e da democracia insular. Contudo, isso implicará tanto a socialização do político como a politização do social. Da mesma forma que não é suficiente que a presença feminina na política seja apenas numérica, torna-se também problemático que seja uma presença de mulheres com origem social e de regiões privilegiadas (cf. Capítulo 6). A inclusão política passa igualmente pela representação da diversidade e do pluralismo do colectivo feminino nos diferentes níveis do poder. De outro modo, quando a inclusão acontece numa perspectiva meramente classista ou regional corre-se um risco enorme de esvaziar o conteúdo fundamental do sentido da luta pela igualdade entre homens e mulheres. Além do mais, poderá implicar algo extremamente grave que é tornar ténue a distância entre *política da presença* (Phillips, 1991) e *imperialismo da presença* (Varela, 2011), deixando perdurar as condições que produzem a exclusão ou limitam a inclusão, principalmente das camadas mais afectadas pelo pensamento colonial e *praxis* política daquele período.

3. PISTAS PARA O FUTURO

Um dos limites, e ao mesmo tempo um dos traços distintivos desta tese, é que incide principalmente sobre a elite política, abarcando o posicionamento de diferentes

grupos sociais mais próximos da classe política. Ficam de fora as instâncias informais subalternas e a sua relação de dependência, autonomia ou resistência com a estrutura do poder político oficial. Significa que, a partir da situação concreta das mulheres, um dos desafios para a democracia prende-se com a urgência de ampliar o político para além da estrutura política moderna herdada do tempo colonial, sendo necessária uma articulação dialógica entre a política da presença nos espaços formais e a participação na formação das vontades políticas nas comunidades. Da mesma forma que é relevante ter em consideração as relações de género e as relações entre as mulheres no sentido de reanimar a democracia, torna-se extremamente importante fortalecer novas dinâmicas políticas que combinem a democracia representativa e participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHEBE, Chinua, *Things Fall Apart*. Johannesburg: Heinemann.
- ACHEBE, Chinua (1977), “An Image of Africa”, *The Massachusetts Review*, 18 (4), 782-794.
- ACHEBE, Chinua (1978), “An Image of Africa”, *Research in African Literatures*, 9 (1), Special Issue on Literary Criticism, 1-15.
- ACHIN, Catherine (2007), *Sexes, Genre et Politique*. Paris: Economica.
- Acto Colonial* (http://pt.wikisource.org/wiki/Acto_Colonial).
- AGACINSKI, Sylviane (1999), *Política dos sexos*. Oeiras: Celta.
- ALBUQUERQUE, Luís (2ª ed.) (2001), “O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde”, in *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 23-39.
- ALEXANDER, Jacqui; Mohanty, Chandra T. (eds.) (1997), *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures*. Londres: Routledge.
- ALEXANDRE, Valentim (2000a), *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento.
- ALEXANDRE, Valentim (2000b), “O Império Africano (Séculos XIX-XX): As Linhas Gerais”, in Valentim Alexandre (org.), *O Império Africano (Séculos XIX e XX)*. Lisboa: Colibri, 11-28.
- ALEXANDRE, Valentim (1979), *Origens do Colonialismo Português Moderno: 1822-1891*. Lisboa: Sá da Costa.
- ALMADA, David Hopffer (2006), *Pela Cultura e Pela Identidade: Em Defesa da Cabo-verdianidade*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- ALMADA, David Hopffer (1984), *Canto a Cabo Verde*. Praia.
- ALMADA, José Luís Hopffer (2008), “Um Excurso Complementar à História e à Cultura Caboverdianas a partir do Ano-Miradouro de 2006”, in José Luís Hopffer Almada (org.), *O Ano Mágico de 2006: Olhares Retrospectivos sobre a História e a Cultura Caboverdianas*. Praia: IBNL, 31-130.

- ALMADA, José Luís H. (2007), “Funcionalização Político-Ideológica e Síndromas de Orfandade nos Discursos Identitários Cabo-verdianos”, *Direito e Cidadania* (Número Especial), 265-373.
- ALMADA, José Luís Hopffer (2005a), “A Ficção Cabo-verdiana Pós-independência: Permanência e Ruptura”, in Filinto Elísio Correia e Silva (coord.), *Cabo Verde: 30 Anos de Cultura*. Praia: IBNL, 125-196.
- ALMADA, José Luís Hopffer (2005b), “Estes Poetas São Meus: Algumas Reflexões sobre a Poesia Cabo-verdiana nos Trinta Anos da Independência Nacional”, in Filinto Elísio Correia e Silva (coord.), *Cabo Verde: 30 Anos de Cultura*. Praia: IBNL, 201-271.
- ALMADA, José Luís H. (1998a), “Processos Literários Cabo-verdianos e o Lugar da Ilha de Santiago na sua Consecução”, *Pré-Textos*, 16-25.
- ALMADA, José Luís H. (1998b), “A Poética Cabo-verdiana Pós-Claridade: Alguns Traços Essenciais da sua Arquitectura”, *Cabo Verde: Insularidade e Literatura*. Paris: Karthala, 137-165.
- ALMADA, José Luís H. (1998c), “A Ficção Cabo-verdiana Pós-Claridosa: Alguns Fundamentos da sua Evolução”, *Cabo Verde: Insularidade e Literatura*. Paris: Karthala, 168-185.
- ALMADA, José Luís Hopffer (1998d), “Nha Bibinha Kabral: Bida y Obra”, *Cultura*, 2, 123-131.
- ALMADA, José Luís Hopffer (1991), *Mirabilis de Veias ao Sol: Antologia dos Novíssimos Poetas Cabo-verdianos*. Praia-Lisboa: ICL e Caminho.
- ALMEIDA, Germano (2003), *Cabo Verde – Viagem pela História das Ilhas*. Mindelo: Ilhéu Editora.
- Salvador, José (2003), “Ciao Boa Vista! Até à Próxima, Cabo Verde!”, *Cabo Verde – Viagem pela História das Ilhas*. Mindelo: Ilhéu Editora, 11-13.
- ALMEIDA, Germano, *A Morte do Ouidor*. Caminho.
- ALMEIDA, Germano, *Os Dois Irmãos*. Caminho.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (2004a), “Crioulização e Fantasmagoria”, *Série Antropologia*, 365, 1-13.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (2004b), *Outros Destinos: Ensaios de Antropologia e Cidadania*. Porto: Campo das Letras.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (2002), “O Atlântico Pardo. Antropologia, Pós-colonialismo e o Caso ‘Lusófono’ ”, in Cristiana Bastos, Miguel Vale de Almeida e Bela Feldman-Bianco (org.), *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 23-37.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (2000), *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política da Identidade*. Oeiras: Celta.

- ALVAREZ, Sonia (1999), “Feminismos Diversos y Desplazamientos Desiguales”, *Fempres (Especial): Feminismos fin de siglo*, 28-31.
- ALVAREZ, Sonia (1989), *Engendering Democracy in Brazil*. Princeton: Princeton University Press.
- AMÂNCIO, Lúgia (1998), *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*. Porto: Afontamento.
- AMADIUME, Ifi (1997), *Re-inventing Africa: Matriarchy, Religion, and Culture*. London: Zed Books.
- AMADIUME, Ifi (1995), “Gender, Political Systems, and Social Movements: A West African Experience”, in Mahmood Mamdani and E. Wamba-dia-Wamba (ed.): *Africa Studies in Social Movements and Democracy*. Dakar: CODESRIA Publications.
- AMADIUME, Ifi (1987), *Male Daughters, Female Husbands: Gender and Sex in African Society*. London: Zed Books.
- AMARAL, Ilídio do (2007), *Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens*. Lisboa, Praia e Faro: Associação das Universidades de Língua Portuguesa; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Instituto de Investigação Científica Tropical; Universidade do Algarve; Universidade de Cabo Verde (edição fac-similada).
- AMARAL, Ilídio do (2ª ed.) (2001), “Cabo Verde: Introdução Geográfica”, in *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1-39.
- AMARÍLIS, Orlanda (1991), *Cais-do-Sodré té Salamansa*. Linda-a-Velha: ALAC.
- AMARÍLIS, Orlanda (1989), *A Casa dos Mastros*. Linda-a-Velha: ALAC.
- AMARÍLIS, Orlanda (1983), *Ilhéu dos Pássaros*. Lisboa: Plátano.
- ANDERSON, Benedict (1991), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- ANDRADE, Elisa (1998), “Do Mito à história”, in Manuel VEIGA (org.): *Cabo Verde, Insularidade e Literatura*. Paris: Karthala, 1998, 17-32.
- ANDRADE, Elisa (1997), “Cabo Verde: Povo, Cultura e Identidade Cultural”, *Cultura*, 1, 7-17.
- ANDRADE, Elisa (1996), *As ilhas de Cabo Verde: Da «Descoberta» à Independência Nacional (1460-1975)*. Paris: L’Harmattan.
- ANDRADE, Elisa (1987), “As Mulheres: Pilares das Sociedades Africanas”, *Terra Solidária*, 5, 1-4.

- ANDRADE, Mário Pinto de (3ª ed.) (1980), *Antologia Temática de Poesia Africana I: Na Noite Grávida de Punhais*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro.
- ANTHIAS, Floya; Yuval-Davis, Nira (1996), *Racialized Boundaries: Race, Nation, Gender, Colour and Class and the Anti-racist Struggle*. London: Routledge.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos (2004), “A Condição de Mediador Político-cultural em Cabo Verde: Intelectuais e Diferentes Versões da Identidade Nacional”, *Etnografia*, Vol. III (2), 273-295.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos (2003), “Elites Intelectuais e Conformação da Identidade Nacional em Cabo Verde”, *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, 3, 579-596.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos (2002), *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: Lutas de Definição da Identidade Nacional*. Porto Alegre e Praia: Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais.
- APPIAH, Kwame Anthony (2006), *Cosmopolitanism: Ethics in a World of Strangers*. New York: W.W. Norton.
- APPIAH, Kwame Anthony (1997), *Na Casa de Meu Pai: A África na Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- ARAÚJO, Helena Costa (2002), “Editorial: Outros Sentidos para Novas Cidadanias”, *ex aquo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 7, 5-13.
- ARNFRED, Signe (2002), “Conception of Gender in Colonial and Post-colonial Discourses: The Case of Mozambique”, 1-13 (www.codesria.org).
- ARNOT, Madeleine; Dillabough, Jo-Anne (2002), “Reformular os Debates Educacionais sobre a Cidadania, Agência e Identidade das Mulheres”, *ex aquo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 7, 17-45.
- ASHCROFT, Bill; Griffiths, Gareth; Tiffin, Helen (2005), *Post-colonial Studies: The Key Concepts*. London: Routledge.
- ASHCROFT, Bill; Griffiths, Gareth; Tiffin, Helen (2002), *The Empire Writes Back*. London: Routledge.
- ANZALDÚA, Gloria (1999), *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books.
- BACCHI, Carol Lee (1999), *Women, Policy and Politics: The Construction of Policy Problems*. London: Sage.
- BALENO, Ilídio Cabral (2ª ed.) (2001), “Povoamento e Formação da Sociedade”, *in História Geral de Cabo Verde*, Vol. I. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 125-177.

- BALIBAR, Étienne ; Wallerstein, Immanuel (1997), *Race, Nation, Classe : Les Identités Ambiguës*. Paris : La Découvert.
- BALIBAR, Étienne (1997), “Racisme et Nationalisme”, in Étienne Balibar et Immanuel Wallerstein, *Race, Nation, Classe : Les Identités Ambiguës*. Paris : La Découvert, 54-92.
- BARBOSA, Jorge (2002), *Obra Poética*. Lisboa: INCM.
- BASTOS, Cristiana (2003), “Um Luso-tropicalismo às Avestas: Colonialismo Científico, Aclimação e Pureza Racial em Germano Correia”, in Margarida C. Ribeiro e Ana Paula Ferreira (org.), *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 227-253.
- BASTOS, Cristiana (1998), “Tristes Trópicos e Alegres Luso-tropicalismos: Das Notas de Viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre”, *Análise Social*, vol. XXXIII, 146/147, 415-432.
- BARBOSA, Káká, *Vinti Sintidu Letrádu na Kriolu*. Praia: Institutu Kabuverdianu di Livru.
- BARROS, Carlota (2011), “Mulheres” (poema inédito). Lisboa.
- BARROS, Carlota (2007), *Sonho Sonhado*. Praia: IBNL.
- BARROS, Crisanto (2012), *Génese e Formação das Elites Político-administrativas Cabo-verdianas (1975-2008)*. Praia: UNICV (Tese de Doutoamento).
- BARROS, Victor (2008), “As ‘Sombras’ da *Claridade*: Entre o Discurso de Integração Regional e a Retórica Nacionalista”, in Luís Reis Torgal, Fernando Tavares Pimenta e Julião Soares Sousa, *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 193-217.
- BALLINGTON, Julie; Matland, Richard (2004) “Political Parties and Special Measures: Enhancing Women’s Participation in Electoral Processes”, *Enhancing Women’s Participation in Electoral Processes in Post-conflict Countries* (www.un.org).
- BARRENO, Maria Isabel (2009), *Vozes do Vento*. Lisboa: Sextante.
- BARRENO, Maria Isabel (1994), *O Senhor das Ilhas*. Lisboa: Caminho.
- BALAKRISHNAN, Gopal (ed.) (1996): *Mapping the Nation*. New York: Verso.
- BATAILLE, Philippe; Gaspard, Françoise (1999), *Comment les Femmes Changent la Politique : Et Pourquoi les Hommes Résistent*. Paris : La Découverte.

- BATALHA, Luís (2004), “A Elite Portuguesa-Cabo-verdiana: Ascensão e Queda de um Grupo Colonial Intermédio”, in Clara Carvalho e João de Pina Cabral (orgs), *A Persistência da História: Passado e Contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 191-225.
- BAUM, Michael; Espírito-Santo, Ana (2009), “As Causas para a Adopção da Lei da Paridade em Portugal”, in André Freire e José Manuel Leite Viegas (orgs.), *Representação Política: O Caso Português em Perspectiva Comparada*. Lisboa: Sextante, 375-414.
- BAUM, Michael; Espírito-Santo, Ana (2007), “As Desigualdades de Género na Participação Política em Portugal: Uma Perspectiva Longitudinal”, in André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães (orgs.), *Eleições e Cultura Política*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 111-155.
- BAUM, Michael; Espírito-Santo, Ana (2004), “Desigualdades de Género em Portugal: A Participação Política das Mulheres”, in André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães (orgs.), *Portugal a Votos: As Eleições Legislativas de 2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 261-299.
- BEAUVOIR, Simone de (2007-2008), *Le Deuxième Sexe*, Vol. I e Vol. II. Paris : Gallimard.
- BETTENCOURT, Fátima (1994), *Semear em Pó: Contos*. Praia: ICLD.
- BETTENCOURT, Fátima (2001), *Um Certo Olhar: Crónicas*. Praia: IBNL.
- BEIJING (2002), “Déclaration et Programme D’Action de Beijing”, in *Déclaration et Programme D’Action de Beijing suivis de Beijing+5 Déclaration Politique et Document Final*. New York : Nations Unies, 1-208.
- BETTENCOURT, Ana Maria; Pereira, Maria Margarida Silva (coord.) (1995), *Mulheres Políticas: As Suas Causas*. Lisboa: Quetzal.
- BETTENCOURT, Fátima (1998), “A idiossincracia caboverdiana”, *Cultura*, 1 (2), 17-25.
- BIRMINGHAM, David (2004), *Portugal and Africa*. Athens: Ohio University Press.
- BHABHA, Homi K. (2002), *The Location of Culture*. New York: Routledge.
- BHABHA, Homi K. (ed.) (2000), *Nation and Narration*. New York: Routledge.
- BOURDIEU, Pierre (2001), *Science de la Science et Réflexivité*. Paris : Raisons d’agir.
- BOURDIEU, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.

- BOURQUE, Susan; Grossholtz, Jean (1998), “Politics an Unnatural Practice: Political Science Looks at Female Participation”, Anne Phillips (ed.), *Feminism and Politics*. Oxford: Oxford University Press, 23-43.
- BOXER, Charles (1988), *Relações Raciais no Império Colonial Português (1415-1825)*. Porto: Afrontamento.
- BOXER, Charles (1981), *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70.
- BOXER, Charles (1977), *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica (1415-1815): Alguns Factos, Ideias e Personalidades*. Lisboa: Horizonte.
- BRIDGER, Barbara (2009), “Dying to Write: Autobiography and Reflexivity”, *Feminist Review*, 92, 156–167 (www.feminist-review.com).
- BRITO-SEMEDO, Manuel (2006), *A Construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa Entre 1877 e 1975*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- BRITO-SEMEDO, Manuel (2005), “Do Nativismo ao Nacionalismo: A Construção da Identidade Nacional”, in *Cabral no Cruzamento de Épocas: Comunicações e Discursos Produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral*. Praia: Alfa Comunicações, 325-339.
- BURAWOY, Michael (2009a), *The Extended Case Method: Four Countries, Four Decades, Four Great Transformation, and one Theoretical Tradition*. Berkeley: University of California Press (e-book).
- BURAWOY, Michael (2009b), “For Public Sociology”, *YouTube*.
- BURAWOY, Michael (2009c), “A Sociologia Pública em Tempos de Barack Obama”, *Caderno CRH*, Salvador, 22 (56), 233-244.
- BURAWOY, Michael *et al.* (2000), *Global Ethnography: Forces, Connections and Imaginations in a Postmodern World*. Berkeley: University of California Press, 271-287.
- BURAWOY, Michael (1991), “The Extended Case Method”, in Michael Burawoy *et al.*, *Ethnography Unbound: Power and Resistance in the Modern Metropolis*. Berkeley: University of California Press.
- BURNS, Nancy; Schlozman, Kay Lehman; Verba, Sidney (2001), *The Private Roots of Public Action: Gender, Quality, and Public Participation*. Cambridge: Harvard University Press.
- BUTLER, Judith (2010), *El Género en Disputa*. Barcelona: Paidós.
- CABRAL, Amílcar (1976a), *A Arma da Teoria: Unidade e Luta*, Vol. I. Lisboa: Seara Nova.
- CABRAL, Amílcar (1976b), *A Prática Revolucionária: Unidade e Luta*, Vol. II. Lisboa: Seara Nova.
- CABRAL, Amílcar (1974), *Textos Políticos*. Porto: Afrontamento.

- CABRAL, Iva (2008), “António de Barros Bezerra de Oliveira: O ‘Régulo da Ilha’ de Santiago”, in José Luís H. Almada, *O Ano Mágico de 2006*. Praia: IBNL, 147-171.
- CABRAL, Iva (2002), “Política e Sociedade: Ascensão e Queda de uma Elite Endógena”, in *História Geral de Cabo Verde* (HGCV), Vol. III. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2002, 235-326.
- CABRAL, Iva (2ª ed.) (2001), “Ribeira Grande: Vida Urbana, Gente, Mercancia, Estagnação”, in *História Geral de Cabo Verde*, Vol. II. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 225-273.
- CALDEIRA, Isabel (1993), “O Afro-americano e o Cabo-verdiano: Identidade Étnica e Identidade Nacional”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento, 591-628.
- CAMERON, Deborah (2002), “Dicotomias Falsas: Gramática e Polaridade Sexual”, in Ana Gabriela Macedo (Org.): *Género, Identidade e Desejo: Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*. Lisboa: Cotovia, 125-142.
- Camões, Luís (2009), *Sonetos e Outros Poemas*. Santarém: O Mirante.
- CAMPOS, Maria Amélia Clemente (2002), *As Mulheres Deputadas e o Exercício do Poder Político Representativo em Portugal: Do pós-25 de Abril aos Anos Noventa*. Porto: Afrontamento.
- CAMPS, Victoria (2001), *O Século das Mulheres*. Lisboa: Presença.
- Carta das Nações Unidas* (<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm>).
- CARMO, Isabel; Amâncio, Lígia (2004), *Vozes Insubmissas*. Porto: Dom Quixote.
- CARVALHO, Maria Adriana (2011), *O Liceu em Cabo Verde, um imperativo de cidadania, 1917-1975*. Praia: Edições Uni-CV, 2011.
- CARVALHO, Carla (2009), “Fornadja, Campo e Casa: Espaços em Transformação – O caso da Ribeira de Principal”, in Maria Elizabeth Lucas e Sérgio Baptista da Silva (orgs.), *Ensaios Etnográficos na Ilha de Santiago de Cabo Verde*. Praia e Porto Alegre: UNICV e UFRGS, 141-181.
- CARREIRA, António (3ª ed.) (2000), *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Praia: Instituto de Promoção Cultural.
- CARREIRA, António (1982), *Estudos de Economia Cabo-verdiana*. Lisboa: INCM.

- CARROLL, Susan (ed.) (2003), *Women and American Politics: New Questions, New Directions*. Oxford: Oxford University Press.
- CASANOVA, Pablo González (2007), “Colonialismo Interno: Uma Redefinição”, in Atilio A. Boron, Javier Amadeo e Sabrina Gonzalez (eds.), *A Teoria Marxista Hoje: Problemas e Perspectivas*.
- CASIMIRO, Isabel (2004), “Paz na Terra, Guerra em Casa”: *Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- CASTELO, Cláudia (1999), «O Modo Português de Estar no Mundo»: *O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- CASTRO, Ana; Herrera, Joaquín (2006), *Lo Público y lo Privado en el Contexto de la Globalización*. Instituto Andaluz de la Mujer.
- CÉSAIRE, Aimé (2004), *Discours sur le Colonialisme*. Paris: Présence Africaine.
- CHAKRABARTY, Dipesh (2009), *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference* (new edition, with a new preface). Princeton: Princeton University Press.
- CHANDA, Ipshta (2005), “Feminist Theory in Perspective”, in Henry Schwarz and Sangeeta Ray (ed.), *A Companion to Postcolonial Studies*. Malden: Blackwell Publishing, 486-507.
- CHATTERJEE, Partha (1993) *The Nation and its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- CHELMICHI, José Conrado; Varnhagen, Francisco (1841), *Corografia Cabo-verdiana ou Descrição Geográfico-Histórico da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*. Lisboa, Vol. I e II.
- CRENSHAW, Kimberlé W. (1998), “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics”, Anne Phillips (ed.), *Feminism and Politics*. Oxford: Oxford University Press, 314-343.
- CRENSHAW, Kimberlé W. (1991), “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color”, *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299.
- CHRISTY, C. (1987), *Sex Differences in Political Participation: Processes of Change in Fourteen Nation*. New York: Praeger.
- Combahee River Collective (CRC, 1974), *A Black Feminist Statement*. (<http://www.feministezine.com/feminist/modern/Black-Feminist-Statement.html>).
- CONRAD, Joseph, *Heart of Darkness*. New York: Norton Critical Edition.

- COSTA, Daniel (2009), “O Papel do Chefe de Estado no Semipresidencialismo Caboverdiano”, in Marina Costa Lobo e Octávio Amorim Neto (orgs.), *O Semipresidencialismo nos Países de Língua Oficial Portuguesa*. Lisboa: ICS, 137.
- COSTA, Sérgio (2006a), “Desprovincializando a Sociologia: A Contribuição Pós-colonial”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(60), 117-134.
- COSTA, Sérgio (2006b), *Dois Atlânticos: Teoria Social, Anti-racismo e Cosmopolitismo*. Belo Horizonte: UFMG.
- COSTA, Sérgio (2002), *As Cores de Ercília: Esfera Pública, Democracia e Configurações Pós-coloniais*. Belo Horizonte: UFMG.
- COSTA, Suzano (2007), “Cabo Verde e a Integração Europeia: A Construção Ideológica de um Espaço Imaginário”, *Revista de Estudos Cabo-verdianos*, 1, 113-141.
- COATES, Timothy J. (1998), *Degredados e Órfãos: Colonização Dirigida pela Coroa no Império Português (1550-1755)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- COHEN, Zelinda (2008), “A Carta de 1546 no Percurso da Integração dos Baços e Pretos da Ilha de Santiago”, in José Luís H. Almada, *O Ano Mágico de 2006*. Praia: IBNL, 131-145.
- COHEN, Zelinda (2007), *Os Filhos da Folha (Cabo Verde – Séculos XV-XVIII)*. Praia: Spleen.
- COHEN, Zelinda (2ª ed.) (2001), “Administração das Ilhas de Cabo Verde e seu Distrito no Segundo Século de Colonização (1560-1640)”, in *História Geral de Cabo Verde*, Vol. II. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 189-224.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (1997), *African Women: A Modern History*. Colorado: Westview Press.
- CORDEIRO, Ana (2011), “ ‘Nós, Caboverdianos’: A Representação da Identidade nos Textos Literários do Século XIX”, *Literaturas Insulares: Leituras e Escritas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Porto: Afrontamento, 33-61.
- CORREIA e SILVA, António (2005), “Os Fundamentos da Historiografia Caboverdiana: Esboço de uma Abordagem”, in Filinto Elísio Correia e Silva (coor.), *Cabo Verde: 30 Anos de Cultura*. Praia: IBNL, 395-403.
- CORREIA E SILVA, António (2002), “Dinâmicas de Decomposição e Recomposição de Espaços e Sociedades”, in *História Geral de Cabo Verde (HGCV)*, Vol. III. Lisboa e Praia: Instituto de

- Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2002, 1-66.
- CORREIA E SILVA, António (2ª ed.) (2001a), “Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico”, in *História Geral de Cabo Verde*, Vol. II. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1-16.
- CORREIA E SILVA, António (2ª ed.) (2001b), “A Sociedade Agrária. Gentes das Águas: Senhores, Escravos e Foros”, in *História Geral de Cabo Verde*, Vol. II. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 275-357.
- CORREIA E SILVA, António (2001c), “O Nascimento do Leviatã Crioulo: Esboços de uma Sociologia Política”, *Caderno de Estudos Africanos*, 1, Jul-Dez.
- CORREIA E SILVA, António (2000), *Nos Tempos do Porto Grande do Mindelo*. Praia e Mindelo: Centro Cultural Português.
- CORREIA E SILVA, António (1998a), “Praia: A Lenta Emergência de uma Capital”, *Cultura*, 2 (2), 189-201.
- CORREIA E SILVA, António (1997), *O Processo Cabo-verdiano de Transição para a Democracia*. Lisboa: ISCTE (Tese de Mestrado).
- CORREIA E SILVA, António; Cohen, Zelinda (1997), “Rotas Trans-atlânticas e Movimentos Sociais”, *Cultura*, 1, 66-77.
- CORREIA E SILVA, António (2ª ed.) (1996), *Histórias de um Sabel Insular*. Praia: Spleen.
- CRUZ, Eutrópio Lima (2005), “No Limiar do Bilinguismo”, in *Cabo Verde: 30 Anos de Cultura*. Praia: IBNL, 41-94.
- CUNHA, Teresa (2011), *Para Além de um Índico de Desespero e Revoltas*. Coimbra: FEUC-CES (Tese de Doutoramento em Sociologia).
- CUNHA, Teresa (2006), *Vozes das Mulheres de Timor-Leste*. Porto: Afrontamento.
- DAMBARÁ, K. (1968?), *Noti*. Conakry: PAIGC.
- D’AILMEIDA, José Evaristo, *O Escravo*. Lisboa: ALAC.
- DAHLERUP, Drude (ed.) (2006), *Women, Quotas, and Politics*. New York: Routledge.
- DAHLERUP, Drude; Friedenvall, Lenita (2005), “Quotas as a ‘Fast Track’ to Equal Representation for Women”, *International Feminist Journal of Politics*, 7, 26-49.

- DAHLERUP, Drude (2002), “El Uso de Cuotas para Incrementar la Representación Política de la Mujer”, in Myriam Méndez-Montalvo e Julie Ballington (eds.), *Mujeres en el Parlamento. Más allá de los números*, 159-172 (www.idea.int).
- DAVIDSON, Basil (1988), *As Ilhas Afortunadas: Um Estudo sobre a África em Transformação*. Lisboa: Caminho.
- DAVIDSON, Basil (1992), *The Black Man's Burden: Africa and the Curse of the Nation-State*. New York: Three Rivers Press.
- DAVIS, Angela (1990), *Women, Culture and Politics*. New York: Vintage.
- DAVIS, Angela (1983), *Women, Race and Class*. New York: Vintage.
- DRIVER, Felix; Luciana Martins (2005), *Tropical Visions in an Age of Empire*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- DOLAN, Kathleen (2004), *Voting for Women: How the Public Evaluates Women Candidates*. Boulder: Westview.
- DOMINGUES, Ângela (2ª ed.) (2001), “Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento”, in *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 41-123.
- DUARTE, Dulce Almada (1998), “Literatura e Identidade: Uma Abordagem Sociocultural”, *Cultura*, 1 (2), 6-15.
- DUARTE, Vera (2001), *Arquipélago da Paixão*. Mindelo: Arteletra.
- DUARTE, Vera (1993), *Amanhã Amadrugada*. Lisboa e Praia: Vega e ICLD.
- FERREIRA, Ondina (2008), *Elas Contam... – Colectânea de Contos*. Praia: IBNL.
- ENLOE, Cynthia (1990) *Bananas, Beaches, and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley: University of California Press.
- ELSHTAIN, Jean Bethke (1981), *Public Man, Private Woman: Woman in Social and Political Thought*. Princeton: Princeton University Press.
- ÉVORA, Roselma (2009), *Processo Legislativo no Regime Democrático em Cabo Verde*. Brasília: UnB (Tese de Doutorado).
- ÉVORA, Roselma (2004), *Cabo Verde: A Abertura Política e a Transição para a Democracia*. Praia: Spleen.
- FALOLA, Toyin (2003), *The Power of African Cultures*. Rochester: University of Rochester Press.

- FALLON, Kathleen (2008), *Democracy and the Rise of Women's Movements in Sub-Saharan Africa*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- FANON, Frantz (2002), *Le Damnés de la Terre*. Paris : La Découverte.
- FANON, Frantz (2ª ed.) (1975), *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Porto: Paisagem.
- FERNANDES, Gabriel (2006), *Em Busca da Nação: Notas para uma Reinterpretação do Cabo Verde Crioulo*. Florianópolis e Praia: Universidade Federal de Santa Catarina e Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- FERNANDES, Gabriel (2002), *A Diluição da África: Uma Interpretação da Saga Identitária Cabo-verdiana no Panorama Político (Pós)colonial*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- FERREIRA, Manuel (1986), “O Fulgor e a Esperança de uma Nova Idade”, *Claridade* (edição fac-similada). Linda-a-Velha: ALAC, XIX-XCIX.
- FERREIRA, Manuel (1992), “Encontro com Manuel Ferreira”, in Michel Laban, *Cabo Verde: Encontro com Escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 99-157.
- FERREIRA, Manuel (3ª ed.) (1985), *A Aventura Crioula*. Lisboa: Plátano.
- FERREIRA, Virgínia (2005), “Para uma Redefinição da Cidadania: a Sexualização dos Direitos Humanos”, in *Direitos Humanos das Mulheres*. Coimbra: Coimbra Editora, 11-25.
- FERREIRA, Virgínia (2003), *Relações Sociais de Sexo e Segregação do Emprego: Uma Análise da Feminização dos Escritórios em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Dissertação de Doutoramento em Sociologia).
- FERREIRA, Virgínia (1998), “As Mulheres em Portugal: Situação e Paradoxos”, *Oficina do CES*, 119.
- FERREIRA, Ondina (org.) (2008), *Elas Contam*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- FERRO, Marc (1996), *História das Colonizações: Das Conquistas às Independências (Sécs. XIII-XX)*. Lisboa: Estampa.
- FERRO, Marc (2004), *O Livro Negro do Colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- FONSECA, Mário, “Eis-me Aqui África”, in Mário Pinto de Andrade (org.), *Na Noite Grávida de Punbais*, Vol 1.
- FONSECA, Mário (2008), “Sistema Rapariga”, in *Expresso das Ilhas*. Praia.
- FONTES, Elsa (2007), *Bairrismo em Cabo Verde: Santiago e São Vicente*. Praia.

- FONTES, Francisco (org.) (2008), *Destino de Bai*. Coimbra: Saúde em Português.
- FRASER, Nancy; Honneth, Axel (2003), *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. New York & London: Verso.
- FRASER, Nancy (2002a), “A Justiça Social na Globalização: Redistribuição, Reconhecimento e Participação”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 7-20.
- FRASER, Nancy (2002b), “Políticas Feministas na Era do Reconhecimento: Uma Abordagem Bidimensional da Justiça de Gênero”, in Cristina Bruschini e Sandra Unbehaum: *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Editora 34, 59-78.
- FRASER, Nancy (1998), “From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a ‘Post-Socialist’ Age”, Anne Phillips (ed.), *Feminism and Politics*. Oxford: Oxford University Press, 401-429.
- FRASER, Nancy (1997), *Justice Interruptus: Critical Reflections on the «Postsocialist Condition»*. New York & London: Routledge.
- FREIRE, André; Magalhães, Pedro (2002), *A Abstenção Eleitoral em Portugal*. Lisboa: ICS.
- FREIRE, André (2002), “Sistema Eleitorais: Questões Preliminares”, in Fernando Farelo Lopes e André Freire (Orgs): *Partidos Políticos Sistemas Eleitorais: Uma Introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- FREYRE, Gilberto (2ª ed.) [1962], *Aventura e Rotina: Sugestões de uma Viagem à Procura das Constantes Portuguesas de Carácter e Acção*. Lisboa: Livros do Brasil.
- FREYRE, Gilberto (1961), *O Luso e o Trópico: Sugestões em Torno dos Métodos Portugueses de Integração de Povos Autóctones e de Culturas Diferentes da Europeia num Complexo Novo de Civilização – O Luso-tropical*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- FREYRE, Gilberto [1957], *Casa-grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. Lisboa: Livros do Brasil.
- FREYRE, Gilberto [1954], *Um Brasileiro em Terras Portuguesas: Introdução a uma Possível Luso-tropicalogia, Acompanhada de Conferências e Discursos Proferidos em Portugal e em Terras Lusitanas e Ex-lusitanas da Ásia, África e do Atlântico*. Lisboa: Livros do Brasil.
- FREYRE, Gilberto [1951], *O Mundo que o Português Criou*. Lisboa: Livros do Brasil.
- FURTADO, Cláudio (2009), “Raça, Classe e Etnia nos Estudos sobre e em Cabo Verde: As Marcas do Silêncio”. *Working Paper*.

- FURTADO, Cláudio (1997), *Gênese e (Re)produção da Classe Dirigente em Cabo Verde*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco.
- FURTADO, Júnia Ferreira (2001), “Chica da Silva: O Mito pelo Averso”, in Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.), *Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil*. Lisboa: Horizonte, 77-89.
- GAUTIER, Arlette (2004), “Mulheres e Colonialismo”, in Marc Ferro: *O Livro Negro do Colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 660-706.
- GASPARD, Françoise (2003), “La Participation des Femmes à la Vie Politique : Perspective Internationale et Principaux Enjeux”, in *Les Femmes Rwandaises et la Campagne Électorale*, 39-42 (www.ipu.org).
- GANDHI, Leela (1998), *Postcolonial Theory: A Critical Introduction*. New York: Columbia University Press.
- GELB, Joyce; Palley, Marian Lief (1987), *Women and Public Policies*. Princeton: Princeton University Press.
- GELB, Joyce; Palley, Marian Lief (eds.) (2009), *Women and Politics around the World: A Comparative History and Survey*. ABC-CLIO.
- GELLNER, Ernest (1983), *Nation and Nationalism*. Oxford: Blackwell.
- GILLIGAN, Carol (1982), *In a Different Voice*. Cambridge: Harvard University Press.
- GIL, Fernando; Macedo, Hélder (1998), *Viagens do Olhar: Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português*. Porto: Campo das Letras.
- GILROY, Paul (2005), *Postcolonial Melancholia*. New York: Columbia University Press.
- GILROY, Paul (1999), *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. London: Verso.
- GOERTZ, Gary; Mazur, Amy (eds.) (2008), *Politics, Gender, and Concepts: Theory and Methodology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GOMES, Simone Caputo (2011), “Ecos Identitários: Literatura e Música no Arquipélago de Cabo Verde”, *Literaturas Insulares: Leituras e Escritas – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Porto: Afrontamento, 155-167.
- GOMES, Simone Caputo (2008), *Cabo Verde: Literatura em Chão de Cultura*. São Paulo e Praia: Ateliê Editora e IBNL.
- GONÇALVES, Carlos (2006), *Kab Verd Band*. Praia: IAHN.
- GONÇALVES, Carlos; Monteiro, Wladimir (2005), “Cabo Verde: 30 Anos de Música”, in *Cabo Verde: 30 Anos de Cultura*. Praia: IBNL, 99-119.

- GOUGES, Olympe, *Déclaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne*. (http://www.aidh.org/Biblio/Text_fondat/FR_03.htm).
- GRASSI, Marzia; Évora, Iolanda (2007), *Género e Migrações Cabo-verdianas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- GRASSI, Marzia (2007), “Cabo Verde pelo Mundo: O Género na Diáspora Cabo-verdiana”, in Marzia Grassi e Iolanda Évora (org.): *Género e Migrações Cabo-verdianas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 24-61.
- GRASSI, Marzia (2003), *Rabidantes: Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde*. Lisboa e Praia: Imprensa de Ciências Sociais e Spleen Edições.
- GRASSI, Marzia (2001), “A Questão do Género no Sector Informal em Cabo Verde: Um Estudo sobre as ‘Rabidantes’ do Mercado de ‘Sucupira’ na Ilha de Santiago”, *Africana Studia*, 4, 7-32.
- HALL, Stuart (1996), “New Ethnicities”, in David Morley and Kuan-Hsing Chen (eds.), *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*. LondonNew York: Routledge, 441-449.
- HALL, Stuart (1994), “Cultural Identity and Diaspora”, in Patrick Willians and Laura Chrisman (eds.): *Colonial Discourse and Post-colonial Theory: A Reader*. Harlow: Longman, 392-403.
- HALIMI, Gisèle (2003), “Paridade, Não Escrevo o Teu Nome”, in Ignacio Ramonet, Alain Gresh e Martine Bulard (org.), *Mulheres Rebeldes*. Lisboa: Campo da Comunicação, 67-72.
- HARAWAY, Donna (2004), “Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective”, in Sandra Harding (ed.): *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual & Political Controversies*. New York: Routledge, 81-101.
- HARAWAY, Donna (2002), “O Manifesto Ciborgue: A Ciência, a Tecnologia e o Feminismo Socialista nos Finais do Século XX”, in Ana Gabriela Macedo (Org.): *Género, Identidade e Desejo: Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*. Lisboa: Cotovia, 222-250.
- HARAWAY, Donna (1997), *Modest_Witness@Second_Millennium.FemaleMan_Meets_OncoMouse: Feminism and technoscience*. New York: Routledge.
- HARDING, Sandra (2004a), *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual & Political Controversies*. New York: Routledge.
- HARDING, Sandra (2004b), “Rethinking Standpoint Epistemology: What is ‘Strong Objectivity?’”, in Sandra Harding (ed.): *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual & Political Controversies*. New York: Routledge, 127-140.

- HASSIM, Shireen (2006), *Women's Organizations and Democracy in South Africa*. Madison: University of Wisconsin Press.
- HENIG, Ruth; Henig, Simon (2001), *Women and Political Power: Europe since 1945*. London: Routledge.
- HENRIQUES, Isabel Castro (2004), *os pilares da diferença: relações Portugal-África séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio.
- HERNANDEZ, Leila (2002), *Os Filhos da Terra do Sol: A Formação do Estado-Nação em Cabo Verde*. São Paulo: Sannus.
- HEYWOOD, Linda M.; Thornton, John K. (2007), *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas: 1585-1660*. Cambridge: Cambridge: University Press.
- HILL-COLLINS, Patricia (2004), "Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance of Black Feminist Thought", in Sandra Harding (ed.): *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual & Political Controversies*. New York: Routledge, 103-126.
- HILL-COLLINS, Patricia (2009), *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge.
- História Geral de Cabo Verde* (HGCV), Vol. III, coordenação de Maria Emília Madeira Santos. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, 2002.
- História Geral de Cabo Verde* (HGCV), Vol. II, coordenação de Maria Emília Madeira Santos. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001b (2ª ed.).
- História Geral de Cabo Verde* (HGCV), Vol. I, coordenação de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001a (2ª ed.).
- HOBSBAWM, Eric (2004), *A Questão do Nacionalismo: Nações e Nacionalismos, Desde 1780*. Lisboa: Terramar.
- HOBSBAWM, Eric (1990), *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOBSBAWM, Eric; Ranger, Terence (eds.) (1983), *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOOKS, bell (2000), *Feminism is for Everybody: Passionate Politics*. Cambridge: South End Press.

- HOOKS, bell (1990), *Yearning: Race, Gender, and Cultural Politics*. Cambridge: South End Press.
- HOOKS, bell (1989), *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black*. Cambridge: South End Press.
- HOOKS, bell (1984), *Feminist Theory: From Margin to Center*. Cambridge: South End Press.
- HOOKS, bell (1981), *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*. Cambridge: South End Press.
- HUBBARD, Edward Akintola (2011), intitulado *Creolization and Contemporary Pop Iconicity in Cape Verde*. Cambridge: Harvard University.
- HTUN, Mala (2003), *Sex and the State: Abortion, Divorce, and the Family Under Latin American Dictatorships and Democracies*. New York: Cambridge University Press.
- IMAM, Ayesha; Mama, Amina; Sow, Fatou (eds.) (2004), *Sexe, Genre et Société: Engendrer les Sciences Sociales Africaines*. Paris & Dakar: Karthala & CODESRIA.
- INGLEHART, Ronald; Norris, Pippa (2000), "The Developmental Theory of the Gender Gap: Women's and Men's Voting Behavior in Global Perspective", in *International Political Science Review*, 21(4), 441-463.
- INGLEHART, Ronald; Norris, Pippa (2003), *Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change around the World*. New York: Cambridge University Press.
- IVERSEN, Torben; Resenbluth, Frances (2010), *Women, Work, and Politics*. New Haven & London: Yale University Press.
- JABRE, Kareen (2004), "Enhancing the Role of Women in Electoral Processes in Post-conflict Countries", *Enhancing Women's Participation in Electoral Processes in Post-conflict Countries* (www.un.org).
- JAQUETTE, Jane; Wolchik, Sharon (1998), *Women and Democracy: Latin America and Central and Eastern Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- JAYAWARDENA, Kumari (1986), *Feminism and Nationalism in the Third World*. New Delhi, Kali, and London: Zed Books.
- JORDÃO, Albertina (2000), "Protagonistas do Poder Local: Obstáculos e Oportunidades", *ex aquo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 2/3, 117-123.
- JUNN, Jane; Brown, Nadia (2008), "What Revolution? Incorporating Intersectionality in Women and Politics", in Cristina Wolbrecht, Karen Beckwith, Lisa Baldez (eds.), *Political Women and American Democracy*. New York: Cambridge University Press, 64-78.

- KAPUŚCINIŃSKI, Ryszard (2008), *The Other*. London: Verso.
- KANTOLA, Johanna; Nousiainen, Kevät (2009), “Institutionalizing Intersectionality in Europe”, *International Feminist Journal of Politics*, 11(4), 459-477.
- KANTOLA, Johanna (2006), *Feminists Theorize the State*. New York: Palgrave Macmillan.
- KAPLAN, Caren; Alarcón, Norma; Moallem, Mínoo (eds.) (1999), *Between Woman and Nation: Nationalisms, Transnational Feminisms, and the State*. Durham and London: Duke University Press.
- KAUFMANN, Karen M. (2002), “Culture Wars, Secular Realignment and the Gender Gap in Party Identification”, *Political Behavior*, 24(3), 107-126.
- KESHA, Fikes (2000), *Santiaguense Cape Verdean Women in Portugal: Labor Rights, Citizenship and Diasporic Transformation*. Los Angeles: University of California (Doctoral Thesis).
- KETHUSEGILE-JURU, Bookie Monica (2003), “Quota systems in Africa: an overview”, 1-9 (www.quotaproject.org).
- KWESIGA, Joy (2007), “The National Machinery for Gender Equality in Uganda: Institutionalized Gesture Politics”, RAI, Shirin M. Rai (eds.) (2007), *Mainstreaming Gender, Democratizing the State? Institutional Mechanisms for the Advancement of Women*. New Brunswick: Transaction Publishers, 203-222.
- LARANJEIRA, Pires (2011), “A Identidade «Crioula» e Negro-africana e uma nova Representação da Mulher, com exemplos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe”, *Literaturas Insulares: Leituras e Escritas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Porto: Afrontamento, 17-31.
- LARANJEIRA, Pires (2010), “O Negro na Claridade: Zona de Sombra”, in António Apolinário Lourenço, Osvaldo Silvestre e Pires Laranjeira (orgs.): *Baltasar Lopes e o Movimento da Claridade*. Coimbra: CLP-FLUC, 79-88.
- LAS CASAS, Bartolomé de (1996), *Brevíssima Relação da Destruição de África*. Lisboa: Antígona.
- LE BIHAN, Yann (2007), *Construction Sociale et Stigmatisation de la «Femme Noire»: Imaginaires Coloniaux et Sélection Matrimoniale*. Paris: L'Harmattan.
- LEWIS, Desiree (2004), “African Gender Research and Postcoloniality: Legacies and Challenges”, in Signe Arnfred et al., *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. Dakar: CODESRIA Gender Series, 27-41.
- LIMA, Aristides (1992), *Reforma política em Cabo Verde: do paternalismo à modernização do Estado*. Praia: Edição do Autor.

- LIMA, Augusto Mesquitela (1992), *A Poética de Sérgio Frusoni: Uma Leitura Antropológica*. Lisboa e Praia: ICLP e ICLD.
- LIU, Lydia (1994), “The Female Body and Nationalist Discourse: *The Field of Life and Death* Revisited”, in Inderpal Grewal and Caren Kaplan (eds.), *Scattered Hegemonies: Postmodernity and Transnational Feminist Practices*. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 37-62.
- LOBO, Lay (2012), “Rabida Bida” (poema inédito). Lisboa.
- LOBO, Pedro de Sousa (1960), “A Originalidade Humana de Cabo Verde”, *Claridade*, 9, 64-69.
- LORDE, Audre (1984), *Sister Outsider: Essays and Speeches*. New York: Crossing Press.
- LOFORTE, Ana Maria (2003), *Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique*. Maputo: Promédia.
- LOMBARDO, Emanuela; Verloo, Mieke (2009) “Institutionalizing Intersectionality in the European Union?”, *International Feminist Journal of Politics*, 11(4), 478-495.
- LONGMAN, Timothy (2006), “Rwanda: Achieving Equality or Serving an Authoritarian State?”, in H. Britton and G. Bauer: *Women in African Parliaments*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- LOOMBA, Ania (1998), *Colonialism/Postcolonialism*. London: Routledge.
- LOPES, Baltasar (2010 [1956]), “Cabo Verde visto por Gilbrto Freyre”, in *Escritos Filológicos e Outros Ensaíos*, 231-275.
- LOPES, Baltasar (1986), “Depoimento de Baltasar Lopes”, *Claridade* (edição fac-similada). Linda-a-Velha: ALAC, XIII-XV.
- LOPES, Baltasar, “Mamãe”, in Mário Pinto de Andrade (org.), *Na Noite Grávida de Punhais*, Vol 1.
- LOPES, Baltasar, “Ressaca”, in Mário Pinto de Andrade (org.), *Na Noite Grávida de Punhais*, Vol 1.
- LOPES, Baltasar (1987), *Os Trabalhos e os Dias*.
- LOPES, Baltasar (1947a), “Uma Experiência Românica nos Trópicos, I”, *Claridade*, 4, 15-22.
- LOPES, Baltasar (1947b), “Uma Experiência Românica nos Trópicos, II”, *Claridade*, 5, 1-10.
- LOPES, Baltasar, *Chiquinbo*. Apolo 70.
- LOPES FILHO, João (2006), *Cabo Verde: Abolição da Escravatura – Subsídios para o Estudo*. Praia: Spleen.
- LOPES, João (1936), “Apontamento”, *Claridade*, 1, 9.
- LOPES, Manuel (1936), “Tomada de Vista”, *Claridade*, 1, 5-6.

- LOVENDUSKI, Joni (ed) (2005), *State Feminism and Political Representation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LOVENDUSKI, Joni; Norris, Pippa (2003), “Westminster Women: The Politics of Presence”, *Political Studies*, 51(1) (<http://ksghome.harvard.edu>).
- LOVENDUSKI, Joni; Karam, Azza (2002), “Mujeres en el Parlamento. Estrategias para Marcar la Diferencia”, in Myriam Méndez-Montalvo e Julie Ballington (eds.), *Mujeres en el Parlamento. Más allá de los números*, 201-237 (www.idea.int).
- LOVENDUSKI, Joni; Norris, Pippa (1993), *Gender and Party Politics*. London: Sage.
- LOUDE, Jean-Yves (1999), *Cabo Verde: Notas Atlânticas*. Lisboa: Europa-América.
- LÖWY, Ilana (2008), “Género e Ciência”, in João Arriscado Nunes e Ricardo Roque (orgs.), *Objectos Impuros: Experiências em Estudos sobre a Ciência*. Porto: Afrontamento, 79-93.
- LUGONES, Maria (2008), “The Coloniality of Gender”, in *Worlds and Knowledges Otherwise*, 1-17.
- OLIVEIRA, José Osório de (1936), “Palavras sobre Cabo Verde para serem lidas no Brasil”, *Claridade*, 2, 4.
- MACEDO, Ana Gabriela; Amaral, Ana Luísa (orgs.) (2005), *Dicionário da Crítica Feminista*. Porto: Afrontamento.
- MACEDO, Eunice *et al* (2007), “Por Outras Formas de Ser e Estar: Mulheres, Participação e Tomada de Decisão”, in Inocência Mata e Laura Padilha (orgs.), *A Mulher em África: Vozes de uma Margem Sempre Presente*. Lisboa: Colibri, 21-34.
- MACEDO, Eunice; Koning, Marijke de (coors.) (2009), *Reinventando Lideranças: Género, Educação e Poder*. Lisboa: Fundação Cuidar o Futuro & Livpsic.
- MALDONADO-TORRES, Nelson (2009), “A Topologia do Ser e a Geopolítica do Conhecimento: Modernidade, Império e Colonialidade”, in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.): *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 337-382.
- MALDONADO-TORRES, Nelson (2008), *Against War: Views from the Underside of Modernity*. Durham and London: Duke University Press.
- MALDONADO-TORRES, Nelson (2006-2007), “La Descolonización y el Giro Des-colonial”, *Comentario Internacional*, 7, 65-78.
- MALDONADO-TORRES, Nelson (2006), “Aimé Césaire y la Crisis del Hombre Europeo”, in Aimé Césaire: *Discurso sobre el Colonialismo*. Madrid: Akal, 173-196.

- MAGALHÃES, Maria José (1998), *Movimento Feminista e Educação: Portugal, Décadas de 70 e 80*. Oeiras: Celta.
- MAMA, Amina (1995) *Beyond the Masks: Race, Gender and Subjectivity*. London: Routledge.
- MAMDANI, Mahmood (2004), “Africa and African Studies”, in Immanuel Wallerstein (ed.), *The Modern World-System in the Longue Durée*. London, 147-155.
- MARCUS, George (1995), “Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography”, *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117.
- MASCARENHAS, Maria Margarida (1988), ...*Levedando a Ilha: Contos*. Linda-a-Velha: ALAC.
- MARIANO, Gabriel (1991a [1959]), “Do Funco ao Sobrado ou o Mundo que o Mulato Criou”, in Gabriel Mariano, *Cultura Cabo-Verdiana: Ensaios*. Lisboa: Veja, 39-63.
- MARIANO, Gabriel (1991b [1958]), “A Mestiçagem: Seu Papel na Formação da Sociedade Caboverdeana”, in Gabriel Mariano, *Cultura Cabo-Verdiana: Ensaios*. Lisboa: Veja, 65-81.
- MATA, Inocência; Padilha, Laura (orgs.) (2007), *A Mulher em África: Vozes de uma Margem Sempre Presente*. Lisboa: Colibri.
- MARTINS, Manuel Meirinho; Teixeira, Conceição Pequito (2005), *O Funcionamento dos Partidos e a Participação das Mulheres na Vida Política e Partidária em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- MATLAND, Richard (2002), “Estrategias para Ampliar la Participación Femenina en el Parlamento: El Proceso de Selección de Candidatos Legislativos y los Sistemas Electorales”, in Myriam Méndez-Montalvo e Julie Ballington (eds.), *Mujeres en el Parlamento. Más allá de los números*, 111-134 (www.idea.int).
- MATOS, Patrícia (2006), *As Côres do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MBEMBE, Achille (2001), “As Formas Africanas de Auto-inscrição”, *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, 1, 171-209.
- M'BOKOLO, Elikia (2ª ed.) (2007), *África Negra: História e Civilizações – Do Século XIX aos Nossos Dias*, Tomo II. Lisboa: Colibri.
- M'BOKOLO, Elikia (2006), “Entrevista”, *Cabo dos Trabalhos*, 2 (www.ces.uc.pt).
- M'BOKOLO, Elikia (2003), *África Negra: História e Civilizações – até ao Século XVIII*, Tomo I. Lisboa: Vulgata.

- McCLINTOCK, Anne (1995) *Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest*. London: Routledge (e-book).
- McCLINTOCK, Anne (1993), “Gender, Nationalism and the Family”, *Feminist Review*, 44, 61-80.
- MENDES, José Manuel Oliveira (2003a), *Do Ressentimento ao Reconhecimento: Vozes, Identidades e Processos Políticos nos Açores (1974-1996)*. Porto: Afrontamento.
- MENDES, José Manuel Oliveira (2003b), “Perguntar e Observar não Basta, É Preciso Analisar: Algumas Reflexões Metodológicas”, *Oficina do CES*, 194. Coimbra: CES.
- MEINTEL, Dierdre (1984), *Race, Culture, and Portuguese Colonialism in Cabo Verde*. Syracuse: Syracuse University.
- MEINTJES, Sheila (1998), “Gender, Nationalism and Transformation: Difference and Commonality in South Africa’s Past and Present”, in Rick Wilford and Robert L. Miller (eds.), *Women, Ethnicity and Nationalism: The Politics of Transition*. London: Routledge, 62-86.
- MEMMI, Albert (2003), *The Colonizer and The Colonized*. London: Earthscan.
- MENESES, Maria Paula; Ribeiro, Margarida C. (2008), “Cartografias Literárias Incertas”, in Margarida Calafate Ribeiro e Maria Paula Meneses, *Moçambique: Das Palavras Escritas*. Porto: Afrontamento, 9-17.
- MENESES, Maria Paula (2008), “Mulheres Insubmissas? Mudanças e Conflitos no Norte de Moçambique”, *ex æquo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 17, 71-87.
- MENESES, Maria Paula (2007), “Os Espaços Criados pelas Palavras: Racismos, Etnicidades e o Encontro Colonial”, in Nilma Gomes (org.), *Um Olhar Além das Fronteiras: Educação e Relações Raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 55-76.
- MENESES, Maria Paula (2005), “Poderes Neo-tradicionais e o Estado Moderno em Moçambique: As Possibilidades da Reinvenção do ‘Tradicional’ ”, in *Cabral no Cruzamento de Épocas: Comunicações e Discursos Produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral*. Praia: Alfa Comunicações, 535-546.
- MENESES, Maria Paula (2003), “Agentes do Conhecimento? A Consultoria e a Produção do Conhecimento em Moçambique”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: Um Discurso sobre as Ciências’ Revisitado*. Porto: Afrontamento, 683-715.
- MILL, Jonh Stuart, *A Sujeição das Mulheres*. Coimbra: Almedina.

- MIGNOLO, Walter (2006), “El Giro Gnoseológico Decolonial: La Contribución de Aimé Césaire a la Geopolítica y la Corpo-Política del Conocimiento”, in Aimé Césaire: *Discurso sobre el Colonialismo*. Madrid: Akal, 197-221.
- MIGNOLO, Walter (2003a), *Historias Locales/Diseños Globales: Colonialidad, Conocimiento Subalternos y Pensamiento Fronterizo*. Madrid: Akal.
- MIGNOLO, Walter (2003b), “Os Esplendores e as Misérias da ‘Ciência’: Colonialidade, Geopolítica do Conhecimento e Pluri-versalidade Epistêmica”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: ‘Um Discurso sobre as Ciências’ Revisitado*. Porto: Afrontamento, 631-671.
- MOHANTY, Chandra T. (2003), *Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durham & London: Duke University Press.
- MOHANTY, Chandra T. (2002), “ ‘Under Western Eyes’ Revisited: Feminist Solidarity Through Anticapitalist Struggles”, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 28 (2), 499-535.
- MOHANTY, Chandra T. (1994), “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses”, in Patrick Willians and Laura Chrisman (ed.): *Colonial Discourse and Post-colonial Theory: A Reader*. Harlow: Longman, 196-220.
- MOHANTY, Chandra T. (1992), “Feminist Encounters: Locating the Politics of Experience”, in Michèle Barrett and Anne Phillips, *Destabilizing Theory: Contemporary Feminist Debates*. Stanford: Stanford University Press, 74-92.
- MOHANTY, Chandra T.; Russo, Ann; Torres, Lourdes (ed.) (1991), *Third World Women and the Politics of Feminism*. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press.
- MOLYNEUX, Maxine (1998), “Women’s Rights and Political Conflict in Yemen (1990-1994)”, in Rick Wilford and Robert L. Miller (eds.), *Women, ethnicity and nationalism: the politics of transition*. London: Routledge, 133-149.
- MONDAK, Jeffery; Anderson, Mary (2004), “The Knowledge Gap: A Reexamination of Gender-Based Differences in Political Knowledge”, *Journal of Politics*, 66(2), 492-512.
- MONTEIRO, Eurídice Furtado (2009) *Mulheres, Democracia e Desafios Pós-Coloniais: Uma Análise da Participação Política das Mulheres em Cabo Verde*. Praia: Edições Uni-CV.
- MONTEIRO, Felix (1960), “Cantigas de Ana Procópio”, *Claridade*, 9, 15-23.
- MONTEIRO, Félix (1958), “Bandeiras da Ilha do Fogo: O Senhor e o Escravo Divertem-se”, *Claridade*, 8, 9-22.

- MONTEIRO, Rosa (2011), *Feminismo de Estado em Portugal: Mecanismos, Estratégias, Políticas e Metamorfoses*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Tese de Doutoramento em Sociologia).
- MOREIRA, Vital (1998), “O artigo 109º da CRP e a Igualdade de Homens e Mulheres no Exercício de Direitos Cívicos e Políticos”, in Vitalino Canas *et al*, *Democracia com mais cidadania: a questão da igualdade de participação política*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministro e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 47-64.
- MORNA, Colleen Lowe (2003), “Beyond Numbers: Quotas in Practise”, 1-8 (www.quotaproject.org).
- MOUFFE, Chantal (1992), “Feminism, Citizenship and Radical Democratic Politics”, in Judith Butler and Joan Scott (eds.): *Feminists Theorize the Political*. Cambridge: Polity Press, 369-384.
- MOURA, Tatiana (2007), *Rostos Invisíveis da Violência Armada: Um Estudo de Caso sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- MOURA, Tatiana (2005), *Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Violentos*. Coimbra: Quarteto.
- MORAZZO, Yolanda (2006), *Poesia Completa: 1954-2004*. Lisboa: INCM.
- MUDIMBE, V. Y. (1994), *The Idea of Africa*. Bloomington, Ind.: Indiana University Press; London: James Currey.
- MUDIMBE, V. Y. (1988), *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge*. Bloomington, Ind.: Indiana University Press; London: James Currey.
- MYERS-SCOTTON, Carol (1993), “Elite Closure as a Powerful Language Strategy: The African Case”, *International Journal of the Sociology of Language*, 103 (1): 149-164.
- NANDI, Ashis (1983), *The Intimate Enemy: Loss and Recovery of Self Under Colonialism*. New Delhi: Oxford University Press.
- NELLY, Eneida (2011), *Sukutam*. Lisboa: Edição da Autora.
- NETO, Sérgio (2009), *Colónia Mártir, Colónia Modelo. Cabo Verde no Pensamento Ultramarino Português (1925-1965)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- NETO, Sérgio (2008), “Insularidade, Idiosincrasias e Imaginação: Representações de Cabo Verde no Pensamento Colonial Português”, in Luís Reis Torgal, Fernando Tavares Pimenta e Julião Soares Sousa, *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 181-192.

- NETO, Sérgio (2003), “Cabo-verdianidade e Luso-tropicalismo: Duas Visões de Cabo Verde em Tempos de Estado Novo”, *Estudos do Sec. XX – Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais*, 3, 291-319.
- NOHLEN, Dieter (2007), *Os Sistemas Eleitorais: O Contexto Faz a Diferença*. Lisboa: Livros Horizonte.
- NORRANDER, Barbara (2003), “The Intraparty Gender Gap: Differences between Male and Female Voters in the 1980-2000 Presidential Primaries”, *PS: Political Science and Politics*, 36(2), 181-186.
- NORRIS, Pippa; Inglehart, Ronald (2001), “Women and Democracy: Cultural Obstacles to Equal Representation”, in *Journal of Democracy*, 12(3), 126-140.
- NORRIS, Pippa (2000), “Womens’s Representation and Electoral Systems”, in Richard Rose (ed.): *Encyclopedia of Electoral Systems*. Washington DC: CQ Press, 348-351.
- NZEGWU, Nkiru (2001), “Gender Equality in a Dual-sex System: The Case of Onitsha”, *Jenda: A Journal of Culture and African Women Studies*, 1(1), 1-32 (www.jendajournal.com).
- OGUNDIPE-LESLIE, Molaria (1994) *Re-Creating Ourselves: African Women & Critical Transformations*. Trenton: African World Press.
- OLIVEIRA, João Nobre de (1998), *A Imprensa Cabo-verdiana (1820-1975)*. Macau: Fundação Macau.
- OSÓRIO, Conceição (2005), *Subvertendo o Poder Político? Análise de Género das Eleições Legislativas em Moçambique, 2004*. Maputo: WLSA Moçambique.
- OSÓRIO, Conceição (2003), “Poder Político e Protagonismo Feminino em Moçambique”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*. Porto: Afrontamento, 347-372.
- OSÓRIO, Oswaldo (org.) (1984), *A Emergência da Poesia em Amílcar Cabral: 30 Poemas*. Praia: Grafedito.
- OUTSHOORN, Joyce; Kantola, Johanna (eds.) (2007), *Changing State Feminism*. New York: Palgrave MacMillan.
- OYEWUMI, Oyeronke (2005), *African Gender Studies: A Reader*. New York: Palgrave Macmillan.
- OYEWUMI, Oyeronke (2004), “Conceptualizing Gender: Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the Challenge of African Epistemologies”, in Signe Arnfred et al., *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. Dakar: CODESRIA Gender Series, 1-8.
- OYEWUMI, Oyeronke (2003), *The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

- PASSOS, Joana (2011), “ ‘Dói-me que a Folha em Branco não Exija Nada’: A Voz das Mulheres na Literatura de Cabo Verde”, *Literaturas Insulares: Leituras e Escritas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Porto: Afrontamento, 139-153.
- PATEMAN, Carole (2010), “Garantir a Cidadania das Mulheres: A indiferença e Outros Obstáculos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 89, 29-40.
- PATEMAN, Carole; Mills, Charles (2007), *Contract and Domination*. Cambridge: Polity Press.
- PATEMAN, Carole (1989), *The Disorder of Women: Democracy, Feminism and Political Theory*. California: Stanford University Press.
- PATEMAN, Carole (1988), *The Sexual Contract*. Cambridge: Polity Press.
- PATEMAN, Carole (1970), *Participation and Democratic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PITKIN, Hanna Fenichel (2006), “Representação: Palavras, Instituições e Ideias”, *Lua Nova*, 67, 15-47.
- PITKIN, Hanna Fenichel (1967), *The Concept of Representation*. California: University of California Press.
- PINA, Maria da Graça (2006), “Finaçom e Tradições Oraís Crioulas: Inácia Gomes e a Mundividência Cabo-verdiana”, in Pires Laranjeira, Maria João Simões e Lola Geraldés Xavier (org.), *Estudos de Literaturas Africanas: Cinco Povos, Cinco Nações – Actas do Congresso Internacional de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 555-563.
- PHILLIPS, Anne (2001), “De uma Política de Idéias a uma Política de Presença?”, *Revista Estudos Feministas*, 9(1), 2º Semestre, 268-290.
- PHILLIPS, Anne (ed.) (1998), *Feminism and Politics*. Oxford: Oxford University Press.
- PHILLIPS, Anne (1998), “Democracy and Representation: Or, Why Should it Matter Who our Representatives Are?”, Anne Phillips (ed.), *Feminism and Politics*. Oxford: Oxford University Press, 224-240.
- PHILLIPS, Anne (1995), *The Politics of Presence*. New York: Clarendon Press.
- PHILLIPS, Anne (1993), *Democracy and Difference*. Cambridge: Polity Press.
- PHILLIPS, Anne (1992), “Universal Pretensions in Political Thought”, in Michèle Barrett and Anne Phillips (ed.), *Destabilizing Theory: Contemporary Feminist Debates*. Stanford: Stanford University Press, 10-30.
- PHILLIPS, Anne (1991), *Engendering Democracy*. University Park: Pennsylvania State University Press.

- PRINGLE, Rosemary; Watson, Sophie (1992), “ ‘Women’s Interests’ and the Post-structuralist State”, in Michèle Barrett and Anne Phillips, *Destabilizing Theory: Contemporary Feminist Debates*. Stanford: Stanford University Press, 53-73.
- QUIJANO, Anibal (2009), “Colonialidade do Poder e Classificação Social”, in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.): *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 73-117.
- QUIJANO, Anibal (2002), “Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia”, *Novos Rumos*, 37, 4-28 (<http://bibvirt.futuro.usp.br>).
- QUERIDO, Jorge (2011), *Um Demorado Olhar Sobre Cabo Verde*. Lisboa: Editora Chiado.
- RAI, Shirin M. (eds.) (2007), *Mainstreaming Gender, Democratizing the State? Institutional Mechanisms for the Advancement of Women*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- RAJAN, Rajeswari Sunder; Park, You-me (2005), “Postcolonial Feminism/Postcolonialism and Feminism”, in Henry Schwarz and Sangeeta Ray (ed.), *A Companion to Postcolonial Studies*. Malden: Blackwell Publishing, 53-71.
- RAMALHO, Viviane; Resende, Viviane de Melo (2011), *Análise de Discurso Crítica: O Texto como Material de Pesquisa*. São Paulo: Contexto.
- RAY, Raka; Korteweg, Anna C. (1999), “Women’s Movements in the Third World: Identity, Mobilization, and Autonomy”, *Annual Review of Sociology*, 25, 47-71.
- RAY, Sangeeta (2000), *En-Gendering India: Woman and Nation in Colonial and Postcolonial Narratives*. Durham and London: Duke University Press.
- RIBEIRO, Margarida C. (2007), *África no Feminino: As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*. Porto: Afrontamento.
- RIBEIRO, Margarida C. (2004), *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento.
- RICH, Adrienne (2002), “Notas para uma Política da Localização (1984)”, in Ana Gabriela Macedo (Org.): *Gênero, Identidade e Desejo: Antologia Crítica do Feminismo Contemporâneo*. Lisboa: Cotovia, 15-35.
- RITTER, Gretchen (2008), “Gender as a Category of Analysis in American Political Development”, in Cristina Wolbrecht, Karen Beckwith, Lisa Baldez (eds.), *Political Women and American Democracy*. New York: Cambridge University Press, 12-30.

- ROCHA, Eufémia (2008), *Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm da África: estigma e xenofobia em Cabo Verde*. Praia: UNICV (Dissertação de Mestrado). SALÚSTIO, Dina (2009), *Filhas do Vento*. Praia: Spleen.
- ROTHWELL, Phillip (2011), “Legados Luso-tropicais em *Eva*, de Germano Almeida, ou Crueldade como um Ato Encenado”, *Literaturas Insulares: Leituras e Escritas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Porto: Afrontamento, 129-138.
- SALÚSTIO, Dina (2009), *Filhas do Vento*. Praia: Spleen.
- SALÚSTIO, Dina (1998), *A Louca de Serrano*. Praia: Spleen.
- SALÚSTIO, Dina (1994), *Mornas Eram as Noites*. Praia: ICLD.
- SAID, Edward W. (2ª ed.) (2004), *Orientalismo*. Lisboa: Cotovia.
- SANBONMATSU, Kira (2003), “Political Knowledge and Gender Stereotypes”, *American Politics Research*, 31(6), 575-594.
- SANBONMATSU, Kira (2002), *Democrats, Republicans, and the Politics of Women's Place*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- SANDOVAL, Chela (2004), “U.S. Third World Feminism: The Theory and Method of Differential Oppositional Consciousness”, in Sandra Harding (ed.): *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual & Political Controversies*. New York: Routledge, 195-209.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2009), “Para além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes”, in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.): *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 23-71.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs.) (2009), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2006), *a gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula; Nunes, João Arriscado (2004), “Introdução – Para Ampliar o Cânone da Ciência: A Diversidade Epistemológica do Mundo”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Semear Outras Soluções: Os Caminhos da Biodiversidade e dos Conhecimentos Rivaís*. Porto: Afrontamento, 19-101.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) (2004), *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*. Porto: Afrontamento.

- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003), “Poderá o Direito ser Emancipatório?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 3-76.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1999), *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1995), *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in The Paradigmatic Transition*. New York and London: Routledge.
- SANTOS, Cecília MacDowell (2010), “Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/ Tradução de Demandas Feministas pelo Estado”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 89, 153-170.
- SANTOS, Cecília MacDowell (2008), “Beyond ‘Helping’ or ‘Not Caring About’ Them: Teaching *Women in Developing Countries* at an American University”, *ex aequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 17, 71-87.
- SANTOS, Cecília MacDowell (2007), “Democracia Participativa e Género: Notas para uma Agenda de Pesquisa Feminista”, in Leonardo Avritzer: *A Participação Social no Nordeste*. Belo Horizonte: UFMG, 237-254.
- SANTOS, Cecília MacDowell (2005), *Women’s Police Stations: Gender, Violence, and Justice in São Paulo, Brasil*. New York : Palgrave Macmillan.
- SANTOS, Cecília MacDowell (1995), “Quem Pode Falar, Onde e Como? Uma Conversa ‘Não Inocente’ com Donna Haraway”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44, 101-123.
- SANTOS, Maria Emília Madeira; Cabral, Iva (2ª ed.) (2001), “O Nascer de uma Sociedade através do Morador-Armador”, in *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 371-430.
- SARMENTO, Clara (org.) (2008), *Condição Feminina no Império Colonial Português*. Porto: Politeia.
- SCHLESINGER, Mark; Heldman, Caroline (2001), “Gender Gap or Gender Gaps? New Perspectives on Support for Government Action and Policies”, *Journal of Politics*, 63(1), 59-92.
- SCHWARTZMAN, Lisa (2006), *Challenging Liberalism: Feminism as Political Critique*. Urbana & Chicago: University of Illinois Press.
- SLEDZIEWSKI, Élisabeth (1994), “Revolução Francesa: A Viragem”, in *História das Mulheres no Ocidente: O Século XIX* (HMO), Vol. IV, sob a direcção de Georges Duby e Michelle Perrot, e coordenação de Geneviève Fraisse e Michelle Perrot. Porto: Afrontamento, 41-57.
- SCOTT, Joan (2008), *Género e História*. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México.

- SENNA BARCELLOS, Christiano José de (2ª ed.) (2003), *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Vol. I, II, III e IV. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- SEVERINO, Isa Margarida Vitória (2007), “ ‘Pretidão de Amor’: A Sensualidade da Mulher dos Trópicos”, in Pires Laranjeira, Maria João Simões e Lola Geraldine Xavier (org.), *Estudos de Literaturas Africanas: Cinco Povos, Cinco Nações – Actas do Congresso Internacional de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Novo Imbondeiro, 363-371.
- SHVEDOVA, Nadezhda (2002), “Obstáculos para la Participación de la Mujer en el Parlamento”, in Myriam Méndez-Montalvo e Julie Ballington (eds.), *Mujeres en el Parlamento. Más allá de los Números*, 63-84 (www.idea.int).
- SILVA, Tomé Varela (1998), “Tradições Oraís: Antes e Depois da Independência”, Manuel VEIGA (org.): *Cabo Verde, Insularidade e Literatura*. Paris: Karthala, 95-107.
- SILVA, Tomé Varela (1988), *Nha Bibinba Kabral: Bida y Obra*. Praia: IKL.
- SILVA, Tomé Varela (1985), *Finasons di Nha Nasia Gomi*. Praia: IKL.
- SILVEIRA, Onésimo (2005), *A Democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Fernando Mão de Ferro.
- SILVEIRA, Onésimo (1963), *Consciencialização na Literatura Cabo-verdiana*. Lisboa: CEI.
- SILVEIRA, Onésimo, “Um Poema Diferente”, in Mário Pinto de Andrade (org.), *Na Noite Grávida de Punhais*, Vol 1.
- SILVESTRE, Osvaldo (2002), “A Aventura Crioula Revisitada: Versões do Atlântico Negro em Gilberto Freyre, Baltasar Lopes e Manuel Ferreira”, in Helena Carvalhão Buesco e Manuela Ribeiro Sanches (orgs.), *Literatura e Viagens Pós-coloniais*. Lisboa: Colibri e Centro de Estudos Comparatistas, 63-103.
- SIIM, Birte (2000), *Gender and Citizenship: Politics and Agency in France, Britain, and Denmark*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SINEAU, Mariette (2001), *Profession : Femme Politique*. Paris : Presses de Sciences Po.
- SOREL, Jacqueline; Gomis, Simone Pierron (2004), *Femmes de L’Ombre & Grandes Royales*. Paris: Présence Africaine.
- SOUSA, Henrique Teixeira de (1992), “Encontro com Henrique Teixeira de Sousa”, in Michel Laban, *Cabo Verde: Encontro com Escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 159-220.
- SOUSA, Henrique Teixeira de, *Contra Mar e Vento*. Lisboa: Publicações Europa-América.

- SOUSA, Henrique Teixeira de (1958), “Sobrados, Lojas e Funcos: Contribuição para o Estudo da Evolução Social da Ilha do Fogo”, *Claridade*, 8, 2-8.
- SOUSA, Henrique Teixeira de (1947), “A Estrutura Social da Ilha do fogo em 1940”, *Claridade*, 5, 42-44.
- SMITH, Anthony David (1999), *Myths and Memories of the Nation*. Oxford: Oxford University Press.
- SMITH, Anthony David (1998), *Nationalism and Modernism*. London: Routledge.
- SMITH, Anthony David (1988), *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford: Basil Blackwell.
- SMITH, Dorothy E. (2004), “Women’s Perspective as a Radical Critique of Sociology”, in Sandra Harding (ed.): *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual & Political Controversies*. New York: Routledge, 21-33.
- SPENCER, Maria Helena (2005), *Contos, Crônicas e Reportagens*. Praia: IBNL.
- SPIVAK, Gayatri (2009), *Outside in the Teaching Machine*. New York: Routledge.
- SPIVAK, Gayatri (2006), *In Other Worlds: Essays in Cultural Politics*. New York: Routledge.
- SPIVAK, Gayatri (1999), *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present*. Cambridge: Harvard University Press.
- SPIVAK, Gayatri (1994), “Can the Subaltern Speak?”, in Patrick Williams and Laura Chrisman (ed.), *Colonial Discourse and Post-colonial Theory: A Reader*. Harlow: Longman, 66-111.
- SQUIRES, Judith (2009) “Intersecting Inequalities”, *International Feminist Journal of Politics*, 11(4), 496-512.
- STANTON, Elizabeth Cady (1815-1902), “Declaration of Sentiments and Resolutions”, in Estelle B. Freedman (ed.): *The Essential Feminist Reader*. New York: The Modern Library, 2007.
- STETSON, Dorothy McBride; Mazur, Amy (eds.) (1995), *Comparative state feminism*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- STOLER, Ann Laura (2010), *Carnal Knowledge and Imperial Power: Race and the Intimate in Colonial Rule*. California: University of California Press.
- SOARES, Julião Sousa (2011), *Amílcar Cabral (1924-1973): Vida e Morte de um Revolucionário Africano*. Lisboa: Nova Vega.
- TAVARES, José Luiz (2010), *Paraíso Apagado por um Trovão*. Assomada: Universidade de Santiago.

- TAVARES, Eugénio (1932), *Mornas: Cantigas Crioulas*. Lisboa.
- TICKNER, J. Ann (2001), *Gendering World Politics: issues and Approaches in The Post-Cold War Era*. New York: Columbia University Press.
- TORGAL, Luís Reis (2009), *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, I e II.
- TORGAL, Luís Reis; Pimenta, Fernando Tavares; Sousa, Julião Soares (orgs.) (2008), *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- TORGAL, Luís Reis (2002), “ ‘Muitas Raças, Uma Nação’ ou o Mito de Portugal Multirracial na ‘Europa’ do Estado Novo”, *Estudos do Sec. XX – Europa-Utopia/Europa-Realidade*, 2, 149-165.
- TORRÃO, Maria Manuel Ferraz (2ª ed.) (2001a), “Actividade Comercial Externa de Cabo Verde: Organização, Funcionamento, Evolução”, in *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 237-345.
- TORRÃO, Maria Manuel Ferraz (2ª ed.) (2001b), “Rotas Comerciais, Agentes Económicos, Meios de Pagamento”, in *História Geral de Cabo Verde*, Vol. II. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 17-123.
- TRAJANO FILHO, Wilson (2004), “A Constituição de um Olhar Fragilizado: Notas sobre o Colonialismo Português em África”, in Clara Carvalho e João de Pina Cabral (orgs), *A Persistência da História: Passado e Contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 21-59.
- TRINH, T. Minh-Ha (1989), *Woman, Native, Other: Writing Postcoloniality and Feminism*. Bloomington: Indiana University Press.
- TRIPP, Aili Mari *et al.* (2008), *Women in Movement: Transformations in African Political Landscapes*. New York: Cambridge University Press.
- TRIPP, Aili Mari (2003), “The Changing face of Africa’s Legislatures: Women and Quotas”, 1-9 (www.quotaproject.org).
- TRIPP, Aili Mari (2000), *Women and Politics in Uganda*. Madison: University of Wisconsin Press.
- TRONI, Alfredo (1991), *Nga Mutúri*. Lisboa: Edições 70.
- TRUTH, Sojourner, *Ain’t I A Woman?* (<http://www.feminist.com/resources/artspeech/genwom/sojour.htm>).

- VALE, Fernanda do (1994 [1912]), *A Preta Fernanda*. Lisboa: Teorema.
- VALIENTE, Celia (2006), “Spanish Gender Equality Policy: At the Vanguard of Europe?”, in *United Kingdom Political Studies Association Women and Politics Annual Conference*.
- VALIENTE, Celia (2005), “The Women’s Movement, Gender Equality Agencies and Central-state Debates on Political Representation in Spain”, in Joni Lovenduski (ed), *State Feminism and Political Representation*. Cambridge: Cambridge University Press, 174-194.
- VARELA, Odair (2012), *Mestiçagem Jurídica? O Estado e Participação Local na Justiça em Cabo Verde*. Coimbra: FEUC-CES (Tese de Doutoramento em Sociologia).
- VARELA, Odair Bartolomeu Barros Lopes (2005), “Cabo Verde: Um Desafio Teórico-Paradigmático ou um Caso Singular”, *REC*, 2, 71-88.
- VARGAS, Gina (1999), “De Múltiplas Formas y en Múltiples Espacios”, *Fempres (Especial): Feminismos Fin de Siglo*, 24-27.
- VASCONCELOS, João (2004), “Espíritos Lusófonos numa Ilha Crioula: Língua, Poder e Identidade em São Vicente de Cabo Verde”, in Clara Carvalho e João de Pina Cabral (orgs), *A Persistência da História: Passado e Contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 149-190.
- VIEGAS, José Manuel Leite; Faria, Sérgio (2001), *As Mulheres na Política*. Oeiras: Celta.
- VIEIRA, Francine (2005), “Historia, Cultura e Identidade – Para uma Nova Leitura dos Fenómenos Identitários nos Estados Pós-coloniais: O Caso de Cabo Verde”, in *Cabral no Cruzamento de Épocas: Comunicações e Discursos Produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral*. Praia: Alfa Comunicações, 385-401.
- UIP (2011), “Les Femmes au Parlement en 2010 : Regard sur l’Année Écoulée” (www.ipu.org).
- UIP (2010), “Les Femmes au Parlement en 2009 : Regard sur l’Année Écoulée” (www.ipu.org).
- UIP (2009a), “Les Femmes au Parlement en 2008 : Regard sur l’Année Écoulée” (www.ipu.org).
- UIP (2009b), *Parlamentos contra la Violencia Hacia las Mujeres : Medidas Prioritarias para la Acción de los Parlamentos* (www.ipu.org).
- UIP (2008a), “Les Femmes au Parlement en 2007 : Regard sur l’Année Écoulée” (www.ipu.org).
- UIP (2008b), “Igualdad en la Política: Un Estudio sobre Mujeres y Hombres en los Parlamentos, *Reportes y Documentos*, 54 (www.ipu.org).
- UIP (2007), “Les Femmes au Parlement en 2006 : Regard sur l’Année Écoulée” (www.ipu.org).

- UIP (2006a), “Les femmes au parlement en 2005 : Regard sur l’Année Écoulée” (www.ipu.org).
- UIP (2006b), *Les Femmes en Politique : 60 Ans en Rétrospective* (www.ipu.org).
- UIP (2005), *Les Femmes en Politique de 1945 à 2005* (www.ipu.org).
- UIP (1999), “Participation des Femmes a la Vie Politique : Bilan de l’Évolution au Sein des Parlements Nationaux, des Partis Politiques, des Gouvernements et de l’Union Interparlementaire, cinq ans après la Quatrième Conférence Mondiale sur les Femmes”, *Rapport et Documents*, 35 (www.ipu.org).
- URDANG, Stephanie (1979), *Fighting Two Colonialisms: Women in Guinea-Bissau*. New York & London: Monthly Review Press.
- WALBY, Sylvia (1996), “Woman and Nation”, in Gopal Balakrishnan (ed.): *Mapping the Nation*. New York: Verso, 235-54.
- WALBY, Sylvia (1992), “Post-post-modernism? Theorizing Social Complexity”, in Michèle Barrett and Anne Phillips, *Destabilizing Theory: Contemporary Feminist Debates*. Stanford: Stanford University Press, 31-52.
- WALKER, Alice, *The Color Purple*. New York: Harcourt Inc.
- WALKER, Alice, *In Search of Our Mothers’ Gardens*. New York: Harcourt Inc.
- WALKER, Cheryl (2^a ed.) (1991), *Women and Resistance in South Africa*. New York: Monthly Review Press.
- WELDON, Laurel (2008), “Intersectionality”, in Gary Goertz and Amy Mazur, *Politics, Gender, and Concepts: Theory and Methodology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WHITAKER, Lois Duke (2008), *The Gender Gap Voting*. Urbana & Chicago: University of Illinois Press.
- WILFORD, Rick; Miller, Robert L. (1998a), *Women, Ethnicity and Nationalism: The Politics of Transition*. London: Routledge.
- WILFORD, Rick (1998b), “Women, Ethnicity and Nationalism”, in Rick Wilford and Robert L. Miller (eds.), *Women, Ethnicity and Nationalism: The Politics of Transition*. London: Routledge, 1-22.
- WOLBRECHT, Cristina; Beckwith, Karen; Baldez, Lisa (eds.) (2008), *Political Women and American Democracy*. New York: Cambridge University Press.
- WOLLSTONECRAFT, Mary, “A Vindication of the Rights of Woman”, in Estelle B. Freedman (ed.): *The Essential Feminist Reader*. New York: The Modern Library, 2007.

- YOUNG, Iris Marion (2006), “Representação Política, Identidade e Minorias”, *Lua Nova*, 67, 139-190.
- YOUNG, Iris Marion (2002), *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- YOUNG, Iris Marion (1998), “Polity and Group Difference: A Critique of the Ideal of Universal Citizenship”, Anne Phillips (ed.), *Feminism and Politics*. Oxford: Oxford University Press, 401-429.
- YOUNG, Iris Marion (1997), *Intersecting Voices: Dilemmas of Gender, Political Philosophy, and Policy*. Princeton: Princeton University Press.
- YOUNG, Robert (2001), *Postcolonialism: An Historical Introduction*. Oxford: Blackwell Publishers.
- YOUNG, Robert (1995), *Colonial Desire: Hybridity in Theory, Culture and Race*. London: Routledge.
- YUVAL-DAVIS, Nira (2006), “Intersectionality and Feminist Politics”, *European Journal of Women’s Studies*, 13(3), 193-209.
- YUVAL-DAVIS, Nira; Werbner, Pnina (1999), *Women, Citizenship and Difference*. London and New York: Zed Books.
- YUVAL-DAVIS, Nira (1999a), “The Multi-Layered Citizen: Citizenship in the Age of ‘Glocalization’”, *International Feminist Journal of Politics*, 1 (1), 119-136.
- YUVAL-DAVIS, Nira (1999b), “What is ‘Transversal Politics?’”, *Soundings*, 12, 94-98.
- YUVAL-DAVIS, Nira (1997a), *Gender and Nation*. London: Sage.
- YUVAL-DAVIS, Nira (1997b), “Women, Citizenship and Difference”, *Feminists Review*, 57, 4-27.
- YUVAL-DAVIS, Nira; Anthias, Floya (eds.) (1989), *Woman-Nation-State*. London: Macmillan.
- ZELEZA, Paul Tiyambe (2005), “Gender Biases in African Historiography”, in Oyeronke Oyewumi (ed.): *African Gender Studies: A Reader*. New York: Palgrave Macmillan, 207-232.
- www.cndhc.org
- www.icieg.cv
- www.idea.int
- www.iknowpolitics.org
- www.ipu.org
- www.governo.cv
- www.parlamento.cv
- www.quotaproject.org

Documentação Primária

«Diário de Pesquisa, Parte I: Processo Eleitoral Caboverdiano» (desconexo).

«Diário de Pesquisa, Parte II: Uma Etnografia Parlamentar» (desconexo).

«Caderno das Entrevistas» (volume II da Tese, em CD).

Documentação Complementar

Actas das Sessões Parlamentares, IV Legislatura. Praia: Arquivo da Assembleia Nacional.

Actas das Sessões Parlamentares, V Legislatura. Praia: Arquivo da Assembleia Nacional.

Actas das Sessões Parlamentares, VI Legislatura. Praia: Arquivo da Assembleia Nacional.

Actas das Sessões Parlamentares, VII Legislatura. Praia: Arquivo da Assembleia Nacional.

As Grandes Opções do Plano (1997-2000): Inserção Dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial.
Praia: DGP.

As Grandes Opções do Plano: Uma Agenda Estratégica. Praia: Governo, 2002a (2ª ed.).

As Grandes Opções do Plano: Participação do Governo no Debate Parlamentar. Praia: Governo, 2002b.

Anuário Parlamentar 2008-2009. Praia: Assembleia Nacional, 2009.

Anuário Parlamentar 2007-2008. Praia: Assembleia Nacional, 2008.

BRITO, Wladimir (2001), “A Feitura das Leis em Cabo Verde”, *Scientia Iuridica*, 289, 7-36.

Cabo Verde (Brochura e DVD Multimédia). Contacto Virtual e Fresco Produções.

Cabo Verde: Um Destino Tropical. Cabo Verde Investimento.

Cabo Verde: Guia Turístico 2011. Cabo Verde Investimento.

Carta da Aluna Ana Rodrigues, 2 de Junho de 2008.

CNDHC (2009), *A CNDHC e a Revisão Constitucional* (avulso).

Código Eleitoral de Cabo Verde. Praia, 1999.

“Código Eleitoral de Cabo Verde”, *BO*, I Série (Suplemento), 9 (9-03-2010).

Código Penal de Cabo Verde. Praia, Ministério da Justiça, 2004.

- Código de Processo Penal de Cabo Verde*. Praia, Ministério da Justiça, 2005.
- Composição das Comissões (1991-2011), *in BO*.
- “Constituição da República de Cabo Verde”, 2ª Revisão Ordinária, *BO*, I Série (Suplemento), 17 (3-05-2010). [Rectificado pelo *BO*, I Série, 28 (26-06-2010)].
- Constituição da República de Cabo Verde*, 1ª Revisão Ordinária. Praia, 1999.
- “Constituição da República de Cabo Verde” [Constituição de 1992], *BO*, I Série (Suplemento), 12 (25-09-1992).
- “Constituição de 1980”, 3ª Revisão Constitucional, em 1990, *in* Mário Silva, *As Constituições de Cabo Verde e Textos Históricos de Direito Constitucional Cabo-verdiano*. Praia: Edição do Autor, 2007.
- “Constituição de 1980”, 2ª Revisão Constitucional, em 1988, *in* Mário Silva, *As Constituições de Cabo Verde e Textos Históricos de Direito Constitucional Cabo-verdiano*. Praia: Edição do Autor, 2007.
- “Constituição de 1980”, 1ª Revisão Constitucional, em 1981, *in* Mário Silva, *As Constituições de Cabo Verde e Textos Históricos de Direito Constitucional Cabo-verdiano*. Praia: Edição do Autor, 2007.
- “Constituição de 1980”, Versão Originária, *in* Mário Silva, *As Constituições de Cabo Verde e Textos Históricos de Direito Constitucional Cabo-verdiano*. Praia: Edição do Autor, 2007.
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres*. Lisboa: Centro de Informação das Nações Unidas em Lisboa, 1994.
- Déclaration et Programme D’Action de Beijing suivis de Beijing+5 Déclaration Politique et Document Final*. New York : Nations Unies, 2002.
- SALÚSTIO, Dina (1999), *Violência contra as Mulheres*. Praia: ICF, 1999.
- Escola Secundária Januário Leite*, 28 de Maio de 2008.
- FIGUEIREDO, Evelyne de Mello (2009), *Diagnóstico do Funcionamento das Redes Locais de Atendimento à Vítima de Violência Baseada no Género em Cabo Verde*. Praia.
- FONSECA, Jorge Carlos; Lopes, Lourenço (2002), *Estudo sobre a Protecção às Vítimas de Crimes Violentos (Em Particular as Mulheres): Relatório Provisório*. Praia: AMJ.
- FONSECA, Jorge Carlos (2001), *Reformas Penais em Cabo Verde: Um Novo Código Penal para Cabo Verde*. Praia: IPC.
- ICIEG (2009), *Contribuições do ICIEG para a Revisão Constitucional* (avulso).

- ICIEG (2008), *Manual de Procedimentos para Técnico@s de Apoio às Vítimas de Violência Baseada no Género*. Praia.
- I Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza*. Praia: DGP, 2004 (ed. revista).
- II Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza*. Praia: DGP, 2008.
- “Especial Revisão Constitucional”, *Direito e Cidadania*, 28, IV Número Especial, 2009.
- ICIEG (2009), “Contribuição do ICIEG para a Revisão Constitucional” (avulso).
- “Leis Aprovadas pela Assembleia Nacional (desde 1975)”. Praia: Arquivo da Assembleia Nacional.
- “Lei nº 84/VII/2011: Estabelece as Medidas Destinadas a Prevenir e Reprimir o Crime de Violência Baseada no Género”, *BO*, I Série, 2, 69-76 (10-01-2011).
- “Lei nº83/VII/2011: Lei Orgânica da Assembleia Nacional”, *BO*, I Série, 2, 58-69 (10-01-2011).
- Les Objectifs du Millénaire pour le Développement : Perspectives*. New York : Programme des Nations Unies pour le Développement, 2003.
- Listas de Candidatura às Eleições Legislativas (1991-2011), *in BO e CNE*.
- Listas de Candidatura às Eleições Autárquicas (1991-2008), *in BO*.
- MECD (2001-2002), *Orientações Gerais para uma Melhor Gestão da Questão da Gravidez nas Escolas* (avulso).
- MpD (2009), *Estatuto*. Praia.
- Ministério da Educação, Cultura e Desportos, *Orientações Gerais para uma Melhor Gestão da Questão da Gravidez nas Escolas*.
- Nomeação e Exoneração Governamental (1991-2011), *in BO*.
- RMPCV e ICIEG (2009), *Contribuições da RMPCV e do ICIEG: À Comissão de Revisão da Constituição* (avulso).
- “Regimento da Assembleia Nacional”, *BO*, I Série (Suplemento), 29 (29-09-2000).
- Resultados das Eleições Legislativas (1991-2011), *in BO*.
- Resultados das Eleições Autárquicas (1991-2008), *in BO*.
- RMPCV e ICIEG (2009), “Contribuição da RMPCV e do ICIEG” (avulso).
- SILVA, Carmelita (2009), *Trajectoria de Mulheres Vítimas de Violência Conjugal*. Praia: UNICV (Tese de Mestrado).

- SILVA, Mário Ramos Pereira (2006), *Grupos Parlamentares e Partidos Políticos: Da Autonomia à Integração*. Coimbra: Almedina.
- VARGAS, Ana; Valente, Pedro (coord.) (2008), *O Parlamento na Prática*. Lisboa: Assembleia da República.
- UIP (2006), “Comment les Parlements Peuvent-Ils et Doivent-Ils Promouvoir une Lutte Efficace contre la Violence a L’Egard des Femmes dans tous les Domaines?”, *Résolution Adoptée par Consensus par la 114ème Assemblée*. Nairobi.
- OSÓRIO, Victor Adolfo de Pinto (1999), *Vencendo Barreiras*. Praia: ICF, 1999.
- PAICV (2010), *Estatuto*. Praia.
- O Parlamento de Portugal*. Lisboa: Assembleia da República, 2007 (2ª ed.).
- Plan d’Action Nacional 1996 a 2000*. Praia: ICF, 1997.
- Plano Nacional para a Igualdade e a Equidade de Género 2005-2009*. Praia: ICF, 2005.
- Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Género*. Praia: ICIEG, 2006.
- Plano Municipal para a Igualdade e a Equidade de Género (2009-2012) – Município da Praia*. Praia: CM da Praia, 2009.
- Plano Municipal para a Igualdade e a Equidade de Género (2009-2012) – Município do Paul*. Paul: CM do Paul, 2009.
- Plano Nacional de Acção para os Direitos Humanos e a Cidadania em Cabo Verde*. Praia: CNDH, 2004.
- Plano Nacional de Desenvolvimento (1992-1995): Relatórios Sectoriais*, vol. II. Praia: DGP.
- Plano Nacional de Desenvolvimento (1992-1995): Relatórios Regionais*, vol. III. Praia: DGP.
- Plano Nacional de Desenvolvimento (1997-2000)*. Praia: DGP.
- Plano Nacional de Desenvolvimento (1997-2000): Avaliação a Meio Percurso – Síntese Global*. Praia: DGP, 1999.
- Plano Nacional de Desenvolvimento (1997-2000): Avaliação a Meio Percurso – Programa de Reformas Económicas*. Praia: DGP, 1999.
- Plano Nacional de Desenvolvimento (1997-2000): Avaliação a Meio Percurso – Programa Nacional de Luta contra Pobreza*. Praia: DGP, 1999.
- Plano Nacional de Desenvolvimento (2002-2005)*, vol. I. Praia: DGP.

Plano Nacional de Desenvolvimento (2002-2005), vol. II. Praia: DGP.

“Programa do Governo para a VII Legislatura”, *in BO*, I Série, 14, 351-411 (22-05-2006). Praia: Governo, 2006.

“Programa do Governo para a VI Legislatura”, *in BO* (II Suplemento), I Série, 6, 6-72 (13-03-2001). Praia: Governo, 2001.

“Programa do II Governo Constitucional da II República [V Legislatura]”, *in BO* (Suplemento), I Série, 12, 1-68 (30-04-1996). Praia: Governo, 1996.

“Programa do I Governo Constitucional da II República [IV Legislatura]”, *in BO* (Suplemento), I Série, 31, 1-44 (08-08-1991). Praia: Governo, 1991.

“Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativo aos Direitos das Mulheres em África”, *in BO*, I Série, 22, (30-05-2005).

Crédito das Fotografias (Capítulos 4 e 5)

ALMEIDA; Germano (2003), *Cabo Verde – Viagem pela História das ilhas*. Mindelo: Ilhéu Editora (foto 2).

Fototeca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

História Geral de Cabo Verde (HGCV), Vol. II (fotos 1 e 3).

Postais Antigos de Cabo Verde (livre circulação no ciberespaço da comunidade caboverdiana).

ANEXOS

GOVERNO DA PARIDADE

REVISTA ÚNICA

Expresso #1941 9 JANEIRO 2010

VONTADE

CARREIRA

Daniela
Ruah à
conquista
da América

REPORTAGEM

As ministras
de Cabo Verde

SEXO

Querido, hoje
não me apetece...

E AINDA

Jamie Oliver estreia-se na Única
Quatro destinos de neve a não perder

Guarde
esta revista e
ganhe 1 Toyota.
Participe em
www.expresso.pt

115251

A photograph of a podium with several microphones. A blue banner across the top of the podium displays the text 'www.governo.cv' in white. The background is a dark blue wall with the same text repeated in a grid pattern. The lighting is focused on the podium, creating a professional atmosphere.

www.governo.cv

A aposta no ensino criou, em Cabo Verde, uma situação que mais parece a de um país nórdico — as mulheres são maioria no Governo, onde têm oito das 15 pastas.

REPORTAGEM DE **ALDA ROCHA** (TEXTOS) E **MIGUEL RIBEIRO FERNANDES** (FOTOGRAFIAS), EM CABO VERDE



Às seis da manhã ainda é noite cerrada mas são inúmeras as silhuetas que se distinguem do recorte do mar. A correr ou em caminhada apressada, homens e mulheres, jovens e menos jovens, uns em grande forma, outros mais pesados, começam o dia a cuidar do corpo na marginal da cidade da Praia. Cruzam-se com Janira Hopffer Almada, ministra da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, que não dispen-

sa a corrida matinal. Se o exercício físico for um factor de integração, Cabo Verde vai num bom ritmo, sem distinções de sexos nem classes sociais.

Um dos sinais inequívocos de equidade é o número de mulheres reunidas no Governo: na última remodelação, em Junho de 2008, passou a haver oito ministras — a maioria num total de 15 pastas. Esta realidade só tem paralelo com Espanha e Finlândia, onde as mulheres também são maioritárias no elenco governativo. Na Noruega estão em absoluta igualdade.

Esta paridade é o ponto culminante

de um caminho iniciado quando o país se tornou independente de Portugal, a 5 de Julho de 1975, considera Cristina Duarte, ministra das Finanças. “Houve sempre uma bandeira comum a todos os governos: investir na educação e na qualificação”, afirma, peremptória. O acesso universal ao ensino, sem desequilíbrios de género, foi conseguido em 1997, três anos antes de a ONU o ter fixado como um dos Objectivos do Milénio. No entanto, todos reconhecem que ainda resistem comportamentos de supremacia masculina que é preciso mudar.

“A própria forma como educamos os



Janira Hopffer Almada

31 anos

Ministra da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares

Fica a um pequeno passo do recorde de ministro mais jovem de sempre quando chega ao Governo, em Junho de 2008, com apenas 29 anos. Mas já fora batida, por apenas alguns meses, pelo próprio pai, que tutelou a pasta da Comunicação Social de 1975 a 1990. Ligada ao partido no poder desde muito nova, com um já longo percurso na Juventude do PAICV, é caso para dizer que a política lhe está nos genes. Só se afastou do país durante a licenciatura em Direito tirada em Coimbra. Única ministra solteira, aproveita a hora de almoço para se dedicar à sua grande paixão: o sobrinho e também afilhado, de oito anos. Fora disso é difícil ter grande tempo, pois é conhecida no Palácio do Governo por ficar a trabalhar noite dentro. Nada que a impeça de às seis da manhã estar a correr na marginal, enquanto vai ouvindo as notícias...



Cristina Fontes

51 anos

Ministra da Reforma do Estado e da Defesa Nacional

Estreia-se como ministra quando o PAICV assume o Governo em 2001, primeiro com a pasta da Administração Interna, depois com a da Justiça. Na altura, o filho mais novo tinha apenas três anos, menos cinco que a irmã mais velha, exigindo-lhe um esforço redobrado para conciliar vida familiar e exigências governativas. Mas nem nessa fase a conseguem ver stressada. "É como estar num túnel de vento. Pode haver mais ou menos vento...", diz, tranquila. Licenciada em Direito pela Universidade de Lisboa, chega a ser assistente de Marcelo Rebelo de Sousa, logo após o 25 de Abril. Casada com o actual embaixador de Cabo Verde nas Nações Unidas, quando voltar a ter disponibilidade quer dedicar-se à investigação e "sistematizar o património" que foi acumulando.

Cristina Duarte

47 anos

Ministra das Finanças

É o retrato vivo da diáspora cabo-verdiana. Nasce em Lisboa, mas é em Angola que faz a escola primária e reside até aos 12 anos, quando se dá o 25 de Abril. Em Cabo Verde vive os tempos do liceu, até regressar a Portugal para se licenciar pelo então Instituto Superior de Economia. No início dos anos 90 vai para os Estados Unidos tirar um mestrado em Gestão de Empresas e outro em Gestão Internacional, mas a “internacionalização” não se fica por aqui. Casada com um italiano, é na Calábria que nasce a sua única filha, agora com 12 anos. Militante do PAICV, chega ao Governo em Setembro de 2006 sem que a pasta das Finanças lhe tenha tirado o sono. “Depois de chefiar o Citibank num país com o nível de risco de Angola, com um portefólio de 600 milhões de dólares, não senti uma grande diferença”.



“...nossos filhos continua a denotar diferenças”, diz Fátima Fialho, ministra da Economia, Crescimento e Competitividade. “Há sinais de machismo que persistem, aspectos práticos em que a cultura é muito forte, mesmo que do ponto de vista teórico defendamos o contrário”, acrescenta. Ciente da necessidade de intervir nessa matéria, o Governo criou em 2005 o Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género. Uma das medidas é precisamente conseguir que haja oportunidades iguais no acesso ao emprego, de modo a aumentar “o rendimento das mulheres e contribuir para a diminuição da po-

breza entre elas”, como se pode ler no documento orientador. “Ainda há desequilíbrio, principalmente numa faixa etária mais velha, que não teve as mesmas oportunidades de acesso à Educação, e isso reflecte-se numa integração diferente no mercado de trabalho”, reconhece Madalena Neves, ministra do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social.

Mas mesmo nas camadas mais jovens são as mulheres que tendem a estar numa situação de maior fragilidade, por serem muitas vezes o único sustento dos filhos. “É fundamental introduzir no código de honra do homem cabo-verdiano

esta ideia de responsabilidade pelo filho, mesmo que não viva com a mãe”, afirma Cristina Fontes, ministra da Reforma do Estado e da Defesa. A paternidade responsável é um longo caminho a percorrer, por estar tão arreigada a despreocupação com que muitos homens se tornam pais. A esmagadora maioria das crianças — 70% — nasce fora de uma relação estável, havendo uma grande predominância de famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Susana Correia, conhecida por Graciete, o nome dado pela madrinha, está na encruzilhada desta mudança, aos 28



Marisa Morais

45 anos

Ministra da Justiça

Parte para Portugal aos seis anos, onde faz os seus estudos, licenciando-se em Direito na Universidade de Coimbra. Regressada aos 39 anos a Cabo Verde, com o filho, agora com 12 anos, tem a intenção de instalar um escritório de advocacia. Os planos sofrem um desvio quando a então titular da pasta da Justiça, Cristina Fontes, a desafiou para ser sua assessora, cargo que exerceu de 2003 a 2006. Assume então a direcção do Centro Jurídico do Governo, até ser convidada para ministra da Justiça, em Junho de 2008. "Sou um caso verdadeiramente atípico, porque não tinha qualquer proximidade política", diz Marisa Morais. Fã de basquetebol, sonha ter tempo para bater umas bolas — e ainda é capaz de perder umas boas horas de sono para ver um jogo da NBA.



Fátima Fialho

58 anos

Ministra da Economia, Crescimento e Competitividade

Envolve-se na luta clandestina durante a contestação universitária em Portugal nos anos que antecedem o 25 de Abril. Regressada na altura da independência, mantém uma grande actividade política e faz parte do grupo que depois dá origem à Organização das Mulheres de Cabo Verde. Diz-se uma "acérrima defensora" do PAICV, ainda que há muito andasse arredada das lides partidárias, até integrar o Governo, em Junho de 2008. Depois do curso de Economia, tirado em Lisboa, integra os quadros do Banco de Cabo Verde, onde já esteve em três períodos distintos. Pelo caminho vive nos Estados Unidos três anos, é directora comercial da companhia aérea (TACV) e passa pelo jornalismo, como directora do jornal "Voz di Povo", além de acumular experiência na consultoria privada. Os filhos seguem as pisadas de estudar no estrangeiro: a filha, de 31 anos, está a começar o doutoramento na Holanda, enquanto o rapaz está a tirar um mestrado nos EUA.

Sara Lopes

40 anos

Ministra da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território

Durante muitos anos tem uma autêntica vida dupla. Depois do bacharelato em História conseguido em Cabo Verde, é na escola do Aeroporto de Lisboa que tira o curso técnico de Aeronáutica. Ainda vive em Portugal tempo suficiente para se licenciar em Ciências da Educação, antes de regressar, para se dedicar a leccionar História, ao mesmo tempo que trabalha como operacional no Aeroporto do Sal. Com uma carreira política como independente iniciada muito jovem, em 1992, entra no Governo em 2006, tendo começado pelo Ministério da Qualificação e Emprego, além de ser adjunta do primeiro-ministro. Com dois filhos já crescidos, é surpreendida por uma gravidez que a apanha na agitação governativa, mas ainda agora consegue amamentar o bebé, de 18 meses. Quando tiver alguma folga, vai dedicar-se à sua grande paixão: a História. "Tenho o sonho de escrever sobre a História da água no Sal", revela. "Cresci numa ilha onde não havia água, mas que foi das primeiras a beneficiar das soluções encontradas".



anos. A filha mais velha é fruto de uma relação atribulada, com episódios de violência doméstica, um dos grandes problemas que persistem no país. A segunda filha já conta com algum apoio do pai, vivendo com os avós paternos no interior da ilha de Santiago, para a mãe poder trabalhar, como empregada doméstica. Graciete mostra-se muito satisfeita com o novo companheiro, pela forma como ele trata as suas filhas quando estão todos juntos. Mas, no meio dos elogios, o desabafo não deixa margem para dúvidas: "Em Cabo Verde é muito mais fácil ser homem. Quando chega do trabalho

só tem de pensar em tomar banho para depois sair com os amigos. Sou eu que tenho de tratar de tudo, de tudo."

Apesar de tudo, as mulheres continuam a conquistar lugares antes inacessíveis. Nas ruas vêem-se mulheres polícias e também nas Forças Armadas têm feito a sua caminhada, havendo até uma mulher piloto. "Cabo Verde é um país com um quadro jurídico que se equipara ao europeu em termos de direitos e deveres das pessoas", afirma Marisa Morais, ministra da Justiça. Na sua opinião, o que ainda falta é informação, para que se reflita no desenvolvimento do país: "Preci-

samos de aproximar a Justiça do cidadão. Para se exercer cidadania é preciso conhecimento."

Vera Duarte, a ministra da Educação e do Ensino Superior, deposita muitas esperanças nas mudanças que uma disciplina recentemente introduzida pode produzir. "A Educação para a Cidadania é fundamental. Abriga várias áreas, como a protecção do meio ambiente, a saúde reprodutiva, a educação para os valores e os comportamentos, a educação para a equidade social. Podemos fazer a formação integral do jovem nas nossas escolas."

Cabo Verde é um país de emigrantes,

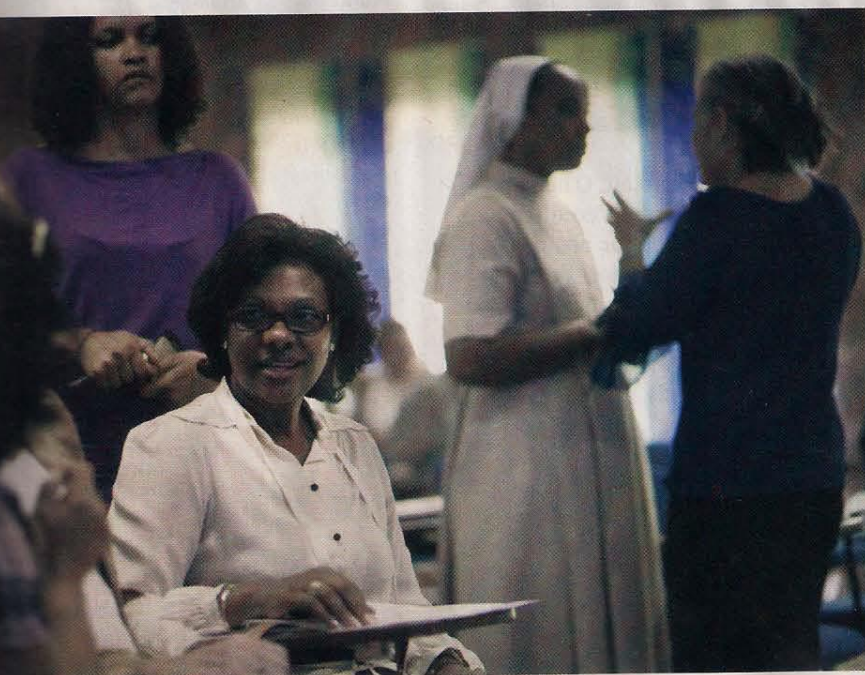


Vera Duarte

57 anos

Ministra da Educação e do Ensino Superior

Vive a agitação das lutas anticoloniais em Portugal nos dois anos que antecedem o 25 de Abril. Quando chega a Revolução interrompe o curso de Direito, na Universidade de Lisboa, para regressar a Cabo Verde. Acaba por terminá-lo em 1978, iniciando uma carreira que a levaria a ser a primeira mulher a aceder à magistratura no seu país. Juíza-desembargadora, chega ao Governo na última remodelação, em Junho de 2008, afirmando-se independente. É mãe de dois rapazes, de 28 e 32 anos, que estudaram em Portugal. Longe do caminho dos tribunais, Vera Duarte é conhecida pela escrita. Com três livros de poesia publicados, aventurou-se no romance, com "Candidata", mas desde que chegou ao Governo as letras ficaram de parte. "Tenho a sorte de representar Cabo Verde numa nova antologia — '12 Poetas de 12 Arquipélagos' —, porque desde que aqui estou nunca mais escrevi uma linha", conta, divertida.



Madalena Neves

53 anos

Ministra do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social

Quando voltar a ser dona dos seus dias quer "ir para o lugar onde mora a poesia", revela com doçura. A disponibilidade é menor desde que, há oito anos, entrou para o Governo, para assumir a pasta do Ambiente e da Agricultura, mas ainda assim vai partilhando com os amigos as emoções que expressa no papel. "Os meus poemas são para oferecer, nunca publiquei nada", conta. Quem ouve o tom delicado não imagina o aguerrido percurso político, que começa ainda no liceu, nas organizações estudantis. Também muito nova, aos 19 anos, torna-se professora do ensino secundário. É já depois de ser mãe da filha mais velha, hoje com 33 anos, que parte para a então União Soviética na companhia do marido, para se licenciarem ambos em Economia. E é lá que nasce a filha mais nova, actualmente com 30 anos.

CADEIRAS DO PODER

AS MULHERES ESTÃO EM MAIORIA NO GOVERNO. EM BAIXO, A MINISTRA CONHECIDA POR GRACIETE, EM CASA, ONDE VIVE COM UMA DAS FILHAS E O COMPANHEIRO. A FOTO FOI TIRADA À LUZ DA VELA, NUM DOS MUITOS DIAS EM QUE A ENERGIA ELÉCTRICA FALHA



que se multiplicaram além-fronteiras e se tornaram maiores que a pátria. Enquanto nas dez ilhas que o constituem se contam 500 mil habitantes, estima-se que haja 700 mil cabo-verdianos espalhados pelo mundo. “A nossa diáspora contribuiu de forma decisiva para o percurso do país”, diz Sara Lopes, ministra da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território. Principalmente devido às grandes comunidades instaladas na Europa e nos Estados Unidos. A conquista de bolsas de estudo em vários pontos do globo foi decisiva para a formação dos quadros do país, como está bem patente no currículo internacional das ministras.

Cabo Verde, aliás, tem sido pródigo em estabelecer parcerias internacionais nas mais diversas áreas. Com uma massa de água sob sua jurisdição 180 vezes maior que o território terrestre, tem-se valido da ajuda de diversos estados para a controlar. “Os nossos meios são limitados”, reconhece a ministra da Defesa. “Por isso, temos estado sempre abertos aos países que têm interesse nesta rota. Temos tido vários acordos com Portugal, Espanha, Reino Unido e estamos em vias de assinar um acordo com os Estados Unidos”, esclarece Cristina Fontes.

Precisamente dos Estados Unidos virá mais uma ajuda preciosa. Depois de em 2005 ter conseguido 110 milhões de dólares (76 milhões de euros) do Millennium Challenge Account, um programa do Governo norte-americano de combate à pobreza mundial, tornou-se no mês passado o primeiro país com acesso garantido ao segundo quadro de apoio,



num montante ainda por definir. O benefício foi conseguido por Cabo Verde ter tido nota positiva — e superior aos outros concorrentes — em indicadores relativos à governabilidade, investimento na população e ambiente de negócios.

“Cada geração tem o seu desafio. Os meus pais tiveram o desafio da independência e da sua consolidação”, analisa a ministra da Presidência do Conselho de Ministros. “Depois da parceria com a União Europeia, de termos acedido à categoria de país de rendimento médio em 2008 e dos fundos que temos recebido, o desafio da minha geração é o desafio da qualidade. Conseguir fazer bem”, sentencia. ■

unica@expresso.impresa.pt

Cabo Verde no feminino

Filhos

- Média de 7 por mulher, em 1980
- Média de 2,9 por mulher, em 2005

Emprego feminino

- 25%, em 1990
- 39%, em 2000

Mulheres no Governo

- 0%, em 1975
- 60%, em 2008

Mulheres no Parlamento

- 1%, em 1980
- 18%, em 2006

Escolarização feminina

- 70,4%, em 1990
- 95%, em 2000

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde